As Institutas

ou
Tratado da Religião Cristã

vol. 4

Edição clássica (latim)

João Calvino

Í N D I C E

EM TERMOS DOS TÍTULOS DOS CAPÍTULOS E CABEÇALHOS ÀS SEÇÕES DE CADA CAPÍTULO

CAPÍTULO I

DA VERDADEIRA IGREJA, COM A QUAL SE NOS IMPÕE CULTIVAR A UNIDADE, PORQUANTO É MÃE DE TODOS OS PIEDOSOS

CAPÍTULO II

COMPARAÇÃO DA FALSA IGREJA COM A VERDADEIRA

CAPÍTULO III

DOS MESTRES E MINISTROS DA IGREJA SUA ELEIÇÃO E OFÍCIO

CAPÍTULO IV

DO ESTADO DA IGREJA ANTIGA E DA FORMA DE GOVERNO QUE ESTEVE EM USO ANTES DO PAPADO

CAPÍTULO V

A FORMA ANTIGA DE GOVERNO *DA IGREJA* FOI TOTALMENTE SUBVERTIDA PELA TIRANIA DO PAPADO

CAPÍTULO VI

DO PRIMADO DA SÉ ROMANA

CAPÍTULO VII

DO SURTO E INCREMENTOS DO PAPADO ROMANO, ATÉ QUE A ESTA ALTURA SE TRANSPORTOU, PELA QUAL NÃO SÓ A LIBERDADE DA IGREJA FOI OPRIMIDA, MAS TAMBÉM SUBVERTIDA TODA MODERAÇÃO

CAPÍTULO VIII

DO PODER DA IGREJA NO QUE DIZ RESPEITO AOS DOGMAS DA FÉ E COM QUÃO DESENFREADA LICENÇA TEM SIDO ARRASTADA NO PAPADO A VICIAR TODA A PUREZA DA DOUTRINA

CAPÍTULO IX

DOS CONCÍLIOS E SUA AUTORIDADE

CAPÍTULO X

DO PODER *DA IGREJA* EM PROMULGAR LEIS, NO QUAL O PAPA E OS SEUS TÊM EXERCIDO CRUDELÍSSIMA TIRANIA E TORMENTO SOBRE AS ALMAS

CAPÍTULO XI

DA JURISDIÇÃO DA IGREJA E SEU ABUSO QUAL NO PAPISMO SE VÊ

CAPÍTULO XII

DA DISCIPLINA ECLESIÁSTICA, O PRECÍPUO USO DA QUAL ESTÁ NAS CENSURAS E NA EXCOMUNHÃO

CAPITULO XIII

DOS VOTOS, MERCÊ DE CUJA EMISSÃO TEMERÁRIA, CADA UM TEM SE EMARANHADO MISERAVELMENTE

CAPITULO XIV

DOS SACRAMENTOS

CAPÍTULO XV
DO BATISMO

CAPÍTULO XVI

O BATISMO INFANTIL SE HARMONIZA MUITO BEM COM A INSTITUIÇÃO DE CRISTO E A NATUREZA DO SINAL

CAPÍTULO XVII

DA SACRA CEIA DE CRISTO E O QUE ELA NOS CONFERE

CAPÍTULO XVIII

DA MISSA PAPAL, POR CUJO SACRILÉGIO NÃO SÓ FOI PROFANADA A CEIA DE CRISTO, MAS INCLUSIVE REDUZIDA A NADA

CAPÍTULO XIX

DOS CINCO SACRAMENTOS ASSIM FALSAMENTE CHAMADOS, NOS QUAIS SE DECLARA QUE NÃO SÃO SACRAMENTOS, MAS QUE GERALMENTE ATÉ ENTÃO FORAM TIDOS POR SACRAMENTOS; A SEGUIR SE MOSTRA DE QUE NATUREZA SÃO ELES

CAPÍTULO XX

DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

L I V R O Q U A R T O

DA SANTA IGREJA UNIVERSAL DOS MEIOS EXTERIORES OU ADMINISTRATIVOS MEDIANTE OS QUAIS DEUS NOS CONVIDA À COMUNIDADE DE CRISTO E NELA NOS RETÉM

CAPÍTULO I

DA VERDADEIRA IGREJA, COM A QUAL SE NOS IMPÕE CULTIVAR A UNIDADE, PORQUANTO É MÃE DE TODOS OS PIEDOSOS

1. Breve referência à necessidade e função da Igreja e aos aspectos que devem ser considerados nesta exposição

No livro precedente foi exposto que pela fé no evangelho Cristo se faz nosso e nós nos tornamos participantes da salvação e da eterna bem-aventurança trazidas por ele. Mas, visto que nossa obtusidade e indolência (adiciono também a fatuidade do espírito) têm necessidade de subsídios externos com os quais a fé em nós não só seja gerada, mas também cresça e avance gradualmente até a meta, Deus adicionou também esses meios para que sustentasse nossa fraqueza. E, para que a pregação do evangelho florescesse, depôs esse tesouro com a Igreja: instituiu "pastores e mestres" [Ef 4.11], por cujos lábios ensinasse aos seus, investiu-os de autoridade, enfim, nada omitiu que contribuísse para o santo consenso da fé e a reta ordem. Acima de tudo, instituiu os sacramentos, que nós de experiência sentimos serem adjutórios mais que úteis para fomentar e firmar a fé. Ora, visto que, encerrados no cárcere de nossa carne, ainda não chegamos ao grau angélico, Deus, acomodando-se a nossa capacidade, por sua admirável providência, prescreveu um modo pelo qual, por mais longe estejamos afastados, a ele nos achegássemos.

Portanto, a metodologia do ensino impõe que tratemos agora da Igreja, e seu governo, ordens, poder e, ao memso tempo, aos leitores piedosos afastemos das corrutelas com que no papismo Satanás adulterou tudo quanto Deus destinará para nossa salvação. Começarei, pois, pela Igreja, em cujo seio Deus quer que seus filhos se agreguem, não apenas para que sejam nutridos de seu labor e ministério, por tanto tempo quanto são infantes e crianças, mas também de *seu* cuidado materno sejam guiados até que amadureçam e, finalmente, cheguem à meta da fé. "Portanto, o que Deus ajuntou, não o separe o homem" [Mt 19.6; Mc 10.9], de sorte que *àqueles* de quem ele é o Pai, a Igreja também será a mãe, não apenas sob a lei, mas ainda após a vinda de Cristo, *conforme o testemunho de Paulo*, que ensina sermos nós filhos da nova e celestial Jerusalém [Gl 4.26].

2. A IGREJA COMO OBJETO DO CRER NO ARTIGO DO CREDO APOSTÓLICO; FUNDAMENTADA NA ELEIÇÃO DIVINA; SUA UNIDADE E UNIVERSALIDADE

No Credo, onde professamos crer na Igreja, isso se refere não só à *Igreja* visível, de que estamos agora a tratar, mas ainda a todos os eleitos de Deus, em cujo número estão compreendidos também os que foram encerrados pela morte. Por isso também está empregado o termo ***crer***, porque freqüentemente nenhuma distinção se pode assinalar entre os filhos de Deus e os profanos, entre seu próprio rebanho e os animais selvagens. Ora, muitos intercalam aqui a partícula *preposicional* ***em***, sem razão provável. Certamente reconheço que *isso* é mais usado e que não é destituído do sufrágio da antigüidade, quando mesmo o Credo Niceno, como se registra na ***História Eclesiástica***,[1] adiciona a preposição. Entretanto, ao mesmo tempo é preciso notar dos escritos dos antigos que foi outrora recebido além de controvérsia que dissesem: ***creio a Igreja***, não ***creio na Igreja***. Pois assim falam não apenas Agostinho[2] e aquele escritor antigo, quem quer que seja, cujo tratado ***De Symboli Expositóne*** [Exposição do Credo] subsiste sob o nome de Cipriano,[3] mas observam, também, explicitamente, ser ela uma expressão imprópria caso se acrescente a preposição, e confirmam seu parecer não com razão frívola. Pois, por isso atestamos que cremos ***em*** Deus, que não só nele se reclina nossa alma como verdadeiro, mas também nele repousa nossa confiança, o que assim não conviria à Igreja, da mesma forma nem à remissão dos pecados nem à ressurreição da carne. Portanto, embora não queira litigar acerca de palavras, no entanto preferiria seguir a propriedade de falar que mais se ajusta a exprimir-se o fato do que a afetar fórmulas com as quais a matéria seja, sem motivo, obscurecida.

O fim, porém, é que saibamos que, embora o Diabo mova todas as pedras para destruir a graça de Cristo, e também da mesma insana fúria sejam tomados os inimigos de Deus, no entanto *ela* não pode ser extinguida, nem o sangue de Cristo pode tornar-se estéril, de modo que não produza algum fruto. Sendo assim, impõe-se considerar não só a eleição secreta de Deus, mas também *sua* vocação interior, já que "só ele conhece *os* que são seus" e os mantém inclusos sob seu sinete, como fala Paulo [Ef 1.13; 2Tm 2.19], senão que portam suas insígnias, mercê das quais são distinguidos dos réprobos. Mas, visto que exíguo e desprezível número se esconde sob a turba ingente, e uns poucos grãos de trigo estão cobertos por um montão de palha, só a Deus cabe o conhecimento de sua Igreja, cujo fundamento é sua eleição secreta. Aliás, não basta conceber em pensamento e ânimo a multidão dos eleitos, mas também que cogitemos tal unidade da Igreja na qual fomos persuadidos de na

1. Alusão ao Símbolo Niceno-Constantinopolitano.
2. *Da Fé e do Símbolo*, X, 21; Pseudo-Agostinho (*Quodvultdeus*), *Do Símbolo, Sermões aos Catecúmenos*, ser. II, XIII, 13.
3. Pseudo-Cipriano (Rufino), *Exposição do Símbolo dos Apóstolos*, XXXVI.

verdade estar inseridos. Pois a não ser que tenhamos ajuntados a todos os demais membros sob nosso Cabeça, Cristo, não nos resta nenhuma esperança da herança futura.

Por isso se chama Igreja ***católica***, ou ***universal***: que não é possível achar duas ou três, sem que Cristo seja dividido, o que não se pode fazer. Pelo contrário, todos os eleitos de Deus foram de tal modo ligados em Cristo, que, da mesma forma que dependem de uma Cabeça única, assim subsistem em um como que corpo único, ligando-se entre si por esta conexão pela qual *são unidos* os membros de um mesmo corpo, na verdade feitos um, visto que vivem, a um tempo, em uma *só* fé, esperança, amor, no mesmo Espírito de Deus, chamados não somente à mesma herança da vida eterna, mas também à participação de um *só* Deus e Cristo. Portanto, ainda que a triste desolação que de todos os lados nos confronta nada proclame ser restante da Igreja, saibamos que a morte de Cristo é frutífera e que Deus preserva sua Igreja maravilhosamente, como que em esconderijos, assim como foi dito a Elias: "Conservei para mim sete mil homens que não dobraram o joelho diante de Baal" [1Rs 19.18].

3. A Igreja como a comunhão dos santos

Não obstante, o artigo do Credo estende-se também, até certa extensão, à Igreja exterior, a fim de que cada um de nós se contenha em fraterno consenso com todos os filhos de Deus, defira à Igreja a autoridade que *ela* merece, enfim, assim se conduza como ovelha do rebanho. E por isso se associa *a expressão* "a comunhão dos santos", frase que, embora fosse ordinariamente omitida pelos antigos, contudo não pode ser negligenciada, uma vez que exprime excelentemente a natureza da Igreja, como se ocorresse que com esta norma os santos são agregados à sociedade de Cristo: que todos e quaisquer benefícios que Deus lhes confira, entre si, mutuamente, compartilhem. No entanto, com isso não se destrói a diversividade das graças, assim como sabemos que os dons do Espírito são distribuídos variadamente; tampouco se reverte a ordem política, pela qual é lícito a cada um possuir particularmente seus bens, como se faz necessário a fim de conservar-se a paz entre os homens, que a posse das coisas seja entre eles própria e distinta. Mas, uma comunidade se estatui como a descreve Lucas: que "da multidão dos que criam um fosse o coração e uma a alma" [At 4.32]; e Paulo, quando exorta os efésios a que fossem "um só corpo, um só espírito, assim como foram chamados em uma só esperança" [Ef 4.4]. Pois não pode acontecer, se verdadeiramente foram persuadidos de que Deus é o Pai comum de todos, e Cristo o Cabeça comum, que, unidos entre si de fraterno amor, não partilhem suas coisas uns com os outros.

Ora, é de nosso máximo interesse saber que fruto nos advenha daí. Por esta razão cremos na Igreja, que estejamos seguramente persuadidos de que somos seus membros. Porque deste modo nossa salvação se apóia em suportes seguros e sóli-

dos, de sorte que, ainda quando seja abalada toda a máquina do orbe, *ela* própria não se mova e tombe por terra: primeiro, *ela* se sustém com a divina eleição, não pode variar ou falhar, senão com sua eterna providência; então, de certo modo associada com a firmeza de Cristo, que não mais permitirá que seus fiéis sejam de si alijados, que sejam arrancados e despedaçados seus membros; mais ainda, que de fato, enquanto somos mantidos no seio da Igreja, estamos seguros de que sempre haverá de permanecer conosco; finalmente, que sentimos nos dizer respeito estas promessas: "Haverá salvação em Sião" [Jl 2.32; Ob 17], "pois Deus habitará eternamente no meio de Jerusalém, para que nunca seja abalada" [Sl 46.5]. Tal é a grandeza da unidade da Igreja, que por ela nos mantemos na companhia de Deus.[4] Igualmente, no próprio termo ***comunhão*** há muito de consolação, porque, enquanto foi estatuído que a nós pertence tudo quanto o Senhor prodigaliza aos seus e a nossos membros, assim nossa esperança se confirma com os bens que eles possuem.

Todavia, para desse modo abraçar a unidade da Igreja, de modo algum se faz necessário, como dissemos, contemplar a própria Igreja com os olhos ou apalpá-la com as mãos; senão que, antes, visto que está situada na fé, somos admoestados a que de nada menos cogitemos quando nos transcede a compreensão, o que se mostra claramente. Nem por isso nossa fé é pior, porque apreende uma *Igreja* incógnita, quando aqui não se nos ordena distinguir os réprobos dos eleitos, o que é *apanágio* exclusivo de Deus, não nosso, mas estabelecer seguramente em nossa mente que todos aqueles que, pela clemência de Deus o Pai, mediante a operação do Espírito Santo, vieram à participação de Cristo, foram separados para pecúlio de Deus e sua propriedade peculiar, e, quando formos do número destes, seremos coparticipantes de tão imensurável graça.

4. A Igreja visível, mãe dos fiéis

Contudo, uma vez que agora nosso propósito é discorrer acerca da Igreja visível, aprendamos, mesmo do mero título ***mãe***, quão útil, ainda mais, quão necessário nos é seu conhecimento, quando não outro *nos* é o ingresso à vida, a não ser que ela *nos* conceba no ventre, a não ser que *nos* dê à luz, a não ser que nos nutra em seus seios, enfim, sob sua guarda e governo nos retenha, até que, despojados da carne mortal, haveremos de ser semelhantes aos anjos [Mt 22.30]. Porque nossa habilidade não permite que sejamos despedidos da escola até que tenhamos passado toda nossa vida como discípulos.[5] Anotemos também que fora de seu grêmio *não* há de esperar-se nenhuma remissão de pecados, nem qualquer salvação, como o atestam Isaías [37.32] e Joel [2.32], aos quais subscreve Ezequiel, quando denuncia que no

4. Primeira edição: "Tanto pode a participação na Igreja que em associação com Deus nos contenha."
5. Primeira edição: "Ora, nem sofre nossa fraqueza sermo[-lhe] despedidos da escola até que alunos [lhe] hajamos sido pelo curso todo da vida."

rol do povo de Deus não estarão *aqueles* a quem exclui da vida celestial [Ez 13.9]; assim como, por outro lado, se diz que o nome dos que se dedicam ao cultivo da verdadeira piedade é inscrito entre os cidadãos de Jerusalém [Sl 87.6; Is 56.5]. Razão por que também em um outro Salmo se diz: "Lembra-te de mim, Senhor, segundo tua boa vontade para com teu povo; visita-me com tua salvação. Para que *eu* veja a beneficiência de teus eleitos e me alegre na alegria de teu povo e me regozije com tua herança [Sl 106.4, 5], palavras nas quais o amor paterno de Deus se restringe unicamente a seu rebanho e ao testemunho peculiar da vida espiritual, de sorte que é sempre funesto o afastamento da Igreja.

5. A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA IGREJA, MERCÊ DE SEU MINISTÉRIO, LITURGIA E SANTUÁRIO

Mas, avancemos expondo o que é próprio desta matéria. Paulo escreve que Cristo "deu uns para para apóstolos, e outros para profetas, e outros para evangelistas, e outros para pastores e mestres, querendo o aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério, para edificação do corpo de Cristo; até que cheguemos à unidade da fé, e ao conhecimento do Filho de Deus, a homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo" [Ef 4.10-13]. Vemos como Deus, que poderia levar os seus à perfeição num instante, contudo não queria que eles crescessem à idade adulta senão pela educação da Igreja; vemos expressar-se o modo *pelo qual esta educação se processa*: que aos pastores foi incumbida a pregação da doutrina celeste; vemos que todos, à uma, estão sujeitos à mesma disposição, de sorte que se permitam ser dirigidos, com espírito brando e dócil, pelos mestres criados para esta função.

E com esta marca Isaías assinalara outrora o reino de Cristo: "Meu Espírito, que está em ti, e as palavras que pus em tua boca, jamais se apartarão nem de tua boca, nem da boca de tua semente e de *seus* descendentes" [Is 59.21]. Do quê se segue que são dignos de que pereçam de fome e inanição todos e quaisquer que desprezam o alimento espiritual da alma a si divinamente oferecido pelas mãos da Igreja. Deus instila em nós a fé, mas pela instrumentalidade de seu evangelho, como adverte Paulo, de que "a fé vem do ouvir" [Rm 10.17], assim como também em Deus reside seu poder de salvar, mas, segundo atesta o próprio Paulo, o exibe e o desenvolve na pregação do evangelho [Rm 1.16].

Com este propósito *Deus* outrora quis que se realizassem assembléias sacras no santuário, a fim de que a doutrina proferida pela boca do sacerdote alimentasse o senso comum da fé. Tampouco visam a outra *coisa* esses tiítulos magníficos onde o templo é chamado "*o lugar do* descanso de Deus" [Sl 132.14], o santuário de seu domicílio [Is 57.15]; onde se diz *ele* estar assentado entre querubins [Sl 80.1]; donde apreço, amor, reverência e dignidade granjeiem ao ministério da doutrina celeste, aos quais, de outra sorte, derrogaria não pouco a aparência de um homem mortal

e desprezado. Portanto, para que saibamos que diante de nós põe um tesouro inestimável em vasos de barro [2Co 4.7], Deus mesmo se apresenta em nosso meio; e visto que ele é o Autor desta ordem, quer ser reconhecido presente em sua instituição.

Conseqüentemente, depois que proibiu aos seus a se devotarem a augúrios, a adivinhações, a artes mágicas, a necromancia e a outras superstições [Lv 19.31; Dt 18.10, 11], acrescenta que dará o que em tudo deva ser suficiente, isto é, que nunca estarão destituídos de profetas [Dt 18.15]. Mas, assim como não delegou aos anjos o povo antigo, pelo contrário, suscitou mestres da terra que, de fato, desempenhassem o ofício angélico, assim também quer ensinar-nos por meios humanos. Com efeito, assim como outrora *Deus* não se contentou com a mera lei, mas acrescentou sacerdotes que fossem intérpretes, de cujos lábios o povo lhe indagasse o verdadeiro sentido, assim também hoje não quer apenas que lhe estejamos atentos à leitura, mas ainda *lhe* prepõe mestres por cuja obra sejamos ajudados, coisas tais de dupla utilidade, pois, de um lado, nos prova a obediência por meio de ótimo teste, quando ouvimos seus ministros falando não de forma distinta dele mesmo; por outro lado, também nos socorre em nossa fraqueza quando, para nos atrair a si, nos prefere falar através de intérpretes, em vez de atroar em sua majestade e fazer-nos fugir dele. E de fato, quanto nos convenha esta forma familiar de ensinar, todos os piedosos sentem o pavor com que, com razão, a majestade de Deus os consterna.

Mas, os que pensam que a autoridade da doutrina é desprezada pela baixa condição dos homens que foram chamados a ensiná-la, estes põem à mostra sua ingratidão, porquanto, entre tantos dotes preclaros com os quais Deus adornou o gênero humano, esta prerrogativa é singular: que a si digna consagrar as bocas e línguas dos homens, para que neles faça ressoar sua *própria* voz. Por isso nós também, de nossa parte, não sejamos remissos em abraçar obedientemente a doutrina da salvação proposta por seu mandado e por *sua* boca, uma vez que, ainda que o poder de Deus não esteja atado a meios externos, contudo nos atou ao modo ordinário de ensinar, o qual, embora recusem suster homens fanáticos, se envolvem em muitos laços fatais. A muitos os impele ou a soberba, ou o desdém, ou a inveja, de sorte que se persuadam de poder fruir de suficiente proveito lendo e meditando em particular, e com isso desprezam as reuniões públicas e consideram a pregação como sendo supérflua. Mas, uma vez que, quanto está em si, quebram ou rompem o sagrado vínculo da unidade, ninguém escapa à justa pena deste ímpio divórcio, sem que se deixe enfeitiçar por erros pestíferos e por delírios os mais horríveis.

Portanto, a fim de entre nós vicejar a pura simplicidade da fé, não relutemos em usar deste exercício da piedade que Deus, por sua instituição, nos mostrou ser necessário e tão insistentemente recomenda. Quem dissesse que se devem fechar os ouvidos para Deus, ninguém jamais se achou, *nem* sequer dos cães mais petulantes; mas, em todos os séculos, embate difícil têm enfrentado os profetas e os mestres

pios contra os ímpios, cuja obstinação *não* pode jamais suportar este jugo: que sejam ensinados pela boca e ministério de homens, o que é exatamente como esquivar-se da face de Deus que nos refulge em *seu* ensino. Ora, não foi por outra razão que outrora se ordenou aos fiéis a buscar a face de Deus no santuário, e isto se repete vezes sem conta na lei [1Cr 16.11; 2Cr 7.14; Sl 27.8; 100.2; 105.4], senão porque a doutrina da lei e as exortações proféticas lhes eram viva imagem de Deus, assim como afirma Paulo que em sua pregação refulgia a glória de Deus na face de Cristo [2Co 4.6]. Quão mais detestáveis são os apóstatas, que escancaram suas gargantas nas igrejas, tragando, exatamente como se retirassem ovelhas dos estábulos e as atirassem às fauces dos lobos.

Deve-se, porém, ser mantido por nós o que já citamos de Paulo: que a Igreja não é edificada de outro modo senão pela pregação externa, nem os santos são sustentados por outro vínculo entre si, senão, enquanto aprendendo e avançando com um *só* sentimento, preservam a ordem prescrita por Deus à Igreja [Ef 4.12]. Principalmente para este fim, como eu já disse, outrora, sob a lei, aos fiéis foi determinado que afluíssem ao santuário, porque, enquanto Moisés fala da morada de Deus *nele*, ao mesmo tempo o chama ***o lugar do nome de Deus***, onde Deus pôs a lembrança de seu nome [Ex 20.24], com que ensina abertamente não haver-lhe nenhum proveito à parte da doutrina da piedade. Não há dúvida de que, também pela mesma razão, com ingente amargura de espírito Davi se queixa de que, mercê da crueldade tirânica dos inimigos, está impedido do ingresso ao tabernáculo [Sl 83.2, 3]. A muitos parece quase que lamentação pueril, porquanto o carecer do átrio do templo viria a ser de bem pouca perda, também se perderia não muito de prazer, uma vez que à mão estariam outros deleites. Entretanto, *ele* deplora meramente esta inquietação, por ser abrasado por ansiedade e tristeza, e ser cruciado, e ser quase consumido, certamente porque aos fiéis nada é de mais importância do que esta administração *do culto público*, através da qual Deus gradativamente eleva os seus ao alto.

Ora, é preciso notar também isto: que Deus sempre se revelou de tal modo, no espelho de sua doutrina, aos santos patriarcas, para que fosse seu conhecimento espiritual. Donde também o templo é não só chamado ***sua face*** [Sl 42.2], mas também, no afã de destruir toda superstição, ***o estrado de seus pés*** [1Cr 28.2; Sl 99.5; 132.7]. E este é aquele feliz concurso para com a unidade da fé [Ef 4.13], quando, desde o mais alto até o mais baixo, todos aspiram à Cabeça. Tudo quanto de templos os povos têm edificado a Deus, sob outro desígnio, isso lhe constituía pura profanação do culto, a qual, embora não com igual propósito, no entanto, até certo ponto, os judeus degeneraram; o que, da boca de Isaías, Estêvão lhes censura, a saber, que "Deus não habita em templos feitos por mãos" etc. [Is 66.1; At 7.48,49], porque só Deus, mediante sua Palavra, santifica templos para si para uso legítimo. E se algo tentamos temeriamente, sem seu endosso, de pronto ao mau princípio aderem fic-

ções adventícias, com as quais o mal é propagado desmesuradamente. Não obstante, inconsideradamente *agiu* Xerxes quando, a conselho dos magos, queimou ou arrasou a todos os templos da Grécia, porque julgaria absurdo que os deuses fossem encerrados por paredes e telhados, a quem todas as *coisas* devem estar livremente manifestas. Como se, de fato, não esteja no poder de Deus descer, de certo modo, até nós, para estar perto de nós; contudo, não para mudar de lugar, nem confinar-nos a meios terrenos, antes, pelo contrário, mercê de certos veículos, elevar-nos acima, a sua glória celeste, que a tudo preenche em sua imensidade, enquanto, na verdade, aos céus supera em altura.

6. O ministério eclesiástico no ensino da Escritura: instrumento de Deus cuja eficiência reside no poder do Espírito a operar nele

Com efeito, visto que nesta época tem havido grande disputa acerca da eficácia do ministério, enquanto uns lhe amplificam hiperbolicamente a dignidade, outros tentam erroneamente transferir ao homem mortal o que é próprio do Espírito, se julgamos que os ministros e mestres penetram às mentes e corações, para que corrijam tanto a cegueira daqueles, quanto a dureza destes, é preciso que se estabeleça a definição correta desta controvérsia.

O que de uma e outra parte disputam, com nenhuma dificuldade, facilmente se resolverá observando claramente as passagens onde Deus, o autor da pregação, com ela associando seu Espírito, daí promete fruto, ou outro lado onde, separando-se dos subsídios externos, tanto os princípios da fé quanto todo seu curso reivindica exclusivamente para si. O ofício do segundo Elias foi, conforme o atesta Malaquias, iluminar as mentes e “converter os corações dos pais aos filhos, e os incrédulos à sabedoria dos justos” [Ml 4.5, 6; Lc 1.17]. Cristo declara que envia os apóstolos para que produzam fruto de seu labor [Jo 15.16]; que fruto é esse, entretanto, Pedro o define sucintamente, dizendo que “somos regenerados de semente incorruptível” [1Pe 1.23]. Sendo assim, Paulo se gloria de haver gerado os coríntios através do evangelho [1Co 4.15] e de “serem eles o selo de seu apostolado” [1Co 9.2]; ainda mais, de que ele não era ministro da letra, que apenas percutia os ouvidos com o sonido da voz, mas em poder [1Co 2.4; 1Ts 1.5]. Afirma ainda que os gálatas haviam recebido o Espírito pelo ouvir da fé. Finalmente, em muitas passagens não só se faz cooperador de Deus, mas também atribui a si a função de conferir a salvação [1Co 3.9].

Certamente que todas estas *coisas* jamais levou o Apóstolo ao ponto de atribuir a si sequer um mínimo à parte de Deus, como o expõe sucintamente em outro lugar: “nosso trabalho no Senhor não veio a ser inútil” [1Ts 3.5], “segundo seu poder que opera em mim poderosamente” [Cl 1.29]. Igualmente, em outro lugar: “*Aquele* que operou eficazmente em Pedro para a circuncisão operou também eficazmente em

mim junto aos gentios" [Gl 2.8]. Mais ainda, como aparece em outras passagens em que não atribui coisa alguma aos ministros quando os considera em si mesmos:[6] "*Aquele* que planta não é nada, e aquele que rega nada é; ao contrário, é Deus quem dá o crescimento" [1Co 3.7]. De igual modo: "Trabalhei mais do que todos; não eu, mas a graça de Deus que me assistia "[1Co 15.10]. E certamente importa reter aquelas afirmações em que Deus, prescrevendo a si a iluminação da mente e a renovação do coração, adverte ser sacrilégio o homem que arroga a si alguma parte de uma e outra *dessas duas operações*. Entrementes, segundo a docilidade que cada um demonstre aos ministros que Deus ordenou, reconhecerá, com efeito, com grande proveito pessoal, que este modo de ensinar agrada a Deus não sem razão, e que não sem motivo impôs a todos os seus fiéis este jugo de modéstia.

7. Duplo aspecto da Igreja: invisível, integrada só dos santos; e visível, constituída até mesmo de não-eleitos, portanto imperfeita e terrena

Com efeito, julgo ser já evidente à luz das *coisas* expostas acima que juízo se deve fazer acerca da Igreja visível, acerca das quais podemos adquirir conhecimento. Pois já dissemos que as Sacras Letras falam a respeito da Igreja de duas maneiras. Por vezes, quando mencionam a Igreja, significam aquela que está de fato diante de Deus pela graça da adoção, mas também verdadeiros membros de Cristo pela santificação do Espírito. E então de fato compreende não apenas os santos que habitam na terra, mas ainda a todos os eleitos que existiram desde a origem do mundo. Freqüentemente, porém, com o termo ***igreja*** a Escritura designa toda a multidão de homens difundida no orbe, que professa adorar a um só Deus e Cristo, *que* pelo batismo se inicia na fé, pela participação da Ceia, atesta a unidade na verdadeira doutrina e no amor, tem consenso na Palavra do Senhor e a sua pregação conserva o ministério instituído por Cristo. Entretanto nesta estão imiscuídos muitos hipócritas, que nada têm de Cristo a não ser o nome e a aparência; muitos gananciosos, avarentos, invejosos, maledicentes, alguns de vida mais impura e que são tolerados por um tempo, ou porque não podem ser condenados por juízo legítimo, ou porque nem sempre vigora essa severidade de disciplina que devia. Portanto, da mesma forma que somos obrigados a crer na Igreja invisível para nós e conhecida só de Deus, assim também se nos exige que honremos esta Igreja visível e que nos mantenhamos em sua comunhão.

6. Primeira edição: "Mais ainda, quão nada deixe aos ministros separadamente, de outras passagens se evidencia."

8. Só Deus sabe realmente quais são, de fato, santos e eleitos seus

Conseqüentemente, até onde nos era do interesse conhecê-la por sinais seguros, e como que marcas, no-la assinalou o Senhor. Esta é, na verdade, singular prerrogativa do próprio Deus: saber quem são os seus, como de Paulo citamos acima [2Tm 2.19]. E, com efeito, para que a esse *ponto* a temeridade dos homens se não arrojasse, foi de antemão visualizado, reiterando-o diariamente a própria eventuação, quão longe seus juízos secretos nos superam o entendimento. Ora, também *aqueles* que pareciam inteiramente perdidos, e haviam sido pranteados como além de toda esperança, são por sua bondade recambiados ao caminho; e os que acima de outros pareciam estar de pé amiúde se prostram arruinados. Sendo assim, segundo a predestinação secreta de Deus, como diz Agostinho, "muitas são as ovelhas do lado de fora, muitos são os labos do lado de dentro".[7] Pois *Deus* conhece, e os tem marcados, os que não conhecem nem a ele, nem a si *próprios*. Mas, daqueles que trazem às claras sua marca, unicamente seus olhos vêem os que não apenas são santos sem dissimulação, mas também hão de perseverar até o fim [Mt 24.13], o que é, afinal, o clímax da salvação.

Por outro lado, entretanto, porque previa ser-nos até certo ponto conveniente que soubéssemos quem fosse de nos ter por seus filhos, nesta parte ele se acomodou a nossa capacidade de entendimento. E porque não era necessária a certeza da fé, pôs em seu lugar um como que juízo da afeição, mediante o qual reconheçamos por membros da Igreja *aqueles* que pela confissão de fé, pelo exemplo de vida e pela participação dos sacramentos, professam conosco o mesmo Deus e Cristo. Mas o conhecimento do próprio corpo, quanto mais sabia ser necessário para nossa salvação, tanto mais o recomendou por certas marcas.

9. As marcas distintivas da Igreja, universal na extensão, local na expressão, pessoal na constituição

Daqui nos desponta, e nitidamente nos emerge aos olhos, a face da Igreja. Pois onde quer que vemos a Palavra de Deus ser sinceramente pregada e ouvida, onde *vemos* os sacramentos serem administrados segundo a instituição de Cristo, aí de modo algum há de contestar-se que está presente uma igreja de Deus, visto que sua promessa não pode enganar: "Onde estiver dois ou três congregados em meu nome, aí estou no meio deles" [Mt 18.20]. Mas, para que apanhemos claramente a suma desta matéria, é preciso que avancemos com estes passos: a Igreja Universal é a multidão congregada de todas as nações, a qual, espalhada e dispersa pelos lugares mais remotos, entretanto consente na única verdade da doutrina divinal e é congregada pelo vínculo da mesma religião; sob esta *Igreja Universal* estão assim com-

7. *Tratados Sobre o Evangelho de João,* XLV, 12.

preendidas as igrejas individuais, as quais, em razão da necessidade humana, estão dispostas por cidades e vilas, de sorte que, de direito, cada uma obtenha o nome e a autoridade da Igreja; os indivíduos que, pela profissão de piedade, são desse modo contados entre as igrejas, embora de fato sejam estranhos à Igreja, contudo a ela, de certo modo, pertencem, até que, pelo consenso público, tenham sido eliminados.

Todavia, um pouco diverso é o procedimento no julgar os indivíduos em particular e as igrejas. Ora, é possível que aconteça que, em virtude do consenso comum da Igreja, mercê do qual são introduzidos e tolerados no corpo de Cristo, no entanto devamos tratar como irmãos e tê-los na condição de fiéis quem absolutamente não pensaremos serem dignos do consórcio dos pios. A tais não aprovamos com nosso sufrágio como membros da Igreja, mas lhes deixamos o lugar que têm no povo de Deus, até que seu direito legítimo *lhes* seja tirado. Mas da própria multidão se sentirá de outra maneira: se ela tem o ministério da Palavra e se honra com a administração dos sacramentos, indubitavelmente longe de merecer ser tida e considerada como igreja, porque essas *coisas* certamente não são sem fruto. Assim também preservamos à Igreja Univeral sua unidade, a qual espíritos diabólicos têm sempre diligenciado por destruir; tampouco defraudamos as assembléias legítimas de sua autoridade, as quais foram distribuídas conforme a oportunidade dos lugares.

10. Igreja genuína é toda aquela que proclama a Palavra fielmente e ministra os sacramentos dignamente. Abandoná-la constitui falta mui grave

Já estabelecemos a pregação da Palavra e a observância dos sacramentos como sinais para distinguir-se a Igreja, porque estas não podem existir em parte alguma sem que frutifiquem e prosperem pela bênção de Deus. Não estou dizendo que onde quer que a Palavra é pregada aí apareça fruto de imediato; mas, em nenhum lugar é *ela* recebida e tem *seu* assento firmado que não ponha à mostra sua eficácia. Seja como for, onde se ouve reverentemente a pregação do evangelho, nem os sacramentos são negligenciados, aí, por *todo* esse tempo, a face da Igreja aparece não enganosa, nem ambiguamente, da qual a ninguém se permite impunemente a autoridade menosprezar, ou as advertências rejeitar, ou os conselhos resistir, ou das censuras zombar; muito menos a abandonar e cindir sua unidade. Pois o Senhor tem em tão elevada conta a comunhão de sua Igreja, que considera covarde e desertor da religião todo aquele que contumazmente se aliena de qualquer comunidade cristã que, ao menos, cultive o verdadeiro ministério da Palavra e dos Sacramentos. Ele estima a tal ponto sua autoridade que, quando é violada, considera como que diminuída sua própria *autoridade*. Ora, nem é de pouca importância que *a Igreja* seja chamada "a coluna e fundamento da verdade" e "a casa de Deus" [1Tm 3.15], palavras estas por meio das quais Paulo dá a saber que, para que não pereça a verdade de Deus no

mundo, a Igreja é sua fiel depositária; porquanto, por seu ministério e obra, Deus quis fosse conservada pura a pregação de sua Palavra; e, enquanto nos nutre com alimentos espirituais e procura fomentar tudo quanto nos enriqueça a salvação, ele se nos exibe como um pai de família.

Igualmente, não é louvor vulgar dizer que *a Igreja* é eleita e separada por Cristo para ser sua esposa, que "fosse sem ruga e sem mácula" [Ef 5.27], "seu corpo e sua plenitude" [Ef 1.23]. Do quê se segue que o abandono da Igreja é negação de Deus e de Cristo, razão por que mais se deve guardar de tão celerado dissídio, porque, enquanto nos esforçamos, quanto está em nós, por fomentar a ruína da verdade de Deus, somos dignos de que *ele* dardeje *seus* raios com todo o ímpeto de sua ira, a fim de fazer-nos em pedaços. Não se pode imaginar mais atroz qualquer crime do que o de violar com sacrílega perfídia o matrimônio que o Unigênito Filho de Deus se dignou contrair conosco.

11. Necessidade de manter-se e o constante perigo de deturpar-se tanto a fiel pregação da Palavra quanto a pura observância dos Sacramentos, sem as quais a Igreja não subsiste

Portanto, mantenhamos diligentemente essas marcas impressas na mente e *as* estimemos segundo o arbítrio do Senhor. Pois nada há que Satanás mais diligencie por fazer do que a um ou outro desses *dois sinais*, ou a ambos, suprimir e destruir; sabendo que, subtraindo e desfazendo essas marcas, está detraindo a verdadeira e genuína distinção da Igreja; ou sabendo que, incutindo o desprezo por elas, nos arrebata da Igreja com manifesta apostasia. Por sua arte, tem acontecido que a pura pregação da Palavra tem evanescido em alguns séculos; e agora, com a mesma improbidade, *Satanás* se vota a perverter o ministério, o qual, entretanto, Cristo assim ordenou na Igreja que, sendo ele suprimido, a edificação desta perece [Ef 4.12]. Ora deveras quão perigosa, mais ainda, quão fatal tentação é quando vem à mente abandonar esta congregação, na qual se percebem os sinais e senhas com os quais o Senhor julgou estar a Igreja suficientemente representada! Estamos vendo quão grande acautelamento se há de aplicar de uma e outra parte!

Ora, para que sob o nome ***igreja*** não se nos impinja impostura, a essa prova, como a uma pedra de toque, deve ser submetida toda congregação que pretenda o título ***igreja.*** Caso detenha a ordem determinada pelo Senhor na Palavra e sacramentos, de forma alguma nos enganará; poderemos conferir-lhe confiantemente a honra devida às igrejas; em contrapartida, porém, se ela se ostenta sem a Palavra e os sacramentos, é preciso guardar-nos de tais embustes, não menos religiosamente do que se impõe, na outra parte, evitar a temeridade e a soberba.

12. DIVERGÊNCIAS EM PONTOS SECUNDÁRIOS DE DOUTRINA NÃO JUSTIFICAM VIOLAR-SE A UNIDADE DA IGREJA SEPARANDO-SE DELA

Continuamos dizendo que o puro ministério da Palavra, e o puro rito na celebração dos sacramentos, são penhor e garantia idôneos de que podemos, com segurança, abraçar como igreja a sociedade em que subsistam um e outro; isso vale até o *ponto* em que em nada deve ser rejeitada enquanto *ela* persistir neles, ainda que, de outra sorte, esteja manchada de muitas falhas. E, ainda mais, poderá insinuar-se algo de vício quer na *ministração* da doutrina, quer na ministração dos sacramentos, não devemos alienar-nos de sua comunhão. Pois, nem todos os artigos da doutrina verdadeira são de um *só* molde. Há certos *artigos* tão necessários de se conhecer que importa sejam a todos fixos e indubitados, como os princípios próprios da religião, quais são: que há um só Deus; que Cristo é Deus e o Filho de Deus; que a salvação se funda na misericórdia de Deus, e semelhantes. Há outros que, controvertidos entre as igrejas, entretanto não quebram a unidade da fé.

Ora, o que dizer de igrejas que entram em desarmonia por causa deste único *motivo*, a saber, que alguém, pelo prazer de contenda, acredita que as almas migram para os céus deixando imediatamente seus corpos, outra nem mesmo ousa definir quanto a lugar, no entanto afirma categoricamente que elas vivem para o Senhor? São palavras do Apóstolo: “Todos quanto somos perfeitos tenhamos o mesmo sentimento; se algo entendeis de maneira diferente, também isto o Senhor vos haverá de revelar” [Fp 3.15]. Porventura ele não está indicando suficientemente que o dissentimento acerca destas coisas não deve necessariamente ser matéria de separação entre cristãos? Indubitavelmente deve estar em primeiro plano que em todas *as coisas* estejamos de acordo; mas uma vez que ninguém que não esteja envolto de alguma nuvenzinha de ignorância, ou não admitamos nenhuma igreja, ou perdoemos o engano nessas coisas que podem ser ignoradas sem violar a suma da religião, e que não ponha em risto a salvação.

Aqui, porém, não gostaria de patrocinar a nenhum erro, sequer os mais diminutos, de modo a pensar que devam ser fomentados, agindo com complacência e com conivência. Digo, porém, que não devemos, por causa de algum pequeno desentendimento, abandonar irrefletidamente a Igreja que guarda em sua pureza e perfeição a doutrina principal de nossa salvação e administra os sacramentos como o Senhor os instituiu. Entrementes, se fizermos esforços em corrigir o que desagrada, fazemo-lo por nosso dever. E a isso se inclui a injunção de Paulo: “Mas, se a outro, que estiver assentado, for revelada alguma coisa, cale-se o primeiro” [1Co 14.30]. Do quê se faz evidente que a cada membro da Igreja requer-se o esforço da edificação pública segundo a medida da sua graça, desde que decentemente e em conformidade com a ordem, isto é, de modo que não renunciemos à comunhão da Igreja, nem perturbemos nela a paz e a disciplina devidamente exercitada.

13. NÃO SE PODE ESPERAR PERFEIÇÃO PLENA NA VIDA DA IGREJA, VISTO QUE ESTARÁ SEMPRE SUJEITA A IMPERFEIÇÕES HUMANAS

Devemos suportar muito mais a imperfeição nos costumes e na vida, pois nisto é bem fácil cair, além do fato de que o Diabo é munido de grande astúcia para nos enganar.[8] Ora, sempre houve *os* que, imbuídos de falsa persuasão de santidade absoluta, como se já fossem como que espíritos etéreos, desprezam o convívio de todos os homens nos quais percebam ainda subsistir algo humano. Tais eram outrora os cátaros e os donatistas, os quais se avizinhavam da demência desses. Tais são hoje alguns dentre os anabatistas que querem parecer haver avançado acima dos outros.

Outros há que pecam mais pelo inconsiderado zelo de justiça do que por essa insana soberba. Pois, sempre que entre aqueles aos quais é anunciado o evangelho não vêem deste fruto de vida corresponder à doutrina, imediatamente julgam não existir aí nenhuma igreja. Certamente não deixa de ser justo que se sintam ofendido, porque damos ocasião, não podendo de maneira alguma escusar esta maldita indolência, à qual Deus não deixará impune, pois já começou a castigar com horríveis açoites.[9] Portanto, ai de nós que com tão dissoluto desregramento de depravações delinqüimos que, por nossa causa, as consciências fracas se vêem feridas!

Mas, por sua vez, nisto pecam aqueles que temos referido: que não sabem prescrever medida a seu agravo. Ora, onde o Senhor requer clemência, uma vez omitida, entregam-se inteiros a imoderada severidade. Porque, visto que não pensam existir igreja onde não há sólida pureza e integridade de vida, enquanto, pelo ódio das impiedades, se afastam da Igreja legítima porque julgam ser ela conivente com a facção dos ímpios. Alegam que a Igreja de Cristo é santa [Ef 5.26, 27]. Mas para que compreendam que *a Igreja* é, a um mesmo tempo, mesclada dentre bons e maus, devem ouvir aquela parábola da boca de Cristo na qual *ela* é comparada a uma rede em que são ajuntados peixes de todo gênero, sem que sejam selecionados até serem trazidos à praia [Mt 13.47-50]. Devem ouvir ser *ela* semelhante a um campo que, semeado de bom grão, é infectado de cizânias por ação dolosa de um inimigo, da qual não é expurgado até que a messe seja transportada para a eira [Mt 13.24-30]. Finalmente, devem ouvir ser *ela* uma eira, na qual o trigo é ajuntado, devendo permanecer escondido por sob a palha até que, joeirado com abano e peneira, finalmente seja recolhido ao celeiro [Mt 3.12]. Porque, se o Senhor declara que a Igreja haverá de labutar até o dia do Juízo com este mal, que seja onerada da mistura dos réprobos, em vão a procuram destituída de toda e qualquer mancha.

---

8. Primeira edição: “Mas, em tolerar-se imperfeição de vida muito mais longe deve proceder nossa indulgência, pois, aqui mui escorregadia é a queda, nem de vulgares artifícios aqui ciladas nos arma Satanás.”

9. Primeira edição: “Mui justa é, certamente, a ofensa, e [ofensa] a que mais abundante ocasião oferecemos neste século misérrimo. Nem se permite excusar nossa maldita inação, que o Senhor não deixará impunida, senão que começa já a castigar com pesados açoites.”

14. Temos em Corinto o exemplo de Igreja eivada de imperfeições, ainda assim sendo reconhecida como Igreja genuína

Clamam, porém, ser coisa intolerável que uma peste de vícios grasse tão generalizadamente. O que fazer se também aqui vem a lume o parecer do Apóstolo? Entre os coríntios, não uns poucos haviam se desviado; ao contrário, a mazela havia ocupado quase todo o corpo; não havia apenas uma espécie de pecado, mas muitas; tampouco os erros eram leves, mas muitas abominações horrendas; não havia somente corrupção de costumes, mas também de doutrina. O que aqui faz o santo Apóstolo, isto é, órgão do celeste Espírito, por cujo testemunho a Igreja está de pé ou cai? Porventura busca separar-se deles? Porventura os exclui do reino de Cristo? Porventura os fere com o raio máximo do anátema? Não só nada disto faz; ao contrário, não apenas os reconhece, mas ainda os proclama Igreja de Cristo e sociedade de santos [1Co 1.2].

Se entre os coríntios permanece a Igreja, onde fervem contenções, divisões, emulações, onde vigoram litígios e querelas, juntamente com a cobiça de posse, onde é abertamente aprovado um crime nefando que aos próprios gentios seria execrável, onde é petulantemente difamado o nome de Paulo, a quem deveriam honrar como a um pai, onde alguns têm em zombaria a ressureição dos mortos, com cuja derrocada rui juntamente todo o evangelho, onde as graças de Deus servem à ambição, não ao amor, onde se fazem muitíssimas *coisas* indecente e desordenamente, e visto que permanece que aí não é repudiado o ministério da Palavra e dos sacramentos, quem ouse arrebatar o título de *igreja* àqueles a quem não se pode impingir a décima parte desses crimes? *Aqueles* que, com tão grande impertinência, se mostram rigorosos para com as igrejas atuais, pergunto, que teriam feito aos gálatas, que por pouco não se fizeram desertores do evangelho [Gl 1.6], entre os quais, no entanto, o mesmo Apóstolo achava igrejas? [Gl 1.2].

15. É indispensável manter-se a pureza da Igreja com todo zelo, e é lamentável quando nela se tolera lassidão de costumes, contudo nem com isso sua comunhão deva ser renunciada, bem como a participação da Ceia do Senhor

Objetam ainda que Paulo censura severamente aos coríntios, porque em seu convívio toleravam um homem escandaloso [1Co 5.1,2], e em seguida estabelece um princípio geral, no qual declara que não é lícito sequer comer pão com um homem de vida dissoluta [1Co 5.11]. Aqui exclamam: “Se não é permissível comer *com ele* o pão comum, como é permissível comer o pão do Senhor?” Certamente reconheço ser grande aviltamento se entre os filhos de Deus tenham lugar os porcos e os cães. Muito mais ainda é que entre eles seja prostituído o sacrossanto corpo de

Cristo. De fato, se as igrejas não forem bem reguladas, passarão a tolerar em seu seio aos celerados, nem admitirão àquele sagrado repasto ao mesmo tempo dignos e indignos, indiscriminadamente. Mas, dado que nem sempre os pastores vigiam com a devida diligência, e às vezes são mais gentis e suaves do que conviria, o que talvez os impede de exercer tanta severidade como desejariam, o fato é que nem sempre os maus são expulsos da companhia dos bons.[10] Confesso ser isto uma falha, nem a quero atenuar, quando Paulo acremente a repreende nos coríntios. Todavia, ainda quando a Igreja seja remissa em *seu* dever, nem por isso será *direito* de cada um em particular assumir a si pessoalmente a decisão de separar-se.

Evidentemente, não nego que seja *dever* do homem piedoso subtrair-se a todo relacionamento íntimo *ou pessoal* dos réprobos, não se imiscuindo com eles em nenhum relacionamento voluntário; uma coisa, porém, é evitar o convívio dos maus; outra, por aversão a eles, renunciar à comunhão da Igreja. Que, porém, pensam ser um sacrilégio participar com eles do pão do Senhor, nisso muito mais rígidos são do que Paulo. Ora, quando *ele* nos exorta à santa e pura participação, não requer que um examine ao outro, ou cada um *examine* a igreja toda; ao contrário, que cada um examine a si *mesmo* [1Co 11.28]. Se comungar com o indigno fosse ilícito, certamente Paulo ordenaria que olhássemos em volta para vermos se porventura haveria alguém na multidão de cuja impureza seríamos poluídos. Ora, quando ele só requer de cada um a prova de si próprio, evidencia que de modo algum somos prejudicados se algum indigno se imiscuir conosco. Nem outra *coisa* ele tem em vista quando acrescenta depois: "Quem come indignamente, come e bebe juízo para si" [1Co 11.29]. *Paulo* não diz ***para outros***; mas, ***para si***. E com razão, pois não deve ser posto no arbítrio de cada um a quem deva receber e quem deva repelir. Este reconhecimento, que não pode ser exercido sem legítima ordem, é de toda a Igreja, como depois se haverá de dizer mais amplamente. Portanto, será injusto ser alguém, pessoalmente, poluído pela indignidade de outrem, a quem nem pode, nem deve, barrar o acesso.

16. O ZELO DOS PURISTAS EXTREMADOS PROVÉM DE FALSA OPINIÃO DE PERFEIÇÃO PESSOAL, DE ESPÍRITO CONTENCIOSO, DE SENSO DEFEITUOSO DA DISCIPLINA ECLESIÁSTICA, DA NOÇÃO DEFICIENTE DA COMUNHÃO E UNIDADE DA IGREJA

Mas, se bem que, de inconsiderado zelo de justiça, esta tentação sucede por vezes até aos bons, contudo descobriremos que o excessivo rigorismo nasce mais do

10. Primeira edição: "Mas, porque não tão diligentemente vigiam sempre os pastores, por vezes são até mais indulgentes do que convenha, ou são impedidos de poder exercer essa severidade que desejariam, acontece que não sempre do convívio dos santos sejam removidos até mesmo os ostensivamente maus."

orgulho, da arrogância e de falsa opinião de santidade, que da verdadeira santidade e de seu verdadeiro zelo. Assim sendo, *aqueles* que são mais ousados que os demais a fomentar defecção da Igreja, e como que vanguardeiros de insígnias, estes, na maioria das vezes, nenhuma outra coisa têm senão que, pelo desprezo de todos, se ostentam ser melhores que os demais. Portanto, Agostinho *fala* bem e sabiamente: "Como", diz *ele*, "a pia razão e medida da disciplina eclesiástica deve visar sobretudo 'à unidade do Espírito no vínculo da paz' [Ef 4.3], o que o Apóstolo preceitua se deva observar com suportar-nos mutuamente, e quando isto não é observado, o castigo remedial é não só supérfluo, mas até pernicioso, e por isso já nem remédio se convence ser. Esses filhos do mal que, não pela aversão às iniqüidades alheias, mas pelo zelo de suas contenções, afetam ou atrair todos, ou de fato dividir as turbas fracas, enredilhados na jactância de seu *próprio* nome, intumescidos de orgulho, ensandecidos de obstinação, insidiosos em calúnias, turbulentos em sedições; para que não se mostrem carecer da luz da verdade, estedem por diante a sombra de rígida severidade; e *as coisas* que nas Santas Escrituras, preservada a sinceridade do afeto e mantida a unidade da paz, foram preceituadas para, de mais moderado cuidado, se tornarem *meios* para corrigir as falhas dos irmãos, aplicam para o sacrilégio do cisma e a ocasião de exclusão."[11] Aos homens pios e cordatos, porém, *Agostinho* dá este conselho: "que corrijam compassivamente o que podem; o que não podem, tolerem pacientemente, e com amor, deplorem e lamentem, até que Deus ou emende e corrija, ou, na colheita, arranque as cizânias e joeire as palhas."[12]

Com estas armas, todos os pios diligenciem por equipar-se para que, enquanto a si parecem extremados e animosos vindicadores da justiça, não se afastam do reino dos céus, que é o único reino da justiça. Ora, visto que Deus quis que a comunhão de sua Igreja seja cultivada nesta sociedade externa, quem, por aversão aos réprobos, quebra a senha desta sociedade, trilha um caminho no qual cair é o deslize da comunhão dos santos. Pensem em uma grande multidão haver muitos verdadeiramente santos e inocentes perante os olhos do Senhor, que à percepção lhes escapem. Pensem que, até mesmo dentre aqueles que parecem tomados de enfermidade, muitos há que, de modo algum, se comprazem ou lisonjeiam em seu vícios; ao contrário, vez a pós vez, despertados de sério temor do Senhor, a maior integridade aspiram. Pensem que não se deve passar juízo a respeito de um homem por um *só* ato, quando de mui grave queda caem, por vezes, os mais santos. Pensem que precisam de mais tempo para congraçar a Igreja, quer no ministério da Palavra, quer na participação dos mistérios sagrados, que todo esse poder possa evanescer pela culpa de uns ímpios. Considerem, finalmente, que, quando se trata de discernir se uma Igreja é ou não de Deus, o juízo de Deus deve ser preferido ao dos homens.

11. *Contra a Carta de Parmeniano*, livro III, capítulo I, 1.
12. Ibid., capítulo II, 15.

17. A Igreja é santa, contudo não significa que seus membros tenham a santidade absoluta e perfeita

Visto que também opõem não sem razão de a Igreja ser chamada santa, convém pesar bem em que santidade ela se distingue, para que não *suceda*, se não queremos admitir Igreja senão absoluta em todos os sentidos, façamos com que não reste nenhuma *Igreja*. Certamente, é verdadeiro o que Paulo diz: "como também Cristo amou a Igreja e a si mesmo se entregou por ela, para a santificar, purificando-a com a lavagem da água, pela palavra, para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, mas santa e irrepreensível" [Ef 5.25-27]. Entretanto, também nada é menos verdadeiro que isto: que o Senhor opera diariamente para desfazer as rugas e apagar as manchas. Do quê se segue que sua santidade ainda não está plenamente consumada. Portanto, assim é santa a Igreja: visto que avança diariamente, ainda não é perfeita, está fazendo progresso diariamente, contudo ainda não chegou à meta de santidade, como também se haverá de explicar-se mais amplamente em outro lugar.

Portanto, os profetas vaticinam que Jerusalém haverá de ser santa, "estranhos não mais passarão por ela" [Jl 3.17], "os impuros não haverão de entrar em seu sacrossanto templo" [Is 35.8; 52.1]. Não o entendamos como se não haveria de existir nenhuma falta nos membros da Igreja; mas visto que os fiéis aspiram, de todo o coração, a uma santidade e pureza plenas, a liberalidade de Deus lhes atribui tal perfeição, embora ainda não a tenham. E ainda que, mais freqüentemente, raros indícios subsistam de santificação deste molde entre os homens, entretanto é preciso afirmar que nunca houve algum período de tempo, desde a criação do orbe, em que o Senhor não tenha mantido sua Igreja; também jamais haverá um *tempo*, até a consumação do mundo, em que ela não se faça presente. Ora, ainda que já desde o princípio todo o gênero humano haja se corrompido e viciado foi pelo pecado de Adão, entretanto desta como que massa poluída *Deus* santifica sempre alguns vasos para honra, para que não haja qualquer era em que não experimente sua misericórdia, o que *ele* fez manifesto por meio de promessas infalíveis, como estas: "Fiz uma aliança com meu escolhido, e jurei a meu servo Davi, dizendo: Tua semente estabelecerei para sempre, e edificarei teu trono de geração em geração" [Sl 89.3, 4]. Igualmente: "Porque o Senhor escolheu a Sião; desejou-a para habitação, dizendo: Este é meu lugar de repouso para sempre; aqui habitarei, pois o desejei" [Sl 132.13, 14]. Também: "Isto diz o Senhor, que dá o sol para luz do dia, a lua e as estrelas para luz da noite. Se estas ordenanças falharem diante de mim, então a semente de Israel também cessará" [Jr 31.35, 36].

18. Os profetas, embora denunciassem com inusitada veemência as transgressões de Israel, nem por isso rompiam com a comunidade execrada, a Igreja de então

O próprio Cristo, os apóstolos e quase todos os profetas nos propiciaram exemplo desta matéria. Horrendas são aquelas descrições nas quais Isaías, Jeremias, Joel, Habacuque, entre outros, deploram a grande desordem da Igreja hierosolimitana. Entre a plebe, entre a magistratura, entre os sacerdotes todas *as coisas* haviam de tal forma se corrompido, que Isaías não recua em nivelar Jerusalém a Sodoma e Gomorra [Is 1.10]. A religião fora em parte desprezada, em parte contaminada; nos costumes a cada passo mencionam furtos, pilhagens, traições, matanças e crimes semelhantes. Entretanto, nem por isso os profetas erigiam para si novas igrejas, nem erguiam novos altares, nos quais tivessem sacrifícios separados. Mas, de qualquer natureza que fossem os homens, no entanto, porque consideravam que o Senhor havia depositado sua Palavra entre eles e instituído cerimônias nas quais era ali adorado, mãos puras se estendiam para ele no meio da assembléia dos ímpios. Por certo que, se houvessem pensado que daí contrairiam algum contágio, cem vezes teriam antes morrido do que permitir ser aí arrastados. Portanto, nada os retinha de se separarem, senão o empenho de conservar a unidade. Pois se os santos profetas tiveram escrúpulo em alienar-se da Igreja ante os muitos e máximos crimes, não de um ou outro homem, mas de quase todo o povo, arrogamos demais para nós se ousamos abandonar incontinenti a comunhão da Igreja onde nem todos os costumes satisfazem ou a nosso critério, ou mesmo à profissão cristã.

19. A atitude de abandonar a Igreja em razão das falhas e transgressões de seus membros não prova ser a atitude de Cristo e dos apóstolos

Ora, de que natureza foi o tempo de Cristo e dos Apóstolos? Entretanto, nem aquela desesperada impiedade dos fariseus e a dissoluta licenciosidade do viver, que por toda parte então reinava, pôde impedir que usassem dos mesmos *ritos* sagrados com o povo e se reunissem em um *mesmo* templo com os demais para os exercícios públicos da religião. Donde *procede* isto senão porque *aqueles* que participavam dos mesmos *ritos* sagrados com *eles* com uma consciência pura sabiam que de forma alguma eram contaminados pela associação dos maus?

Se a alguém pouco movem os profetas e os apóstolos, que ao menos esse aquiesça à autoridade de Cristo. Portanto, bem *se expressa* Cipriano: “Ainda que cizânias”, diz *ele*, ”ou vasos impuros se vêem na Igreja, contudo não há por que *nós* mesmos nos retiremos da Igreja, senão que nosso dever é procurar ser trigo, ser,

quanto nos seja possível, vasos de ouro ou de prata.[13] Mas quebrar os vasos de barro é *apanágio* exclusivo do Senhor, a quem também foi dada uma vara de ferro [Sl 2.9; Ap 2.27], nem vindique para si quem quer que seja o que só é próprio ao Filho; de sorte que seja bastante para joeirar a eira, limpar a palha e a todas as cizânias separar por juízo humano [Mt 3.12; 13.40; Lc 3.17]. Soberba é tal obstinação, e sacrílega presunção, que a ímpia loucura assume para si" etc. Portanto, permaneça fixado um e outro destes *dois pontos*: *primeiro*, que nenhuma escusa tem aquele que, deliberadamente, deserta a comunhão exterior da Igreja, onde é pregada a Palavra de Deus e são ministrados os sacramentos; segundo, que as faltas e pecados de outros, sejam poucos ou muitos, não nos impeçam de fazer profissão de nossa religião usando os sacramentos e os demais exercícios eclesiásticos juntamente com eles, porquanto uma consciência piedosa não é nem ferida pela indignidade de outrem, quer de pastor, quer de leigo; e os sacramentos do Senhor tampouco deixam de ser puros e santos para o homem limpo por ser recebidos em companhia dos impuros e perversos.

20. A IGREJA, LONGE DE SER PERFEITA, SE FUNDAMENTA E SE SUSTENTA NO CONSTANTE PERDÃO DOS PECADOS

Seu rigorismo e arrogância avançam ainda mais, porque não reconhecem Igreja se não for pura de todas e quaisquer manchas mínimas; de fato, exasperam-se com os mestres probos, porque, ao exortarem os fiéis ao progresso, ensinam que em toda a vida gemem sob o fardo das imperfeições e lutam por alcançar o perdão. Objetam, pois, que desse modo *os fiéis* são distanciados da perfeição. Certamente que confesso que se deve insistir na perfeição, pela qual se deve laborar não lenta ou displicentemente, e muito menos cessar *a labuta*. Afirmo, porém, ser diabólica invenção de sua confiança imbuir os ânimos enquanto estamos ainda no curso *de nossa peregrinação terrena*.

Assim sendo, no Credo a remissão dos pecados se anexa apropriadamente à Igreja, pois esta não a conseguem senão somente os cidadãos e seus familiares, como se lê no Profeta [Is 33.24]. Portanto, é preciso edificar antes esta Jerusalém celestial, na qual tenha, então, lugar esta indulgência de Deus, para que, a quem quer que seja ela concedida, também sua iniqüidade seja expurgada. Digo, porém, que primeiro importa que *a Igreja* seja edificada, não porque seja possível existir alguma Igreja sem remissão dos pecados, mas porque o Senhor não prometeu sua misericórdia senão na comunhão dos santos. Portanto, o primeiro acesso à Igreja e reino de Deus é a remissão dos pecados, sem a qual nada há de pacto ou conjunção

13. Primeira edição: "… somente que nos impõe mourejar para que possamos ser trigo, que nos devemos empenhar e, quanto é possível, diligenciar por que sejamos vaso de ouro ou de prata."

entre nós e Deus. Pois *Deus* assim fala através do Profeta: "Naquele dia vos firmarei um pacto com o animal do campo, com a ave do céu e o réptil da terra. Da terra esmigalharei o arco, a espada e a guerra, e sem terror farei que os homens durmam. Desposar-vos-ei para mim para sempre; sim, desposar-vos-ei em justiça, em juízo, em misericórdia e compaixões" [Os 2.18, 19]. Vemos como, mediante sua misericórdia, o Senhor nos reconcilia consigo. Assim, também em outro lugar, quando prediz que o povo que espalhara em sua ira seria novamente congregado: "E os purificarei de toda sua maldade com que pecaram contra mim" [Jr 33.8]. Portanto, somos iniciados à sociedade da Igreja pelo sinal da lavagem, para que sejamos ensinados que o ingresso à família de Deus não se concretiza a não ser que, por sua bondade, primeiro nossa sordidez seja purificada.

21. A Igreja, cujo acesso é pelo perdão dos pecados, é também a constante depositária desse perdão

Com efeito, mediante a remissão dos pecados, o Senhor não só, uma vez, nos recolhe e agrega à Igreja, mas também, pela mesma *remissão*, nela nos conserva e guarda. Pois a que propósito serviria nos ser engendrado um perdão que não servisse a nenhum uso? Mas, vã e ilusória seria a misericórdia do Senhor, se ocorresse apenas uma vez, cada um dos piedosos é para si testemunha, porquanto ninguém que em si não seja consciente, por toda a vida, das muitas fraquezas, que necessita da misericórdia de Deus. E, obviamente, não é debalde que Deus promete esta graça peculiarmente aos de sua casa, nem debalde ordena diariamente que seja concedida a mesma proclamação de reconciliação. Assim sendo, como por toda a vida levamos em derredor os remanescentes de pecado, certamente não poderíamos permanecer na Igreja nem um momento, se não nos assistisse continuamente a graça de Deus, perdoando nossas faltas.[14] Mas o Senhor chamou os seus à eterna salvação; portanto eles devem pensar que o perdão está sempre preparado para seus pecados. Porquanto certamente há que estatuir-se que, pela liberalidade divina, sendo interveniente o mérito de Cristo, através da santificação do Espírito, nos foi feito indulto dos pecados, e diariamente se nos faz, *a nós* que fomos admitidos e enxertados no corpo da Igreja.

22. A Igreja exerce o poder das chaves ministrando a remissão dos pecados

A fim de propiciar-nos este bem, à Igreja foram dadas as chaves, pois quando Cristo deu aos apóstolos a comissão e lhes conferiu o poder de remitir os pecados,

14. Primeira edição: "Destarte, como por toda a vida em derredor levamos os remanescentes do pecado, a menos que de constante graça do Senhor em remitirem-se[-nos] os delitos sejamos sustentados, mal na Igreja um [só] momento persistiremos."

não quis propriamente que absolvessem dos pecados aqueles a quem convertessem da impiedade à fé de Cristo, mas antes que se desincumbissem perpetuamente desse ofício entre os fiéis [Mt 16.19; 18.18; Jo 20.23]. Paulo ensina isto quando escreve que a missão de reconciliação foi confiada aos ministros da Igreja, para que exortem ao povo continuamente, em nome de Cristo, a que se reconciliem com Deus [2Co 5.18]. Portanto, na comunhão dos santos, mercê do ministério da própria Igreja, nos são continuamente perdoados os pecados, quando os presbíteros ou bispos, a quem foi confiado este ofício, mediante as promessas do evangelho solidificam as consciências pias na esperança de perdão e de remissão, e isto tanto pública, quanto particularmente, conforme a necessidade o requeira. Ora, muitíssimos há que, em razão de sua fraqueza, necessitam de consolação pessoal, e Paulo afirma que não só através de pregação pública, mas também de casa em casa, testemunhou a fé em Cristo e exortou a cada um em particular acerca da doutrina da salvação. [At 20.20, 21].

Portanto, três *coisas* devemos aqui observar. Em primeiro lugar, por grande que seja a santidade em que os filhos de Deus se distingam, contudo, sempre que habitarem no corpo mortal nesta condição, não podem permanecer na presença de Deus sem a remissão dos pecados; em segundo lugar, este benefício é a tal ponto próprio da Igreja, que não usufruímos dele de outra sorte senão permanecendo na comunhão; em terceiro lugar, *ele* nos é dispensado por intermédio dos ministros e pastores da Igreja, seja pela pregação do evangelho, seja pela ministração dos sacramentos, e neste aspecto sobressai especialmente o poder das chaves que o Senhor conferiu à sociedade dos fiéis. Conseqüentemente, que cada um pense ser este seu dever: não buscar a remissão dos pecados noutro lugar senão onde o Senhor a colocou. Em seu devido lugar se falará da reconciliação pública, *matéria* que diz respeito à disciplina.

23. Uma vez que o crente continua sendo pecador, é preciso buscar continuamente o perdão de pecados

Não obstante, uma vez que esses espíritos frenéticos, aos quais mencionei, tentam arrebatar à Igreja esta âncora singular da salvação, as consciências devem firmar-se ainda mais fortemente contra opinião tão pestilenta. Os novacianos, outrora, agitaram as igrejas com este dogma. Não muito diferentes dos novacianos, porém, também nosso século tem certos *indivíduos* dentre os anabatistas que fomentam os mesmos desviarios. Pois imaginam que no batismo o povo de Deus é regenerado a uma vida pura e angelical que não é viciada de nenhuma sordidez da carne. Mas se alguém vier a transviar após o batismo, nada mais lhe resta senão o inoxerável juízo de Deus. Em suma, não se dá ao pecador decaído, após recebida a graça, nenhuma esperança de perdão, porque não reconhecem outra remissão de pecados, a não ser *aquela* pela qual somos inicialmente regenerados.

Mas, ainda que nenhum engano seja mais claramente refutado pela Escritura,

visto que, no entanto, esses acham a quem o imponham, como também Novácio outrora teve muitos seguidores, mostremos sucintamente o quanto desvairam para perdição própria e de outros. De início, quando, por mandado do Senhor, os santos repetem diariamente esta prece: “Perdoa nossas dívidas” [Mt 6.12], sem dúvida estão confessando que são devedores. Nem pedem em vão, porque o Senhor, por toda parte, outra *coisa* não prescreu que se deva buscar senão *aquilo* que *ele* mesmo houvesse de dar. Ainda mais, embora testificasse que toda oração haverá de ser ouvida pelo Pai, no entanto esta absolvição selou-a com promessa, além do mais, especial. Que mais queremos?

O Senhor requer dos santos confissão dos pecados, e certamente contínua, por toda a vida, e lhes promete perdão. Que ousadia é ou isentá-los de pecado, ou, caso hajam tropeçado, excluí-los totalmente da graça! Ora, a quem *ele* quer que perdoemos setenta vezes sete? Porventura não é aos irmãos [Mt 18.21, 22]? A que propósito preceituou *isto*, senão para que lhe imitemos a clemência? Portanto, perdoa não uma ou duas vezes, ao contrário, quantas vezes, consternados pelo reconhecimento de *suas* faltas, a ele suspiram.

24. Os patriarcas e o Israel de outrora, a despeito de serem o povo de Deus, pecando mesmo que seja gravemente alcançam o perdão divino

E para começarmos quase do próprio berço da Igreja, os patriarcas foram circuncidados, admitidos à participação do pacto, plenamente instruídos, sem dúvida pela diligência do pai *quanto à* justiça e integridade, quando conspiraram para o fratricídio [Gn 37.18] – era um crime a ser abominado até pelos mais depravados salteadores. Finalmente abrandados pelas advertências de Judá, venderam *o irmão* [Gn 37.28] – também esta foi intolerável desumanidade. Simeão e Levi, em vingança nefária, e condenada também pelo juízo do pai, agiram com crueldade para com os siquemitas [Gn 34.25]. Ruben contaminou o leito paterno com a mais torpe devassidão [Gn 35.22]. Judá, cedendo a desejo fornicário, contrariando a lei da *própria* natureza, se une à nora [Gn 38.16-18]. Contudo, tão longe está de serem expulsos do povo eleito, os quais são, antes, levantados como cabeças.

E o que diremos acerca de Davi? Quando seria o sumo administrador da justiça, com quão grande depravação abriu caminho a cega paixão, mediante a efusão de sangue inocente! [2Sm 11.4, 15]. Já havia sido regenerado e entre os regenerados *era* adornado de insignes encômios do Senhor – contudo perpetrou o que até entre os gentios é horrível depravação. E no entanto alcançou perdão [2Sm 12.13].

E, para que não nos detenhamos em exemplos individuais, quantas vezes promessas da divina misericórdia para com os israelitas subsistem na lei e profetas,

tantas vezes se comprova que o Senhor se mostra aplacável para com as ofensas de seu povo. Pois que promete Moisés sucederá quando o povo caído em apostasia se volta para o Senhor? "Deus te reconduzirá do cativeiro, e se compadecerá de ti, e te congregará dentre os povos junto aos quais fores disperso. Se fores disperso até os confins do céu, daí eu te congregarei" [Dt 30.3, 4].

25. Também os profestas estão saturados de promessas de perdão divino ao povo pecador

Não quero, porém, encetar uma enumeração que nunca houvesse de terminar-se, pois os profetas estão saturados de promessas deste gênero, as quais, no entanto, oferecem misericórdia ao povo coberto de crimes infindos. Que iniqüidade há mais grave que a rebelião? Pois é chamada de divórcio entre Deus e a Igreja. Mas isto é superado pela bondade de Deus. "Quem é o homem", diz *o Senhor* por intermédio de Jeremias, "de quem, se a esposa prostituir seu corpo com os adúlteros, com ela tolere fazer as pazes? Mas, de tuas fornicações todos os teus caminhos foram contaminados, ó Judá, encheste a terra de teus sórdidos amores. Mas ainda assim, torna para mim, e eu te receberei. Volta, ó Israel rebelde. Não farei cair minha ira sobre ti, porque sou misericordioso, e não conservarei para sempre minha ira" [Jr 3.1, 12].

E obviamente outro não pode ser o sentimento daquele que afirma não querer a morte do pecador; antes, que se converta e viva [Ez 18.23, 32; 33.11]. Por isso, quando Salomão dedicava o templo, também o destinava a este uso: para que daí fossem ouvidas as orações feitas no afã de obter o perdão dos pecados. "Se contra ti", dizia *ele*, "teus filhos pecarem, pois não há homem que não peque, e irado os entregares a seus inimigos, e em seu coração se arrependerem, e arrependidos te suplicarem em seu cativeiro, dizendo: Pecamos, agimos iniquamente, e orarem na direção da terra que deste a seus pais e na direção deste templo santo, que ouças no céu suas preces, e sejas propício a teu povo que pecou contra ti, e a todas as suas iniqüidades com as quais prevaricaram contra ti" [1Rs 8.46-50]. Tampouco foi sem causa que o Senhor ordenou na lei sacrifícios diários pelos pecados, pois a não ser que o Senhor soubesse que seu povo laboraria em práticas constantes de pecados, nunca o teria provido destes remédios.

26. Aos crentes sob a nova aliança, em Cristo, não menos facultado é o perdão dos pecados

Porventura, pela vinda de Cristo, na qual se revelou a plenitude da graça, foi este benefício detraído aos fiéis, de sorte que não ousem suplicar por perdão dos delitos, os quais, havendo ofendido ao Senhor, não alcancem nenhuma misericórdia? Que outra *coisa* isto seria senão dizer que Cristo veio para perdição, não para a

salvação dos seus, se a indulgência de Deus em perdoar os pecados, que no Antigo Testamento estivera constantemente disponível aos santos, agora foi totalmente removida? Pois se temos fé nas Escrituras que eloqüentemente proclamam que por fim em Cristo se revelou plenamente a graça e a humanidade do Senhor [Tt 2.13], derramada a opulência de *sua* misericórdia [2Tm 1.9; Tt 3.4], consumada a reconciliação de Deus e dos homens [2Co 5.18], não nutramos dúvida de que muito mais benigna se exibe diante de nós a clemência do Pai celestial, a qual não foi cortada nem apoucada.

Com efeito, tampouco disso faltam evidências. Pedro, que ouviu dos lábios de Cristo que quem negasse seu nome diante dos homens, ele também o negaria diante dos anjos celestiais [Mt 10.33; Mc 8.39; Lc 9.26], o negou três vezes em uma só noite, e com graves imprecações [Mt 27.69-74; Mc 14.66-72; Lc 22.54-62; Jo 18.15-17, 25-27], contudo não é privado de perdão [Lc 22.32; Jo 21.15-17]. *Aqueles* que entre os tessalonicenses viviam desregradamente são castigados de modo que *Paulo* os convida ao arrependimento [2Ts 3.6, 11-15]. Por certo que nem tampouco Pedro desespera a Simão Mago, senão que, antes, o exorta a nutrir boa esperança, quando o persuade a recorrrer à oração.

27. Às igrejas dos tempos apostólicos é também assegurado o perdão misericordioso de Deus

Que *dizer ante o fato de* que, por vezes, pecados gravíssimos se assenhorearam de igrejas inteiras, dos quais, entretanto, Paulo clementemente as poupou, em vez de votar-lhes as cabeças à execração? A defecção dos gálatas não era delito medíocre [Gl 1.6, 7; 3.1; 4.9]; os coríntios eram ainda menos escusáveis que eles, porque eram ricos em abominações ainda maiores; contudo, nem um, nem outro, é excluído da misericórdia do Senhor. Com efeito, aqueles mesmos que, mais do que outros se consentiram em impureza, em fornicação e em licenciosidade, são expressamente convivados ao arrependimento [2Co 12.21]. Ora, permanece e eternamente permanecerá a aliança inviolável do Senhor, a qual firmou solenemente com Cristo, o verdadeiro Salomão, e com seus membros, nestas palavras: “Se seus filhos abandonarem minha lei e em meus juízos não andarem, se minhas justiças profanarem, meus mandamentos não guardarem, visitarei suas iniqüidades com vara, seus pecados com açoites; minha misericórdia, porém, não afastarei dele” [Sl 89.30-33]. Finalmente, pela própria disposição *dos artigos* do Credo somos lembrados de que na Igreja de Cristo reside perpetuamente a graça do perdão dos delitos, porque, depois de haver constituído a Igreja, imediatamente se acrescenta a remissão dos pecados.

28. Mesmo os chamados pecados voluntários, não devidos a fraqueza ou ignorância, são suscetíveis de perdão divino

Alguns, um tanto mais prudentes, quando vêem os dogmas de Novácio sendo refutados pela tão grande clareza da Escritura, não fazem irremissível qualquer pecado, senão a transgressão voluntária da lei, na qual alguém se arremete cônscia e deliberadamente. Com efeito, os que assim falam crêem que não se perdoa nenhum outro pecado, senão o que é cometido por ignorância.[15] Quando, porém, o Senhor ordenou na lei que se oferecessem sacrifícios, uns para expiar os pecados voluntários dos fiéis [Lv 6.1-7], outros para remitir os pecados cometidos por ignorância [Lv 4.1-35], de quão grande improbidade é não conceder nenhuma expiação ao pecado voluntário! Digo que nada é mais evidente que o sacrifício único de Cristo valer para remitir os pecados voluntários dos santos, já que o Senhor assim o testificou nos sacrifícios carnais, que eram meras figuras.

Ademais, quem escuse de ignorância a Davi, que tão profundamente se evidencia ter sido versado na lei? Porventura Davi ignorava que o crime de adultério e homicídio fosse tão grande, quando diariamente o punia nos outros? Porventura o fratricídio parecia coisa legítima aos patriarcas? Porventura os coríntios haviam progredido tanto, que pensassem que a lascívia, a impureza, a fornicação, o ódio, as contendas agradassem a Deus? Porventura Pedro, tão diligentemente advertido, ignorava a tremenda *gravidade* de negar o Mestre? Portanto, não obstruamos, com nossa maldade, o caminho da misericórdia de Deus que se manifesta tão benignamente.

29. O rigorismo quanto aos pecados graves na Igreja primitiva, em contraste com os leves, facilmente perdoáveis porque eram tidos como resultantes da fraqueza humana, longe de implicar que Deus dificilmente os perdoe

Sem dúvida que não me escapa que escritores antigos interpretaram *como* erros mais leves os pecados que aos fiéis se remitem diariamente, os quais se insinuam sorrateiros da fraqueza da carne;[16] o arrependimento solene, porém, que se requeria então para as transgressões mais graves, a eles *lhes* pareceu não mais dever-se repetir como não o era o batismo.[17] Esta interpretação não deve ser assim recebida como se ou quisessem *eles* precipitar no desespero *aqueles* que decaíssem novamente do primeiro arrependimento, ou revelar esses erros, como se fossem *coisas* banais à

15. Primeira edição: “Com efeito, os que assim falam pecado nenhum dignam de perdão, a não ser que, de alguma forma, o desencaminho haja de ter sido por ignorância.”

16. Agostinho, *Contra Duas Cartas dos Pelagianos*, livro I, capítulo XIII, 27.

17. Clemente de Alexandria, *Stromata*, livro II, capítulo XIII, 57,3; Tertuliano, *Da Penitência*, VII, 9.

vista de Deus. Pois sabiam que, freqüentemente, os santos tibubeiam em incredulidade, juramentos supérfluos por vezes lhe escapam, a ira de vez em quando refervem, mais ainda, prorrompem em manifestos vitupérios, ademais, laboram em outros males que o Senhor não abomina ligeiramente; mas assim os chamavam para que os distinguissem das faltas públicas, que vinham ao conhecimento da Igreja com grande escândalo. Que, porém, tão dificilmente perdoavam aqueles que haviam perpetrado algo digno de censura eclesiástica, fazia-se não porque pensassem que o perdão era difícil junto ao Senhor; ao contrário, com esta severidade queriam atemorizar outros, para que não se arrojassem temeriamente a iniqüidades por cujo merecimento fossem alienados da comunhão da Igreja. Contudo, a Palavra do Senhor, que aqui nos deve ser por única regra, incontestavelmente prescreve maior moderação, ainda que ensine até esse ponto dever-se estender o rigor da disciplina, que da tristeza não seja absorvido aquele a quem principalmente importa a resolução [2Co 2.7], como já discorremos mais profusamente supra.

CAPÍTULO II

COMPARAÇÃO DA FALSA IGREJA COM A VERDADEIRA

1. Critério para se distinguir a falsa da verdadeira Igreja: erro doutrinário e ministração incorreta dos sacramentos

Já foi exposto de quanta *importância* entre nós se reveste o ministério da Palavra e dos Sacramentos, e até onde se deva outorgar-lhe reverência, para que nos seja perpétua senha de discernir-se a Igreja. Isto é, *em primeiro lugar*, onde quer que *ele* subsiste íntegro e ilibado, de nenhuma falha ou fraqueza moral é *ela* impedida de suster o título de ***igreja***; em segundo lugar, esse mesmo *ministério* não deixa de ser considerado legítimo por ser viciado de erros os mais triviais. Ora, os erros aos quais se deva tal perdão foi indicado como sendo aqueles pelos quais não seja ferida a principal doutrina da religião, pelos quais não sejam sufocados os artigos da religião que devem ser matéria de consenso entre todos os fiéis; nos sacramentos, porém, *aqueles* que não suprimam nem cancelem a legítima instituição do Autor. Na verdade, tão logo a falsidade irrompeu na cidadela da religião, a suma da doutrina necessária foi transtornada, derruiu-se o uso dos sacramentos, incontestavelmente segue-se a morte da Igreja, exatamente como se deu cabo da vida do homem, quando *lhe* foi traspassada a garganta ou as entranhas lhe foram mortalmente feridas. E isto se evidencia claramente das palavras de Paulo, quando ensina que a Igreja foi alicerçada sobre a doutrina dos apóstolos e dos profetas, *sendo* o próprio Cristo a suprema pedra angular [Ef 2.20]. Se o fundamento da Igreja é a doutrina dos profetas e dos apóstolos, pela qual se ordena aos fiéis que depositem sua salvação só em Cristo, tirada essa doutrina, como o edifício se permanecerá firme por mais tempo? Portanto, necessariamente a Igreja se desaba onde perece aquela suma da religião que é a única que pode suster. Ademais, se a verdadeira Igreja “é coluna e sustentáculo da verdade” [1Tm 3.15], certamente que não é Igreja o reino onde predominam a mentira e a falsidade.

2. O romanismo, uma vez que viola esses cânones, longe está de ser a verdadeira igreja, a despeito de suas pretensões falazes, principalmente a proclamada sucessão apostólica

Nesta medida, como é a situação sob o papismo, é possível entender que *gênero* de Igreja aí subsiste. Em vez do ministério da Palavra, aí reina um regime degenera-

do e conflacionado de falsidades, que em parte extingue a pura luz *da verdade*, em parte a sufoca; no lugar da Ceia do Senhor introduziu-se o mais hediondo sacrilégio; o culto de Deus *foi* deformado por variada e não tolerável aglomerado de superstições; a doutrina, à parte da qual não subsiste Cristianismo, *foi* inteira sepultada e rejeitada; as reuniões públicas, *reduzidas* a escolas de idolatria e impiedade. Portanto, ao nos apartar da funesta participação de tantas abominações, nenhum perigo há de que sejamos arrancados da Igreja de Cristo. A comunhão da Igreja não foi estabelecida com esta lei: que seja um vínculo mercê do qual sejamos enredilhados na idolatria, na impiedade, na ignorância de Deus e em outros gêneros de males; mas, antes, para que sejamos mantidos no temor de Deus e na obediência da verdade.

Deveras magnificamente eles nos exalçam sua Igreja, de sorte que de modo algum outra no mundo pareça existir; então, como se fosse questão encerrada, todos os que se afastam da obediência dessa Igreja que pintam constituem cismáticos; são hereges todos os que ousam lutar contra sua doutrina. Mas, que razões apresentam que confirmem serem eles a verdadeira Igreja? Alegam, à luz de vetustos anais, o que aconteceu outrora na Itália, na França, na Espanha; que *sua* origem traçam daqueles santos varões que, com sã doutrina, *aí* fundaram e levantaram igrejas, e com seu sangue estabeleceram firmemente a própria doutrina e a edificação da Igreja; que na verdade a Igreja, assim entre eles consagrada, não só de dons espirituais, mas também pelo sangue de mártires, foi conservada por perpétua sucessão de bispos, para que não houvesse de perecer. Recordam de quão grande *importância* tornaram essa sucessão Irineu, Tertuliano, Orígenes, Agostinho entre outros.

Quão frívolas são estas *alegações*, e evidentemente risíveis, farei com que não tenham nenhuma dificuldade para entender os que comigo *porventura* queiram ponderá-las por breve tempo. Sem dúvida, também os exortaria a volverem seriamente o espírito para isto, se confiasse poder ensinar entre eles algo de proveito. Quando, porém, eles têm este único propósito: seja qual for a via que tomem, direi somente umas poucas *coisas*, com as quais os homens bons e zelosos do verdadeiro possam desvencilhar-se de suas capciosidades.

Primeiro, indago deles por que não citam a África, o Egito e toda a Ásia? Certamente porque em todas essas regiões cessou essa sacra sucessão dos bispos em virtude da qual se gloriam haverem preservado *suas* igrejas. Chegam, pois, à conclusão, uma vez que têm a verdadeira Igreja, a qual, desde que começou a existir, não foi destituída de bispos, pois têm sucedido uns aos outros em uma série perpétua. Mas, que responderão se eu citar a Grécia? Portanto, indago outra vez deles por que dizem que a Igreja pereceu entre os gregos, entre os quais essa sucessão de bispos nunca foi interrompida, que na opinião desses é o único meio de conservar a Igreja? Fazem dos gregos cismáticos. Mas, por quê? Porque, em se afastando da Sé Apostólica, perderam o privilégio. Como? Porventura não merecem perdê-lo muito

mais os que se desgarraram do próprio Cristo? Portanto, em conclusão, é debalde seu pretexto de sucessão, e mais ainda que eles possuem em toda a perfeição a verdade de Cristo, tal como a receberam de seus antepassados, os antigos doutores.[18]

3. O que caracteriza a verdadeira Igreja não é a sucessão apostólica e fantasias afins, templo e cerimonialismo, mas a pregação correta da Palavra e a obediência a sua doutrina e verdade

Portanto, é evidente que os romanistas não pretendem outra coisa, senão a que pretendiam antigamente os judeus, quando eram acusados pelo Senhor de cegueira, impiedade e idolatria. Pois, como aqueles se gabam vangloriosamente do templo, das cerimônias, dos sacerdócios, coisas essas que lhes pareciam de grande prova para certificar a Igreja, assim, em lugar da Igreja, certas representações externas são por eles interpostas as quais, freqüentemente, longe estão da Igreja e esta pode muito bem subsistir à parte delas. Portanto, nem devem eles ser refutados por nós com outro argumento além daquele com o qual Jeremias assacava contra aquela estulta confiança dos judeus, isto é: "Não vos fieis em palavras mentirosas, dizendo: Templo do Senhor, templo do Senhor, templo do Senhor" [Jr 7.4], quando, em parte alguma, o Senhor nada reconhece como seu, senão onde sua Palavra é ouvida e piedosamente observada. Assim sendo, embora a glória de Deus repousasse no santuário entre querubins [Ez 10.4], e ele havia prometido estabelecer ali seu trono para sempre, sua majestade afastou dali, deixando aquele lugar sem glória nem santidade alguma, porque os sacerdotes corromperam o culto divino com suas superstições. Pois se foi possível que Deus desamparasse o templo para convertê-lo em lugar profano, quando parecia haver sido dedicado para residência perpétua da divina majestade, estes não devem fazer-nos crer que Deus está ligado a pessoas, lugares ou cerimônias externas, de tal maneira que ele esteja como que coagido a permanecer entre aqueles que só mantêm o título ou aparência de Igreja.

E esta é a tese que Paulo sustém na Epístola aos Romanos, do nono capítulo até o duodécimo. Pois perturbava intensamente as consciências fracas que, enquanto aparentavam ser o povo de Deus, *os judeus* não só rejeitavam a doutrina do evangelho, mas até a perseguiam. Portanto, depois que expôs a doutrina, *Paulo* remove esta dificuldade e nega que aqueles judeus, inimigos da verdade, sejam a Igreja, mesmo quando nada lhes faltasse que pudesse, de outra maneira, desejar-se quanto à forma exterior da Igreja. E não alega outra razão senão esta: que não abraçavam a Cristo. Ele fala ainda um tanto mais expressamente na Epístola aos Gálatas, onde, comparando Isaque com Ismael, diz que muitos tinham lugar na Igreja aos quais não

18. Primeira edição: "Segue-se, portanto, ser dissipadiço o pretexto de sucessão, a não ser que a verdade de Cristo, que, pela mão, dos Pais hajam recebido, retenham os pósteros salva e incorrupta, e nela permançam."

pertence a herança, porquanto não foram gerados de mãe livre [Gl 4.22-26]. Do quê, também, desce à comparação da dupla Jerusalém, pois assim como a lei foi dada no Monte Sinai, e o evangelho proveio também de Jerusalém, assim muitos nascidos e criados em condição servil, contudo se gabam de ser filhos de Deus, quando *eles* próprios não passam de bastardos. Nós também, em contraposição, enquanto ouvimos do céu o que uma vez foi pronunciado: "Lança fora a escrava e seu filho" [Gn 21.10], firmados neste inviolável decreto, desprezamos veementemente suas jactâncias insípidas. Ora, se se orgulham de condição exterior, Israel também era circunciso; se contendem acerca de antigüidade, ele era o primogênito; entretanto o vemos ser excluído. Se se busca a causa, Paulo a declara: entre os filhos não foram contados senão aqueles que foram gerados da semente pura e legítima da doutrina [Rm 9.6-8].

Segundo este modo de arrazoar, ele nega que Deus se obrigou a sacerdotes ímpios, pelo fato de que firmara um pacto com seu pai Levi de que ele haveria de ser seu mensageiro ou intérprete. De fato, volta contra eles sua falsa vanglória com que costumavam levantar-se contra os profetas, isto é, que se deveria ter a dignidade do sacerdócio em singular apreço. Isto ele admite de bom grado, e com esta condição argumenta com eles, já que estava preparado a observar o pacto; quando, porém, não respondem em mutualidade, merecem ser repudiados. Ora, que valor tem *essa* sucessão, a menos que tenha também conjunta também a imitação e o teor constante, isto é, que os antecessores, tão logo se inteiram de que estão a degenerar sua origem, sejam privados de toda honra *correspondente* [Ml 2.1-9]. Salvo se, talvez, porque Caifás sucedeu a muitos sacerdotes pios (de fato, a série desde Arão até ele foi contínua), visto que foi digno do nome da Igreja aquela celerada sinagoga. Com efeito, nem nos impérios terrenos se poderia tolerar que a tirania de um Calígula, de um Nero, de um Heliogábalo, dentre outros, porque tenham sucedido aos Brutos, aos Cipiões e aos Camilos, se diga o verdadeiro estado da coisa pública. Especialmente, porém, no regime da Igreja, nada mais leviano do que, posta de parte a doutrina, colocar a sucessão nas próprias pessoas.

Contudo, nem mesmo os santos doutores, que equivocadamente se nos opõe, tiveram jamais o intento de provar que, simplesmente por direito hereditário, há igreja ali onde os bispos se têm sucedido uns aos outros.[19] Mas, embora nada estivessem além de controvérsia, desde o princípio até essa época, ter sido mudado na doutrina, assumiam o que fosse suficiente para aniquilar todos os erros novos: contrapor-se a sua doutrina constantemente e de unânime consenso mantida desde os próprios apóstolos. Portanto, não há por que continuem por mais tempo a embair

19. Primeira edição: "Nem, contudo, propósito algum menos tiveram os santos doutores, que falsamente invocam contra nós, que provar absolutamente, como que por direito hereditário, igrejas haver onde quer que bispos hão sido uns aos outros substituídos."

sob o nome da Igreja, que nós honramos reverentemente, como convém. Quando, porém, se chega à definição *da Igreja*, não só, como se diz, a água chega a sua boca, mas se atolam em sua lama, visto que constituem asquerosa meretriz no lugar da sagrada esposa de Cristo! Para que tal substituição não nos engane, que nos venha à mente, além de outras advertências, também esta de Agostinho. Ora, falando acerca da Igreja diz *ele*: "*Ela* própria é *tal* que por vezes é obscurecida e como que engolfada por multidão de escândalos, por vezes se mostra sossegada e livre na tranqüilidade do tempo, por vezes é coberta e agitada por ondas de tribulações e de tentações."[20] E menciona exemplos dizendo que bem freqüentemente as mais firmes colunas *da Igreja* ou sofrem valentemente o desterro por causa da fé, ou se mantêm ocultas por todo o orbe.[21]

4. O romanismo, alardeando tais exterioridades, pretende ser a Igreja de Cristo, entretanto sem obedecer a sua Palavra, deixando assim de fazer jus a tal título

De igual modo hoje os romanistas nos importunam e terrificam aos ignorantes com o nome da Igreja, quando são adversários capitais de Cristo. Portanto, ainda que exibam templo, sacerdócio e demais exterioridades deste gênero, de modo algum deve mover-nos este enganoso fulgor, pelo qual os olhos dos simplórios são deslumbrados, a admitirmos estar a Igreja onde a Palavra de Deus não se faz presente. Pois esta é a marca perpétua com a qual nosso Senhor assinalou os seus: "Quem é da verdade", diz *ele*, "ouve minha voz" [Jo 18.37]. Igualmante: "Eu sou o bom pastor e conheço minhas ovelhas, e de minhas sou conhecido" [Jo 10.14]; "minhas ovelhas ouvem minha voz, e eu as conheço, e *elas* me seguem" [Jo 10.27]. Pouco antes, porém, dissera: "As ovelhas seguem a seu pastor, porque conhecem sua voz, mas não seguem a um estranho, antes, fogem dele, porque não conhecem a voz dos estranhos" [Jo 10.4, 5]. Portanto, por que agimos deliberadamente como insanos saindo em busca da Igreja, quando Cristo já a marcou de sinal longe de ser dúbio, o qual, onde é contemplado, não pode induzir a erro de que a Igreja certamente está aí onde na verdade está ausente, nada resta que possa dar o verdadeiro sentido da Igreja? Pois a Igreja se fundamenta não sobre juízos de homens, não sobre sacerdócios, mas sobre a doutrina dos apóstolos e dos profetas, nos lembra Paulo [Ef 2.20]. Senão que, antes, ela deve ser distinguida mediante esta linha divisória com a qual Cristo as distinguiu entre si – Jerusalém, de Babilônia; a Igreja de Cristo, da conjuração de Satanás: "Quem procede de Deus", diz *ele*, "ouve as palavras de Deus. Por isso não as ouvis, porque não procedeis de Deus" [Jo 8.47].

---

20. *Carta XCII*, capítulo IX, 30 (A Vicente).
21. Ibid., capítulo IX, 31.

Em síntese, já que a Igreja é o reino de Cristo, e que ele reina somente por meio de sua Palavra, quem duvidará de que é uma mentira [Jr 7.4] a crença que nos querem impor, de que o reino de Cristo está onde não existe seu cetro, isto é, sua Palavra, com a qual tão-somente governa seu reino?[22]

5. Improcedência da alcunha de heresia e cisma que os romanistas lançam contra os de Cristo, visto serem fiéis à Palavra de Deus

De fato eles nos fazem réus de cisma e heresia, porque pregamos uma doutrina distinta, e não lhes obedecemos às leis, e temos em separado *nossas* reuniões para as orações, para o batismo, para a ministração da Ceia e outros atos sacros; isso sem dúvida constitui gravíssima acusação, mas *uma acusação* que, de modo algum, requer longa ou laboriosa defesa. Hereges e cismáticos são chamados *aqueles* que, estabelecida a dissensão, rompem a comunhão da Igreja. De fato esta *comunhão* é sustentada por dois vínculos: a confissão da sã doutrina e a caridade fraterna. Do quê Agostinho impõe esta distinção entre hereges e cismáticos: aqueles, na verdade, corrompem a pureza da fé com dogmas falsos; estes, porém, quebram o vínculo da comunhão às vezes até mesmo na similaridade da fé.

Com efeito, é preciso notar também que esta associação de amor de tal modo depende da unidade de fé, que esta deve ser seu início, o fim, afinal a regra única. Lembremo-nos, pois, que sempre que se nos recomenda a unidade eclesiástica, requer-se que, enquanto *nossas* mentes têm o mesmo sentir em Cristo, também as vontades em mútua benevolência em Cristo têm de ser associadas. E assim Paulo, quando nos exorta em relação a ela, assume que Deus é seu único fundamento, e que há uma só fé e um só batismo [Ef 4.5]. De fato, onde quer que *o Apóstolo* nos ensina a sentir o mesmo e a querer o mesmo, acrescenta imediatamente *em Cristo* [Fp 2.1, 5], ou segundo Cristo [Rm 15.5], significando que a unidade que se processa à parte da Palavra do Senhor é conluio de ímpios, não acordo entre fiéis.

6. A unidade da Igreja que Cipriano também sustenta se enfeixa no senhorio de Cristo, em conformidade com a Palavra da Escritura

Igualmente Cipriano, seguindo a Paulo, afirma que a fonte de toda concórdia eclesiástica se deriva do episcopado único de Cristo. Em seguida adiciona: "A Igreja é una, a qual, em decorrência do incremento de *sua* fecundidade, se estende mais amplamente *formando* uma *verdadeira* multidão, como do sol muitos *são* os raios, mas uma *só* a luz; e os ramos de uma árvore *são* muitos, mas um *só* o tronco firmado

22. Primeira edição: "Em síntese, já que seja a Igreja o Reino de Cristo [e] reine Ele por Sua Palavra somente, será já, porventura, obscuro a quaisquer uns que palavras de mentira [Jr 7.4] sejam essas com as quais se imagina existir o Reino de Cristo sem o Seu cetro, isto é, [sem] Sua sacrossanta Palavra?"

na raiz tenaz. E, quando de uma só fonte fluem muitos riachos, ainda que da prodigalidade da exuberante abundância apareça difusa multiplicidade, unidade, contudo permanece na origem. Arranca-se um raio do corpo do sol: a unidade não sofre divisão. Quebra-se de uma árvore um ramo, o *ramo* quebrado não poderá brotar. Secciona-se da fonte um riacho, este se seca. Assim a Igreja banhada na luz do Senhor: entretanto se estende por todo o orbe uma só luz que se difunde por toda parte."[23] Não se pôde dizer mais apuradamente para exprimir essa indivisível conexão que todos os membros de Cristo têm entre si. Vemos como constantemente nos remete ao próprio Cabeça *da Igreja*. Conseqüentemente, sentencia que as heresias e cismas promanam do fato de que não se volta à fonte da verdade, nem se busca a Cabeça, nem se conserva o ensino do Mestre celestial.[24]

Então se vão e vociferam dizendo que somos hereges, que nos retiramos de sua Igreja, quando não houve nenhuma causa de separação, senão esta única: que de modo algum podem suportar a confissão da pura verdade. Não obstante, deixo de declarar que eles nos expulsaram com anátemas e execrações, o que, afinal, por si só nos absolve mais que suficientemente, a menos que queiram condenar de cisma também aos apóstolos, com os quais temos causa semelhante. Reitero que Cristo predisse a seus apóstolos que sucederá que seriam escorraçados das sinagogas por causa de seu nome [Jo 16.2]. Ora, essas sinagogas de que está falando eram, então, tidas *como* igrejas legítimas. Portanto, uma vez ser evidente que também fomos escorraçados, e estamos preparados a mostrar que isto se deu em função do nome de Cristo, certamente que se impõe indagar acerca da causa antes que se defina algo de nós, de uma forma ou outra. Mas se o querem assim, de bom grado lhes concedo, porque a mim me é suficiente provar que fomos obrigados a deles afastar-nos, para nos achegarmos a Cristo.

7. A Igreja papal se assemelha a Israel de outrora, denunciado pelos profetas em decorrência de seus desvios dos caminhos do Senhor

Mas, certamente ainda mais se comprovará em que lugar devem estar todas as igrejas que a tirania desse ídolo romano ocupou, se *a igreja papal* for comparada com a igreja israelita de outrora, qual foi delineada nos profetas. Entre os judeus e os israelitas subsistia então a Igreja verdadeira, quando persistiriam firmes nas leis do pacto, de fato obtendo da benevolência de Deus esses *elementos* nos quais a Igreja se contém. Tinham na lei a doutrina da verdade; seu ministério estava nas mãos dos sacerdotes e dos profetas. Pelo sinal da circuncisão, eram iniciados na religião; por outros sacramentos eram exercitados à confirmação da fé. Sem dúvida que à sua sociedade competiam os encômios com que o Senhor honrou *sua* Igreja.

23. *Dezessete questões sobre o Evangelho Segundo Mateus*, capítulo XI, 2.
24. *Da Unidade da Igreja Católica*, capítulo V, 2.

Depois que, desertada a lei do Senhor, degeneraram à idolatria e superstição, decaíram em parte dessa prerrogativa. Pois, quem ousou arrebatar o título de ***igreja*** àqueles entre os quais Deus comissionou a pregação de sua Palavra e a observância de *seus* mistérios? Por outro lado, quem ousou, sem qualquer exceção, chamar ***igreja*** a esse ajuntamento onde a Palavra do Senhor é escancarada e impunemente calcada aos pés, onde seu ministério, o cerne principal e, mais ainda, a alma da Igreja é inteiramente destruída?

8. A Igreja persiste em Israel, mesmo nos períodos de maior idolatria e decadência espiritual, contudo corrupta e degradada, como o evidencia a era dos reis

E então, perguntaria alguém, porventura nem mesmo uma porçãozinha da Igreja restou entre os judeus, uma vez que se entregaram à idolatria? A resposta é fácil. Primeiro digo que na própria defecção *à idolatria* houve certa gradação, pois tampouco diremos que a mesma queda se deu em Judá e em Israel no tempo em que, primeiro, um e outro se desviou do culto puro de Deus. Quando Jeroboão, contra a expressa proibição de Deus, fabrica os bezerros e lhes dedica local lícito à adoração, a religião corrompeu inteiramente [1Rs 12.28-30]. Os judeus se contaminaram com costumes ímpios e opiniões supersticiosas antes que falsamente mudassem a condição na forma exterior da religião. Porque, ainda que sob Roboão muitas cerimônias pervertidas já haviam comumente adotado para si, visto que, no entanto, permaneciam em Jerusalém tanto o ensino da lei e o sacerdócio, bem como também os ritos como Deus os instituíra, os piedosos tinham aí tolerável condição de Igreja.

Entre os israelitas, até o reinado de Acabe, as coisas longe *estiveram de* mudadas para melhor; na verdade, então até se degeneraram para pior. *Os reis* que o sucederam depois até a destruição do reino, em parte se lhe assemelharam, em parte, quando quiseram ser um pouco melhores que ele, seguiram o exemplo de Jeroboão; todos, porém, à uma, *foram* ímpios e idólatras. Na Judéia houve, de tempos em tempos, várias mudanças; enquanto reis pervertiam o culto de Deus com superstições por eles engendradas, outros restauravam a religião deturpada, até que também os próprios sacerdotes poluíram o templo de Deus com ritos profanos e abomináveis.

9. A igreja papal, tão corrupta quanto Israel dos tempos de Jeroboão, e até mais idólatra, da qual não se pode associar ao culto sem incorrer em profanação

Então, que os papistas neguem e peçam, se podem, para que atenuem ao máximo seus vícios, *dizendo* que o estado da religião entre eles não é tão corrompido e

viciado como foi no reino de Israel sob Jeroboão. Com efeito, *eles* têm mais crassa idolatria; nem na doutrina são *sequer* uma gotinha mais puros, senão que, talvez, nesta mesma sejam até mais impuros. Deus, e mesmo todos quantos são dotados de mediano discernimento, serão minhas testemunhas, e o próprio fato em si também o declara, que não estou exagerando aqui.

Ora, quando nos querem constranger à comunhão de sua Igreja, duas *coisas* exigem de nós: primeira, que participemos de todas suas preces, sacramentos e cerimônias; segunda, que tudo quanto de honra, de poder, de jurisdição que Cristo atribuiu a sua Igreja, também atribuamos nós a sua Igreja. No que tange à primeira, confesso que todos os profetas que houve em Jerusalém, embora aí as coisas estivessem sobremodo corruptas, não sacrificaram à parte nem tiveram reuniões separadamente dos outros para orar. Pois tinham o mandamento de Deus, pelo qual se lhes ordenava congregar-se no templo de Salomão [Dt 12.11-14]; *também* os sacerdotes levíticos, os quais, porquanto foram pelo Senhor ordenados oficiantes das *coisas* sagradas [Ex 29.9], nem ainda foram depostos, por mais que indignos fossem dessa honra, sabiam que de direito ainda ocupavam esse lugar. Mas – e isto constitui o ponto principal de nossa disputa – não lhes obrigavam a nenhuma superstição, nem a fazer coisa alguma que não fosse ordenada por Deus.[25]

Entre estes, porém, quero dizer os papistas, que *há de* semelhante? Pois, dificilmente podemos ter com eles qualquer reunião em que não nos poluamos de manifesta idolatria. Certamente que o vínculo primordial de comunhão está em sua missa, a qual abominamos como *sendo* o sacrilégio máximo. Se isso é procedente ou improcedente, ver-se-á em outro lugar. Agora é bastante mostrar que, neste aspecto, que nosso caso é bem diferente daquele dos profetas, os quais, embora estivessem presentes aos ritos sacros de ímpios, *não* eram obrigados ou a presenciar, ou a participar de algumas cerimônias se não eram instituídas por Deus. E, caso desejam ter um exemplo absolutamente parecido, então o tomemos do reino de Israel. Segundo a ordenação de Jeroboão, permanecia a circuncisão, faziam-se os sacrifícios, a lei era considerada santa, era invocado aquele Deus que haviam recebido dos pais; mas, em razão de formas cultuais inventadas e proibidas, tudo quanto ali se fazia Deus reprovava e condenava [1Rs 12.26–13.5]. Que me seja dado um *único* Profeta, ou algum homem piedoso, que sequer uma vez haja adorado em Betel, ou haja feito aí um sacrifício. Pois sabiam que isto não haveriam de fazer sem que se contaminassem com algum sacrilégio. Portanto, defendemos que a comunhão da Igreja não deve estender-se tanto, que devamos segui-la mesmo quando degenere de seu dever usando ritos e cultos profanos, condenados pela Palavra de Deus.[26]

---

25. Primeira edição: “[O] que, porém, é o clímax de toda a questão: a nenhum culto supersticioso eram compelidos; de fato, nada executavam que não houvesse sido instituído por Deus.”

26. Primeira edição: “Temos, portanto, que entre os pios não deve a tal ponto valer a comunhão da Igreja que, se ela degenerasse a ritos profanos e corruptos, de necessidade seja segui[-la] irrestritamente.”

10. TAMPOUCO PODEM OS FIÉIS DE CRISTO, OBEDIENTES À PALAVRA DE DEUS, CONFERIR A SUA IGREJA A AUTORIDADE, HONRA E SOBERANIA QUE OS ROMANISTAS REIVINDICAM, COMO NO-LO MOSTRA O EXEMPLO DOS PROFETAS DE OUTRORA

Quanto ao segundo ponto *supra-referido*, porém, contendemos mais ainda. Ora, se se considera a Igreja ao ponto de termos que reverenciá-la, reconhecer sua autoridade, receber suas advertências, submeter-nos a seu juízo e nos conformar com ela em tudo e por tudo, não podemos conceder o título de Igreja aos papistas, segundo esta consideração, porque não nos é necessário tributar-lhes sujeição e obediência. Entretanto, de bom grado lhe concedemos o que concederam os profetas aos judeus e israelitas de seu tempo, quando ali as coisas estavam ou em igual estado ou até melhor. Contudo vemos que proclamam continuamente como sendo para si profanas as assembléias, às quais não é mais lícito anuir do que a Deus regenerar [Is 1.13]. E, certamente, se essas *assembléias* foram igrejas, então segue-se que da Igreja de Deus foram alheados em Israel Elias, Miquéias entre outros; na Judéia, porém, Isaías, Jeremias, Oséias e os demais dessa estirpe, a quem os sacerdotes e o povo de seu tempo odiavam e execravam como se fossem piores que quaisquer incircuncios. Se essas *foram* igrejas, então a Igreja não é "a coluna da verdade" [1Tm 3.15], mas a coluna da mentira; não o tabernáculo do Deus vivo, mas um receptáculo de ídolos. Portanto, *os profetas* tinham necessariamente de abstrair-se do consenso desses ajuntamentos, que outra coisa não eram senão ímpio conluio contra Deus.

Pela mesma razão, se alguém reconhece por igrejas as presentes congregações contaminadas de idolatria, de superstição, de doutrina ímpia, em cuja plena comunhão o homem cristão deva permanecer, esse erra muito até em dar seu consentimento à doutrina. Ora, se são igrejas, na mão delas está o poder das chaves; mas as chaves têm nexo indivisível com a Palavra, que aí foi destruído. Ademais, se são igrejas, vale entre elas a promessa de Cristo, ou: "Tudo quanto tiverdes ligado" etc. [Mt 16.19; 18.18; Jo 20.23]. Mas, em contrário, excluem de sua comunhão todos quantos não se confessam fingidamente servos de Cristo. Logo, ou transitória é a promessa de Cristo, ou, ao menos neste aspecto, *elas* não são igrejas. Enfim, em lugar do ministério da Palavra *eles* têm escolas de impiedade e um porão com todo gênero de erros. Conseqüentemente, segundo esta maneira de julgar, ou não são igrejas, ou nenhum sinal restará mercê do qual as legítimas assembléias dos fiéis são distinguidas dos ajuntamentos dos turcos.

11. Como entre os judeus de outrora, a despeito de seus desvios, permaneciam sinais do pacto divino, subsistem no romanismo vestígios de igreja, apesar de seus crassos erros

Entretanto, como entre os judeus permaneciam outrora certas prerrogativas peculiares da Igreja, assim hoje não removemos dos papistas os vestígios da Igreja os quais o Senhor quis que da extinção subsistissem entre eles. Com aqueles Deus uma vez estabelecera seu pacto. Este persistia, com luta contra sua impiedade apoiado mais na firmeza de si próprio do que na observância da parte deles. Portanto, ainda que merecessem por sua deslealdade que Deus rompesse com eles, contudo sempre continuou mantendo de pé sua promessa, pois ele é constante e firme em fazer o bem. Assim, por exemplo, a circuncisão nunca pôde ser tão profanada pelas mãos impuras, que não fosse ao mesmo tempo verdadeiro sinal e sacramento de seu pacto. Donde os filhos que lhes nasciam o Senhor os chamava seus [Ez 16.20, 21], os quais, senão por bênção especial, absolutamente não lhe pertenceriam.

Como, porém, *o Senhor* implantou seu pacto em França, Itália, Alemanha, Espanha, Inglaterra, quando essas províncias foram oprimidas pela tirania do Anticristo, no entanto, para que seu pacto permanecesse inviolável, aí conservou primeiro o batismo, testemunho do pacto que, consagrado por sua boca, contraposta a impiedade humana, retém sua força; segundo, por sua providência proveu que também outros resquícios subsistissem, para que a Igreja não perecesse inteiramente. Mas, da mesma forma que são assim freqüentemente demolidos os edifícios cujos fundamentos e as ruínas permaneçam, assim ele não permitiu que sua Igreja fosse pelo Anticristo ou subvertida de seu fundamento, ou nivelada ao solo, por mais que, para punir a ingratidão dos homens que haviam tido sua Palavra em desprezo, permitiu que ocorresse horrível convulsão e desagregamento, mas também da própria devastação quis que o edifício sobrevivesse semi-arruinado.

12. No romanismo subsistem resquícios da Igreja, porém, regido que é pelo papa, corifeu do reino do Anticristo, longe está de ser a verdadeira Igreja

Quando, pois, não queremos simplismente conceder aos papistas o título de Igreja, com isso não estamos negando que hajam igrejas entre eles; apenas litigamos quanto à verdadeira e legítima constituição da Igreja que se requer na comunhão, tanto como nos sacramentos, cujos sinais são da profissão *de fé cristã*, quanto de fato, e especialmente, da doutrina. Daniel [9.27] e Paulo [2Ts 2.4] predisseram que o Anticristo haverá de assentar-se no templo de Deus; de nossa parte, fazemos o pontífice romano o corifeu e guarda-estandarte desse reino celerado e abominado.

Pelo fato de que seu assento está colocado no templo de Deus, com isso quer dizer que seu reino será tal que não extinguirá o nome de Cristo nem de sua Igreja.

Portanto, daqui se faz evidente que longe estamos de negar que mesmo sob sua tirania subsistam igrejas; apenas dizemos que ele profanou com sua sacrílega impiedade, que as afligiu com seu desumano império, que as envenenou com falsas e ímpias doutrinas e que quase as entregou no matadouro, a tal ponto que Cristo está soterrado, o evangelho sem efeito, a piedade exterminada e o culto divino quase destruído. Em suma, que tudo está tão conturbado, que mais parece uma imagem de Babilônia do que da santa cidade de Deus.

Concluindo, digo que são igrejas na extensão em que o Senhor aí conserva maravilhosamente remanescentes de seu povo, por mais miseravelmente dispersos e espalhados estejam, na extensão em que perduram alguns sinais de Igreja, e esses especialmente cuja eficiência nem a astúcia do Diabo nem a depravação humana pode destruir. Mas porque, por outro lado, as marcas que aí devemos principalmente mirar nesta discussão estão obliteradas, afirmo que cada congregação, e todo o corpo, carecem da forma da Igreja legítima.

CAPÍTULO III

DOS MESTRES E MINISTROS DA IGREJA
SUA ELEIÇÃO E OFÍCIO

1. DEUS CONFIOU AO MINISTÉRIO DOS HOMENS O GOVERNO DE SUA IGREJA, EXPRESSÃO DA CONSIDERAÇÃO EM QUE OS TEM, INSTRUMENTO CONVENIENTE PARA INFUNDIR HUMILDADE E MEIO PARA FOMENTAR O AMOR E A UNIDADE ENTRE OS FIÉIS

Agora nos cabe falar da ordem mediante a qual o Senhor quis que sua Igreja fosse governada. Pois ainda que importe que exclusivamente reja e reine na Igreja, ele também preside nela ou exerce eminência sobre ela, e é indispensável que este império seja exercido e administrado somente por meio de sua Palavra. No entanto, visto que *ele* não habita entre nós em presença visível, de sorte que não nos declara sua vontade pessoalmente, por sua boca, dissemos que nisso se aplica o ministério dos homens e como que uma obra vicária, não lhes transferindo seu direito e honra, mas somente para que, pela boca deles, *ele* mesmo execute sua obra da mesma forma que também o artífice usa de um instrumento para fazer *seu* trabalho.

Vejo-me na obrigação de reiterar novamente coisas que já expus previamente. Certamente que ele poderia fazer isso ou por si mesmo, sem qualquer outro auxílio ou instrumento, ou até por meio de anjos. Entretanto, muitas são as causas por que ele prefere *fazê-lo* por meio dos homens. Ora, deste modo declara, em primeiro lugar, sua consideração para conosco, quando dentre os homens toma *aqueles* que a seu favor desempenhem embaixada no mundo [2Co 5.20], que sejam seus intérpretes da vontade secreta; enfim, que representem sua pessoa. E assim, com evidência, comprova não ser vão que, de quando em quando, nos chame templos seus [1Co 3.16, 17; 6.19; 2Co 6.16], enquanto da boca dos homens, como se *fosse* do santuário, dá aos homens *suas* respostas.

Em segundo lugar, este é um ótimo e ultilíssimo exercício à humanidade, enquanto nos acostuma a obedecer à sua Palavra, conquanto ela é pregada através de homens semelhantes a nós, por vezes até inferiores em dignidade. Se *ele* falasse pessoalmente do céu, não haveria de se maravilhar, sem tardança seus sacros oráculos seriam recebidos reverentemente pelos ouvidos e ânimos. Pois, quem não se apavoraria de seu manifesto poder? Quem não se sentiria aturdido com aquele imenso fulgor? Quando, porém, um homenzinho qualquer surgido do pó fala em nome de

Deus, aqui, de mui excelente testemunho declaramos nossa piedade e deferência para com o próprio Deus, se nos exibimos dóceis a seu ministro, quando, no entanto, em coisa alguma *este* nos exceda. Portanto, também por esta causa o tesouro de sua sabedoria celestial está oculto em vasos frágeis e de barro [2Co 4.7], para que assuma mais segura comprovação de quão grande é nosso apreço por ele.

Em terceiro lugar, nada era mais apropriado para fomentar mútuo amor do que os homens serem ligados entre si por este vínculo, enquanto um é constituído pastor para que, a um tempo, ensine aos demais, os que se ordenam discípulos recebem a doutrina comum de uma *só* boca. Ora, se cada um se bastasse a si *mesmo*, nem tivesse necessidade da ajuda de outrem, qual é a soberba do engenho humano, cada um desprezaria aos outros e seria por eles desprezado. Portanto, *aquele* que o Senhor previu haver de ser o mais firme nó para reter sua unidade, com esse apertou sua Igreja, enquanto ministrou aos homens a doutrina da salvação e da vida eterna, para que pelas mãos desses a comunicasse aos demais. A isto visava Paulo quando escrevia aos Efésios: "Um só corpo, um só Espírito, assim como também fostes chamados em uma só esperança de vossa vocação. Um só Senhor, uma só fé, um só batismo. Um só Deus e Pai de todos, que é sobre todas as coisas, e através de todas as coisas, e em todos nós. A cada um de nós, porém, foi dada graça segundo a medida do dom de Cristo. Pelo que diz: Quando subiu ao alto levou cativo o cativeiro e deu dons aos homens. O que desceu é aquele mesmo que subiu, para que preenchesse a todas as coisas. E ele mesmo deu uns para apóstolos, outros para profetas, porém outros para evangelistas, outros para pastores e mestres, para a renovação dos santos, para a obra do ministério, para a edificação do corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé e do conhecimento do Filho de Deus, a varão perfeito, à medida da idade plenamente adulta, para que não mais sejamos meninos que são levados em volta por todo vento de doutrina; pelo contrário, buscando a verdade em amor, cresçamos em tudo àquele que é a Cabeça, isto é, a Cristo, em quem todo o corpo, encaixado e compactado através de toda juntura de sua dispensação, conforme a ação na medida de cada parte, promove o crescimento do corpo para a edificação de si próprio através do amor" [Ef 4.4-16].

2. O SAGRADO MINISTÉRIO, INSTRUMENTO DIVINO, BASE VITAL PARA GERIR E NORTEAR A IGREJA

Com as palavras supra-referidas Paulo mostra, em primeiro lugar, que esse ministério dos homens, do qual Deus se serve para o governo da Igreja, é o nervo motriz através do qual os fiéis são ligados em um só corpo. Em segundo lugar, porém, também indica, não de outro modo, poder a Igreja manter-se incólume, para que se sustente com estas salvaguardas, nas quais aprouve ao Senhor estabelecer sua preservação. "Cristo subiu ao alto", diz *ele*, "para que preenchesse todas as

coisas” [Ef 4.10]. Mas, esta é a maneira de preencher: que por meio dos ministros, aos quais confiou este ofício e conferiu a graça de levar avante sua função, dispensa e distribui seus dons à Igreja, se mostra pessoalmente presente, manifestando o Espírito o poder Deus nesta sua instituição, para que não seja ela inútil e ociosa. Assim se leva a bom termo a renovação dos santos, de modo que também o corpo de Cristo é edificado [Ef 4.12] e assim “crescemos em tudo naquele que é a Cabeça” [Ef 4.15], e nos faz mutuamente unidos; e assim somos todos conduzidos à unidade de Cristo, caso a profecia tenha entre nós vigor, se acolhemos os apóstolos, se não desprezamos a doutrina a nós ministrada.

Portanto, na desintegração, ou antes na ruína e destruição da Igreja, se empenha quem ou diligencia por abolir ou quase faz menos necessária esta ordem de que estamos a discorrer, e este gênero de regime. Pois, nem a luz e o calor, nem a comida e a bebida são tão necessários para nutrir e suster a presente vida, quanto é o ofício apostólico e pastoral para conservar a Igreja na terra.

3. Dignidade e excelência do ministério da Palavra no próprio ensino da Escritura

Já frisei supra que nosso Senhor exaltou a dignidade deste estado com todos os louvores possíveis, a fim de que o estimemos como uma coisa superior a todas as excelências.[27] O Senhor atesta ser singular benefício prodigalizar aos homens suscitando-lhes mestres, onde ordena ao Profeta exclamar “quão formosos são os pés daqueles que anunciam a paz” [Is 52.7]; e quando chama os apóstolos “luz do mundo” e “sal da terra” [Mt 5.13,14]. Não podia adornar este ofício mais espledidamente do que quando disse: “Quem vos ouve, ouve a mim; quem vos rejeita, rejeita a mim” [Lc 10.16]. Nenhuma passagem, porém, é mais luminosa que em Paulo, na Segunda *Epístola* aos Coríntios, onde, de forma expressa, trata esta questão. Portanto, ele declara que na Igreja nada pode haver mais preclaro ou glorioso do que o ministério do evangelho, quando é a ministração do Espírito, da justiça e da vida eterna [2Co 3.9; 4.6]. Estas e *considerações* afins dizem respeito a que esse modo de a Igreja ser governada e mantida através dos ministros, que o Senhor sancionou para sempre, não deve ser entre nós menosprezado, e por fim caia em desuso pelo próprio descaso.

E de fato, quão grande é sua necessidade, já o declarou não apenas por palavras, mas também por exemplos. A Cornélio, como o quisesse iluminar mais plenamente pela luz de sua verdade, enviou-lhe um anjo do céu para que a Pedro encaminhasse

---

27. Primeira edição: “Por isso mesmo, acima frisei que, com quais encômios pode, no-lo há Deus freqüentemente recomendado a dignidade, para que entre nós estivesse em sumo interesse e apreço, como cousa de todas a mais excelente.”

[At 10.3-6]. A Paulo, como o quisesse chamar ao conhecimento dele e inseri-lo na Igreja, não lhe fala com sua próprio voz, mas o envia a um homem de quem recebe não só o ensino da salvação, mas também a santificação do batismo [At 9.6, 11, 12, 17-19]. Se não acontece ao acaso que um anjo, que é o intérprete de Deus, de expor *a Cornélio* a vontade de Deus, se abstém ele mesmo, mas ordena que um homem seja encarregado de expô-la; que Cristo, o Mestre único dos fiéis, confia a Paulo o magistério de um homem, e esse Paulo, que havia determinado arrebatar ao terceiro céu e dignar de mirífica revelação de coisas inefáveis [2Co 12.2-4], quem ouse agora menosprezar esse ministério ou preteri-lo como sendo supérfluo, por cujo uso Deus quis que tais comprovações fossem atestadas?

4. Os diversos ofícios exclesiásticos da Igreja primitiva, segundo Efésios 4.11, e sua natureza

Aqueles que presidem ao governo da Igreja, segundo a instituição de Cristo, são chamados por Paulo [Ef 4.11], primeiro ***apóstolos***; em seguida, ***profetas***; terceiro, ***evangelistas***; quarto, ***pastores***; finalmente, ***mestres***; dos quais apenas os dois últimos têm função ordinária na Igreja, os outros três o Senhor suscitou no início de seu reino, e às vezes ainda suscita, conforme convém à necessidade dos tempos.

Qual é a função ***apostólica*** se faz evidente à luz deste mandado: “Ide, pregai o evangelho a toda criatura” [Mc 16.15]. Não se atribuem seus limites definidos; ao contrário, os envia para que conduza o mundo inteiro à obediência de Cristo, para que, espargindo o evangelho por toda parte que possam, em todos os lugares erijam seu reino. Por isso mesmo Paulo, como quisesse provar seu apostolado, recorda que não ganhou para Cristo uma única cidade, senão que propagava o evangelho ampla e extensivamente; nem pôs as mãos em fundamentos alheios, senão que plantava igrejas onde ainda não se ouvira o nome do Senhor [Rm 15.20]. Portanto, os apóstolos foram enviados para que reconduzissem o mundo inteiro da alienação à verdadeira obediência de Deus; e mediante a pregação do evangelho, implantassem por toda parte o reino; ou, se preferes, para, como os primeiros construtores da Igreja, lançassem seus fundamentos em todo o mundo [1Co 3.10].

Ele chama ***profetas*** não a quaisquer intérpretes da vontade divina, mas *àqueles* que exceliam em singular revelação, como agora nenhum subsiste, ou são menos evidentes. Por ***evangelistas*** entendo aqueles que, embora fossem menores que os apóstolos em dignidade, entretanto mais perto estavam em seu ofício, e até às vezes se assemelhavam a eles, como, por exemplo, Lucas, Timóteo, Tito e demais como eles; e talvez também os setenta discípulos que Cristo designou em segundo lugar após os apóstolos [Lc 10.1].

Segundo esta interpretação, a qual me parece coerente tanto com as palavras

quanto com a opinião de Paulo, essas três funções não foram por isso instituídas na igreja para que fossem perpétuas, mas apenas para esse tempo em que deveriam ser implantadas igrejas onde nenhuma havia antes existido, ou certamente tinham de ser transpostas de Moisés para Cristo. Embora eu não negue que depois houve também apóstolos, ou pelo menos evangelistas no lugar deles, Deus às vezes os suscitava, como ocorreu em nosso tempo. Pois por meio deles se fez necessário que reconduzissem, da defecção do Anticristo, de volta a Igreja. Contudo, ao próprio ofício chamo ***extraordinário***, porquanto *ele* não tem lugar nas igrejas regularmente constituídas.

Seguem-se ***pastores*** e ***mestres***, dos quais a Igreja jamais pode prescindir, entre os quais penso haver esta distinção: que os mestres não presidem a disciplina, nem a administração dos sacramentos, nem as admoestações ou exortações, mas apenas a interpretação da Escritura, para que entre os fiéis se retenha pura e sã a doutrina. O ofício pastoral, entretanto, contém em si todas estas *funções*.

5. Relação entre mestres e profetas, e entre pastores e apóstolos

Temos *assim* quais os ministérios que foram temporários no governo da Igreja, e quais foram instituídos para durarem perpetuamente. Ora, se agruparmos os evangelistas com os apóstolos, de certo modo nos restarão dois pares que correspondem entre si. Pois, a semelhança que nossos mestres têm com os antigos profetas, os apóstolos a têm com os pastores. O ofício profético foi mais eminente em razão do dom singular de revelação pelo qual os profetas exceliam, mas o ofício dos mestres tem natureza quase semelhante e um exercício inteiramente o mesmo. Da mesma forma também aqueles doze a quem o Senhor escolheu para que proclamassem ao mundo a nova pregação do evangelho tiveram precedência sobre os demais em ordem e dignidade. No entanto, o sentido e a etimologia do termo podem chamar corretamente ***apóstolos*** a todos os ministros eclesiásticos, visto que são todos enviados pelo Senhor e são seus mensageiros. Contudo, visto que importava muitíssimo que se tenha seguro conhecimento acerca da missão desses que apresentariam coisa nova e inaudita, foi conveniente que esses doze, a cujo número mais tarde se acrescentou Paulo [At 9.15; Gl 1.1], sejam mencionados acima dos outros por um título especial. Na verdade, o próprio Paulo, em alguma parte [Rm 16.7], atribuiu este título a Adrônico e Júnias, a quem diz que eram insignes entre os apóstolos; quando, porém, quer falar acuradamente, o atribui exclusivamente àquela primeira ordem. E este é o uso comum da Escritura. Os pastores, entretanto, exceto que regem, um a um, determinadas igrejas a si designadas, mantêm com os apóstolos o mesmo cargo. Além disso, de que natureza seja esse *encargo* ainda ouviremos mais claramente.

6. As funções que se atribuem aos pastores são as mesmas atribuídas aos apóstolos e devem ser desempenhadas com zelo idêntico

O Senhor, quando estava enviando os apóstolos, deu-lhes, como foi dito a pouco, a comissão de pregar o evangelho e de batizar os que cressem, para a remissão de *seus* pecados [Mt 28.19]. Antes disso, porém, mandara ele que distribuíssem, a seu exemplo, os sagrados símbolos de seu corpo e sangue [Lc 22.19]. Eis a santa, a inviolável, a perpétua lei imposta àqueles que sucedem ao lugar dos apóstolos, pela qual recebem o mandado da pregação do evangelho e da administração dos sacramentos. Do quê concluímos que aqueles que negligenciam a uma e outra dessas *duas funções* pretextam falsamente o papel de apóstolos.

Mas, o que dizer dos ***pastores***? Paulo fala não apenas em relação a si próprio, mas de todos eles, quando diz: "Assim nos considere o homem como ministros de Cristo e despenseiros dos mistérios de Deus" [1Co 4.1]. Igualmente, em otro lugar: "Importa que o bispo seja pertinaz nessa palavra fiel que é segundo a doutrina, para que seja poderoso para exortar mediante a sã doutrina e para refutar os contradizentes" [Tt. 1.7, 9]. Destas e de passagens afins, que ocorrem a cada passo, é possível inferir que também na função dos pastores estas são as duas partes primordiais: anunciar o evangelho e administrar os sacramentos. Mas, a maneira de ensinar consiste apenas não em discursos públicos, mas diz respeito também a admoestações particulares. Assim sendo, Paulo cita os efésios como suas testemunhas de que daquelas coisas que lhes eram do interesse a nada se esquivou que lhes anunciasse e os ensinasse publicamente e de casa em casa testificando a judeus, ao mesmo tempo que a gregos, o arrependimento e a fé em Cristo [At 20.20, 21]. Igualmente, pouco depois diz que não cessou de, com lágrimas, admoestar a cada um deles [At 20.31]. Contudo, não pertence ao presente desígnio expor minuciosamente os dotes do bom pastor, um a um, mas apenas indicar o que professam os que se chamam pastores, isto é, presidirem à Igreja de tal maneira que não têm uma dignidade ociosa, antes que, com a doutrina de Cristo, instruem o povo à verdadeira piedade, administram os sagrados mistérios, conservam o exercício da reta disciplina. Pois todos quantos foram postos *por* atalaias na Igreja, o Senhor lhes anuncia que, se alguém pereça por ignorância, em razão de negligência deles, ele requererá de suas mãos seu sangue [Ez 3.17, 18]. Também a todos eles compete o que de si diz Paulo: "Ai de mim se não pregar o evangelho, quando uma dispensação me foi confiada [1Co 9.16, 17]. Enfim, o que os apóstolos fizeram para o mundo inteiro, isso cada pastor deve a seu rebanho, ao qual foi designado.

7. CADA PASTOR DEVE ATUAR ESPECIFICAMENTE NA ÁREA OU IGREJA PARA A QUAL FOI DESIGNADO

Mas, ainda que a *cada pastor*, um a um, atribuamos sua *própria* igreja, contudo não negamos que possa ajudar a outras igrejas aquele que foi ligado a uma, quer algum distúrbio haja ocorrido que lhe requeira a presença, ou que, acerca de alguma coisa mais obscura, se peça dele conselho. Mas, visto que para manter a paz da Igreja, se faz necessária esta política – que a cada um se proponha o que deve fazer, de modo que não tumultuem todos a um tempo, não corram, incertos, para cá e para lá, sem algo definido, nem corram todos a um só lugar desordenadamente, e a seu bel-prazer não deixem vagas as igrejas os que estão solícitos por seu conforto mais do que pela edificação da Igreja –, esta distribuição deve ser geralmente observada, até onde possível, de sorte que cada um, contente com seus limites, não se intrometa nem usurpe a posição alheia.

Nem é *isso* uma invenção humana; antes, é uma instituição do próprio Deus. Pois lemos que Paulo e Barnabé instalaram presbíteros nas igrejas individuais da cidade de Listra, de Antioquia, de Icônio [At 14.21-23]; e Paulo mesmo ordena a Tito que constitua presbíteros de cidade em cidade [Tt 1.5]. Assim, em um lugar [Fp 1.1] menciona os bispos dos filipenses e em outro cita [Cl 4.17] Arquipo, bispo dos colossenses. E Lucas se refere ao excelente discurso dirigido aos presbíteros da igreja efésia [At 20.17-35]. Portanto, quem quer que haja assumido o governo e cuidado de uma igreja saiba que foi atado a esta lei da divina vocação; não que, como se “atado à gleba”, como dizem os jurisconsultos, isto é, sujeito e como que preso, sem poder daí arredar pé, quando assim o requeira o benefício público, desde que isso se faça retamente e em ordem. Mas, aquele que foi chamado para um lugar *ele* mesmo não deve cogitar de mudança, nem segundo haja julgado ser vantajoso a si, buscar *daí* liberação. Então, se a alguém pareça conveniente ser transferido para outro *lugar*, contudo não deve tentar isto por decisão pessoal, mas aguardar a aprovação pública.

8. TÍTULOS E FUNÇÃO DO MINISTRO DA PALAVRA EM DISTINÇÃO DE OUTROS CARGOS OU OFÍCIOS NA IGREJA

Quanto ao que tenho chamado indiscriminadamente bispos, presbíteros, pastores e ministros, *àqueles* que regem as igrejas, eu o fiz pelo uso da Escritura, que emprega estes vocábulos um pelos outros, pois todos quantos desempenham o ministério da Palavra, a esses *lhes* atribui o título de ***bispos***. Assim, em Paulo, quando a Tito se ordenou constituir presbíteros de cidade em cidade [Tt 1.5], acrescenta-se logo em seguida: “Ora, importa que o ***bispo*** seja irrepreensível” etc. [Tt 1.7]. Assim, em outro lugar [Fp 1.1], *Paulo* saúda a muitos ***bispos*** em uma *só* igreja. E em Atos

se refere que o Apóstolo convocara os presbíteros efésios [20.17], aos quais em sua oração ele chama ***bispos*** [20.28]. Aqui é hora de observar-se que até este *ponto* enumeramos somente esses ofícios que consistem no ministério da Palavra, tampouco Paulo faz menção de outros naquele capítulo quarto *da Epístola* aos Efésios que já mencionamos. Na Epístola aos Romanos [12.7, 8], e na Primeira aos Coríntios [12.28], porém, ele enumera outros, como potestades, dom de curas, interpretação, governo, cuidado dos pobres, dos quais deixo de considerar os que foram temporários, porquanto não vale a pena deter-nos neles.

Mas há dois que permanecem perpetuamente: ***governo*** e ***cuidado dos pobres***. Penso que *governo* foram *pessoas* mais idosas escolhidas dentre o povo, as quais, juntamente com os bispos, presidiam à censura dos costumes e à disciplina a ser exercida. Pois, tampouco podes interpretar de outro modo o que *ele* diz: "Quem preside, faça-o com diligência" [Rm 12.8]. Logo, desde o início cada igreja teve seu senado, recrutado dentre homens piedosos, sérios e santos, de mãos com o qual estava aquela jurisdição em corrigir vícios de que falaremos mais adiante. Com efeito, que ordem desta natureza não foi de um século o declara a própria experência. Portanto, também este ofício governamental é necessário em todos os séculos.

9. O cuidado dos pobres é ofício dos diáconos, dos quais havia duas classes na Igreja primitiva

O cuidado dos pobres foi confiado aos diáconos. Todavia, *na Epístola* aos Romanos *lhes* são atribuídas duas modalidades: "*Aquele* que distribui", diz Paulo aí, "faça-o com simplicidade; *aquele* que exerce misericórdia, com alegria" [Rm 12.8]. Uma vez que certamente ele está falando dos ofícios públicos da Igreja, necessariamente houve dois graus distintos *de diáconos*. A não ser que me engane o juízo, no primeiro membro *da cláusula* ele designa os diáconos que administravam as esmolas; no segundo, porém, aqueles que se dedicaram a cuidar dos pobres e dos enfermos, como, por exemplo, as viúvas das quais faz menção a Timóteo [1Tm 5.9, 10]. Pois nenhum outro ofício público podiam as mulheres desempenhar além do serviço aos pobres. Se recebemos isto (como tem de ser absolutamente recebido), duas serão as modalidades de diáconos, dos quais uns servirão à Igreja na administração das coisas relativas aos pobres; outros, cuidando dos próprios pobres. Mas, ainda que o próprio termo διακονίᾶ [*diakŏnīā̄*] tenha sentido mais amplo, contudo a Escritura denomina especialmente diáconos aos que são constituídos pela Igreja para distribuir esmolas e cuidar dos pobres, como seus procuradores. A origem, a instituição e o cargo dos diáconos o menciona Lucas nos Atos dos Apóstolos [6.3]. Ora, como fosse excitado pelos gregos o murmúrio de que no ministério dos pobres as viúvas estavam sendo negligenciadas, os apóstolos, justificando que não poderiam atender a ambos os ofícios, solicitam da multidão que fossem escolhidos sete ho-

mens probos que atendessem não só à pregação da Palavra, mas também ao ministério das mesas, aos quais confiassem essa função.

Aqui está a missão dos diáconos nos dias dos apóstolos, e como devemos tê-los conforme o exemplo da Igreja primitiva.

10. NOS OFÍCIOS ECLESIÁSTICOS, O ELEMENTO PRIMÁRIO É A VOCAÇÃO DIVINA

Agora, pois, quando em uma assembléia sagrada tudo deva ser feito " em ordem e com decência" [1Co 14.40], não há nada que importe observar com mais diligência do que o estabelecimento do governo, porquanto em coisa alguma o perigo é maior do que quando algo é feito sem a devida ordem. Assim sendo, para que não se introduzissem temerariamente homens inquietos e turbulentos a ensinar ou a governar, o que de outra sorte haveria de acontecer, tomou-se precaução expressamente a que alguém não assuma para si ofício público na Igreja sem a *devida* vocação. Portanto, para que alguém seja considerado verdadeiro ministro da Igreja, primeiro importa que tenha sido devidamente chamado [Hb 5.4]; então, que responda ao chamado, isto é, empreenda e desempenhe as funções a si conferidas. Isto é possível notar freqüentemente em Paulo, o qual, quando quer provar seu apostolado, quase sempre menciona sua vocação juntamente com sua fidelidade em executar *seu* ofício. Se um tão grande ministro de Cristo não ousa arrogar para si autoridade para ser ouvido na Igreja, senão porque não só foi nisso constituído por mandado do Senhor, mas também leva fielmente a bom termo o que lhe foi confiado, quão grande impudência será, se qualquer dos mortais, destituído de uma ou outra destas *duas credenciais*, reivindique para si uma honra desta natureza!

Mas, uma vez que já abordamos supra a necessidade de desempenhar o ofício, tratemos agora somente da vocação.

11. DUPLA VOCAÇÃO MINISTERIAL: INTERIOR E EXTERIOR

A consideração desta *matéria* aborda quatro *itens*: que saibamos ***quais***, ***como*** e ***por quem*** os ministros devem ser investidos e ***com que rito*** ou com que cerimônia *devem* ser instalados. Estou falando da vocação exterior e solene, que diz respeito à ordem público da Igreja. Contudo deixo fora de consideração aquela *vocação que* não tem a Igreja *por* testemunha. De fato *ela* é o bom testemunho de nosso coração, de que recebamos o ofício outorgado não por ambição, nem por avareza, nem por qualquer outra cobiça, mas por sincero temor de Deus e zelo pela edificação da Igreja. Certamente que isto é necessário a cada um de nós, como eu já disse, se queremos que Deus aprove nosso ministério.

No entanto, perante a Igreja, não obstante, foi chamado devidamente *aquele* que atendeu a esse *ministério* em má consciência, contanto que sua iniqüidade não se

manifeste. Costumam também dizer que foram chamadas para o ministério mesmo pessoas leigas que se revelam aptas e idôneas para exercê-lo, visto que, na verdade, a erudição associada à piedade e aos demais dotes do bom pastor lhe sejam uma como que preparação. Ora, *aqueles* que o Senhor destinou a tão grande ofício os equipa antes com essas armas que são requeridas para desempenhá-lo, de sorte que não venham a ele vazios e despreparados. Do quê também Paulo, *na Primeira Epístola* aos Coríntios, como quisesse discutir acerca dos próprios ofícios, enumerou antes os dons em que devem exceler os que desempenhem os ofícios [1Co 12.7-11]. Mas, uma vez que este é o primeiro dos quatro tópicos que acima propus, avançamos para ele agora.

12. Que pessoas devem ser admitidas ao ministério e oficialato da Igreja e como fazê-lo

Em duas passagens [1Tm 3.1-7; Tt 1.7-9], Paulo faz extensa menção a que tipo de homens devem ser eleitos bispos. Em suma, ele ensina que só devem ser eleitos os que professam a sã doutrina e vivem vida santa, que não foram manchados por nenhum vício notório que os faça desprezíveis e seja causa de afronta para o ministério. Quanto aos diáconos e anciãos, a qualificação é inteiramente semelhante [1Tm 3.8-13]. É preciso sempre ver que não sejam incapazes ou inaptos para suster o ônus que lhes é imposto, isto é, que hajam sido dotados dessas capacidades que serão necessárias para o cumprimento de seu ofício. Assim Cristo, quando estava para enviar os apóstolos, adornou-os com as armas e instrumentos de que não podiam prescindir [Mc 16.15-18; Lc 21.15; 24.49; At 1.8]. E Paulo, pintando a imagem do bom e verdadeiro bispo, exorta a Timóteo a que não se contaminasse a si mesmo, elegendo alguém estranho a ela [1Tm 5.22].

Aplico a partícula ***como*** não ao rito de eleger, mas ao temor religioso que se deve observar na eleição. Daqui, os jejuns e orações de que Lucas faz menção, e que os fiéis fizeram uso quando criavam presbíteros [At 14.23]. Ora, como compreendessem que estavam fazendo coisa da maior seriedade, nada ousavam tentar sem extrema reverência e solicitude. Mais do que tudo, porém, se aplicaram às orações, nas quais a Deus rogavam o Espírito de conselho e discernimento.

13. A vocação ou indicação dos ministros é função de Deus, não propriamente dos homens

O terceiro *item* que incluímos em *nossa* divisão era ***por quem*** os ministros devem ser eleitos. Mas, desta matéria não se pode buscar regra segura na instituição dos apóstolos, a qual contém algo distinto da vocação comum dos demais. Ora, visto que ele era um ministério extraordinário, para que se fizesse distinto por algu-

ma nota mais insigne, foi necessário que fossem chamados e constituídos pela boca do próprio Senhor *aqueles* que o haveriam de desempenhar. Portanto, não foram investidos por nenhuma eleição humana, mas foram cingidos para a obra tão-somente pelo mandado de Deus e de Cristo. Daqui procede que os apóstolos, quando querem colocar um outro no lugar de Judas, de certo modo não ousam nomear um único homem, mas apresentam dois, para que o Senhor declare por sorte qual desses *dois* queira que seja o sucessor [At 1.23-26]. Também nessa maneira convém interpretar o fato de Paulo negar "haver sido feito Apóstolo por homens ou através de um homem, mas por Cristo e Deus Pai" [Gl 1.1].

Esse primeiro *ponto*, isto é, não ter sido feito Apóstolo *por homens*, considerou-se comum com todos os pios ministros da Palavra, pois alguém não podia exercer devidamente esta ministração senão *aquele* que fosse chamado por Deus. O segundo *ponto*, porém, isto é, não ter sido designado através de homem, foi-lhe próprio e peculiar. Portanto, enquanto se gloria disto, *o Apóstolo* não está apenas se gloriando de ter o que convém ao verdadeiro e legítimo pastor, mas também exibindo as insígnias de seu apostolado. Pois, como houvesse entre os gálatas *aqueles* que, esforçando-se por denegrir-lhe a autoridade, fizessem dele um discípulo comum, sujeito aos apóstolos primários, para que vindicasse dignidade incólume à sua pregação, contra a qual sabia que estas insídias eram intentadas, se viu obrigado, em todo respeito, mostrar que em nada era inferior aos demais apóstolos. Conseqüentemente, afirma que fora escolhido não pelo critério de homens, à semelhança de um bispo vulgar, mas por boca e oráculo manifesto do próprio Senhor.

14. A VOCAÇÃO DIVINA NÃO IMPEDE NEM EXCLUI A DESIGNAÇÃO OU ESCOLHA POR PARTE DA IGREJA

Mas que seja preciso, na vocação legítima dos pastores, ser eleitos pelos homens, ninguém sobriamente negará, quando nesta matéria subsistem tantos testemunhos da Escritura. Tampouco a isso se contrapõe esta afirmação de Paulo, como foi dito, de que "eu fui enviado não por homens, nem através de homens" [Gl 1.1], quando aí não está falando a respeito da eleição ordinária de ministros, mas reivindicando para si o que era especial para os apóstolos. Não obstante, ainda que ele mesmo fosse eleito pelo Senhor, mas sua eleição foi de tal maneira que interveio a ordem eclesiástica, pois Lucas assim o relata: "Estando os apóstolos a jejuar e a orar, o Espírito Santo lhes disse: 'Separai-me Paulo e Barnabé para a obra para a qual os escolhi'" [At 13.2]. A que propósito, *pois*, esta separação e imposição de mãos, depois que o Espírito Santo atestara sua eleição, senão para que fosse conservada a disciplina eclesiástica, sendo eles os ministros designados através dos homens? Portanto, de nenhum exemplo mais claro Deus pôde aprovar disposição desta natureza que, enquanto declarara antes haver destinado Paulo *para* ser Apóstolo

aos gentios, no entanto quer que ele seja designado pela Igreja. Isso mesmo se pode perceber na escolha de Matias [At 1.23-26]. Ora, visto o ofício apostólico ser de tão grande importância, que não ousassem escolher um só homem para esse posto, por seu próprio critério, apresentam dois, dos quais esperam que a sorte caia sobre um, para que assim também a escolha tenha reconhecido testemunho do céu, e tampouco seja inteiramente preterida a sistemática da Igreja.

15. A ELEIÇÃO OU ESCOLHA DOS MINISTROS DEVE SER POR SEUS PARES, ASSISTIDOS DOS PRESBÍTEROS OU ANCIÃOS, COM APROVAÇÃO DIRETA DA IGREJA OU ASSEMBLÉIA DOS FIÉIS

Agora indaga-se se porventura o ministro deva ser eleito ***por toda a Igreja***, ou apenas ***pelos colegas e os presbíteros*** que presidem à censura, ou porventura de fato possa ser constituído pela autoridade de ***um só***. *Aqueles* que atribuem este direito a um só homem citam o que Paulo diz a Tito [1.5]: "Por isso te deixei em Creta, para que constituas presbíteros de cidade em cidade." Igualmente, a Timóteo: "A ninguém imponhas as mãos precipitadamente" [1Tm 5.22]. Mas estão enganados se pensam que, ou Timóteo em Éfeso, ou Tito em Creta, exercera poder régio, de modo que dispusesse de tudo e de todos a seu bel-prazer. Ora, estiveram à frente apenas para que assistissem ao povo com bons e salutares conselhos, não para que sozinhos, excluídos todos os demais, fizessem o que bem *lhes* aprouvesse. E para que não pareça que estou a imaginar algo, farei isso evidente com um exemplo semelhante. Pois Lucas [At 14.23] relata que foram constituídos, por Paulo e Barnabé, presbíteros nas igrejas, porém assinala, ao mesmo tempo, a maneira ou modo, quando diz que isso foi feito por sofrágio χειροτονήσαντες [*cheirŏtŏnēsantĕs* – havendo eles estendido a mão para votar], diz *ele*, πρεσβυτέρους κατ᾽ ἐκκλησίᾶν [*prĕsbytĕrous kat'ĕkkēsíā̄n* – presbíteros em cada igreja]. Logo, eles dois os "criavam", mas toda a multidão, como era o costume dos gregos nas eleições, com as mãos levantadas declarava qual desejasse ter. Aliás, assim não raro falavam os hitoriadores romanos ter o cônsul que promovia a assembléia "criado" os novos magistrados, não por outra causa, mas porque recebia os sufrágios e servia de moderador do povo no processo de eleição.

Certamente não é crível que Paulo haja concedido a Timóteo e Tito mais do que *ele* próprio assumira para si. Mas descobrimos que ele costumava "criar" bispos pelos sufrágios do povo. Portanto, assim se deve entender as passagens supracitadas que não diminíam algo do direito e liberdade comuns da Igreja. Por isso Cipriano setenciou bem, quando afirma provir de divina autoridade que o sacerdote seja escolhido, presente o povo, sob os olhos de todos e seja comprovado digno e idôneo pelo testemunho e critério público. Com efeito, descobrimos que isto foi observado, por mandado do Senhor, nos sacerdotes levíticos, de sorte que fossem trazidos à

presença do povo antes da consagração [Lv 8.4-6; Nm 20.26, 27]. Matias não é admitido de outra maneira no colégio dos apóstolos [At 1.15; 21-26], nem de outro modo são criados os sete diáconos [At 6.2-7], senão que o povo estava presente e aprovando. "Esses exemplos", diz Cipriano, "mostram que a ordenação de um sacerdote só se pode fazer sob o conhecimento do povo a assisti-la, para que seja uma ordenação justa e legítima, que seja consignada pelo testemunho de todos."[28] Portanto, vemos que, segundo a Palavra de Deus, este é o legítimo chamado de um ministro, quando *aqueles* que são vistos *como* idôneos sejam constiuídos com o consenso e aprovação do povo; mas a eleição deve ser presidida por outros pastores, para que a multidão não incorra em alguma falta, quer por leviandade, quer por maus desígnios, quer por distúrbios da ordem.

16. O RITO DE ORDENAÇÃO MINISTERIAL ENFEIXADO NA CERIMÔNIA DE IMPOSIÇÃO DE MÃOS

Resta, *ainda*, ***o rito de ordenação***, ao qual demos o último lugar na consideração da vocação. Contudo é manifesto que os apóstolos não se serviram de outra cerimônia, quando admitiam alguém ao ministério, além da imposição de mãos. Contudo julgo que este rito é oriundo do costume dos hebreus que, pela imposição de mãos, era como se apresentassem a Deus *aquilo* que queriam *que fosse* abençoado e consagrado. Assim Jacó, estando para abençoar a Efraim e a Manassés, impôs as mãos sobre as cabeças deles [Gn 48.14]. Isto seguiu nosso Senhor ao fazer *sua* oração em favor das crianças [Mt 19.13-15]. Com o mesmo significado, segundo o vejo, os judeus impunham as mãos sobre seus sacrifícios, conforme o prescrito pela lei [Lv 1.4; Nm 8.12, e muitas outras passagens nesses dois livros]. Daí, pela imposição de mãos os apóstolos significavam que estavam oferecendo a Deus aquele a quem iniciavam no ministério, se bem que a usaram também sobre aqueles a quem conferiam as graças visíveis do Espírito [At 19.6]. Seja como for, este foi o rito solene sempre que chamavam alguém para o ministério eclesiástico. Assim como consagravam os pastores e os mestres, também os diáconos.

Mas, embora nenhum preceito expresso subsista quanto à imposição de mãos, uma vez que, no entanto, a vemos vigorar em uso perpétuo pelos apóstolos, essa sua observância tão acurada deve valer-nos por preceito. E certamente é útil como símbolo desta natureza, tanto para recomendar ao povo a dignidade do ministério, quanto para advertir aquele que é ordenado, de que já não é de seu direito, mas antes é dedicado em servidão a Deus e à Igreja. Isto posto, não será um sinal sem sentido, se for restaurado a sua origem genuína. Ora, se o Espírito de Deus nada institui na

---

28. *Carta LXVII*, 4.

Igreja em vão, haveremos de sentir, quando ela for provida por ele, que esta cerimônia não é inútil, desde que não se converta a abuso supersticioso.

Finalmente, isto há de ter-se *em conta*: que nem toda a multidão impunha as mãos sobre seus ministros, mas somente os pastores, embora seja incerto se eram ou não sempre muitos os que impunham as mãos. Claramente se vê que se procedeu assim no caso dos diáconos[29] [At 6.6], de Paulo e Barnabé [At 13.2, 3] e de alguns outros poucos. Mas o próprio Paulo, em outro lugar [2Tm 1.6], rememora que ele, não muitos outros, impôs as mãos sobre Timóteo: "Relembro-te", diz *ele*, "que reanimes a graça que em ti há pela imposição de minhas mãos." Pois o que se diz na outra Epístola acerca da ***imposição de mãos do presbitério*** [1Tm 4.14], não aceito como se Paulo esteja falando do colégio de presbíteros, mas antes com este termo entendo a própria ordenação, como se estivesse dizendo: "Faz com que a graça que recebeste por imposição de mãos, ao constituir-te presbítero, não seja infrutífera."

29. Primeira edição: "Haver-se feito, por certo, aquilo, é evidente no caso dos diáconos."

CAPÍTULO IV

DO ESTADO DA IGREJA ANTIGA E DA FORMA DE GOVERNO QUE ESTEVE EM USO ANTES DO PAPADO

1. A forma de governo da Igreja primitiva e as ordens ministeriais nela existentes

Até aqui discorremos acerca da ordem de governo da Igreja como nos foi ensinada da pura Palavra de Deus e dos ministérios segundo foram instituídos por Cristo. Agora, para que todas estas *coisas* se *nos* façâm mais clara e familiarmente manifestas, também se nos fixem melhor nas almas, será útil reconhecer a forma da Igreja antiga nessas coisas, que aos olhos nos haja de representar uma como que imagem da divina instituição. Pois ainda que os bispos daqueles tempos promulgassem muitos cânones nos quais parecessem exprimir mais do que havia sido expresso nas Sagradas Letras, contudo com esta cautela conformaram toda sua economia àquela norma única da Palavra de Deus, de tal modo que se pode ver facilmente que não ordenaram nada contrário àquela. No entanto, se ainda algo se possa desejar em suas regulamentações, todavia, porque tentaram com sincero esforço conservar a instituição de Deus, e dela não se apartaram muito, aqui será de muita vantagem coligir sucintamente a ordem que seguiram para levá-la à prática.

Como já ensinamos que na Escritura se recomenda tríplice ministério, assim tudo quanto a Igreja antiga teve de ministros os distinguiu em três ordens. Ora, da ordem dos presbíteros, uma parte era eleita pastores e mestres; a parte restante presidia à censura dos costumes e às correções. Aos diácono fora confiado o cuidado dos pobres e a administração das esmolas. ***Leitores***, porém, e ***acólitos*** não eram nomes de determinados ofícios, mas *aqueles* a quem chamavam ***clérigos***, a esses desde a adolescência costumavam servir à Igreja mediante certos exercícios, para que melhor compreendessem a que fim foram destinados, e em tempo chegassem ao ofício mais preparados, como logo a seguir mostrarei mais amplamente. Assim sendo, Jerônimo,[30] onde à Igreja prescreveu cinco ordens, enumera bispos, presbíteros, diáconos, fiéis, catecúmenos; ao clero restante, e aos monges, *não* atribuiu nenhum lugar próprio.

30. *Comentário sobre Isaías*, livro IV, 19, 18.

2. A DIGNIDADE E A FUNÇÃO DO BISPO

Aqueles, pois, a quem se impusera o ofício docente, a todos esses chamavam ***presbíteros***. Esses *presbíteros* elegiam de seu número um em cada cidade a quem davam, especialmente, o título de ***bispo***, para que da igualdade não nascesse dissidência, como costuma acontecer. Contudo, o bisto não era superior em honra e dignidade num grau tal que tivesse domínio entre os colegas, mas as funções que tem o cônsul no Senado, o qual reporta quanto aos negócios, solicita os pareceres, preside aos outros em aconselho, admoestação, exortação, por sua autoridade rege a toda ação e executa o que foi decretado por decisão comum, função essa que o bispo mantinha na assembléia dos presbíteros.[31]

Os próprios antigos confessam que isso mesmo fora introduzido por consenso humano diante da necessidade dos tempos. Assim Jerônimo,[32] em relação à Epístola a Tito: "O mesmo", diz *ele*, "o mesmo é o presbítero que o bispo. E antes que, por instigação do Diabo, ocorressem dissidência na religião, e entre as pessoas se dissesse: 'Eu *sou* de Paulo, eu de Cefas' [1Co 1.12], *as igrejas* eram governadas pelo conselho comum dos presbíteros. Posteriormente, para que extirpassem as sementes de dissenções, toda a solicitude foi deferida a um só. Portanto, assim como os presbíteros sabem que, segundo o costume da Igreja,[33] *estão* sujeitos àquele que preside, assim também saibam os bispos que são superiores aos presbíteros mais pelo costume que pela verdade da disposição do Senhor, e devem reger a Igreja em comum com eles." Em outro lugar, contudo, o mesmo *Jerônimo* ensina quão antigo foi *este* instituto. Pois *ele* diz que em Alexandria, desde o evangelista Marcos até Héraclas e Dionísio, os presbíteros sempre colocaram em um grau mais elevado um eleito dentre si, a quem chamavam ***bispo***.

Portanto, as cidades, uma a uma, tinham *seu* colégio de presbíteros, que eram pastores e mestres. Ora, nem todos exerciam entre o povo o ofício de ensinar, de exortar e de corrigir, o qual Paulo impõe aos bispos [Tt 1.9]; mas também, para que deixassem semente após si, empenhavam-se diligentemente em instruir aos mais jovens que se haviam alistado na sagrada milícia. A cada cidade era atribuída certa região, a qual daí recebesse *seus* presbíteros e fosse como que integrada ao corpo dessa igreja. Os colégios *presbiteriais*, cada um *deles*, como disse, meramente no interesse de conservar-se uma *boa* gestão e a paz, estavam sob a direção de um bispo, o qual aos outros de tal modo precedia em dignidade, que estivesse sujeito à assembléia dos irmãos. Se, porém, o campo que lhe estava sob o episcopado era amplo demais para que pudesse cumprir por toda parte a todos os deveres de bispo, designavam-se presbíteros para certos lugares através do próprio campo, que lhe

31. Cipriano, *Cartas*, XIV, capítulo IV; XIX, XXXIV, capítulo IV.
32. *Comentário a Tito*, capítulo I.
33. *Carta CXLIV, a Evangelus.*

fizessem as vezes em questões de importância menor. A esses chamavam ***bispos regionais***, porque representavam o bispo *geral* através da próprio província.

3. A ambos, bispos e presbíteros, o ofício necessário eram a pregação da Palavra e a administração dos sacramentos

Quanto, porém, diz respeito ao ofício de que estamos agora a tratar, tanto ao bispo, quanto aos presbíteros, tinham que devotar-se à ministração da Palavra e dos Sacramentos. Ora, somente em Alexandria, porquanto Ário havia aí conturbado a Igreja, fora resolvido que o presbítero não pregasse ao povo, como diz Sócrates, no livro IX da ***História Tripartite*** [de Cassiodoro]. No entanto, Jerônimo não dissimula que isso lhe desagradava.[34] Certamente seria coisa monstruosa que alguém se vangloriasse de ser bispo e não cumprisse com as obrigações de seu cargo. Portanto, tal foi a severidade daqueles tempos, que todos os ministros se sentiam compelidos a cumprir o ofício como o Senhor requeria deles.

Não estou me referindo somente ao costume de uma única época, porque, na verdade, nem no tempo de Gregório, quando a Igreja já quase entrara em colapso (certamente se degenerara muito da antiga pureza), não foi tolerável que algum bispo se abstivesse das pregações. "O sacerdote", diz ele, em algum lugar,[35] "morre, se dele não se ouvir algum som, porque reclama contra si a ira do Juiz oculto, se vagueia sem o soar da pregação." E, em outro lugar: "Quando Paulo testifica [At 20.26] estar limpo do sangue de todos, nesta afirmação somos indiciados, somos constringidos, somos evidenciados como réus, nós que somos chamados sacerdotes, que sobre essas *coisas* más que pessoalmente as temos acrescentamos também mortes alheias, porque matamos aos mornos e silenciosos, quando os vemos avançando diariamente para a morte." Chama silencioso a si *próprio* e aos outros por serem menos diligentes na obra do que conviria. Aliás, quando não perdoa a esses que exerciam o ofício pela metade, que pensas deveria *ele* fazer, se alguém tivesse deixado totalmente de fazê-lo? Portanto, isso prevaleceu na Igreja por tanto tempo, que as funções primárias do bispo vieram a ser a nutrição do povo com a Palavra de Deus, ou, seja, edificar a Igreja pública e particularmente com sã doutrina.

4. Arcebispos e patriarcas

Equanto em cada província tinha um ***arcebispo*** entre os bispos, os quais, de igual modo, no Concílio de Nicéia foram constituídos ***patriarcas***, que fossem superiores aos arcebispos em ordem e dignidade, isso dizia respeito à preservação da disciplina, se bem que nesta discussão não se pode passar em silêncio que isso era

34. *Carta LII*, 7.
35. *Cartas*, livro I, carta XXIV.

de uso mui raro. Portanto, por esta causa, mais do que tudo, foram instituídos estes graus para que, se algo em qualquer igreja ocorresse que não pudesse ser bem dirimido por uns poucos, fosse referido ao sínodo provincial. Se a magnitude ou dificuldade da causa também exigisse discussão maior, eram convocados os patriarcas juntamente com os sínodos, dos quais não haveria apelo, senão a um concílio geral.

Ao governo assim constituído alguns chamaram ***hierarquia***, com um termo, segundo me parece, impróprio, certamente não usado nas Escrituras. Ora, o Espírito Santo quis prevenir que alguém sonhasse principado ou senhorio, quando se trata do governo da Igreja. Se, porém, o termo for omitido, olhemos para o próprio fato e acharemos que os bispos antigos não quiseram plasmar outra forma de governar-se a Igreja fora daquela que Deus prescreveu em sua Palavra.

5. O ofício diaconal, sua expressão, gradação e perpetuidade

A condição dos diáconos, então, não foi outra além daquela dos dias dos apóstolos. Pois recebiam dos fiéis as ofertas diárias e os proventos anuais da Igreja, para que os aplicassem a *seus* verdadeiros usos, isto é, os distribuíssem para alimentar em parte os ministros, em parte os pobres; contudo, sob o arbítrio do bispo, a quem, ademais, prestavam anualmente contas de sua economia. Ora, que por toda parte os cânones fazem o bispo o administrador de todos os bens da igreja, não se deve assim entender como se *ele* próprio houvesse de desempenhar pessoalmente essa obrigação; antes, que sua *atribuição* era prescrever a um diácono quem deveria ser recebido à pensão pública da igreja e a quem, e quanto, devesse ser fornecido a cada um daquilo que era restante, e que tinha a inspeção de ver se este executaria fielmente o que seria de seu ofício. Pois assim se lê nos cânones que atribuem aos apóstolos: "Preceituamos que o bispo tenha em seu poder as coisas da Igreja. Ora, se lhe foram confiadas as almas dos homens, mais preciosas, muito mais cabível é que exerça ele o cuidado dos fundos, para que, de seu poder, todas as *coisas* sejam dispensadas aos pobres por intermédio dos presbíteros e diáconos, de modo que se ministre com temor e toda solicitude." E no Concílio de Antioquia foi decretado que fossem freados os bispos que tratavam das coisas da Igreja sem o conhecimento dos presbíteros e dos diáconos. Mas, não há por que discutir-se mais longamente acerca disto, quando se manifesta de numerosas epístolas de Gregório que também nesse tempo, quando, de outra sorte, as ordenanças eclesiásticas haviam sido muito deturpadas, no entanto esta observância havia perdurado: que os diáconos, debaixo *da autoridade* do bispo, fossem os ecônomos dos pobres.

É verossímil que, de início, aos diáconos fossem atribuídos subdiáconos, para que do serviço deles se utilizassem em relação aos pobres; mas essa distinção foi aos poucos obliterada. Contudo, começaram a criar-se então arcediago, quando a abundância de recursos exigiria nova e mais exata maneira de administrar, se bem

que Jerônimo[36] registra que eles já existiam em sua época. Mas, nas mãos destes estava a soma das rendas, das posses, das alfaias e o encargo das ofertas diárias. Daí Gregório[37] declarar que o arcediago de Salona incorreria em culpa se algo dos bens da Igreja se perdesse, quer por negligência, quer por fraudulência dele.

Mas o fato de que se lhes havia confiado a leitura do evangelho ao povo e a exortação a orar, que igualmente eram incumbidos de estender o cálice na santa ceia, isto acontecia no propósito de adornar o ofício, para que o executassem com reverência maior, quando fossem advertidos de tais apanágios de que, o que estivessem a desempenhar, não era alguma gerenciação profana, mas antes uma função espiritual e devotada a Deus.

6. O uso e administração dos bens da Igreja, votados primariamente ao socorro dos pobres, e também até onde se fazia necessário o sustento dos ministros

Daqui pode-se também ajuizar qual foi o uso dos bens eclesiásticos e em que moldes *era* sua administração. A cada passo se pode encontrar, tanto nos decretos dos sínodos, quanto nos escritores antigos, que tudo quanto a Igreja possui, seja em propriedade, seja em dinheiro, é patrimônio dos pobres. E assim freqüentemente ali é entoada esta cantilena aos bispos e diáconos: que se lembrem que estão a manejar não valores próprios, mas os destinados à necessidade dos pobres; *valores* que, se de má fé são suprimidos ou dilapidados, se constituem réus de sangue. Daí serem admoestados a que, com sumo tremor e reverência, como à vista de Deus, os distribuam, sem acepção de pessoas, *àqueles* a quem se devem. Daqui também aquelas sérias reiterações em Crisóstomo, Ambrósio, Agostinho e outros bispos como eles com as quais diante do povo asseveram sua integridade.

Como, porém, seja justo, e também sancionado pela lei do Senhor, que *aqueles* que dedicam sua atividade à Igreja sejam sustentados às expensas públicas da Igreja [1Co 9.14; Gl 6.6], e nesse tempo alguns presbíteros, consagrando a Deus seus patrimônios, se fizeram pobres voluntários, tal era a distribuição que nem aos ministros faltasse o sustento nem negligenciados fossem os pobres. Entrementes, tomava-se cautela, no entanto, para que os próprios ministros, que devem dar aos outros exemplo de frugalidade, não tivessem em demasia de onde usassem mal para luxo ou prazeres; antes, *tivessem* apenas com que fizessem frente à sua necessidade. "Ora, os clérigos que podem ser sustentados pelos bens dos pais", diz Jerônimo, "se recebem o que é dos pobres, cometem sacrilégio e, por abuso desta natureza, comem e bebem juízo para si" [1Co 11.29].[38]

---

36. *Carta CXLVI*.
37. *Carta X*.
38. *Decretos de Graciano*, pte. II, dist. 1, que cita esta passagem de Jerônimo.

7. OS FUNDOS DA IGREJA, A PRINCÍPIO DE LIVRE APLICAÇÃO, MAIS TARDE SE DESTINARAM A QUATRO FINALIDADES DISTINTAS

No princípio, a administração *dos fundos da Igreja* foi livre e voluntária, quando os bispos e diáconos de si mesmos fossem fiéis, e no lugar das leis estivessem a integridade de consciência e inocência de vida. Mais tarde, como emergissem da cobiça ou esforços corruptos de uns certos maus exemplos, para corrigir esses vícios foram elaborados cânones que dividiram as rendas da Igreja em quatro partes, das quais destinaram uma aos clérigos; outra, aos pobres *da Igreja*; a terceira, a manter bem conservados os templos sagrados e outros edifícios; a quarta, porém, tanto a forasteiros quanto a nativos necessitados.

Ora, que outros cânones atribuem esta última *porção* ao bispo, isso nada varia dessa divisão que referi, pois nem pretendem que lhe pertencesse, de sorte que ou ele mesmo a consumisse, ou derramasse à larga a quem bem quisesse; antes, que baste à hospitalidade que Paulo requer dessa ordem *de ministros da Igreja* [1Tm 3.2]. E assim interpretam Gelásio e Gregório,[39] pois que outra razão não acrescenta Gelásio por que o bispo não reivindique para si alguma coisa, a não ser para prodigalizar aos cativos e aos peregrinos, e ainda mais claramente fala Gregório: "É costume", diz ele, "da Sé Apostólica, *uma vez* ordenado o bispo, dar-lhe preceitos, de modo que de todo estipêndio que provém se façam quatro porções, a saber: uma para o bispo e sua casa em função da hospitalidade e assistência, outra para o clero, a terceira para os pobres, a quarta para a reparação dos templos."[40] Portanto, nada foi permitido ao bispo tomar para seu uso, senão o que fosse suficientemente para moderada e frugal alimentação e vestuário. E se alguém começava a exceder-se, ou pelo luxo, ou pela ostentação e pompa, era imediatamente reprimido pelos colegas; se não obedecesse, era privado da honra *episcopal*.

8. EM CASOS DE PENÚRIA E INDIGÊNCIA, ERAM VENDIDAS AS PRÓPRIAS VESTIMENTAS ECLESIÁSTICAS PARA SOCORRER-SE AOS NECESSITADOS

Com efeito, o que conferiam ao ornato das *coisas* sagradas era, a princípio, extremamente exíguo; mais tarde, quando a Igreja veio a ser um pouco mais rica, ainda conservaram moderação nessa matéria. E, todavia, tudo quanto de dinheiro aí se juntava permanecia incólume para os pobres, caso alguma necessidade maior sobreviesse. Assim sendo, Cirilo, como a fome houvesse ocupado a província de Jerusalém, nem se podia de outra maneira acudir à indigência, mercanciou vasos e vestes[41] e gastou *o produto* na alimentação dos pobres.[42] De igual modo, Acácio,

39. Ibid., ate. II, que cita a *Carta X* de Gelásio.
40. Ibid., cita a *Carta LXVI* de Gregório.
41. Casiodoro, *História Tripartida*, livro V, capítulo XXXVII.
42. Ibid., livro XI, capítulo XVI.

bispo de Amida, quando grande multidão de persas esteve a ponto de perecer de fome, convocando os clérigos e fazendo esta preclara oração: “Nosso Deus não tem necessidade nem de pratos, nem de cálices, porque não come, nem bebe”, fundiu os vasos, de onde conseguisse para os míseros não só o alimento, mas também preço de resgate. Jerônimo também, enquanto investe contra o exagerado esplendor dos templos, faz menção honorífica a Exupério, bispo de Tolosa, de seu tempo, que carregava o corpo do Senhor em um cesto de vime e o sangue em um vidro, mas não permitia que nenhum pobre passasse fome.[43]

O que há pouco disse a respeito de Acácio, Ambrósio menciona acerca de si mesmo, pois, como os arianos o incomodassem porque, para a redenção de cativos, houvesse quebrado os vasos sagrados, usou desta belíssima justificativa: “*Aquele* que sem ouro enviou os apóstolos, também sem ouro congregou as igrejas. A Igreja tem ouro, não para que o conserve, mas para que o gaste e venha em socorro das necessidades. Que proveito há em guardar o que nada ajuda? Porventura ignoramos quanto de ouro e de prata os assírios arrebataram do templo do Senhor [2Rs 18.15, 16]? Porventura não os funde melhor o sacerdote com vistas ao sustento dos pobres, se outros recursos faltem, que embora os carregue o inimigo sacrílego? Porventura não haverá de dizer o Senhor: ‘Por que permitiste que morressem de fome tantos necessitados? E por certo que tinhas ouro donde ministrassem o alimento! Por que tantos foram levados cativos, nem *foram* redimidos? Por que tantos foram mortos pelo inimigo? Melhor fora que preservasses os vasos de vivos que os de metais.’ A estas *coisas* não poderás dar resposta, pois que haverias de dizer? ‘Temi que faltasse ornamento ao templo de Deus.’ Responderia *ele*: ‘Os sacramentos não requerem ouro, nem com ouro as *coisas* agradam que com ouro não se compram. O ornato dos sacramentos é a redenção dos cativos’.” Em suma, vemos ter sido muito verdadeiro o que em outro lugar diz o mesmo *Ambrósio*: “Tudo quanto então possuísse a Igreja veio a ser pecúlio dos carentes.” De igual modo: “O bispo nada tem que não seja dos pobres.”

9. Os clérigos, estagiários em preparo e adestramento para o ministério da Igreja: ostiários, acólitos, leitores, subdiáconos, em progressão

Estes que acabamos de enumerar foram os ministérios da Igreja antiga. Os outros, dos quais os escritores eclesiásticos fazem menção, foram mais exercícios e como que preparações do que funções específicas. Ora, aqueles santos varões, para que deixassem após si um viveiro à Igreja, recebiam a seu cuidado e tutela, e também instrução, jovens que, com o consentimento e autoridade do país, se alistavam

43. Jerônimo, *Carta CXXV*.

na milícia espiritual, e assim os formavam desde tenra idade para que não viessem a exercer o ofício despreparados e inexperientes. Todos, porém, que eram instruídos em aprendizados deste molde eram chamados pelo termo geral ***clérigo***. Certamente que *eu* preferiria que lhes fosse dado outro nome mais próprio, pois este designativo nasceu de um erro, ou certamente de uma noção falsa do que Pedro proclamara *como* o ***clero***, isto é, ***a herança do Senhor***, a Igreja inteira [1Pe 5.3]. Entretanto, a instituição mesma foi sobremodo santa e salutar, porquanto *os* que se quisessem consagrar à Igreja *a si mesmos* e seu serviço, fossem assim educados sob o cuidado do bispo, de sorte que ninguém ministrasse à Igreja a não ser previamente bem preparado e quem desde a primeira adolescência não só houvesse embebido a santa doutrina, mas também, mercê de disciplina mais severa, houvesse se revestido de um certo hábito de gravidade e de vida mais santa; igualmente houvesse sido alheio a cuidados profanos e acostumado aos cuidados e ocupações espirituais. Contudo, da mesma forma que os recrutas do exército são adestrados para combate verdadeiro e sério mediante lutas simuladas, assim havia certos rudimentos com os quais *eles* eram exercitados no clericato, antes que fossem promovidos às funções propriamente ditas.

Portanto, primeiro lhes confiavam o cuidado de abrir e fechar o templo, e os chamavam ***ostiários***; depois *os* chamavam ***acólitos***, como assistissem ao bispo nos encargos domésticos e o acompanhassem de contínuo, primeiro por uma questão de honorabilidade, então para que alguma suspeita não viesse sorrateiramente; em seguida, para que se fizessem gradualmente conhecidos ao povo e adquirissem recomendação para si; ao mesmo tempo que aprendessem a suportar a presença de todos e a falar diante de todos, para que, feitos presbíteros, quando viessem à frente a ensinar, não se confundissem pelo acanhamento, era-lhes dado lugar à leitura no púlpito. Desse modo eram promovidos gradativamente, de sorte que provassem sua diligência nos exercícios, um a um, até que se tornavam subdiáconos.

Só quero dizer o seguinte: estes *encargos* foram mais rudimentos de noviços que funções que eram computadas entre os verdadeiros ministérios da Igreja.

10. O processo de indicação e investidura de ministros na Igreja antiga, normativa à participação dos fiéis, o povo crente

O que dissemos ser o primeiro e o segundo *pontos* no chamado dos ministros – quais pessoas escolher e quão grande cuidado se deve aplicar nesse processo –, nisso a Igreja antiga seguiu o que Paulo prescreu e os exemplos dos apóstolos. Pois, para escolher pastores, costumavam reunir-se com suma reverência e invocação solícita do nome de Deus. Além disso, tinham uma fórmula de exame pela qual aferiam a vida e a doutrina dos que deviam ser eleitos, segundo aquela regra de Paulo [1Tm 3.2-7]. Só que aqui pecaram por imoderada severidade, visto que quise-

ram requerer mais do bispo do que Paulo exigiu, especialmente no seguimento do tempo, o celibato. Nos demais *aspectos*, contudo, a observância lhes foi consistente com a descrição de Paulo.

Não obstante, no que referimos em terceiro lugar, a saber, quem deva constituir os ministros, nem sempre mantiveram uma norma *única*. Aliás, em tempos antigos ninguém era admitido ao grêmio dos ***clérigos*** sem o assentimento de todo o povo, de modo que Cipriano busca diligentemente justificar que constituíram ***leitor***, sem consultar a Igreja, a um certo Aurélio, porque isso foi feito em exceção ao costume, e isso não sem razão plausível. Assim, pois, *ele* prefacia a questão: "Em ordenando-se clérigos, caríssimos irmãos, costumamos consultar-vos e *convosco* ponderar, em comum entendimento, os costumes e os méritos de cada um." De fato, porque nesses exercícios menores não se corria grande perigo, porque seriam submetidos a prova diária e não grande função, o assentimento do povo deixou de ser solicitado.

Mais tarde, também nos demais ofícios, exceto o episcopado, o povo comumente permitiu ao bispo e presbíteros o critério da escolha, como conhecessem quem era idôneo e digno, a não ser, talvez, quando novos presbíteros eram destinados às paróquias, pois então se fez necessário que a multidão do lugar assentisse expressamente. Nem causa surpresa que ao reter seu direito menos solícito foi o povo nesta parte, pois ninguém se fazia subdiácono que não houvesse dado longa prova de si no ***clericato***, sob essa severidade de disciplina que havia então. Depois que nesse posto fossem provados, era constituído ***diácono***; daí atingia a honra do ***presbiterato***, caso fosse desincumbido fielmente. Assim sendo, nenhum era promovido acerca de quem realmente, por muitos anos, não resistisse ao exame, sob as vistas do povo. E eram muitos os cânones para punir-lhes as faltas, de sorte que a Igreja não era impingida de maus presbíteros ou diáconos, a não ser que negligenciasse os remédios; se bem que no caso dos presbíteros sempre se exigia também o assentimento dos cidadãos, o que o atesta, ademais, o Cânon I, distinção 67, que se atribui a Anacleto. Finalmente, então todas as ordenações eram feitas em determinados tempos do ano, para que não se insinuasse alguém furtivamente, sem o assentimento dos fiéis, ou fosse promovido com excessiva facilidade, sem testemunhas.

11. O assentimento do povo na eleição ou indicação dos bispos até o tempo de Teodoreto, no século IV

Ao povo foi conservada por longo tempo sua liberdade em escolher os bispos, para que não se impusesse alguém que não fosse aceito por todos. Portanto, no Concílio de Antioquia foi proibido que se impingisse *como bispo* alguém que não o desejasse, o que também Leão I diligentemente confirma. Daqui estas *suas* injunções: "Seja eleito aquele a quem o clero e o povo, ou o maior número, hajam pedido"; igualmente: "*Aquele* que haverá de presidir a todos seja eleito por todos, pois

quem é preposto desconhecido e não examinado, é necessidade que seja imposto pela força"; ainda: "Seja escolhido aquele que, eleito pelos clérigos, seja solicitado pelo povo e seja consagrado pelos *bispos* da província com a sanção do metropolitano." Mas, os santos pais sobremodo se acautelaram que de modo nenhum fosse diminuída esta liberdade do povo, que ao ordenar o Sínodo Geral congregado em Constantinopla a Nectário, isso não quis fazer sem a aprovação de todo o clero e o povo, como o atestou sua carta ao Sínodo de Roma.[44] Daí também, quando algum bispo designasse para si um sucessor, *a designação* era confirmada não de outra forma sem que todo o povo a ratificasse, coisa de que se tem não só exemplo, mas também a fórmula em Agostinho,[45] na nomeação de Eráclio. E Teodoreto,[46] quando afirma que Pedro *foi* por Atanásio nomeado sucessor, imediatamente acrescenta que a ordem sacerdotal teve isso confirmado, e o magistrado, os principais cidadãos e todo o povo o aprovaram com sua aclamação.

12. A autoridade de clero e povo era mutuamente contrabalançada

De fato admito que foi mui razoável a disposição do Concílio de Laodicéia, que não se facultasse a eleição ao povo, pois é mui difícil que se ponham de acordo tantas pessoas para levar a bom termo um assunto.[47] E quase sempre é verdadeiro este *provérbio*: a plebe incerta se divide em interesses contrários. Pois, primeiro somente os clérigos procediam à escolha; então, apresentavam ao magistrado, ou senado e aos principais cidadãos *aquele* a quem haviam escolhido. Esses, tomada deliberação, ratificavam a eleição, se parecia justa; e se não, escolhiam um outro que mais aprovassem; então, a matéria era deferida à multidão que, embora não fosse obrigada por essas decisões prévias, tinha menos poder de causar tumulto. Ou, se *a escolha* era iniciada pela multidão, isso se fazia apenas para que se soubesse a quem *ela* desejasse acima de tudo. Ouvidas as preferências dos populares, por fim os clérigos efetuavam a escolha. De igual modo, *pois*, não era permitido aos clérigos impor a quem quisessem, entretanto nem tinham necessariamente de ceder aos desejos estultos do povo.

Leão I, em outro lugar, propõe esta ordem, quando diz: "Impõe-se contar com as preferências dos cidadãos *comuns*, os testemunhos dos povos, o arbítrio dos que têm posição de honra, a escolha dos clérigos"; igualmente: "Obtenha-se o testemunho dos que têm posição de honra, a confirmação dos clérigos, o assentimento da

44. Teodoreto, *História Eclesiástica*, livro V, capítulo IX.

45. *Carta CCXXVI*.

46. *História Eclesiástica*, livro IV, capítulo XX.

47. Virgílio, *Eneida*, II, 39. Primeira edição: "Foi, na verdade, confesso[-o], e isso com mui excelente razão, sancionado no Concílio de Laodicéia, que se não faculte a eleição às turbas. Ora, dificilmente jamais acontece que tantas cabeças disponham bem alguma cousa, com um só sentir."

ordem e do povo; por nenhuma razã, diz *ele*, se permite fazer de outra maneira."[48] Tampouco significa outra *coisa* esse decreto do Sínodo de Laodicéia, que não se deixem os clérigos e magnatas arrebatar pela multidão inconsiderada, mas antes reprimam por sua prudência e gravidade seus estultos desejos, se em qualquer tempo for necessário que se faça.

13. A participação de autoridades ou do poder público na eleição de dignitários eclesiásticos

Esta maneira de eleger estava em vigor ainda na época de Gregório, e é verossímil ter durado por longo tempo depois. Nele subsistem muitas epístolas que dão luminoso testemunho desta matéria, pois sempre que se trata de criar um novo bispo, em algum lugar, *ele* costuma escrever ao clero, à ordem e ao povo, por vezes também ao dignitário civil, conforme é o regime constituído na cidade. Mas se em razão de situação de desordem de uma igreja, confia a um bispo vizinho, em qualquer parte, inspeção na eleição; no entanto sempre requer decreto solene, corroborado das assinaturas de todos. Além disso, também, como fosse criado bispo de Milião a um certo Constâncio, e por causa das incursões dos bárbaros muitos dos milaneses fugissem para Gênova, pensa que a eleição legítima não se deu de outra maneira, senão que também esses mesmos, convocados em comum, consentiraram.

Com efeito, não passaram ainda quinhentos anos desde que o Papa Nicolau prescreveu, no tocante à eleição do pontífice romano, nestes termos: que tivessem precedência os bispos cardeais; em seguida, a si juntasse o clero restante; finalmente, fosse a eleição confirmada pelo assentimento do povo. E, no final, menciona esse decreto de Leão que mencionei há pouco e preceitua estar *ele* em vigor para o futuro. Entretanto, se a maldade de alguns chega a tanto, que o clero se vê forçado a sair da cidade para fazer uma boa eleição, entretanto ordena que alguns dentre o povo ao mesmo tempo estejam presentes.

A aprovação do imperador, porém, quanto é possível saber, era requerida em apenas duas igrejas, a de Roma e a de Constantinopla, porquanto aí estavam as duas sedes do Império. Ora, que Ambrósio foi enviado a Milão com poder da parte do *imperador* Valentiniano para dirigir a eleição de um novo bispo, isso foi extraordinário, em decorrência das pesadas facções nas quais os cidadãos se inflamavam entre si. Em Roma, porém, tanto prevaleceu outrora a autoridade do imperador na criação do bispo, que lemos haver Gregório sido posto nos lemes da Igreja por determinação sua, quando, no entanto, fosse reinvidicado pelo povo em rito solene. O costume era que, logo que alguém fosse eleito bispo de Roma pelo clero, o senado e o povo, o eleito o comunicava ao imperador, o qual aprovava ou anulava a eleição.

48. *Carta X*.

Os Decretos recompilados por Graciano não são contrários a isto, onde outra *coisa* não se diz que de modo algum deva ser tolerado que, desconsiderada uma eleição canônica, o rei constitua bispo, a seu talante, e que não se deve consagrar pelos *bispos* metropolitanos *aquele* que tenha sido assim promovido por injunções violentas. Ora, uma *coisa* é despojar a Igreja de seu direito, de modo que um só homem faça tudo segundo seu talante; outra é conceder a um rei ou imperador a honra de, com sua autoridade, confirmar a eleição feita de forma legítima.

14. O processo de ordenação em tempos antigos

Agora resta tratarmos que rito era usado, após a eleição, para a iniciação dos ministros da Igreja antiga no exercício de seu ofício. Os latinos chamavam a esta *cerimônia* ***ordenação*** ou ***consagração***; os gregos, χειροτονίᾶν [*cheirŏtŏniā̅n – levantamento de mão*], por vezes também χειροθεσίᾶν [*cheirŏthĕsiā̅n – imposição de mão*], embora χειροτονίᾶ [*cheirŏtŏniā̅*] se diga propriamente esse gênero de eleição em que os votos são declarados pelo levantamento de mãos. Mas, subsiste um decreto do Concílio Niceno, para que o metropolitano se congregue com todos os bispos da província a fim de ordenar aquele que tenha sido eleito. Se, porém, pela extensão do caminho, ou por *questão de* saúde, ou por outra necessidade, no entanto pelo menos se acham presentes três, contudo os que estão ausentes atestem seu assentimento por meio de cartas. E como este cânon viesse a tornar-se obsoleto pelo desuso, mais tarde foi renovado por muitos sínodos. Todos, entretanto, ou ao menos todos quantos não tivessem escusa, eram por isso ordenados estar presentes: para que se tivesse um exame mais rigoroso da doutrina e da moral do ordenando, porque a consagração não era levada a bom termo sem exame.

E é evidente das palavras de Cipriano que outrora não costumavam chamar os bispos após a eleição, mas que estivessem presentes à eleição e para este fim: que fossem como que moderadores, para que não acontecesse algo de turbulento na própria turba. Pois quando se diz que o povo tem poder, seja de eleger sacerdotes dignos, seja de recusar os indignos, pouco depois adiciona: "Portanto, deve-se conservar e suster diligentemente o que o Senhor e seus apóstolos nos transmitiram, como o observamos em quase todas as províncias: que todos os bispos próximos, da mesma província, se reúnam no lugar onde se possa verificar a eleição do bispo, e que seja eleito estando presente o povo."[49] Como, porém, às vezes se reunissem mais lentamente e houvesse o risco de alguns abusarem dessa demora para ocasião de andar em volta a fazer aliciamento, pareceu ser suficiente que, feita a designação, acorressem e consagrassem o aprovado em legítima perquirição.

49. Cipriano, *Carta LXVII*, 5.

15. Posteriormente, a ordenação passou a ser apanágio do metropolitano, depois do bispo de Roma, com certas exceções, mas sempre mediante a imposição de mãos

Como isto acontecesse por toda parte sem exceção, aos poucos implantou-se um costume diferente, *a saber*, que os eleitos recorressem à cidade metrópole para *aí* buscar *sua* ordenação, o que se deu mais por ambição e deterioração do velho instituto do que de alguma boa razão. Não muito depois, aumentada já a autoridade da sé romana, estabeleceu-se outro costume ainda pior, *a saber*, que daí os bispos de quase toda a Itália buscassem consagração, o que se pode observar das ***epístolas*** de Gregório. Apenas a umas poucas cidades, que não haviam cedido tão facilmente, fora conservado o direito antigo, como se tem exemplo na de Milão. Possivelmente, somente as metrópoles retiveram seu privilégio. Pois, a fim de consagrar o arcebispo, costumavam reunir-se todos os bispos provinciais na própria cidade principal.

Com tudo isso, o rito era a imposição de mãos. Ora, não leio além dessas fossem aplicadas outras cerimônias, a não ser que na assembléia solene os bispos tinham algum ornato pelo qual se ditinguissem dos demais presbíteros. Também *os bispos* ordenavam aos presbíteros e aos diáconos só com a imposição de mãos, contudo cada bispo ordenava a seus presbíteros juntamente com o *próprio* colégio de presbítero. Mas, embora todos fizessem o mesmo, entretanto, porque o bispo presidia e a cerimônia era dirigida como que sob seus auspícios, por isso se dizia que a ordenação era sua. Do quê os antigos sustentavam freqüentemente que o bispo se diferia do presbítero, senão por não ter o poder de ordenar.

CAPÍTULO V

A FORMA ANTIGA DE GOVERNO *DA IGREJA* FOI TOTALMENTE SUBVERTIDA PELA TIRANIA DO PAPADO

1. Episcopado sem qualificações nem idoneidade: despreparo cultural, deficiência moral, inclusive falta de idade

É preciso agora pôr diante dos olhos a forma de governo da Igreja que mantém hoje a sé romana e todos seus satélites, e toda a imagem dessa hierarquia que tem continuamente na boca, e comparar com aquela que temos descrito da Igreja primeira e antiga, para que da comparação transpareça que *tipo de* Igreja têm *aqueles* que com apenas este nome rugem furiosamente no afã de impingir-nos ou, antes, esmagar-nos. Mas é preferível começar da vocação para que vejamos quem e quais e de que maneira são chamados a este ministério. Então, a seguir, consideraremos como devem fielmente cumprir seu ofício.

Daremos o primeiro lugar aos bispos, ainda que com isso não vão desfrutar de mais honra.[50] Entretanto, a própria realidade não me permite tocar sequer de leve esta argumentação, sem desdouro seu. E contudo me haverei de lembrar em que gênero de escrito estou agora versando, nem permitirei que meu discurso, que deve aferrar-se ao simples ensino, se desvie além de suas metas. Mas responda-me ainda, alguém dentre aqueles que não perderam inteiramente o pundonor, os quais hoje, a cada passo, são eleitos bispos. Indubitavelmente, fazer-se exame da doutrina é no mínimo obsoleto, porque, se algum respeito se tem de doutrina, escolhem algum jurisconsulto, que mais saiba litigar no foro que pregar na igreja. Isto é patente: por cem anos dificilmente um em cada foi eleito que entendesse alguma *coisa* da doutrina sagrada. Aos séculos anteriores deixo de reportar-me, não porque foram melhores, mas porque a questão nos é apenas acerca da Igreja atual.

Caso se faça censura de seus costumes, poucos, ou quase nenhum, acharemos haver existido a quem os cânones antigos não julgassem indignos. Quem não foi beberrão, foi devasso; igualmente, quem foi puro deste crime, ou foi jogador inveterado, ou caçador, ou dissoluto em algum aspecto da vida. Ora, pois, são faltas mais leves que, segundo os cânones antigos, excluem um homem do episcopado. Muito mais absurdo, porém, é isto: que, por dispensação do papa, se têm feito bispos até

50. Primeira edição: “Mas, daremos o primeiro lugar aos bispos, aos quais prouvera que para honra pudesse ser isto: terem a posição primeira nesta discussão.”

meninos mal chegados aos dez anos de idade. A tal ponto chegaram, por impudência e insensibilidade, que certamente não tremessem ante essa ignomínia extrema, e até monstruosa, que destoa absolutamente do próprio sentir da *própria* natureza. Daqui se faz evidente quão religiosas foram as eleições nas quais tão supina foi a negligência.

2. AO ARREPIO DOS CÂNONES ANTIGOS, FOI ALIJADA A PARTICIPAÇÃO DO POVO DA IGREJA NA ELEIÇÃO DOS BISPOS, DEIXADA AGORA AO SABOR DE VIS INTERESSES E A FAVORECER PESSOAS QUE LONGE ESTÃO DE IDÔNEAS

Já foi alijado todo aquele direito do povo em eleger *o bispo*. Votos, assentimentos, endossos e todas as coisas dessa natureza desapareceram: somente aos membros do cabido foi transferida toda a autoridade. Esses conferem o episcopado a quem querem; logo a seguir o conduzem à presença do povo, mas para ser adorado, não para ser examinado. Com efeito, Leão protesta que nenhuma razão permite isso e declara ser imposição violenta.[51] Cipriano, quando testifica fluir do direito divino que não se faça *eleição* a não ser com o assentimento do povo, mostra a Palavra de Deus em conflito com um costume diverso.[52] Decretos de tantos sínodos proíbem severissimamente que se faça de outra maneira; e se fizer, prescrevem que seja nulo. Se estas *coisas* são verdadeiras, hoje nenhuma eleição canônica subsiste em todo o papismo, nem por *direito* divino, nem por direito eclesiástico.

Mas, ainda que nenhum outro mal houvesse, no entanto, como poderão desculpar que tenham despojado a Igreja de seu direito? Dizem que a corrupção dos tempos, uma vez que entre o povo e os magistrados, em se proverem de bispos, mais valiam os ódios e os favoritismos do que o reto e são juízo, assim exigia que o arbítrio desta matéria fosse deferido a uns poucos. Incontestavelmente, este foi remédio extremo do mal em circunstâncias deploráveis. Quando, porém, o medicamento se mostrou mais danoso que a própria doença, por que não se acudiu também a este novo mal? Mas, insistem *eles*, aos próprios canônicos foi prescrito exatamente o que se deve seguir na eleição. Duvidamos que o povo de outrora não entendesse que estava sujeito por leis tão santas, quando veio a norma que lhe era imposta pela Palavra de Deus para eleger os bispos. Porque, na verdade, aquele mero pronunciamento de Deus, que descreve que a verdadeira imagem do bispo devia, com razão, ser de mais *valia* que infinitas miríades de cânones. Entretanto, corrompido por mui ignóbil paixão, *o povo* não tinha nenhuma consideração pela lei ou pela eqüidade.

Assim hoje, embora hajam ótimas leis escritas, no entanto *elas* permanecem sepultadas nas folhas de papel. Entrementes, em mui ampla escala foi recebido nos costumes e, como ocorre com razão, até aprovado que beberrões, devassos, jogadores inveterados sejam mui freqüentemente promovidos a esta honra; digo pouco,

51. Leão I, *Carta CLXVII*.
52. *Carta LXVII*.

pois bispados eram prêmios de adultérios e alcovitagens. Ora, pois, quando se dão a caçadores e passarinheiros, é de se pensar que a coisa saiu às mil maravilhas. É inútil defender tais coisas com os cânones. Afirmo que o povo de outrora possuía ótimo cânon, a quem a Palavra de Deus prescrevia convir que o bispo seja irrepreensível, um mestre, não briguento etc. [1Tm 3.1-7; Tt 1.7-9]. Logo, por que foi do povo transferida para estes a função de eleger? Obviamente, *replicarão,* porque entre tumultos e facciosidades do povo não era ouvida a Palavra de Deus. Por que então não se tira atualmente os cânones, os quais não só violam todas as leis, mas que com todo descaso confundem o céu com a terra mediante sua ambição, sua avareza e seus apetites desmesurados?[53]

3. A evolução absurda no processo de eleição episcopal: do poder do povo à imposição de príncipes

Mentem, porém, quando dizem que isto foi engendrado como um remédio. Lemos que outrora as cidades eram freqüentemente tumultuadas ao elegerem-se bispos; entretanto, ninguém jamais ousou cogitar de eliminar dos cidadãos *seu* direito, pois tinham outras vias com as quais ou eliminassem esses vícios, ou corrigissem os já admitidos. O fato real é que, como o povo começasse a ser mais negligente em promover a escolha, e como, sendo menos congruente, deferisse esta incumbência aos presbíteros, esses abusaram desta ocasião para usurpar para si uma tirania, que depois solidificaram, promulgando novos cânones.

A ordenação, porém, outra coisa não é senão pura zombaria. Ora, a espécie de exame que aí ostentam é tão frívola e fútil que não tem nem lustre para enganar o mundo.[54] Assim sendo, o que em alguns lugares, mercê de acordo, os príncipes conseguiram dos pontífices romanos, *isto é,* que nomeassem os bispos, nisto não fez a Igreja nenhum novo dano, porque apenas foi detraída a eleição aos membros do cabido, a qual, com nenhum direito, haviam arrebatado, ou na verdade haviam roubado. Este é, indubitavelmente, um vergonhosíssimo exemplo: que bispos são enviados da corte para ocupar igrejas, quando o *dever* dos príncipes piedosos seria abster-se de tal corrutela. Pois é ímpio esbulho da Igreja sempre que a algum povo se impõe um bispo a quem não haja solicitado, ou ao menos haja aprovado de livre voz. Mas, esse ridículo costume que há muito houve nas igrejas deu ocasião aos príncipes a que assumissem para si indicação dos bispos. Pois preferiram que este benefício fosse seu do que daqueles aos quais isso em nada mais competia e que dele abusavam não menos indevidamente.

53. Primeira edição: “E, por que, hoje, se não transfira, de novo, destes, que não somente violam todas as leis, mas, alijado o pudor, libidinosa, avarenta, ambiciosamente misturam e confundem [cousas] humanas com divinas?”

54. Primeira edição: “Ora, a espécie de exame que aí ostentam é tão inane e jejuna que até careça de todo lustre.”

4. Deturpação da investidura e do ofício, tanto presbiteral quanto diaconal; irregularidades e subterfúgios vigentes

Eis a preclara vocação em função da qual os bispos se gabam de ser sucessores dos apóstolos. E dizem que compete somente a eles o direito de criar presbíteros. Mas nisto corrompem mui perversamente a instituição antiga, porque mediante sua ordenação criam não ***presbíteros***, que rejam e alimentem o povo, mas ***sacerdotes***, que realizem sacrifícios. De igual modo, quando consagram diáconos, nada tratam de seu ofício verdadeiro e próprio; antes, os ordenam apenas para determinadas cerimônias referentes ao cálice e à patena.

No Concílio de Calcedônia, no entanto, foi sancionado em contrário que não se façam ordenações "absolutas", isto é, que aos ordenados se designe ao mesmo tempo um lugar onde exerçam seu ofício. Este decreto é assaz útil por dupla razão: *primeiro*, para que não se onere as igrejas com gasto supérfluo, e com homens ociosos não se gaste o que deve ser distribuído aos pobres; segundo, que aqueles que são ordenados ponderem que não estão sendo promovidos a uma honra, mas estão recebendo um ofício a desempenhar, ao qual são obrigados por solene testificação. Mas, os mestres romanistas, que pensam não dever cuidar de religião, senão do ventre, primeiramente interpretam o título *como* uma renda que seja suficiente para o sustento, quer seja de patrimônio *próprio*, quer do sacerdócio. Assim sendo, quando ordenam a um diácono ou presbítero, não se preocupam onde devam ministrar; conferem-lhes a ordem, contanto que sejam bastante ricos para sustentar *a si próprios*. Quem dos homens, porém, aceite que o título que o decreto do concílio requer seja o provento anual para sustento?

Dessa forma, como os cânones que foram feitos depois condenavam aos bispos a manter aos que fossem ordenados sem título suficiente, para corrigir a excessiva facilidade em receber a todos os que se apresentavam, inventaram um novo subterfúgio para evitar o perigo; pois *aquele* que é ordenado, não importa com que título é nomeado, promete haver-se de contentar com esse. Mediante esse acordo, *ele* é barrado do direito de mover ação *contra o bispo* em matéria de sustento.

Omito infinidades de fraudes que aqui ocorrem, como quando uns mentem com títulos fúteis de sacerdócios, dos quais não podem auferir cinco asses por ano; outros, sob ajuste secreto, recebem sacerdócios por empréstimo, que prometem haver de devolver de pronto, mas por vezes não devolvem. E outros mistérios desse gênero.

5. A ordenação presbiteral ou diaconal é matéria de pompa e formalidades, sendo investidas pessoas de reduzido gabarito, sob exame inexpressivo, para funções improcedentes

Mas, ainda que esses abusos mais crassos sejam mitigados, porventura não é

isso sempre absurdo, *a saber*, constituir um presbítero a quem nenhum lugar se designe? Ora, a ninguém ordenam senão para oficiar sacrifícios. A legítima ordenação de um presbítero, no entanto, é para o governo da Igreja; o diácono é chamado para a ministração da esmola. Certamente que obscurecem o que fazem com muitas pompas, para que pela própria aparência sustenham a veneração entre os simplórios; mas, entre os judiciosos, que podem valer essas máscaras onde nada de sólido ou verdadeiro está por debaixo? Pois empregam cerimônias tomadas do judaísmo, ou engendradas por eles mesmos, das quais preferível fora abster-se.

Do verdadeiro exame, no entanto – *pois não levo em conta essa sombra que retêm* –, do assentimento do povo, de outras coisas necessárias, não se faz nenhuma menção. ***Sombra*** chamo a esses trejeitos ridículos urdidos em tola e fria imitação da antigüidade. Os bispos têm seus vigários que *lhes* indagam, antes da ordenação, quanto à doutrina. Não obstante, o que *indagam*? Perguntam se porventura sabem dizer bem suas missas, se sabem declinar um nome vulgar que ocorrerá na leitura, conjugar um verbo; se porventura conhecem o significado de uma palavra, uma *que seja*, pois nem é necessário que sequer saibam dar o sentido de um *único* versículo. Contudo, nem ainda assim são barrados do sacerdócio *aqueles* que são deficientes até mesmo nestes elementos pueris, contanto que tenham trazido alguma recomendação de dinheiro ou favor. Da mesma farinha é quando são os ordenados conduzidos ao altar e três vezes se pergunta, e isto em latim, ainda que o que responde não o entenda, se porventura são dignos de honra. Responde um que jamais os viu; mas, para que algo não falte à encenação, *ele* toma parte na peça: "*São dignos.*"

Do quê se pode acusar estes venerandos pais, senão que, com recrear-se em tão manifestos sacrilégios, sem qualquer pudor escarnecem de Deus e dos homens? Mas, visto que estão em posse diária desta matéria, acreditam que isso lhes é lícito. Pois, quem quer que ouse abrir a boca contra essas tão claras e tão atrozes abominações, tal como *aquele* que, outrora, trouxera a público os sagrados *ritos* de Ceres, é por eles arrebatado a julgamento capital. Porventura eles fariam isto, se pensassem existir algum Deus?

6. O tráfico desregrado e abusivo na colação dos benefícios eclesiásticos

No tocante à colação dos benefícios, que antigamente era irmanada à promoção, a de agora se separa completamente, eles se conduzem melhor?[55] Há, porém, entre eles variadas formas de proceder, pois não só são os bispos a conferir os benefícios; e ainda quando eles os conferem nem sempre têm autoridade absoluta, pois há ou-

55. Primeira edição: "Agora, quanto melhor se conduzem nas colações dos benefícios, cousa que outrora era conjungida com a ordenação [e] agora está inteiramente separada?"

tros que têm a apresentação. Em suma, cada um leva o que pede. Ocorrem também nomeações por parte de escolas, resignações, quer simples, quer feitas por causa de mudança, rescritos comendatícios, prevenções e tudo quanto é desse gênero. Contudo, todos se conduzem de tal modo, que nenhum deles tem como censurar ao outro.

À luz desse fato concluo que entre cem apenas se dá um só benefício no papado sem simonia, se por simonia entendemos o que os antigos entendiam. Não estou dizendo que todos os compram com dinheiro contado; porém admito que um dentre vinte há que não chegue ao sacerdócio por alguma recomendação tortuosa. Alguns são promovidos por parentesco ou afinidade; outros, pela autoridade dos pais; outros alcançam favor para si mercê de obséquios *prestados*. Afinal, os sacerdócios são conferidos para este fim, não com vistas às igrejas, mas àqueles que os recebem. Portanto, chamam-nos benefícios, termo por meio do qual declaram sobejamente que os têm não em outra categoria senão como donativos de príncipes, com os quais ou conciliam o favor dos soldados, ou lhes recompensam os trabalhos. Deixo de considerar que estes prêmios são conferidos a barbeiros, cozinheiros, arrieiros e a homens dessa ralé. Com efeito, os tribunais quase que de nenhum litígio mais retumbam hoje do que por causa dos sacerdócios, de sorte que se pode dizer que não são outra coisa senão presa lançada diante dos cães para *sua* caçada. Porventura isto é sequer tolerável de se ouvir – que sejam chamados ***pastores*** aqueles que se arremetem à posse de uma igreja como que sobre uma propriedade inimiga, que a tenham conseguido mediante contestações forenses, que a tenham comprado com dinheiro, que a tenham obtido mercê de sórdidos obséquios, que, como meninos que mal balbuciam, a tenham apropriado, como se fosse hereditária de tios e parentes, algumas vezes como bastardos recebem de seus pais?

7. O EXTREMO DOS ABSURDOS: PLURALIDADE DE BENEFÍCIOS ACUMULADOS POR UM MESMO BENEFICIÁRIO

Porventura, até esse ponto haveria jamais avançado o desbragamento do povo, por mais corrupto e fora de lei? Mas este é um portento ainda maior: que um só homem, não digo de que espécie, certamente *um* que *a si* próprio não se pode dirigir, é designado a governar a cinco ou seis igrejas! Hoje se pode ver nas cortes dos príncipes adolescentes três vezes abades, duas vezes bispos, uma vez arcebispos. De fato, a cada passo há membros do cabido encarregados de cinco, seis, sete sacerdócios, dos quais não têm absolutamente nenhum cuidado, a não ser em receber seu provento.

Não objetarei que a Palavra de Deus por toda parte brada em contrário, pois desde muito entre eles ela já deixou de ter um mínimo *sequer* de importância; não objetarei que contra esta improbidade muitas sanções severíssimas foram feitas em muitos concílios, uma vez que também desprezam estas vigorosamente, quantas

vezes *lhes* apraz. Afirmo, porém, que uma e outra *dessas duas coisas* é monstruosa abominação, que se contraponha totalmente a Deus, à natureza e ao regime eclesiástico: que um só usurpador se aproprie, a um só tempo, de muitas igrejas; que seja chamado pastor quem não possa estar presente a seu rebanho, ainda que o queira – e contudo quão tremenda é sua impudência! –, tão abominadas torpezas acobertam com o nome da Igreja, para que o eximam de toda repreensão! Mais ainda, se apraz a Deus, nestas iniqüidades se contém aquela sacrossanta sucessão por cujo mérito alardeiam ter-se feito com que a Igreja não pereça!

8. A incongruência de investir monges para o ofício do sacerdócio secular ou ordinário

Vejamos agora com que fidelidade desempenham seu ministério – que é a segunda marca a estimar-se o verdadeiro pastor. Dos sacerdotes que são aí criados, uns são ***os monges***; os outros são *aqueles* aos quais chamam ***os seculares***. Aquela primeira grei foi desconhecida à Igreja antiga, e ocupar tal lugar em uma igreja com a profissão monástica de tal modo conflita, que outrora, quando elegiam um frade como clérigo, este deixava de ser monge. E até mesmo Gregório, cujo tempo teve muito de corrupção, entretanto não permitiu que se fizesse tal confusão. Pois, *ele* quer que sejam excluídos do clericato *aqueles* que foram feitos abades, porquanto ninguém pode, devidamente, ser monge e clérigo ao mesmo tempo, uma vez que um constitui impedimento ao outro.

Ora, se *eu* indagar como é possível que cumpra bem seu ofício *aquele* a quem os cânones declaram não ser idôneo, o que haverão de me responder? Citar-me-ão, naturalmente, aqueles decretos abortivos de Inocêncio e Bonifácio, pelos quais monges são de tal forma recebidos à honra e ao poder do sacerdócio, que permanecem em seus mosteiros. Que razão, porém, é que um asno indouto qualquer, tão logo haja ocupado a sé romana, com apenas uma palavrinha reverta toda a antigüidade? Entretanto, no tocante a esta matéria falaremos depois. Por ora é suficiente dizer que, quando uma igreja não estava tão corrompida, não era tão grande absurdo que um monge desempenhasse o sacerdócio. Ora, Jerônimo nega estar ele a exercer a função de sacerdote enquanto vivia entre os monges, senão que se equipara aos fiéis, para ser governado pelos sacerdotes.[56]

Mas, admitindo-se que lhes concedamos tal coisa, no entanto que ofício eles desempenham? Dentre os *frades* mendicantes alguns exercem a prédica; todos os demais monges ou cantarolam ou murmuram missas em seus antros. Como se Cristo quisesse que seus presbíteros fossem ordenados para isto, ou como se naturalmente levassem o ofício consigo. Quando a Escritura testifica abertamente [At 20.28]

56. Carta de Epifânio de Chipre, ao bispo João de Jerusalém, traduzido por Jerônimo, *Carta LI*.

ser *atribuição* do presbítero reger *sua* própria Igreja, porventura não é ímpia profanação transferi-lo a outro *fim*, aliás mudar completamente a sagrada instituição de Deus? Pois, quando são ordenados *monges*, são expressamente proibidos de fazer o que Deus ordena a todos os presbíteros. Pois isso se prova mediante esta cantilena: *Esteja* o monge contente com seu claustro, nem presuma administrar os sacramentos, nem realizar alguma coisa do ofício público.[57] Neguem, se o puderem, ser aberta zombaria a Deus que alguém se faça presbítero para que se abstenha do verdadeiro e genuíno ofício, e que um homem tenha o título de uma coisa que não pode possuir.

9. Funções e sustento dos sacerdotes seculares, fonte de lamentável mercantilismo e mercenarismo

Passo *agora* aos *sacerdotes* ***seculares***, que em parte são, como dizem, ***beneficiários***, isto é, têm ***sacerdócios***, dos quais são sustentados; em parte exercem funções diárias, celebrando missa ou cantando, e tendo como prover seus estômagos.[58] Os ***beneficios***, ou têm o cuidado das almas, como episcopados e paróquias, ou são estipêndios de homens refinados, que adquirem *seu* meio de subsistência cantilando, como prebendas, canonicatos, personatos e dignidades, capelanias e afins. Se bem que, já transtornadas as coisas de alto e baixo, são conferidas abadias e priorados não somente a presbíteros seculares, mas ainda, por ***privilégio***, isto é, como costume vulgar, até a meninos.

No que respeita aos *sacerdotes* ***mercenários***, que procuram diariamente *seu* meio de subsistência, que outra *coisa* poderiam fazer senão o que fazem, a saber, que de modo indigno de um *homem* livre, e vergonhoso, se prostituam ao ganho, especialmente em meio a tão grande multidão da qual o mundo ora está tão empanturrado? E assim, como não ousam mendigar abertamente, ou julgam pouco haverem de lucrar nesta maneira, andam à volta como cães famélicos, e com sua importunação o lançam no árido ventre.

Se quiser demonstrar aqui a desonra que é para a Igreja que o estado presbiteral se encontre tão desolado, jamais acabaria. Não empregarei muitas lamentações para expor quão grande vergonha é. Apenas direi que, se o ofício do presbítero é apascentar a Igreja e administrar o reino espiritual de Cristo [1Co 4.1], como o ordena a Palavra de Deus e o exigem os cânones antigos, todos os sacerdotes que não têm outra coisa que fazer além de andar comerciando com suas missas, não só deixam de cumprir com seu dever, mas ainda não têm ofício legítimo no qual exercitar-se; porque não lhes permitem ensinar, nem lhes ensinam a apascentar as ovelhas. Em

57. Pseudo-Basílio de Cesaréia, *Constituições Monásticas*, capítulo IX.
58. Primeira edição: "… e como que vivem do óbulo daí coligido."

suma, não têm mais que o altar, para oferecer Cristo em sacrifício; o que não é sacrificar a Deus, mas ao Diabo, como logo se verá.

10. Outros dignitários ou titulados que são tidos por presbíteros, dos quais, porém, longe estão as funções presbiterais

Não abordo aqui os vícios externos, mas apenas o mal interior que se apega radicalmente em sua instituição. Lançarei mão de uma palavra que lhes soará mal aos ouvidos. Mas, por ser verdadeira, convém expressá-la: todos os ***canônicos*** devem ser tidos na mesma categoria, bem como os ***decanos***, os ***capelães***, os ***prepostos*** e todos quantos são sustentados por sacerdócios ociosos. Pois, que natureza de serviço podem prestar à Igreja? Ora, eles alijaram de si a pregação da Palavra, o cuidado da disciplina e a administração dos sacramentos como encargos demasiado enfadonhos. Portanto, o que lhes resta por que se vangloriem de ser verdadeiros presbíteros? Naturalmente o canto e a pompa das cerimônias. Mas, que isso tem a ver com a questão? Se alegam ser o costume, ou o uso, ou a prescrição de longo tempo, eu *lhes* lanço contra a definição de Cristo, com a qual não só nos declarou os verdadeiros presbíteros, mas também que devam ter os que querem ser tidos nessa conta. Porque, se não podem suportar tão dura lei – que se sujeitem à regra de Cristo –, então que ao menos permitam que esta causa seja decidida pela autoridade da Igreja primitiva. Mas sua condição em nada será melhor, se permitem que seu estado seja julgado pelos cânones antigos.

Os ***canônicos*** deveriam ser presbíteros do povo, como o foram outrora, para governar a Igreja de comum acordo com o bispo, e ser seus condutores no ofício pastoral.[59] Aquelas às quais chamam ***dignidades capitulares*** nada têm a ver, absolutamente, com o verdadeiro governo da Igreja, muito menos as ***capelanias***, e a escória restante de títulos desse gênero. Portanto, em que lugar temos todos estes? Certamente que os exclui da honra do presbiterato não só a palavra de Cristo, mas também a observância da Igreja antiga. No entanto declaram que são presbíteros, porém sua máscara deveria ser retirada para que assim pudéssemos achar aquele ofício de presbíteros que os apóstolos não só nos descrevem, mas também foi requerido na Igreja primitiva, e assim toda sua profissão se torna mui alheia e mui remota. Logo, todas as ordens desse gênero, sem importar com que títulos sejam designadas, visto que foram inventadas posteriormente, ou, pelo menos, não se acham arraigadas na instituição do Senhor nem se encontram na Igreja antiga, não devem ter nenhum lugar na descrição do governo eclesiástico, o qual foi ordenado pela boca do próprio Deus e recebido da Igreja. Ou, se preferem que eu fale de uma maneira

59. Primeira edição: “[Aqueles] que a canônicos hão degenerados deveram ser presbíteros, como foram outrora, que a Igreja regessem em comum com o bispo e como que colegas lhe fossem no múnus pastoral.”

mais rude e mais claramente, uma vez que capelães, canônicos, decanos, prepostos e ventres ociosos desta laia não tocam sequer com o dedo mínimo em parcela alguma desse ofício, o que se requer necessariamente nos presbíteros, não se deve tolerar que sejam usurpados falsamente dessa honra, nem violem a santa instituição de Cristo.

11. Mesmo os bispos e os párocos, generalizadamente distanciados do rebanho, estão longe de cumprir as funções pastorais que lhes cabem

Restam os bispos e os dirigentes de paróquias, que prouvera porfiassem por suster o ofício. Ora, de bom grado lhes concederíamos que têm em mãos pio e exímio ofício, desde que o desempenhassem. Quando, porém, deixando de lado as igrejas a si confiadas e lançando seu cuidado a outros, querem ser tidos *por* pastores, fazem exatamente como se o ofício do pastor fosse *não* fazer nada. Se algum usuário que jamais movesse pé da cidade professasse ser lavrador ou viticultor, se um soldado que estivesse constantemente presente na linha de batalha e acampamentos, nunca visse foro ou livros, lhes fossem confiados por jurisconsulto, quem toleraria tão fétidos absurdos? Com efeito, muito maior absurdo fazem esses que querem parecer e ser chamado legítimos pastores de igreja, e no entanto não o querem ser. Pois quantos há que ao menos em aparência vão ao encontro do governo de sua igreja? Muitos por toda a vida devoram os rendimentos de igrejas às quais jamais se aproximam, nem mesmo a fim de visitá-las. Outros, uma vez ao ano, ou *eles* próprios vêm, ou enviam um ecônomo para recolher as rendas, a fim de que nada se perca. Quando começou a introduzir esta corrutela, mercê de *privilégios* se eximiam *aqueles* que queriam usufruir deste gênero de isenção. Agora, exemplo raro é que alguém resida em sua igreja, pois as estimam não diferentemente de granjas, nas quais à frente colocam seus vigários, como se fossem feitores ou rendeiros. Com efeito, até mesmo o próprio senso da natureza repudia que um pastor seja de um rebanho ao qual nenhuma ovelha jamais viu!

12. Gregório I e Bernardo de Clareval denunciam esta crescente alienação aos deveres do ofício pastoral, principalmente à prédica e ao ensino

Já na época de Gregório se faz evidente a existência de certas sementes deste mal, *a saber*, os dirigentes que começaram a negligenciar mais o ensino nas igrejas, pois em certo lugar se queixa severamente disto: "O mundo", diz *ele*, "está repleto de sacerdotes; mas, no entanto, na seara raro se acha um trabalhador, porquanto de fato assumimos o ofício sacerdotal, mas a função do ofício não exercemos." De

igual maneira: "Visto que não têm entranhas de caridade, querem parecer senhores; *porquanto* longe estão de reconhecer-se pais. Colocam no lugar da humildade a soberba da dominação." Igualmente: "Mas nós, ó pastores, que fazemos, que recebemos paga e não somos trabalhadores?" *Ainda*: "Descambamos para os negócios externos. Empreendemos uma *coisa*, porém fazemos outra; abandonamos o ministério da pregação; e para castigo nosso, como o vejo, somos chamados bispos, porque temos o título de honra, porém não de virtude."[60]

Quando *Gregório* usa de tão grande aspereza de palavras contra aqueles que eram apenas menos diligentes ou zelosos no dever, pergunto: o que *ele* haveria de dizer, se visse dentre os bispos quase nenhum, ou certamente dos demais *clérigos* pouquíssimos, mal um em cem, subir ao púlpito uma única vez em toda a vida? Ora, quando se chega a esse *grau* de insanidade, julgando ser algo vulgar pregar ao povo, a conclusão é que isso está muito abaixo da dignidade episcopal. No tempo de Bernardo, as coisas haviam decaído um pouco mais; e vemos com que amargas repreensões se dirige ao estado eclesiástico, ainda que seja possível que não estivesse tão perdido e corrompido como na atualidade.[61]

13. A organização eclesiástica e a hierarquia então vigentes longe de ser consentâneas com a instituição de Cristo

E se alguém olha e examina devidamente toda esta estrutura de governo eclesiástico que existe hoje sob o papismo, verá que não há no mundo bandidos mais desavergonhados. Tudo é tão contrário à instituição de Cristo, e tão oposto a ela, tão diferente do costume antigo e tão contra a natureza e a razão, que não se poderia fazer maior injúria a Cristo do que servir-se de seu nome para dourar um regime tão confuso e desordenado. "Nós", dizem *eles*, "somos as colunas da Igreja, os antístites da religião, os vigários de Cristo, os cabeças dos fiéis, porque o poder apostólico nos vem através de sucessão." Continuamente se vangloriam dessas parvoíces, como se estivessem falando para troncos *de árvore*. Por minha vez indago deles: Quantas vezes, porém, haverão de vangloriar-se de que têm tudo em comum com os apóstolos? Porque a questão não é de dignidade hereditária, que vem ao homem inclusive dormindo, mas o ofício de pregar, do qual tanto fogem.

De modo semelhante, quando asseveramos que seu reino é a tirania do Anticristo, imediatamente replicam que ele é aquela venerável hierarquia tantas vezes louvada por grandes e santos varões. Como se de fato os santos pais, quando recomendavam a hierarquia eclesiástica ou o regime espiritual, como se lhes fora transmiti-

60. Gregório Magno, *Homílias sobre os Evangelhos*, hom. XVII, 3; 4; 8; 14.

61. Primeira edição: "… entretanto, vemos, ainda, de quão acerbas objurgatórias invista [ele] contra toda a ordem [clerical], a qual, contudo, é crível então haver sido não pouco mais íntegra do que seja agora."

do pelos apóstolos, de mão em mão, estavam a sonhar com este caos disforme e saturado de desolação, em que bispos, em sua maioria, ou são asnos rudes, que na verdade não possuem os rudimentos elementares e vulgares da fé, ou às vezes são meninos recém-saídos do cuidado da ama; e se alguns são mais doutos, o que no entanto é raro o exemplo, pensam que o episcopado não é outra *coisa* senão um título de esplendor e magnificência, no qual os dirigentes de igrejas não pensam nem se preocupam em apascentar seu rebanho, não mais que um sapateiro em arar *o solo*, em que todas as coisas se tornaram piores que a dispersão babilônica [Gn 11.7-9], em que apenas se encontra um sinal do modo de governo que os antigos pais tiveram.[62]

14. A DEPLORÁVEL DEGENERAÇÃO MORAL DO CLERO

E se examinarmos seus costumes e sua vida?[63] Onde estará aquela "luz do mundo" [Mt 5.14] que Cristo requer? Onde o "sal da terra" [Mt 5.13]? Onde aquela santidade que seja um como que padrão perpétuo *de conduta*? Nenhuma classe de homens hoje é de pior reputação no luxo, na efeminação, nos prazeres, por fim em todo gênero de dissoluções. De nenhuma classe de mestres há mais refinados ou mais hábeis de toda impostura, fraude, traição, perfídia; em parte alguma há tanto de solércia ou de ousadia para fazer o mal. Deixo de mencionar a arrogância, a soberba, a rapacidade, a crueldade; deixo de lado a dissoluta licenciosidade em todos os aspectos da vida; o mundo está cansado de suportar coisas do gênero, o que não há como eu exagerar em demasia.[64]

Digo apenas uma *coisa*, a qual é impossível que pessoalmente neguem: dentre os bispos quase não há sequer um, dos prepostos de paróquias em cem não há um de quem, se houver de passar sentença quanto aos costumes, segundo os cânones antigos, não deva ou ser excomungado, ou ao menos ser deposto do ofício. Isto, como a disciplina que se usava antigamente há muito que caiu em desuso e está como que sepultada, pode parecer incrível, mas é assim mesmo. Assim, pois, que todos os servidores e sequazes do papa se gloriem de sua ordem sacerdotal. Evidentemente, nem de Cristo, nem de seus apóstolos, nem dos pais, nem da Igreja antiga é a origem da ordem eclesiástica que eles têm.

62. Primeira edição: "… onde os dirigentes de igrejas cogitam não mais de apascentar o rebanho que um sapateiro quanto a arar, onde todas [as cousas] hão sido de mais do que babilônica dispersão ... assim confundidas que nenhum vestígio inteiro mais amplamente apareça dessa disposição paterna."

63. Primeira edição: "Quê [tal], se à moral [lhes] desçamos?"

64. Primeira edição: "[cousas] a suportar as quais está de tal sorte cansado o mundo, que não seja de recear-se algo pareça [eu] exagerar demasiado."

15. O diaconato subsistente na ordem sacerdotal papista é uma total deturpação do ofício instituído pelos apóstolos

Então venham à frente os diáconos com aquela mui santa distribuição que têm dos bens eclesiásticos. Ainda que eles não ordenem seus diáconos para isto; pois não os incumbem de outra *coisa* senão que ministrem diante do altar, recitem ou cantem o evangelho e façam não sei que ninharias afins. Nada de esmolas, nada de cuidado dos pobres, nada de toda aquela função que outrora desempenhavam. Estou falando da instituição propriamente dita, porquanto, se olharmos para o que fazem, na realidade o que exercem não é um ofício, mas apenas um passo para o presbiterato. Em uma só coisa representam fútil simulacro da antigüidade *aqueles* que na missa têm o lugar de diácono, porque recebem as oblações antes da consagração. Mas o costume antigo era que, antes da comunhão da Ceia, os fiéis se osculavam mutuamente e ofereciam esmolas no altar. Desta maneira davam testemunho de seu amor, primeiramente pelo sinal, e em seguida pela obra.[65] O diácono, que era o econômo dos pobres, recebia o que estava sendo dado a fim de o distribuir. Agora, com essas esmolas não chegam mais aos pobres do que se fossem atiradas ao mar. Portanto, zombam da Igreja com este vão pretexto de diaconato. Certamente não há nele nada da instituição apostólica, nem têm nenhuma semelhança com a observância antiga.

Quanto à dispensação propriamente dita de bens, transferiram para outros lugares, e de tal modo dispuseram, que não se pode imaginar nada mais fora de ordem. Ora, da mesma forma que salteadores, uma vez cortados os pescoços dos homens dividem entre si a presa, assim estes, após extinta a luz da Palavra de Deus, como que cortada a garganta da Igreja, pensaram ter sido exposto à presa e à rapina tudo quanto fora consagrado a usos santos. Assim sendo, feita a divisão, cada um arrebatou para si quanto pôde.

16. Os fundos destinados à assistência aos pobres são apropriados sacrilegamente pelo clero para seus fins pessoais

Aqui, todas essas normas antigas que expusemos foram não apenas conturbadas, mas até inteiramente mudadas ou abolidas. A maior parte *dos fundos e bens destináveis aos pobres* os bispos e presbíteros urbanos, que se tornaram ricos com essa presa, se transformaram em canônicos, a açambarcaram entre si. Entretanto, que a partilha foi tumultuária disto se faz evidente: até hoje estão a litigar quanto aos *respectivos* limites. O que quer que seja, com esta decisão se proveu que nem

65. Primeira edição: "Assim, primeiro pelo símbolo, em seguida pela própria beneficência, declaravam seu afeto."

um óbolo *sequer*, de todos os bens da Igreja, fosse consignado aos pobres, de quem pelo menos a metade deveria destinar-se. Ora, os cânones lhes atribuem expressamente a quarta parte; outra quarta *parte*, porém, destinam aos bispos, para que a gastem em hospitalidade e outros deveres de benevolência. Deixo aos clérigos a decisão quanto ao que deveriam fazer com sua quarta parte, e em que deveriam empregá-la,[66] pois já foi demonstrado sobejamente que o restante, que se destinava a templos, edifícios e outros gastos, deve estar à disposição dos pobres caso seja necessário.

Pergunto: se tivessem no coração uma só centelha de temor de Deus, porventura suportariam o senso de que tudo quanto comem e de que são vestidos provém de furto, mais ainda, de sacrilégio? No entanto, visto que se deixam mover bem pouco pelo juízo de Deus, deveriam ao menos refletir que *aqueles* a quem querem persuadir de que em sua Igreja existem ordens tão belas e dispostas, como costumam alardear, são homens dotados de senso e razão. Respondam-me de forma bem sucinta se porventura o diaconato seja a liberdade de roubar e assaltar. Caso neguem isto, serão ainda compelidos a confessar, quando entre eles toda a administração dos bens eclesiásticos foi abertamente convertida em sacrílega pilhagem: não existe nenhum diaconato remanescente.

17. A POMPA E SUNTUOSIDADE DA IGREJA PAPAL CONSTITUEM DETURPAÇÃO, NÃO EXPRESSÃO DA DIGNIDADE DO REINO DE CRISTO

Aqui, porém, usam de mui atraente pretexto, pois dizem que a dignidade da Igreja não é indecentemente sustentada com esta magnificiência. E alguns de sua seita se mostram tão impudentes, que ousam alardear escancaradamente que afinal se cumprem aqueles vaticínios com que os antigos profetas descrevem o esplendor do reino de Cristo, quando se contempla esse régio aparato na ordem sacerdotal. Não sem razão, dizem *eles*, Deus prometeu essas *coisas* a sua Igreja: "Virão reis, adorarão diante de ti, trazer-te-ão oferendas" [Sl 72.10, 11]; "Levanta-te, levanta-te, veste-te de tua força, ó Sião, veste-te das vestimentas de tua glória, ó Jerusalém" [Is 52.1]; "Todos de Sabá virão, trazendo ouro e incenso e louvor anunciando ao Senhor; todo o gado de Cedar será arrebanhado para ti" [Is 60.6, 7].

Se me detivesse a refutar este descaramento, temo que me taxariam de inconsiderado. Portanto, não vale a pena desperdiçar palavras inconsideradamente. Entretanto, pergunto: Se algum judeu usasse mal esses testemunhos *da Escritura*, que solução haveriam de dar? Certamente repreenderiam sua obtusidade, porque estaria transferindo à carne e ao mundo *coisas* que foram ditas espiritualmente acerca do reino espiritual de Cristo. Pois sabemos que os profetas não nos delinearam a glória

66. Primeira edição: "Silencio quê hajam devido fazer com sua porção os clérigos e a que uso conferi-la."

celeste de Deus, a qual deve luzir na Igreja, sob a imagem de coisas terrenas. Ora, destas bênçãos que suas palavras expressam nunca proliferou menos a Igreja do que sob os apóstolos. E no entanto todos confessam que a pujança do reino de Cristo floresceu então ao máximo.

Portanto, que significam essas afirmações? Tudo quanto, em qualquer parte, é precioso, sublime, preclaro, importa que se sujeite ao Senhor. O que, porém, se diz expressamente acerca de reis – que submeteram seus cetros a Cristo, que lançaram suas coroas aos pés dele, que consagraram suas riquezas à Igreja –, quando isto se cumpriu mais plenamente do que quando o imperador Teodósio, tirando seu manto de púrpura, depondo suas insígnias do poder, como qualquer um dentre a plebe se submeteu a solene penitência diante de Deus e da Igreja, do que quando *ele* próprio e outros príncipes piedosos semelhantes dedicaram seus esforços e seus cuidados a conservar-se pura na Igreja a doutrina, a suster e a proteger a integridade dos mestres? Mas, de fato, quanto os sacerdotes não excederam então em riquezas supérfluas, bastaria só aquela expressão do Sínodo de Aquiléia, a que Ambrósio declara: Gloriosa é a pobreza nos sacerdotes do Senhor. De fato os bispos tinham, então, algumas riquezas mercê das quais podiam exibir ostensivamente a honra da Igreja, se houvessem pensado serem estes os verdadeiros ornamentos da Igreja. Entretanto, como nada reconhecessem ser mais oposto ao ofício de pastores que esplender e enfatuar-se nos regalos das mesas, na pompa das vestes, no grande séquito de fâmulos, nos palácios magníficos, seguiam e cultivavam a humildade e a modéstia, mais ainda, a própria pobreza que Cristo consagrou entre seus ministros.

18. Os fundos eclesiásticos aplicados ao luxo, ao esplendor, à ostentação de templos e santuários em detrimento da assistência aos pobres e necessitados

Com efeito, para que não sejamos mais prolixos aqui, de novo reunamos em breve síntese quão longe está da verdadeira diaconia, a qual a Palavra de Deus não só nos recomenda, mas também a Igreja antiga observou, essa que agora é ou dispensação, ou dissipação dos bens eclesiásticos. O que se confere ao ornato de templos digo ser indevidamente depositado, caso não seja aplicada essa moderação que não só prescreve a própria natureza das *coisas* sagradas, mas ainda, tanto por meio do ensino quanto por meio de exemplos, os apóstolos e outros santos pais prescreveram. O que, porém, se contempla hoje nos templos? Digo que foi rejeitado tudo quanto se conformava não àquela ínfima frugalidade, mas a alguma honesta moderação. Nada, absolutamente, agrada senão o que vise ao luxo e à corrupção dos tempos. Enquanto isso, tão longe está de que nutram justa preocupação pelos templos vivos, que antes permitam que pereçam de fome muitos milhares de pobres do que gastarem o menor cálice ou jarrinho para mitigar-lhes a penúria.

Para que de mim mesmo não diga algo mais pesado, gostaria que apenas que os leitores pios cogitem isto: se fosse possível que os santos bispos, que já citamos, a saber, Exupério, Acácio e Ambrósio, ressuscitassem dentre os mortos, que diriam? Por certo que, ante tão grande carência dos pobres, não aprovariam que as riquezas sejam transferidas para outro uso, em coisas que são supérfluas. Pelo contrário, se ofenderiam grandemente ao ver que se gastavam em abusos perniciosos, ainda que houvesse pobres a quem dá-los. Mas, deixemos de parte os homens. Esses bens foram dedicados a Cristo, conseqüentemente devem ser administrados segundo seu arbítrio. Em vão, porém, atribuirão a Cristo esta parte *assim* gasta, que têm dissipado em oposição a seu mandado, ainda que, para falar a verdade, não muito da renda ordinária da Igreja é consumido com esses gastos. Pois nenhum bispado é tão opulento, nenhuma abadia tão excelente, afinal nenhum sacerdócio tão numeroso, nem tão vasto, que bastem para satisfazer à voracidade dos sacerdotes. Com efeito, enquanto querem poupar para si *próprios* mediante superstição, induzem o povo a que se construam templos, que se erijam imagens, a que se comprem vasos, a que se preparem vestes caras, desviando assim o que era para ser distribuído aos pobres. Assim sendo, neste sorvedouro são tragadas as esmolas de cada dia.

19. A opulência principesca de bispos e clérigos em agudo contraste com a sobriedade preceituada na Escritura e nos cânones antigos

Quanto à renda que recebem de campos e propriedades, que outra *coisa* direi senão o que já disse e está diante dos olhos de todos? Vemos com que fidelidade os que se chamam bispos e abades administram a maior parte dos bens eclesiásticos. Seria, pois, uma insânia buscar entre eles uma ordem eclesiástica! Porventura é justo que os bispos e abades queiram igualar-se com os príncipes na multidão de criados, no fausto, nas vestes e na suntuosidade da mesa e da casa, quando sua vida deveria ser um exemplo e um provérbio de sobriedade, temperança, modéstia e humildade? É próprio de um pastor apropriar-se não só de cidades, vilas e castelos, mas também de grandes condados e ducados, e finalmente deitar suas garras sobre reinos e impérios, quando o mandamento inviolável de Deus lhes proíbe toda cobiça e avareza, e lhes ordena que vivam com simplicidade [Tt 1.7]?

Se desprezam a Palavra de Deus, que responderão àqueles vetustos decretos dos sínodos nos quais se estatui que o bispo tenha uma habitação não distante da Igreja, mesa e mobília baratas? O que *replicarão* àquela formulação do Concílio de Aquiléia em que se proclama ser gloriosa a pobreza nos sacerdotes do Senhor? Ora, talvez repudiarão como demasiado austero aquilo que Jerônimo preceitua a Nepociano: que os pobres e peregrinos conheçam sua mesa modesta e que Cristo conviva com eles. Com efeito, terão eles vergonha de rejeitar o que *Jerônimo* adiciona logo a seguir, que a glória do bispo é prover os haveres dos pobres, e que a ignomínia de

todos os sacerdotes é diligenciar pelas riquezas pessoais. Eles, porém, não podem admitir isto sem que todos se condenem à ignomínia. Contudo, aqui não se faz necessário persegui-los mais duramente, quando outra *coisa* não querem senão demonstrar que entre eles desde muito já foi detraída a ordem legítima do diaconato, de sorte que não mais se ensoberbeçam com este título para recomendação de sua Igreja. Creio que este ponto está sobejamente discutido.

CAPÍTULO VI

DO PRIMADO DA SÉ ROMANA

1. A centralidade do bispo de Roma para a qual converge toda a unidade, autoridade e apostolicidade da Igreja, segundo o romanismo

Até aqui passamos em revista essas ordens da Igreja que existiram no governo da Igreja antiga, mas que depois foram corrompidas pelos tempos; a seguir, mais e mais viciadas, na Igreja papal retêm agora apenas o título, de fato não passam de máscaras, de sorte que o leitor piedoso perceba da comparação que sorte de Igreja os romanistas têm, em abono da qual nos fazem réus de cisma, porquanto nos separamos dela. Mas, a cabeça e fastígio de toda a ordem *eclesiástica*, isto é, o primado da sé romana, do quê porfiam por provar que tão-somente na posse deles está a Igreja Católica, nem mesmo tocamos, porque não teve origem nem da instituição de Cristo, nem do uso da Igreja antiga, como *o tiveram* aqueles elementos supracitados, os quais já mostramos terem surgido da antigüidade e que já se degeneraram inteiramente pela corrupção dos tempos; aliás, se revestiram de forma completamente nova. E no entanto tentam persuadir ao mundo que este é o principal e quase que vínculo único de unidade eclesiástica: que nos apeguemos à sé romana e perseveremos em sua obediência. Reitero que neste sustentáculo, mais do que tudo, se apóiam quando nos querem arrebatar a Igreja e reivindicá-la para si: que retêm a cabeça da qual depende a unidade da Igreja e sem a qual necessariamente ela se desintegra e se faz em pedaços. Pois pensam que a Igreja é um corpo de certo modo mutilado e truncado, a menos que ela se sujeite à sé romana como a *sua* cabeça. Assim sendo, quando disputam a respeito de sua hierarquia, sempre tomam o ponto de partida deste axioma: o pontífice romano, como vigário de Cristo, que é a Cabeça da Igreja, preside em seu lugar sobre a Igreja Universal; de outra sorte a Igreja não seria bem constituída, a não ser que aquela sé tenha o primado sobre todas as demais. Por esta razão, é preciso examinar também qual é a natureza deste *primado*, para que não omitamos algo que diga respeito ao justo governo da Igreja.

2. IMPROCEDÊNCIA DO ARGUMENTO DE QUE O PRIMADO DO PAPA ACHA RESPALDO OU, MELHOR, CORRESPONDE À AUTORIDADE ÚNICA DO SUMO SACERDOTE LEVÍTICO

Este, pois, é o estado da questão: Se para a verdadeira constituição da hierarquia, como a chamam, ou da ordem eclesiástica, é necessário que uma sé tenha eminência entre as outras, tanto em dignidade quanto em poder, de sorte que seja a cabeça de todo o corpo. Nós, porém, sujeitamos a Igreja a leis demasiado iníquas se, à parte da Palavra de Deus, lhe impomos esta necessidade. Portanto, se *nossos* adversários querem conseguir o que postulam, é preciso primeiro mostrar que esta economia foi instittituída por Cristo. Neste sentido, citam da lei o sumo sacerdócio, de igual modo, a suprema judicatura que Deus instituiu em Jerusalém.

Mas a resposta é fácil, e é múltipla, caso alguém não fique satisfeito. Primeiro, o que foi útil em uma nação, não significa que isso deva estender-se ao mundo inteiro; de fato, a constituição de uma nação e do mundo inteiro será muito diversa. Porque os judeus estavam cercados de todos os lados por idólatras; para que não fossem arrastados em diferentes direções pela variedade de religiões, Deus colocou a sede de seu culto na parte central da terra, propondo aí um antístite *único* para quem todos voltassem as vistas, para que melhor fossem mantidos em unidade. Agora, quando a verdadeira religião se difundiu por todo o orbe, quem não vê ser inteiramente absurdo que se dê a um só a direção do Oriente e do Ocidente? Ora, é exatamente como se alguém afirmasse que por um só dirigente se deve governar o mundo inteiro, só porque um território não possui muitos dirigentes.

Mas ainda há *uma* outra razão por que isso não deva ser imitado. Que aquele sumo pontífice foi um tipo de Cristo ninguém ignora. Agora, para o sacerdócio ser transferido, convém que aquele direito seja transferido [Hb 7.12]. No entanto, a quem *ele* foi transferido? Evidentemente, não ao papa, como *ele* próprio se atreve impudentemente a vangloriar-se, reivindicando este título em proveito próprio, mas a Cristo; e como este exerce o ofício por si só, sem vigário nem sucessor algum, a nenhum outro transfere a honra. Pois este sacerdócio não consiste apenas no ensino, mas também na propiciação de Deus, que Cristo cumpriu em sua morte, bem como naquela intercessão que agora exerce junto ao Pai.

3. TAMPOUCO AS CELEBRADAS PALAVRAS DE CRISTO A PEDRO, EM MATEUS 16.18 E JOÃO 21.15, RESPALDAM ESSE PRIMADO

Portanto, não há razão por que, como se *procedesse* de uma lei perpétua, nos constranjam com esse exemplo, o qual notamos ter sido temporário. Do Novo Testamento nada têm que possam alegar para confirmação de sua tese, a não ser o que foi dito a uma *pessoa*: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei minha Igreja” [Mt

16.18]; igualmente: “Pedro, tu me amas? Apascenta minhas ovelhas” [Jo 21.15]. Aliás, para que essas provas sejam firmes, é preciso antes de mais nada mostrar que àquele que se ordena apascentar o rebanho de Cristo é conferido poder sobre todas as igrejas; tampouco ***ligar*** e ***desligar*** significa outra *coisa* senão presidir sobre o mundo todo. De fato, como Pedro recebera do Senhor o mandado, por isso exorta a todos os demais presbíteros que apascentem a Igreja [1Pe 5.2]. Aqui é lícito concluir ou que, por aquela palavra de Cristo, nada foi dado a Pedro acima dos demais, ou que o direito que Pedro recebera ele compartilhou com os outros em pé de igualdade.

Mas para que não litiguemos em vão, temos em outro lugar [Jo 20.23] exposição clara da boca de Cristo do que significa ***ligar*** e ***desligar***, a saber: ***reter*** e ***perdoar pecados***. De fato o modo de ligar e desligar não só mostra toda a Escritura, a cada passo, como também excelentemente o declara Paulo, quando diz que os ministros do evangelho têm o mandado de reconciliar os homens com Deus, e ao mesmo tempo têm o poder de exercer vingança sobre aqueles que desprezarem este benefício [1Co 5.18; 10.6].

4. Tampouco o primado exclusivo a Pedro confere o poder das chaves

Já adverti quão indignamente torcem aquelas passagens que fazem menção de ligar e desligar, por um lado; por outro, se haverá de expor mais profusamente pouco mais adiante. Por ora faz-se necessário ver apenas o que eles extraem daquela celebrada resposta de Cristo a Pedro. Ele promete dar-lhe as chaves do reino dos céus. Disse que tudo quanto ligasse na terra seria ligado nos céus [Mt 16.19]. Se entre nós houver acordo quanto ao termo ***chaves*** e ao modo de ligar, então imediatamente toda disputa cessará. Ora, mesmo o papa de bom grado deixará de parte o encargo imposto aos apóstolos, o qual, pleno de labor e enfado, lhe despojaria de seus prazeres, sem *qualquer* lucro. Uma vez que pela doutrina do evangelho os céus nos são abertos, *ela* é adornada de elegante metáfora pelo termo ***chaves***. Os homens já não são ligados e desligados de outro modo, senão enquanto a uns a fé reconcilia com Deus, a outros sua incredulidade mais o comprova. Se o papa assumisse só isto para si, creio que ninguém se deixaria mover de inveja ou do espírito de contenda. Mas, visto que esta sucessão, laboriosa e bem pouco rentável, de maneira alguma sorri para o papa, já daí nasce o princípio de litígio quanto ao que Cristo haja prometido a Pedro. Eu, da própria matéria, concluo que aqui se denota apenas a dignidade do ofício apostólico, a qual não se pode dissociar do ônus envolvido. Ora, se for recebida aquela definição que propus, a qual só se pode rejeitar impudentemente, aqui nada se dá a Pedro que não fosse comum também aos colegas, porque, de outra maneira, não só se faria dano à *suas* pessoas, mas também claudicaria a própria majestade da doutrina.

Em contrário, eles bradam. Indago, porém: que aproveita arremeter-se contra

essa rocha? Porque nunca conseguirão que, assim como a pregação de um mesmo evangelho foi imposta a todos os apóstolos, assim também todos eles foram providos em comum do poder de ligar e desligar. Cristo, dizem *eles*, constituiu a Pedro príncipe de toda a Igreja, quando prometeu que lhe daria as chaves. Com efeito, o que então prometeu a um só, em outro lugar [Mt 18.18; Jo 20.23] confere, e como que à mão entrega, a todos os demais a um só tempo! Se a mesma prerrogativa que se promete a um é outorgada a todos, como um pode ser superior aos demais?[67] Dizem que a preeminência consiste nisto: que ele recebe não só em comum, mas também separadamente, o que aos outros não é dado senão em comum. E se responder com Cipriano e Agostinho, que Cristo fez isso não para que um homem só preferisse aos demais, mas para que assim recomendasse a unidade da Igreja?

Pois assim fala Cipriano: "Na pessoa de um só homem o Senhor deu as chaves a todos, para que denotasse a unidade de todos. Conseqüentemente, os demais foram o que Pedro era, dotados com igual participação tanto de honra quanto de poder, mas o ponto de partida faz-se da unidade, para que a Igreja de Cristo se mostre una."[68] Agostinho, porém: "Se em Pedro não estivesse o ministério da Igreja, o Senhor lhe não diria: 'Dar-te-ei as chaves', pois se isto foi dito a Pedro, então a Igreja não as tem; entretanto, se a Igreja as tem, quando Pedro recebeu as chaves, representou toda a Igreja." Em outro lugar: "Todos foram interrogados, mas somente Pedro responde: 'Tu és o Cristo'; e este lhe diz: 'Dar-te-ei as chaves', como se ele só tivesse recebido o poder de ligar e desligar, enquanto ele falou por todos e recebeu comum a todos, sendo, por assim dizer, o representante da unidade. Um recebeu por todos, porque a unidade está em todos."[69]

5. A Pedro assiste o primado de honra, mas não de poder

Mas em parte alguma lemos de se haver dito a algum outro: "Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei minha Igreja" [Mt 16.18]! Como se Cristo então estivesse aí afirmando de Pedro outra *coisa* que o que eles mesmos, Paulo e Pedro, dissessem de todos os cristãos! Pois aquele fala de Cristo como a pedra suprema e angular, sobre a qual são edificados os que crescem como templo santo do Senhor [Ef 2.20, 21]; este, porém, declara que somos pedras vivas, bem fundamentadas naquela pedra eleita e preciosa [1Pe 2.5, 6], mercê desta juntura e conexão estamos solidamente ligados com nosso Deus e entre nós [Cl 2.19].

Dizem que ele está acima dos outros, porquanto tem o nome especialmente *referido*. Certamente de bom grado concedo a Pedro esta honra: que ele seja coloca-

67. Primeira edição: "Se o mesmo direito que [for a] prometido a um [só] foi concedido a todos, em que sentido será aquele superior a [seus] colegas?"
68. *Da Unidade da Igreja Católica*, capítulo IV.
69. *Sobre o Evangelho de João*, tratado L, 12 e CXVIII, 4.

do entre os primeiros no edifício da Igreja; ou, se também quiserem isto, que ele seja o primeiro de todos os fiéis. No entanto não admitirei que se deduza disto que tem o primado acima dos outros. Ora, que modo de concluir é este de que *Pedro* excede aos outros no fervor do zelo, na doutrina, na magnitude de ânimo, aliás, tem poder sobre eles? Como se realmente eu não pudesse concluir, e com melhor razão, que André está acima de Pedro em eminência, porque o antecedeu no tempo e o conduziu a Cristo [Jo 1.40, 42]. Mas não tomo isso em consideração. É incontestável que Pedro tenha a primazia. Contudo, existe uma grande diferença entre honra e eminência e poder. Vemos que os apóstolos concederam ordinariamente a Pedro a honra de ser o primeiro a falar na assembléia dos fiéis, de certo modo exercesse sobre eles a preeminência na discussão, na exortação, na admoestação. Mas de sua autoridade sobre os demais, não lemos uma só palavra.[70]

6. O significado de Mateus 16.18 não é obscuro, e está longe de constituir a Pedro o fundamento da Igreja, prerrogativa exclusiva de Cristo

Uma vez que não estamos ainda nessa discussão, no momento quero manter apenas que o argumento deles é em extremo fútil, pretendendo estabelecer somente no nome de Pedro o império *de um só homem* sobre toda a Igreja. Ora, aquelas velhas parvoíces com as quais tentaram de início embair são indignas até de referência, muito menos de refutação, *ou, seja*, que a Igreja foi fundamentada em Pedro, porquanto se declarou: “Sobre esta pedra” etc. [Mt 16.18]. Mas, *protestam*, alguns dentre os pais assim o interpretaram. Quando, porém, toda a Escritura brada em contrário, por que interpõem sua autoridade contra a de Deus? Mais ainda, por que disputamos acerca do sentido dessas palavras, como se fosse obscuro, ou ambíguo, quando nada se pode dizer mais claro e mais certo? Pedro havia confessado, em seu nome e dos irmãos, que Cristo é o Filho de Deus [Mt 16.16]. Sobre esta pedra[71] Cristo edifica sua Igreja, porquanto é *ela*, como diz Paulo, o fundamento único, além do qual não se pode colocar outro [1Co 3.11]. Tampouco repudio aqui a autoridade dos pais por isso, como se não tivesse ninguém de meu lado se quisesse citá-los, mas porque não quero, conforme já disse, importunar os leitores delongando excessivamente esta discussão; e também porque outros já trataram dele com bastante amplitude e com plena competência.

70. Primeira edição: “Quanto a poder, entretanto, [não] lemos absolutamente nada.”
71. Confissão da deidade de Cristo.

7. A posição real de Pedro no colégio apostólico, de igualdade e não de superioridade; tampouco usufruiu na Igreja primitiva autoridade especial

E no entanto ninguém, deveras, pode melhor resolver esta questão do que a própria Escritura, caso confiramos todas *suas* passagens onde *ela* ensina qual o ofício e o poder que Pedro exerceu entre os apóstolos, como ele se comportou, como também foi por eles recebido. Que se percorra nela tudo quanto se possa, e outra *coisa* não se achará senão que ele foi um do número dos Doze, igual aos demais e seu companheiro, não *seu* senhor. É verdade que ele propõe na assembléia o que se deve fazer e admoesta aos demais; mas também os ouve; e não lhes permite emitir sua opinião, mas que ordenem e determinem o que bem lhes parecesse [At 15.6-22]. E quando eles determianram alguma coisa, ele obedece e a segue. Quando escreve aos pastores, não ordena por mando, como um superior; antes, os toma como seus colegas e os exorta amavelmente, como costuma acontecer entre iguais [1Pe 5.1]. Quando é acusado de ir ter com gentios, ainda que isto se faça sem razão, no entanto responde e se justifica [At 11.2-18]. Mandado pelos colegas que fosse com João a Samaria, não se recusa [At 8.14]. O fato de os apóstolos o mandarem, nisto declaram que estão muito longe de o terem por superior; o fato de que obedece e empreende a missão a si ordenada, nisto confessa ter com eles associação, não domínio sobre eles.

Ora, se nada dessas *coisas* subsistisse, entretanto bastaria a Epístola aos Gálatas para facilmente dirimir-nos toda dúvida, quando, em quase dois capítulos, outra *coisa* não trata Paulo senão de ser igual a Pedro na honra do apostolado. Daqui nos lembra que veio a Pedro, não para que *lhe* professasse sujeição, mas apenas para que a todos testificasse o consenso doutrinal; que também o próprio Pedro não exigiu nada desse gênero; ao contrário, deu-lhe a destra de comunhão para que trabalhassem em comum na vinha do Senhor; que a ele foi conferida graça não inferior entre os gentios que a Pedro entre os judeus; finalmente, que, visto que Pedro agiu menos fielmente, foi por ele corrigido e acatou sua repreensão [Gl 2.11-14]. Todas estas *coisas* tornam evidente que ou houve igualdade entre Paulo e Pedro, ou certamente Pedro não teve em nada mais poder sobre os outros *apóstolos* do que eles mesmos tiveram sobre ele. Com efeito, como já o disse, Paulo afirma expressamente que em seu apostolado não teve por inferior nem a Pedro nem a João, porque todos são iguais a ele e seus companheiros, e não seus senhores.[72]

72. Primeira edição: “Com efeito, isto, como já [o] disse, argúi Paulo expressamente: que lhe não anteponha alguém no apostolado ou Pedro, ou João, que colegas [lhe] eram, não senhores.”

8. Mesmo admitido o primado de Pedro sobre os Doze, isso não lhe faculta autoridade absoluta sobre toda a Igreja

Mas ainda que a respeito de Pedro eu lhes conceda o que defendem, isto é, haver ele sido o príncipe dos apóstolos, e que foi superior em dignidade aos demais, contudo não é motivo para que, de um exemplo singular, façam uma regra universal, e o que foi feito uma vez transponham à perpetuidade, quando a situação é bem diversa. Um foi supremo entre os apóstolos, seguramente porque eram poucos em número. Se um presidiu a doze homens, em razão disso porventura se seguirá que um deva ser o guia de cem mil homens? Que doze tivessem entre si um que liderasse a todos, que surpreende nisso? Ora, a natureza admite tal coisa, o engenho dos homens exige que em qualquer assembléia, ainda que sejam todos iguais em poder, contudo um seja como que o moderador, em relação ao qual os outros voltem sua atenção. Nenhuma reunião senatorial existe sem o cônsul; nenhuma sessão de juízes, sem o pretor, ou questor; corporação nenhuma, sem *seu* presidente; nenhuma sociedade, sem *seu* chefe. Assim sendo, não haveria absurdo algum se confessássemos que os apóstolos deferiram a Pedro tal primado. Mas o que tem lugar respectivo a um número pequeno não pode tornar-se extensivo a todo o mundo, ao qual é impossível que um só homem governe.[73]

Com efeito, dizem *eles*, isso tem lugar não menos na totalidade da natureza, do que em *suas* partes, uma a uma: que haja um cabeça supremo de todas *as coisas*. E em confirmação trazem o exemplo do grou e das abelhas, que para si sempre escolhem um *único* chefe, não muitos. Certamente que admito os exemplos que trazem a lume; mas porventura as abelhas se congregam de todo o orbe para eleger um só rei? Cada rei está contente com sua colméia. Assim se dá também com os grous: cada bando tem *seu* próprio rei. Que outra *coisa* daí conseguirão *senão* que a cada igreja se deve atribuir seu bispo?

A seguir nos conclamam a exemplos civis: citam aquele *verso* homérico: Οὐκ ἀγαθὸν πολυκοιρανίη [*Ouk agathŏn pŏlykoiraníē – Não é bom o governo de muitos*] e o que, no mesmo sentido, em enaltecimento da monarquia se diz em escritores profanos. A resposta é fácil, pois não é neste sentido, quer por Ulisses homérico, ou pelos outros, que a monarquia é louvada, como se um só deva reger em soberania a todo o orbe; antes, querem indicar que dois não podem assumir um reino, e que o poder, como diz aquele, não pode suportar parceria.

73. Primeira edição: “Mas, [o] que vale entre poucos, não é de transpolar-se diretamente ao orbe todo das terras, a reger o qual nenhum só homem é suficiente.”

9. CRISTO, E TÃO-SOMENTE CRISTO, É O CABEÇA DA IGREJA, E NÃO DELEGOU A OUTREM TAL SOBERANIA COMO SEU SUPOSTO VIGÁRIO NA TERRA

Mas, concedendo-lhes como querem, seja bom e útil que o orbe inteiro seja abarcado em uma única monarquia – o que no entanto é inteiramente absurdo; todavia, ainda quando é assim, não concederei que isso mesmo valha no governo da igreja. Ora, ela tem a Cristo *por* seu Cabeça único, sob cujo principado todos nos congregamos em harmonia, segundo esta ordem e esta forma de governo que ele mesmo prescreveu. Assim sendo, fazem a Cristo uma frontal injúria, quando com esse pretexto querem que um *único* homem presida à Igreja inteira, visto que esta não carece de um cabeça. "Antes, seguindo a verdade em amor, cresçamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo, do qual todo o corpo, bem ajustado e ligado pelo auxílio de todas as juntas, segundo a justa operação de cada parte, faz o aumento do corpo, para sua edificação com amor" [Ef 4.15, 16]. Vês que a todos os mortais, sem exceção, ele coloca no ***corpo***, a honra e o nome de ***cabeça*** deixa exclusivamente a Cristo? Vês que a cada membro atribui medida certa e função finita e limitada, para que tanto a perfeição da graça, quanto o supremo poder de governar, resida unicamente na mão de Cristo?

Tampouco desconheço o que costumam tergiversar quando se lhes afirma que Cristo é apropriadamente denominado a Cabeça única porque, por sua autoridade e por seu nome, somente ele reina, mas nada impede que abaixo dele esteja outra, como dizem, ***cabeça ministerial***, que lhe faça as vezes nas terras. No entanto, com esta cavilação não conseguem nenhuma vantagem, a menos que antes mostrem que este alegado ministério foi ordenado por Cristo. Ora, o Apóstolo ensina que toda a administração é difundida pelos membros, e que a virtude procede daquela Cabeça celestial única. Ou, se preferem algo mais taxativo: quando a Escritura atesta que Cristo é a Cabeça, e que ele reivindica esta honra somente para si, não se deve transferi-la a outro, a não ser a quem o próprio Cristo haja feito seu vigário. Com efeito, isto não só se lê em parte alguma *da Escritura*, mas também pode ser refutado sobejamente por muitas passagens [Ef 1.22; 4.15; 5.23; Cl 1.18; 2.10].

10. AS ESCRITURAS NÃO SÓ AFIRMAM QUE CRISTO CONTINUA ESPIRITUALMENTE PRESENTE NA IGREJA, COMO TAMBÉM NÃO REGISTRAM A EXISTÊNCIA DE UM VIGÁRIO SEU NA TERRA

Algumas vezes Paulo nos pinta a Igreja com cores vivas. Ele não faz menção alguma de uma cabeça *da Igreja na terra*; ao contrário, à luz de sua descrição é fácil coligir que tal figura é estranha à instituição de Cristo. Com sua ascensão, Cristo retirou de nós sua presença visível [At 1.9]; contudo subiu para preencher todas *as coisas* [Ef 4.10]; portanto, a Igreja agora o tem ainda presente, e haverá de tê-lo

sempre. Quando Paulo quer mostrar a maneira pela qual *ele* se manifesta, nos traz aos ministérios dos quais faz uso. "O Senhor está em todos nós", diz *ele*, "segundo a medida da graça que conferiu a cada membro" [Ef 4.7]. Por isso, "a uns constituiu primeiramente apóstolos; a outros, porém, pastores; a outros, evangelistas; a outros, mestres"; etc. [Ef 4.11]. Por que o apóstolo não diz que o Senhor constituiu um sobre todos, para que fosse seu vigário? Pois a matéria que trata o exigia; e não teria deixado de dizê-lo, se fosse verdade.

Cristo, diz *o Apóstolo*, está presente conosco. Como? Através do ministério de homens a quem deu à Igreja para ser por eles governada. Por que não antes pela ***cabeça ministerial***, a quem pôs em seu lugar? Ele menciona, sim, a unidade, porém em Deus e na fé em Cristo. Quanto aos homens, não lhes atribui nada, senão o ministério comum e a cada um *sua* porção particular. Ao nos encomendar a unidade, dizendo que somos um corpo e um espírito, que temos uma mesma esperança de vocação, um só Deus, uma mesma fé e um só batismo [Ef 4.4, 5], por que não acrescenta logo que temos um sumo pontífice, que sustenta a unidade da Igreja? Porque, se fosse assim, não poderia dizer nada que viesse mais a propósito. Que ponderem bem esta passagem, e tomem nota dela. Não há dúvida de que Paulo quis aí representar o governo total, sagrado e espiritual da Igreja, o qual os que vieram depois chamaram ***hierarquia***. Ora, ele não admite monarquia nem principado algum de um homem só entre os ministros. Ao contrário, ele dá a entender que tal coisa não existe. Tampouco se pode duvidar que ele quisesse expor a maneira da união com que os fiéis estão unidos com Cristo, sua Cabeça. Pois aí ele não só não menciona nenhuma ***cabeça ministerial***, mas inclusive atribui a cada membro *sua* operação particular [Ef 4.16], segundo a medida da graça distribuída a cada um [Ef 4.7]. Tampouco existe razão para estabelecer sutilmente comparação da hierarquia celestial e terrena; pois da hierarquia celestial não necessitamos saber mais que aquilo que a Escritura diz; e para constituir a ordem que temos sobre a terra não devemos seguir outro padrão além daquele que o Senhor mesmo nos deu.

11. Admitido o papel vicário de Pedro, não há como logicamente emprestar-lhe a necessária sucessão ao bispo de Roma

Agora lhes farei outra concessão, a qual jamais obterão dos homens de mente sã – isto é, que a primazia da Igreja foi fixada em Pedro, com vista a permanecer para sempre por sucessão perpétua.[74] Contudo, como convencerão que sua sé foi colocada em Roma, que quem quer que fosse bispo dessa cidade presidiria ao mundo inteiro? Com que direito vinculam a um lugar esta dignidade que foi dada sem

74. Primeira edição: "Agora, para que lhes conceda [eu] outro [ponto], que nunca obterão entre os homens são [de pensar]: assim constituído em Pedro o primado da Igreja que permanecesse sempre em sucessão perpétua..."

menção de lugar? Dizem que Pedro viveu em Roma e aí morreu. Que dizer do próprio Cristo? Porventura não exerceu em Jerusalém o episcopado, enquanto lá viveu, e ao morrer aí não consumou o ofício de *seu* sacerdócio? O Príncipe dos pastores, o Bispo Supremo, a Cabeça da Igreja não pôde adquirir *essa* honra para um lugar; Pedro, muito inferior a ele, o adquiriu? Porventura tais sandices não são mais que pueris? Cristo conferiu a Pedro a honra do primado; Pedro sediou-se em Roma; logo, aí estabeleceu a sede do primado. Seguramente, com este arrazoado, os israelitas de outrora devem constituir a sede do primado no deserto, onde Moisés, mestre supremo e príncipe dos profetas, exercera seu ministério e morreu [Dt 34.5].

12. O ridículo do primado prévio de Antioquia, mais tarde transferido para Roma

Entretanto, vejamos como admiravelmente arrazoam. Afirmam que Pedro exerceu o principado entre os apóstolos; portanto, a igreja na qual teve sua sede deve ter este privilégio. Mas, onde ele teve primeiro sua sede? Em Antioquia, dizem *eles*. Logo, a igreja antioquense, com direito, reivindica para si o primado. Declara que ela outrora era a primeira, mas que Pedro, emigrando aí, transferiu a Roma a honra que trouxera consigo. Ora, sob o nome do papa Marcelo existe uma epístola aos presbíteros antioquenses na qual assim fala: "A sé de Pedro esteve inicialmente entre vós, a qual, mais tarde, o Senhor transferiu para cá. Assim sendo, a igreja antioquense, que outrora era a primeira, cedeu sua vez à sé romana.[75] Mas, pergunto eu, em virtude de quê oráculo aquele bom homem foi pelo Senhor assim mandado?

Ora, se esta questão tiver que ser decidida pelo direito, então é indispensável que respondam: porventura querem que este privilégio seja ***pessoal***, ***real***, ou ***misto***? Pois há de ser uma dessas três opções. Se for pessoal, então não tem nada a ver com lugar; se, porém, for real, então, uma vez que foi estipulado um lugar, não se retira dele em razão ou de morte ou de afastamento da pessoa. Resta, pois, a conclusão de que foi misto; mas então não há que considerar simplesmente o lugar sem correspondência com a pessoa. Que decidam pelo que quiserem; e facilmente convencerei que de forma alguma se pode atribuir a Roma o primado que ela reivindica.

13. O absurdo do primado de Roma evidenciado em relação a outras sés, às quais se deveria necessariamente aplicar o princípio

Mas, consideremos que seja assim, e presumamos que o primado foi transferido de Antioquia para Roma. Por que, pois, Antioquia não reteve o segundo lugar? Ora, se de fato Roma exerce o primeiro lugar, que aí Pedro teve sua sé até o término da

75. Graciano, *Decretos*, parte II, causa XXIV, qu. 1, dist. 15.

vida, a que *cidade* se dará antes o segundo lugar, na qual ocupara ele a primeira sé? Como aconteceu, pois, que Alexandria tivesse precedência sobre Antioquia? Como foi possível que a igreja de um *mero* discípulo seja superior à sé de Pedro? Se a cada igreja se deve honrar conforme a dignidade de seu fundador, que diremos também das demais igrejas? Paulo enumera três que pareciam ser as colunas: Tiago, Pedro e João [Gl 2.9]. Se porventura atribuir-se à sé romana o primeiro lugar em honra a Pedro, porventura as *igrejas* de Éfeso e Jerusalém não merecem o segundo e o terceiro, onde tiveram suas sés João e Tiago? Com efeito, Jerusalém outrora teve entre os patriarcados o último lugar; Éfeso, de fato, nem mesmo pôde garantir o último canto! Outras igrejas foram também preteridas, não importa quantas e quaisquer Paulo tenha fundado, quantas os demais apóstolos estiveram à frente. A sé de Marcos, que foi apenas um dentre os discípulos, obteve a honra *sobre todas essas igrejas*. Confessem que esta ordem é bem estranha; ou, antes, concedam que não há correspondência entre o grau de honra que se concede a uma igreja e a dignidade de seu fundador.[76]

14. É muito incerto se Pedro de fato esteve em Roma, menos ainda que foi seu bispo

Não vejo, porém, se deva dar algum crédito a sua alegação de que Pedro ocupou a sé romana. Certamente que, o que está em Eusébio[77] – que ele aí presidira vinte e cinco anos –, isso se refuta com nenhuma dificuldade. Pois à luz do primeiro e segundo capítulo *da Epístola* aos Gálatas se faz evidente que ele esteve em Jerusalém cerca de vinte anos, desde a morte de Cristo; em seguida, que foi para Antioquia, onde por quanto tempo permaneceu é incerto. Gregório conta sete;[78] Eusébio, porém, vinte e cinco anos. Mas, desde a morte de Cristo até o fim do império de Nero, sob quem afirmam haver ele sido morto, se acharão apenas trinta e sete anos. Ora, o Senhor padeceu sob Tibério, no décimo oitavo ano de seu império. Se forem deduzidos vinte anos, durante os quais Paulo é testemunha de que Pedro habitava em Jerusalém, restarão dezessete no máximo, os quais têm de ser agora repartidos entre os dois episcopados. Se ele morou em Antioquia por longo tempo, então não pôde ter sé em Roma, senão por bem pouco tempo.

Isto mesmo é possível demonstrar ainda mais claramente. Paulo escreveu aos romanos de caminho [Rm 15.25], quando estaria de viagem para Jerusalém, onde foi aprisionado e conduzido a Roma. Portanto, é verossímel que esta Epístola fosse escrita no quadriênio antes que *o Apóstolo* viesse a Roma. Aí não se faz nenhuma

76. Primeira edição: “Ou confessem prepóstera haver sido essa ordem [avocada], ou nos concedam perpétuo não ser isto: que a cada igreja se deva o grau de honra que [lhes] teve cada fundador.”

77. *Crônicas*, livro II.

78. Gregório Magno, *Carta XL*.

menção de Pedro, a qual de modo algum poderia ser omitida, caso houvesse *ele* regido essa igreja. Além disso, no final *da Epístola* [Rm 16.3-16], enquanto recita longo catálogo dos piedosos a quem solicita sejam enviadas saudações, de fato onde cataloga todos os seus conhecidos, ele mantém total silêncio a respeito de Pedro. Nem aqui se faz necessário uma longa ou sutil demonstração entre os homens de juízo mais íntegro, pois o próprio fato, e todo o argumento da Epístola, argumentam que ele não poderia preterir a Pedro, caso estivesse em Roma.

15. À luz de outros escritos de Paulo, a tese é ainda mais corroborada de que Pedro não foi bispo em Roma; o que encontramos ali é o apostolado de Paulo

Mais tarde Paulo é conduzido preso a Roma [At 28.16]. Lucas narra [At 28.15] que *ele* foi recebido pelos irmãos; quanto a Pedro, nada se menciona. Dali escreve a muitas igrejas. Em alguma parte *das epístolas daí escritas* também envia saudações em nome de outras pessoas; não diz uma palavra sequer que indique que Pedro então esteve ali. Pergunto, pois, quem acreditará que podia guardar silêncio, se *Pedro* estivesse ali presente? Mais ainda, *na Epístola* aos Filipenses, onde disse que ninguém cuida tão fielmente da obra do Senhor como o faz Timóteo, se queixa de que todos buscam o que é seu [Fp 2.19-21]. E ao próprio Timóteo ele expressa a queixa com mais gravidade: que ninguém esteve presente em *sua* primeira defesa; ao contrário, todos o desampararam inteiramente [2Tm 4.16]. Portanto, onde Pedro estava então? Ora, se dizem que *ele* estava em Roma, quão terrível ignomínia Paulo lhe imprime: que ele foi desertor do evangelho! Certamente que ele está falando de fiéis, porque acrescenta: “que Deus não lhes impute *isso*” [2Tm 4.16].

Por quanto tempo, pois, e em que época ocupou Pedro essa sé? Dirão, porém, que é constante a opinião dos escritores de haver *ele* governado essa igreja até a morte. Entretanto, entre *esses* mesmos escritores não está solidamente estabelecido quem foi seu sucessor, pois alguns afirmam ter sido Lino, e outros que foi Clemente. E narram muitas estórias absurdas acerca da disputa havida entre ele e Simão Mago. Tampouco dissimula Agostinho, disputando a respeito das superstições, de uma opinião inconsideradamente concebida de que se implantara em Roma o costume de que não jejuassem nesse dia em que Pedro vencera Simão Mago. Afinal, as coisas desse tempo são a tal ponto enredilhadas em uma variedade de opiniões, que não se deve dar fé inconsideradamente, quando lemos algo escrito. E no entanto, em razão deste consenso dos escritores, não discordo que ele tenha morrido aí; mas que ele foi bispo, especialmente por longo tempo, não há como me persuadir. Tampouco me preocupo muito com o fato de Paulo haver atestado que o apostolado de Pedro pertenceu peculiarmente aos judeus, enquanto que o seu pertenceu a nós [Gl 2.7, 8]. Conseqüentemente, para que aquele pacto que foi firmado entre eles [Gl 2.9] se

cumprisse em relação a nós, aliás, para que a ordenança do Espírito Santo se firmasse entre nós, nos convém atentar mais para o apostolado de Paulo que de Pedro, porquanto de tal modo o Espírito Santo dividiu entre eles as províncias, que Pedro se destinasse aos judeus, e Paulo, a nós. Agora, pois, que os romanistas busquem seu primado em outra parte além da Palavra de Deus, na qual não encontrarão nenhum fundamento.

16. A tríade de fatores que conferiram à Sé romana sua posição única de prestígio, poder e influência

Venhamos agora à Igreja antiga, para que também se faça manifesto que nossos adversários blasonam de seu sufrágio não menos infundada e falsamente que do testemunho da Palavra de Deus. Portanto, quando alardeiam aquele seu axioma, *a saber*, que não se pode manter a unidade da Igreja de outra sorte senão que se faz necessário haver na terra uma única cabeça suprema, à qual todos os membros obedeçam, e por isso o Senhor deu o primado a Pedro, e daí, por direito de sucessão, à sé romana, para que nela resida até o fim; asseveram que isso foi observado sempre, desde o início. No entanto, visto que torcem indevidamente a muitos testemunhos, primeiro quero prefaciar que não nego que os antigos, por toda parte, atribuam grande honra à igreja de Roma, e dela falem com reverência, o que julgo originar-se de três causas, mui especialmente.

Ora, *em primeiro plano*, aquela opinião, a qual não sei como chegou a prevalecer, de que ela foi fundada e constituída pelo ministério de Pedro, era de muita valia para conciliar-lhe favor e autoridade. Assim sendo, no ocidente, *ela* era honorificamente chamada Sé Apostólica. Em segundo lugar, como ali estivesse a cabeça do Império, também por esta razão seria crível que aí os homens fossem mais eminentes, seja na doutrina, seja na prudência, seja na perícia e no uso de muitas coisas, que em qualquer outro lugar. Em razão desse fato, tinha-se consideração que não se devesse subestimar não apenas a nobreza da cidade, mas também a existência nela de outros dons de Deus muito mais excelentes. A estas *duas* se acrescentou, ademais, uma terceira *razão*: que, enquanto as igrejas orientais e as da Grécia, mesmo as africanas, se tumultuassem entre si em muitas dissenções de opiniões, esta foi mais plácida do que as outras, e menos turbulenta. Assim aconteceu que bispos pios e santos, arredados de suas sés, aí freqüentemente se acolhessem como se num refúgio ou num como que porto. Ora, de quão menos agudo e vívido engenho são os ocidentais que os asiáticos e os afros, também tanto menos ávidos de coisas novas. Portanto, isto acrescentou muito de autoridade à igreja romana, *ou, seja*, que naqueles tempos dúbios ela não foi tão tumultuada como as demais, e se dedicou na doutrina, de uma vez por todas, com mais tenacidade que todas as restantes, como explicaremos melhor imediatamente a seguir. Em razão destas três causas, reitero

que *a sé romana* foi tida em não vulgar honra e recomendada por muitos eminentes testemunhos dos antigos.

17. A Igreja primeitiva, como Jerônimo e Cipriano o atestam, não esposou a noção de um bispo universal, portanto não reconheceu o suposto primado do bispo de Roma

Com efeito, mui erroneamente, como já o disse, agem nossos adversários quando daí querem atribuir-lhe primado e supremo poder sobre as demais igrejas. Para que isso se evidencie com mais clareza, mostrarei sucintamente que, primeiro, sentiram os antigos a respeito desta unidade sobre a qual insistem com tão grande veemência. Jerônimo, *em sua Epístola* a Nepociano, depois de enumerar muitos exemplos de unidade, por fim desceu à hierarquia eclesiástica. "Os bispos das igrejas", diz *ele*, "um a um; os arciprestes, um a um; os arcediagos, um a um; e toda a ordem eclesiástica se firma em seus dirigentes."[79] Aqui está falando um presbítero romano. Ele recomenda a unidade na ordem eclesiástica. *Ora,* por que *ele* não traz à lembrança que todas as igrejas foram ligadas entre si por uma cabeça *única*, como se por um vínculo? Nada havia que mais servisse à presente causa, nem se pode dizer *ter* acontecido por esquecimento que deixasse de referi-lo, porque não teria feito nada com maior prazer, se os fatos o abonassem.

Assim sendo, *ele* viu, sem qualquer sombra de dúvida, que o verdadeiro fator da unidade é aquele que Cipriano descreve magnificamente com estas palavras: "O episcopado é um *todo*, do qual uma parte é integralmente mantida pelos *bispos*, um a um, e uma só é a Igreja, a qual, pelo incremento de *sua* fecundidade, se estende mais amplamente na multidão. Como muitos são os raios do sol, e uma única a luz; e de uma árvore muitos são os galhos, mas um só o tronco, firmado em raiz tenaz, e como a emanar de uma só fonte muitos cursos de água; e embora, mercê da prodigalidade da abundância transbordante, o vultoso número pareça difuso, entretanto a unidade é conservada inteira na origem, assim também na Igreja, inundada da luz do Senhor, derrama seus raios por todo o urbe, todavia uma só é sua luz, que é difundida por toda parte, sem parcelar a unidade do corpo; estende seus galhos pelo orbe inteiro, produzindo riachos que correm à larga, contudo uma é a cabeça e uma a origem" etc. Em seguida: "A esposa de Cristo não pode cometer adultério; *ela* conhece uma casa, de casto pudor guarda a santidade de um só aposento *conjugal*."[80] Vês como ele toma só o episcopado de Cristo como universal, o qual toma sob si toda a Igreja; diz que partes dela são sustentadas integralmente por todos quantos exercem o episcopado sob esta Cabeça. Onde está o primado da sé romana, se só na

79. *Carta CXXV*, 15.
80. Cipriano, *Da Unidade da Igreja Católica*, capítulo V, 3.

mão de Cristo reside integralmente o episcopado, e de cada *bispo* lhe é sustentada integralmente uma parte? Meu objetivo, nestas observações, é mostrar ao leitor, de passagem, que o axioma da unidade de um gênero terreno na hierarquia, o que os romanistas assumem como confesso e indubitável, era totalmente desconhecida da Igreja antiga.[81]

81. Primeira edição: "Estas [considerações] a isso concernem que, de passagem, perceba o leitor que esse axioma que os romanistas assumem, confessa e indubitavelmente, da unidade de um cabeça terreno na

CAPÍTULO VII

DO SURTO E INCREMENTOS DO PAPADO ROMANO, ATÉ QUE A ESTA ALTURA SE TRANSPORTOU, PELA QUAL NÃO SÓ A LIBERDADE DA IGREJA FOI OPRIMIDA, MAS TAMBÉM SUBVERTIDA TODA MODERAÇÃO

1. O primado da sé romana não foi positivado até o Concílio de Nicéia, em 325, e o Sínodo de Éfeso, em 449, nos quais os delegados de Roma não desfrutaram de preeminência sobre os demais

Quanto à antigüidade do primado da sé romana, nada a corrobora de forma mais fortemente que aquele decreto do Concílio Niceno, pelo qual não só se atribui ao bispo romano o primeiro lugar entre os patriarcas, mas também se *lhe* impõe exercer o cuidado das igrejas suburbanas. Quando o Concílio divide as igrejas entre eles e os outros patriarcas, de sorte que a cada um se designam *seus* limites, certamente que ele não o está constituindo cabeça de todos, mas *apenas* o faz um entre os principais. Estavam presentes Vito e Vicêncio em nome de Júlio,[82] que então governava a igreja romana. Foi-lhes dado o quarto lugar. Pergunto, se Júlio fosse reconhecido *como* o cabeça da Igreja, porventura seus delegados seriam relegados ao quarto assento? Porventura Atanásio presidiria em um concílio onde, acima de tudo, deve transluzir a efígie da ordem hierárquica?

No Concílio de Éfeso, Celestino, que era então o pontífice romano, parece haver-se utilizado de um artifício sutil para que acautelasse a dignidade de sua sé. Ora, como aí enviasse aos seus, confiou a Cirilo de Alexandria que, de qualquer modo, haveria de presidir, *fizesse* suas vezes. A que propósito esta delegação, senão para que, de qualquer forma, seu nome apegasse à primeira sé? Pois seus delegados se assentam em lugar inferior, são solicitados a dar seu parecer entre os outros, votam por sua vez, enquanto, ao mesmo tempo, seu nome é acoplado ao do patriarca alexandrino.

Que direi do segundo Concílio de Éfeso, onde, embora estivessem presentes os delegados de Leão, entretanto, como por direito seu, presidia Dióscoro, patriarca alexandrino? Objetarão dizendo que não foi um concílio ortodoxo, pelo qual não só foi condenado o santo varão Flaviano, mas também absolvido Êutiques e aprovada a impiedade deste. Com efeito, embora o Sínodo se congregasse, quando os bispos distribuíam entre si os assentos, certamente aí entre os outros se assentavam os

82. Em vez de Júlio, deve-se ler Silvestre.

delegados da igreja de Roma, não de outra forma senão com se dá em um concílio santo e legítimo. Entretanto não contendem quanto ao primeiro lugar; pelo contrário, cedem-no a outro; de maneira nenhuma fariam isso se cressem que ele lhe seria seu por direito. Ora, os bispos romanos nunca se envergonharam de suscitar até mesmo contenções extremadas na promoção de suas honras, e por uma única razão: afligir e conturbar freqüentemente a Igreja com muitos e perniciosos conflitos. No entanto, como Leão via muito bem que seu atrevimento seria tido como excessivo se pretendesse que seus legados ocupassem o primeiro lugar, se deu por satisfeito com o que tinha.[83]

2. A sé romana preside o Concílio de Calcedonia, em 451, entretanto só a fins moderatórios; não preside o Concílio subseqüente, o quinto de Constantinopla, em 553, como não presidiria ao de Cartago, de 418, e ao de Aquiléia, em 381

Seguiu-se o Concílio de Calcedônia, no qual, mercê de concessão do Imperador, ocuparam o primeiro assento os delegados da igreja romana. No entanto, isso constituiu um privilégio extraordinário, o confessa o próprio Leão, pois quando pede isso do Imperador Marciano e da Imperatriz Pulquéria, mostra que isso não lhe era devido, mas apenas alega que os bispos orientais que presidiram ao Concílio de Éfeso conturbaram-no todo e abusaram impiamente de seu poder. Assim sendo, como se fizesse necessário um moderador grave, nem fosse verossímel que para esse encargo houvessem de ser idôneos aqueles que uma vez foram tão imponderados e tumultuários, roga que, em razão do vício e inaptidão dos outros, se transferissem a si as funções de dirigi-lo. O que se solicita por singular privilégio e fora do proceder normativo, certamente que não procede da lei ordinária. Onde apenas se alega que seria necessário outro presidente, novo, porque os precedentes se desempenharam mal, é patente que *isso* não foi feito anteriormente, tampouco deve ser perpétuo; pelo contrário, só foi feito em vista do perigo reinante. Portanto, no Concílio de Calcedônea, o pontífice romano tem o primeiro lugar, não por direito de sua igreja, mas porque o sínodo estava desprovido de um moderador grave e apto, pois os que podiam presidir usavam de imoderação e descomedimento.

O sucessor de Leão comprovou pelo próprio fato o que estou dizendo. Porque, como ao quinto Concílio de Constantinopla, que foi celebrado muito tempo depois, enviasse seus delegados, não disputou o primeiro assento; pelo contrário, admitiu facilmente que Menas, o patriarca de Constantinopla, o presidisse. Assim, no Concílio de Cartago, ao qual esteve presente Agostinho, vemos a presidi-lo não os dele-

83. Primeira edição: “Porque, no entanto, Leão via haver de ser postulação sobremodo impudente, se a seus delegados pleiteasse o primeiro assento, a isso deu de mão.”

gados da sé romana, mas Aurélio, arcebispo do lugar, embora houvesse ainda disputa acerca da autoridade do pontífice romano. Além disso, também foi celebrado na própria Itália um Concílio Geral, o de Aquiléia, ao qual o bispo de Roma não esteve presente. Ambrósio o presidia, o qual então desfrutava de insigne autoridade junto ao Imperador: nenhuma menção aí se faz do pontífice romano. Portanto, aconteceu então, pela dignidade de Ambrósio, que a sé de Milão fosse mais ilustre que a romana.

3. O bispo de Roma não usufruiu nos primeiros dias dos títulos pomposos dos quais só bem mais tarde veio a exibir

Quanto ao próprio título de primado, e outros títulos de soberba, dos quais agora se gabam extraordinariamente *o bispo de Roma*, não é difícil ajuizar de ***quando*** e ***como*** foram solertemente introduzidos. Cipriano faz freqüente menção de Cornélio, nem o distingue com outro título além de ***irmão***, ou de ***bispo***, ou de ***colega***. Com efeito, quando escreve a Estêvão, sucessor de Cornélio, não só o faz igual a si e aos demais *bispos*, mas até mais duramente o invectiva, lançado-lhe em rosto, ora a arrogância, ora a ignorância. Bem se sabe o que a igreja africana determinou, depois da morte Cipriano, visto que no Concílio de Cartago se proibiu que se chamasse alguém de ***príncipe dos sacerdotes*** ou de ***bispo supremo***, mas somente bispo da primeira sé. Porque, se alguém busca nos documentos mais antigos, descobrirá que então o bispo romano se contentava com a designação comum de ***irmão***. É inegável que, enquanto a Igreja permaneceu em seu veradadeiro e puro estado, esses títulos soberbos que mais tarde usurpou a igreja romana para engrandecer-se jamais foram ouvidos nem conhecidos; desconhecia-se que ele fosse ***sumo pontífice*** e ***única cabeça da Igreja na terra***.

Ora, se o bispo de Roma ousasse assumir para si algo dessa naturez, varões assisados logo lhe reprimiriam a estultícia. Jerônimo, como fosse presbítero romano, não foi remisso em proclamar a dignidade de sua igreja, quanto a verdade e a condição do tempo o permitiam. Vemos, no entanto, como também a reconduziu à *sua* posição. "Caso se busque autoridade", diz *ele*, "o mundo é maior do que uma cidade. Por que me apresentas o costume de uma cidade? Por que, contra as leis da Igreja, reivindicas um costume do qual nasceu a arrogância? Onde quer que um bispo haja de estar, seja em Roma, seja em Gúbbio, seja em Constantinopla, seja em Régio, é do mesmo mérito e do mesmo sacerdócio. O poder da riqueza e a humildade da pobreza não fazem a um bispo superior ou inferior."[84]

---

84. Jerônimo, *Cartas CXLVI*, 1, 2.

4. Gregório, o Grande, contrapondo-se a João, arcebispo de Constantenopla, repudia a idéia de um bispo universal como profana, sacrílega, própria dos tempos do Anticristo

Quanto ao título de ***bispo universal***, afinal a contenda surgiu no tempo de Gregório, a qual deu ocasião à ambição de João de Constantinopla. Ora, ele queria fazer-se *bispo* universal, o que nenhum outro jamais havia tentado. Nessa disputa Gregório não alega que se estava a detrair-lhe um direito que lhe competisse; ao contrário, protesta veementemente que *essa* designação era profana, mais ainda, sacrílega, até mesmo prenúncio do Anticristo. "De seu estado esboroa-se a Igreja inteira", diz *ele*, "se cai aquele que se diz universal." Em outro lugar: "Muito triste é suportar pacientemente que, desprezados todos, um nosso irmão e colega de episcopado se denomine o único bispo. Mas, neste orgulho seu, que outra *coisa* se assinala, senão que já estão próximos os tempos do Anticristo? Porquanto *ele* está obviamente a imitar aquele que, desprezada a sociedade dos anjos, tentou ascender à culminância da singularidade." Em outro lugar, a Eulógio, *bispo* de Alexandria, e a Anastácio, *bispo* de Antioquia: "Nenhum de meus predecessores jamais quis usar este vocábulo profano, porquanto, evidentemente, se um é chamado patriarca ***universal***, derroga-se aos demais o nome de ***patriarcas***. Longe, porém, esteja isto da mente cristã: querer alguém arrogar isso para si, do quê diminua a honra de seus irmãos; por mínimo que ele seja." *Mais*: "Consentir nesta expressão celerada outra coisa não é senão destruir a fé." "Uma *coisa* é o que *devemos fazer* para conservar-se a unidade da fé; outra, o que devemos *fazer* para reprimir-se a altivez dos soberbos. Eu, contudo, digo resolutamente que quem quer que se chame, ou deseje chamar-se ***sacerdote universal***, em sua soberba, faz-se precursor do Anticristo, porque, ao dar rédeas à sua soberba, se põe adiante dos demais." Da mesma forma, de novo, a Anastácio de Antioquia: "Eu disse que *ele* não pode ter paz conosco, a não ser que corrija a altivez de um vocávulo supersticioso e soberbo, que o primeiro apóstata inventou; e – ainda que eu me cale quanto à injúria contra a honra –, se um bispo é chamado universal, desmorona-se a Igreja universa, quando cai aquele bispo universo."

O que, porém, escreve quanto a haver esta honra sido oferecida a Leão no Concílio de Calcedônea, não contém qualquer aparência de vardadeiro, pois não se lê nada parecido nas atas daquele Concílio. E o próprio Leão, que em muitas epístolas impugna o decreto ali passado em honra da sé constantinopolitana, sem qualquer sombra de dúvida não teria deixado passar este argumento, que era de todos muitíssimo plausível, se fosse verdade que ele repudiou o que lhe era dado; e, homem de outra sorte mais do que bastante ávido de honra, não teria deliberadamente omitido o que lhe redundaria em louvor. Gregório, pois, está enganado nisto, porque pensou ser esse título conferido à sé romana pelo Concílio de Calcedônea (preferindo calar-

me quanto a ser ridículo o que testifica oriundo de um concílio santo e, ao mesmo tempo, o pronuncia celerado, profano, nefando, soberbo e sacrílego, na verdade engendrado pelo Diabo e publicado pelo arauto do Anticristo). E, todavia, *ele* adiciona que seu predecessor o havia recusado, para que, enquanto algo se desse a um, particularmente, privados da devida honra não fossem todos os *demais* sacerdotes. Em outro lugar: "Nenhum *bispo* jamais quis ser chamado por expressão tal; nenhum para si arrebatou este nome temerário, para que, se em grau de pontificado arrebatasse para si a glória da singularidade, não parecesse haver negado esta a todos os irmãos."

5. COMO VEIO A SÉ ROMANA A GRANJEAR PODER SOBRE AS DEMAIS IGREJAS

Volvo-me agora à jurisdição que o pontífice romano assevera ter, insofismavelmente, sobre todas as igrejas. Sei muito bem quão grandes foram outrora os embates acerca desta *jurisdição*, pois não houve nenhum tempo em que a sé romana não cobiçasse a soberania sobre as demais igrejas. E não será intempestivo investigar neste lugar de que modos ela então, pouco a pouco, emergiu a algum poder. Ainda não estou falando deste infinito domínio que não há muito *tempo* arrebatou para si, pois prorrogamos isso para seu devido lugar. Aqui, porém, é preciso indicar sucintamente como desde muito e de quais razões se extrapolou, para que assumisse para si certo direito sobre as demais igrejas.

Como as igrejas orientais estivessem divididas e conturbadas pelas facções dos arianos, sob os imperadores Constâncio e Constante, filhos de Constantino, o Grande, e Atanásio fosse expulso de sua sé, ali o principal defensor da fé ortodoxa, calamidade desta ordem obrigou-o a vir para Roma, para que, pela autoridade da sé romana, de qualquer modo não só reprimisse a fúria de seus inimigos, mas também firmasse os piedosos a padecerem duras contingências. Foi ele honorificamente recebido por Júlio, então o bispo *de Roma*, e conseguiu que os *bispos* ocidentais lhe empreendessem a defesa da causa. Portanto, como os pios carecessem grandemente de apoio externo, mas na igreja romana visualizassem ótima ajuda, de bom grado lhe deferiram o máximo de autoridade que podiam. Entretanto, tudo isso outra *coisa* não era senão que a comunhão lhe fosse de grande *importância*, ignominioso, porém, fosse considerado ser por ela excomungado.

Mais tarde, *eles* mesmos adicionaram em grande medida *elementos* maus e réprobos *a essa hegemonia*; pois, para que se evadissem a legítimos juízos, se acolhiam a este asilo. Assim sendo, se algum presbítero fosse condenado por seu bispo, se algum bispo *o fora* pelo sínodo de sua província, apelavam, imediatamente, para Roma. E os bispos romanos recebiam esses apelos mais avidamente do que era próprio, porquanto parecia ser expressão de extraordinário poder serem eles interpostos assim, ampla e latamente, nos afazeres. Assim, como Êutiques fosse con-

denado por Flaviano, *patriarca* de Constantinopla, *ele* se queixou junto a Leão, *bispo de Roma*, de que lhe havia sido feita injustiça. Esse, nada lento, não menos temerária que prontamente, empreendeu o patrocínio de uma causa má, investiu pesadamente contra Flaviano, como se, sem conhecimento de causa, houvesse condenado a um homem inocente; e com esta sua ambição fez com que, por um espaço de tempo, se firmasse a impiedade eutiquiana. Isto é patente haver ocorrido freqüentemente na África, uma vez que, tão logo algum biltre fora sujeito a juízo ordinário, o mesmo voava para Roma, impingia os seus de muitas calúnias, mas a sé romana estava sempre preparada para interpor-se. Essa impudência compeliu os bispos africanos a decretarem que ninguém, sob pena de excomunhão, apelasse para além-mar.

6. NESSA ÉPOCA A JURISDIÇÃO DO BISPO DE ROMA, NO QUE TANGE À ORDENAÇÃO EPISCOPAL, NÃO ULTRAPASSAVA AS FRONTEIRAS DE SUA PROVÍNCIA

Entretanto, seja como for, examinemos que autoridade e jurisdição teve então a sé romana. O poder eclesiástico, porém, se contém nestes quatro itens: ordenação de bispos, indicação de concílios, audição de apelos ou jurisdição, advertências disciplinares ou censuras. Todos os concílios antigos determinam que os bispos fossem ordenados por seus metropolitanos; em parte alguma determinam que o bispo romano seja deslocado *para isso*, a não ser em sua patriarquia. Gradualmente, entretanto, veio a prevalecer o costume de que os bispos italianos viessem todos a Roma em busca de consagração, excetuados os metropolitanos, que não permitiram ser reduzidos a esta servidão. Quando, porém, tinha que ordenar algum metropolitano, o bispo romano aí enviava um de seus presbíteros, que apenas estivesse presente, mas que não presidisse. Exemplo deste fato subsiste em Gregório, na consagração de Constâncio de Milão, após o falecimento de Lourenço; embora eu não creia que essa fosse uma instituição muito antiga. Como, porém, por questão de honra e benevolência, a fim de atestar comunhão, inicial e reciprocamente enviassem legados que fossem testemunhas de ordenação, o que era voluntário começou, depois, a ser tido por necessário. Seja como for, salta à vista que o bispo de Roma não tinha outrora o poder de ordenar, a não ser na província de sua patriarquia, isto é, nas igrejas suburbanas, como fala o cânon do Concílio Niceno.

À ordenação estava ligado o envio de uma ***carta sinódica***, na qual *o bispo de Roma* em nada era superior aos demais. Os patriarcas costumavam, imediatamente após sua consagração, consignar sua fé em um escrito solene, no qual professavam subscrever aos santos e ortodoxos concílios. Assim, feita uma exposição de sua fé, uns aos outros mutuamente se aprovavam. Se o bispo romano houvesse recebido esta confissão da parte dos outros e não a houvesse dado, nisto teria sido reconhecido superior; quando, porém, não menos fosse incumbido a dar mais que exigir dos outros, e ter sido sujeito à lei comum, certamente esse foi sinal de associação, não

de domínio. Exemplo desse fato se acha na epístola de Gregório a Anastácio e a Ciríaco de Constantinopla, e em outro lugar a todos os patriarcas, a um só tempo.

7. NÃO SE PATENTEIA JURISDIÇÃO SUPERIOR DA SÉ ROMANA EM RELAÇÃO ÀS ADMOESTAÇÕES OU CENSURAS QUE OS BISPOS DIRIGIAM ENTÃO UNS AOS OUTROS

Seguem-se as ***admoestações*** ou ***censuras*** das quais, como outrora os bispos romanos fizeram uso em relação aos outros, assim, por sua vez, as sofreram. Irineu, *bispo Lyon*, censurou severamente a Vitor, *bispo de Roma*, por perturbar temerariamente a Igreja com pernicioso dissídio em razão de coisa de pouca importância. Ele obedeceu; não reclamou. Essa liberdade foi então comum aos santos bispos, que usassem de fraterno direito, admoestando ao prelado romano, e castigando-o se a qualquer tempo pecasse. Ele, por sua vez, quando a situação o exigia, admoestava aos outros de *seu* dever; e se algo havia de errado, os repreendia. Ora, Cipriano, quando exorta a Estêvão, *bispo de Roma*, a que advirtisse os bispos da Gália, não argumenta em prol de poder mais amplo, mas do direito comum que os sacerdotes têm entre si. Pergunto se Estêvão, então, tivesse presidido à Gália, porventura Cipriano não haveria de lhe haver dito: "Obrigas a esses, porque são teus?" Ao contrário, ele fala de modo muito adverso. "Esta união fraterna", diz *ele*, "porque fomos ligados entre nós, requer que nos admoestemos mutuamente." E vemos também com quão grande severidade de palavras um homem, de outra sorte, de disposição afável, se lance contra o próprio Estêvão, quando crê que ele se torna demasiadamente arrogante.

Portanto, também nesta parte, ainda não se faz evidente que o bispo romano fosse dotado de qualquer jurisdição para com aqueles que não fossem de sua província.

8. TAMPOUCO O BISPO ROMANO USUFRUÍA, ENTÃO, DE JURISDIÇÃO SOBRE OS DEMAIS NO QUE CONCERNE À INDICAÇÃO DE CONCÍLIOS

Quanto à convocação de concílios, este era o dever de cada metropolitano: que reunisse um sínodo provincial nos tempos aprazados. Aí o bispo romano não teve nenhum direito. Um concílio universal, porém, somentre o Imperador podia determiná-lo. Pois se algum dos bispos tentasse tal coisa, não só não teriam obedecido à convocação os que eram de fora da província, mas também imediatamente teria surgido um tumulto. Portanto, o Imperador intimava a todos, em pé de igualdade, a que estivessem presentes. Refere Sócrates, com efeito, que Júlio, *bispo de Roma*, havia reclamado com os bispos orientais por não o haver convocado para o Concílio de Antioquia, quando fora proibido pelos cânones ser algo decretado sem o co-

nhecimento do pontífice romano. Quem, no entanto, não vê que se deva entender isto daqueles decretos que obrigam a Igreja Universal? De fato, não surpreende se isto se dá tanto em relação à antigüidade e grandeza da cidade quanto à dignidade da sé: que não se faça decreto universal acerca da religião, *estando* ausente o bispo romano, desde que ele não se recuse a estar presente. Na verdade, que *vale* isto para o domínio de toda a Igreja? Ora, não negamos que o bispo romano fosse um dentre os principais, porém nos recusamos a admitir o que agora impõem os romanistas, a saber, que ele exercesse hegemonia sobre todos.

9. Tampouco o bispo de Roma teve jurisdição sobre os demais no que respeita às apelações, visto que os documentos evocados eram falsos ou improcedentes

Resta a quarta espécie de poder *eclesiástico* que reside nas ***apelações***. É evidente que a autoridade suprema está na mão daquele a cujo tribunal se faz apelo. Muitos, e com muita freqüência, apelaram para o pontífice romano; *ele* próprio também tentou atrair a si o conhecimento das causas, mas foi constantemente escarnecido sempre que excedeu seus limites. Nada direi acerca do oriente e da Grécia, mas é notório que os bispos da Gália resistiram tenazmente, quando ele parecia assumir para si autoridade sobre eles. Na África se debateu por longo tempo a respeito desta questão, pois, como fossem excomungados no Concílio Milevitano, quando Agostinho estivera presente, *aqueles* que apelassem para além-mar, o pontífice romano tentou fazer com que esse decreto fosse corrigido. Enviou delegados que demonstrassem que este privilégio fora dado pelo Concílio Niceno. Os delegados exibiam atas do Concílio Niceno que haviam tomado do arquivo de sua igreja. Os bispos africanos resistiram e negaram que se devesse dar fé ao bispo romano que legisla em causa própria; conseqüentemente, *declararam* haver de enviar a Constantinopla e a outras cidades da Grécia onde se tivessem exemplares menos suspeitos. Verificou-se que nada desse gênero estava aí escrito como os romanos pretendiam. Assim, foi ratificado aquele decreto que anulara ao pontífice romano sumo conhecimento *das apelações*. Nesta questão pôs-se à mostra a escandalosa impudência do próprio pontífice romano, pois quando, com fraude, houvesse substituído o Sínodo Sardicense em lugar do Niceno, foi apanhado vergonhosamente em manifesta falsidade.

Maior ainda, porém mais impudente, foi a desonestidade daqueles que adicionaram ao Concílio uma epístola fictícia, mediante a qual não sei que bispo cartaginês, condenando a arrogância de Aurélio, seu predecessor, por haver ousado subtrair-se à obediência da sé apostólica, fazendo submissão de si *próprio* e de sua igreja, humildemente implora perdão.

São estes os egrégios documentos de antigüidade nos quais se fundamentou a majestade da sé romana, enquanto, sob o pretexto de antigüidade, se lançam contra

a verdade de forma tão pueril, que até mesmo os cegos podem apalpar. "Aurélio", diz *a epístola forjada*, "arrebatado de diabólica audácia e contumácia, foi rebelde em relação a Cristo e a São Pedro, conseqüentemente *merecedor* de ser condenado por anátema." Que diz Agostinho? Que dizem, na verdade, tantos pais que estiveram presentes ao Concílio Milevitano? Que necessidade há, porém, de refutar com muitas palavras esse escrito tão insípido, o qual, de fato, os próprios romanistas, se algo de pejo ainda lhes resta, não podem contemplar sem profunda vergonha? Assim Graciano, se por ardileza ou por desconhecimento, não sei, quando mencionou esse decreto, disse: "Que sejam privados da comunhão os que apelaram para além-mar"; adiciona a exceção: "A não ser, porventura, que hajam apelado à sé romana." O que fazer com essas bestas que a tal ponto carecem de senso comum, que excetuam precisamente o que deu origem à lei, como todos sabem? Porque o Concílio, ao proibir que se apele para além-mar, não quer dizer outra coisa senão que ninguém apele para Roma! Este bom intérprete excetua da lei comum *precisamente* Roma!

10. A improcedência da tão celebrada jurisdição soberana da sé romana comprovada na questão de Donato e Ceciliano

Mas, para que ponhamos fim, de uma vez por todas, a esta questão – de que natureza foi outrora a jurisdição do bispo romano –, bastará uma só história para o desmascarar. Donato, de Casas Negras, acusara a Ceciliano, bispo cartaginês. O acusado fora condenado, sem se ouvir a causa, pois, como soubesse da conjuração feita pelos bispos contra si, não quis comparecer. Daí apresentar-se ao Imperador Constantino. Esse, como quisesse que a causa fosse encerrada em um julgamento eclesiástico, entregou o conhecimento *do caso* a Melcíades, bispo romano, a quem acrescentou alguns colegas, bispos da Itália, da Gália, da Espanha. Se isto era da jurisdição ordinária da sé romana, ouvir apelação em causa eclesiástica, por que permite que outros lhe sejam associados por arbítrio do Imperador? Mais ainda, por que ele próprio empreende o julgamento mais por mandado do Imperador do que de seu *próprio* ofício?

Ouçamos, porem, o que aconteceu depois. Ceciliano é vencedor; Donato das Casas Negras cai por ação caluniosa; apela; Constantino confia o julgamento da apelação ao bispo de Arles; assenta-se ele *como* juiz, para que, após o pontífice romano, pronuncie o que *lhe* pareceu *bem*. Se a sé romana tem sumo poder sem apelação, por que Melcíades permite tão assinalada ignomínia se lhe seja impingida, sendo preferido o bispo de Arles? E que Imperador faz isso? De fato Constantino, a quem gabam de haver conferido não apenas todo seu esforço, mas também quase todos os recursos do Império, na ampliação da dignidade de sua sé. Vemos já, pois, quão distante, de todos os modos, esteve então o pontífice romano daquele supremo domínio que assevera fora dado por Cristo sobre todas as igrejas, e que

alega falsamente haver, em todos os séculos, obtido pelo comum assentimento de toda a terra.

11. A improcedência do primado jurisdicional da Sé romana, ou de seu bispo, evidenciada nos escritos que Graciano compendia e nas epístolas presunçosas de Leão I

Sei muito bem quão numerosas são as epístolas, quão numerosos os escritos e editos nos quais os pontífices tudo fazem para engrandecer sua autoridade. Mas não há pessoa de são juízo, nem de tão escasso conhecimento, que não saiba que tais cartas são tão fúteis, que à primeira vista se dá conta de que escritório procedem. Pois que pessoa de bom senso poderia crer que Anacleto seja o autor da célebre interpretação que Graciano adiciona em seu nome, segundo a qual Cefas quer dizer ***cabeça***? Outras muitas frivolidades semelhantes acumulou Graciano sem discernimento algum, das quais atualmente os romanistas abusam contra nós para defender sua sé. E não se envergonham de manifestar como em tempos passados enganavam o povo com tais escuridades. Porém não quero deter-me muito em refutar coisas tão frívolas, que por si sós se dissipam.

Reconheço que existem também epístolas verdadeiras de pontífices antigos, nas quais, com títulos grandiosos, apregoam a grandeza de sua sé, como são algumas de Leão. Ora, ele foi um homem, tanto erudito e fecundo, quanto ávido de glória e domínio acima da medida, mas é preciso indagar se porventura as igrejas de então deram crédito a seu testemunho. Mas é patente que muitos foram ofendidos por sua ambição, resistindo-lhe inclusive a desmedida cobiça. Em outra parte, duas vezes sobre a Grécia e outras regiões vizinhas as delega ao bispo de Tessalônica; em outro lugar, sobre as Gálias, as delega ao *bispo* de Arles, ou a algum outro. Assim, sobre as Espanhas constitui a Hormisdas seu vigário, bispo de Sevilha; mas por toda parte faz exceção: que dá mandados desta ordem com esta condição, que permaneçam salvos e íntegros os antigos privilégios dos metropolitanos. Com efeito, Leão mesmo declara ser este um dentre esses privilégios: que se houver dúvida a respeito de alguma causa, que o metropolitano seja consultado em primeiro lugar. Portanto, com esta condição eram estes vicariados: que não fosse impedido ou qualquer bispo em sua jurisdição ordinária, ou o metropolitano em conhecer as apelações, ou o Concílio Provincial em regular as igrejas. Ora, que era isto senão abster-se de toda jurisdição, e unicamente intervir para apaziguar as discórdias, quando a lei e a natureza da comunhão da Igreja permitiam que seus membros não se estorvassem uns aos outros?

12. Ao tempo de Gregório, o Grande (540?–604), dada a caótica situação política do império decadente, a sé romana passou a exercer autoridade primacial, contudo como moderadora, não jurisdicional

No tempo de Gregório, aquele antigo sistema já havia mudado bastate. Pois, convulsionado e dilacerado o Império, por muitos flagelos reiteradamente sofridos, sendo as Gálias e as Espanhas afligidas, devastado *fosse* o llírico, abalada estivesse a Itália, de fato a África quase destruída por constantes calamidades, para que em meio de tão grande convulsão das coisas políticas a unidade da fé permanecesse, ou seguramente não perecesse de vez, todos os bispos, de toda parte, mais se uniram ao pontífice romano. Com isto aconteceu não só que a dignidade, mas também o poder da sé *romana* crescesse impetuosamente. Se bem que não faço tanto empenho em saber por que razões isto aconteceu. É manifesto que *ela* então certamente se fez maior que em séculos precedentes.

E no entanto não chegou a ter tal superioridade que dominasse sobre os outros a seu bel-prazer.[85] Mas a sé romana sustinha esta reverência: que os réprobos e contumazes que não podiam ser mantidos dentro de *seu* dever, por seus colegas, os contivesse e reprimisse por sua autoridade, porque Gregório atesta isto diligentemente e com freqüência, que não menos queria conservar diligentemente aos outros seus direitos, que da parte deles requeira *ele* os seus próprios. “Não quero”, diz *ele*, “por ambição privar a ninguém de seus direitos; antes desejo em tudo e absolutamente honrar a meus irmãos.” Nenhuma palavra há, em seus escritos, pela qual alardeie mais altivamente a grandeza de seu primado do que esta: “Não conheço a nenhum bispo que não esteja sujeito à sé apostólica quando é réu de culpa.” No entanto, acrescenta Imediatamente: “Quando não há culpa, todos, conforme o direito de humildade, são iguais.”[86] Atribui a si o direito de corrigir aqueles que hajam pecado; se todos cumprem o dever, faz-se igual aos outros. E *ele* próprio, de fato, atribui isto a si por direito, mas os que queriam, concordavam; aos outros, porém, a quem *isso* não agradava, era lícito reclamar impunemente, o que é sabido haver feito, inclusive a maioria. Adiciona que ele aí está falando a respeito do primaz bizantino, que, como fosse condenado por um sínodo provincial, repudiaria todo o julgamento. Seus colegas denunciaram ao Imperador esta contumácia do homem. Quisera o Imperador fosse Gregório o árbitro *da questão*. Vemos, pois, que ele não está tentando algo com que viole a jurisdição ordinária, e isso mesmo que está fazendo, para que seja útil a outros, o faz somente por determinação do Imperador.

85. Primeira edição: “E, no entanto, muito difere de que haja sido uma dominação efrene, assim que um [só] haja podido imperar sobre os outros, segundo o seu talante.”

86. *Carta XLVII*, 49.

13. Limitações jurisdicionais expressas de Gregório como pontífice romano; mas, ainda assim, deplora o ônus administrativo que o sobrecarrega

Este, pois, foi então todo o poder do bispo romano: opor-se às cabeças obstinadas e refratárias, onde se fazia necessário algum remédio extraordinário, e isto para que ajudasse a outros bispos, não *para que lhes* criasse estorvo. Assim sendo, não assume para si nada mais, em relação aos outros do que a todos; em outro lugar, concede em relação a si mesmo, quando confessa estar preparado para ser por todos corrigido, para ser por todos emendado. Assim, em outro lugar, de fato ordena ao bispo de Aquiléia que venha a Roma para pleitear *sua* causa em uma controvérsia de fé que surgira entre ele e outros. Entretanto não ordena, de seu *próprio* poder, mas porque isso determinara o Imperador. Nem se proclama haver de ser o único juiz; ao contrário, promete haver de congregar um sínodo pelo qual fosse julgada toda a questão. Se bem que, no entanto, esta era ainda a moderação: que o poder da sé romana tivesse seus limites determinados; que não seria lícito exceder, e o próprio bispo romano não presidia sobre os outros mais do que ele mesmo está sujeito a eles.

No entanto é patente o quanto situação dessa natureza desagradou a Gregório. De fato *ele* se queixa reiteradamente que, sob a condição do episcopado, fora reconduzido ao mundo e está mais envolvido em cuidados terrenos do que jamais esteve na vida leiga; que nessa honorificência está premido pelo tumulto de negócios seculares. Em outro lugar: "Tão grandes cargas de ocupações", diz *ele*, "me forçam para baixo, que o ânimo de maneira nenhuma me arrebata às *coisas* supernas; me vejo sacudido por muitas ondas de causas; e depois daqueles ócios de quietude sou afligido pelas tempestades de uma vida tumultuosa; de sorte que, para o expressar corretamente, vim à profundeza do mar e a tempestade me submergiu."[87] Daqui *ele* colige o que haveria de ter dito se houvesse vivido nestes tempos *atuais*! O ofício de pastor, se não o preenchia, contudo o desempenhava. Abstinha-se do governo do império civil e se confessava sujeito ao Imperador, juntamente com os outros. Não se ingeria no cuidado de outras igrejas, exceto se coagido pela necessidade. E todavia sente como se estivesse em um labirinto, porque não pode entregar-se total e simplesmente ao ofício de bispo.

14. A luta pelo primado travada entre a sé romana e a constantinopolitana e razão aduzida: projeção e política das cidades

Nesse tempo, como já foi dito, o bispo constantinopolitano litigava com o romano acerca do primado. Ora, depois que a sede do Império foi fixada em Constantino-

87. Gregório I, *Cartas* II, 1; I, 16; I, 5; I, 7; I, 25.

pla, a majestade do Impéro pareceu postular que também aquela igreja tivesse o segundo lugar de honra, depois da romana. E certamente nada valera mais de início para enaltecer o primado a Roma do que o fato de então estar aí a capital do Império. Isso se revela num rescrito de Graciano sob o nome do papa Luciano, onde *ele* diz que as cidades não foram distinguidas de outra forma onde devam presidir metropolitanos e primazes que antes existira do esquema do governo civil. Também outro *rescrito* semelhante, sob o nome do papa Clemente, onde *ele* diz que os patriarcas se constituíam naquelas cidades nas quais outrora estiveram os sumos sacerdotes dos gentios.[88] Isto, ainda que fosse improcedente, contudo foi tomado do verdadeiro. Também é manifesto que, para que se fizesse o mínimo de mudança, as províncias *eclesiásticas* haviam sido distribuídas segundo o estado de coisas que existia então, e os primazes e metropolitanos colocados naquelas cidades que precediam as demais em honras e poder. Assim sendo, foi decretado no Concílio de Turim que as cidades que fossem as primeiras no governo civil de cada província fossem as primeiras sés dos bispos; se, porém, houvesse acontecido de transferir-se a dignidade do governo civil de uma cidade para outra, que juntamente para ali se transferisse o direito de metrópole. Mas Inocêncio, o pontífice romano, como visse declinar a antiga dignidade de *sua* cidade desde que fora transferida a sede do Império para Constantinopla, temendo por sua sé, promulgou lei contrária, na qual nega ser necessário que as metrópoles eclesiásticas fossem mudadas, segundo são mudadas as metrópoles imperiais. Entretanto, a razão dita que se há de antepor a autoridade de um concílio à de um homem. E, além do mais, Inocêncio deve ser-nos suspeito ao legislar em causa própria. Seja como for, *ele* mostra, contudo, por sua providência, que de início assim fora estabelecido: que as metrópoles *eclesiásticas* fossem dispostas segundo a ordem externa do Império.

15. Oposição tenaz de Leão, pontífice romano, a que se deferisse à sé de Constantinopla a honra de segunda em eminência, temendo que ela viesse a suplantar a própria Roma, sendo então a primeira

De conformidade com esta ordenança antiga, foi decretado no Primeiro Concílio de Constantinopla que o bispo dessa cidade tivesse privilégios de honra em seguida ao pontífice romano, visto que *ela* seria a nova Roma. Mas, longo tempo depois, como um decreto semelhante fosse promulgado em Calcedônea, Leão protestou acremente. Não só se permitiu anular o que seiscentos ou mais bispos haviam decretado, mas também os atacou com graves acusações, porque derrogassem a outras sés a honra que ousassem conferir à igreja constantinopolitana. Pergunto: que outra *razão* teria incitado o homem a conturbar o mundo inteiro por causa de

88. Graciano, *Decretos*, I, LXXX, 1, 2.

tão reduzida importância, senão por pura ambição? Diz que deve ter-se como inviolável o que uma vez foi sancionado pelo Concílio de Nicéia. Como se realmente a fé cristã estivesse em perigo se uma igreja for preferida a outra, ou como se para outro fim fossem aí distinguidas as patriarquias por *mera* questão de organização administrativa. Sabemos, porém, que a organização administrativa, em razão da variação dos tempos, admite, mais ainda, exige variadas mudanças. Portanto, é fútil o que Leão sustenta, dizendo que não se deve deferir à sé constantinopolitana a honra que, pela autoridade do Concílio de Nicéia, se haveria de ter dado à sé de Alexandria. Ora, o senso comum dita que existiu decreto desta natureza que podia ser revogado, segundo o reclamo dos tempos.

Por que nenhum dos *bispos* orientais se opunha, quando isso lhes era totalmente do interesse? Certamente que Protério estava presente, a quem designaram a Alexandria em lugar de Dióscoro; estavam presentes outros patriarcas dos quais a honra estava sendo diminuída. Era o momento desses interferir, não de Leão, que permanecia em seu lugar sem ser afetado. Mas quando todos eles se calam, mais ainda, quando consentem, e só o bispo romano resiste, é fácil julgar o que o move: obviamente previa, o que aconteceu não muito depois, que a glória da Roma antiga decrescia, e que ocorreria que Constantinopla, não contente com o segundo lugar, litigasse com ela acerca do primado. Contudo, *Leão* não conseguiu tanto êxito bradando que no Concílio o decreto não fosse aprovado. Conseqüentemente, seus sucessores, como se vissem batidos, desistiram brandamente dessa obstinação: toleraram, pois, que *o bispo de Constantinopla* fosse tido *como* segundo patriarca.

16. João, bispo de Constantinopla, declara-se patriarca universal, ao que se opõe Gregório, o Grande, bispo de Roma, contra tal pretensão de quem quer que seja

Mas, pouco depois, João, que era bispo de Constantinopla durante a época de Gregório, avançou tanto, que se intitulou patriarca universal. A este se opôs animosamente Gregório em defesa da honra de sua sé. E na verdade era intolerável não só a soberba de João, como também sua insânia, querendo igualar os limites de seu episcopado aos limites do Império. Contudo, tampouco Gregório reivindica para si o que nega a outro; ao contrário, esse título, não importa por quem afinal seja usurpado, o abomina como celerado, ímpio e nefando. E inclusive se aborrece com Eulógio, bispo de Alexandria, por havê-lo honrado com este título. Diz *ele*: “Destes-me um título de soberba, chamando-me papa universal; e isto no princípio da carta que me enviastes, a mim que pusestes tal título. O que vos peço é que vossa santidade não vos permita repeti-lo. Porque a vós se tira o que se dá a outro, além do que a razão o exige. Eu não tenho por honra aquilo com que percebo que se diminui a honra de meus irmãos. Porque minha honra é que o estado da Igreja universal e o

de meus irmãos mantenha seu vigor. E se vossa santidade me chama papa universal, isto é confessar que vós não sois em parte o que do todo a mim me atribuís."[89]

De fato a causa de Gregório era boa e honesta, mas, ajudado pelo favor do Imperador Maurício, João não pode ser demovido de *seu* propósito. Ciríaco, seu sucessor, quanto a esta matéria, também jamais se deixou persuadir.

17. O imperador Focas, finalmente, confere o primado à sé romana, no tempo do papa Bonifácio III, Pepino, o Breve, e Carlos Magno, selando-lhe, por fim, a cobiçada supremacia

Finalmente Focas, que assassinou a Maurício e usurpou seu lugar (não sei por que se fez mais amigo dos romanos, talvez porque aí fora coroado sem disputa), concedeu a Bonifácio III o que Gregório de modo algum reivindicava: que Roma fosse a cabeça de todas as igrejas. E assim a controvérsia foi dirimida. Todavia, este benefício do imperador não teria sido tão proveitoso à sé romana, não fora que depois lhe fossem acrescentadas outras *coisas*. Pois a Grécia e toda a Ásia foram pouco depois apartadas de sua comunhão. A Gália de tal modo a reverenciava, que não lhe obedecia se não lhe fosse conveniente. Quando Pepino ocupou o trono, então, antes de tudo, ela foi reduzida à servidão. Ora, como Zacarias, o pontífice romano, ao associar-se a ele em sua perfídia e latrocínio, destronado o legítimo rei, arrebatasse o reino como se *fora algo* abandonado à presa, em recompensa de seu serviço obteve que as igrejas da Franca se submetessem à romana. Da mesma forma como costumam os salteadores, quando dividem o despojo comum, assim estes bons varões dispuseram entre si que de fato a Pepino coubesse o domínio terreno e civil; uma vez espoliado o verdadeiro rei, Zacarias, porém, se fizesse o cabeça de todos os bispos e tivesse o poder espiritual, *poder* que, embora fosse fraco de início, como costuma acontecer em coisas novas, a seguir foi reforçado pela autoridade de Carlos *Magno*, por uma causa quase semelhante, pois também *ele* próprio estava em obrigação para com o pontífice romano, porque havia chegado à honra do Império por esforço deste.

Mas ainda que seja possível que as igrejas estivessem já, em todas as partes, bem debilitadas, por certo que se sabe, não obstante, que então se perdeu definitivamente na França e Alemanha a antiga forma da Igreja. Ainda hoje existe nos arquivos do Parlamento de Paris uma breve história daqueles tempos, que ao tratar dos assuntos eclesiásticos faz menção dos acordos que Pepino e Carlos Magno fizeram com o pontífice romano. Disto se pode deduzir que então se mudou a antiga forma da Igreja.

89. Gregório, *Cartas*, V, 31, 39, 41, 44. Séc. 4, nota 11.

18. O libelo de Bernardo de Clareval (1091–1153) quanto ao deplorável estado da Igreja de seu tempo, sob a luva de ferro papal, sendo a sé romana o foco de toda corrupção

Como as coisas fossem de mal a pior, a tirania da igreja romana foi se robustecendo e crescendo passo a passo; e isto em parte pela ignorância dos bispos, em parte por *sua* negligência. Pois quando um *só bispo* assumiu a si todas *as coisas*, e sem medida avançasse mais e mais a exaltar-se contra o direito e o justo, sem conter sua ambição, os bispos não se opuseram com o zelo que deviam. E ainda que tivessem ânimo para fazê-lo, careciam da verdadeira ciência e sabedoria, de sorte que eram incapazes de enfrentar tal empresa.

E assim vemos de que natureza e quão prodigiosa foi a profanação de todas *as coisas* sagradas em Roma e o desmantelamento de toda a ordem eclesiástica na época de Bernardo. Ele se queixa de que de todo o mundo corriam a Roma: os ambiciosos, os avaros, os simoníacos, os sacrílegos, os concubinados, os incestuosos e todos e quaisquer monstros deste gênero, para que, pela autoridade apostólica, ou obtivessem, ou retivessem honras eclesiásticas; e que a fraude, o logro, a violência reinavam por toda parte. Ele diz que a ordem que reinava no modo de julgar era execrável; e não só era vergonha usá-lo na Igreja, mas até mesmo nos tribunais. Ele clama que a Igreja estava repleta de ambiciosos, que não mais havia quem tremesse em perpetrar escândalos como ladrões em um covil, quando distribuem os despojos dos viajores *assaltados*. "Poucos", diz *ele*, "*atentam* para a boca do legislador; todos atentam para suas mãos. Entretanto, não sem razão, porque todas elas agem em prol dos negócios papais." "Que é *isto*, que de despojos das igrejas são comprados *esses aduladores* que te dizem: 'Muito bem, muito bem?' A vida dos pobres é semeada nas praças dos ricos, reluz a prata no lodo, de toda parte para aí se corre, a apanha não o mais pobre, mas o mais forte; ou, o que talvez mais depressa corre à frente. De ti, contudo, não vem este proceder, ou, antes, esta morte; meu desejo é que tu o faças cessar! E contudo tu, que eras o pastor, estás cercado de muito e precioso ornato. Se eu ousasse dizê-lo, diria que estas são pastagens mais de demônios do que de ovelhas. Evidentemente, assim fazia Pedro, assim se recreava Paulo!" "Tua cúria está mais acostumada a receber bens do que a fazê-los; porque aí os maus não se tornam melhores, mas os bons se tornam piores."

Nenhum fiel pode ler sem se estremecer de horror os abusos que se cometiam nas apelações. Por fim, assim *ele* conclui em referência a essa frenética cupidez da sé romana em usurpar jurisdição: "Enuncio o murmúrio e a queixa comum das igrejas. Elas bradam que estão sendo mutiladas e desmembradas. Não há nenhuma, ou bem poucas, que não lamentem ou temam essa praga. Pergunta-se: que *praga*? Os abades subtraem aos bispos sua jurisdição; os bispos, aos arcebispos etc. Seria maravilhoso se isto pudesse ser escusado! Ao fazê-lo, assim provais que tendes a pleni-

tude do poder, porém não justiça. Fazeis isto porque o podeis; mas a questão é se porventura também o devais. Fostes investidos para conservar a cada um sua honra e grau, não detrair."[90]

Estas poucas, dentre muitas *coisas*, aprouve-me referir *de Bernardo* para que em parte os leitores vejam quão gravemente caíra então a Igreja, também em parte para que reconheçam em quão grande tristeza e aflição ante a calamidade desta ordem mantiram todos os pios.

19. O absolutismo da autoridade papal que se implantou, embalado nas pretensões dilatadas expressas nos decretos de Graciano

Agora, porém, ainda que concedamos hoje ao pontífice romano aquela eminência e amplitude de jurisdição que, nos tempos medievais, como os de Leão e Gregório, teve esta sé, que é isso em comparação ao papado atual? Não estou ainda falando do domínio terreno, nem do poder civil, do qual trataremos a seu tempo, mas do próprio regime espiritual que alardeiam, que semelhança tem ele com a condição daqueles tempos? Ora, não definem o papa de outra sorte senão a suprema cabeça da Igreja na terra e o bispo universal de todo o universo. Os próprios pontífices, porém, quando falam de sua autoridade, com grande vanglória proclamam que em sua mão está o poder de mandar, que aos outros resta a necessidade de obedecer, que assim lhes devem ser tidas todas as ordenanças como se confirmadas pela divina voz de Pedro; que os sínodos provinciais, visto que não têm a presença do papa, carecem de força, que eles podem ordenar clérigos em relação a toda e qualquer igreja, e à sua sé podem convocar aqueles que foram ordenados em outro lugar. Coisas inumeráveis desse gênero se encontram na miscelânea de Graciano, as quais não menciono para que não seja demasiado molesto aos leitores.

A suma disto, contudo, se reduz nisto: só no poder do pontífice romano está o supremo conhecimento de todas as causas eclesiásticas, seja em se arbitrarem e se definirem doutrinas; seja em se sancionarem leis, seja em se estabelecer disciplina, seja em se efetuarem juízos. Além disso, os privilégios que assumem para si nas reservas, como as chamam, não só seria longo demais recenseá-los, como também supérfluo. Mas o que é de todos o mais supinamente intolerável é que não deixam nenhum juízo na terra para coibir e refrear-lhes a cupidez, se abusem de tão desmedido poder. Em razão do primado da igreja romana, dizem *eles*, a ninguém é lícito rever juízo desta sé. Igualmente, nem pelo Imperador, nem pelos reis, nem por todo o clero, nem pelo povo, o Juiz será julgado. Certamente ultrapassa toda medida que um homem só se constitua juiz de todos, e que não queira submeter-se ao juízo de ninguém. Mas, que sucederá se ele se conduz despoticamente para com o povo de

90. Bernardo, *De Consideratione* I, IV, 5; X, 13; IV, 4, 5; IV, IV, 77; III, II, 6-12; III, IV, 14.

Deus? Se converter seu ofício de pastor em latrocínio? Se destruir o reino de Cristo? Se perturbar toda a Igreja? Inclusive, ainda que seja um perverso e maldito, nega que pode ser obrigado a prestar conta. Ora, estas são as palavras dos pontífices: "Deus quis que as causas e pleitos dos demais homens sejam decididas pelos homens; mas o prelado desta sé o reservou, sem exceção alguma, para sua própria jurisdição." Igualmente: "Os feitos de *nossos* súditos são julgados por nós; os nossos, porém, somente por Deus."[91]

20. As pretensões mais desmedidas da sé romana e seu pontífice fraudulentamente calcadas em documentos posteriores falsos, forjados, espúrios

E para que editos deste gênero tivessem mais de peso, publicaram-nos falsamente com os nomes de pontífices antigos, como se as coisas fossem assim instituídas desde o começo, quando de fato é mais certo que seja novo e fabricado recentemente o que quer que seja que atribui mais ao pontífice romano do que lhe referimos haver sido dado pelos concílios antigos. Senão que, além disso, procederam de impudência o fato de publicarem um rescrito sob o nome de Anastácio, patriarca de Constantinopla, no qual atesta haver sido sancionado nos cânones antigos que nada se fizesse, até mesmo nas mais remotas províncias, que não houvesse de ser antes referido à sé romana. Além de ser manifesto que isso é absolutamente falso, a qual dos homens será crível que tal recomendação da sé romana fosse proferida por um adversário e rival da honra e dignidade? Mas, evidentemente se fez necessário que estes anticristos se viram impelidos a isso por demência e por cegueira, para que a todos os homens de mente sã, que simplesmente queiram abrir os olhos, sua impiedade fosse óbvia.

Mas, as Epístolas Decretais acumuladas por Gregório IX, de igual modo, as Clementinas e as Extravagantes de Martinho, ainda mais abertamente e mais expressamente, por toda parte respiram sua desumana fereza e tirania, como que de reis bárbaros. De fato, são estes os oráculos dos quais querem os romanistas que seu papado seja estimado! Daqui nasceram esses preclaros axiomas que hoje, por toda parte, no papismo obtêm a força dos oráculos: que o papa não pode errar; que o papa é superior aos concílios; que o papa é o bispo universal de todas as igrejas e a suprema cabeça da Igreja na terra. Deixo de mencionar despautérios muito mais absurdos, que em suas escolas cronistas estultos proclamam, aos quais, entretanto, para lisonjear seu ídolo, não apenas consentem, como também aplaudem os teólogos romanistas.

91. Calvino toma dos *Decretos* de Graciano estas frases típicas para descrever a autoridade papal. Estas referências se encontram em OS V. 122s. Contudo a fonte donde Graciano extrai esta última afirmação é dos *Decretos Falsificados*. Inumeráveis expressões desse tipo emanaram de Gregório VII e de outros papas do século XIII. – Extraído da versão espanhola, página 901, nota.

21. O ABSOLUTISMO PAPAL FORMALMENTE CONDENADO POR CIPRIANO E GREGÓRIO, O GRANDE

Não tratarei com eles nos termos mais estritos.[92] Qualquer outro poderia opor-se à proposição de Cipriano, de que fez uso diante dos bispos, cujo concílio estava presidindo: "Nenhum de nós se diz bispo dos bispos, ou, com tirânico terror, força os colegas à necessidade de obedecer-lhe"; objetaria o que pouco depois foi decretado em Cartago: "Que não se chamasse alguém príncipe dos sacerdotes ou primeiro bispo"; coligiria das histórias muitos testemunhos, *muitos* cânones dos sínodos, muitas declarações dos livros dos antigos, mercê dos quais o pontífice romano fosse compelido à *devida* posição. Eu, porém, me abstenho de mencionar essas *coisas* para não parecer acossá-los de maneira estrita demais.

Entretanto, que os excelentíssimos patronos da sé romana me respondam: com que fronte ousem defender o título de ***bispo universal***, quando o vêem tantas vezes sendo condenado com anátema por Gregório. Se o testemunho de Gregório tem alguma valia, ele declara que o Anticristo é que fez de seu pontífice o *bispo* universal. Também o título ***cabeça*** foi muitíssimo comum naquele tempo. Ora, assim fala em alguma parte: "Pedro foi o membro primordial no corpo; João, André, Tiago *foram* cabeças de grupos particulares; todos, contudo, são membros da Igreja sob um cabeça *único*. Com efeito, os santos antes da lei, os santos sob a lei, os santos na graça, todos completando o corpo do Senhor, foram constituídos em membros, e nenhum deles nunca quis ser ***universal***."[93]

Quanto à autoridade de mandar que o pontífice reivindica para si, está mui longe de ser compatível com aquilo que Gregório diz em outro lugar. Ora, como Eulógio, bispo de Alexandria, dissesse que foi por ele mandado, responde-lhe assim: "Peço-vos que não me permitas ouvir esta palavra ***mandado***, pois sei quem eu sou e quem sois: em posição, somos irmãos; nos costumes, somos pais. Logo, eu não mandei; ao contrário, *apenas* tentei indicar *aquelas* coisas que me pareceram úteis."[94] Que sua jurisdição se estende sem fim, nisso faz grave e atroz injúria não apenas aos demais bispos, mas também às igrejas, uma a uma, as quais, desse modo, rasga e dilacera para que sua sé edifique sobre suas ruínas. Mas para que eximir a todos os juízos, e de maneira tirânica deseja de tal forma reinar, que tem por lei sua própria vontade, na verdade isso é mais indigno e alheio à ordem eclesiástica do que se possa de qualquer modo sustentar, porque *isto* discrepa inteiramente não só do sentimento de piedade, mas até mesmo *do senso* de humanidade.

92. Primeira edição: "Não agirei com eles com sumo direito."
93. Gregório I, *Cartas*, V, 54.
94. Gregório I, *Cartas*, VIII, 29.

22. A corrupção da sé romana nos dias de Calvino era ainda maior que a denunciada por Gregório, o Grande (540?–604) e Bernardo de Clareval (1091–1153)

Mas para que não me veja obrigado a perseguir e examinar cada *caso* particular, de novo apelo para estes que hoje querem ser tidos não só *como* melhores, mas também os mais fiéis patronos da sé romana, se porventura não se envergonham de defender o presente estado do papado, que é evidente ser cem vezes mais corrupto do que o foi nos séculos de Gregório e Bernardo, o qual, no entanto, então desagradava tão deploravelmente àqueles santos varões.

Queixa-se Gregório, a cada passo, de ser além da medida distraído por ocupações alheias, de sob o apanágio do episcopado ter sido reconduzido à vida secular, onde se sujeitasse a tantos cuidados terrenos, aos quais não se lembraria de jamais haver se dedicado na vida leiga; de ser premido pelo tumulto dos negócios seculares a tal ponto que de modo algum sua mente se elevava às *coisas* eternas; de ser sacudido por muitas ondas de causas e afligido pelas tempestades de uma vida tumultuosa, de modo que diz, com razão: "Penetrei na profundeza do mar." É verdade que entre essas ocupações terrenas ele podia, no entanto, ensinar a *seu* povo mediante sermões, admoestar e corrigir em particular *àqueles* a quem *isto* se impunha, manter em ordem *sua* igreja, dar conselhos aos colegas e exortá-los ao dever. Além destas *coisas*, restava-lhe algum tempo para escrever, e contudo deplora sua calamidade, de que se submergiu em um mar mui profundo. Se a administração daquele tempo foi um mar, que se haverá de dizer do papado atual? Ora, que semelhança têm entre si? Aqui, nenhum sermão, nenhuma preocupação de disciplina, nenhuma dilegência para com as igrejas, nenhuma função espiritual, afinal nada, senão o mundo. Este labirinto, no entanto, é louvado exatamente como se nada mais se possa achar ordenado e disposto!

Bernardo, porém, se derrama em queixas, emite lamentações, enquanto contempla os vícios de sua época! Ora, e se *ele* contemplasse este nosso século de ferro, e algo ainda pior que o ferro? Que perversidade é esta, não só em defender pertinazmente como sacrossanto e divino o que, à uma voz, todos os santos sempre desaprovaram, mas depois o papado também abusou de seu testemunho em sua defesa, o qual é patente que lhes era inteiramente desconhecido? Se bem que em relação ao tempo de Bernardo confesso que então a corrupção de todas as coisas foi tão grande, que não parecia muito diferente do nosso. Carecem de todo pejo, porém, *aqueles* que, desse período intermédio, isto é, de Leão e de Gregório, e de outros afins, buscam algum pretexto, pois fazem exatamente como se, para corroborar a monarquia dos Césares, alguém louvasse o estado antigo do império romano, isto é, tomasse de empréstimo os louvores da liberdade para engalanar a tirania.

23. A DESPEITO DAS MEGALOMANÍACAS PRETENSÕES ROMANISTAS, EM ÚLTIMA ANÁLISE, NEM A SÉ ROMANA É VERDADEIRA IGREJA, NEM O PAPA É VERDADEIRO BISPO

Finalmente, ainda que fossem admitidas todas estas *coisas*, contudo uma vez mais surge novo conflito com ele, quando negamos haver em Roma uma igreja na qual possam residir benefícios dessa natureza; quando negamos haver *aí* um bispo que sustenha esses privilégios de dignidade. Poranto, quanto à questão se todas essas *coisas* são verdadeiras, já provamos ser falso que Pedro foi constituído pela palavra de Cristo cabeça de toda a Igreja; que ele deixou à sé romana a honra e dignidade que lhe foram concedidas; que isso mesmo foi sancionado pela autoridade da Igreja antiga e confirmado por longo uso; que o supremo poder, de um consenso *único*, foi sempre deferido por todos ao pontífice romano; que ele é juiz de todas as controvérsias e de todos os homens, sem que possa ser por nenhum deles julgado, e tudo quanto lhes parecer. A tudo isso respondo com uma palavra: nada dessas coisas vale alguma coisa, a menos que em Roma haja uma igreja e um bispo. Necessariamente hão de me conceder isto: não pode ser mãe das igrejas aquilo que não é igreja; e não pode ser príncipe dos bispos aquele que não é bispo.

Portanto, querem que em Roma esteja a sé apostólica? Dêem-me um verdadeiro e legítimo apostolado. Querem que aí esteja um sumo pontífice? Dêem-me um bispo. E então? Onde nos mostrarão qualquer aparência de igreja? De fato a chamam assim, e a têm reiteradamente na boca. Incontestavelmente, a Igreja é reconhecida por suas marcas seguras, e o episcopado é designativo de ofício. Não estou aqui falando a respeito do povo, mas do regime em si, que deve luzir perpetuamente na Igreja. Onde está aí o ministério tal como o requer a instituição de Cristo? Lembremo-nos do que foi dito anteriormente acerca do ofício dos presbíteros e do bispo. Se conformarmos o ofício dos cardeais a essa regra, então descobriremos que eles nada menos são que presbíteros. Também, gostaria de saber que tem seu pontífice que o faça reconhecível como bispo. O primeiro item no ofício do bispo é ensinar a massa com a Palavra de Deus; o segundo e imediato a este é administrar os sacramentos; o terceiro é avisar e exortar, bem como corrigir os que pecam e manter o povo na santa disciplina. Qual dessas funções *o papa* cumpre? Aliás, qual delas ele *sequer* finge fazer? Digam, pois, em virtude do quê querem que seja tido por bispo aquele que nem com o dedo mínimo toca um mínimo sequer de seu ofício nem demonstra fazê-lo.

24. A SÉ ROMANA, EM SUA AVASSALADORA APOSTASIA, FEZ-SE O REDUTO DA NEGAÇÃO DO EVANGELHO, DE SORTE QUE SEU PONTÍFICE, O PAPA, LONGE ESTÁ DE SER BISPO DE CRISTO

A relação entre um bispo e um rei não é a mesma; pois este, ainda que não

execute o que é próprio de rei, não obstante retém a honra e o título. Mas, na decisão acerca de um bispo, é preciso levar em conta o mandado de Cristo, que deve sempre vigorar na Igreja. Portanto, que os romanistas me resolvam esta dificuldade. Nego que seu pontífice seja príncipe dos bispos, quando ele não é bispo. Antes de tudo é necessário que me provem ser falso este segundo ponto, se quererem vencer no primeiro. Ora, não é verdade que seu pontífice, não só nada tem que se pareça com um bispo, mas inclusive é contrário?[95] E quanto a isto, por onde comecarei? Porventura da doutrina, ou dos costumes? Que falarei ou que calarei? Onde terminarei? Direi isto: que se o mundo atualmente está saturado de tantas doutrinas perversas e ímpias, saturado de tantos gêneros de superstições, cegado por tantos erros, submerso em tão grande idolatria, nada disto há no mundo que não haja fluído dali, ou pelo menos ali haja encontrado sua confirmação.

E a razão por que os pontífices ataquem com tanta fúria a doutrina do evangelho que renasce, e se sirvam de todas as forças para oprimi-la, e incitem aos reis e príncipes a persegui-la, não é outra senão porque percebem que todo o seu reino se desmorona, quando o evangelho de Cristo for prevalecido. Leão foi cruel; Clemente foi sanguinário; Paulo é truculento. Mas sua natureza não os levou a oprimir a verdade, senão que esta era a única maneira de manter seu poder. Portanto, visto que não podem estar seguros se Cristo não for posto fora de ação, não laboram nesta causa de outro modo se não tivessem que lutar pelos altares e lareiras, e por suas próprias cabeças. E então? Porventura a sé apostólica se encontra onde nada vemos senão horrenda apostasia? Será vigário de Cristo quem, perseguindo o evangelho com furiosas arremetidas, se professa abertamente ser o Anticristo? Será sucessor de Pedro quem, a demolir tudo quanto Pedro edificou, investe com ferro e fogo? Será cabeça da Igreja aquele que a esmiúça e despedaça, desmembrando-a da única e verdadeira Cabeça, Cristo? Admitamos que Roma outrora fora a mãe de todas as igrejas. Mas desde que começou a ser a sede do Anticristo deixou de ser o que fora antes.

25. O papado, usurpação da soberania divina, tirania das almas, corrupção da doutrina, reino da iniqüidade, expressão inegável do Anticristo

A alguns parecemos demasiadamente maledicentes e insultuosos quando chamamos Anticristo ao pontífice romano. *Aqueles*, porém, que sentem isto não se dão conta de que estão a censurar a Paulo de descomedimento *de linguagem*, porque falamos de acordo com o que ele falou. E para que alguém não objete, dizendo que

95. Primeira edição: “Quê [dizer-se, porém,] que [o papa] não somente nada tem próprio de um bispo, mas até mesmo todas [as cousas lhe tem] antes contrárias?”

torcemos indevidamente as palavras de Paulo em relação ao pontífice romano, as quais dizem respeito a outrem, mostrarei em termos breves que não podem ser entendidas de outra forma senão a respeito do papado. Paulo escreve que o Anticristo haverá de assentar-se no templo de Deus [2Ts 2.4]. Em outro lugar, descrevendo-lhe também a imagem na pessoa de Antíoco, o Espírito mostra que seu reino haverá de estar situado em magniloqüência e blasfêmias contra Deus [Dn 7.25; Ap 13.8]. Daqui concluímos ser uma tirania sobre as almas mais do que sobre os corpos, que se exalte contra o reino espiritual de Cristo. Em segundo lugar, tal *tirania* não consiste em que se suprima o nome de Cristo e da Igreja, antes, ao contrário, que abuse do pretexto de Cristo e sob o título de Igreja, como se escondesse sob uma máscara.

Mas, se bem que todas as heresias e facções que existiram desde o início pertençam ao reino do Anticristo, no entanto, como Paulo prediz haver de vir uma apostasia [2Ts 2.3], com esta descrição significa que aquele assento da abominação haverá então de erigir-se quando uma como que apostasia universal tiver ocupado a Igreja, ainda que muitos membros da Igreja, esparsamente, perseverem na verdadeira unidade da fé. Quando, porém, adiciona que em seu tempo *o Anticristo* já havia começado a edificar o mistério da iniqüidade [2Ts 2.7], que depois haveria de fazer abertamente, disso entendemos que esta calamidade não haveria de ter sido introduzida por um só homem, nem num *único* homem se haveria de encerrar. Com efeito, quando *Paulo* assinala com esta marca o Anticristo: que arrebatará de Deus sua honra a fim de assumi-la para si [2Ts. 2.4], este é o principal indício que devemos seguir em busca do Anticristo, especialmente quando orgulho desta natureza procede até ao desmantelamento público da Igreja. Como, porém, esteja patente que o pontífice romano transferiu impudentemente para si o que era próprio exclusivamente de Deus e especialmente de Cristo, não há como duvidar-se de que *ele* seja chefe e vanguardeiro de um reino ímpio e abominável.

26. O papado, em sua esdrúxula estrutura, em absoluto e inconciliável antagonismo à verdadeira ordem eclesiástica

Que os romanistas, pois, venham agora evocando a antigüidade! Como se em tão grande transformação de todas as coisas a honra da sé possa estar onde não existe sé alguma. Eusébio narra que, para que desse lugar a sua vingança, Deus transfere a Igreja que residia em Jerusalém para Pela. O que ouvimos ter-se feito uma vez, pôde fazer-se mais vezes. Portanto, ligar assim a um lugar a honra do primado que *aquele* que deveras é o mais mortal inimigo de Cristo, o supremo adversário do evangelho, o máximo devastador e exterminador da Igreja, o mais cruel assassino e algoz de todos os santos, seja, não obstante, considerado vigário de Cristo, sucessor de Pedro, primeiro antístite da Igreja, só porque ocupa a sé que foi outrora a primeira de todas, isto é realmente um mero ridículo e absurdo.

Calo-me quanto haja se diferença entre a chancelaria do papa e a bem regulamentada ordem da Igreja, se bem que só isso pode muito bem desfazer toda dúvida quanto a esta questão. Ora, ninguém de mente equilibrada encerrará o episcopado em chumbo e bulas, muito menos nesse magistério de todas as fraudes e dolos, coisas pelas quais se percebe o regime espiritual do papa. Portanto, foi dito por alguém, com muita propriedade, que aquela igreja romana que é gabada foi há muito convertida em uma corte que só agora se contempla em Roma. Tampouco estou aqui acusando os vícios dos homens; antes, estou mostrando que o próprio papado se contrapõe diametralmente à ordem eclesiástica.

27. A BLASFEMA DEPRAVAÇÃO DOUTRINÁRIA DOS PAPAS, CÉTICOS E INCRÉDULOS, A DESPEITO DE SUA PROCLAMAÇÃO DE QUE NÃO SÃO PASSÍVEIS DE ERRO

Mas se passarmos para as pessoas, sabemos sobejamente que gênero de vigários de Cristo vamos encontrar. Com efeito, Júlio, Leão, Clemente e Paulo serão colunas da fé cristã e os primeiros intérpretes da religião, os quais outra *coisa* não sustentaram acerca de Cristo, senão o que haviam aprendido na escola de Luciano. Mas, por que enumero três ou quatro pontífices? Como se, de fato, houvesse dúvida sobre que espécie de religião professaram já desde muito, e professam ainda hoje, os pontífices com todo o colégio de cardeais!

Ora, o primeiro artigo dessa arcana teologia que reina entre eles é que não existe nenhum Deus; o segundo é que todas *as coisas* que de Cristo foram escritas e são ensinadas são mentiras e imposturas; terceiro, que a doutrina da vida futura e da ressurreição final são meras fábulas. Reconheço que nem todos sentem assim e poucos assim falam. Entretanto, desde muito que esta começou a ser a religião ordinária dos pontífices. Embora isto seja muitíssimo notório a todos que conhecem a sé romana, os teólogos romanistas não cessam de blasonar que, por privilégio de Cristo, tomou-se cuidado para que o papa não possa errar, porquanto foi dito a Pedro: "Orei por ti, para que tua fé não desfaleça" [Lc 22.32]. Pergunto, que benefício alcançam com motejarem tão impudentemente, senão que todo o mundo perceba que eles chegaram a extremo tal de impiedade, que nem temem a Deus, nem respeitam aos homens?

28. O PAPA JOÃO XXII INCORREU EM MANIFESTA E DECLARADA HERESIA

Mas, suponhamos que a impiedade desses pontífices que mencionei esteja oculta, uma vez que não a fizeram pública nem por meio de discurso, nem por meio de escritos, mas a tenham feito manifesta somente à mesa, e no quarto de dormir, ou, ao menos, entre as paredes. Com efeito, se querem que seja raro o privilégio que pre-

textam, então que eliminem a João XXII do número dos pontífices, que afirmou publicamente que as almas são mortais e morrem juntamente com os corpos até o dia da ressurreição. E para que se veja que toda a sé romana, juntamente com seus principais pilares, então havia de todo sucumbido, nenhum dos cardeais se opôs a esta insânia tão imensa, mas a Escola de Paris impeliu o rei da França a que forçasse o homem à retratação. O rei interditou sua comunhão a seus *súditos*, a menos que *ele* espontaneamente se arrependesse, e isto, segundo o costume, fez público mediante arauto. Compelido por esta necessidade, ele renunciou o erro.

Este exemplo me poupa da necessidade de disputar mais amplamente com os adversários acerca disso, os quais afirmam que seus pontífices e a sé romana não podem errar em *matéria de* fé, porque foi dito a Pedro: “Orei por ti, para que tua fé não desfaleça” [Lc 22.32]. Por certo que aquele que caiu da fé genuína em tão vergonhoso gênero de queda, serve de excelente prova aos cristãos futuros de que Pedros não são todos os que sucedem a Pedro ao episcopado. Se bem que isto seja também demasiadamente pueril para que tenha necessidade de resposta. Ora, os sucessores de Pedro querem atribuir-lhe tudo quanto lhe foi dito, então se seguirá que de Satanás são todos eles, uma vez que também isto o Senhor disse a Pedro: “Arreda, Satanás, porque me és uma pedra de tropeço” [Mt 16.23]. Porque, assim como eles reivindicam a passagem precedente, podemos também responder-lhes com esta.

29. A dedução absurda de que é vigário de Cristo quem ocupa a sé romana, a qual é destruída à vista da chocante depravação moral da corte pontifícia

Mas não tenho prazer neste modo absurdo de disputa, e por isso volto ao ponto do qual me desviei. Afirmo que ligar Cristo, o Espírito Santo e a Igreja, a um determinado lugar, que quem quer que aí presida, ainda que seja um diabo, contudo é reputado vigário de Cristo e cabeça da Igreja, só porque aí fora outrora a sé de Pedro, digo que isso é não só ímpio e insultuoso a Cristo, mas também simplesmente absurdo e estranho ao senso comum. Há muito que os pontífices romanos ou carecem absolutamente de toda religião ou são os maiores inimigos da religião. Não são, pois, vigários de Cristo em virtude da cadeira que ocupam, não mais que um ídolo pode ser considerado Deus só porque esteja em seu templo [2Ts 2.4].

Ora, se lhes apresentamos ponderação quanto aos costumes, os próprios pontífices respondem dizendo que simplesmente há neles o que é suficiente para torná-los bispos. Antes de mais nada, eles não só fazem vista grossa sobre o modo como se vive em Roma, mas, mantendo-se calados, o aprovam, pois certamente tudo isso é absolutamente indigno de bispos, cujo ofício é coibir o desbragamento da população mediante severidade de disciplina. Mas não quero levar minha severidade ao

ponto de fazê-los responsáveis pelos pecados que outros cometem. Mas que eles pessoalmente, com sua casa, com quase todo o colégio de cardeais, com toda a congregação de seu clero, a toda depravação, impudicícia e sordidez, a todo gênero de crimes e abominações se prostituíram em tal grau, que mais parecem monstros que seres humanos; nisso obviamente manifestam que nada menos são eles que bispos! Mas não devem arrecear-se de que lhes ponha a descoberto mais extensivamente a torpeza, pois certamente me é repulsivo tratar de coisas tão repelentes e hediondas, mas também é compulsório poupar os ouvidos pudicos. Quanto está em mim, tudo indica que já demonstrei mais que suficientemente o que desejava: ainda que Roma houvesse sido outrora cabeça das igrejas, contudo hoje ela não merece que seja contada entre os dedos mínimos dos pés.

30. A obscura hierarquia romanista, ainda mais absurda com a injunção da ordem cardinalícia, causa estranheza a Gregório, o Grande, como algo totalmente diverso do governo da Igreja primitiva

No que diz respeito aos cardeais, como os chamam, não sei como sucedeu que viessem a elevar-se tão rapidamente a tão grande distinção. No tempo de Gregório, este título só competia aos bispos. Ora, sempre que *ele* faz menção de cardeais, os atribui não só à igreja romana, mas também a outras quaisquer que sejam, de sorte que, em suma, o ***sacerdote cardeal*** outra *coisa* não é senão o mesmo bispo. Não encontro este título em escritores de época anterior. No entanto percebo que foram então inferiores aos bispos, aos quais agora excedem muitíssimo. Bem conhecida é esta *sentença* de Agostinho: "Se bem que, segundo os designativos das honrarias que o uso da Igreja já consagrou, seja o episcopado maior que o presbiterato, entretanto em muitas coisas Agostinho é menor que Jerônimo."[96] Evidentemente, aqui de forma alguma ele está distinguindo dos outros um presbítero da igreja romana, mas a todos, igualmente, subordina aos bispos. E isto se observou tanto que, como no concílio de Cartago houvesse dois legados da sé romana, um bispo e o outro presbítero, este se sentou em um lugar inferior.[97]

Mas para não sairmos em busca de *coisas* demasiadamente antigas, em Roma se celebrou um concílio nos dias de Gregório, no qual os presbíteros tomam assento em último lugar e votam em separado; enquanto os diáconos não têm o direito de votar. E de fato não tinham então nenhuma função, senão que estivessem presentes para dar assistência ao bispo na ministração da doutrina e dos sacramentos. Agora, de tal forma sua sorte foi mudada, que se fizeram parentes de reis e imperadores.

---

96. *Cartas*, LXXXII.

97. Primeira edição: "E isto até esse ponto foi observado, que no Concílio de Cartago, como estivessem presentes dois delegados da Sé Romana, um bispo, o segundo presbítero, este haja sido relegado ao último lugar."

Não há a menor sombra de dúvida que foram crescendo pouco a pouco, juntamente com seu líder, até que se viram elevados a este fastígio de dignidade.

Com efeito, aprouve-me abordar também isto em poucas palavras, como que de passagem, para que os leitores melhor compreendessem que a sé romana, como é hoje, difere muitíssimo daquela sé antiga, de cujo pretexto esta se protege e defende. Mas sejam o que fossem outrora, quando nada têm de verdadeira e legítima função na Igreja, apenas retêm a aparência e a máscara vazia; mais ainda, que tudo quanto têm é totalmente contrário aos verdadeiros presbíteros, por força tem que havê-los sucedido o que tantas vezes escreve Gregório: "Chorando", diz *ele*, "afirmo, gemendo denuncio: quando a ordem presbiteral decai interiormente, não poderá permanecer exteriormente."[98] Senão que, antes, se faz necessário cumprir-se neles o que dos tais escreve Malaquias: "Vós vos desviastes do caminho, e fizestes a muitos tropeçarem na lei. Assim sendo, fizestes nulo o pacto de Levi, diz o Senhor. Em razão disso, eis que eu voz fiz desprezíveis e vis a todo o povo" [Ml 2.8, 9]. Deixo agora a todos os pios cogitar de que natureza é o supremo fastígio da hierarquia romana, à qual, em nefária impudência, os papistas não hesitam em sujeitar também a própria Palavra de Deus, que deve ser tida como sacrossanta e digna de veneração para o céu e a terra, para os homens e os anjos.

98. *Cartas*, LIII.

CAPÍTULO VIII

DO PODER DA IGREJA NO QUE DIZ RESPEITO AOS DOGMAS DA FÉ E COM QUÃO DESENFREADA LICENÇA TEM SIDO ARRASTADA NO PAPADO A VICIAR TODA A PUREZA DA DOUTRINA

1. A Igreja deve ter em mira a edificação dos fiéis, formulando e expondo a doutrina e eleborando as leis de seu governo em estrita conformidade com Cristo

Segue-se então o terceiro ponto, no tocante ao poder da Igreja, o qual se vê, em parte, nos bispos individualmente, em parte, nos concílios, e estes são provinciais ou gerais. Estou falando só do poder espiritual, o qual é próprio da Igreja. Esse *poder*, porém, consiste em doutrina, ou em jurisdição, ou em formulação de leis. O ponto quanto à doutrina tem duas partes: a autoridade de estabelecer dogmas e sua explicação.

Antes que comecemos a tratar de cada um *desses pontos* em particular, queremos avisar os leitores pios de que tudo quanto se ensina sobre o poder da Igreja, lembrem-se de que se deve referir àquele fim a que, segundo o atesta Paulo, foi dado, isto é, para edificação, e não para destruição [2Co 10.8; 13.10], do qual os que usam legitimamente nada mais pensam ser senão ministros de Cristo, e ao mesmo tempo ministros do povo em Cristo [1Co 4.1]. Com efeito, a maneira singular de edificar-se a Igreja é que os próprios ministros se empenhem em conservar a Cristo sua autoridade, a qual não pode de outra sorte manter-se incólume a não ser que a ele seja deixado o que recebeu do Pai, a saber, que seja o único Mestre da Igreja. Ora, de ninguém mais, senão dele só, foi escrito: “Ouvi-o” [Mt 17.5; Mc 9.7; Lc 9.35].

Portanto, a autoridade da Igreja não deve compor-se maliciosamente, mas deve-se, no entanto, enquadrar dentro de limites definidos, para que não seja arrastada para cá e para lá, segundo o arbítrio dos homens. Para isso será mui útil observar como é descrito pelos profetas e apóstolos. Pois se simplismente concedemos aos homens o poder que lhes pareça bem assumir, já se sabe quão fácil será cair na tirania; o que deve estar bem longe da Igreja de Cristo.

2. A autoridade eclesiástica reside no ofício como tal, não nos que o exercem, sendo, como é, polarizada no ministério da Palavra divina, como se vê em Moisés e nos sacerdotes levíticos

Portanto, impõe-se aqui ter em mente que tudo quanto de autoridade e dignidade na Escritura o Espírito defere, seja aos sacerdotes, seja aos profetas, seja aos apóstolos, seja aos sucessores dos apóstolos, tudo isto é dado não propriamente aos homens em si, porém ao ministério à frente do qual foram postos; ou, para que falemos com mais simplicidade, à Palavra, cujo ministério lhes foi confiado. Porque, se acompanharmos a todos em ordem, não acharemos que foram dotados de qualquer autoridade de ensinar ou responder, a não ser no Nome e pela Palavra do Senhor. Ora, onde são chamados para o ofício, ao mesmo tempo se lhes ordena que algo não tragam de si próprios, antes falem pela boca do Senhor. Nem ele mesmo os põe diante do público, para que sejam ouvidos pelo povo, antes que *lhes* haja preceituado o que devam falar, para que nada falem senão sua Palavra.

O próprio Moisés, príncipe de todos os profetas, devia ser ouvido acima dos outros, mas é antes instruído por suas injunções para que não anuncie absolutamente nada senão da parte do Senhor. Assim sendo, o povo, tendo abraçado seu ensino, se diz haver crido em Deus e em seu servo Moisés [Ex 14.31]. Também a autoridade dos sacerdotes, para que não houvesse de ser em desprezo, foi sancionada com penas as mais graves [Dt 17.9-13]. Entretanto, ao mesmo tempo o Senhor mostra sob que condição deviam *eles* de ser ouvidos, quando diz haver estabelecido seu pacto com Levi, para que a lei da verdade lhe estivesse na boca [Ml] 2.4-6]. E adiciona pouco depois: “Os lábios do sacerdote guardarão o conhecimento e a lei buscarão de sua boca, visto ser ele mensageiro do Senhor dos Exércitos” [Ml 2.7]. Portanto, caso o sacerdote queira ser ouvido, ponha-se à frente como mensageiro de Deus, isto é, mencione fielmente as injunções que recebeu de seu Autor. E onde se trata de serem *elas* ouvidas, isto se põe expressamete: Que respondam segundo a lei de Deus [Dt 17.10, 11].

3. Também aos profetas a autoridade didático-doutrinária se polariza na Palavra divina

De que natureza foi a autoridade dos profetas, em geral, magistralmente se descreve em Ezequiel: “Filho do Homem”, diz o Senhor, “dei-te por atalaia à casa de Israel: portanto ouvirás de minha boca a palavra e lhes anunciarás de minha parte” [Ez 3.17]. Aquele a quem se ordena ouvir da boca do Senhor, porventura não é proibido inventar algo de si? O que de fato significa anunciar da parte do Senhor, senão que ousou falar de tal modo que se gloria com toda confiança que não anunciou sua palavra, senão a própria palavra do Senhor? Outro tanto, em outras pala-

vras, lemos em Jeremias: “O profeta”, dis *ele*, “em quem há um sonho, narre o sonho; e quem tem minha palavra, fale minha palavra, verdadeiamente” [Jr 23.28].

Certamente, a todos lhes impõe uma lei. No entanto, é uma lei da seguinte natureza: ela não permite que alguém ensine mais do que lhe foi ordenado. E a seguir chama ***palha*** a tudo quanto não provém unicamente dele [Jr 23.28]. Conseqüentemente, ninguém dentre os próprios profetas abriu a boca senão quando a Palavra do Senhor o antecede. Daí tantas vezes neles ocorrem estas *expressões*: a palavra do Senhor, o peso do Senhor, assim diz o Senhor, a boca do Senhor o disse. E com razão, pois Isaías exclama que seus lábios eram impuros [Is 6.5]; Jeremias confessava não saber falar, porque se sentia um menino [Jr 1.6]. Que podia proceder da *boca* imunda daquele, e dos lábios infantis deste, senão o que é imundo e frívolo, se eles falassem sua *própria* palavra? No entanto, seus lábios ficaram puros e santos quando começaram a ser instrumentos do Espírito Santo. Quando os profetas foram cingidos desta reverência, que nada ensinassem senão o que receberam, então são adornados de insigne poder e exímios títulos. Pois quando o Senhor testifica “havê-los designados sobre nações e reinos, para que os arrancassem e extirpassem, arruinassem e destruíssem, edificassem e plantassem” [Jr 1.10], anexa imediatamente a causa, *a saber*, que em sua boca ele pôs suas palavras [Jr 1.9].

4. Também aos apóstolos a autoridade didático-doutrinária se polariza na Palavra divina

Se passarmos agora aos apóstolos, é verdade que são enaltecidos por muitos e insignes títulos: são “a luz do mundo” e “o sal da terra” [Mt 5.13, 14]; devem ser ouvidos no lugar de Cristo [Lc 10.16]; tudo quanto atassem ou desatassem na terra seria atado ou desatado no céu[99] [Mt16.19; 18.18; Jo 20.23]. Mas seu próprio título apóstolos, isto é, enviados, põem à mostra quanto lhes foi permitido em seu ofício, isto é, se são Apósolos, não falem qualquer coisa que lhes fossse do agrado; antes, levem fielmente a bom termo as ordens daquele por quem foram enviados. E são bastante claras as palavras de Cristo com as quais lhes delimitou a missão, quando lhes ordenou que fossem e ensinassem a todas as nações tudo quanto preceituara [Mt 28.19, 20]. Senão que também *ele* próprio recebeu esta lei e a si se impôs, para que não fosse permitido a alguém rejeitá-la. “Minha doutrina”, diz *ele*, “não é minha, mas do Pai que me enviou” [Jo 7.16]. Esse que sempre foi o único e eterno conselheiro Pai, que foi pelo Pai constituído Senhor e Mestre de tudo, visto que desempenha o ministério docente, por seu exemplo prescreve a todos os ministros a regra que devem seguir na ministração do ensino. Portanto, o poder da Igreja não é infinito; antes, está sujeito à Palavra do Senhor e como que nela circunscrito.

99. Primeira edição: “que todas e quantas [cousas] na terra hajam de ter ligado ou hajam de ter desligado, ligadas haverão de ser ou desligadas no céu.”

5. O POVO DE DEUS, E PORTANTO A IGREJA, SEMPRE ESTEVE SOB A REVELAÇÃO DIVINA, QUE É MÚLTIPLA E VARIADA, À QUAL IMPORTA CONFORMAR-SE SEMPRE

Com efeito, se bem que desde o início prevaleceu na Igreja, e deve prevalecer hoje, que os servos de Deus nada ensinem senão o que aprenderam dele próprio; entretanto, em decorrência da variedade dos tempos, tiveram maneiras diversas de aprender. Mas essa *ordem* que agora existe difere muito das precedentes. Para começar, se é verdadeiro o que Cristo diz, que ninguém jamais viu ao Pai, a não ser o Filho e *aquele* a quem o Filho quiser revelar [Mt 11.27; Lc 10.22], realmente impôs-se que sempre fossem dirigidos por essa eterna Sabedoria os que quisessem chegar ao conhecimento de Deus. Porque, como poderiam compreender com seu entendimento humano os mistérios de Deus, ou comunicá-los a outros, senão lhos ensinando aquele que é o único que conhece todos os segredos e mistérios do Pai?[100] Portanto, os homens santos que o contemplaram no Filho não conheceram a Deus de outra maneira senão contemplando-o como num espelho [2Co 3.18]. Quando digo tal coisa, entendo que Deus jamais se manisfestou aos homens de outra forma senão pelo Filho, isto é, sua única Sabedoria, Luz e Verdade. Desta fonte sorveram Adão, Noé, Abraão, Isaque, Jacó, entre outros, tudo quanto tiveram da celeste doutrina. Da mesma *fonte* receberam os profetas todos os oráculos que pronunciaram.[101]

Esta Sabedoria, no entanto, não se manifestou sempre de um só modo. Para com os patriarcas, *Deus* usou de revelações secretas; mas, ao mesmo tempo, para que fossem confirmadas, adicionou sinais tais que não puderam duvidar de que era Deus quem lhes falava. Os patriarcas transmitiram de mão em mão aos sucessores o que haviam recebido; pois Deus se lhes comunicara com a condição de que o transmitissem a sua posteridade; e esta, por sua vez, por inspiração de Deus, sabia indubitavelmente que o que ouviam procedia do céu e não da terra.

6. JÁ NA ANTIGA DISPENSAÇÃO DEUS FEZ REGISTRAR POR ESCRITO SUA REVELAÇÃO, PRIMARIAMENTE NA LEI, ADICIONALMENTE NOS PROFETAS, NOS SALMOS E NOS LIVROS HISTÓRICOS, FORMANDO ASSIM A ESCRITURA, A PALAVRA DE DEUS, NORMA E REGRA ÚNICA E BÁSICA DA DOUTRINA E DA FÉ

Quando, porém, pareceu *bem* a Deus suscitar mais clara forma à Igreja, quis que fosse confiada à escrita, e *assim* selar sua Palavra, para que os sacerdotes daí bus-

---

100. Primeira edição: "Ora, como ou houvessem de os mistérios de Deus ter com o entendimento compreendido, ou [os] houvessem de ter falado, a não ser ensinando[-o] Esse a Quem Só estão patentes os segredos do Pai?"

101. Primeira edição: "Da mesma [fonte] hauriram todos os Profetas, também eles, tudo igualmente quanto de oráculos celestes hão proclamado."

cassem o que ensinar ao povo e para que a essa regra se conformasse todo o ensino que se transmitisse. E assim, após a promulgação da lei, quando se ordena aos sacerdotes que ensinassem "pela boca do Senhor" [Ml 2.7], o sentido é que não ensinassem algo estranho ou alheio a esse gênero de ensino que Deus havia compreendido na Lei. Com efeito, lhes foi vedado acrescentá-la e diminuí-la. Seguiram-se, então, os Profetas, por intermédio dos quais Deus, de fato, publicou novos oráculos que fossem adicionados à Lei; contudo, não a tal ponto eram novos que não emanessem da Lei e a ela não contemplassem. Ora, quanto à doutrina, *eles* foram apenas intérpretes da Lei, nem algo lhe adicionaram, senão vaticínios acerca das coisas futuras. Excetuados esses *vaticínios*, outra *coisa* não fizeram vir a lume senão pura exposição da Lei. Mas, visto que ao Senhor aprouve manifestar doutrina mais clara e mais ampla, para que melhor satisfazesse às consciências fracas, também preceituou que as profecias fossem confiadas a escritos e fossem tidas *como* parte de sua Palavra. A estas acrescentaram-se, ao mesmo tempo, as Histórias, que também *elas* próprias são lucubrações dos profetas, porém compostas ditando-as o Espírito Santo. Incluo os Salmos no número das profecias, porquanto o que atribuímos àqueles é comum a estas.

Portanto, todo esse corpo condensado de Lei, Profetas, Salmos e Histórias foi a Palavra do Senhor para o povo antigo, a cuja regra, até o advento de Cristo, os sacerdotes e mestres deveriam conformar sua doutrina; tampouco lhes foi lícito volver-se ou para a direta, ou para a esquerda [Dt 5.32], porque todo o ofício lhes fora encerrado nestes limites: que ao povo respondessem da boca de Deus. Isto é extraído de uma notável passagem de Malaquias [4.4], onde ordena que se lembrassem da lei e a ela dessem atenção até que se venha à pregação do evangelho. Ora, assim os afasta de todas as doutrinas adventícias, tampouco permite que se desviem sequer um mínimo do caminho que Moisés fielmente lhes mostrara. E esta é a razão por que Davi tão magnificamente prega a excelência da lei e tantos encômios lhes evoca [Sl 19.7-11; 119.89-112]: que os judeus naturalmente não anelassem por qualquer coisa que fosse estranha, quando toda a perfeição estava ali contida.

7. Em Cristo, a Sabedoria de Deus encarnada, a plenitude da divina revelação, da qual é ele o Mestre supremo, cujo ensino é a autoridade máxima e final

Mas quando afinal a Sabedoria de Deus se manifestou em carne, tudo quanto do Pai celestial pode ser compreendido e deve ser cogitado pela mente humana, ela nos declarou plenamente. Por isso agora, desde que Cristo, o Sol da Justiça, luziu, temos o perfeito fulgor da verdade divina, como costuma ser a claridade ao meio-dia, quando antes a luz era fosca. Ora, de fato o Apóstolo não quis proclamar algo vulgar quando escreveu "haver Deus outrora falado aos pais, em muitas ocasiões e de mui-

tos modos, pelos profetas; mas que nestes últimos dias começou a falar-nos pelo Filho dileto" [Hb 1.1, 2]; pois ele quer dizer, mais ainda, declara abertamente que doravante Deus não falará como fez até agora, intermitentemente, pelos lábios de uns e de outros, nem acrescentará profecias a profecias, ou revelações a revelações, mas que no Filho consumou de tal modo todas as partes do ensino, que este será tido *como* o derradeiro e eterno testemunho de sua parte. Razão pela qual todo esse período do novo testemunho, desde que Cristo nos apareceu com a pregação de seu evangelho, até o dia do juízo, é designado por a ***última hora*** [1Jo 2.18], os ***últimos tempos*** [1Tm 4.1; 1Pe 1.20], os ***últimos dias*** [At 2.17; 2Tm 3.1; 2Pe 3.3], para que, naturalmente contentes com a perfeição da doutrina de Cristo, aprendamos a não inventar nenhuma doutrina nova, nem a admitir, caso alguém invente algo.[102]

Assim sendo, não sem causa, por singular prerrogativa o Pai nos ordenou ao Filho *por* Mestre, preceituando que ouçamos a ele, não a qualquer um dentre os homens. De fato em poucas palavras nos recomendou seu magistério, quando diz: "Ouvi-o" [Mt 17.5], *palavras* nas quais, porém, subsiste algo mais de peso e força do que vulgarmente se pensa, pois é exatamente como se, detraídos de todas as doutrinas humanas, somente a este nos encaminhasse; a ele só nos manda que lhe peçamos toda a doutrina da salvação; que dele só dependamos; que a ele só nos acheguemos; e, por fim – segundo soam as mesmas palavras –, que ouçamos somente sua voz.[103] E, obviamente, o que devemos desejar e esperar dos homens, quando a própria Palavra da Vida se nos declarou íntima e pessoalmente? Senão que fosse conveniente se fechasse a boca a todos os homens, uma vez que falou esse em quem o Pai celestial quis fossem escondidos todos os tesouros do conhecimento e da sabedoria [Cl 2.3]; e assim falou como cabia não só à Sabedoria de Deus, que em nenhuma parte foi fracionada, mas também ao Messias, de quem se esperava a revelação de todas *as coisas* [Jo 4.25], isto é, que após si não deixasse nada a outros dizer.

8. A Igreja terá como Palavra de Deus a Lei, os Profetas e os Escritos apostólicos, estes expondo aqueles segundo o ensino de Cristo e a iluminação do Espírito Santo

Portanto, seja este um sólido axioma: Não se deve ter outra Palavra de Deus, a que se dê lugar na Igreja, senão aquela que se contém, primeiro na Lei e nos Profetas, então nos Escritos Apostólicos; nem outro modo de ensinar a Igreja corretamen-

102. Primeira edição: "… aprendamos nenhuma nova além ou para nós plasmar[-mos] ou elaborada por outros admitir[-mos]."

103. Primeira edição: "… a Este Só nos ecaminhasse; d[Este] Um nos mandasse buscar toda a doutrina da salvação; d[Este] Um depender, a [Este] Um apegar[-nos], enfim, [o] que significam [de si] as [próprias] palavras, à voz d[Este] Um [Só] escutar."

te, senão aquele prescrito e normativo dessa Palavra. Daqui também coligimos que não se prometeu outra *coisa* aos apóstolos senão o que tiveram outrora os profetas, a saber, que expusessem a Escritura antiga e mostrassem que em Cristo se cumpriram *as coisas* que são ali ensinadas; no entanto não fizeram isso senão por meio do Senhor; isto é, com a assistência do Espírito de Cristo, ditando-lhes, de certa forma, as palavras. Pois, com esta injunção, definiu-lhes Cristo a embaixada, quando ordenou que fossem e ensinassem, não o que *eles* próprios engendrassem irrefletidamente, mas, antes, tudo quanto lhes havia sido preceituado [Mt 28.19, 20]. Não é possível dizer com mais clareza do que o que *ele* diz em outro lugar: "Vós, porém, não queirais ser chamados Rabi, porque um só é vosso Mestre, Cristo" [Mt 23.8, 10]. Além disso, para que lhes incutisse isso mais fundamente no espírito, o repete duas vezes no mesmo lugar. E visto que, em razão de sua obtusidade, não podiam compreender o que haviam ouvido e aprendido da boca do Mestre, *este* lhes prometeu o Espírito da Verdade, por meio do qual fossem guiados ao verdadeiro entendimento de tudo [Jo 14.26; 16.13], pois é preciso notar atentamente aquela restrição na qual se diz que o ofício do Espírito Santo é trazer-lhes à memória tudo quanto antes lhes fora ensinado por sua boca.

9. Nem mesmo aos apóstolos se permitiu que fossem além da Escritura, e a seus sucessores e à Igreja se impõe que não se afastem deles

Por isso Pedro, mui bem doutrinado por seu Mestre, não toma para si mesmo nem para os outros mais autoridade além da devida; ou, seja, administrar a doutrina que Deus lhe havia confiado: "Quem fala", diz *ele*, "fale como sendo palavras de Deus" [1Pe 4.11], isto é, não dubiamente, como costumam titubear os de má consciência; antes, com a alta confiança que convém ao servo de Deus instruído por *suas* sólidas injunções. Que outra *coisa* é isto senão rejeitar todas as invenções da mente humana, sem importar de que cabeça ou de quem elas vêm, para que na Igreja dos fiéis a pura Palavra de Deus seja ensinada e aprendida, para de todos os homens, de qualquer ordem que sejam, remover as ordenanças ou, antes, as fantasias, e somente os decretos de Deus permaneçam em vigor?

São estas aquelas "armas espirituais poderosas de Deus, para a demolição de fortificações", com as quais os fiéis soldados de Deus possam "demolir os intentos e toda alteza que se levanta contra o conhecimento de Deus, e conduzam cativo todo pensamento para a obediência a Cristo [2Co 10.4, 5]. Eis o supremo poder com o qual convém que os pastores da Igreja sejam investidos, sem importar por que nome sejam chamados, isto é, que ousem fazer tudo confiantemente pela Palavra de Deus; que obriguem a todo poder, glória, sabedoria, exaltação do mundo a sujeitar-se-lhe e a obedecer-lhe à majestade; sustentados em seu poder, imperem sobre todos, desde o mais alto até o mais baixo; edifiquem a mansão de Cristo, desmantelem a de

Satanás; apascentem as ovelhas, submetam os rebeldes e contumazes; liguem e desliguem; enfim, caso se faça necessário, relampejem e despeçam raios; tudo, porém, na Palavra de Deus.

Todavia, entre os apóstolos e seus sucessores, como já disse, existe esta diferença: que aqueles foram infalíveis e autênticos amanuenses do Espírito Santo, e por isso seus escritos devem ser tidos como oráculos de Deus; os outros, porém, não têm outra função, senão que ensinem o que foi dado a conhecer e consignado nas Sagradas Escrituras. Concluímos, pois, não é permitido aos ministros fiéis que forjem algum dogma novo, mas simplesmente que se apeguem à doutrina à qual Deus a todos sujeitou, sem exceção. Ao afirmar tal coisa, meu intuito é mostrar não apenas o que se permite a cada indivíduo, mas também o que *se permite* a toda a Igreja. No que diz respeito aos indivíduos, certamente que Paulo fora ordenado pelo Senhor Apóstolo aos coríntios, contudo nega ter domínio sobre sua fé [2Co 1.24]. Quem ouse agora arrogar para si o domínio que Paulo testifica não competir? E se o Apóstolo houvera aprovado esta desenfreada licença de que tudo quanto o pastor ensina deve ser aceito pelo mero fato de que ele o ensina, nunca haveria ordenado aos mesmos coríntios que dois ou três profetas falassem e os demais julgassem; e que se algum dos que estavam sentados tinha alguma revelação, que o primeiro se calasse [1Co 14.29, 30]. Dessa maneira, sem excluir a ninguém, a todos submeteu à censura da Palavra de Deus.

Mas, dirá alguém, no tocante à Igreja toda, a situação é outra. Respondo que Paulo solicionou também esta dificuldade em outro lugar, quando diz que "a fé vem do ouvir, mas que o ouvir vem da Palavra de Deus" [Rm 10.17]. Evidentemente, se a fé depende somente da Palavra de Deus, que somente para ela volvamos nossos olhos e nela reclinemos, que lugar fica para a palavra do mundo inteiro? Tampouco se poderá aqui hesitar, quem quer que conheça bem o que é a fé, pois importa que ela esteja sustentada por essa firmeza, mercê da qual subsista inquebrantada e destemida contra Satanás todas as maquinações dos infernos e o mundo todo. Esta firmeza só acharemos na Palavra de Deus. Além disso, é universal a razão que convém ter aqui em vista: que Deus por isso detrai aos homens a faculdade de proferir dogma novo, para que somente ele seja nosso Mestre na doutrina espiritual, como somente verdadeiro [Rm 3.4] é *Aquele* que não pode mentir, nem enganar. Esta razão diz respeito não menos a toda Igreja que a cada um dos fiéis.

10. Despotismo em matéria de dogmas imperante no romanismo; improcedente a infalibilidade que os concílios proclamam neste aspecto, em manifesto desacordo e antagonismo à ordem bíblica, da qual se desviaram

Se, pois, este poder da Igreja que mencionamos for comparado com esse *poder*, com o qual já em alguns séculos os tiranos espirituais ostentam no meio do povo de

Deus, que falsamente se chamaram os bispos e prelados da religião, em nada melhor será que haja consenso entre Cristo e Belial [2Co 6.15]. Tampouco meu propósito aqui é expor de que maneira e de que modos indignos têm exercido sua tirania; apenas mencionarei a doutrina que primeiro defenderam através de escritos, depois com ferro e fogo. Uma vez que assumem como confesso que um concílio universal é a verdadeira imagem da Igreja, uma vez assumido este princípio, ao mesmo tempo estatuem sem hesitação que os concílios dessa natureza são governados imediatamente pelo Espírito Santo, e por isso não podem errar. Entretanto, como *eles* mesmos dirigem, mais ainda, constituem os concílios, de fato estão reivindicando para si mesmos tudo quanto se deve reivindicar para aqueles concílios.

Portanto, eles querem que, a seu arbítrio, nossa fé se mantenha firme ou caia, de tal maneira, que tudo quanto determinarem em prol ou contra, devamos considerá-lo como absolutamente certo; e que tudo quanto aprovarem, o aprovemos sem oposição alguma; e se condenam alguma coisa, devemos tê-la por condenada. Entrementes, a seu bel-prazer, e sem fazer caso da Palavra de Deus, forjam dogmas, aos quais a seguir impõem que, por esse motivo, se deve ter fé. Pois ninguém é cristão a não ser *aquele* que professe firmemente todos seus dogmas, tanto afirmativos quanto negativos; se não com fé explícita, ao menos implícita, porquanto está no poder da Igreja instituir novos artigos de fé.

11. Improcedência da tese romanista de que, por meio de promessas divinas especiais, assiste à Igreja poder infalível, quando elas contemplam também aos fiéis, individualmente, impondo-se, ante a fraqueza humana, que a Igreja e os fiéis se atenham ao ensino escrito da Escritura

Primeiro, ouviremos com que argumentos confirmam que foi dada à Igreja esta autoridade; a seguir, veremos até onde são sustentados por sua alegação a respeito da Igreja. Dizem que a Igreja tem preclaras promessas de que ela jamais será desassistida por Cristo, seu Esposo, de modo que não seja guiada por seu Espírito a toda a verdade. Mas, de fato, dentre as promessas que costumam alegar, muitas foram dadas não menos aos fiéis individualmente do que a toda Igreja. Ora, visto que o Senhor falava aos doze apóstolos quando dizia: “Eis que estou convosco até a consumação do século” [Mt 28.20], igualmente: “Eu rogarei ao Pai e ele vos dará outro Consolador, a saber, o Espírito da Verdade” [Jo 14.16, 17], ele prometia não só ao número dos doze, mas também a cada um deles, em particular, bem como igualmente aos outros discípulos, quer *aqueles* a quem já associara a si, quer os que haveriam de vir depois. Quando, pois, promessas desse gênero, saturadas de gloriosa consolação, assim interpretam como se *não* fossem dadas a nenhum dos cristãos, mas à

igreja universal, globalmente, o que outra coisa fazem senão que a todos os cristãos subtraiam a confiança que daí deveria refulgir a animá-los?

Tampouco aqui estou negando que a sociedade global dos fiéis, provida de infinda variedade de dons, fossse dotada de um tesouro muito mais amplo e mais vultuoso da sabedoria celeste que a cada um, separadamente; tampouco entendo isto ter sido assim dado aos fiéis em comum, como se todos tivessem igual capacidade em espírito de entendimento e de instrução, mas porque não se deve conceder aos adversários de Cristo, que para a defesa de uma causa má, torcem a Escritura a um sentido estranho. Deixando isto de parte, no entanto, reitero simplesmente que o Senhor está perpetuamente presente com os seus e os dirige com seu Espírito; este não é um Espírito de erro, ignorância, mentira ou trevas, mas de revelação, sabedoria, verdade e luz precisas, do qual não aprendem fraudulentamente as *coisas* que lhes foram outorgadas [1Co 2.12], isto é, "qual seja a esperança de sua vocação e qual a riqueza da glória da herança de Deus nos santos" [Ef 1.18]. Mas, uma vez que nesta carne os fiéis só percebem as primícias como que por meio de degustar esse Espírito, mesmo *aqueles* que, acima dos demais, foram dotados de graças mais excelentes, nada mais lhes resta senão que, conscientes de sua obtusidade, solicitamente se mantenham dentro dos limites da Palavra de Deus; para que vagueiem errantes com seu próprio sentido, e que não se apartem do reto caminho por estarem vazios daquele Espírito; pois somente tendo-o por Mestre se conhece onde está a verdade e onde a mentira. Porque todos eles juntamente com Paulo confessam que ainda não chegaram ao alvo [3.12]; e por isso se esforçam por aproveitar cada dia mais, em vez de gloriar-se em sua perfeição.

12. A despeito de conferirem à Igreja, de certa forma, todos os dons divinos, a plenitude da santificação e a custódia da verdade, longe está de ser infalível e absoluta, devendo firmar-se somente na Palavra divina

Mas objetarão que tudo quanto, em parte, se atribuiu a cada um dos santos, isso compete, inteira e plenamente à própria Igreja *como um todo*. Embora isto tenha alguma aparência de verdade, contudo nego ser verdadeiro. De fato Deus distribui aos membros, um a um, os dons de seu Espírito na medida [Ef 4.7], de sorte que nada de necessário falte a todo o corpo, quando os próprios dons são conferidos em comum. Mas, tais são as riquezas da Igreja, que sempre falta muito àquela suma perfeição de que blasonam nossos adversários. Nem por isso é a Igreja deficiente em qualquer aspecto, de sorte que não tenha sempre o que seja suficiente, pois que o Senhor sabe o que sua necessidade requer. Mas, para que a contenha debaixo de humildade e pia modéstia, não lhe dá mais do que sabe ser conveniente.

Sei muito bem que aqui também costumam argumentar dizendo que a Igreja foi purificada “pela lavagem de água na palavra de vida, para que fosse sem ruga e sem mancha” [Ef 5.16, 27]; e por isso em outro lugar ser chamada, “coluna e fundamento da verdade” [1Tm 3.15]. Mas, na primeira *destas duas* passagens, se ensina melhor o que Cristo cada dia opera nela do que já haja executado. Ora, se a todos os seus, dia após dia, santifica, expurga, lava as manchas, por certo que estão ainda salpicados de certas nódoas e rugas e que se faz patente que ainda lhes falta algo à santificação. No entanto, seria mui vão e ridículo ter a Igreja por santa e totalmente sem qualquer mancha, quando seus membros estão ainda manchados e sujos. É verdade, pois, que a Igreja foi santificada por Cristo, mas aqui só se vê o começo de sua santificação; o fim, porém, e perfeição ocorrerão quando Cristo, o Santo dos Santos, a haverá de encher, realmente e por inteiro, de sua santidade. É também verdade que já foi lavada de suas manchas e rugas, mas é preciso que ainda sejam diariamente purificadas, até que, em sua vinda, Cristo remova inteiramente tudo quanto ainda lhe reste. Ora, a não ser que recebamos isto, é necessário que afirmemos com os pelagianos que a justiça dos fiéis é perfeita nesta vida; com os cátaros e donatistas, que não admitimos na Igreja nenhuma fraqueza.

A outra passagem, como vimos em outro lugar, tem sentido completamente distinto do que pretendem. Pois quando Paulo instruiu a Timóteo e o preparou para o verdadeiro ofício de bispo, diz que fez isso para que ele saiba “como deve conduzir-se na igreja”. E para que se devotasse de maior piedade e zelo para essa causa, acrescenta que a própria Igreja é “coluna e sustentáculo da verdade” [1Tm 3.15]. Que outra *coisa*, porém, significam estas palavras, *senão* que na Igreja se preserva a verdade de Deus, a saber, pelo ministério da pregação? Como ensina em outro lugar, que “Cristo deu apóstolos, pastores e mestres, para que não mais sejamos levados de um lado a outro por todo vento de doutrina, nem sejamos enganados pelos homens”; antes, sejamos iluminados “do verdadeiro conhecimento do Filho de Deus, até que todos cheguemos à unidade da fé” [Ef 4.11, 13, 14]. Assim, pois, se a verdade não perece no mundo, mas que conserva seu vigor, é porque a Igreja é sua fiel guardiã, com cuja ajuda e apoio se conserva. Com efeito, se esta custódia consiste no ministério profético e apostólico, segue-se que toda ela depende de que a Palavra do Senhor fielmente se conserve e matenha sua pureza.

13. A autoridade da Igreja funda-se na Palavra e no Espírito, portanto não procede a pretensão romanista de agir guiada por este em detrimento e ao arrepio daquela

E para que os leitores entendam melhor em que repousa, acima de tudo, esta questão, exporei em poucas *palavras* que é que nossos adversários pretendem e em quê lhes resistimos. Sua afirmação de que a Igreja não pode errar, a interpretam

nestes termos: quando *ela* é governada pelo Espírito de Deus, pode avançar com segurança sem a Palavra; para onde quer que avance, não pode sentir nem falar senão o que é verdadeiro; daí, se algo além ou fora da Palavra de Deus precisa ser preceituado, tem de ser considerado como se fosse oráculo direto de Deus. Nós admitimos que a Igreja não pode errar nas coisas necessárias para a salvação, porém deve ser entendido no sentido de que a Igreja, ao não fazer caso de toda sua sabedoria, se deixa ensinar pelo Espírito e pela Palavra de Deus. Esta, pois, é a diferença: esses colocam a autoridade da Igreja ***fora da*** Palavra de Deus; nós, porém, unimos ambas as coisas inseparavelmente.

E que há de estranho em que a esposa e discípula de Cristo se submeta a seu Esposo e Mestre para depender sempre dele? Ora, esta é a norma de uma casa bem regulamentada: que a esposa obedeça à autoridade do marido; e esta é a diretriz de uma escola bem disciplinada: que só se ouça o ensino do mestre. Portanto, que a Igreja não saiba por si *própria*, não cogite por si *mesma* alguma *coisa*; antes, ponha o limite de sua sabedoria onde ele mesmo pôs o limite de sua Palavra. Desta maneira, a Igreja também desconfiará de todas as invenções de sua *própria* razão; *naquelas coisas*, porém, nas quais se apóia na Palavra de Deus, não vacilará com hesitação ante alguma desconfiança; ao contrário, repousará em grande certeza e firme constância. Assim também, confiada na amplitude dessas promessas que tem, *a Igreja* terá donde suster magnificamente sua fé, para que não duvide de que o Espírito Santo estará com ela, o melhor guia do caminho reto; ao contrário, terá na memória, ao mesmo tempo, que uso Deus quer que se receba de seu Espírito. "O Espírito", diz *ele*, "que da parte do Pai enviarei, vos conduzirá a toda a verdade" [Jo 14.26; 16.13]. Mas como? "Porque trará à lembrança", diz *ele*, "tudo que vos disse" [Jo 14.26]. Portanto, prescreve que nada mais se deva esperar de seu Espírito do que iluminar nossas mentes a perceberem a verdade de seu ensino. Conseqüentemente, muito a propósito diz Crisóstomo: "Muitos se gabam do Espírito Santo, mas, *aqueles* que expressam *suas* próprias *idéias* falsamente o alegam. Como Cristo testificava que não falava por si próprio [Jo 12.49; 14.10], porquanto falava da lei e dos profetas, de modo que, se algo for inculcado sob o nome do Espírito, que vá além do evangelho, não devemos crer. Porque, assim como Cristo é o cumprimento da lei e dos profetas, assim também o Espírito o é do evangelho."[104] Foram estas palavras que ele falou.

Agora é fácil concluir quão extraviados andam nossos adversários, os quais se gabam unicamente do Espírito Santo, para entronizar em seu nome doutrinas estranhas e muitíssimo contrárias à Palavra de Deus, quando o próprio *Espírito* quer ser associado à Palavra de Deus por um vínculo indivisível. E assim o afirma Cristo ao prometê-lo a sua Igreja, pois ele deseja que ela guarde a sobriedade que lhe tem

104. Pseudo-Crisóstomo, *Sermão Sobre o Espírito Santo*, capítulo X.

recomendado, e lhe proibiu que acrescente ou tire qualquer coisa a sua Palavra [Dt 4.2; Ap 22.19, 20]. É este decreto inviolável de Deus e do Espírito Santo que nossos adversários tentam anular, quando imaginam que a Igreja é governada pelo Espírito Santo sem a Palavra.

14. Tampouco procede a tese de uma pretensa tradição apostólica como suplemento dos escritos

Aqui de novo murmuram que foi preciso que a Igreja adicionasse algumas *coisas* aos escritos dos apóstolos, ou eles próprios mais tarde, de viva voz, suplementassem o que haviam ensinado menos claramente, quando de fato Cristo lhes disse: “Tenho muitas *coisas* a vos dizer que não podeis suportar agora” [Jo 16.12], e estas são ordenanças que foram recebidas apenas do uso e dos costumes, sem a Escritura. Mas que impudência é essa? Reconheço que os discípulos eram ainda rudes e quase sem condição de aprender quando ouviriam isso do Senhor. Mas continuaram ainda sendo assim quando redigiram por escrito sua doutrina ao ponto de necessitar de suprir com palavras o que por ignorância haviam deixado de escrever? No entanto, já guiados pelo Espírito da Verdade, escreveram o que escreveram, que impedimento pôde haver que não consignassem em seus escritos um conhecimento perfeito da doutrina evangélica?

Mas suponhamos que seja como dizem. Digam-me agora quais eram as coisas que deviam ser revaladas de viva voz? Caso se atrevam, lhes apresentarei as palavras de Agostinho, que fala nestes termos: “Quando o Senhor se calou, quem de nós dirá: São estas ou aquelas? Ou se se atreve a dizer, como poderá provar o que diz?” Mas, por que estou a contender acerca de coisa supérflua? Ora, até a uma criança é notório que nos escritos apostólicos, que esses os transformam em algo mutilado e reduzido à metade, subsiste o fruto dessa revelação que lhes prometia então o Senhor.

15. Tampouco assiste à Igreja autoridade absoluta para ditar o que bem queira, quando temos de ater somente à doutrina da Escritura

Mas, que dizem? Porventura não pôs Cristo fora de toda controvérsia tudo quanto a Igreja ensina e decreta, quando ordena que se tenha por gentio e publicano quem ousar contradizê-la? [Mt 18.17]. Primeiro, aí não se faz menção de doutrina, mas simplesmente se assevera sua autoridade para, mediante penalidades, corrigir vícios, de sorte que não se lhe oponham ao julgamento os que forem admoestados ou repreendidos. Mas, deixando isto à parte, é de admirar que não possuam um mínimo de pejo esses biltres que não têm dúvida em vangloriar-se disso de forma tão absurda! Pois que haverão de finalmente concluir, senão que não se pode desprezar o

consenso da Igreja, que jamais consente a não ser na verdade da Palavra de Deus? Insistem que a Igreja deve ser ouvida. Quem o nega, desde que *ela* nada sentencia senão da Palavra do Senhor? Mas se pretendem algo mais, saibam que as palavras de Cristo em nada abonam seu propósito.

Nem tampouco devo parecer contencioso demais só porque insisto com tanta veemência que não se deve conceder à Igreja nenhuma doutrina nova, isto é, que não ensine nem dê como oráculo divino mais que o revelado pelo Senhor em sua Palavra. Ora, que os homens assisados vejam bem quão grande é o perigo de se conceder a homens direito tão extremo. Que vejam também quão ampla janela se abre aos reproches e cavilações dos ímpios, ao afirmar que o que os homens determianram tem de ser endossado entre os cristãos por oráculo divino. Acrescentam que, falando na perspectiva de seu tempo, Cristo atribui este nome ao sinédrio [Mt 5.22], para que, depois, seus discípulos aprendessem a reverenciar as sagradas assembléias da Igreja. E assim sucederia que cada cidade e povoado teria igual liberdade em forjar dogmas.

16. TAMPOUCO SÃO PROCEDENTES AS ALEGAÇÕES DE DOUTRINAS DITADAS PELA IGREJA, DAÍ QUE LHE ATESTAM A AUTORIDADE NESSSA ÁREA, TAIS COMO O PEDOBATISMO E A CONSUBSTANCIALIDADE DE CRISTO COM O PAI, AUTORIDADE QUE CONSTANTINO, EM NICÉIA, NÃO ABONOU

Os exemplos de que lançam mão em nada os ajudam. Dizem que o pedobatismo emanou não tanto de preceito expresso da Escritura, e, sim, de decreto da Igreja. Seria um refúgio miserável se para defender o pedobatismo tivéssemos que esconder-nos somente na autoridade da Igreja. Em outra parte se verá que este procede de uma fonte bem distinta. Objetam também que em toda a Escritura não se encontra o que afirmou o Concílio de Nicéia, *ou, seja*, que o Filho é consubstancial com o Pai. Com isso fazem grave injúria aos pais, como se eles houvessem condenado temerariamente a Ário, só porque não quis jurar por suas palavras, quando professasse toda essa doutrina que foi compreendida nos escritos proféticos e apostólicos. Reconheço que este vocábulo ***consubstancial*** não consta na Escritura. Entretanto, quando se afirma aí tantas vezes haver um só Deus, e contudo tantas vezes a Escritura declara Cristo como verdadeiro e eterno Deus, um com o Pai, que outra coisa fazem os pais nicenos que ele era de uma mesma essência, senão expor simplesmente o sentido natural da Escritura?

E Teodoreto afirma que Constantino fez uso desta prefação nesse conclave: "Em disputas", diz *ele*, "de coisas divinas, tem-se a doutrina prescrita do Espírito Santo; os livros evangélicos e apostólicos, com os oráculos proféticos, nos mostram plenamente a vontade da Deidade. Portanto, posta de parte a discórdia, à luz das

palavras do Espírito tomemos as explicações das questões." A estas santas advertências, não houve então ninguém que se contrapusesse. Ninguém objetou que a Igreja pudesse acrescentar algo propriamente seu, que o Espírito não revelou tudo aos apóstolos, ou, pelo menos, não haviam dado a conhecer a *seus* sucessores, ou a algo desse gênero. Se é verdadeiro o que nossos adversários querem, em primeiro lugar, Constantino agiu incorretamente, subtraindo à Igreja seu poder; em segundo lugar, visto que nenhum dos bispos então se erguera para que a vindicasse em contrário, este silêncio não carecia de perfídia, porque assim seriam traidores do direito eclesiástico. No entanto, uma vez que Teodoreto de bom grado faz referência que *os bispos* abraçaram o que dizia o Imperador, é patente que este novo dogma foi então absolutamente desconhecido.

CAPÍTULO IX

DOS CONCÍLIOS E SUA AUTORIDADE

1. Se Calvino se opõe à autoridade dos concílios, como advogada pelos romanistas, não porque os estime menos, nem porque tema suas teses, as quais servem bem aos seus propósitos

Ainda que lhes conceda tudo quanto dizem da Igreja, ainda então não alcançariam seu propósito; porque tudo o que dizem dela o aplicam em seguida aos concílios, os quais, conforme sua opinião, representam àquela. Mais ainda: o que tão pertinazmente afirmam da autoridade da Igreja não o fazem senão para aplicar ao pontífice romano e aos seus tudo quanto possam conseguir pela força.

Mas antes de começar a desenredar esta questão, me é necessário aqui, de forma sucinta, dizer duas *coisas* previamente: aqui terei que ser mais rígido, não porque eu tenha os concílios antigos em menor *apreço* do que convém. Pois os venero de coração e desejo que sejam tidos na devida honra entre todos. Aqui, porém, há algum limite: que de Cristo não se subtraia nada. Com efeito, este é o direito de Cristo: que presida a todos os concílios, nem tenha ao homem *por* parceiro nesta dignidade. No entanto digo que de fato ele preside, quando a assembléia toda é governada por sua Palavra e seu Espírito. Além disso, atribuo aos concílios menos do que pretendem *nossos* adversários, não porque eu tema que os concílios confirmem a tese de nossos adversários e sejam opostos à nossa. Ora, assim como fomos sobejamente instruídos pela Palavra do Senhor à plena aprovação de nossa doutrina e à eversão de todo papismo, de sorte que nada, além disso, seja indispensável sumamente requerer, assim também, se a coisa o reclame, nos administram os concílios antigos, em larga medida, o que é suficiente a ambos *esses reclamos*.

2. Somente os concílios que, reunidos no nome de Cristo e atentam realmente para o Espírito, são dignos de acatamento

Falemos então do problema em si. Se se indaga das Escrituras qual é a autoridade dos concílios, nenhuma promessa subsiste mais luminosa que nesta afirmação de Cristo: “Onde dois ou três se congregarem em meu nome, aí estou no meio deles” [Mt 18.20]. Entretanto, isso não compete menos a alguma assembléia particular que a um concílio universal. Todavia, não é nisso que se prende o nó da questão, mas em que foi acrescentada uma condição: que afinal Cristo está no meio de um concílio,

se o mesmo for congregado em seu nome. Conseqüentemente, que nossos adversários enumerem mil vezes concílios de bispos, pouco de proveito extrairão daí, nem conseguirão que creiamos no que disputam dizendo que os concílios são regidos pelo Espírito Santo, antes que nos tenham persuadido de que são congregados no nome de Cristo. Porque de fato tanto podem bispos ímpios e réprobos conspirar contra Cristo, quanto bons e probos reunir-se em seu nome. Deste fato nos são como luminosa prova muitos decretos que se originaram de tais concílios. Mas isto veremos depois. Agora respondo com apenas uma palavra: Cristo nada promete senão àqueles que se congregam em seu nome.

Expliquemos, pois, o que isso significa. Nego que estejam congregados em nome de Cristo aqueles que, lançando fora o mandamento de Deus, por meio do qual ele veda que se acrescente ou se subtrai à sua Palavra, o que quer que seja [Dt 4.2; 12.32; Pv 30.6; Ap 22.18, 19], estatuem algo de arbítrio próprio *aqueles* que, não contentes com os oráculos da Escritura, isto é, com a única regra da perfeita sabedoria, engendram de sua cabeça algo novo. E já que Cristo não prometeu de estar presente a todos e quaisquer concílios, antes, senão que pôs uma marca especial mercê da qual os verdadeiros e legítimos concílios sejam distinguido dos demais, nos concita a de modo algum negligenciar esta distinção. Este é o pacto que Deus outrora firmou com os sacerdotes levíticos: que ensinassem de sua boca [Ml 2.7]. Isto *Deus* sempre requereu dos profetas; vemos também esta lei sendo imposta aos apóstolos. *Aqueles* que violam este pacto, Deus não lhes confere nem a honra do sacerdócio, nem qualquer autoridade. Que meus adversários resolvam esta dificuldade, se porventura queiram sujeitar minha fé a preceitos de homens, à parte da Palavra de Deus.

3. A verdade não subsiste na Igreja em função do consenso de seus pastores, nem a Igreja se faz eminente nos concílios

Sua idéia de que a verdade não pode permanecer na Igreja a menos que ela exista entre os pastores, e que a Igreja em si mesma não pode existir a não ser que se exiba nos concílios gerais, isso está muito longe de ser sempre verdadeiro, se os profetas nos deixaram de seus tempos testemunhos verazes. No tempo de Isaías havia Igreja em Jerusalém, a qual Deus não havia ainda abandonado. Dos pastores, porém, assim fala *o profeta*: “Todos os atalaias são cegos, nada sabem; todos são cães mudos, não podem ladrar; andam adormecidos, estão deitados e gostam do sono. ... são pastores que nada compreendem; todos eles se tornam para seu caminho” [Is 56.10, 11]; no mesmo teor, Oséias: “Efraim era o vigia com meu Deus, mas o profeta é como um laço de caçador de aves em todos os seus caminhos, e ódio na casa de seu Deus” [Os 9.8], onde ironicamente mostra que eram nulos os títulos dos quais seus sacerdotes se vangloriavam.

A Igreja perdurou também até o tempo de Jeremias. Ouçamos o que ele diz dos pastores: “Desde o profeta até o sacerdote, cada um corre atrás da mentira” [Jr 6.13]. Igualmente: “Os profetas em meu nome profetizam a mentira, quando eu não os enviei, nem lhes dei preceito” [Jr 14.14]. E, para não sermos demasiadamente prolixos recitando-lhe as palavras, que se leiam as coisas que escreveu em todo o capítulo vinte e três e no quarenta. Em contrapartida, Ezequiel não se mostra mais suave com eles, quando diz: “Há no meio dela uma conjuração dos profetas, como um leão a rugir e que arrebata a presa. Seus sacerdotes violaram minha lei e profanaram minhas *coisas* santas, nem distinção fizeram entre o santo e o profano” [Ez 22.25, 26]; e tudo o que ele adiciona sobre o assunto. Queixas semelhantes ocorrem a cada passo nos profetas; e são tantas, que não há assunto mais constante entre eles.

4. O magistério e sacerdócio da Igreja não inquietam menos que aos profetas e sacerdotes de outrora

Talvez alguém diga que isso prevaleceu entre os judeus; nosso século, porém, está isento de tão grande mal. Prouvera que assim fosse. Mas o Espírito Santo anunciou que haveria de ser de outra maneira, pois as palavras de Pedro são claras: “Como houve falsos profetas no povo antigo”, diz ele, “assim também haverá entre vós falsos mestres, os quais introduzirão sorrateiramente seitas de perdição” [2Pe 2.1]. Vê-se que *ele* prediz que o perigo haveria de vir não do povo comum, mas da parte daqueles que se ostentarão com o título de mestres e pastores. Além disso, quantas vezes foi predito por Cristo e seus spóstolos que os perigos mais sérios haveriam de surgir dentre os pastores? Com efeito, Paulo mostra abertamente que o Anticristo não haveria de assentar em outro lugar senão no templo de Deus [2Ts 2.4], querendo dizer com isso que aquela horrenda calamidade de que está falando não teria outra procedência, senão daqueles que haverão de sentar-se na Igreja como pastores. E em outro lugar demonstra que os começos de tão grande mal já são quase iminentes. Ora, enquanto fala aos bispos de Éfeso, *ele* afirma: “Sei que após minha partida se infiltrarão entre vós lobos rapaces, não poupando ao rebanho, e dentre vós próprios haverá os que falarão coisas perversas, de modo que arrastem os discípulos após si” [At 20.29, 30].

Se em pouco tempo puderam os pastores introduzir tanta corrupção, até onde não poderia viscejar ao longo de tantos anos? E para que eu não preencha tantas laudas em enumerá-los, somos avisados pelos exemplos de quase todos os séculos que nem sempre a verdade é alimentada no seio dos pastores, nem a salvaguarda da Igreja depende da condição deles. Certamente que convinha que fossem eles patronos e guardiães da paz e preservação eclesiástica, os quais foram designados a mantê-la; mas, uma coisa é executar o que se deve, outra não executar o dever para o qual se designa.

5. O libelo não visa aos pastores como tais, mas ao corpo hierárquico do romanismo, ao papa e seu episcopado, em sua degenerescência

No entanto, que ninguém não tome estas nossas palavras no sentido como se, de um modo indistinto e inconsiderado, e sem qualquer discriminação, eu queira atentar contra a autoridade dos pastores. Estou apenas avisando que é preciso ter discriminação entre eles, para que também não sejam considerados pastores *aqueles* que *simplesmente* são *assim* chamados. Mas o papa com toda a falange de seus bispos, não por outra razão, mas porque são intitulados pastores, pondo de parte a obediência da Palavra de Deus, a tudo viram e reviram a seu bel-prazer; entrementes, porfiam por persuadir que não podem ser destituídos da luz da verdade, que o Espírito de Deus reside neles perpetuamente, que a Igreja subsiste neles e com eles se finda. Como se de fato já não houvesse nenhum juízo do Senhor, para que castigue o mundo hoje com o mesmo gênero de pena com que outrora vingou a ingratidão do povo antigo, isto é, que fira os pastores com cegueira e entorpecimento [Zc 11.17]. Tampouco entendem *esses* homens insensíveis que a mesma cantilena estão a entoar o que cantavam outrora os que travavam luta contra a Palavra de Deus. Pois foi assim que os inimigos de Jeremias arregimentavam contra a verdade: “Vinde e maquinemos projetos contra Jeremias, porque não perecerá a lei do sacerdote, nem o conselho do sábio, nem a palavra do profeta” [Jr 18.18].

6. Tampouco os concílios são depositários da verdadse contra a qual não raro atentam

Daqui se torna fácil responder a essa outra *objeção* referente aos concílios gerais. Não se pode negar que os judeus sob os profetas foram a verdadeira Igreja. Ora, se então se houvesse reunido um concílio geral dos sacerdotes, que expressão da Igreja se teria posto à mostra? Temos ouvido o que Deus lhes anuncia, não a um deles, mas a todos: ‘‘Os sacerdotes se pasmarão, e os profetas se maravilharão” [Jr 4.9]. Igualmente: “A lei perecerá do sacerdote e dos anciãos o conselho” [Ez 7.26]. Ainda: “A noite vos será por visão e as trevas por adivinhação, e o sol se porá sobre os profetas e sobre eles o dia se revestirá de trevas” etc. [Mq 3.6].

Pergunto: se todos os homens dessa estirpe se reunissem em concílio, que espírito teria presidido tal assembléia? Temos notável exemplo deste fato naquele concílio que Acabe convocou [Rs 22.6-23]. Estavam presentes quatrocentos profetas. Mas, visto que não se congregaram com outro intento, senão para adularem ao ímpio rei, Satanás é enviado pelo Senhor, para que fosse um espírito enganoso na boca de todos. Aí pelos sufrágios de todos a verdade é condenada: Micaías é condenado como herege; é esbofeteado; é lançado no cárcere. Assim se fez a Jeremias; assim se fez a outros profetas.

7. O sinédrio que condenou a Jesus é o supremo exemplo da falibilidade e desvirtuamento dos concílios

Mas baste por todos um só exemplo, o qual é memorável acima dos demais. Nesse concílio que os pontífices e fariseus congregaram em Jerusalém contra Cristo, que se pode achar de menos na aparência externa? Ora, a menos que em Jerusalém houvesse existido Igreja, Cristo jamais teria se associado aos sacrifícios e outras cerimônias. Tem lugar convocação solene; o sumo sacerdote presidia; toda a ordem sacerdotal tomava assento. Entretanto, aí Cristo é condenado; sua doutrina é enxotada. Esta abominação prova que a Igreja não estava dentro daquele concílio.

Mas os romanistas declaram que não há perigo de que algo de tal sorte nos sobrevenha. Quem nos dá certeza? Porque em coisa de tanta transcendência é uma grave imprudência não ter segurança. Mas quando o Espírito Santo, por boca de Paulo, anuncia com palavras claríssimas que virá a apostasia – que não pode ocorrer sem que primeiro os pastores se alienem de Deus [2Ts 2.3; 1Tm 4.1] –, com que propósito nos cegamos a nós mesmos para nossa completa ruína? Portanto, não devemos de modo algum permitir que a Igreja subsista na assembléia de pastores sobre os quais o Senhor em parte alguma prometeu que seriam perpetuamente bons, mas pronunciou que haveriam de ser maus. E se ele nos adverte do perigo, assim o faz para que sejamos mais cautos e vigilantes.

8. Não se pode condenar a todo e qualquer concílio, pois que os primeiros não se distanciaram da Escritura; os posteriores, no entanto, se deterioraram, deixando de conformar-se a sua norma

Então me dirás: O concílio não tem nenhuma autoridade para definir?[105] Ao contrário, e meu intento não é condenar aqui a todos os concílios, nem apagar de vez todos os seus decretos. Não obstante, insistirás, todos são duvidosos; tanto é que cada um pode admitir ou rejeitar o que eles determinaram. Mas não é assim. O que digo é que eu queria que sempre que se alegar algum decreto de um concílio, antes de tudo se considerasse diligentemente quando se celebrou o concílio, a razão de ser celebrado e quais as pessoas que o assistiram; além disso, que o que se trata no concílio fosse examinado à luz da Escritura, para que a determinação do mesmo tivesse autoridade; mas que essa autoridade não impeça o exame que já mencionamos.

Prouvera que todos conservassem essa maneira de proceder que Agostinho prescreve no terceiro livro contra Maximino. Para fechar a boca desse herege que argumentava com decretos de concílios, ele diz: ‘‘Nem eu para prejudicar-te devo argüir

105. Primeira edição: “Quê, portanto, dirás? Porventura, em decidir, nenhuma autoridade haverá dos Concílios?”

com o Concílio de Nicéia, nem tu a mim deves argüir com o *Concílio* de Rímini, como se tivesse de decidir *a questão* antecipadamente. Nem estou sujeito à autoridade deste, nem estás sujeito à *autoridade* daquele. Pelas autoridades das Escrituras, não pelas pessoais de cada um *desses dois Concílios*, mas *pelas* que são comuns a um e ao outro, dispute coisa com coisa, causa com causa, razão com razão."[106] Assim aconteceria se os concílios tivessem a majestade que deve ser sua; entrementes, pois, a Escritura sobressairia em lugar superior, de sorte que não houvesse algo que não estivesse sujeito à regra desta.

Assim sendo, aqueles concílios antigos, como o niceno, o constantinopolitano, o primeiro efésio, o calcedôneo, entre outros, que foram realizados para refutar erros, de bom grado os abraçamos e os reverenciamos como sacrossantos, no que respeita aos dogmas da fé; pois nada contêm senão a pura e natural interpretação da Escritura, que os santos pais haviam, com sabedoria espiritual, aplicado para esmagar os inimigos da religião que haviam então surgido. Também em alguns *concílios* posteriores vemos luzir o verdadeiro zelo da piedade; ademais, não contêm marcas obscuras de talento, de saber, de bom senso. Mas, da mesma forma que costumam resvalar as coisas quase sempre para pior, é preciso ver nos concílios mais recentes quanto a Igreja paulatinamente se degenerou da pureza daquela era áurea. Tampouco ponho em dúvida que mesmo naqueles séculos mais corruptos os concílios tiveram seus bispos de melhor nota. Mas nestes *concílios* sucede aquilo de que nos decretos senatoriais romanos se queixavam outrora os próprios senadores: que não eram feitos corretamente. Pois enquanto os pareceres são contados, não pesados, tornava-se indispensável com freqüência que a parte melhor *do concílio* fosse vencida pela parte maior. Sem dúvida que proferiram muitas decisões ímpias. Tampouco aqui é necessário coligir exemplos, seja porque seria extensos demais, ou porque foram feitos por outros com tanto cuidado, que não fosse necessário adiconar nada mais.

9. Como o demonstra a chamada controvérsia iconoclástica, às vezes há total contradição entre os concílios, razão por que se deve firmar doutrina somente na Escritura

Mas, por que citar a luta entre os concílios?[107] Nem há por que alguém murmure contra mim dizendo que, no caso de semelhante conflito, um deles é o legítimo. Ora, como saberemos? Evidentemente, a não ser que eu esteja enganado, decidiremos se os decretos dos concílios são ortodoxos à luz das Escrituras, pois esta é a única regra segura de distinção.

106. Agostinho, *Contra Maximino e Ário*, II, XIV, 3.
107. Primeira edição: "Mas, por que refira [eu] concílios com concílios a pugnarem?"

Já passaram cerca de novecentos anos desde que se convocou o Concílio de Constantinopla, congregado sob o Imperador Leão,[108] decidindo que se pusesse abaixo e feitas em pedaços as imagens colocadas nos templos. Pouco depois, o Concílio Niceno,[109] que em sua ojeriza pelo Concílio Constantinopolitano a Imperatriz Irene reuniu, decretou que deveriam ser de novo restauradas. Qual dos dois haveremos de reconhecer como legítimo? Este último prevaleceu universalmente, o qual cedeu lugar às imagens nos templos. Agostinho, porém, nega que tal coisa possa ser feita sem o risco de idolatria mui presente. Epifânio, anterior no tempo, fala muito mais incisivamente, pois ensina que é um sacrilégio e uma abominação se contemplarem imagens em um templo de cristãos. *Aqueles* que assim falam, porventura aprovariam esse concílio se estivessem vivos hoje? Porque, se é verdade o que dizem as histórias, e se dá crédito aos decretos deste concílio, não só as imagens, mas também o culto às mesmas foi aprovado. Com toda certeza, tal decreto tem sua origem em Satanás. Que diremos? Que os que tal coisa decretaram, depravando e torcendo o sentido da Escritura, demonstram que a tiveram em zombaria, como já o demonstrei sobejamente em outro lugar.

Seja como for, não poderemos distinguir de outro modo entre concílios contrários e discordantes, os quais foram muitos, a não ser que pesemos a todos os homens e anjos que mencionei nesta balança, isto é, a Palavra do Senhor. Assim sendo, abraçamos o *Concílio* Calcedôneo e repudiamos o Segundo de Éfeso, porque neste foi confirmada a impiedade eutiquiana, que aquele outro condenou. O julgamento desta matéria foi feito pelos santos varões do Concilio de Calcedônea calcado somente nas Escrituras, cujo julgamento seguimos porque a Palavra de Deus que os iluminara também vai adiante de nós agora. Venham, pois, os romanistas e, segundo o costume, se blasonem de que o Espírito Santo esteja pregado e ligado a seus concílios!

10. Mesmo aqueles concílios antigos, como se vê no Concílio de Nicéia, se ressentiram de falhas devidas à falta de visão, ou falta de atenção, ou falta de conhecimento, ou falta de comedimento

Se bem que também naqueles *concílios* antigos e mais puros não deixa de haver falhas, ou que homens de outra sorte eruditos e sábios, que então se achavam presentes, distraídos pelas questões do momento, não atentavam para muitas outras *coisas*, ou que, ocupados em *coisas* mais graves e mais sérias, algumas de menos importância *lhes* escapavam; ou que simplesmente como homens podiam enganar-se por falta de conhecimento; ou que, por vezes, eram levados de roldão por paixão excessiva.

108. O concílio de Hiera (753); mais exatamente sob Constantino V, Coprômino, filho de Leão III.
109. II de Nicéia (787).

Desta última *razão*, que de todas parece a mais dura, existiu notório exemplo no Concílio de Nicéia, cuja dignidade, no consenso de todos, foi reconhecida, como bem o merecia, de suma veneracão. Ora, como ali periclitasse o artigo primário de nossa fé, e o inimigo estivesse pronto para a presente batalha, Ário, com quem teriam de lutar mão a mão, e de fato fosse um momento supremo na harmonia daqueles que vieram preparados para combater o erro de Ário, no entanto eles próprios, descuidosos de tão grandes perigos, mais ainda, quem sabe esquecidos da seriedade, da moderação e de toda urbanidade, deixada de parte a peleja que tinham nas mãos, como se de deliberado intento aí houvessem comparecido para obsequiar a Ário, começaram a cindir-se em dissensões domésticas e a dirigir contra si mesmos a pena que deveria ser empunhada contra Ário. Ouviam-se vergonhosas incriminações, volitavam libelos acusatórios, sem se chegar ao fim das contendas a não ser depois de se lacerarem com mútuos ferimentos, não tivesse o Imperador Constantino interferido, o qual, professando ser coisa acima de seu conhecimento a investigação da vida deles, castigou tal descomedimento com louvor mais do que com censura.

É indisputável em quão numerosos aspectos caíram também os outros concílios que, mais tarde, se seguiram? Tampouco tem esta matéria necessidade de longa demonstração, pois se alguém ler exaustivamente suas atas, aí assinalará muitas fraquezas, para não usar termos mais graves.

11. Os concílios, passíveis de falhas humanas, não têm autoridade absoluta

E Leão, o pontífice romano, não hesita em lançar a pecha de ambição e inconsiderada temeridade ao Concílio de Calcedônea, o qual confessa ser ortodoxo nos dogmas. Na verdade não nega ser *ele um concílio* legítimo, porém afirma abertamente que ele podia errar.[110] Talvez eu me pareça obtuso a alguém, ao diligenciar por apontar erros desta natureza, quando os adversários confessam que os concílios possam errar naquelas *coisas* que não são necessárias à salvação. Todavia, este trabalho não é supérfluo. Pois, embora coagidos, de fato confessam isso verbalmente quando, no entanto, nos impingem como oráculo do Espírito Santo, em qualquer coisa, sem nenhuma discriminação, a decisão de todos os concílios, estão a requerer mais do que incialmente foi pressuposto. Ao agir assim, o que estão pretendendo senão que os concílios não podem errar, ou, se erram, entretanto não é lícito discernir a verdade, ou não concordar com os erros?

Tampouco pretendo outra *coisa* senão poder-se daí concluir que o Espírito Santo de tal modo dirigiu os concílios, de outra sorte pios e santos, que, entrementes, permitisse que algo lhes acontecesse de humano para que não confiemos excessi-

110. Leão I, *Cartas*, CIV, 2-4; CV, CVI.

vamente nos homens. Esta opinião é muito melhor que aquela de Gregório Nazianzeno, *a saber*, que nunca havia visto um bom fim de nenhum concílio. Ora, uma vez que afirma que todos, sem exceção, acabaram mal, não lhes deixa muito de autoridade.

Já não se faz necessário fazer menção separadamente dos concílios provinciais, uma vez que à mão está estimar dos concílios gerais quanto de autoridade devam ter para elaborar artigos de fé e para receber qualquer gênero de doutrina que bem lhes pareça.

12. Improcedência do argumento romanista da autoridade, quando ela só se deriva da Palavra divina, aliás, nela reside

Mas nossos romanistas, vendo que seus esforços não lhes servem para nada, se acolhem num último e bem miserável refúgio: ainda que sejam broncos de mente e intenção, de fato depravadíssimos em ânimo e vontade, entretanto permanece a Palavra do Senhor que manda obedecer aos que exercem o mando [Hb 13.17]. Porventura é assim mesmo? E se eu negar que esses tais são de fato mandatários? Ora, não devem arrogar para si mais do que fora Josué, que não só foi profeta do Senhor, mas também exímio pastor. Ouçamos, porém, com que palavras ele foi investido pelo Senhor em seu ofício: "Não se aparte de tua boca", diz *ele*, "o volume da lei; ao contrário, nele meditarás dia e noite; não te volverás para a direita, nem para a esquerda; então, dirigirás teu caminho e o entenderás" [Js 1.7, 8]. Portanto, nossos mandatários espirituais serão estes: os que não se desviam da lei do Senhor nem para cá, nem para lá.

Ora, se se há de receber a doutrina de qualquer pastor que seja, com nenhuma hesitação, de que nos servirá ser tantas vezes e tão cuidadosamente avisados por boca do Senhor, que não ouçamos aos falsos profetas? "Não ouçais", diz *ele* por intermédio de Jeremias, "as palavras dos profetas que vos profetizam, pois vos ensinam futilidade, e não da boca do Senhor" [Jr 23.16]. Igualmente: "Acautelai-vos dos falsos profetas, que vos vêm em vestidura de ovelhas, mas interiormente são lobos vorazes" [Mt 7.15]. Também João nos exortaria em vão a que "provemos os espíritos e vejamos se são da parte de Deus" [1Jo 4.1]. Na verdade não se eximem desse juízo os próprios anjos [Gl 1.8], muito menos Satanás com suas mentiras. Mas o que *significa* isto: "Se um cego guia a outro cego, ambos cairão no fosso" [Mt 15.14]? Porventura não demonstra suficientemente bem quais são os pastores a quem devemos ouvir, e que não é bom ouvir a todos indiscriminadamente?

Portanto, não há por que nos atemorizem com seus títulos, para que *nos* arrastem à participação de sua cegueira, quando vemos em contrário que foi o próprio Senhor que nos alarma quanto ao cuidado, para que não permitamos ser arrastados por erro alheio, sob qualquer disfarce de nome em que se esconda. Ora, se a resposta

de Cristo é verdadeira, os guias cegos, cada um, não importa se são sacerdotes, prelados, pontífices, nada podem fazer para arrastar ao mesmo precipício, senão a seus consortes. Conseqüentemente, que não nos estorve nenhum nome de concílio, de pastor, de bispo, quer se pretenda usar falsamente, ou usar verdadeiramente, de sermos avisados por evidências não só de palavras, mas também de coisas, todos, examinarmos os espíritos de todos segundo a regra da divina Palavra, com a qual provemos se porventura vieram da parte de Deus.

13. A Igreja alcançará interpretação mais conveniente da Escritura através de concílios; mas, visto que nem todos foram ou fiéis à verdade da Escritura, não se deve receber toda doutrina votada por um concílio

Posto que já provamos que não foi dado à Igreja poder de elaborar nova doutrina, falemos agora do poder que *os romanistas* lhe atribuem na interpretação da Escritura. Nós, por certo que de bom grado, concedemos que, se surgir contestação acerca de algum dogma, nenhum remédio há, nem melhor nem mais certo, que se reúna um sínodo de bispos verdadeiros, quando se examine o dogma controvertido. Ora, *em primeiro lugar*, muito mais de peso terá uma decisão desta natureza, na qual, invocando o Espírito de Cristo, os pastores da Igreja, em comum, cheguem a um consenso, do que se cada um ensine ao povo *a doutrina* concebida separadamente em casa, ou uns poucos homens em particular a formulem. Em segundo lugar, quando os bispos se reúnem em um *todo*, liberam de maneira mais conveniente em comum o que hajam de ensinar e em que forma, para que a diversidade não engendre escândalo. Em terceiro lugar, Paulo, ao julgar as doutrinas, nos prescreve este método. Pois, quando atribui a cada igreja esse critério [1Co 14.29], mostra qual deve ser a forma de agir nas causas mais graves, isto é, que empreendam suas igrejas comum conhecimento entre si. E assim nos instrui o próprio senso de piedade que, se alguém perturbar a Igreja com dogma inusitado, e a situação chegue ao ponto em que haja perigo de dissídio mais grave, que primeiro as Igrejas se reúnam, examinem a questão proposta; finalmente, se a discussão for justa, apresentem uma definição tomada da Escritura, que não só remova a dúvida dentre o povo, mas também feche a boca aos homens réprobos e cobiçosos, para que não ousem avançar mais.

Por isso, ao surgir Ário, o Concílio de Nicéia foi reunido, o qual com sua autoridade não só esmagou os celerados intentos do homem ímpio, como também restituiu a paz às igrejas as quais *ele* havia inquietado; e assim afirmou, contra seu dogma sacrílego, a eterna divindade de Cristo. Quando mais tarde Eunômio e Macedônio excitaram novos tumultos, através do Concílio de Constantinopla recorreu-se a remédio semelhante contra sua insânia; no Concílio de Éfeso foi debelada a impie-

dade de Nestório. Afinal, esta maneira de conservar-se a unidade foi ordinária na Igreja desde início, sempre que Satanás começava a maquinar algo.

Mas, lembremo-nos de que nem sempre há em todos os séculos ou lugares os Atanásios, os Basílios, os Cirilos e defensores afins da doutrina verdadeira, os quais o Senhor suscitou naquela época. Ponderemos, com efeito, o que aconteceu no Segundo Concílio de Éfeso, quando prevaleceu a heresia eutiquiana: Flaviano, homem de santa memória, arrojado ao exílio com alguns varões piedosos; de fato muitas abominações deste gênero foram cometidas, porque aí presidia Dióscoro, homem faccioso e de péssimo caráter, mas não o Espírito do Senhor. Mas aí, *se retrucará*, a Igreja não estava presente. Admito-o, pois assim afirmo absolutamente: Nem por isso a verdade não sucumbe na Igreja ainda que seja oprimida por um concílio; ao contrário, ela é admiravelmente preservada pelo Senhor, de sorte que, de novo, a seu tempo, emerja e triunfe. Não obstante, nego que toda interpretação da Escritura seja verdadadeira e certa por haver recebido os votos de um concílio.[111]

14. FALACIOSA E BLASFEMA A TESE ROMANISTA DE QUE, POR MEIO DE SEUS CONCÍLIOS, A IGREJA É SOBERANA NA INTERPRETAÇÃO E APROVAÇÃO DA ESCRITURA

Os romanistas, no entanto, visam a outro *propósito*, quando ensinam estar na mão dos concílios o poder de interpretar a Escritura, e esse sem apelação. Pois abusam deste pretexto, de modo que chamem ***interpretação da Escritura*** tudo quanto foi estatuído nos concílios. A respeito do purgatório, a respeito da intercessão dos santos, a respeito da confissão auricular, entre outros temas, não se achará uma só sílaba nas Escrituras. Contudo, uma vez que todas essas *coisas* foram sancionadas pela autoridade da Igreja, isto é, para falarmos mais verazmente, *foram* recebidas pela opinião e pelo uso, cada uma deverá ter-se por ***interpretação da Escritura***. Não só isso, mas se algo for estatuído por um concílio, mesmo estando a Escritura a bradar contra, *isso* terá o nome de ***interpretação***.

Cristo ordena que todos bebam do cálice que oferece na Ceia [Mt 26.27]. O Concílio de Constança proibiu fosse *o cálice* dado ao povo, mas quis que somente o sacerdote o bebesse. Assim sendo, pretendem que se tenha por ***interpretação*** sua o que se põe diametralmente contra a instituição de Cristo. Paulo chama à proibição do casamento "hipocrisia de demônios" [2Tm 4.1-3]; de fato o Espírito pronuncia, em outro lugar, que o matrimônio é santo em todos e honroso [Hb 13.4]. Que, depois disto, aos sacerdotes interditaram o matrimônio, declarando que esta é verdadeira e natural interpretação da Escritura, quando não se pode imaginar nada mais

111. Primeira edição: "Isto, contudo, nego ser perpétuo: que verdadeira seja e certa a interpretação da Escritura que haja sido recebida pelos sufrágios de um Concílio."

alheio. Se alguém ousar abrir a boca em contrário, será julgado herético, uma vez que a decisão da Igreja é sem apelo e não é lícito duvidar de sua interpretação, a qual é verdadeira. Por que eu invectivaria tão grande impudência? Pois só de havê-la posto à mostra dispensa mais discussão!

O que ensinam quanto ao poder que a Igreja tem de aprovar a Escritura, deliberadamente deixo de considerar. Porque sujeitar desse modo os oráculos de Deus ao juízo dos homens, para que sejam assim ratificados, só porque é do agrado de homens, é blasfêmia indigna de que se faça menção, e eu já abordei isto previamente. Uma *coisa*, contudo, lhes perguntarei: Se a autoridade da Escritura se fundamenta na aprovação da Igreja, em referência a essa matéria, decreto de que concílio citarão? Creio que nenhum. Por que, pois, em Nicéia Ário se permitia deixar-se vencer por testemunhos extraídos do Evangelho de João? Ora, segundo estes, *lhe* era livre repudiar *esses testemunhos*, uma vez que nenhuma aprovação de um concílio geral havia precedido. Alegam uma lista antiga, que é chamada ***O Cânon da Escritura***, o qual dizem ser oriundo do julgamento da Igreja. Mas, pergunto de novo, em que concílio esse ***cânon*** foi promulgado? Aqui se impõe que fiquem calados. Todavia, desejo saber, além disso, de que natureza julgam ser esse ***cânon***, pois vejo que isto desfrutou de reduzido acordo entre os antigos. E se for válido o que diz Jerônimo, os livros dos Macabeus, Tobias, Eclesiástico, entre outros, serão excluídos da ordem dos Apócrifos, o que eles de modo nenhum admitem fazer.

CAPÍTULO X

DO PODER *DA IGREJA* EM PROMULGAR LEIS, NO QUAL O PAPA E OS SEUS TÊM EXERCIDO CRUDELÍSSIMA TIRANIA E TORMENTO SOBRE AS ALMAS

1. Os romanistas pretendem que à Igreja caiba impor ordenanças espirituais de modo absoluto, enquanto à consciência só se deve exigir o que está sancionado na Escritura

Vem em seguida a segunda parte, a qual *os papistas* querem que se situe na promulgação de leis, de cuja fonte emanaram inumeráveis tradições humanas, outros tantos laços para estrangular as míseras almas. Pois, sua religião não foi maior que aquela que os escribas e fariseus põem aos ombros dos outros como fardos que nem mesmo quiseram tocar com um dedo [Mt 23.4; Lc 11.46]. Ensinei em outro lugar que mui cruel suplício é o que preceituam quanto à confissão auricular. Em nenhuma outra lei se evidencia tão grande violência, mas *mesmo aquelas* que parecem as mais toleráveis de todas oprimem tiranicamente as consciências. Passo por alto o fato de corromperem o culto de Deus, e ao próprio Deu, que é o único Legislador, despojam de seu direito.

É deste poder que se impõe tratar agora, *a saber*, se porventura é lícito à Igreja obrigar as consciências em prol de suas leis. Nesta discussão não se toca à ordem política, mas apenas se trata do fato de que Deus seja devidamente cultuado, segundo a regra prescrita por ele mesmo, e que nos permaneça incólume a liberdade espiritual no que tange a Deus. Tem-se prevalecido o uso de que ***tradições humanas*** se chamem todos e quaisquer editos que, à parte de sua Palavra, provieram de homens acerca do culto de Deus. Temos lutado contra tais leis; não contra as santas e úteis disposições da Igreja que contribuem para conservar, seja a disciplina, seja a honorabilidade, seja a paz.

Mas o propósito desta luta consiste em reprimir o imenso e bárbaro domínio que para si usurpam sobre as almas os que querem ser tidos *por* pastores da Igreja, mas que, de fato, são algozes crudelíssimos. Pois dizem que as leis que promulgam são espirituais, pertinentes à alma, e afirmam que são necessárias para a vida eterna. Mas, como frisei há pouco, assim o reino de Cristo é invadido, de modo a ser totalmente oprimida e destroçada a liberdade por ele dada às consciências dos fiéis. Passo em silêncio agora com quão grande impiedade sancionam a observância de

suas leis, enquanto ensinam que somente dela se deve buscar não só a remissão de pecados, como também a justiça e a salvação; enquanto estatuem que nela está toda a suma da religião e da piedade. Estou discutindo apenas que não se deve impor às consciências necessidade em coisas nas quais Cristo nos deu liberdade, nem podem descansar em Deus a não ser que sejam libertadas, como já ensinamos anteriormente. Importa reconhecer um Rei único, Cristo, seu libertador, e que sejam regidos somente por uma lei de liberdade, isto é, da sagrada palavra do evangelho; se querem reter a graça que uma vez em Cristo alcançaram, que não sejam cativos de nenhuma servidão, que não se deixem prender por nenhum grilhão.

2. O romanismo engendra pesado jugo de disposições e ordenanças às quais escraviza as consciências sobrecarregadas

De fato imaginam esses Solons que suas ordenanças são leis de liberdade, um jugo suave, um fardo leve [Mt 11.30]; mas quem não percebe que são pura falsidade? De fato eles mesmos não sentem nenhum peso de suas leis, já que, alijado o temor de Deus, negligenciam segura e estrenuamente tanto suas próprias leis quanto as divinas. *Aqueles,* porém, que são tangidos de algum cuidado por sua salvação, mui longe está de que se julguem livres enquanto estiverem enredilhados nesses laços. Vemos com quão grande cautela se conduziu Paulo nesta matéria, até o ponto de não atrever-se a impor-lhes um laço numa só coisa [1Co 7.35]. E isto não sem razão. Por certo que ele tinha em vista quão grande ferida se infligiria às consciências, se lhes impusesse essas coisas das quais o Senhor lhes havia dado liberdade. Ao contrário, mal se podem contar as ordenanças que estes mui pesadamente sancionaram, com ameaça de morte eterna, as quais exigem mui severamente, como se fossem necessárias à salvação. E entre essas, muitíssimas são dificílimas de se observar; mas, se forem amontoadas, são todas, em sua imensa profusão, impossíveis de se observarem. Portanto, como não sucederá que, emaranhados em extrema ansiedade, não se sintam abrasados de terror e perplexidade os que se vêem mergulhados em tão enorme massa de dificuldade? Daí, aqui meu intento é investir contra ordenanças deste gênero, as quais são de tão grande proporção, que enlaçam interiormente as almas diante de Deus e infundem religiosiade tal como se estivessem a preceituar acerca de causas necessárias à salvação.

3. Foro externo e foro íntimo, natureza e função da consciência de que este é expressão

Esta questão tanto embaraça a muitos, que não distinguem com suficiente sutileza entre o chamado foro externo e o foro da consciência. Ademais, *o fato de* que Paulo prescreve que se deve obedecer ao magistrado "não só pelo temor da pena,

mas também por causa da consciência" [Rm 13.5], aumenta ainda mais a dificuldade. Do quê se segue que as consciências são obrigadas também pelas leis civis, o que, se assim fosse, cairia *por terra* tudo quanto dissemos em capítulo anterior, e agora diremos a respeito do governo espiritual.

Para que seja resolvida esta dificuldade, faz-se necessário, primeiro, ter em mente o que é a consciência. E por certo a definição deve ser buscada na etimologia da palavra; pois assim como quando, pela mente e pelo entendimento, os homens apreendem a noção das causas, daqui se diz que ***conhecem***, do quê também se deriva o termo ***conhecimento***; e assim, quando eles têm o senso do juízo divino como uma testemunha a si arraigada, que não os deixa ocultar seus pecados sem que sejam arrastados ao tribunal do juiz *como* réus, esse senso se chama ***consciência***. Ora, *a consciência* é um como que elemento intermédio entre Deus e o homem, visto que não permite que o homem suprima em si próprio o que conhece; antes, o persegue até o ponto de o conduzir à condição de réu. Isto é o que Paulo entende quando ensina que a consciência, igualmente, dá testemunho aos homens quando os acusam ou os absolvem, ante o próprio tribunal de Deus, suas próprias cogitações [Rm 2.15]. A simples noção poderia residir no homem como que latente. Portanto, este senso que conduz o homem ao tribunal de Deus é como uma sentinela a velar pelo homem, a observar-lhe e espreitar-lhe todos os segredos, para que, envolto em trevas, algo não permaneça. Donde também aquele provérbio antigo: A consciência vale por mil testemunhas. Pela mesma razão, também Pedro identificou ''a resposta de uma boa consciência para com Deus'' [1Pe 3.21] como sendo a tranqüilidade de espírito, quando, convencidos da graça de Cristo, nos apresentamos destemidamente diante de Deus. E o autor da Epístola aos Hebreus, ao dizer que já não temos consciência de pecado [Hb 10.2], entende que estamos já libertados ou absolvidos, de modo que o pecado já não nos acusa.

4. A CONSCIÊNCIA ESTÁ NECESSARIAMENTE OBRIGADA PARA COM DEUS, EMBORA NÃO O SEJA EM QUESTÕES NÃO ESSENCIAIS

E assim, como as obras dizem respeito aos homens, também a consciência se polariza em Deus, de modo que a boa consciência outra coisa não é senão a integridade interior do coração. Neste sentido Paulo escreve que "o cumprimento da lei é o amor que procede de uma consciência pura e de fé não fingida" [1Tm 1.5]. Mais adiante, ainda no mesmo capítulo, o Apóstolo mostra até onde difira do entendimento a consciência, ao dizer que alguns haviam naufragado na fé, porquanto haviam repelido totalmente a boa consciência [1Tm 1.19]. Pois com estas palavras ele indica que a consciência é o vivo sentimento de honrar a Deus e o sincero esforço de viver pia e santamente. Aliás, às vezes ela se estende também até os homens, como quando o mesmo Paulo testifica em Lucas que se empenhara em andar em boa consciên-

cia para com Deus e os homens [At 24.16]. Mas isto foi dito porque os frutos de uma boa consciência fluem e chegam até os homens. Mas, falando de forma mais apropriada, como já disse, somente Deus focaliza *a consciência*. Por isso se diz que a lei obriga a consciência simplesmente quando liga o homem independentemente dos demais homens e sem levá-los em conta. Por exemplo, Deus não só preceitua que se conserve a mente casta e pura de toda libidinosidade, como também proíbe toda e qualquer obscenidade de palavras e lascívia exterior. Minha consciência está sujeita à observância desta lei, ainda que nenhum homem vivesse no mundo. Conseqüentemente, aquele que se conduz desregradamente não só peca por propiciar mau exemplo aos irmãos, mas ainda tem a consciência envolta por culpa diante de Deus.

Outra é a situação em coisas por si só indiferentes. Ora, devemos abster-nos delas, caso produzam algum tropeço, todavia com uma consciência livre. Assim, Paulo fala acerca de carne consagrada a ídolos: "Mas se alguém vos disser", diz *ele*: "Isto foi sacraficado aos ídolos, não comais, por causa daquele que vos advertiu e por causa da consciência; porque a terra é do Senhor, e toda a sua plenitude. Digo, porém, a consciência, não a tua, mas a do outro. Pois, por que há de minha liberdade ser julgada pela consciência de outrem?" [1Co 10.28, 29]. O homem crente pecaria se, previamente advertido, não obstante comesse carne dessa natureza. Todavia, por mais necessária que, pelo respeito a um irmão, lhe seja *essa* abstinência, como é prescrita por Deus, no entanto ele não deixa de reter sua liberdade de consciência. Vemos como esta lei, ligando a ação externa, deixa livre a consciência.

5. A consciência, polarizada em Deus, não é obrigada pelas leis humanas, civis ou eclesiásticas, no que tange ao governo espiritual

Voltemos agora às leis humanas. Se foram promulgadas com o fim de nos impor escrúpulo excessivo, como se sua observância em si mesma fosse necessária, dizemos que ela impõe à consciência o que não era justo. Ora, nossa consciência não tem nada a ver com homens; antes, ela tem a ver somente com Deus. A isto visa essa distinção comum entre *foro* terreno e foro da consciência. Como o mundo inteiro se viu envolvido em densíssima caligem de ignorância, entretanto permaneceu remanescente esta minúscula centelha de luz: que reconhecessem ser a consciência do homem superior a todos os juízos humanos. Embora o que numa só palavra confessavam e em seguida o impugnavam pela própria conduta, no entanto quis Deus que algum testemunho da liberdade cristã subsistisse também então, para que eximisse as consciências da tirania dos homens.

Mas ainda não foi resolvida aquela dificuldade que nasce das palavras de Paulo. Ora, se é indispensável que se obedeça aos príncipes, não só por causa do castigo, mas também por causa da consciência [Rm 13.5], daí parece deduzir-se que também sobre a consciência dominam as leis dos príncipes; o que, se fosse verdadeiro, o

mesmo haverá de dizer-se também das *leis* eclesiásticas. Respondo que, antes de tudo, aqui é preciso distinguir entre o gênero e a espécie. Pois ainda que cada lei particular não diz respeito à consciência, contudo somos obrigados pelo preceito geral de Deus que nos recomenda a autoridade dos magistrados. E neste gonzo se revolve a discussão de Paulo: os magistrados, uma vez que foram ordenados por Deus, devem ser tidos em honra [Rm 13.1]. Entrementes, ele longe está de ensinar que digam respeito ao governo interior da alma as leis que são por eles instituídas, quando por toda parte, acima de todos e quaisquer decretos humanos, exalta não só o culto divino, mas também a regra espiritual do viver justo.

Um outro ponto, o qual no entanto depende das *coisas* supramencionadas, é também digno de ser observado: as leis humanas, quer sejam promulgadas por um magistrado, quer *sejam* pela Igreja, ainda que sua observância seja necessária – falo de leis justas e boas –, no entanto não obrigam por si mesmas a consciência, porque toda necessidade de observá-las visa ao fim geral, porém não consiste nas coisas *nelas* preceituadas. Mui longe estão desse caminho os que prescrevem novas formas de cultuar-se a Deus e põem como obrigatórias coisas que são indiferentes.

6. As coisas chamadas constituições eclesiásticas, injunções e dispositivos que o romanismo engendrou e impôs no culto divino, são destituídas de autoridade, tampouco assiste aos bispos o poder que arrogam para si de ditá-las a seu bel-prazer

Tais são, porém, as *injunções* que hoje no papado se chamam ***constituições eclesiásticas***, as quais são inculcadas como culto verdadeiro e necessário a Deus. E como são incontáveis *essas injunções*, assim infindos são os laços para se apanharem e se enredilharem as almas. Mas, ainda que já frisamos algo *desta matéria* na exposição da lei, no entanto, visto que este era o lugar mais oportuno para justa consideração, me esforçarei agora para coligir toda a suma da melhor maneira que puder. E porque, acerca da tirania que os falsos bispos arrogam para si na liberdade de ensinar o que quer que pareça bem, já há pouco discorremos sobre o que nos pareceu suficiente, omitirei toda essa parte. Aqui me demorarei só em expor o que dizem, *a saber*, que possuem o poder de promulgar leis.

Portanto, com este pretexto nossos falsos bispos oneram as consciências com novas leis, dizendo que foram constituídos pelo Senhor como legisladores espirituais, já que lhes foi confiado o governo da Igreja. Assim sendo, o que quer que ordenem e prescrevam, declaram que isso deve ser necessariamente observado pelo povo cristão; e aquele que o violar, esse mesmo é réu de dupla desobediência, porquanto é rebelde para com Deus e para com a Igreja. Certamente, se fossem bispos verdadeiros, eu lhes atribuiria algo de autoridade nesta parte, não quanto para si

reivindicam, mas quanto se requer para regular-se devidamente o governo da Igreja. Ora, quando nada são, a não ser o que querem que sejam considerados, não podem assumir para si um mínimo sequer de autoridade sem que excedam a medida. Mas, já que isto se viu também em outro lugar, admitamos no momento que tudo quanto os verdadeiros bispos têm de poder, isso lhes compete de direito. No entanto nego, em razão de se constituírem legisladores dos fiéis, que podem de si próprios prescrever regra de viver, ou com seus decretos obrigar o povo a si confiado. Ao dizer isto, entendo que não lhes é lícito mandar que a Igreja guarde como coisa necessária o que eles por si mesmos, à margem da Palavra de Deus, imaginaram em seu íntimo.[112] Como este direito não só foi desconhecido aos apóstolos, mas também tantas vezes pela boca do Senhor foi proibido aos ministros da Igreja, admiro-me de que, em arrepio ao exemplo dos apóstolos, e contra a manifesta proibição divina, há quem ainda ouse hoje arrebatá-lo e defendê-lo.

7. FOI DEUS MESMO QUEM COMPENDIOU EM SUA LEI A NORMA PERFEITA DO BEM VIVER; POR ISSO OS QUE IMPÕEM ALGO DE SI PRÓPRIOS, FORA OU ALÉM DA PALAVRA DE DEUS, USURPAM A AUTORIDADE DIVINA

Tudo quanto se relaciona com a perfeita norma de vida que o Senhor assim compreendeu em sua lei, isso ele o enfeixou em sua lei, de modo que nada deixou aos homens adicionar a essa suma. E isso ele fez com este propósito: primeiro, para que o tenhamos como único Mestre, porque toda a perfeição de nossa vida consiste em que todas nossas ações sejam encaminhadas e dirigidas conforme a vontade de Deus, como única regra de vida. Em segundo lugar, para dar-nos a entender que não há coisa que mais ele nos peça do que a obediência. Por esta razão, diz Tiago: ‘‘Aquele que julga a um irmão, julga a lei; aquele que julga a lei, não é observador da lei, mas juiz. No entanto, um só é o Legislador, que pode salvar e destruir’’ [Tg 4.11, 12]. Ouvimos que Deus reivindica exclusivamente para si que nos deixemos reger pelos mandamentos e leis de sua Palavra. E isso mesmo fora dito antes por Isaías, ainda que um pouco mais obscuramente. ‘‘O Senhor é o nosso Rei; o Senhor é o nosso Legislador; o Senhor é o nosso Juiz; ele nos salvará’’ [Is 33.22].

Obviamente, em uma e outra dessas duas passagens patenteia-se que a esse que tem direito sobre a alma pertence o arbítrio sobre a vida e a morte. Com efeito, isto afirma claramente Tiago. Isso, de fato, nenhum dos homens pode assumir para si. Portanto, impõe-se reconhecer a Deus como rei único das almas, em cuja mão está o único poder de salvar e de destruir ou, como celebram aquelas palavras de Isaías: ‘‘rei, juiz, legislador e salvador” [Is 33.22]. Assim sendo, Pedro, quando por meio de seu ofício admoesta os pastores, os exorta que apascentem o rebanho de tal modo

112. Primeira edição: “Quando isto digo, entendo de modo nenhum permitir-se-lhes que por necessário de observar-se ordenem à Igreja [o] que de si hajam [eles] próprios excogitados, à parte da Palavra de Deus.”

que não exerçam domínio sobre os ***clérigos***, termo com que significa a ***herança*** de Deus, isto é, o povo dos fiéis [Pe 5.2, 3]. Se considerarmos bem, que grande maldade é atribuir ao homem o que o Senhor diz pertencer exclusivamente a ele, veremos que com isso ele os priva de toda a autoridade que atribuem a si mesmos os que se atrevem a ordenar na Igreja qualquer coisa independentemente da Palavra de Deus.

8. Uma vez que somente Deus ministra a lei perfeita, e que somente ele tem absoluta autoridade sobre as almas, é preciso que se julguem sobre essa base todas as injunções e ordenanças que nos são inculcadas no exercício da religião

Com efeito, uma vez que daí depende toda a causa, se Deus é o único Legislador, não é próprio aos homens atribuírem a si essa honra; ao mesmo tempo convém ter em mente essas duas razões que temos exposto, em virtude das quais o Senhor diz que isto lhe pertence de forma exclusiva. Mas, a primeira é que sua vontade nos seja a regra perfeita de toda justiça e santidade, e assim esteja em seu caminho a perfeita ciência do bem viver. A segunda, quando se perquire o modo correto e sensato de cultuá-lo, é para que somente ele tenha domínio sobre nossas almas, a quem devamos obedecer e de cujo arbítrio *devamos* depender. Observadas estas duas razões, será fácil atinar bem e saber quais ordenanças humanas são contrárias à Palavra do Senhor. São todas, porém, desse gênero as que se imaginam pertencer ao verdadeiro culto de Deus e cuja observação as consciências são obrigadas, como se fossem elas de observância compulsória. Portanto, lembremos que nesse prato da balança devem ser pesadas todas as leis humanas, caso queiramos ter uma verificação segura, que em parte alguma nos permita desgarrar.

Com a primeira *dessas duas razões* Paulo disputa na Epístola aos Colossenses contra os falsos apóstolos que tentavam impor às igrejas novas cargas [Cl 2.8]. Da segunda ele usa mais em Gálatas, em causa semelhante. Portanto, *o Apóstolo* inculca na Epístola aos Colossenses que não se deve buscar da parte dos homens doutrina quanto ao verdadeiro culto imposto por Deus, porquanto o Senhor fielmente nos instruiu de forma sumária sobre como ele deva ser cultuado. Para demonstrar tal coisa, lemos no primeiro capítulo que o evangelho contém toda a sabedoria pela qual o homem de Deus se torna perfeito em Cristo. No início do capítulo dois lemos que todos os tesouros da sabedoria e da inteligência foram escondidos em Cristo [Cl 2.3]; daí, em seguida ele conclui que os fiéis devem precaver-se para que não sejam alienados do rebanho de Cristo mediante vã filosofia, segundo as ordenanças de homens [Cl 2.8]. No fim do capítulo, porém, com firmeza ainda maior, *Paulo* condena todos ἐθελοθρησκείᾶς [*ĕthĕlŏthrēskeíās*], isto é, os cultos espúrios que os próprios homens engendram para si, ou recebem de outros, e todos e quaisquer preceitos que ousem inculcar de si com respeito ao culto de Deus [Cl 2.16-23].

Portanto, mantemos que são ímpias todas as ordenanças em cuja observância se imagina estar situado o culto de Deus. De fato são muitíssimo claras as passagens nas quais em Gálatas, especialmente no capítulo 5, *o Apóstolo* insiste que as consciências não devem envolver-se por laços, as quais devem ser regidas exclusivamente por Deus. Que seja suficiente, pois, sua mera menção.

9. Ante o exposto, as chamadas constituições eclesiásticas do romanismo, tanto cerimoniais quanto disciplinares, são improcedentes, inadmissíveis e perniciosas

Mas, visto que toda a matéria melhor se evidenciará com exemplos, antes que avancemos mais faz-se necessário acomodar esta doutrina a nossos tempos. As chamadas ***constituições eclesiásticas***, com as quais o papa e os seus oneram a Igreja, dizemos que são perniciosas e ímpias; nossos adversários em sua defesa sustentam que são santas e salutares. Dois são os gêneros destas constituições: umas se referem a cerimônias e ritos; as outras visam mais à disciplina. Há, pois, justa causa que nos move a impugnar a umas e outras? De fato a causa é mais justa do que gostaríamos!

Primeiro, porventura os próprios autores não definem com voz clara que o próprio culto divino está contido nelas? A que fim dirigem suas cerimônias senão para que, por meio delas, Deus seja cultuado? Tampouco isso é praticado somente pelo erro da multidão ignorante, mas também pela aprovação daqueles que têm o ofício de ensinar. Não estou ainda abordando as crassas abominações com as quais eles diligenciaram por reverter toda piedade; mas certamente não teriam por crime tão atroz haver falhado em sequer a mínima tradição, se não cressem que devem sujeitar o culto de Deus a suas invenções. Logo, por que pecamos, se hoje não podemos tolerar o que Paulo ensinou não ser tolerável, *a saber*, que ao arbítrio de homens se mude de rumo o rito legítimo de se cultuar Deus, especialmente quando preceituam celebrar o culto segundo os elementos deste mundo, os quais Paulo testifica estarem em oposição a Cristo? [Cl 2.20]. Por outro lado, não é desconhecido o fato de que obriguem as consciências com excessivo rigor a observarem tudo quanto ordenam. Aqui, enquanto bradamos em contrário, fazemos nossa causa comum com Paulo, o qual de modo algum permite que as consciências dos fiéis sejam guiadas à servidão de homens [Gl 5.1].

10. Equanto os romanistas reclamam zelosa observância de toda ordenança que impõem, demonstram total indiferença para com os preceitos da lei de Deus

Mas há ainda algo pior. Depois que se começou uma vez a adornar a religião

com tão vãs invenções, a essa perversão segue continuamente ainda outra execrável depravação, a qual Cristo censura nos fariseus: que se faça nulo o preceito de Deus por causa das tradições de homens [Mt 15.3].[113] Não desejo discutir com minhas palavras contra os legisladores de nosso tempo. Que então vençam, se de algum modo possam livrar-se desta acusação de Cristo. Mas como se escusariam, quando entre eles se tem por maior abominação não haver se confessado uma vez ao ano do que haver vivido durante toda uma vida de perversidade; haver infectado a língua no dia de sexta-feira com ligeiro sabor de carne, do que haver aviltado todo o corpo, fornicando todos os dias; em haver movido a mão em trabalho honesto no dia consagrado a qualquer um de seus santos, do que haver exercitado continuamente todos os membros nos piores crimes; em uma só união legítima ligar-se um sacerdote, do que envolver-se em mil adultérios; não haver levado a efeito uma peregrinação votiva, do que haver faltado com a palavra em todas as promessas; não haver esbanjado algo nas monstruosas e nem menos supérfluas e inúteis pompas dos templos, do que haver sido remisso às extremas necessidades dos pobres; haver passado por um ídolo sem mesura, do que haver tratado insolentemente a todo gênero dos homens; não haver murmurado em certas horas extenso palavreado sem sentido, do que jamais haver concebido na mente uma oração legítima? O que significa fazer nulo o preceito de Deus por causa de suas tradições, senão isto: quando friamente e só por cumprir encomendam a observância dos mandamentos de Deus, mas incitam a guardar os seus como se neles se contivesse toda a lei de Deus, e castigando a transgressão mínima de algum deles com um castigo não menor que o cárcere, o desterro, o fogo ou a espada? Contra os que não fazem caso de Deus não se mostram tão desumanos; mas a quem os menospreza nutrem profundo e mortal ódio que não se esgota enquanto não acaba com ele. E de tal maneira ensinam àqueles cuja simplicidade têm cativa, que veriam com maior serenidade ver quebrantada toda a lei de Deus, do que ser transgredido o menor dos mandamentos que têm como sendo da Igreja? Acima de tudo, nisto pecam gravemente, ou, seja, que em razão de coisas de somenos importância, e inclusive indiferentes, ante o juízo de Deus um ao outro condena, julga, rejeita. Ora, pois, como se isso fosse um mal pequeno, de mais peso são estimados esses frívolos elementos deste mundo, como Paulo os chama, escrevendo aos gálatas [Gl 4.9], do que os oráculos celestes de Deus. E *aquele* que é quase absolvido de adultério é julgado pelo que come; a quem se permite a meretriz se proíbe a esposa! Sem dúvida, este é o fruto daquela obediência prevaricadora, que se aparta cada vez mais de Deus, enquanto mais se aproxima dos homens.

113. Primeira edição: "Ademais, isto péssimo se acrescente: quando uma vez se começou a religião a definir em termos de tais vãs invenções, a essa perversão se segue, de contínuo, também outra execrável depravidade, que Cristo exprobra aos frariseus: que írrito se faça o preceito de Deus por causa das tradições de homens."

11. Duplo vício mancha essas ordenanças ou constituições eclesiásticas: sua inutilidade e sua multiplicidade, ainda que agradem à sabedoria carnal e sirvam à humilhação pessoal, e até promovam a mortificação da carne

Há também outros dois vícios não leves que reprovamos nessas mesmas ordenanças. Primeiro, que em grande parte prescrevem observâncias inúteis, por vezes até mesmo impróprias; segundo, que pela desmedida multidão delas, as consciências pias são oprimidas e revertidas a um tipo de judaísmo, de tal modo se prendem a sombras que não podem chegar a Cristo. Quanto ao designativo de inadequadas e inúteis que lhes atribuo, sei muito bem que a prudência da carne não as terá como tais, pois lhe resulta tão agradáveis que é como se a Igreja ficasse desfigurada se lhe fossem tiradas. Paulo, porém, escreve o seguinte: "têm alguma aparência de sabedoria, em devoção voluntária, humildade e em disciplina do corpo"; e assim, por sua austeridade, parecem estar domando a carne [Cl 2.23]. Uma advertência, aliás mui saudável, que nunca devemos esquecida! Ele diz que as tradições humanas enganam sob a aparência de sabedoria. Donde lhes provém este matiz? Evidentemente, porque foram inventadas pelos homens; o entendimento humano aí reconhece o que é seu; e ao reconhecê-lo, as abraça com maior prazer do que se faz com algo melhor, mas que não está de acordo com sua vaidade.

Ademais, visto que *estas ordenanças* parecem ser rudimentos convenientes à humildade, por isso, sob seu jugo, mantêm as mentes dos homens abatidas até o chão, daqui têm outra recomendação. Finalmente, porque dão a impressão de que seu intento é refrear os deleites da carne e domá-la com o rigor da abstinência. Por todas estas razões lhe parece que estão ordenadas com muita prudência. Mas, o que Paulo diz sobre essas coisas? Porventura ele remove essas máscaras, para que os simples não sejam iludidos de falso pretexto? Ao contrário, como pensava que era uma refutação suficiente dizer que eram invenções dos homens, passou por alto sem fazer menção disto [Cl 2.20-23]. Mais ainda: como sabia que todos os modos de servir a Deus inventados pelos homens estão condenados, e tanto mais suspeitos são para os fiéis quanto mais deleitam o intelecto humano, visto que sabia que a verdadeira humildade se acha tão distante daquela falsa imagem de humildade exterior, que facilmente *dela* se distinguiria, enfim, porque sabia que não se deve estimar essa disciplina mais do que o exercício do corpo, ele quis que essas próprias *coisas* fossem para refutação das tradições humanas dadas aos fiéis, por cuja causa eram tão estimadas entre os homens.

12. ÀS ALMAS DOTADAS DE REAL PIEDADE E DISCERNIMENTO TODA A POMPA E CERIMONIALISMO EM QUE SE DESLUMBRAM E DELEITAM OS ROMANISTAS SÃO MERA EXTERIORIDADE VAZIA DE CONTEÚDO E DESTITUÍDA DE VALOR, BEM COMO A TÃO CELEBRADA DISCIPLINA QUE IMPÕEM

Assim hoje não só o vulgo indouto, mas também cada um que foi mui grandemente inflado de sabedoria mundana, é extremamente deslumbrado pelo espetáculo das cerimônias. De fato, os hipócritas e certas mulheres néscias pensam que não se pode imaginar nada mais esplendoroso nem melhor. Mas *aqueles* que as examinam mais a fundo e mais verdadeiramente ponderam, segundo a regra da piedade, que valor têm tantas cerimônias desse gênero, primeiro compreendem que são fúteis, porque não contêm nenhuma utilidade; segundo, *que são* imposturas, porque os olhos dos espectadores são iludidos por uma pompa vã.

Falo das cerimônias nas quais os grandes doutores do papado vislumbram grandes mistérios; quanto a nós, nada experimentamos nelas senão meras zombarias. Nem é de admirar que seus autores hajam decaído ao ponto de se iludirem com frívolas fatuidades, e com isso iludem a outros; porque em parte tomaram para si modelo dos delírios dos gentios; em parte, à maneira dos símios, imitaram irracionalmente os antigos ritos da lei mosaica, os quais nos dizem respeito não mais que os sacrifícios de animais e demais *coisas* semelhantes a estas. Evidentemente, ainda que não haja nenhum outro argumento, todavia isto seria suficiente para que nenhum homem de são entendimento não espera nenhum bem de tal multidão de remendos tão mal alinhavados. E a causa em si mostra claramente que a maioria das cerimônias não tem outro uso senão para pasmar ainda mais o povo, e não para ensiná-lo. Assim também nestes novos cânones mais confundem do que conservam a disciplina. E assim, quem considerar atentamente a realidade, verá que não passam de vã aparência e um simulacro de disciplina.

13. A ELEVADA CIFRA E A METICULOSIDADE DA APLICAÇÃO DE TAIS ORDENANÇAS, COMO NOVA CASUÍSTICA JUDAICA, EXERCEM INSUPORTÁVEL JUGO SOBRE AS CONSCIÊNCIAS

Chego então ao outro ponto: quem não vê que a força de amontoar tradições, umas por sobre as outras, veio a produzir um número tão grande, que se tornaram sobremodo toleráveis à Igreja Cristã? Daqui resultou que nas cerimônias transpareça um genuíno judaísmo, e outras observâncias levam consigo uma horrível tortura, que cruelmente atormenta as pobres consciências. Agostinho se queixava de que em seu tempo os preceitos de Deus haviam sido negligenciados, e que tudo estava saturado de tão numerosas superstições, que era repreendido mais severamente aquele que durante as oitavas de seu batismo tocava o solo pisado com o pé descalço do

que *aquele* que sepultava a mente na embriaguez. Queixava-se ainda de que a Igreja, à qual a misericórdia de Deus quis que fosse livre, estava a tal ponto oprimida, que a condição dos judeus era mais tolerável. Se esse santo varão vivesse até nosso século, com que súplicas teria *ele* deplorado essa servidão que ora existe! Porque o número *de ordenanças* se fez dez vezes maior, e se ordena que se observe qualquer minúcia com um rigor cem vezes mais severo.

Assim sucede que, onde esses pervertidos legisladores uma vez alcançaram o poder, não conhecem nenhum limite de impor e proibir, até que chequem ao extremo do rigorismo! Paulo indicou isso, com estas palavras também mui eloqüentes: "Se morrestes para o mundo, por que, como se nele vivêsseis, vos sujeitais a ordenanças: Não comas, não proves, não toques?" [Cl 2.20, 21]. Ora, ainda que o termo ἅπτεσθαι [*háptĕsthai*] signifique tanto **comer** quanto ***tocar***, aqui, longe de ambigüidade, *não* é tomado no primeiro significado, para que não haja repetição supérflua. Portanto, Paulo aqui descreve de forma mui admirável os passos dos falsos apóstolos. Seu ponto de partida é a superstição, porque não só vedam comer, mas até mesmo lambiscar de leve; quando conseguem isso, então proíbem até mesmo o *simples* degustar; quando isso lhes é concedido, dizem que não é lícito nem sequer tocar com o dedo.

14. O cerimonialismo romanista reedita ou perpetua o ritualismo judaico do qual Cristo isentou seu povo, admitido um mínimo de ritos, os quais devem realçar a Cristo, e não obscurecê-lo

Hoje, com razão, condenamos essa tirania nas ordenanças humanas mercê da qual resultou que as miseráveis consciências se vêem extremamente atormentadas com infindos preceitos e com a excessiva extorsão aos que os guardam. Quanto aos cânones que se referem à disciplina, já falamos em outro lugar. Que direi quanto às cerimônias pelas quais se efetuou que, quase sepultando a Cristo, nos volvemos às figuras judaicas?

"Nosso Senhor Jesus Cristo", diz Agostinho, "amalgamou a sociedade do novo povo com sacramentos pouquíssimos em número, eminentíssimos em significado, facílimos em observância." Quão distante desta simplicidade está a multidão e variedade de ritos nos quais hoje vemos estar enredilhada a Igreja, não se pode narrar suficientemente. Sei com que artifício alguns homens astutos justificam esta perversão. Dizem haver entre nós muitíssimos tão exatamente ignorantes como houve no povo de Israel; por causa desses foi estabelecida disciplina desta natureza, da qual embora possam os mais fortes carecer, entretanto não devem negligenciá-la, quando percebem ser útil aos irmãos fracos. Respondo que não desconhecemos o problema em virtude da fraqueza dos irmãos, mas objetamos, em contrário, não ser

esta a maneira pela qual se atenda aos fracos, ou, seja, esmagá-los com tão grandes montões de cerimônias.

Não foi debalde que Deus pôs esta diferença entre nós e o povo antigo: que a este ele quis ensinar com um método próprio de crianças, com sinais e figuras; a nós, de uma forma mais simples, sem tão grande aparato externo. ‘‘Da mesma forma que um menino” , diz Paulo, “é dirigido por um ***pedagogo***, segundo o alcance de *sua* idade, e é mantido sob *sua* custódia, assim eram os judeus custodiados sob a lei” [Gl 4.1-3]. Nós, porém, somos semelhantes a adultos, que liberados de tutela e curatoria não têm necessidade de rudimentos infantis. Certamente o Senhor previa que tipo de gente haveria de existir em sua Igreja, e de que maneira haveria de dirigi-los. Entretanto, como foi dito, deste modo *ele* fez distinção entre nós e os judeus. Daí, se quisermos granjear os interesses dos menos esclarecidos, então é um proceder estulto querermos restaurar um judaísmo já abolido por Cristo.

Cristo assinalou também esta dissemelhança do povo antigo e do novo, com suas *próprias* palavras, quando dizia à mulher samaritana que já chegou o tempo “em que os verdadeiros adoradores adorarão a Deus em espírito e em verdade” [Jo 4.23]. De fato isto sempre fora feito, mas os novos adoradores diferem dos antigos em que sob Moisés a adoração espiritual de Deus era obscura e como que enredilhada de muitas cerimônias, as quais uma vez abolidas agora o culto se reveste de mais simplicidade. Conseqüentemente, os que confundem esta dissemelhança estão destruindo a ordem instituída e estabelecida por Cristo. Portanto me dirás: Porventura não temos de ter nenhum cerimônia para ajudar aos menos esclarecidos? É evidente que não estou dizendo tal coisa; pois percebo que este gênero de ajuda lhes é muitíssimo útil. Apenas afirmo que se aplique aquele método que lance em Cristo mais luzes, e não o obscureça. Por isso nos foram divinamente dadas poucas cerimônias e de modo algum laboriosas, para que manifestem a Cristo presente. Aos judeus foram dadas muitas, para que fossem representações de *Cristo* ausente. Digo ausente, não em poder, mas no modo de significar. Se queremos, pois, ter um bom método, é preciso cuidar para que as cerimônias sejam poucas, fáceis de guardar, e que em seu significado sejam claras. Ora, o fato de que isso não foi levado em conta, nem é preciso dizê-lo, pois é algo que a todos se faz notório.

15. O CERIMONIALISMO CAMPEANTE NO ROMANISMO, SEUS RITOS E ORDENANÇAS, LONGE DE SEREM APRAZÍVEIS A DEUS E EM SI MERITÓRIOS, POIS A DEUS O QUE AGRADA É A OBEDIÊNCIA A SEUS PRECEITOS

Aqui deixo fora de consideração de quão perniciosas opiniões as mentes dos homens são imbuídas: que *as cerimônias* são sacrifícios com os quais Deus é propiciado corretamente; com os quais os pecados são expiados; com os quais a justiça

da salvação é adquirida. Alguém afirmará que coisas boas em si mesmas não são viciadas por erros desse gênero, visto que em atos expressamente ordenados por Deus erros semelhantes podem ser cometidos.[114] Mas o pior de tudo é atribuir tanta honra a obras inventadas temerariamente pelo juízo humano, e que se creia que são meritórias para a vida eterna. Ora, as obras que Deus ordenou têm retribuição, porque o próprio Legislador as aceita em virtude da obediência. Portanto, não recebem apreço por sua própria dignidade ou por seu próprio mérito, mas porque Deus estima muitíssimo nossa obediência para consigo. Estou falando é dessa perfeição de obras, a qual é ordenada por Deus e que não é efetuada pelos homens. Pois nem mesmo as obras da lei que fazemos são aceitas senão pela graciosa benignidade de Deus, porquanto nelas nossa obediência é fraca e deficiente. Mas, uma vez que aqui não está a disputar-se quanto valham as obras sem Cristo, omitimos essa questão.

O que interessa ao presente argumento, de novo repito, é que toda a dignidade que as obras têm em si, têm-na em vista da obediência, que é a única coisa que Deus contempla, como o atesta mediante o Profeta: "Não dei preceitos acerca de sacrifícios e vítimas, mas apenas que, ouvindo, ouçais minha voz [Jr 7.22, 23]. Mas, a respeito das obras engendradas *pelos homens*, *ele* fala em outro lugar: "Não gasteis vosso dinheiro naquilo que não é pão" [Is 55.2]. Igualmente: "Em vão me adoram com preceitos de homens" [Mt 15.9]. Conseqüentemente, jamais poderão justificar a permissão que o mísero povo busque nessas futilidades exteriores uma justiça que se oponha a Deus e pela qual se mantenham diante do tribunal celeste. Além disso, porventura não é este vício digno de censura, que ostentam cerimônias ininteligíveis, como uma cena de comédia ou uma encantação mágica? Ora, certamente que todas as cerimônias são corruptas e nocivas, a menos que através delas os homens sejam dirigidos a Cristo. Mas as cerimônias que estão em uso sob o papado são destituídas de ensino, de sorte que retêm os homens em símbolos carentes de todo significado. Finalmente, visto que o ventre é engenhoso artífice, salta à vista que muitas *dessas cerimônias* foram inventadas por sacerdotes avarentos e de baixa categoria, para que fossem meios de granjear dinheiro. Mas qualquer que seja a origem que tenham, todas foram a tal ponto prostituídas para sórdido ganho, é indispensável que muitas delas sejam suprimidas, caso queiramos fazer com que não se exerça na Igreja comércio profano e sacrílego.

114. Primeira edição: "Negarão que de erros estranhos deste jaez sejam viciadas cousas [de si] boas, quando, neste aspecto, se possa não menos pecar também nas obras preceituadas por Deus."

16. Todas essas cerimônias, ritos e ordenanças do romanismo longe estão de agradar a Deus, já que não passam de invenções humanas engendradas à parte e ao arrepio de sua Palavra

Ainda que pareça que não estou ensinando uma doutrina perpétua acerca das constituições humanas, uma vez que esta consideração foi inteiramente acomodada a nossa época, contudo nada foi dito que não haja de ser útil a todos os séculos. Ora, sempre que esta superstição se infiltra sorrateiramente, que os homens queiram adorar a Deus com suas invenções, todas as leis que são promulgadas para este fim, prontamente se degeneram nesses crassos abusos. Pois Deus ameaça com esta maldição não a uma ou outra era, mas a todos os séculos, a saber: que haverá de ferir com cegueira e embrutecimento aqueles pelos quais é adorado com doutrinas de homens [Is 29.13, 14]. Esta cegueira é a causa de que os homens, menosprezando tantos avisos de Deus, se enredem em laços tão mortíferos e caiam sempre em todo gênero de absurdos.

Mas, se forem alijadas as circunstâncias *particulares*, queremos simplesmente saber quais são as tradições humanas de todos os tempos que precisam ser repudiadas pela Igreja e reprovadas por todos os piedosos, uma definição certa e clara será aquela que enunciamos previamente: *tradições humanas* são todas as leis impostas pelos homens à parte da Palavra de Deus para este fim: que ou prescrevem o modo de Deus ser adorado, ou constrangem as consciências com requisitos religiosos, como se estivessem a prescrever acerca de coisas necessárias à salvação. Se a estas se acrescentam uma ou a ambas as falhas, *a saber*, que com seu grande número obscurecem a clareza do evangelho; que nada edificam, antes, são ocupações inúteis e frívolas e não verdadeiros exercícios de piedade; que foram propostas para avaro e torpe ganho; que são difíceis demais de se observar; que foram afetadas por nocivas superstições; todos estes serão fatores corroborantes para que mais facilmente compreendamos quanto nelas haja de mal.

17. Falácia do postulado romanista de que suas ordenanças são formulações da Igreja, à qual preside o Espírito Santo, e por isso possuem autoridade divina

Sei muito bem o que respondem, *ou, seja*: que suas tradições não provêm de si *próprios*, mas de Deus. Pois, para que *ela* não erre, a Igreja é regida pelo Espírito Santo, e com efeito sua autoridade reside entre eles. Uma vez admitido isto, conclui-se ao mesmo tempo que suas tradições são revelações do Espírito Santo, as quais não se pode desprezar sem agir impiamente e com desprezo de Deus. E para que não pareça que tentaram algo sem grandes patronos, querem que se creia que boa parte de suas observâncias proveio dos apóstolos, e pretendem mostrar sobeja-

mente com um só exemplo o que, em outras *circunstâncias*, os apóstolos fizeram quando, congregados em um concílio, determinaram a todos os gentios, por sentença do concílio, que se abstivessem das carnes oferecidas aos ídolos, do sangue e do sufocado [At 15.20, 29].

Já em outro lugar expusemos quão falsamente *eles* se gabam do título de Igreja para sua promoção pessoal. No que interessa à presente causa, se forem removidas as máscaras e todos os disfarces, procuramos deveras saber – e disto sobretudo temos de preocupar-nos por ser coisa que tanto nos interessa – qual é a Igreja que quer Cristo para conformar-nos a ela, facilmente veremos que não é Igreja a que, ultrapassando os limites da Palavra de Deus, a seu capricho forja novas leis. Ora, porventura não permanece eterna aquela lei uma vez dada à Igreja? "Tudo o que eu te ordeno observarás para fazer; nada lhe acrescentarás nem diminuirás" [Dt 12.32]. E em outro lugar: "Nada acrescentarás às suas palavras, para que não te repreenda e sejas achado mentiroso" [Pv 30.6]. Quando não conseguem negar que isso foi dito à Igreja, que outra *coisa* estão proclamando senão sua própria contumácia, quando, depois de tais proibições, blasonam que ela ousou acrescentar a doutrina de Deus, e misturar, não obstante, algo pessoal? Longe, porém, esteja de nós consentirmos às suas imposturas, com as quais de tal maneira corrompem a Igreja! Ao contrário, compreendamos que se pretende falsamente o nome de Igreja sempre que *ela* é agitada desta candente paixão da temeridade humana, que não se pode conter dentro das prescrições divinas, sem que exulte insolentemente e corra após suas invenções.

Nestas palavras nada há envolvido, nada obscuro, nada ambíguo, com as quais à Igreja Universa é vedada de acrescentar ou subtrair alguma *coisa* à Palavra de Deus, quando se trata do culto do Senhor e de preceitos referentes à salvação. Mas, *insistem eles*, isso foi dito só a respeito da lei, à qual seguiram as profecias e toda a ministração do evangelho. Sem dúvida o admito, e ao mesmo tempo acrescento que *elas* são complementações da lei e não aditamentos ou defecções. Porque, se de fato o ministério de Moisés foi, por assim dizer, obscurecido por muitos envoltórios, entretanto o Senhor não permite que se adicione e nem que se subtraia algo, até que ensino mais claro ministre por intermédio de seus servos os profetas, e finalmente pelo Filho amado, por que não concluirmos que nos é muito mais severamente proibido que acrescentemos algo à Lei, aos Profetas, aos Salmos, ao Evangelho? Certamente não o degenerou por si mesmo, o qual há muito declarou que não há nada que mais o ofenda senão quando é cultuado por meio das invenções humanas. Do quê essas notáveis afirmações nos profetas deveriam soar-nos aos ouvidos continuamente: "Porque nunca falei a vossos pais, no dia em que os tirei da terra do Egito, nem lhes ordenei coisa alguma acerca de holocaustos ou sacrifícios. Mas isto lhes ordenei, dizendo: Dai ouvidos à minha voz, e eu serei vosso Deus e vós sereis meu povo; e andai em todo o caminho que eu vos mandar, para que vos vá bem" [Jr 7.22, 23]. Igualmente: "Porque deveras adverti a vossos pais ... Ouvi minha voz" [Jr 11.7].

E outras semelhantes, mas esta é notória acima de outras: "Tem porventura o Senhor tanto prazer em holocaustos e sacrifícios, como em que se obedeça à palavra do Senhor? Eis que o obedecer é melhor do que a gordura de carneiros. Porque a rebelião é como o pecado de feitiçaria, e o porfiar é como iniqüidade e idolatria" [1Sm 15.22, 23]. Daí, tudo quanto se defende de invenções humanas neste aspecto pela autoridade da Igreja, uma vez que não se pode escusar do crime de impiedade, imediatamente se argumenta dizendo que isso se imputa falsamente à Igreja.

18. Digna de honra é a Igreja na medida de sua obediência a Deus e sua Palavra; por isso são rejeitadas as tradições humanas que lhe são infundidas, cujo teor não apostólico se evidencia

Por esta razão, investimos francamente contra essa tirania das tradições humanas que altaneiramente se nos impõe sob o nome da Igreja. Pois não temos escarnecido da Igreja, como nossos adversários, para criar-nos malquerença, mentem de forma iníqua; ao contrário disso, atribuímos-lhe o louvor da obediência, louvor esse que ela não conhece maior. Antes, eles mesmos é que tudo fazem intensamente em detrimento da Igreja, ao representar sua contumácia para com seu Senhor, enquanto a concebem como havendo avançado além do que lhe foi permitido pela Palavra de Deus; e não quero dizer quão enorme vergonha e malícia é apregoar continuamente o poder da Igreja, enquanto dissimulam e deixam passar por alto o que Deus lhe ordenou e a obediência que por mandado de Deus lhe deve. Mas se nossa intenção, como é justo, é estar de acordo com a Igreja, importa muito considerar e ter na memória o que o Senhor nos ordenou, a nós e à Igreja, para que todos de comum acordo o obedeçamos. Pois não há dúvida de que estaremos perfeitamente de acordo com a Igreja, se em tudo obedecemos ao Senhor.

Quanto a atribuir aos apóstolos a origem das tradições com as quais até aqui a Igreja tem sido oprimida, é uma real impostura, visto que toda a doutrina dos apóstolos visa a que as consciências não sejam obrigadas por novas observâncias, ou que o culto divino não seja contaminado por nossas invenções. Além disso, se subsiste alguma credibilidade nas histórias e documentos antigos, foi não somente desconhecido aos apóstolos, mas inclusive nem sequer ouviram o que lhes atribuem. E que nem se gloriem de que a maior parte de seus decretos que não foram transmitidos em escritos foi recebida no uso e nos costumes, a saber, aquelas *coisas* que não podiam compreender enquanto Cristo ainda vivia *com eles*, mas aprenderam mediante revelação do Espírito Santo, após sua ascensão [Jo 16.12, 13]. Quanto à interpretação desta passagem, já vimos em outro lugar.

No que pesa à discussão que tratamos até aqui, realmente caem em ridículo quando esses mistérios ingentes, que por tanto tempo foram desconhecidos aos apóstolos, se faça evidente que em parte constituem observâncias ou judaicas ou gen-

tílicas, das quais aquelas foram promulgadas entre os judeus muito antes; estas, porém, junto a todos os gentios; em parte, gesticulações fastidiosas e cerimoniazinhas fúteis, que sacerdotes ignorantes sabem de memória; e inclusive que os loucos e crianças imitam com tal perfeição que parece não poder haver ninguém mais idôneo para este fim. E ainda que não possuamos nenhuma história sobre isso, entretanto a realidade em si estimaria os homens de mente sã que tão grande acervo de ritos e observâncias não irrompeu de pronto na Igreja, antes se infiltrou sorrateiramente aos poucos. Ora, como aqueles bispos mais santos que foram próximos aos apóstolos no tempo, instituíssem algumas *ordenanças* que diziam respeito à ordem e à disciplina, seguiram depois homens, uns após os outros, não tão bem avisados e demasiadamente curiosos e cobiçosos, dos quais, à medida que cada um seguia a outro, assim movido de estulta emulação pelejou com seus predecessores para que, na invenção de coisas novas, não fosse inferior. E porque havia perigo de que dentro em pouco suas invenções caíssem em desuso, das quais ambicionavam o louvor junto aos sucessores, eram muito mais rígidos em exigir-lhes a observância. Esta κακοζηλία̂ [*kakŏzēlía – zelo mau*] nos engendrou boa parte desses ritos que estes nos impõem como apostólicos. E isto as histórias também o atestam.

19. Agostinho comprova a origem não apostólica da produção de elementos humanos exemplificada no caso da Ceia do Senhor

Para que não sejamos demasiadamente prolixos em tecer um catálogo de todos, nos contentaremos com um só exemplo. A ministração da Ceia do Senhor sob os apóstolos foi de grande simplicidade. *Seus* sucessores imediatos, no afã de realçar-se a dignidade do mistério, adicionaram alguma *coisa* que não era censurável. Mas depois sobrevieram esses imitadores estultos que, unindo peças de diversas regiões, nos compuseram essa paramentação sacerdotal que vemos na missa, esses ornamentos de altar, esses gostos e toda uma parafernália de coisas inúteis.

De fato argumentam dizendo que existiu outrora esta convicção da parte dos próprios apóstolos da qual procederam *as coisas* que em toda Igreja foram feitas com um único consenso. Deste fato citam Agostinho *por* testemunha. Eu, porém, não darei resposta de outra parte senão das palavras do próprio Agostinho: "As coisas", diz *ele,* "que se observam em todo o orbe da terra, é lícito compreender foram estabelecidos ou pelos próprios spóstolos, ou pelos concílios gerais, dos quais a autoridade é mui salutar na Igreja; assim, por exemplo, que cada ano haja um dia determinado para celebrar a paixão do Senhor, a ressurreição, a ascensão ao céu, a vinda do Espírito Santo, e se alguma outra *coisa* desse gênero haja ocorrido que é observada por toda a Igreja, por onde quer que ela se difunde."[115] Quando ele enu-

115. *Cartas,* LIV, A Genaro.

mera tão poucos exemplos, quem não percebe que ele não quis atribuir a autores dignos de fé e reverência observâncias então em uso, mas somente essas simples, raras e sóbrias, com as quais é proveitoso conservar-se a ordem da Igreja? Ora, isto é muito diferente do que os doutores do papado querem que lhes concedamos: que não há entre eles uma só cerimônia que não se saiba ter procedido dos apóstolos.[116]

20. A água benta também não é de origem apostólica, considerada como símbolo apropriado do batismo

Para não ser mais prolixo, apresentarei apenas um exemplo. Se alguém lhes pergunta de onde veio sua água benta, prontamente respondem: "Dos apóstolos." Como, se as histórias atribuem esta invenção a algum bispo romano, o qual, se de fato houvesse consultado aos apóstolos, nunca teria contaminado o batismo com símbolo alheio e inoportuno, querendo fazer um memorial do sacramento que não sem causa foi ordenado para ser recebideo uma só vez. Ainda que não me parece provável, nem sequer que a origem desta consagração seja tão antiga como ali se diz! Ora, o que Agostinho diz acerca de certas igrejas de seu tempo que não admitiram a solene imitação de Cristo da lavagem de pés, para que esse rito não parecesse ter algo a ver com o batismo, parece indicar que não existia nenhum gênero de ablução que tivesse qualquer semelhança com o batismo.[117] Seja como for, de modo algum admitirei que isso se originou do espírito apostólico, ou, seja, que enquanto o batismo é trazido à lembrança por meio de um sinal externo, de certo modo ele está se repetindo.

Tampouco levo em conta que em outro lugar o próprio Agostinho também atribui outras *coisas* aos apóstolos. Pois uma vez que *ele* nada tenha aí senão conjeturas, não se pode fazer delas juízo acerca de coisa tão grande. Por fim, admitindo-se que também concedamos que essas *coisas* que *ele* retém e se originaram na era dos apóstolos, no entanto há muita diferença que se institua algum exercício de piedade do qual os fiéis usem com livre consciência; mas se o uso não lhes for proveitoso, que se abstenham; ou estabelecer uma lei que enlace as consciências em servidão. Portanto, provenham de quem for, não há inconveniente algum para que, sem fazer injúria a seu autor, sejam abolidas; já que não nos são recomendadas como se fosse necessário que permaneçam sempre na Igreja.

---

116. Primeira edição: "Quanto, porém, isto dista disso que os mestres romanistas querem extorquir: que nenhuma cerimoniazinha haja entre eles que se não tenha na conta de apostólica!"

117. *Cartas*, LV.

21. Tampouco o proceder dos apóstolos no concílio de Jerusalém, segundo Atos 15, faculta ensejo ou precedente ao cerimonialismo romanista

Tampouco nos ajuda muito o exemplo dos apóstolos que alegam em justificativa de sua tirania. Dizem que os apóstolos e os anciãos da Igreja primitiva promulgaram um decreto à parte do mandamento de Cristo, pelo qual preceituavam a todos os gentios que se abstivessem de carnes oferecidas a ídolos, do sufocado e de sangue [At 15.20]. Se isso lhes foi permitido, por que não seria lícito também a *seus* sucessores imitar o mesmo, sempre que a situação assim o exija? Prouvera que realmente os imitassem em todas as coisas, e particularmente nesta matéria! Ora, não nego que os apóstolos tenham constituído e ordenado, com este ato, uma coisa nova, como é fácil de se provar. Porque de fato, quando Pedro nesse concílio sentencia ser Deus tentado, se se imponha um jugo às cervizes dos discípulos [At 15.10], logo ele mesmo subverte sua sentença se depois consente que algum jugo seja imposto. Ora, certamente lhes teria sido imposto se com sua autoridade os apóstolos decretassem que se devia proibir aos gentios que tocassem em *carnes* oferecidas aos ídolos, em sangue e em sufocado.

Realmente permanece ainda uma certa dificuldade, visto que, não obstante, parecem estar proibindo. Mas essa dificuldade será facilmente dissolvida se alguém atentar mais de perto para o sentido do próprio decreto, do qual o primeiro ponto, na ordem e importância no momento, é que se deve deixar aos gentios sua liberdade, a qual não deveria ser perturbada, tampouco os molestar quanto a observâncias da lei [At 15.19, 24, 28]. Até este ponto, *isso* nos favorece notoriamente. Mas a exceção que segue de imediato [At 15.20, 29] não constitui uma nova lei promulgada pelos apóstolos, antes é o divino e eterno mandamento de Deus quanto a não se permitir que a caridade seja violada, nem *sequer* um pingo seja detraído dessa liberdade, mas apenas advertir os gentios de que maneira devem acomodar-se aos irmãos, para que não abusem de sua liberdade para escândalo deles. Portanto, o segundo ponto é que os gentios usem de sua liberdade sem molestar os irmãos com escândalo. Por outro lado, os apóstolos, no entanto, prescrevem algo certo, isto é, ensinam e assinalam até onde era conveniente, naquele tempo, as coisas com que os irmãos podem incorrer em escândalo, para que delas se acautelem, contudo não acrescentem, por iniciativa pessoal, nenhuma coisa nova à lei eterna de Deus, a qual proíbe que se faça escândalo aos irmãos.

22. O ESPÍRITO DE TAL OBSERVÂNCIA ERA O AMOR AOS IRMÃOS, O QUAL DEVERIA CONDUZIR A UM PROCEDIMENTO QUE NÃO TROUXESSE ESCÂNDALO AOS FRACOS

Como se realmente os pastores fiéis, que presidem igrejas ainda não bem constituídas, ordenem aos seus que, enquanto os débeis na fé cresçam e cheguem a um melhor conhecimento, não comam publicamente carne nas sextas-feiras, nem trabalhem em público os dias de festas, ou coisas desse gênero. Pois, embora tais *coisas*, à parte a superstição, sejam em si indiferentes, no entanto, onde ocorre escândalo dos irmãos, elas não podem ser admitidas sem delito. E os tempos em que vivemos são tais que os fiéis não podem permitir-se dar tal exemplo aos irmãos débeis sem ferir grandemente sua consciência. Quem, sem calúnia, poderá dizer que uma nova lei está sendo estabelecida por aqueles que, evidentemente, estão apenas a impedir escândalos que foram proibidos pelo Senhor com bastante explicitude?

Não se pode dizer outra coisa dos apóstolos, cuja finalidade era unicamente pôr diante dos olhos a lei divina de evitar os escândalos. É como se dissesse: "É preceito do Senhor que não causeis dano a um irmão fraco; não podeis comer *as coisas* que foram oferecidas aos ídolos, o sufocado e o sangue, sem que os irmãos fracos sejam escandalizados. Portanto vos determinamos na Palavra do Senhor que não comais com escândalo. E que os apóstolos pretendiam isto, Paulo o testifica, o qual por decreto deste concílio escreve desta forma: "Quanto aos alimentos que são imolados aos ídolos, sabemos que uma imagem nada é. Mas alguns, em seu costume para com o ídolo, comem como se fosse imolado aos ídolos; e como sua consciência é fraca, assim fica contaminada. Vede que essa vossa liberdade não se faça causa de tropeço aos fracos" [1Co 8.4, 7, 9]. Aquele a quem estas *coisas* foram bem pesadas, a esse, daí em diante, não ocorrerá engano, o que fazem *aqueles* que para justificar sua tirania recorrem aos apóstolos, como se eles começassem a infringir com seu decreto a liberdade da Igreja. Mas para que não escapem sem aprovar com sua *própria* confissão, que me respondam com que direito ousaram abolir esse mesmo decreto. Naturalmente, *responderão*: porque já nenhum perigo havia de escândalos e dissenções, exatamente o que os apóstolos queriam impedir. No entanto sabiam muito bem que a lei deve ser estimada por seu propósito. Portanto, uma vez que esta lei seja promulgada em vista do amor, nela nada se prescreve senão aquilo que diz respeito ao amor. Quando *o Apóstolo* confessa que a transgressão desta lei outra coisa não é senão a violação do amor, porventura ao mesmo tempo reconhecem que isso às vezes não é alguma invenção acrescida à lei de Deus, senão uma mera e simples aplicação da Palavra de Deus aos tempos e costumes?

23. O autoritarismo romanista que exige observância de seu cerimonialismo não só viola a liberdade de consciência, mas também prejudica a soberania de Deus e contradiz a Escritura

Mas, por nocivas e iníquas nos sejam essas leis, eles continuam afirmando que, não obstante, devemos guardá-las sem excetuar sequer uma, pois não se trata de estarmos de acordo com os erros, mas apenas que nós, por sermos súditos, devemos obedecer a nossos superiores mesmo quando nos ordenem coisas difíceis, contra as quais não devemos murmurar. Mas também aqui o Senhor nos socorre magnificamente com a verdade de sua Palavra, e de tal servidão nos defende a liberdade que nos adquiriu com seu sacro sangue [1Co 7.23], cujo benefício não só uma vez nos selou *ele* em sua Palavra. Porque não se trata, como maliciosamente simulam, só de sofrermos em nosso corpo certa opressão grave, mas antes que espoliadas de sua liberdade, isto é, do benefício do sangue de Cristo, as consciências sejam servilmente atormentadas. Contudo, deixemos também isto fora de consideração, como sendo pouco relevante à matéria *em tela*.

Mas, o que pensamos realmente importa que ao Senhor seja arrebatado o domínio que para si reivindica, com severidade tão imensa? Mas *ele* é arrebatado sempre que *Deus* é cultuado segundo normas de invenção humana, quando ele quer ser tido como o único Legislador de seu culto. E para que alguém não julgue ser coisa de nada, ouçamos o quanto *ela* é reputada pelo Senhor. "Pois este povo", diz *ele*, "se aproxima de mim, e com sua boca e com seus lábios me honra, mas seu coração se afasta para longe de mim, e seu temor para comigo consiste só em mandamentos de homens, em que foi instruído. Portanto, eis que continuarei a fazer uma obra maravilhosa no meio deste povo, uma obra maravilhosa e um assombro; porque a sabedoria de seus sábios perecerá, e o entendimento de seus prudentes se esconderá" [Is 29.13, 14]. Em outro lugar: ''Em vão me adoram, ensinando doutrinas e preceitos de homens" [Mt 15.9]. Realmente, visto que os filhos de Israel se poluíram com muitas idolatrias, a causa de todo o mal se atribui a esta mescla impura: que, havendo transgredido os mandamentos de Deus, engendraram novos cultos. E por isso diz Sagrada Escritura que os novos habitantes que o rei de Babilônia ordenou que habitassem em Samaria, foram estraçalhados e consumidos por animais ferozes, já que desconheciam os juízos ou estatutos do Deus daquela terra. Embora nada houvessem pecado em cerimônias, contudo a pompa vazia não havia sido aprovada por Deus; ao contrário, nesse meio tempo, uma vez que os homens haviam introduzido invenções estranhas à sua Palavra, *Deus* não desistiu de vingar a violação de seu culto. Donde mais adiante se diz que, aterrorizados por esse castigo, adotaram os ritos prescritos na lei; mas, visto que ainda não adoravam de forma pura o Deus verdadeiro, duas vezes se repete que *eles* o temiam, e que não o temiam [2Rs 17.24, 25, 32, 33, 41]. Do quê concluímos que parte da reverência que lhe dedicam foi

posta nisto: enquanto o cultuamos, seguimos simplesmente o que *ele* ordena, não lhe misturando nenhuma invenção nossa. E por isso os reis piedosos são louvados com mais freqüência, porque agiam segundo todos os preceitos, não se inclinando nem para a direita, nem para a esquerda [2Rs 22.1, 2].

Vou além: mesmo que em algum culto inventado não apareça manifestamente a impiedade, no entanto *ele* é condenado severamente pelo Espírito, visto que se afastou do preceito de Deus. O altar de Acaz [2Rs 16.10-18], cujo modelo fora trazido de Damasco, parecia aumentar o ornato do templo, quando seu propósito ali visava a oferecer sacrifícios somente a Deus, o que haveria de fazer mais esplendorosamente do que no primeiro e antigo altar. Entretanto vemos como o Espírito abomina essa audácia, não por outra razão, mas porque as invenções dos homens são impuras corrutelas do culto de Deus. E quanto mais claramente se nos patenteia a vontade de Deus, tanto menos escusável é a petulância de tentar alguma *coisa*. E por isso, com razão, nesta circunstância é agravado o crime de Manassés, porque construíra um altar novo em Jerusalém, acerca da qual Deus havia declarado: "Porei ali meu nome"; porque já quase deliberadamente era como rejeitar a autoridade de Deus [2Rs 21.2-9].

24. O CERIMONIALISMO ENGENDRADO PELOS HOMENS É ABOMINÁVEL A DEUS, JÁ QUE, NO FUNDO, REPRESENTA ELE A IMPOSIÇÃO DE INVENÇÕES HUMANAS SUPERSTICIOSAS À VONTADE DIVINA

Muitos se espantam-se por ameaçar o Senhor tão acremente de fazer ao povo *coisas* estupendas, visto que ele era cultuado em decorrência de mandamentos de homens [Is 29.13, 14], e sentencia que era adorado em vão segundo os preceitos de homens [Mt 15.9]. Mas se dessem conta do que significa no problema religioso – que é o assunto da sabedoria celestial – depender exclusivamente da boca de Deus, veriam ao mesmo tempo que a razão por que tanto abominam ao Senhor as pervertidas deferências desta natureza, as quais são prestadas em função da fantasia do engenho humano. Ora, ainda que têm certa aparência de humildade nesta sua obediência, *aqueles* que obedecem a leis desta natureza em relação ao culto de Deus, no entanto longe estão de ser humildes diante dele, a quem prescrevem as mesmas leis que *eles* próprios observam. Esta na verdade é a razão por que Paulo tão diligentemente quer que nos acautelemos para não sermos enganados pelas tradições dos homens e aquilo a que chama ἐθελοθρηγκεία̂ [*ĕthĕlŏthrēskeíā*], isto é, o ***culto voluntário*** e engendrado pelos homens à parte da doutrina de Deus [Cl 2.22, 23].

E certamente é assim. E importa que não só nossa própria sabedoria se faça estulta, mas também a de todos os homens, para que permitamos que somente ele seja sábio. Estão mui longe de manter esse caminho *aqueles* que pensam ser aprovados por ele mercê de tacanhas observações engendradas pelo arbítrio dos homens, e

como que a contragosto forçam em relação a ele uma obediência perversa, que é oferecida aos homens, *não a Deus*. Assim se vem fazendo durante muito tempo, e, segundo nosso conhecimento, se faz atualmente onde quer que a criatura tem mais autoridade e manda mais que o Criador; onde a religião – se contudo essa merece ser chamada religião – foi conspurcada por mais *numerosas* e mais insípidas superstições que qualquer paganismo jamais *o foi*. Ora, que poderia o senso dos homens engendrar, senão todas *as coisas* carnais e fúteis, e que seus autores verdadeiramente mencionam?

25. Tampouco o sacrifício oferecido por Samuel em Ramá, ou o de Manoá em Zorá, constitui precedente válido, como o evidencia o caso de Gideão

O que alegam também os patronos das superstições, que Samuel ofereceu sacrifícios em Ramá, e ainda que isso fosse feito à parte da lei, no entanto agradou a Deus [1Sm 7.17], é de solução fácil, *a saber*: não foi algum segundo altar que opusesse ao único, mas, visto que ainda não havia sido designado lugar para a arca da aliança, o povoado onde *ele* habitava *Deus* o destinara aos sacrifícios como especialmente conveniente. Por certo que o propósito do santo Profeta não foi inovar alguma *coisa* nos *ritos* sagrados, aos quais Deus proibia tão estritamente adicionar *algo* ou diminuir [Dt 4.2].

O que diz respeito ao exemplo de Manoá [Jz 13.19], afirmo que isso foi algo extraordinário e singular. Ele ofereceu sacrifício a Deus *como* indivíduo particular, não sem a aprovação de Deus, isto é, porque empreendeu isto não por iniciativa temerária de seu próprio espírito, mas por inspiração celestial. Quão grandemente, porém, Deus abomina *as coisas* que os mortais cogitam de si mesmos para cutuá-lo! Como prova notável, outro não há inferior a Manoá, Gideão, cujo ídolo redundou em ruína não só para ele e *sua* família, mas também para todo o povo [Jz 8.27]. Enfim, toda e qualquer invenção adventícia pela qual os homens buscam adorar a Deus, outra coisa não é senão conspurcação da verdadeira santidade.

26. Tampouco procede que Cristo preceituou que se acatassem as prescrições ditadas pelos escribas e fariseus, uma vez que ele ordena taxativamente que se guardassem de seu fermento

Portanto, dizem *eles*, por que Cristo quis que fossem suportadas aquelas cargas insuportáveis que os escribas e fariseus atavam [Mt 23.3]? Antes, pergunto: por que, em outro lugar, o mesmo Cristo quis que se acautelasse do fermento dos fariseus [Mt 16.6], o qual, segundo a interpretação do evangelista Mateus, chama a tudo quanto mesclavam com a pureza da verdadeira da Palavra de Deus [Dt 16.12]?

Que mais claro do que isto desejamos, que nos foi ordenado que fugíssemos e nos precavêssemos de toda doutrina? Do quê se nos faz claríssimo que o Senhor não quis, na outra passagem, que as consciências dos seus fossem atormentadas pelas tradições pessoais dos fariseus. E as próprias palavras, se somente não sejam torcidas, nada disso significam. Porque ali de fato, propondo-se o Senhor a investir acerbamente contra os costumes dos fariseus, simplesmente instruía, por antecipação, a seus ouvintes para que, embora não percebesse haver algo em sua vida que houvessem de seguir, no entanto não deixassem de fazer aquelas *coisas* que ensinavam pela palavra, quando se assentassem na cadeira de Moisés, isto é, a fim de expor a lei. Logo, ele não quis que se precavessem de outra *coisa*, para que pelos maus exemplos dos que ensinavam não fosse o povo induzido ao desprezo da doutrina.

Porque, no entanto, alguns longe estão de ser movidos de razões, *antes*, sempre requerem autoridade, anexarei palavras de Agostinho, nas quais se diz exatamente o mesmo: "O aprisco do Senhor", diz ele, "tem pastores, uns fiéis, outros mercenários. Os que são fiéis são os verdadeiros pastores. Ouvi, contudo, que também os mercenários são necessários. De fato muitos na Igreja, correndo atrás de vantagens terrenas, pregam a Cristo, e através deles é ouvida a voz de Cristo, e as ovelhas seguem não o mercenário, mas o pastor através do mercenário. Ouvi os mercenários designados pelo próprio Senhor. Os escribas e os fariseus, diz *ele*, assentam-se na cadeira de Moisés; fazei o que dizem, porém não façais o que fazem [Mt 23.2, 3]. Que outra *coisa* disse *ele* senão que através dos mercenários ouçais a voz do Pastor? Porque, ao assentar-se eles na cátedra, ensinam a lei de Deus; portanto, Deus ensina através deles. Mas se eles querem ensinar suas *próprias coisas*, não *lhes* deis ouvido, não as façais."[118] Até aqui, *as palavras* de Agostinho.

27. Necessidade de ordenanças que, em ordem e decência, operacionais, não salvíficas, sustentem a Igreja una e harmoniosamente

Mas como a maior parte do povo ignorante, quando ouve que a consciência dos homens é ligada impiamente com as tradições humanas, e que em vão se honra a Deus com elas, pensa o mesmo de todas as leis que mantêm a ordem da Igreja, é necessário apresentar remédio a esse engano. Naturalmente é muito fácil ser aqui enganado, porquanto, à primeira vista, de pronto não aparece quanto de diferença haja entre aquelas e estas. No entanto explicarei tudo isso com muita clareza e em poucas palavras, para que a semelhança não engane a alguém.

Em primeiro lugar, afirmemos que, se em toda sociedade dos homens vemos ser necessária alguma organização que valha para manter a paz comum e a concórdia, se na execução das coisas *vemos* vigorar sempre algum rito que é do interesse do

118. *Tratados sobre João,* XLVI.

decoro público, e até da própria humanidade, o que não deve ser rejeitado, impõe-se ser especialmente observado nas igrejas que, por um lado, se mantenha organização otimamente bem estruturada de todas as coisas; por outro lado, porém, sem concórdia não se mantenha absolutamente nenhuma. Por isso, se queremos que na Igreja tudo corra bem, devemos procurar com diligência, segundo diz Paulo, "que tudo seja feito com decência e ordem [1Co 14.40].

Quando, porém, subsiste tão grande diversidade nos costumes humanos, tão grande variedade nos ânimos, tão grande conflito nos juízos e inclinações, nenhuma organização é bastante firme, salvo se for constituída de leis sólidas, nem sem alguma forma estabelecida se pode manter algum rito. Daí, tão longe estamos de condenar leis que contêm este propósito que, ao contrário, afirmamos que as igrejas, se lhes são tiradas as leis, perdem seu vigor, se deformam e se arruínam por completo. Ora, tampouco se pode ter o que Paulo exige, ou, seja, que todas *as coisas* sejam feitas decentemente e em ordem, salvo se, acrescidas observâncias como que elos de união, a própria ordem e o decoro se fazem sólidos. Mas é preciso evitar nessas observâncias que se creia que são necessárias à salvação, e assim constranjam as consciências com descabida exigência religiosa, ou se atribuam ao culto de Deus, como se fossem a verdadeira religião.

28. As ordenanças legítimas não só se conformam às exigências de ordem e decoro, mas também promovem real edificação e harmonia da comunidade crente

Temos, pois, ótima e mui fiel marca que distingue entre aquelas ímpias ordenanças (com as quais se disse servilizar a verdadeira religião e subverter as consciências) e as legítimas observâncias da Igreja, se porventura nos lembrarmos que a estas *observâncias* sempre têm como propósito um dos dois, ou ambos ao mesmo tempo: que na santa assembléia dos fiéis todas *as coisas* sejam feitas decentemente e com a dignidade que convém, e que a própria comunidade dos homens seja mantida em ordem, como que por certos laços de humanidade e moderação. Quando, pois, uma vez se entende a lei imposta por causa do decoro público, já foi eliminada a superstição em que incidem *aqueles* que medem o culto de Deus com humanas invenções. Por outro lado, quando se reconhece que *ela* visa ao uso comum, então é alijada aquela falsa opinião de obrigação e necessidade que infundia terror ingente às consciências, quando as tradições eram julgadas necessárias à salvação, porque aqui nada se busca senão que no dever comum a caridade seja nutrida entre nós.

Mas, vale a pena definir mais claramente ainda o que *se compreende* sob esse decoro que Paulo recomenda; o que igualmente se compreende sob a ordem *que exige* [1Co 14.40]. E certamente o objetivo do ***decoro*** em parte é que, enquanto se

empregam ritos que promovam reverência em relação às coisas sagradas, sejamos movidos à piedade com essas coisas sagradas; também em parte que aí brilhe ao máximo a modéstia e gravidade que deve ser contemplada em todas as ações decorosas. Na ***ordem***, isto vem primeiro: que os que governam conheçam a regra e lei de governar bem; o povo, porém, que é governado, se habitue à obediência de Deus e à reta disciplina; segundo, que, bem regulado o estado da Igreja, o resultado seja a paz e tranqüilidade.

29. O decoro que se impõe nos ritos e cerimônias e a ordem na disciplina e paz contradizem a pompa e o esplendor do cerimonialismo romanista

Portanto, não chamaremos ***decoro*** *àquilo* em que nada subsiste senão fútil deleite, cujo exemplo vemos nesse aparato teatral de que usam os papistas em seus *ritos* sagrados, onde nada aparece senão inútil máscara de elegância e luxo sem fruto. O decoro, porém, deve ser este: o que for de tal modo apto à reverência dos sacros mistérios que seja idôneo exercício à piedade; ou, ao menos, o que contribuir para o ornato congruente à ação, contudo não destituído de fruto; ao contrário, que advirta aos fiéis de com quão grande moderação e religiosidade devem tratar as observâncias sagradas. Todavia, para que as cerimônias sejam exercícios de piedade, é necessário que nos conduzam retilineamente a Cristo. De igual modo, não faremos ***ordem*** consistir naquelas vãs pompas, que em si mesmas não têm senão explendor ostensivo; ao contrário, naquela disposição em que atue toda confusão, incivilidade, contumácia, todas as turbulências e dissenções.

Do primeiro gênero, temos exemplos em Paulo, que com a Santa Ceia do Senhor não se misturem festins profanos [1Co 11.20-22]; em público as mulheres não se apresentem, senão veladas [1Co 11.5]. E temos muitos outros no uso cotidiano, a saber, que oremos de joelhos dobrados e cabeça descoberta para que administremos os sacramentos do Senhor não irreverentemente, antes, com dignidade; que ao sepultar os mortos, nos portemos com o devido respeito; e outras *coisas* no mesmo teor. No outro gênero estão as horas destinadas às preces públicas, aos sermões e aos atos místicos; durante os próprios sermões, quietude e silêncio; lugares designados; cânticos em conjunto com hinos; dias prefixados de celebrar-se a Ceia do Senhor; o que Paulo proíbe é que as mulheres ensinem na igreja [1Co 14.34]; e além dessas outras *coisas* semelhantes. Mas sobretudo *as ordenanças* que conservam a disciplina, como a catequese, as censuras eclesiásticas, a excomunhão, os jejuns, e *coisas* que se podem referir na mesma listagem. Assim sendo, todas as ordenanças eclesiásticas que recebemos, por santas e salutares, é próprio atribuí-las a dois cabeçalhos, pois umas se referem a ritos e cerimônias, as outras a disciplina e paz.

30. SÓ SÃO ADMISSÍVEIS AS ORDENANÇAS CALCADAS NA AUTORIDADE DIVINA E FIRMADAS NA ESCRITURA; O PRINCÍPIO É IMUTÁVEL, OS PRECEITOS OU FORMAS DE EXPRESSÃO SÃO VARIÁVEIS

Mas como aqui há certo perigo, de um lado, de que os falsos bispos aqui tomem pretexto para escusar suas leis ímpias e tirânicas; por outro, que certamente há alguns meticulosos demais que, avisados dos males acima *referidos*, não deixam às leis santas absolutamente nenhum lugar, é de proveito atestar aqui que aprovo exclusivamente essas ordenanças humanas que sejam não só fundadas na autoridade de Deus, mas também tomadas da Escritura, e por isso inteiramente divinas. Temos exemplo disso na genuflexão que se faz enquanto se oferecem orações solenes. Indaga-se se porventura ela constitua uma tradição humana, que seja lícito a alguém repudiar ou negligenciar. Respondo que é humana de tal modo que às vezes é divina.[119] E de Deus até onde é parte daquele decoro cujo cuidado e observância se nos recomendam através do Apóstolo [1Co 14.40]; dos homens, porém, até onde designa particularmente o que fora de modo geral indicado *pelo Apóstolo* mais do que exposto. Deste único exemplo pode-se estimar o que se haja de sentir quanto a todo este gênero, isto é, porque o Senhor compendiou fielmente toda a suma da verdadeira justiça e todas as partes do culto de seu nome, bem como tudo quanto era necessário para a salvação, como também expressou claramente em seus sagrados oráculos: nestas *coisas* se há de ouvir unicamente o Mestre. Mas, porque na disciplina exterior e *nas* cerimônias não quis *ele* prescrever minuciosamente o que devamos seguir (porque isto previne depender da condição dos tempos, nem julgaria convir a todos os séculos uma forma *única*), impõe-se aqui acolher as regras gerais que deu, de modo que, em conformidade com essas *regras*, sejam aferidas todas as *coisas* que, para a ordem e o decoro, a necessidade da Igreja muito requer que sejam preceituadas.

Enfim, porque *Deus* nada ensinou expresso *nesta área*, porquanto essas *coisas* não são necessárias à salvação e devem acomodar-se variadamente para a edificação da Igreja, segundo os costumes de cada povo e do tempo, convirá, conforme o proveito da Igreja o requerer, tanto mudar e revogar *ordenanças* comuns, quanto instituir novas. De fato reconheço que se deve recorrer à inovação não inconsiderada, nem seguidamente, nem por causas triviais. O que, porém, prejudica ou edifica, melhor o julgará a caridade, a qual se permitirmos seja a moderatriz, tudo estará a salvo.

---

119. Primeira edição: “Digo[-a] ser assim humana que seja ao mesmo tempo divina.”

31. Os fiéis devem observar as ordenanças estabelecidas nos moldes apresentados de livre consciência, porém com piedade, zelosa e disciplinadamente, evitando contendas e confusão

Com efeito, é dever do povo cristão observar *as ordenanças* que foram estabelecidas segundo esta norma, de fato com uma consciência livre e destituída de toda e qualquer superstição, entretanto com uma disposição pia e pronta a obedecer; não tê-las em desprezo, não preteri-las em supina negligência, não permitindo que as viole abertamente por altivez e contumácia.

Liberdade de consciência de que natureza, dirás, poderá haver em tão grande observância e cuidado? Mas, com efeito se evidenciará mui claramente quando considerarmos que *elas* não são sanções fixas e perpétuas às quais fomos adstritos, mas rudimentos externos da fraqueza humana, dos quais, ainda que não necessitemos de todos, contudo usasmos todos, porquanto somos uns aos outros mutuamente sujeitos para formentar entre nós a caridade. Isto se pode reconhecer nos exemplos postos previamente. E então? A religião está porventura situada no véu da mulher, de sorte que seja contra seu direito sair de cabeça descoberta? Porventura a tal ponto é santo o decreto *de Paulo* quanto a seu silêncio, que não se possa violar sem sumo delito? Porventura há algum mistério na genuflexão, em sepultar-se um cadáver, que não se possa preterir sem sacrilégio. De modo algum, porque se, ao socorrer ao próximo, seja necessário à mulher tal pressa que não lhe permita velar a cabeça, nada transgride caso se apresente de cabeça descoberta. E igualmente há momentos em que não é menos conveniente que fale, e que em outros se cale. Nem há mal algum em que alguém, se não pode ajoelhar-se por algum impedimento, ore de pé. Finalmente, é muito melhor sepultar um morto nu do que não, por falta de sudário, esperar que o corpo se decomponha.

Mas nessas coisas que, não obstante, se há de fazer ou evitar, o costume é segundo o estabelecido na região; em suma, a própria humanidade e regra da modéstia, onde não há nenhum crime admitido, se exista algo errado por imprudência e esquecimento; no entanto, se por desprezo, passa a ser reprovável contumácia. Semelhantemente, é sem a menor importância quais os dias e horas, qual a natureza dos edifícios e quais salmos são entoados a cada dia. Com efeito, é conveniente não só que haja horas estabelecidas, mas também lugar apropriado para acolher a todos, se se tem algum interesse de preservar-se a paz. Pois seria uma grande ocasião de distúrbios a confusão dessas coisas, se a cada um lhe fosse lícito mudar conforme seu capricho o que se refere ao estado em geral, posto que nunca sucederá que uma coisa agrade a todos, se se deixa que cada um imponha seu parecer! Porque, se alguém vociferar e aqui queira saber mais do que convém, o mesmo precisa ponderar por que o Senhor aprovaria sua extremada obstinação. A nós, contudo, deve satisfazer-nos a opinião de Paulo: não temos o costume de contender, nem as igrejas de Deus [1Co 11.16].

32. POUCAS, NECESSÁRIAS E EDIFICANTES IMPORTA SEJAM AS ORDENANÇAS QUE SE DEVEM ACEITAR; LIVRES, NÃO IMPOSITIVAS; LÚCIDAS, NÃO SUPERTICIOSAS; OPORTUNAS, NÃO CONVENCIONAIS; CONTINGENTES, NÃO IRREVOGÁVEIS

Além do mais, devemos usar a máxima diligência em prevenir qualquer erro de infiltrar a ponto de ou corromper ou obscurecer este uso puro. Nisto teremos sucesso se em todas as observâncias que usarmos sejam manifestamente proveitosas, e bem poucas em número; especialmente se a isto acrescer-se o ensino de um pastor fiel, o qual previna o acesso a opiniões errôneas. O efeito deste procedimento é que em todas essas questões cada um retenha sua liberdade, e ao mesmo tempo voluntariamente a submeta a um tipo de necessidade, até onde a decência de que falamos demande caridade; em segundo lugar, que na observância dessas coisas não caiamos em alguma superstição, nem impertinentemente requeiramos demais dos outros, para que não imaginemos que o culto de Deus é melhorado pela multidão de cerimônias; não desprezemos a Igreja em razão da diversidade da disciplina externa; em terceiro lugar, em vez de estabelecermos aqui uma lei perpétua para nós mesmos, apliquemos todo o uso e desígnio das observâncias à edificação da Igreja; e que ao requerermos a mesma, não só permitamos mudar-se algo, como também tudo quanto de observâncias, que antes esteve em uso, não se tolere mais seja revertido sem nenhuma ofensa. Porque temos atualmente experiência de que as exigências dos tempos permitem que certos ritos em si não maus nem decorosos, sejam revogados conforme a oportunidade das circunstâncias. Tal foi a cegueira e ignorância de tempos anteriores; com esse tipo de idéias errôneas e zelo pertinaz, as igrejas foram levadas primariamente a aderir a cerimônias que raramente podem ser purificadas de monstruosas superstições sem a remoção de muitas cerimônias que foram antigamente estabelecidas, não sem causa, e que em si mesmas não são passíveis de qualquer impiedade.

CAPITULO XI

DA JURISDIÇÃO DA IGREJA E SEU ABUSO COMO SE VÊ NO PAPISMO

1. Necessidade e natureza da jurisdição eclesiástica, ética em norma e espiritual em alvo, simbolizada no poder das chaves, ou, seja, no ministério da Palavra

Resta considerar a terceira, na verdade quando as matérias são bem organizadas, a parte principal do poder eclesiástico, a qual dissemos consistir na ***jurisdição***. Toda a jurisdição da Igreja, porém, diz respeito à disciplina dos costumes, da qual se haverá de tratar mais adiante. Pois assim como nenhuma cidade, ou nenhum povoado, pode manter-se sem magistrado e ordem governamental, assim também a Igreja de Deus, o que já ensinei, mas agora sou obrigado a repetir de novo, necessita de sua, por assim dizer, ordem de governo espiritual, que no entanto é inteiramente distinta da *ordem* civil, e absolutamente nada a impede ou ameaça, senão que, antes, muito a ajuda e promove. Portanto, este poder de jurisdição outra coisa, em suma, não será senão a ordem preparada para a conservação da forma de governo espiritual.

Para este fim foram inicialmente constituídos nas igrejas órgãos judiciais que se incumbissem da censura quanto aos costumes, castigassem os vícios e estivessem à frente em exercer-se o ofício das chaves. Esta ordem Paulo refere na Primeira Epístola aos Coríntios quando menciona ***governos*** [1Co 12.28]. Igualmente, em Romanos, quando diz: "Quem preside, presida em solicitude" [Rm 12.28]. Ora, *ele* não está dirigindo-se a magistrados, dentre os quais, então, nenhum era cristão, mas àqueles que, para o governo espiritual da Igreja, eram adjuntos aos pastores. *Na Primeira Epístola* a Timóteo também distingue duas modalidades de presbíteros: os que trabalham na Palavra, outros que não desempenham a pregação da Palavra, e todavia presidem bem [1Tm 5.17]. Neste segundo gênero não há dúvida de que subentenda *aqueles* que foram constituídos para a inspeção dos costumes e o pleno uso das chaves. Com efeito, este poder de que estamos falando depende todo ele das chaves que Cristo conferiu à Igreja no capítulo dezoito de Mateus, onde ordena que sejam seriamente advertidos em nome de todos aqueles que desprezarem as admoestações particulares, porque, se persistam em sua contumácia, ensina que devem ser excluídos da sociedade dos fiéis [Mt 18.15-18]. Mas essas admoestações e correções não se podem fazer sem conhecimento de causa; por isso se faz necessário não somente algum órgão judicial, mas também *alguma* ordem *processual*. Por-

quanto, a não ser que queiramos tornar sem efeito a promessa das chaves e abolir totalmente a excomunhão, advertências solenes e tudo quanto desse gênero se faz necessário que confiramos alguma jurisdição à Igreja.

Observem os leitores que naquela passagem não se trata da autoridade geral da doutrina, como em Mateus capitulo 16 e João 20, mas de transferir-se ao rebanho de Cristo, no futuro, a jurisdição do Sinédrio. Até esse dia tiveram os judeus sua maneira de governar, a qual Cristo estabelece em sua Igreja até onde seja instituição pura e com sanção severa. Pois foi assim conveniente, quando doutra sorte poderia ser tido em desprezo, por parte de homens temerários e orgulhosos, o juízo de uma igreja ignóbil e desdenhada. E para que não crie entrave aos leitores, que Cristo com as mesmas palavras designa coisas um tanto diversas entre si, será útil resolver este problema. Duas são, portanto, as passagens que falam de ***ligar*** e ***desligar***. Uma é o capítulo 16 de Mateus, onde Cristo, depois que prometeu dar as chaves do reino dos céus a Pedro, imediatamente acrescenta: todo aquele que for ligado ou desligado na terra será confirmado no céu [Mt 16.19], com cujas palavras outra coisa não quis dizer senão o que diz em João, quando, estando para enviar os discípulos a pregar, depois que soprou sobre eles [Jo 20.22], diz: “Àquele a quem perdoardes os pecados lhes são perdoados; e àquele a quem os retiverdes lhes são retidos” [Jo 20.23].

Apresentarei uma interpretação não sutil, não forçada, não torcida; pelo contrário, natural, fluente, clara. Este mandato quanto a perdoar e reter pecados, e essa promessa quanto a ligar e desligar feita a Pedro, não se devem referir a outro *elemento* senão ao ministério da Palavra; porque, enquanto o Senhor confiava aos apóstolos *esse ministério*, ao mesmo tempo os provia também deste ofício de desligar e ligar. Pois qual é a suma do evangelho senão que todos nós, servos do pecado e da morte, somos desatados e postos em liberdade pela redenção que está em Cristo Jesus; *aqueles*, porém, que não recebem nem reconhecem a Cristo *como* libertador e redentor, esses foram condenados e entregues a grilhões eternos? Como o Senhor confiasse a seus apóstolos esta delegação para ser levada a todas as nações, para confirmar que era sua e que ele a enviava, ele a honrou com este preclaro testemunho, e isso para exímia confirmação tanto dos próprios apóstolos, quanto também daqueles todos a quem *ela* haveria de chegar.

Era de importância que os apóstolos tivessem constante e sólida certeza de sua pregação, a qual não só haveriam de executar com infindos labores, cuidados, inquietações, perigos, mas também *haveriam* afinal de selar com seu sangue. Para que a reconhecessem, digo que ela não é vã nem infrutífera; ao contrário, plena de poder e força, era importante que, em tão grande ansiedade e dificuldade das coisas, e em tão grandes e graves perigos, fossem persuadidos de que estavam a realizar a obra de Deus para que, o mundo todo a opor-se e a atacar, tivessem consciência de que Deus era a seu favor; que, não tendo a Cristo presente pessoalmente na terra, o autor

de sua doutrina, entendessem que ele estava no céu para confirmar a verdade dessa doutrina que lhes havia confiado.

Importava, por outro lado, que também aos ouvintes fosse atestado com a máxima certeza que aquela doutrina do evangelho não era a palavra dos apóstolos, mas do próprio Deus; não uma voz nascida na terra, mas, ao contrário, caída do céu. Pois estas coisas – a remissão dos pecados, a promessa da vida eterna, o anúncio da salvação – não podem estar no poder do homem. Portanto, Cristo certificou que na pregação do evangelho nada fosse dos apóstolos, senão o ministério; *além disso*, ele é quem, por sua boca, como se fosse, por assim dizer, meros instrumentos seus, tudo falaria e prometeria. Assim sendo, a remissão de pecados que anunciariam seria a verdadeira promessa de Deus; a condenação que pronunciariam seria o juízo infalível de Deus. Mas esta certificação foi dada a todos os séculos, e permanece firme, a qual torna a todos mais certos e seguros de que a palavra do evangelho, sem importar por meio de quem afinal é pregada, é a mesmíssima sentença de Deus, promulgada junto ao tribunal supremo, escrita no livro da vida, aprovada, confirmada e fixada no céu. Sustentamos que nessas passagens o poder das chaves é simplesmente a pregação do evangelho. E que não é tanto poder quanto ministério pelo qual se refere aos homens. Ora, Cristo não deu este poder propriamente aos homens, mas à sua Palavra, pela qual converteu homens em ministros.

2. O poder de ligar e desligar em conformidade com Mateus 18: em seu teor é disciplinar, não atribuitivo como em Mateus 16

A outra passagem que dissemos subsistir quanto ao poder de ligar e desligar se encontra em Mateus 18, onde Cristo diz: “E, se não ouvir, dize-o à igreja; e se também não ouvir a igreja, considera-o como um gentio e publicano. Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que deslitgardes na terra será desligado no céu” [Mt 18.17-18]. Esta passagem não é inteiramente semelhante à anteior [Mt 16.19]; antes, deve ser entendida de maneira um pouco diferente. Entretanto, não as tomo a tal ponto diversas que não tenham muita afinidade entre si. Primeiro, há semelhança entre si, a saber, ambas são uma afirmação geral, contendo sempre o mesmo poder de ligar e desligar, isto é, mediante a Palavra de Deus, o mesmo mandato, a mesma promessa. Elas, porém, diferem nisto: a primeira passagem é privativamente acerca da pregação, que os ministros da Palavra realizam; esta diz respeito à disciplina da excomunhão, a qual foi confiada à Igreja. A Igreja, porém, liga a quem excomunga não porque o lance a perpétua ruína e desespero, mas porque lhe condena a vida e os costumes; e a não ser que o mesmo se arrependa, então o adverte de sua condenação; desliga a quem recebe à comunhão, porque o faz como que participante da unidade que tem em Cristo Jesus.

Portanto, para que alguém não despreze rebeldemente o juízo da Igreja ou faça

pouco caso em ser condenado pelos sufrágios dos fiéis, o Senhor testifica que esse juízo dos fiéis não é outra coisa senão a promulgação de sua *própria* sentença e que o que eles fizeram na terra foi ratificado no céu. Pois têm a Palavra de Deus com a qual condenam os perversos; têm a Palavra com a qual recebem à graça os que se arrependem. Mas não podem errar, nem dissentir do juízo de Deus, porque julgam somente da lei de Deus, que não é incerta nem opinião terrena; antes, é a santa vontade de Deus e o oráculo celeste.

Destas duas passagens, que me parece haver exposto em termos breves e claros, em conformidade com a verdade, essas pessoas desenfreadas, sem fazer qualquer distinção, mas segundo o cego furor que as impulsiona, sem nenhum discernimento, pretendem estabelecer a confissão, a excomunhão, a jurisdição, o poder de fazer leis e as indulgências. A primeira *destas duas passagens*, porém, evocam para construir o primado da sé romana. Tal é sua habilidade em fazer com que suas chaves se adeqúem às fechaduras e portas, que pode-se dizer que gastam toda sua vida no exercício dessa arte mecânica.

3. A disciplina eclesiástica, aplicada pelas autoridades da Igreja, é distinta da sistemática da punição civil, a cargo dos magistrados

Enquanto alguns imaginam que todas essas *disposições* foram temporárias, vigorando enquanto os magistrados permanecessem ainda estranhos à nossa profissão religiosa, enganam-se não atentando para a diferença que é tão notável e qual a dissimilaridade do poder eclesiástico e do civil. Porque a Igreja não tem o direito da espada pela qual castigue ou coaja; ela não *tem* a autoridade para obrigar; não *tem* o cárcere; não *tem* outras penas que costumam ser infligidas pelo magistrado. Além disso não se esforça para que o que pecou seja castigado contra sua vontade, mas que com seu castigo voluntário mostre estar arrependido. Há, pois, uma grande diferença; porque nem a Igreja se apropria do que pertence à autoridade civil, nem a autoridade civil pode fazer o que só a Igreja faz.

Bastará um exemplo para que tudo isso fique mais fácil. Alguém se embriagou. Numa cidade bem organizada, o castigo será o cárcere. Alguém cometeu fornicação? *O castigo* será ou semelhante ou ainda maior. Assim sendo, as leis, o magistrado e o juízo externo serão satisfeitos. Mas poderá acontecer que *o réu* não dê nenhum indício de arrependimento; antes, murmura ou resmunga. Porventura a Igreja se deterá aí? Mas essas pessoas não podem ser recebidas à Ceia sem que se faça injúria não só a Cristo, mas também à sua sacra instituição. A razão declara que aquele que ofendeu a Igreja com um mau exemplo, através de uma solene declaração de arrependimento o escândalo que gerou é removido. A razão dos que são de parecer contrário é fraca demais. Dizem que Cristo delegou à Igreja estas funções quando não havia magistrado que as desempenhasse. Mas amiúde ocorre que o

magistrado é muito negligente, às vezes até mesmo sendo ele próprio merecedor de castigo, o que aconteceu inclusive ao Imperador Teodósio. Ademais, se poderia dizer outro tanto de quase todo o ministério da Palavra. Em conformidade com sua opinião, deixem os pastares de repreender crimes notórios; deixem de inquirir, de acusar, de molestar. Pois há magistrados cristãos que devem corrigir estas *coisas* com leis e com espada. Mas, pergunto: como o magistrado, ao punir e coibir pela força, deve purgar a Igreja de escândalos, assim, por seu turno, o ministro da Palavra deve ajudar ao magistrado, para que não haja tantos que pequem. E assim eles devem combinar seus esforços, cada um não sendo impedimento ao outro, mas para colaboração mútua.

4. A disciplina eclesiástica é função perpétua, a qual não se transfere ao magistrado cristão, senão que ele mesmo deve sujeitar-se à disciplina da Igreja

E de fato, se alguém ponderar mais atentamente as palavras de Cristo em Mateus 18, perceberá facilmente que ali se descreve uma ordem de igreja estabelecida e perpétua, não temporária. Pois não é coerente que entreguemos ao magistrado aqueles que não quiserem conformar-se às nossas advertências, o que, no entanto, necessariamente haveria de acontecer se no lugar da Igreja agisse aquele. O que dizer-se desta promessa: "Em verdade, em verdade vos digo, tudo quanto ligardes na terra ..." [Mt 18.18]? Porventura diremos que isso se limita a um só, ou a uns poucos anos? Além disso, Cristo aqui não instituiu algo novo; antes, ele seguiu o costume sempre observado na antiga Igreja de seu povo, com o que significou que a Igreja não pode dispensar sua jurisdição espiritual, a qual teria existido desde o início. E isso foi confirmado pelo consenso de todos os tempos. Pois quando os imperadores e magistrados começaram a assumir o título ***cristão***, a jurisdição espiritual não foi inteiramente abolida, nem se confundiu com ela. E com razão, porque, se o magistrado é piedoso, não quererá eximir-se da sujeição comum dos filhos de Deus, à qual pertence; e não está em último lugar sujeitar-se à Igreja que julga em conformidade com a Palavra de Deus; longe, pois, esteja de prescindir-se desse juízo. "Ora, que há de mais honroso", diz Ambrósio, "do que o imperador ser filho da Igreja? Pois o bom imperador está ***dentro*** da Igreja, não ***sobre*** a Igreja." Portanto, aqueles que, a fim de honrar ao magistrado, despojam a Igreja deste poder, não só corrompem com falsa interpretação a afirmação de Cristo, mas inclusive condenam não levemente todos os santos bispos que tão numerosos eram desde o tempo dos apóstolos, visto que têm usurpado, sob falso pretexto, a honra e o ofício de magistrado.

5. A DISCIPLINA ECLESIÁSTICA NA IGREJA PRIMITIVA ERA DE NATUREZA ESPIRITUAL, JAMAIS RECORRENDO À FORÇA OU À ESPADA, TAMPOUCO ERA EXERCIDA AO ARBÍTRIO DE UM PRELADO, MAS SEMPRE CALCADA NA PALAVRA DE DEUS

Mas, por outro lado, compensa também ver qual foi outrora o verdadeiro uso da disciplina eclesiástica e com quão grande abuso foi sorrateiramente infiltrado, para que saibamos o que se deva abolir e o que restaurar da antigüidade, caso queiramos que o reino do Anticristo seja desmantelado, e que em seu lugar se erija de novo o verdadeiro reino de Cristo. Primeiro, este é o escopo *da disciplina eclesiástica*: para prevenção dos escândalos, e para que, em havendo escândalo, o mesmo seja desfeito.

É preciso considerar duas coisas em seu uso: *primeira*, que este poder espiritual esteja inteiramente separado do ***direito da espada***; segunda, que não seja administrado pelo arbítrio de um só, mas por conclave legítimo. Uma e outra *dessas duas coisas* foram observadas em uma lgreja mais pura. Pois os santos bispos não exerceram seu poder por meio de multas, cárceres, ou outras penas civis, mas fizeram uso unicamente da Palavra do Senhor, como convinha. Ora, a mais severa punição da Igreja, e como que *seu* raio último, é a excomunhão, que só se aplica em necessidade. Ora, esta *excomunhão* não requer violência nem força física, mas se contenta com a autoridade da Palavra de Deus. Enfim, a jurisdição da Igreja antiga outra coisa não foi senão, por assim dizer, a manifestação prática daquilo que Paulo ensina quanto ao poder espiritual dos pastores.

"Porque as armas", diz *ele*, "de nossa milícia não são carnais, mas sim poderosas em Deus apra destruição das fortalezas; destruindo os conselhos e toda altivez que se levanta contra o conhecimendo de Deus, e levando cativo todo o entendimento à obediência de Cristo" [2Co 10.4-6]. Como isto se faz pela pregação da doutrina de Cristo, assim, para que *essa* doutrina não seja para zombaria, à luz desse mesmo ensino devem ser julgados os que professam ser domésticos da fé. Mas isso não pode ser efetuado a não ser que, juntamente com o ministério, se conjugue o direito de chamar a que prestem contas aqueles que devem ser advertidos em particular ou corrigidos com mais rigidez; e a autoridade de privar também da comunhão da Ceia àqueles que não podem receber sem profanação esse tão grande mistério. Assim sendo, enquanto *Paulo* nega em outro lugar [1Co 5.12] ser de nossa alçada julgar os estranhos, sujeita os filhos da Igreja às censuras, para que seus vícios sejam castigados, e indica que então se exerça a disciplina da qual ninguém estava isento.

6. O exercício e administração da justiça ou disciplina eclesiástica era na Igreja primitiva função não de um indivíduo, mas de um colegiado de anciãos ou presbíteros

Este poder, como já declaramos, não pertencia a um só indivíduo que o exercesse a seu bel-prazer, mas pertencia a um colegiado de anciãos, que era na Igreja o que o senado é na cidade.[120] Cipriano, quando menciona *aqueles* por quem em seu tempo era exercido *esse poder*, costuma todo o clero unir-se ao bispo. Mas, em outro lugar, mostra também que às vezes o próprio clero presidia, sem que o povo fosse excluído da deliberação, pois assim escreve: "Desde o início de meu episcopado decidi nada fazer sem o conselho do clero e o assentimento do povo."[121] Mas esta era a maneira comum e usual: que a jurisdição da Igreja era exercida através do colegiado de presbíteros, dos quais, como já disse, eram de dois gêneros, pois uns eram *investidos* para ensinar, outros eram somente censores dos costumes.

Pouco a pouco esta instituição degenerou de seus primórdios, de sorte que já no século de Ambrósio somente os clérigos ouviam as causas eclesiásticas, do quê *ele* próprio se queixa, nestas palavras: "A sinagoga antiga", diz *ele*, "e depois a Igreja, teve *seus* anciãos, sem cujo conselho nada se fazia, o que veio cair em desuso por qual falha não sei, mas provavelmente pela negligência, ou, quem sabe, pelo orgulho dos mestres, querendo demonstrar que somente eles têm valor."[122] Vemos com quanta veemência o santo se indigna por haver se desviado um pouco da pureza inicial, ainda que a ordem que então se seguia era ainda tolerável. O que, pois, ele contemplara naquelas ruínas disformes, que quase nenhum vestígio revelam do edifício antigo? De que ele se lamentava? Primeiro, contrariando o que era certo e lícito, o bispo reivindicou só para si o que fora dado à Igreja. Ora, é exatamente como se, expulso o senado, o cônsul sozinho ocupasse o poder. Com efeito, assim como em honra *o bispo* está acima dos demais, assim também a autoridade do conselho é maior que a do indivíduo. Portanto, foi um delito por demais ímpio que um só homem, transferindo a si o poder público, abrisse acesso ao arbítrio tirânico, arrebatando à Igreja o que era propriamente dela, suprimindo e excluindo o colegiado ordenado pelo Espírito de Cristo.

---

120. Primeira edição: "Poder desta natureza, porém, como havemos declarado [acima], não estava na posse de um [só], para que fizesse o que quer que fosse, conforme o seu talante, mas na posse de um colegiado de anciãos, que era na Igreja [o] que na cidade é o Senado."

121. *Carta XIV*.

122. Ambrosiaster, *Comentário a 1 Timóteo 5.12*.

7. A FORMA CORRUPTA E DEGENERADA QUE A DISCIPLINA OU ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA VEIO A ASSUMIR NO ROMANISMO

Como, porém, de um *mal* sempre outro mal nasce, os bispos, enfastiando-se *desse mister* como se fosse uma causa indigna de seu cuidado, delegaram-no a outros. Daí foram instituídos ***oficiais*** que preenchessem esse lugar. Não estou ainda falando que gênero de homens *são esses*; estou apenas dizendo que nada diferem dos juízes profanos. E todavia ainda chamam de jurisdição espiritual onde se litiga somente de causas terrenas. Ainda que não haja mal algum nisso, com que descaramento ousam chamar de tribunal da Igreja a um foro litigioso?

Mas dirão que aí estão as advertências, e aí está a excomunhão. Obviamente que com isso se brinca com Deus! Algum pobre deve dinheiro? Então o citam. Se comparece, é condenado; se não paga depois de condenado, é advertido; depois de segunda advertência, então se toma medida para excomunhão. Se não comparece, então o avisam para que se apresente a juízo; se tarda, o admoestam, e em seguida o escomungam. Pergunto: que tem isto a ver com a instituição de Cristo, com a ordem que antigamente se guardava, ou com o modo de proceder da Igreja?

Dirão ainda que aí também se faz censura dos vícios. É verdade. Não só toleram dissoluções, libertinagens, bebedeiras e abominações desse gênero, mas inclusive, de certa modo, os fomentam e confirmam por tácita aprovação, e não só no povo, mas inclusive também nos próprios clérigos. Dentre muitos, convocam a poucos, seja para que não pareçam demasiado frouxos em mostrar-se coniventes, seja para arrecadarem dinheiro. Deixo em silêncio as pilhagens, as rapinas, os peculatos, os sacrilégios que daí se enumeram. Omito quem também são em geral os eleitos para este ofício. Isto é mais do que suficiente que, quando os romanistas se vangloriam de sua jurisdição espiritual, não é difícil mostrar que nada é mais contrário à ordem instituída por Cristo; de fato, ela não tem mais semelhança com o costume antigo do que as trevas com a luz.

8. A JURISDIÇÃO ECLESIÁSTICA IMPLANTADA NO ROMANISMO ASSUMIU CARACTERÍSTICAS DO PODER CIVIL, TIRÂNICA, DESPÓTICA, ARBITRÁRIA, COM A QUAL NÃO SE COADUNA A ORDEM ECLESIÁSTICA

Embora ainda não dissemos tudo o que aqui se podia apresentar, e mesmo o que já dissemos se restringiu a umas poucas *palavras*, entretanto confio de não haver deixado dúvida em ninguém de que o poder espiritual do qual o papa se vangloria com todo os seus adeptos é ímpia contradição da Palavra de Deus e injusta tirania contra seu povo. E de fato na expressão ***poder espiritual*** compreendo, ou a ousadia em se fabricarem novas doutrinas, com as quais desviaram o mísero povo da cristalina pureza da Palavra de Deus, ou as iníquas tradições com que a enredaram, como

também a jurisdição pseudoeclesiástica que exercem através dos sufragâneos e oficiais. Porque, se permitirmos o reinado de Cristo entre nós, outra coisa não pode acontecer senão que todo este gênero de dominação se ponha abaixo imediatamente e se reduza a ruínas.

O direito da espada, porém, que também atribuem a si, visto que não se exerce sobre as consciências, sua presente discussão não é relevante. Contudo, neste aspecto convém também observar que são sempre semelhantes a si *próprios*, isto é, que nada *são* menos do que pastores da Igreja. Tampouco estou atacando as faltas particulares de homens, mas o crime comum de toda a ordem; e muito mais ainda, a própria peste da ordem, quando se crê que ela está mutilada, a menos que se faça vistosa pela opulência e pelos títulos soberbos. Se em relação a esta matéria buscarmos a autoridade de Cristo, não há dúvida de que ele quis manter os ministros de sua Palavra distantes do governo civil e do poder terreno, quando dizia: "Os reis dos povos dominam sobre eles; mas vós não sereis assim" [Mt 20.25; Mc 10.42-43; Lc 22.25-26]. Ora, *ele* quis dizer não apenas que o ofício do pastor é distinto do ofício do príncipe, mas também que são coisas separadas demais para que possam coexistir em um só homem.

Com efeito, que Moisés exerceu ambos *esses ofícios* ao mesmo tempo, primeiramente isso se deu por raro milagre; em segundo lugar, foi temporário, até que a situação melhorassse. No entanto, quando o Senhor prescreveu uma forma definitiva, o governo civil lhe é deixado; e lhe é ordenado que resignasse o sacerdócio ao irmão. E com razão, pois está acima da própria natureza que um homem exerça ambos os ofícios, e em todos os séculos isso foi diligentemente observado na Igreja. Jamais qualquer bispo, sempre que permaneceu alguma aparência de igreja, pensou em usurpar o direito da espada; de modo que, no tempo de Ambrósio, prevaleceu este provérbio vulgar, que os imperadores aspiravam mais o sacerdócio do que os sacerdotes o império; pois se gravara na mente de todos o que mais tarde diz: "Ao imperador pertencem os palácios; ao sacerdote, as igrejas."

9. Os bispos, sacrificando seu verdadeiro ofício, assumiram funções e poderes próprios dos príncipes e governantes; postura política em flagrante desacordo com o ensino e exemplo de Cristo

Mas, depois que uma forma foi engendrada pela qual os bispos retivessem o título, a honra, os proventos de seu ofício sem o ônus e a solicitude, para que não fossem deixados inteiramente ociosos, lhes foi dado o direito da espada, ou, antes, *eles* próprios para si o usurparam. Com que pretexto defenderão, afinal, tal impudência? Porventura era obrigação dos bispos envolver-se com os afazeres judiciários e com os encargos administrativos de cidades e províncias, e abraçar o mais

amplamente passível ocupações em si mesmas tão alheias? Se se ocupam de cumprir suas obrigações, é tanto que têm a fazer que, empregando-se de toda a alma e de toda a mente sem distrair-se com nada, apenas poderiam desempenhá-lo devidamente. Não obstante, é tal sua obstinação e atrevimento, que não vacilam em proclamar que desta maneira a glória do reino de Cristo aumenta em dignidade, e que nem por isso eles deixam de cumprir com seus deveres pastorais.

Com respeito à primeira alegação, se é um ornamento conveniente do ofício sagrado, que os que o mantêm se elevem tanto que se tornam formidáveis ante os maiores monarcas, então têm base para porfiar com o próprio Cristo, ao qual, desse modo, ultrajam gravemente a honra. Pois o que, em sua opinião, pode ser mais insultante do que estas palavras: "Os reis dos povos e os príncipes dominam sobre eles, mas vós não sereis assim" [Mt 20.25, 26; Mc 10.42, 43; Lc 22.25, 26]? E contudo com isso não impõe a seus servos uma lei mais dura que aquela que primeiro impôs a si mesmo. "Quem", diz *ele*, "me constituiu juiz ou partidor entre vós?" [Lc 12.14]. E assim o vemos simplesmente desvencilhando de si o ofício de juiz, o que não faria se fosse coisa consistente com seu ofício. À subordinação que o Senhor assim se reduziu, não devem seus servos também se sujeitar?

Gostaria que provassem o outro ponto pela experiência quão fácil é o que alegam. Com efeito, quando aos apóstolos não pareciam bem pôr de parte a Palavra de Deus e ministrar às mesas [At 6.2], visto que não querem ser ensinados por esse exemplo, se convencem de que não compete a um mesmo *homem* desempenhar as funções tanto do bom bispo quanto do bom príncipe. Porque, se aqueles que, em razão da amplitude dos dons de que foram providos, podiam muito mais atender a cuidados mais numerosos e mais pesados do que quaisquer homens nascidos depois deles, contudo confessaram que não podiam incumbir-se ao mesmo tempo do ministério da Palavra e das mesas, sem que sucumbissem à carga, como esses homens minúsculos, em nada comparáveis aos apóstolos, podiam superar-lhes cem vezes mais em diligência? A própria tentativa constitui uma presenção mui impudente e audaciosa. E contudo vemos a coisa feita; com que sucesso, é óbvio. Nem podia ser outro o resultado, senão que, desertada sua própria função, mudaram para outros campos.

10. A progressão do poder temporal dos bispos: convertidos de prelados a potentados, por meio de astúcia, imposição ou abuso

Não há dúvida alguma de que paulatinamente, de tênues inícios, se fizeram tão grandes progressos. Porque não podiam avançar até esse ponto num primeiro passo; senão que umas vezes com astúcias e artimanhas foram emaranhados ocultamente, de modo que ninguém previsse o que haveria de sobrevir até que não mais houvesse remédio; outras vezes, quando a ocasião se apresentava, com terror e ameaças conse-

guiram dos príncipes, pela força, uma parte de seu poder; e outras, vendo-os inclinados a dar, abusaram de sua louca e inconsiderada facilidade.

Nos tempos mais remotos, se surgisse alguma controvérsia, os piedosos, para evitarem a necessidade de litigar, entregavam ao bispo a decisão, porque não duvidavam de sua integridade. Em tais decisões, os bispos idosos estavam freqüentemente enrascados, o que de fato lhes desagradava sumamente, como em algum lugar atesta Agostinho; mas, para que as partes não recorressem a um tribunal contencioso, iam a contragosto ao encontro desse contratempo. Estes fizeram jurisdição das decisões voluntárias, que discrepavam totalmente do estrépito forense. Quando, algum tempo depois, cidades e regiões foram premidas de várias dificuldades, se confiaram ao patrocínio dos bispos para que, por seu amparo, fossem protegidas. Estes, porém, com espantosa sutileza, de patronos se fizeram senhores. Não se pode negar que se assenhorearam de boa parte através de faciosidades violentas. Os príncipes, porém, que aos bispos espontaneamente confiaram jurisdição, foram impulsionados a isso por variados motivos. Mas, ainda que sua benevolência fosse alguma aparência de piedade, entretanto, com esta sua falsa liberalidade não granjearam da melhor maneira os proveitos da Igreja, cuja antiga e verdadeira disciplina de fato corromperam; aliás, para falar a verdade, aniquilaram totalmente. Os bispos, que na verdade, para seu proveito, abusaram dessa bondade dos príncipes, só com este exemplo mostrado atestaram sobejamente que bispos mui longe estão de ser. Porque, se porventura tivessem alguma centelha do espírito apostólico, em vez de dubiamente teriam respondido com a boca de Paulo: "As armas de nossa militância não são carnais, mas espirituais" [2Co 10.4]. Arrebatados, porém, por cega cupidez, não só arruinaram a si *próprios*, mas também aos sucessores e à Igreja.

11. A pretensão de absoluta soberania temporal ciosamente vindicada pelo papa é duramente repudiada por Bernardo

Por fim, o pontífice romano, não contente com modestas satrapias, lançou a mão primeiro sobre reinos, depois também sobre o *próprio* império. E para que, não importa com que pretexto, *ele* retenha a posse adquirida por puro latrocínio, ora se gloria de tê-la por direito divino, ora invoca a doação de Constanino, ora outro título. De minha parte, *juntamente* com Bernardo, antes de tudo afirmo: "Não importa a razão que para si reivindique, contudo não *o será* por direito apostólico. Ora, nem Pedro pôde dar o que não teve; porém deu aos sucessores o que tinha: o cuidado das igrejas."[123] "Entretanto, quando o Senhor e Mestre diz que não foi constituído juiz entre dois [Lc 12.14], não deve parecer indigno ao servo e discípulo se não julga a todos."[124] Mas Bernardo está falando de juízos civis, pois acrescenta: "Por-

123. *A Consideração*, livro II, capítulo VI, 10.
124. *Ibid*., livro I, capítulo VI, 7.

tanto, nos delitos, não nas posses, *está* vosso poder, porquanto em função daqueles, não em função destas, recebestes as chaves do reino dos céus. Qual, de fato, te parece maior dignidade: a de perdoar pecados, ou a de dividir propriedades? Nenhuma comparação há. Estas *coisas* ínfimas e terrenas têm seus juízes: os reis e príncipes da terra. Por que invadis os limites alheios" etc.? Igualmente: "Foste feito superior (*Bernardo* está falando ao papa Eugênio): para quê? Ora, sou de parecer que não para dominar. Nós, pois, por muito *altamente* que pensemos a nosso respeito, lembremo-nos de que um ministério nos foi imposto, não dado um domínio. Aprende que se te faz necessário um sacho, não um cetro, para que faças a obra de um profeta."[125] Ainda: "É manifesto que aos apóstolos é interdito o senhorio. Vai tu, pois, e ousa usurpar para ti, ou dominando, o outro lado, ou nas funções apostólicas, o senhorio."[126] E imediatamente após: "A fórmula apostólica é esta: interdita é a dominação, infundida a ministrarão."[127] Embora estas coisas fossem assim ditas por esse homem, manifesta-se que *ele* está falando a todos a própria verdade; mais ainda, embora a própria coisa seja patente sem qualquer palavra, no entanto o pontífice romano não se envergonhou em decretar no Concílio de Aries competir-lhe por direito divino o supremo direito de ambas as espadas.

12. Nem mesmo a falsa e espúria doação de Constantino respalda a pretensão de poder temporal do papa

No que diz respeito à doação de Constantino, *aqueles* que são medianamente versados nas histórias daqueles tempos não têm necessidade de ser ensinados quanto ao fato de que isso é não apenas fabuloso, como também ridículo. Mas, para omitirmos as histórias, Gregório é deste fato não só testemunha idônea, mas também suficiente. Ora, sempre que fala acerca do imperador, chama-o "sereníssimo Senhor", e a si *mesmo* "seu indigno servo". Igualmente, em outro lugar: "Mas não se indigne nosso príncipe e senhor com os sacerdotes, porquanto possuís poder terreno sobre eles; mas tendes presente esta excelente consideração: que por amor daquele cujos servos são, dominais sobre eles de tal maniera que às vezes lhes dais a reverência que deveis."[128] Vemos que em sujeição comum ele queria ser tido como um dentre o povo, pois ele está pleiteando aí não acerca de outro, mas acerca de si próprio. Em outro lugar: "Confio em Deus Onipotente que conferirá vida longa aos senhores pios e nos disporá sob vossa mão segundo sua misericórdia." Tampouco adicionei estas *coisas* com o propósito de discutir exaustivamente esta questão referente à doação de Constantino, mas apenas para que os leitores vejam, de passagem,

---

125. *Ibid*., livro II, capítulo VI, 9.
126. *Ibid*., livro II, capítulo IV, 10.11.
127. *Ibid*., livro II, capítulo VI, 11.
128. *Cartas*, livro I, capítulo V; V, capítulo XX.

quão puerilmente os romanistas mentem quando tentam pleitear um império terreno para seu pontífice.

Quão mais repelente foi a impudência de Agostinho Esteuco, que, em causa tão desesperada, ousou empenhar ao pontífice romano seu labor e *sua* língua![129] Lorenzo Valla refutou valentemente esta fábula; coisa bem fácil para um homem tão douto e de tão grande engenho como ele era. Não obstante, como homem pouco versado em assuntos eclesiásticos, não disse tudo o que devia.[130] Esteuco sai à liça e espalha suas parolas indignas no afã de toldar a clara luz. E de fato não menos desenxabidamente pleiteia *ele* a causa de seu senhor, como algum gaiato qualquer, simulando fazer o mesmo, estivesse a argumentar em favor de Valla. Mas, evidentemente, a causa é digna, à qual o papa alicia, com salários, a tais patronos; igualmente dignos, porém, são os rábulas contratados, aos quais frustra a esperança de lucro, como aconteceu ao Eugobino.

13. O PODER TEMPORAL DO PAPA VEIO A PREVALECER PRIMEIRO QUANDO GREGÓRIO VII CONSEGUIU IMPOR-SE AO IMPERADOR HENRIQUE IV (1056–1106)

Mas, se alguém indagar o tempo em que começou a emergir este império forjado, não são decorridos ainda quinhentos anos desde quando os pontífices permaneciam ainda na sujeição dos príncipes, nem se criava um pontífice sem a autoridade do imperador. O imperador Henrique proveu a Gregório VII ocasião de inovar-se esta ordem, sendo ele o quarto deste nome, um homem leviano e temerário, de nenhum siso, grande audácia e vida dissoluta. Porque, como tivesse em seu redil os bispados de toda a Alemanha, em parte à venda, em parte expostos à presa, Hildebrando, que fora por ele provocado, lançou mão de pretexto plausível para que se vingasse. Visto que, na verdade, parecia pleitear causa boa e pia, era ajudado pelo favor de muitos. E, por outro lado, em razão de *sua* maneira mais insolente de governar, era Henrique odioso à maioria dos príncipes. Por fim, Hildebrando, que se chamava Gregório VII, como era homem perverso e maldoso, pôs à mostra a malignidade de seu coração, que foi causa a que fosse desertado de muitos que haviam com ele conspirado. Isto, contudo, colheu de proveito: que a seus sucessores fosse possível não só impunemente sacudir *de si* o jugo, mas até a si fazer sujeitos os imperadores. A isto acresceu que muitos, a seguir, foram os imperadores mais semelhantes a Henrique do que a Júlio César, aos quais não foi difícil sujeitar, uma vez que se deixariam ficar em casa, despreocupados de todas as causas e amolentados,

129. Agostinho Esteuco, de Eugubio escreveu um livro: *De donatione Constantini*, Lyon, 1545.

130. Lorenzo Valla, canônico de São João de Latrão, escreveu um livro: *De falso credita et ementita Constantini donatione declamatio*; Basiléia, 1540.

quando de máxima necessidade era reprimir, com denodo e modos legítimos, a cupidez dos pontífices. Vemos com que desfaçatez foi pretextada essa famigerada doação de Constantino, mercê da qual o papa simula que o Império Ocidental lhe fora transferido.

14. O DESCALABRO DA INSACIÁVEL SEDE DE PODER E RIQUEZA DOS PAPAS, A SEGUIR

Nesse intervalo de tempo, os pontífices não cessaram, ora pela fraude, ora pela perfídia, ora pelas armas, de invadir domínios alheios; até a própria cidade, que então era livre, a reduziram a seu poder, cerca de cento e trinta anos atrás, até que vieram a esse poderio que hoje obtêm, e para ou retê-lo ou aumentá-lo, por duzentos anos, pois começaram antes que para si arrebatassem o domínio da cidade, assim perturbaram o orbe cristão ao ponto de quase o destruírem.

Outrora, sob Gregório, como os provedores de bens eclesiásticos lançassem a mão sobre propriedades que contavam ser da Igreja e, conforme o costume fiscal, firmassem títulos em sinal de vindicação *de posse*, reunido um concílio de bispos, Gregório, havendo investido rigidamente contra esse costume profano, consultou se porventura não teriam por anátema o clérigo que, por sua propositada inscrição de um título, tentasse ocupar alguma posse; semelhantemente, o bispo que, ou preceituasse que se fizesse isso, ou, sem sua ordem, não castigasse o culpado. Todos pronunciaram ***anátema***. Se pela inscrição de um título é crime digno de anátema em um clérigo que vindicasse uma gleba, quando por duzentos anos inteiros os pontífices outra coisa não premeditam senão batalhas, derramamento de sangue, morticínios de exércitos, pilhagens de cidades, excídios de outras, massacres de nações, devastações de reinos, somente para que lancem a mão sobre domínios alheios, que anátemas podem ser suficientes para punir-se a tais exemplos? Sem sombra de dúvida que esses nada menos buscam que a glória de Cristo. Porque, se voluntariamente renunciam a todo o poder secular que possuem, nenhum mal se seguiria disto para a glória de Deus, para a sã doutrina, ou para o bem da Igreja. Mas eles estão saturados de orgulho, possuídos da fome de dominar; e por isso pensam que tudo está perdido caso não se assenhoreiam de tudo isso com dureza e violência [Ez 34.4].

15. IMPROCEDENTE A PRETENSÃO DE IMUNIDADE EVOCADA PELO CLERO, EXCETO EM QUESTÕES MERAMENTE ECLESIÁSTICAS

À jurisdição foi anexada a imunidade que arrogam para si os clérigos romanistas; pois julgam ser coisa indigna se diante do juiz civil respondam em causas pessoais, e julgam que a liberdade quanto à dignidade da Igreja consiste em que estejam isendos e tenham a ver com os juízos e leis comuns. Mas os bispos antigos que,

em outros aspectos, eram por demais rígidos em manter o direito da Igreja, não julgaram que eles mesmos e sua ordem fossem prejudicados, caso fossem sujeitos. Também os imperadores piedosos, sem que tivessem alguém a reclamar, sempre convocaram a seus tribunais os clérigos sempre que se fizesse necessário. Ora, assim fala Constantino na epístola aos *bispos* nicomédios: ‘‘Se algum dos bispos inconsideradamente criasse distúrbio, sua audácia seria coibida *pela ação judicial* do ministro de Deus, isto é, por minha *própria* ação.”[131] E Valentino: “Os bons bispos não falam contra o poder do imperador; pelo contrário, sinceramente não só guardam os mandamentos de Deus, o Grande Rei, mas também obedecem a nossas leis.”[132] Sem qualquer controvérsia, todos foram então persuadidos.

As causas eclesiásticas, de fato, eram atribuídas ao juízo episcopal, como, *por exemplo*, se algum clérigo não houvesse transgredido as leis, era acusado *como* culpado apenas em relação aos cânones, não era citado ao tribunal comum; ao contrário, tinha ao bispo *por* juiz nessa causa. De igual modo, se uma questão de fé se agitava, ou *questão* que dissesse respeito propriamente à Igreja, a esta era levada a informação. É assim que se deve entender o que Ambrósio escreve *ao imperador Valentiniano*: “Teu pai, de augusta memória, não só respondeu por palavra, mas também sancionou por leis, que em causa de fé se deve julgar aquele que nem seja desigual em ofício, nem é diferente em direito.”[133] Igualmente: “Se mirarmos as Escrituras ou exemplos antigos, quem pode negar que em assunto de fé que os bispos costumam julgar os imperadores cristãos, não os imperadores os bispos?”[134] Ainda: “*Eu* teria ido ao vosso conselho, ó imperador, se os bispos ou o povo me permitisse ir, quando, no entanto, dizem que um assunto de fé deve ser tratado na igreja, diante do povo.”[135] De fato ele contende que um assunto espiritual, isto é, de religião, não deve ser trazido ao foro civil, onde se tratam controvérsias profanas. Com razão, nesta matéria todos louvam sua constância. E todavia, em uma boa causa, *ele* chega a este ponto: se tiver de ir à força e violência, diga que ele haverá de ceder. “De minha livre vontade”, diz *ele*, “não abandonarei o lugar a mim confiado; se coagido, não sei resistir, pois que nossas armas são as preces e as lágrimas.”[136]

Observemos a singular moderação e prudência do santo homem, associada com grandeza de ânimo e confiança *pessoal*. Justina, mãe do imperador, uma vez que não podia arrastá-lo para a facção dos arianos, empenhava-se em expulsá-lo do governo de *sua* igreja. E isso teria acontecido se, chamado a palácio para pleitear *sua* causa, houvesse vindo. Portanto, nega seja o imperador árbitro idóneo de tão

131. Teodoreto, *História Eclesiástica*; livro I, capítulo XX.
132. *Ibid.*, IV, capítulo VIII.
133. *Cartas*, XXI, 2.
134. *Cartas*, XXI, 4.
135. *Cartas*, XXVII, 17.
136. *Sermão Contra Augêncio*, 2.

grande controvérsia, o que exigia não só a necessidade daquele tempo, mas também a própria natureza perpétua da matéria. Pois julgava ser-lhe preferível antes morrer a que tal exemplo fosse transmitido aos sucessores com seu assentimento; no entanto, se for aplicada força, não cogita de resistir. Ora, ele nega ser isto próprio de um bispo: defender a fé e o direito da Igreja pelas armas. Por outro lado, em outros assuntos mostra-se pronto a fazer qualquer coisa que o imperador ordenasse. "Se pede tributo", diz *ele*, "não o negamos, as terras da Igreja pagam tributo; se pede as terras, *ele* tem o poder de reivindicá-las, nenhum de nós intervém."

Nesta maneira fala também Gregório: "Não ignoro", diz *ele*, "o ânimo de *nosso* sereníssimo senhor, de que não costuma imiscuir-se em assuntos sacerdotais, para que não seja de alguma *forma* gravado de nossos pecados."[137] Não exclui generalizadamente ao imperador de julgar a sacerdotes, mas diz haver certas causas que devem ser deixadas ao juízo eclesiástico.

16. Os bispos deveriam acatar as injunções do poder secular, desde que não resultasse detrimento à ordem e disciplina da Igreja

E precisamente com esta própria exceção, os santos varões não buscaram outra coisa senão que os príncipes menos religiosos não impedissem a Igreja, com tirânica violência e capricho, a levar a bom termo seu ofício. Pois não desaprovavam se às vezes os príncipes interpusessem sua autoridade em coisas eclesiásticas, desde que isso se fizesse para preservar, não para perturbar a ordem da Igreja; e para firmar, não para relaxar sua disciplina. Ora, uma vez que a Igreja não tenha o poder de coagir, nem deva buscá-lo (estou falando de coerção civil), é dever dos reis e príncipes piedosos suster a religião com leis, editos, juízos. Por esta razão, como o Imperador Maurício houvesse ordenado a certos bispos que acolhessem a colegas vizinhos expulsos *de suas sés* pelos bárbaros, Gregório confirma essa injunção e os exorta a que *lhe* obedeçam. O próprio *Gregório*, porém, admoestado pelo próprio *imperador* a que se reconciliasse com João, bispo constantinopolitano, de fato apresenta a razão por que não deva ser culpado, contudo não se gaba de imunidade do foro secular, senão que, antes, promete haver de ser obediente até onde será lícito em consciência, e ao mesmo tempo diz que Maurício, quando preceituara tais *coisas* a sacerdotes, fizera o que seria próprio a um príncipe religioso.

---

137. *Cartas*, livro IV, carta 20; P.L. 77, 689.

CAPÍTULO XII

DA DISCIPLINA ECLESIÁSTICA, CUJO PRINCIPAL USO *ESTÁ* NAS CENSURAS E *NA* EXCOMUNHÃO

1. Necessidade, natureza e efeito da disciplina à Igreja e na Igreja

A disciplina da Igreja, cuja consideração prorrogamos para este lugar, deve ser exposta em poucas *palavras*, para que, por fim, passemos aos demais *elementos*. Ela depende, em sua maior parte, do poder das chaves e da jurisdição espiritual. Para que se entenda isto mais facilmente, dividimos a Igreja em duas ordens principais, a saber: clero e povo. Chamo ***clérigos***, segundo o termo usual, *aqueles* que desempenham o ministério público na Igreja. Primeiro falaremos da disciplina comum, à qual todos devem estar sujeitos; em seguida discutiremos sobre o clero, que além dessa *disciplina* comum tem sua *disciplina* própria.

Mas, visto que alguns, em *sua* aversão à disciplina aborrecem até o próprio termo, hão de entender isto: se nenhuma sociedade, aliás, nenhuma casa que contenha sequer modesta família, *não* pode suster em condicão saudável sem disciplina, muito mais necessária é ela na Igreja, cuja condição importa seja a mais ordenada possível. Portanto, assim como a doutrina salvífica de Cristo é a alma da Igreja, também a disciplina é como que sua nervatura, mercê da qual sucede que os membros do corpo entre si se liguem, cada um em seu lugar. Portanto, todos quantos desejam que seja eliminada a disciplina, ou impedem o restabelecimento, quer façam isto deliberadamente, quer por irreflexão, realmente buscam a total subversão da Igreja. Pois, que haverá de ser se a cada um for permitido que faça o que bem lhe apraz? Com efeito, isso aconteceria a não ser que se adicionasse à pregação da doutrina admoestações particulares, correções e outros dispositivos dessa natureza, que sustêm a doutrina e não a deixam ser ociosa.

Portanto, a disciplina é como um ***freio*** com que se contêm e se domam *aqueles* que se enfurecem contra a doutrina de Cristo; ou como um ***acicate*** com que sejam estugados os de pouca disposição; ou às vezes até mesmo como castigo paterno com que têm de ser castigados, com clemência e segundo a mansidão do Espírito de Cristo, os que caem mais gravemente. Vemos, pois, que é o princípio certo de uma grande desgraça para a Igreja não ter cuidado nem preocupar-se de manter o povo na disciplina, e consentir que se desmande. De fato, este é o único remédio que Cristo não só preceitua, mas também foi sempre usado entre os pios.

2. Admoestação particular, advertência pública e exclusão são os estágios ou modalidades da disciplina eclesiástica

O primeiro fundamento da disciplina consiste em que tenham lugar admoestações particulares, isto é, se alguém não fizer *seu* dever de bom grado, ou se comporte insolentemente, ou viva menos honestamente, ou haja cometido algo digno de repreensão, que se deixe ser admoestado e que cada um dilegencie, quando a situação o exigir, por admoestar a seu irmão. Mas especialmente que os pastores e presbíteros estejam vigilantes nisto, de quem são funções não só pregar ao povo, mas também admoestar e exortar de casa em casa e declarar estar limpo do sangue de todos, porque *o Apóstolo* não cessava de admoestar a cada um, com lágrimas, noite e dia [At 20.20, 26, 31]. Ora, a doutrina então adquire força e autoridade quando o ministro não só expõe a todos, igualmente, o que devem em relação a Cristo, mas ainda tem o direito e o meio de exigir isso mesmo daqueles a quem porventura observarem ou que são pouco obedientes, ou mais relaxados para com a doutrina.

Se alguém, ou obstinadamente rejeite a admoestações dessa natureza, ou, com persistir em seus desmandos, mostre desprezá-las quando, empregadas testemunhas, tenha sido admoestado pela segunda vez, Cristo preceitua que seja chamado ao juízo da Igreja, que é o conselho de anciãos, e aí seja mais gravemente admoestado, como se pela autoridade pública, a fim de que, caso reverencie à Igreja, se *lhe* submeta e obedeça. Se nem assim for de fato quebrantado, antes, persevere em sua impiedade, então se ordene que seja excluído da sociedade dos fiéis, como desprezador da Igreja [Mt 18.15-17].

3. As faltas de cunho particular, não de conhecimento público, estão sujeitas ao juízo de Cristo; as faltas públicas ou notórias estão sujeitas a imediata consideração da Igreja

Mas uma vez que em Mateus 18.15-17 Cristo está falando apenas de faltas ocultas, é preciso fazer esta divisão: alguns pecados são particulares; outros, públicos ou abertamente manifestos. Dos primeiros, Cristo diz a cada *indivíduo* particular: "Repreende-o entre ti e ele só" [Mt 18.15]. Dos manifestos, Paulo diz a Timóteo: "Repreende-os diante de todos, para que os demais tenham temor" [1Tm 5.20]. Ora, Cristo dissera antes: "Se teu irmão pecar contra ti" [Mt 18.15]. Esta partícula, ***contra ti***, a menos que prefiras ser contencioso, não podes tomar de outra maneira senão ***sob teu conhecimento***, posto que muitos não têm conhecimento dele. Mas, o que o Apóstolo preceitua a Timóteo quanto a que sejam abertamente repreendidos aqueles que pecam abertamente, *ele* próprio o seguiu em relação a Pedro. Pois, como este pecasse para escândalo público, não o admoestou em particular, mas o trouxe perante a Igreja [Gl 2.14].

Portanto esta será a legítima seqüência *no modo* de agir, se ao corrigir as *faltas* ocultas avançarmos segundo esses passos propostos por Cristo, quando se trata de pecados privados; nos pecados públicos, proceder diretamente à correção solene da Igreja, se o escândalo de fato for público.

4. HÁ PECADOS LEVES E PECADOS GRAVES: AQUELES SÃO PASSÍVEIS DE ADMOESTAÇÃO OU CENSURA; ESTES, DE PUNIÇÃO MAIS SEVERA, OU, SEJA, EXCLUSÃO OU EXCOMUNHÃO

Há também outra distinção: alguns dos pecados são ***faltas***; outros, ***crimes*** e ***ignomínias***. Para se corrigir estes últimos, faz-se necessário aplicar-se não apenas admoestação ou censura, mas ainda remédio mais severo, como o demonstra Paulo, dizendo que, tão logo foi informado do crime, o coríntio incestuoso fosse castigado não apenas com palavras, como também fosse punido com excomunhão [2Co 5.3-5]. Então começamos a perceber melhor como a jurisdição espiritual da Igreja, que pune os pecados à base da Palavra do Senhor, é o melhor sustentáculo para sua saúde, fundamento da ordem e vínculo da unidade. Daí, quando a lgreja exclui de sua membresia aos adúlteros manifestos, aos fornicadores, ladrões, assaltantes, sediciosos, perjuros, falsas testemunhas e demais desse gênero, de igual modo aos contumazes (que retamente admoestados acerca de suas faltas, ainda que mais leves, têm a Deus e seu juízo em zombaria), não usurpa coisa alguma contra a razão; antes, exerce a jurisdição a si deferida pelo Senhor.

Com efeito, para que alguém não despreze tal juízo da Igreja ou tenha em pouca estima o *ser* condenado pelos sufrágios dos fiéis, o Senhor testificou que isso outra coisa não é senão a promulgação de sua sentença e de que está ratificando nos céus o que eles fizerem na terra [Mt 16.19; 18.18; Jo 20.23]. Porque têm a Palavra do Senhor com que condenar os perversos; têm *essa* Palavra com que receber à graça aos que se arrependem. *Aqueles* que confiam que as igrejas podem subsistir por longo tempo sem este vínculo de disciplina, afirmo que se enganam em *sua* opinião, a não ser que, talvez, possamos impunemente prescindir desse expediente que o Senhor prevê que nos seria necessário. E de fato, quão grande lhe é a necessidade de *seu* múltiplo uso, se perceberá melhor.

5. O tríplice propósito visado pela disciplina eclesiástica: não dar o aval cristão a quem dele não seja digno, para que o nome da Igreja não seja infamado e profane a Ceia do Senhor, e assim evitar a corrupção dos bons e levar ao arrependimento aquele que se envergonhe de seu descaminho

Mas a Igreja tem que visar a três fins nas correções e excomunhão desta natureza. O primeiro é que entre os cristãos não se nomeiem, com afronta de Deus, *aqueles* que levam uma vida torpe e escandalosa, como se sua santa Igreja houvesse de ser uma conjuração de homens réprobos e celerados. Ora, visto ser ela ***o corpo de Cesto*** [Cl 1.24], não pode ser poluída por membros fétidos e pútridos desta natureza, sem que alguma ignomínia recaia sobre sua ***Cabeça***. Daí, para que na Igreja não subsista algo dessa natureza, donde opróbrío se imprima a seu nome sacrossanto, é preciso que sejam eliminados de sua família *aqueles* de cuja torpeza redundaria infâmia ao nome cristão. E aqui também se deve levar em conta a Ceia do Senhor, para que não seja profanada por celebração promíscua. Pois é muitíssimo verdadeiro que *aquele* a quem foi confiada a dispensação, se cônscia e deliberadamente for admitido o indigno a quem podia de direito repelir, é culpado de sacrilégio, exatamente como se pusesse o corpo do Senhor diante dos cães. Pelo que Crisóstomo investe pesadamente contra os sacerdotes que, enquanto temem o poder dos grandes, a ninguém ousam afastar. "Sangue", diz *ele*, "será requerido de vossas mãos. Se temeis ao homem, ele se rirá de vós; se, porém, *temeis* a Deus, também aos próprios homens sereis veneráveis. Não nos apavoremos com as insígnias, não *nos apavoremos* com a púrpura, não *nos apavoremos* com os diademas, maior poder temos aqui. Eu, certamente, entregarei antes meu corpo à morte e deixarei que meu sangue seja derramado, do que me fazer participante desta contaminacão."[138] Portanto, para que não seja afetado de ignomínia este sacratíssimo mistério, requer-se um mui profundo discernimento, o qual, no entanto, não se pode ter senão em virtude da jurisdição da Igreja.

O segundo fim é que não se corrompam os bons pelo trato constante dos maus, como costuma acontecer. Ora, tal é nossa propensão a desviar-nos, que nada é mais fácil que sermos desgarrados do reto curso da vida pelos maus exemplos. O Apóstolo observou este uso *da disciplina* quando preceituou aos coríntios a alijar de seu convívio ao incestuoso [1Co 5.2-5]. "Um pouco de fermento", diz *ele*, "leveda toda a massa" [1Co 5.6]. E aqui visualizava tão grande perigo, que chegou a vedar toda convivência *com os indignos*. "Se algum irmão", diz *ele*, "entre vós for ou fornicário, ou avarento, ou cultor de ídolos, ou beberrão, ou maldizente, com tal *pessoa* sequer permito tomar alimento" [1Co 5.11].

138. *Comentário a Mateus,* homilia LXXXII, 6.

O terceiro fim consiste em que esses mesmos *que foram disciplinados* comecem a arrepender-se, confusos de vergonha de sua torpeza. Desta maneira é conveniente, inclusive para sua salvação, que sua maldade seja condenada, a fim de que, advertidos pela vara da Igreja, reconheçam suas faltas, nas quais permanecem e endurecem quando são tratados com docilidade.[139] É isso que o Apóstolo quer dizer quando fala nestes termos: "Se alguém não obedece à nossa doutrina, notai-o, e não vos mistureis com ele, para que core de vergonha" [2Ts 3.14]. Igualmente, em outro lugar [1Co 5.5], quando escreve que já havia entregado o incestuoso a Satanás, "para que o espírito seja salvo no dia do Senhor", isto é, como eu de fato o interpreto, ele o havia entregue à condenação temporária, para que fosse salvo eternamente. Mas é por isso que o entrega a Satanás, porque o Diabo está fora da Igreja, como Cristo está na Igreja. Ora, o fato de alguns atribuir isso a determinado tormento da carne, a mim *me* parece extremamente duvidoso.[140]

6. A forma disciplinar aplicada pela Igreja em diferentes casos, segundo a natureza das faltas em pauta

Propostos estes fins, resta ver como a Igreja deve exercer esta parte da disciplina que *lhe* foi inserida na jurisdição. De início, retenhamos aquela divisão feita previamente, dos pecados alguns são públicos, outros privados ou mais velados. Públicos são *os pecados* que têm não apenas uma ou outra testemunha, mas são apontados abertamente e com escândalo para toda a igreja. Chamo *ocultos* não *pecados* que escapam inteiramente ao conhecimento dos homens, como são os pecados dos hipócritas, pois esses não caem sob o juízo da Igreja; mas *pecados* de gênero intermédio, que de fato não deixam de ter testemunhas, contudo não são públicos. A primeira espécie *de pecadios* não requer aqueles passos que Cristo enumera *em Mateus 18.15-17*, mas a igreja, quando algo tal emerge, deve cumprir seu dever, chamando o pecador e punindo-o segundo a medida da falta no segundo gênero, conforme aquela regra de Cristo, que não se vem à Igreja até que a contumácia se manifesta.

Quando a falta vem a seu conhecimento, então é preciso observar a outra distinção entre faltas graves e faltas leves. Pois não se deve aplicar tão grande severidade nos pecados mais leves; antes, é suficiente o castigo das palavras, e esse brando e paterno, para que o pecador não exaspere, nem o confunda, mas o faça cair em si para que, punido, mais se alegre do que seja contristado. Mas convém que as faltas escandalosas sejam castigadas com remédio mais forte, pois não é bastante aquele que, praticando crime pelo mau exemplo, prejudicou gravemente a Igreja, seja cas-

139. Primeira edição: "Assim também lhes conduz o ser castigada sua depravidade, que, pelo sentir da vara, se despertem [aqueles] que, pela indulgência, mais obstinados haveriam de ser."

140. João Crisóstomo, *Comentário a 1 Coríntios*, hom. XV, 2.

tigado apenas com palavras; antes deve, por um tempo, ser privado da comunhão da Ceia, até que haja dado crédito de seu arrependimento. Ora, tampouco Paulo usa para com o coríntio apenas retórica de palavras, mas o elimina da Igreja e repreende os coríntios por o haver tolerado por tempo tão longo [1Co 5.1-7].

A Igreja antiga sempre manteve este modo de proceder, quando florescia o legítimo modo de governo. Pois se alguém perpetrava alguma transgressão grave, da qual surgisse escândalo, ordenava-se que *o faltoso* primeiro se abstivesse da participação da santa Ceia; então, não só a humilhar-se diante de Deus, mas também a comprovar *seu* arrependimento diante da Igreja. Mas havia ritos solenes que se costumavam impor no intervalo, para que fossem sinais de arrependimento. Quando então *o penitente* se havia desincumbido da satisfação que devia à Igreja, *ele* era então recebido à comunhão, mediante a imposição de mãos, recepção que Cipriano, que também descreve sucintamente rito desta natureza, mais freqüentemente chama paz. "Fazem penitência", diz *ele*, "pelo tempo justo; a seguir, vêm à confissão *pública* e, mediante a imposição das mãos do bispo e do clero, recebem o direito de comunhão"[141] – ainda que o bispo com o clero presidia à reconciliação, necessita ao mesmo tempo do consentimento do povo, como o comprova noutro lugar.[142]

7. Nos tempos antigos a disciplina eclesiástica era exercida até sobre os potentados e em modes condizentes com a presença divina

A ninguém se eximia desta disciplina de tal modo que até os princípes, juntamente com os plebeus, se sujeitavam a enfrentá-la. E com razão, quando se fizesse patente que era *isso preceito* de Cristo, a quem é justo que se submetam todos os cetros e diademas dos reis. Assim, *o Imperador* Teodósio, como fora por Ambrósio privado do direito de comunhão em decorrência de um massacre perpetrado em Tessalônica, despojou-se de toda gala régia de que estivera vestido, chorou publicamente seu pecado na Igreja, o qual se *lhe* havia sorrateiramente insinuado por dolo de outros, com gemido e lágrimas suplicou perdão. Pois os grandes reis não devem julgar como se isso fosse desonra, quando humildemente se prostram diante de Cristo, o Rei dos reis; nem deve causar-lhes desprazer quando são julgados pela Igreja. Pois, quando em sua corte quase nada ouvem senão meras adulações, mais do que necessário lhes é que sejam repreendidos pelo Senhor, mediante a boca dos sacerdotes, senão que, antes, devem optar se aceitam que os sacerdotes não os poupem, para que o Senhor os poupe.

Neste lugar deixo fora de consideração *aqueles* por quem esta jurisdição deva ser exercida, porque já se considerou isso em outra parte. Adiciono apenas que, ao

141. *Cartas*, XVI, 2; XVII, 2.
142. *Cartas*, XIV, 4.

efetuar-se a excomunhão de um homem, o procedimento legítimo é esse que Paulo indica, que os anciãos não façam isso sozinhos, separadamente, mas antes com a cônscia aprovação da Igreja, a saber, na forma em que a multidão do povo não administre a ação, mas a observe como testemunha e guardiã, para que algo não seja engendrado por uns poucos a *seu* bel-prazer. De fato, a seqüência da ação, além da invocação do nome de Deus, deve ter essa gravidade que evidencie a presença de Cristo, para que não seja duvidoso que *ele* próprio presida a seu tribunal.

8. A disciplina eclesiástica deve aliar à severidade a mansuetude, evitando o rigorismo antigo do qual Cipriano, Crisóstomo e Agostinho não se agradam

Entretanto, não se deve omitir que à Igreja convém uma severidade que se associe com um espírito de mansuedade [Gl 6.1]. Pois é preciso cuidar-se sempre e diligentemente, como Paulo preceitua [2Co 2.7], que "não seja consumido de tristeza" aquele a quem se pune; porque, do contrário, o remédio o intoxicaria. A regra da moderação poderá ser deduzida melhor do fim que se há de perseguir. Porque o que se pretende com a excomunhão é que o pecador se arrependa, que seus maus exemplos sejam suprimidos, para que o nome de Cristo não tenha má fama, nem outros sejam encorajados à imitação; se atentarmos para estas *coisas*, será possível julgar facilmente até onde deva avançar e onde cessar a austeridade. Portanto, quando o pecador dá à Igreja testemunho de seu arrependimento, e, com esse testemunho, até onde lhe compete, elimina o escândalo, de modo algum deve ser pressionado além, porque, se é pressionado, o rigor já excede a medida.

Neste sentido, de modo algum se pode justificar a desmedida austeridade dos antigos, que não só discrepava inteiramente da injunção do Senhor, mas era até sobremaneira perigosa. Pois quando ao pecador impusessem solene penitência e privação da sagrada comunhão, ora por sete, ora por quatro, ora por três anos, ora por toda a vida, o que poderia daí advir a não ser ou grande hipocrisia ou máximo desespero? Semelhantemente, não era proveitoso nem congruente o fato de que ninguém que houvesse caído fosse novamente admitido a um segundo arrependimento, mas fosse lançado fora da Igreja até o fim da vida. Portanto, quem quer que avalie a matéria com critério, sentirá aqui sua falta de prudência, se bem que aqui estou reprovando mais o costume público do que acusando todos esses que o usaram, dos quais alguns é certo que ficaram insatisfeitos, mas o toleravam porque não o podiam corrigir.

Com efeito, Cipriano declara que não concordava com tanta rigidez. "Nossa paciência", diz *ele*, "nossa afabilidade e dulçor estão dispostos e preparados para receber a todos os que vierem. Desejo que todos sejam reconduzidos à Igreja; dese-

jo que todos nossos companheiros de armas sejam encerrados juntos dentro dos arraiais de Cristo e das moradas de Deus o Pai. A todas *as coisas* perdôo, a muitas faço vista grossa, no esforço e anseio de ajuntar a irmandade; até mesmo *as coisas* que foram cometidas contra Deus não examino a pleno juízo; em perdoar as faltas, mais do que se impõe eu próprio quase transgrido; abraço, com pronto e pleno afeto, aos que retornam com arrependimento, confessando seu pecado com humilde e simples satisfação."[143] Crisóstomo, um tanto mais austero, no entanto fala assim: "Se Deus é tão benigno, por que o sacerdote quer parecer rigoroso?"[144] Sabemos, além disso, de que complacência usou Agostinho em relação aos donatistas, de sorte que não teve dúvida de receber ao episcopado os que voltavam do cisma, e isso imediatamente após o arrependimento. Mas, como o procedimento contrário havia prevalecido, se viram obrigados a renunciar sua opinião e parecer, e a seguir aos demais.

9. O espírito que deve presidir à disciplina é Cristo: candura, complacência, simpatia, buscando sempre a reintegração do faltoso

Mas, assim como em todo o corpo da Igreja se requer esta mansuetude, para que puna aos faltosos com profunda clemência, sem jamais chegar a extremo rigor, antes, segundo o preceito de Paulo, lhes confirme o amor [2Co 2.8], assim cada pessoa deve por si mesma temperar-se com esta clemência e humanidade. Portanto, não nos cabe eliminar do número dos eleitos aos que foram expulsos da Igreja ou *deles* desesperar-nos como se já estivessem perdidos. Por certo que é justo considerá-los alienados da Igreja, e daí de Cristo, mas *apenas* pelo tempo em que permanecerem em afastamento. Porque, se afinal exibem também maior aparência de obstinação do que de humildade, contudo os recomendemos ao juízo do Senhor, esperando deles melhor reação no futuro do que vemos no presente; nem deixemos, em razão disso, de suplicar a Deus em favor deles.

E condensando tudo em uma palavra, não condenemos à morte a própria pessoa que está na mão e arbítrio exclusivamente de Deus, mas simplesmente avaliemos à luz da lei do Senhor de que natureza são as obras de cada um. Ao seguir esta regra, esperemos pelo juízo divino antes de proferir o nosso. Não arroguemos para nós maior liberdade em julgar, se não quisermos achar-nos limitando o poder de Deus e ditando lei à sua misericórdia; sempre que lhe parece bem, os piores são convertidos nos melhores; os alheios são enxertados e estranhos adotados na Igreja. E o Senhor opera isso para que assim frustre a opinião dos homens e *lhes* contenha a temeridade, a qual, a menos que seja coibida, ousa, acima do que lhe convém, usurpar para si o direito de julgar.

---

143. *Cartas*, LIX, 16.

144. Tal pensamento se encontra com freqüência em Crisóstomo; cf. em particular a Homília: "Não há que anatematizar os vivos nem os mortos", 2, 3.

10. A excomunhão ou exclusão da comunidade eclesiástica, distinta do anátema, não é final e absoluta; é corretiva, não inexorável

Pois quando Cristo promete que será ligado o que os seus ligarem na terra [Mt 18.18], limita o poder de ligar à censura da Igreja, pela qual não são lançados a perpétua ruína e condenação os que são excomungados; mas, ouvindo que são condenados sua vida e os costumes, tomam ciência também de sua própria condenação perpétua, a menos que se arrependa. Com efeito, a excomunhão difere do anátema em que este, destituído de todo perdão, vota e entrega o homem a eterna ruína; aquela pune e castiga mais aos costumes. E visto que também a própria *excomunhão* castiga o homem, contudo o castiga em tais moldes que, prevenindo-o de sua futura condenação, a converta em salvação. E se ele obedece, à mão está a reconciliação e a restituição à comunhão. O fato é que o uso do anátema é extremamente raro, ou absolutamente não existe. Se bem que, em função da disciplina eclesiástica, não sendo lícito tratar mais familiarmente ou ter contato mais íntimo com os excomungados, no entanto devemos porfiar, por todos os meios possíveis, para que eles voltem a produzir frutos, transformem sua vida e se acolham à companhia e união da Igreja, como também o Apóstolo ensina: "Não os considereis", diz *ele*, "como inimigos; antes, admoestai-os como a irmãos" [2Ts 3.15]. A não ser que seja preservada esta humanidade tanto particular quanto comunitária, corre-se o risco de descambarmos da disciplina para a tortura.

11. O zelo da disciplina deve ser de tal sorte temporado que se preserve a unidade do Espírito no vínculo da paz, mas sem displicência

Para a moderação da disciplina requer-se, acima de tudo, também o que Agostinho declara contra os donatistas: que as pessoas em particular, se percebem que os presbíteros não empregam mais diligência em corrigir os vícios, que não se afastem de imediato da Igreja em razão disso; ou os próprios pastores, se não podem corrigir todas as coisas que carecem de correção conforme o desejo de seu coração, nem por isso resignem o ministério, nem perturbem toda a Igreja com inusitada aspereza. Pois é mui verdadeiro o que escreve Agostinho, a saber: "Que todo aquele que corrige o que pode, repreendendo-o; ou sem violar o vínculo da paz, exclui o que não pode corrigir; ou injustamente condena enquanto pacientemente tolera o que é incapaz de excluir sem violar o vínculo da paz, é livre e isento de maldição."[145]

Ele apresenta a razão em outro lugar: "toda norma piedosa e toda forma da disciplina eclesiástica deve ter sempre em vista a unidade do Espírito no vínculo da paz [Ef 4.3]; o Apóstolo preceitua que nos guardemos 'tolerando-nos mutuamente' [Ef 4.2]; e quando não o observamos, o remédio da punição começa a ser não ape-

145. *Contra a Carta de Parmenião*, livro II, capítulo I, 3.

nas supérfluo, mas até mesmo pernicioso, e por isso deixa de ser remédio." "Aquele", diz *ele*, "que considera diligentemente estas *coisas*, não negligencia a severidade da disciplina para a conservação da unidade, nem rompe o vículo da comunhão pela intemperança." Na verdade professa que os pastores não só devem esforçar-se neste aspecto para que na Igreja não permaneça algum vício, mas também cada um deve empenhar-se da mesma forma, segundo suas forças; nem esconde que aquele que negligencia a admoestação, a reprovação, a correção dos maus, mesmo que não os favoreça, nem com eles peque, é culpado diante do Senhor; e se ele se conduz de modo que, ainda que os exclua de participar da Ceia, já não peca com pecado alheio, mas com o seu *próprio*. Ele apenas quer que se faça isto: aplicar a prudência que também o Senhor requer, "para que, enquanto se erradica o joio, o trigo não seja prejudicado" [Mt 13.29]. Daí conclui com Cipriano: "Portanto, castigue o homem com misericórdia o que pode; mas, o que não pode, suporte com paciência, gema e pranteie com amor."[146]

12. O rigor na disciplina a que cederam os donatistas do tempo de Agostinho, e a que cediam os anabatistas dos dias de Calvino era excessivo e insipiente

Mas *Agostinho* está dizendo isto por causa do rigorismo dos donatistas que, quando percebiam vícios nas igrejas, os quais os bispos de fato repreendiam com palavras, mas não puniam com excomunhão, uma vez que não pensavam que obteriam algum proveito nessa via, investiam ferozmente contra os bispos, como se fossem traidores da disciplina, e por ímpio cisma separavam-se do rebanho de Cristo, como fazem hoje os anabatistas que, enquanto não reconhecem nenhuma congregação de Cristo, a não ser que aparente perfeição angélica em todo aspecto claro, sob o pretexto de seu zelo, subvertem tudo quanto há de edificação. Diz ainda Agostinho: "Essas pessoas afetam, não por ódio aos pecasdos alheios, mas pelo afã de suas dispustas, atrair as pessoas pobres, ou pelo menos separá-las, seduzindo-as com a vanglória de seu nome. Inflados de orgulho, loucos em sua obstinação, cautelosos em caluniar, ansiosos por revoltas, para que não se veja claramente a luz que há neles, se cobrem com a sombra de uma rigorosa severidade; e o que a Escritura lhes ordena fazer para corrigir os vícios de seus irmãos com um moderado cuidado, mantendo a sinceridade do amor e o vínculo da paz, o usurpam para cometer um sacrilégio e criar um cisma, dando ocasião de divisão na Igreja."[147] Esses não por ódio da iniqüidade alheia, mas pelo gosto de suas contendas, enredilhando a débil população pela jactância de seu nome, procuram sofregamente ou arrastar a todos a si, ou, indubitavelmente, dividir. lnflados de soberba, empedernidos de obstinação,

146. *Cartas*, LIX, 16.
147. *Contra a Carta de Parmenião*, livro III, capítulo IV.

insidiosos em calúnias, turbulentos em sedições, para que não se faça patente que carecem da luz da verdade; estendem por diante a sombra de rígida severidade, e *as coisas* que nas Escrituras são ordenadas que se façam em mais moderado trato, para ser preservada a sinceridade do afeto e guardada a unidade da paz, corrigirem-se as faltas dos irmãos, ao sacrilégio do cisma e a ocasião de cisão abusam." "Assim, Satanás se transfigura em anjo de luz [2Co 11.14], enquanto, a pretexto como que de justa severidade, induz cruel rigor, outra coisa não cobiçando, senão corromper e despedaçar o vínculo da paz e da unidade, o qual, preservado firme entre os cristãos, todas suas forças se fazem fracas para causar dano, as armadilhas de *suas* insídias se desmantelam e se evanescem seus planos de subversão."

13. Agostinho preceitua que não se deve relaxar a disciplina eclesiástica, porém insiste que seja aplicada com moderação e prudência

Uma coisa Agostinho especialmente recomenda: que se o contágio do pecado invadir a multidão, a misericórdia deve acompanhar a disciplina vigoroso.[148] "Ora", insiste Agostinho, "são também inúteis conselhos de separação, são perniciosos e sacrílegos porque se tornam ímpios e soberbos e mais perturbam os bons que são fracos do que corrijam os maus animosos." E o que a outros aí preceitua, também ele *próprio* seguiu fielmente. Pois, escrevendo a Aurélio, bispo de Cartago, queixa-se de que a embriaguez, que é tão severamente condenada nas Escrituras, grassava impunemente em África; e aconselha que, reunido um concílio de bispos, se aplique o remédio. Acrescenta, a seguir: "Estas *coisas* são removidas, quanto me é dado julgar, não asperamente, não duramente, não de modo imperioso, mais pela instrução do que pela imposição; mais pela admoestação do que pela ameaça. Pois assim se deve agir quando grande é o número dos faltosos. Deve-se, porém, exercer severidade para com os pecados de uns poucos." Contudo, não entende que por isso os bispos devam fazer vistas grossas ou calar-se, uma vez que não podem punir mais severamente as infâmias públicas, como *ele* próprio o expõe depois. Mas quer que o modo de corrigir seja regulado de maneira que, até onde é possível, confira saúde ao corpo, em vez de ruína. E por isso conclui finalmente assim: "Por isso, também *não* se pode de forma alguma negligenciar esse preceito do Apóstolo quanto ao dever de afastar os maus [1Co 5.3-7], quando se pode fazer sem perigo de violar-se a paz, pois ele não queria que se fizesse tal coisa. E também se deve observar que, suportando-nos mutuamente, nos empenhemos em preservar a unidade do Espírito no vínculo da paz" [Ef 4.2, 3].[149]

---

148. Primeira edição: "Este um [ponto] recomenda [Agostinho] precipuamente: se o contágio do pecar haja invadido a multidão, necessária é severa misericórdia à vigorosa disciplina."

149. *Contra a Carta de Parmenião*, livro III, capítulo II, 15.

14. Necessidade e ocasião de jejum e orações especiais

A parte restante da disciplina, que não está contida propriamente no poder das chaves, consiste em que, segundo a necessidade dos tempos, os pastores exortem o povo, seja a jejuns, seja a súplicas solenes, seja a outros exercícios de humildade, de penitência e de fé, cujos elementos não se acham prescritos na Palavra de Deus nem o tempo, nem o modo, nem a forma, mas são deixados ao critério da Igreja. Contudo, como a prática de tais coisas é proveitosa, sempre se observou na Igreja antiga desde o tempo dos apóstolos; se bem que nem os próprios apóstolos de fato foram seus primeiros autores, mas adotaram o exemplo da lei e dos profetas. Pois vemos aí, sempre que ocorria algum fato grave, uma vez convocado o povo, se proclamava jejum [Jl 2.15; At 13.2, 3]. Portanto, os apóstolos seguiram o que não era novidade para o povo de Deus e percebiam que era útil [At 13.2, 3]. A mesma razão se dá para os outros exercícios com os quais se pode incitar o povo a cumprir com seu dever, ou manter em suas obrigações e na obediência. Deles temos Exemplos a cada passo nas histórias sagradas, os quais não se faz necessário coligir.

Em suma, pode-se admitir assim: sempre que surgem controvérsia acerca da religião, a qual precisa ser decidida ou em um sínodo ou em um tribunal eclesiástico, sempre que se trata de eleger um ministro, enfim, sempre que se discute alguma coisa difícil e de grande importância; por outro lado, quando aparecem os juízos da ira do Senhor, como pestilência, guerra e fome, esta é uma santa e salutar ordenança em todos os séculos: que os pastores exortem o povo ao jejum público e orações extraordinárias. Se alguém não recebe os testemunhos que podem ser acrescidos do Antigo Testamento, como se não fossem relevantes à Igreja Cristã, é evidente que também os apóstolos agiram assim, ainda que, acerca das preces, julgo ser difícil achar alguém que crie polêmica. Portanto, digamos algo a respeito do jejum, porquanto muitíssimos, uma vez que não entendem que utilidade tenha *ele*, na verdade julgam-no não necessário; outros, além disso, o rejeitam inteiramente como supérfluo; e sendo seu uso não bem conhecido, é fácil descambar-se para a superstição.

15. O tríplice objetivo extraído do jejum e sua aplicação: mortificação da carne, condicionamento à oração e meditação, testemunho de humilhação diante de Deus

O jejum santo e legítimo tem três finalidades, pois dele usamos ou para macerar e sujeitar a carne para que não se refestele, ou para que estejamos melhor preparados às orações e santas meditações, ou para que seja testemunho de nossa humilhação diante de Deus, enquanto queremos confessar nossa culpa perante ele. A primeira finalidade não ocorre tão freqüentemente no jejum público, uma vez que a constituição do corpo não é uma só a todos, a condição de saúde não é uma só;

assim sendo, se aplica melhor ao jejum particular. A segunda é comum a ambos, visto que a igreja toda tem necessidade de preparação desta ordem para as orações, bem como cada um dos fiéis em particular. De igual modo, também o terceiro. Pois às vezes acontecerá que Deus aflija a um povo com a guerra, ou a peste, ou alguma calamidade. Neste flagelo comum é preciso que se faça culpada, e a população toda confesse sua culpa. Se, pois, a mão do Senhor ferir a alguém em particular, o mesmo vale para um só indivíduo, ou para sua família. De fato isso se situa principalmente na disposição de espírito. Ora, pois, quando o espírito está disposto como deve, dificilmente pode acontecer que não irrompa em testificação externa, especialmente se tende à edificação comum, de modo que, confessando todos a um tempo, abertamente, seu pecado, rendam louvor ao Deus de justiça; e com seu exemplo, um a um, mutuamente se exortem.

16. O jejum apropriado adjunto da oração nas ocasiões solenes ou especiais. Como se vê do exemplo da Igreja de Antioquia, de Paulo e Barnabé, de Ana, de Neemias e do ensino de 1 Coríntios

Daqui que o jejum, quando é sinal de humilhação, tem uso mais freqüente em público do que entre pessoas em particular, ainda que, como já foi dito, seja comum *a ambas essas situações*. Portanto, no que tange à disciplina de que estamos ora tratando, sempre que houver necessidade de suplicar acerca de algum assunto importante, seria conveniente, juntamente com a oração, prescrever jejum. Assim quando os antioquenos impõem as mãos sobre Paulo e Barnabé, para que recomendem melhor a Deus seu ministério, que era de tanta importância, associam jejum à oração [At 13.3]. Assim, ambos eles, mais tarde, quando constituiriam ministros às igrejas, costumavam orar com jejum [At 14.23]. Neste gênero de jejum não tiveram outra *coisa* em mira senão que fossem viessem a ser mais animosos e mais diligentes na oração. Indubitavelmente, isto provém da experiência: com estômago cheio, a mente não é capaz de elevar-se a Deus para orar com ardente afeto e perseverante na oração.

Assim é preciso entender o que Lucas menciona a respeito de Ana, *ou, seja*, que ela servia ao Senhor com jejuns e orações [Lc 2.37]. Ora, o evangelista não está situando o culto de Deus no jejum, senão que leva a entender que desse modo a santa mulher se exercitava à constância da oração. Tal foi o jejum de Neemias quando, com o mais ardente empenho, suplicava a Deus em favor da libertação de seu povo [Ne 1.4]. Por esta causa, Paulo diz que os fiéis procedem com retidão se por certo tempo se abstenham do leito conjugal, para que se entreguem mais livremente à oração e ao jejum [1Co 7.5]. Ao unir aqui o jejum à oração como uma ajuda mútua, adiverte que o jejum não tem nenhuma importância senão até onde se destina a este fim. Além disso, quando ele nessa passagem preceitua aos cônjuges que se

dediquem mutuamente à benevolência [1Co 7.3], é evidente que não está falando das orações diárias, mas *daquelas* que exigem mais séria atenção.

17. Jejum e penitência nas ocasiões de calamidade pública

Por outro lado, se começa a grassar peste, ou fome, ou guerra, ou se alguma calamidade parece, de outro modo, ameaçar à região e ao povo, então é também dever dos pastores conclamar a igreja ao jejum, para que, suplicemente, se desvie a ira do Senhor. Porque ele anuncia que se prepara e, por assim dizer, se acha armado para a vingança, quando o perigo ameaça. Portanto, como, para aplacar a misericórdia do juiz, outrora os réus costumavam suplicantemente humilhar-se, de barba comprida, cabelo despenteado, vestimenta escura, assim nós, quando somos levados *como* culpados diante do tribunal de Deus, implorando sua justiça em veste miserável, isso tanto interessa à sua glória e à edificação pública, quanto é útil e salutar também a nós próprios.

Que isso esteve em uso entre o povo de Israel facilmente se pode coligir das palavras de Joel. Porque, quando ordena que se toque a trombeta a convocar-se uma assembléia, proclamar-se um jejum, e essas coisa que seguem [Jl 2.15, 16], ele fala como de coisas recebidas pelo costume comum. Pouco antes dissera que havia sido instaurado processo acerca das abominações do povo, e anunciara já estar iminente o dia do juízo e citara os réus a pleitearem *sua* causa [2.1, 2]; então, a seguir, brada que se apressem em vestir saco e lançar cinza, em prantear e jejuar [2.12], isto é, que também como testemunho externo se prostrem diante do Senhor. Com efeito, cinza e saco eram talvez mais apropriados àqueles tempos, mas a convocação *do povo*, o pranto, o jejum e *coisas* semelhantes a estas, não há dúvida de que caibam muito bem também em nossa época, de vez em quando assim exige a condição de nossas circunstâncias. Pois como é um santo exercício tanto para humilhar os homens, quanto para confessar-se a humildade, por que fazermos menos uso dele que os antigos em necessidade semelhante?

Lemos que jejuaram em sinal de tristeza, não só a Igreja israelita, formada e regulada pela Palavra de Deus [1Sm 7.6; 31.13; 2Sm 1.12; 1Rs 21.12], mas também os ninivitas, que não tinham nenhuma doutrinação além da pregação única de Jonas [Jn 3.15]. Portanto, que razão há para não fazermos o mesmo? Mas é possível que se replique que *o jejum* é uma cerimônia externa; que, juntamente com outras, teve seu cancelamento em Cristo. Pelo contrário, ainda hoje é um ótimo auxílio aos fiéis, como sempre o foi, e útil advertência para despertar a si mesmos, de sorte que, por sua demasiada confiança pessoal e negligência, não provoquem mais e mais a Deus, quando forem castigados por seus açoites. Daí, quando Cristo justifica a seus apóstolos por não jejuarem, não diz que o jejum fora anulado, mas o destina aos tempos

calamitosos e o associa ao luto: "Virá o tempo", diz *ele*, "quando o Noivo lhes será tirado" [Mt 9.15; Mc 2.20; Lc 5.35].

18. Natureza e definição do jejum: tempo de sua prática, tipo e quantidade de alimento a ser usado

Mas para que não haja algum erro no termo, definamos o que jejum significa, pois aqui entendemos não simplesmente contenção e parcimônia na alimentação, porém algo mais determinado. Indubitavelmente, a vida dos santos deve ser temperada pela frugalidade e sobriedade, de tal modo que, durante toda sua vida resplandeça o máximo possível uma certa espécie de jejum. Mas além disso há um outro jejum temporário, quando nos privamos de algo da alimentação regular e diária; ou quando por um dia, ou por tempo determinado nos impomos uma certa abstinência de alimento, mais rigorosa e mais severa que o ordinário.

Esta restrição consiste de três *elementos*: do tempo, da qualidade dos alimentos e de *sua* parcimônia. Pelo termo ***tempo*** quero dizer que façamos uso daquelas práticas do jejum para as quais ele próprio foi instituído. Como, por exemplo: se alguém jejua por causa de uma solene oração, que se valha disso sem quebrar o jejum. A ***qualidade*** consiste nisto: que esteja ausente toda suntuosidade; e contentes com manjares comuns e mais baratos, não excitemos o paladar com finas iguarias. A regra da ***quantidade*** está nisto: que nos alimentemos mais sóbria e frugalmente do que o costumeiro, apenas para *atender* a necessidade, não por prazer.

19. Tríplice conceituação errônea do jejum: prática dissociada do senso de contrição diante de Deus, obra meritória ou forma cultual e a necessidade pessoal de louvar-se

Todavia, acima de tudo deve-se tomar sempre cautela para que não se insinue sorrateiramente algo de superstição, como, com grande dano da Igreja, até aqui vem acontecendo. Ora, muito mais satisfatório seria que não se fizesse absolutamente nenhum uso de jejum do que ser *ele* diligentemente observado e contudo ser corrompido por falsas e perniciosas opiniões, nas quais a cada passo cairá o mundo a não ser que, com suma fidelidade e prudência, os pastores saiam a seu encontro. O primeiro *ponto* consiste na constante urgência do ensino de Joel [2.13]: que os corações sejam rasgados, não as vestes; isto é, que o povo seja admoestado a que não tenha o jejum como algo de grande importância para Deus, a menos que lhe esteja presente o sentir interior do coração, genuíno desprezo pelo pecado e por si *próprio*, verdadeira humilhação e verdadeira tristeza *nascida* do temor de Deus. Com efeito, o jejum é útil não por outro motivo, mas porque se junta a essas *disposições* como um auxílio sempre inferior. Pois a Deus nada execra mais do que quando os homens

tentam enganá-lo, exibindo sinais e aparência exterior em lugar da inocência do coração. Portanto, com extrema severidade Isaías investe contra esta hipocrisia: que os judeus pensavam que Deus ficava satisfeito quando simplesmente jejuavam, por mais que no coração fomentassem a impiedade e pensamentos impuros. "Porventura", diz ele, "é esse o jejum que o Senhor escolheu?" [Is 58.5], e o que segue *nessa passagem*. Portanto, o jejum dos hipócritas não é apenas afadigamento inútil e supérfluo, mas abominação máxima.

Há outro mal semelhante a este do qual se deve acautelar-se com sumo cuidado: que *o jejum* não seja considerado como obra meritória ou espécie de culto divino. Pois quando ele se torna algo em si indiferente, não existe nele nada que seja de importância, senão em função desses fins aos quais deve visar; é superstição perniciosíssima confundi-lo com obras ordenadas por Deus e por si mesmas necessárias, sem outra consideração. Tal foi outrora o desvario dos maniqueus, quando Agostinho os refuta mui claramente dizendo que só se deve estimar o jejum em virtude desses fins que mencionei; tampouco Deus o aprova, a não ser que ele seja anexado a isso.[150]

O terceiro erro, não tão ímpio, no entanto perigoso, é exigi-lo com grande severidade e rigor como se fosse um dos deveres primordiais, e exaltá-lo com encômios tão elevados, que os homens creiam que fizeram algo tão grande quando jejuam. Nesta parte não ouso escusar totalmente os antigos de não só lançarem certas sementes de superstição, mas também propiciarem ocasião à tirania que surgiu mais tarde. De fato às vezes ocorrem *neles* opiniões sãs e sábias a respeito do jejum; mas, em seguida, a cada passo ocorrem louvores imoderados ao jejum, colocando-o entre as mais importantes virtudes.

20. Observância supersticiosa na quaresma, a qual não se fundamenta no exemplo de Cristo, e além disso exibe considerável variação no que tange à duração e forma

E então por toda parte prevalecera observância supersticiosa da quaresma,[151] porque o vulgo não só pensava que nela estava prestando a Deus algum insigne serviço; como também os pastores a recomendavam como santa imitação de Cristo [Mt 4.2];[152] quando se manifesta que não foi por isso Cristo jejuou, a ponto de prescrever exemplos a outros; mas, ao contrário, para que, começando assim a pre-

150. *Costumes da Igreja e dos Maniqueus*, livro II, capítulo XIII, 27; *Contra Fausto*, capítulo XXX, 5.

151. Eusébio, *História Eclesiástica*, livro V, capítulo XXIII, mostra que o jejum antes da Páscoa era muito breve. Alguns jejuavam um dia; outros, quarenta horas (Extraído da versão espanhola).

152. Alusão aos quarenta dias de jejum de Cristo antes da tentação. A palavra ***quaresma*** – em latim quadragésima – significa quarenta; ou, seja, quarenta dias antes da Páscoa; cf. Agostinho, *Cartas*, LV, capítulo XV (Extraído da versão espanhola).

gação do evangelho, comprovasse ser ele não uma doutrina humana, mas de fato doutrina provinda do céu. E é de admirar que a homens de juízo perspicaz se insinuasse sorrateiramente alucinação tão crassa, a qual é refutada por tantas e tão claras razões. Porque Cristo não jejuou muitas vezes, como deveria tê-lo feito, se queria impor a lei para jejuarmos a cada ano, quando o fez só uma vez, em sua preparação para proclamar o evangelho? Tampouco jejua *ele* à moda humana, como era próprio, se quisesse provocar os homens à *sua* imitação; pelo contrário, para traçar um exemplo mercê do qual antes arrebatasse a todos à admiração de si do que incitar ao zelo aqueles que queria que o imitassem.

Finalmente, a razão desse jejum não é outra senão daquele que Moisés praticara quando receberia a lei da mão do Senhor [Ex 34.28]. Ora, como esse milagre fora exibido em Moisés a fim de estabelecer solidamente a autoridade da lei, não devia ser omitido em Cristo para que o evangelho não parecesse ceder à lei. Com efeito, desde esse tempo jamais veio à mente de alguém, sob pretexto da imitação de Moisés, implantar tal forma de jejum entre o povo de Israel. Nenhum dos santos profetas e patriarcas seguiu isto, quando, no entanto, tivesse bastante de ânimo e zelo em relação a todas as práticas piedosas. Ora, o que se tem a respeito de Elias, haver ele passado quarenta dias sem alimento e bebida [1Rs 19.8], não visava a outro *propósito* senão que o povo o reconhecesse como aquele que foi como o vindicador da lei, da qual quase todo Israel em geral se havia afastado.

Portanto, foi mera κακοδηλίᾶ [*kakŏzelíā̄ – zelo mau*] e saturada de superstição que adornassem o jejum *da quaresma* com o título e matriz de imitação de Cristo, ainda que então era espantosa a diversidade no modo do jejum, como de Sócrates faz menção Cassiodoro, no livro IX de sua ***História***. “Pois os romanos”, diz *ele*, “tinham somente três semanas, mas o jejum lhes era contínuo, excetuado o dia de domingo e o sábado; os ilíricos e os gregos, seis; outros, sete; mas o jejum não era contúnuo. E não menos divergiam na discriminação dos alimentos: uns se alimentavam apenas de pão e água, outros ao peixe acrescentavam legumes, outros não deixavam de comer aves, outros não discriminavam nenhum alimento.” Agostinho lembra também esta diferença, em sua Segunda Carta a Januário.[153]

21. CRESCENTE DEGENERAÇÃO DO JEJUM: DE UM LADO, IMPOSTAS EXIGÊNCIAS ABSURDAS; DO OUTRO, PERMITIDOS REGALOS LUXUOSOS E REQUINTADOS

Seguiram-se então tempos piores, e ao desordenado zelo do vulgo acrescentou-se ora a ignorância e rudeza dos bispos, ora *sua* paixão de dominar e *seu* rigor tirânico. Promulgaram-se leis ímpias que agrilhoaram de laços mortais as consciências; foi interditado comer carne como se contaminasse o homem; foram adiciona-

153. *Epístola LIV*, capítulo II, 2.

das umas sobre as outras opiniões sacrílegas, até que se chegou ao abismo de todos os erros. E para que nada faltasse, com o pretexto de abstinência, totalmente improcedente, começaram a brincar com Deus. Ora, se busca o louvor do jejum nas mais refinadas iguarias, então nenhum petisco é suficiente; nunca é suficiente ou a abundância, ou a variedade, ou a delícia dos alimentos. Em tal e tão esplêndido aparato criam estar servindo corretamente a Deus. Deixo de falar do fato de que os que querem ser tidos por mais santos nunca encheram mais vergonhosamente os estômagos do que agora. Em suma, este é seu supremo culto a Deus: abster-se de carne, e ao mesmo tempo ter toda a abundância de manjares e regalos. Por outro lado, tem por suprema impiedade que só se pode expiar com a morte, que uma pessoa prove um pouco de toucinho, ou um pedaço de carne rançosa com pão trigueiro.

Jerônimo narra que já em seu tempo existiam alguns que brincavam com Deus com tais futilidades. Para que se servissem de óleo, cuidavam que lhes fossem trazidas, de toda parte, as mais requintadas iguarias; aliás, para fazer violência à natureza, abstinham-se de beber água, mas cuidavam que lhes fossem feitas bebidas deliciosas e caras, as quais sorviam não de um cálice, mas de uma concha.[154] O que então era um vício entre poucos, hoje é vulgar entre todos os ricos; de sorte que, evidentemente, não jejuam com outra finalidade senão para banquetear-se mais lauta e suntuosamente. Não quero, porém, desperdiçar muitas palavras em coisa absolutamente não obscura. Digo apenas isto: tanto nos jejuns quanto em todas as outras partes da disciplina, os papistas estão longe de ter algo certo, algo sincero, algo devidamente bem disposto e bem ordenado, para que não tivessem nenhuma ocasião de ensoberbecer-se, como se algo lhes restasse digno de louvor.

22. Rigidez e austeridade da disciplina inicialmente imposta ao clero, e a degenerecência que depois veio a prevalecer

Segue-se a outra parte da disciplina, que diz respeito peculiarmente ao clero. Consiste esta nos cânones que os antigos bispos impuseram a si *próprios* e à sua ordem. Por exemplo, que nenhum dos clérigos se desse à caça; que nenhum se desse ao jogo; que nenhum se desse às orgias; que nenhum praticasse a usura ou mercância; que nenhum estivesse presente às danças lascivas e a outras *coisas* desse gênero. Acrescentam-se também penalidades, pelas quais era salvaguardada a própria autoridade dos cânones, para que ninguém os violasse impunemente. Para este fim, a cada bispo era confiado o governo de seu clero, para que regesse seus clérigos segundo os cânones e os retivesse no dever. Para este fim foram instituídas inspeções e sínodos anuais, para que, se se encontrasse alguém mais negligente no dever, fosse admoestado; se alguém caísse em pecado, se lhe aplicasse punição na medida de *sua* falta.

154. *Cartas*, LII, 12.

Os próprios bispos também tinham seus sínodos provinciais todos os anos; em tempos mais antigos, até duas vezes *por ano,* pelos quais *eles* eram julgados, se algo haviam cometido em desacordo com *seu* ofício. Porque, se algum bispo era mais duro ou mais violento para com seu clero, aí havia apelo, mesmo que somente um *clérigo* se queixasse. Severíssima era a punição, de sorte que *aquele* que pecasse, fosse deposto do ofício e privado da comunhão por certo tempo. Mas visto que era essa uma ordem perpétua, *não* costumavam nunca encerrar um sínodo sem que designassem lugar e tempo do *sínodo* seguinte. Ora, reunir um concílio geral era *atribuição* só do imperador, como o atestam todas as indicações antigas. Por quanto tempo vigorou esta severidade, os clérigos não exigiam do povo por meio de palavra mais do que *eles próprios* exibiriam em exemplo e obra; que eram mais rígidos consigo mesmos do com o povo. E de fato, convém que o povo seja regido com uma disciplina, por assim dizer, mais humana e mais livre; e que os clérigos exerçam entre si censuras mais enérgicas e se mostrem muito menos indulgentes para consigo *mesmos* do que para com os outros.

Como tudo isso veio a ser obsoleto, não se faz necessário mencionar quando hoje nada se possa imaginar mais desenfreado e dissoluto do que esta ordem *eclesiástica*, e ela se precipitou de tal maneira em desbragamento, que o orbe inteiro brada vociferante. Para que não pareça que entre eles toda a antigüidade foi inteiramente sepultada, confesso que enganam os olhos simplórios com certas sombras; mas não chegam nem de longe dos costumes antigos, não mais que a imitação de um símio àquilo que os homens fazem com razão e desígnio. Memorável é em Xenofonte a passagem onde ensina quão torpemente haviam os persas degenerado dos preceitos dos maiores, e de um modo austero de viver caíssem à efeminação e aos prazeres; contudo, para que cobrissem esta ignomínia, haviam conservado cuidadosamente os ritos antigos. Ora, como até o tempo de Ciro vigorasse sobriedade e temperança, de tal sorte que não era necessário assoar-se, e até se considerasse *isso* como ato digno de censura, perdurou entre os sucessores a sacra tradição que ninguém removesse a mucose das narinas, mas era permitido engulir e nutrir por dentro, até à putrefação, os fétidos humores que haviam condensado de sua glutonaria. Assim, por meio de antigo preceito, não se permitia trazer jarras de bebidas à mesa; no entanto era tolerável empanturrar-se de vinho, de tal modo que fosse necessário serem removidos embriagados. Fora prescrito comer uma vez *no dia*: isto estes bons sucessores não haviam anulado, mas de tal forma que continuassem suas bebedeiras desde o meio-dia até à meia-noite. Fazer a jornada do dia jejunos, porque a lei o ordenava, foi o perpétuo costume entre eles; mas, a fim de evitar-se a fadiga, veio a ser livre e costumeiro encurtar a jornada para duas horas. Sempre que os papistas se vangloriam de suas degeneradas regras, para mostrar que imitavam aos santos pais, este exemplo condenará sobejamente sua ridícula imitação, como pintor nenhum pode exprimir com maior viveza.

23. A obstinada imposição do celibato clerical no romanismo, em contraste com a Escritura e que redunda em crassa imoralidade do clero

Numa coisa se mostram demasiadamente rigorosos e até mesmo inexoráveis: em não permitir o matrimônio aos sacerdotes. Não é necessário mencionar a terrível impunidade que prevalece entre eles de fornicar. E estribados em seu fétido celibato, se fizeram insensíveis a todos os crimes. Contudo, esta proibição mostra claramente quão pestíferas são todas as *suas* tradições, porque ela não só privou a Igreja de pastores íntegros e idôneos, mas também acarretou horrenda caudal de iniqüidades, e lançou muitas almas no abismo do desespero. Por certo que, quando o matrimônio foi interditado aos sacerdotes, tal se deu por ímpia tirania; não só contra a Palavra de Deus, mas também contra toda a eqüidade.

Em primeiro lugar, a ninguém, por motivo algum, jamais foi lícito proibir o que o Senhor deixara livre. Em segundo lugar, que o Senhor ordenou expressamente em sua santa Palavra que esta liberdade não fosse jamais violada, é tão claro que dispensa ser provado. Deixo de considerar que Paulo, em muitas passagens, quer que o bispo seja marido de uma só esposa [1Tm 3.2; Tt 1.6]. Mas, pode-se dizer algo mais veemente que aquilo que o Espírito Santo declara que nos últimos tempos surgirão homens ímpios que proibiriam o casamento, e os denomina não apenas de impostores, mas inclusive de demônios? [1Tm 4.1-3]. Portanto, este é um vaticínio; este é um sagrado oráculo do Espírito Santo pelo qual ele quis prevenir a Igreja, desde o início, contra os perigos da doutrina de demônios de se proibir o matrimônio.

Contudo acreditam que se safaram astutamente quando torcem esta sentença em relação aos montanistas, aos tacianistas, aos encratitas *e* outros hereges antigos. Somente eles, dizem os romanistas, condenaram o matrimônio; nós não o condenamos, mas apenas excluímos dele a ordem eclesiástica, à qual cremos que o matrimônio não é bem conveniente. Como se esta profecia, além de cumprir-se naqueles, não se aplicasse também a estes! Como se tão pueril sutileza merecesse ser ouvida! Negam que proíbam o matrimônio, porque não o proíbem a todos. Pois é exatamente como se um tirano pretendesse que uma lei não é iníqua só porque não afeta a toda a cidade, mas apenas a uma parte dela.

24. Falácia da tese de que o celibato é a marca do clero, diante da insistente injunção do Apóstolo ao oficialato da Igreja quanto ao matrimônio

Objetam dizendo que o povo deve distinguir o sacerdote por algum sinal. Como se o Senhor também não previsse de que ornamentos os sacerdotes devem distinguir-se! Assim sendo, culpam falsamente o Apóstolo de haver perturbado a ordem e

confundido o decoro eclesiástico, o qual, quando delineia a noção absoluta do bom bispo, entre os demais dotes que nele requeria, ousou colocar o matrimônio [1Tm 3.2; Tt 1.6]. Sei de que maneira o interpretam, isto é, que não se deve escolher alguém que tenha tido uma segunda esposa. E admito que esta interpretação não é nova; porém, à luz do próprio contexto se manifesta ser falsa, porquanto *o Apóstolo* prescreve, imediatamente a seguir, de que natureza importa devem ser as esposas dos bispos e dos diáconos. Paulo inclui o matrimônio entre as virtudes do bispo; estes ensinam ser *ele* um vício intolerável à ordem eclesiástica. E, o que é pior, não contentes com vituperá-lo desta maneira em geral, vão ainda mais longe e o chamam imundícia e poluição da carne, segundo as próprias palavras do papa Sirício aos bispos da Espanha, que os romanistas citam em seus cânones.[155]

Que cada um reflita bem de que oficina procede isto. Cristo honra tanto o matrimônio, que quer que *ele* seja a imagem de sua santa união com a Igreja [Ef 5.23, 24, 32]. Que se poderia dizer mais esplendidamente para enaltecer a dignidade do matrimônio? Portanto, com que coragem se atrevem a chamar imundo ou poluído *aquilo* em que resplende a semelhança espiritual da graça de Cristo?

25. IMPROCEDÊNCIA DA TESE ROMANISTA EM FAVOR DO CELIBATO CLERICAL COM BASE NA LEGISLAÇÃO LEVÍTICA, QUANDO É INAPLICÁVEL AO MINISTÉRIO CRISTÃO

E ainda que sua proibição seja tão manifestamente contrária à Palavra de Deus, contudo acham ainda na santa Escritura argumento em sua defesa. Os sacerdotes levíticos, sempre que chegava sua vez de ministrar, lhes era proibido de coabitarem com suas esposas, para que pudessem tratar as *coisas* sagradas puros e imaculados. Portanto, nossas *coisas* sagradas, uma vez que são não só muito nobres, mas também são cotidianas, certamente mui impróprio que sejam tratadas por *elementos* casados. Como se fosse o mesmo o ofício do ministério evangélico e o do sacerdócio levítico. Pois, esses, como ἀντίτυποι [*antítypoi* – *antítipos*], representavam a Cristo que, como Mediador entre Deus e os homens [1Tm 2.5], haveria de nos reconciliar com o Pai por meio de sua absolutíssima pureza.

E como eles, sendo pecadores, não pudessem ser perfeitamente figura de sua santidade, lhes é ordenado que, quando se chegassem ao santuário, se purificassem mais do que costumavam fazer os homens, visto que então figuravam a Cristo e se apresentavam ante o tabernáculo, que era, por sua vez, uma figura do tribunal divino, como pacificadores para reconciliar o povo com Deus. Visto que hoje os pastores não exercem esta função, futilmente são eles comparados com aqueles. Por isso, sem exceção, o Apóstolo declara, com plena segurança, que o casamento seja hon-

155. Sirício, *Cartas*, I, 7; Graciano, *Decretos*, p. I, dist. 82, caps. 3 e 4.

roso, mas o que espera aos fornicários e adúlteros é o juízo de Deus [Hb 13.4]. E os próprios apóstolos comprovaram, por seu exemplo, que o matrimônio não é indigno da santidade de nenhuma função, por mais excelente seja ela. Ora, Paulo testemunha não só que eles mantinham *suas* esposas, mas também que as levaram consigo por onde andavam em derredor [1Co 9.5].

26. O celibato clerical era inexistente na Igreja primitiva e foi reprovado no Concílio de Nicéia em 325

Além disso, foi uma impudência extraordinária propor o decoro da castidade como uma coisa necessária, para suprema ignomínia da Igreja antiga, a qual se distinguiu na pureza da doutrina divina, florescesse ainda mais em santidade. Porque, se às vezes não fazem caso algum nem dos apóstolos, o que vão fazer com os pais antigos, que indubitavelmente não só permitiram o matrimônio aos bispos, mas inclusive o aprovaram? Evidentemente, *eles* estavam fomentando repelente profanação das *coisas* sagradas, quando entre eles os mistérios do Senhor não eram corretamente celebrados? De fato foi agitada no Concílio de Nicéia *a questão* quanto à imposição do celibato, visto que nunca faltam pessoas supersticiosas sempre ansiosas por inventar algo novo, do quê arranquem admiração. Mas, o que mesmo foi estabelecido? Realmente estiveram de acordo com Pafúncio, o qual declarou ser castidade a coabitação do homem com a própria esposa. Portanto, entre eles, o matrimônio permaneceu sagrado, nem lhes constituiu uma desonra, nem se creu que o mesmo lançasse qualquer mancha sobre o ministério.

27. Posteriormente, pôs-se ênfase à virgindade e conseqüente valorização do celibato, mas nem por isso o matrimônio se fez passível de repúdio

Depois vieram outros tempos nos quais prevaleceu uma excessiva e supersticiosa admiração do celibato. Daqui procedem os contínuos louvores à virgindade; de tal maneira que dificilmente qualquer outra virtude se haveria de geralmente comparar-se a essa. E ainda que não condenassem o matrimônio como impureza, contudo a tal ponto se minimizava sua dignidade e se toldava sua santidade, que pareciam não ter ânimo suficientemente forte para aspirar à perfeição *aquele* que não se contivesse dele. Daqui aqueles cânones pelos quais primeiro se proibiu que contraíssem matrimônio os que chegassem ao grau do sacerdócio; a seguir, que nessa ordem não fossem admitidos senão celibatários, ou *aqueles* que, juntamente com as esposas, renunciassem ao leito conjugal. Afirmo também que estas *coisas*, uma vez que pareciam atribuir reverência ao sacerdócio, foram antigamente recebidas até mesmo com grande aplauso.

Mas se os adversários apelam para a antigüidade, primeiro respondo que não somente sob os apóstolos, mas também por alguns séculos depois, existiu a liberdade de os bispos se casarem [1Tm 3.2]. Fizeram uso desta *liberdade*, sem dificuldade, os próprios apóstolos e os outros pastores de autoridade primária que sucederam em seu lugar. Com razão, deve ser-nos de mais *relevância* o exemplo daquela Igreja mais antiga do que pensarmos ser-nos ilícito ou indecoroso o que foi, então, recebido e usado com louvor.

Em segundo lugar, quando, devido à grande estima que se tinha da virgindade, começou então a ser mais desfavorável ao matrimônio, não se impôs a lei do celibato aos sacerdotes de tal modo como se fosse coisa em si mesma necessária, mas porque preferiria os celibatários aos casados. Em terceiro lugar, digo que não a exigiu de tal maneira que obrigassem à força a guardar continência ao que não tinha o dom da mesma. Ora, enquanto punissem as fornicações com leis mui severas, quanto àqueles que contraíssem matrimônio apenas estatuía isto: que abrissem mão da função *sacerdotal*.

28. Abusos relacionados com o celibato clerical e opinião de Jerônimo e Crisóstomo quanto ao celibato e ao casamento

Portanto, sempre que, ao defender seu celibato, os defensores desta nova tirania buscam o pretexto da antigüidade, também sempre se haverá de replicar que restituam em seus sacerdotes aquela castidade antiga, afastem os adúlteros e fornicários, não permitam lançar-se impunemente a todo gênero de licenciosidade os que não deixam honesto e pudico uso do leito conjugal, revoguem aquela disciplina obsoleta pela qual são contidos todos os desregramentos, livrem a Igreja desta torpeza tão abominável pela qual já de longa data tem sido deformada. Quando admitirem isto, então de novo terão de ser admoestados a que não obriguem como necessária esta coisa que, em si mesma livre, depende do benefício da Igreja. Contudo não estou dizendo estas *coisas* porque considere que, sob qualquer condição, se deva absolutamente dar lugar a esses cânones que impõem à ordem eclesiástica o vínculo do celibato, mas, para que os mais cordatos entendam com que desfaçatez nossos inimigos, com a alegação do termo *antigüidade,* infamem o santo matrimônio nos sacerdotes.

Quanto respeita aos pais cujos escritos subsistem, nem *eles* mesmos, quando falavam de sua opinião, excetuado Jerônimo,[156] com tão grande malignidade destruíram a honradez do matrimônio. Quanto a nós, nos contentaremos com um só encômio de Cristóstorno, porque este, como foi o principal admirador da virgindade, não pode parecer haver sido mais profuso que outros na recomendação do matrimônio.

156. *Contra Joviniano*, livro I.

Ora, assim fala Crisóstomo: “O primeiro grau de castidade é a virgindade pura; o segundo, o matrimônio fiel. Portanto, uma segunda espécie de virgindade é a casta afeição pelo matrimônio.”[157]

157. As referências antigas são: Crisóstomo, *Homilia De inventione Crucis*. Esta homilia, impressa na edição de Erasmo (Basiléia, 1530, t. II, página 130) se omite nas edições modernas (extraído da versão

CAPITULO XIII

DOS VOTOS, MERCÊ DA EMISSÃO TEMERÁRIA DOS QUAIS, CADA UM SE TEM EMARANHADO MISERANDAMENTE

1. A DEGENERADA E SUPERSTICIOSA EMISSÃO DE VOTOS OU PROMESSAS ACOROÇOADA NO ROMANISMO

Certamente é motivo de deplorar-se que a Igreja, cuja liberdade fora adquirida pelo inestimável preço do sangue de Cristo, haja sido assim oprimida de cruel tirania e quase esmagada por ingente congérie de tradições. Contudo, a loucura de cada um em particular demonstra que Deus não permitiu tanta licença a Satanás e a seus ministros sem causa justificada. Porque não bastou aos que queriam ser tidos por piedosos, desprezando o mandato de Deus, levar todas as cargas que os falsos doutores lhes impuseram, mas que, além disso, cada um as procurava por si mesmo a tal ponto que cavaram para si as fossas nas quais se afundasse profundamente. Isto se fez enquanto cada um se entregou à porfia, cujos votos se acrescentasse aos grilhões comuns obrigação maior e mais estrita. E havendo já ensinado que o culto divino fora profanado com a audácia daqueles que, sob o título de pastores, se aposssaram da Igreja, enredando em suas iníquas leis as pobres almas, não está fora de propósito tratar aqui de outro mal associado a este, para que se veja que o mundo, seguindo seus perversos propósitos, em razão da depravação de sua mente, sempre repeliram, por quantos obstáculos pôde, os auxílios pelos quais deveria ser conduzido a Deus.

Com efeito, para que melhor se patenteie que dos votos acarretou-se gravíssimo dano, que os leitores mantenham os princípios já antes estabelecidos. Porque, havemos primeiramente ensinado que tudo quanto se pode desejar para regular-se a vida piedosa e santamente foi compreendido na lei. Além disso, já ensinamos que o Senhor, para que melhor nos impedisse de inventar novas obras, incluiu todo o louvor da justiça na simples obediência de sua vontade. Se estas *coisas* são verdadeiras, facilmente compreenderemos que todos os cultos inventados, que para nós mesmos engendramos a fim de granjear o favor de Deus, mui longe estão de ser por ele aceitos, por mais que nos fascinem. E de fato, em muitos lugares, o próprio Senhor não só os rejeita abertamente, mas também severamente os abomina.

Daqui suscita-se dúvida acerca dos votos que se fazem à parte da expressa Palavra de Deus: em que estima devem ser tidos, se forem corretamente empregados por homens cristãos, e até onde os obriguem. O que entre os homens se chama ***promes-***

sa, em referência a Deus se chama ***voto***. Mas, aos homens prometemos aquelas *coisas* que ou julgamos haver-lhes de ser gratas, ou que lhes devemos por obrigação. Portanto, é preciso que haja muito maior observância nos votos que se dirigem a Deus, pois não se pode tratar com ele senão com a máxima seriedade. Nisto se tem estendido espantosamente a superstição; pois os homens faziam votos a Deus e lhe prometiam, no momento, sem qualquer discernimento e discriminação, tudo quanto lhes vinha à mente e à boca. Daqui aqueles despautérios, mais ainda, aqueles monstruosos absurdos de votos entre os pagãos com os quais demasiado insolentemente zombavam de seus deuses. E prouvera que esta audácia não fosse também imitada pelos cristãos! De fato isto longe estava de ser conveniente, porém vemos que por alguns séculos nada foi mais comum do que esta improbidade: que, desprezada a cada passo a lei de Deus, todo o povo ardesse de insano empenho de fazer votos sobre tudo quanto em sonho os deleitasse. Não quero exagerar odiosamente, nem detalhadamente enumerar quão gravemente e de quantos modos aqui se pecou; mas tudo indica que fica bem dizer isto de passagem, para que se veja melhor que, ao tratar-se dos votos, de modo algum estamos suscitando dúvida acerca de coisa supérflua.

2. A Primeira precaução a ser tomada quanto aos votos: visto que são dirigidos a Deus, deve-se evitar toda temeridade

Com efeito, se não queremos errar em julgar quais votos são legítimos, quais *são* falsos, convém ponderar três *coisas*, a saber: quem é esse a quem o voto é feito; quem somos nós que fazemos o voto; finalmente, com que propósito fazemos o voto. A primeira visa a isto: que lembremos bem que estamos tratando com Deus, a quem nossa obediência deleita em grau máximo, que todas as ἐθελοθρησκείας [*ĕthĕlŏthrēskeíās* – *cultos* ou *religiões engendradas pelo desejo humano*], por mais belas que sejam e esplêndidas aos olhos dos homens, declara que são malditas [Cl 2.23]. Se todos os cultos voluntários, *isto é*, que nós próprios cogitamos à parte de *seu* mandado, são abomináveis a Deus, segue-se que nenhum pode ser-lhe aceito senão *aquele* que seja aprovado por sua Palavra. Portanto, não assumamos para nós tanto de liberdade que ousemos votar a Deus o que não tenha nenhum testemunho de como seja por ele apreciado.

Ora, o que Paulo ensina ser pecado tudo quanto se faz sem o concurso da fé [Rm 14.23], sendo uma sentença geral se estende a todas as nossas ações, mas principalmente se aplica quando dirigimos diretamente nosso pensamento a Deus. De fato, se até em *coisas* de somenos importância, como Paulo aí discutindo acerca da distinção de alimentos, deslizamos ou erramos onde não reluz a certeza da fé, quanto mais de modéstia se há de aplicar quando temos uma coisa de importância máxima! Porque realmente não há coisa que mais devemos levar a sério do que tudo

quanto se refere à religião. Portanto seja esta a primeira precaução nos votos: que nunca recorramos a algum voto sem que antes a consciência tenha estabelecido com certeza que nada está tentando temerariamente. Mas então *ela* estará segura do perigo da temeridade, quando tiver a Deus indo-lhe à frente e como que ditando de sua Palavra o que seja bom ou inútil de se fazer.

3. A SEGUNDA PRECAUÇÃO A SER TOMADA QUANTO AOS VOTOS: QUE NADA SE VOTE QUE NOS EXCEDA O PODER OU A AUTORIDADE, OU QUE SE PONHA EM CONFLITO COM NOSSOS DEVERES OU OBRIGAÇÕES LEGÍTMAS

No segundo *item* que dissemos aqui deve-se ter em mente se convém medirmos nossas forças, se temos em vista nossa vocação, para que não negligenciemos o benefício da liberdade que Deus nos conferiu. Ora, *aquele* que vota o que ou não é de sua capacidade ou conflita com sua vocação é temerário; e *aquele* que despreza a benevolência de Deus, pela qual *ele* é constituído senhor de todas as coisas, é ingrato. Ao falar nesses termos, não entendo que algo nos foi posto na mão de tal forma que, calcados na confiança de *nosso* próprio poder, isso prometemos a Deus. Porque com toda razão foi decretado no Concílio de Orange,[158] de que nada se vota corretamente a Deus senão o que já recebemos de sua mão, uma vez que todas *as coisas* que lhe são oferecidas são meramente dádivas suas. Como, porém, umas *coisas* nos foram dadas pela benignidade de Deus, outras nos foram negadas por sua eqüidade, atente cada um, como Paulo ordena [Rm 12.3; 1Co 12.11], para a medida da graça que a si é conferida.

Portanto, não sustento aqui outra *coisa senão* que os votos devem ser regrados a essa medida que, por sua liberalidade, Deus te prescreve, para que, se tentares mais do que ele permite, por arrogares demais, não te precipites *a ti* mesmo *de cabeça para baixo*. Por exemplo, como aqueles sicários de quem se faz menção em Lucas fizessem votos [At 23.12], de que nenhum alimento haveriam de provar a não ser que Paulo fosse morto, ainda que não fosse um plano celerado, contudo a própria temeridade longe estava de ser tolerada, porque a seu poder sujeitariam a vida e a morte de um homem. Assim, Jefté sofreu o castigo de sua estultície quando, por um impulso precipitado, concebeu um voto inconsiderado [Jz 11.30, 31].

Nesse gênero, o celibato sustém o primado da audácia temerária. Pois sacerdotes, monges e freiras, esquecidos de sua fraqueza, confiam que são aptos para o celibato. Mas, de que oráculo foram ensinados que a castidade lhes haverá de perdurar por toda a vida, quando fazem este voto até o fim dela? Ouvem a voz de Deus acerca da condição universal dos homens: “Não é bom que o homem esteja só” [Gn 2.18]. Entendem, e prouvera que não o sentissem, que o pecado que em nós remanesce não

158. Concílio Arausicano.

carece de aguilhões cruéis. Com que confiança ousam *eles* refugar aquela vocação geral para toda a vida, quando o dom da continência seja concedido mais freqüentemente por certo tempo, segundo bafeje a oportunidade? Em tal obsessão, não esperam a Deus por auxiliador; ao contrário, lembrem-se antes do que foi dito: "Não tentarás o Senhor teu Deus" [Dt 6.16; Mt 4.7; Lc 4.12]. No entanto, isto é tentar a Deus: lutar contra a natureza dada por ele e desprezar seus presentes dons, como se nada nos dissessem respeito.

Estes não só fazem isto, mas até ousam denominar o matrimônio de poluição, o qual Deus não considerou alheio à sua majestade instituir, o qual pronunciou ser digno de honra entre todos [Hb 13.4], o qual Cristo, nosso Senhor, santificou com sua presença, que dignou associar a seu primeiro milagre [Jo 2.1-11], somente para que qualquer um enalteça com miríficos encômios ao celibato. Como se de fato *eles* próprios, em seu viver, o qual todavia mui impudentemente chamam angélico, não oferecem luminosa prova de que uma *coisa* é o celibato; outra, a virgindade. Com efeito com isso fazem excessiva injúria aos anjos de Deus, aos quais comparam fornicários, adúlteros e algo muito pior e mais repugnante. E obviamente aqui bem longe está a necessidade de argumentos, quando são manifestamente refutados pela própria coisa. Pois vemos claramente de quão horrendos castigos a cada passo o Senhor vinga a arrogância desta natureza e o desprezo de seus dons *a resultar* de excessiva confiança pessoal. E, por pudor, abstenho-me de mencionar os *pecados* mais ocultos; e já é excessivo o que se insinua.

E está fora de controvérsia que não se deve fazer nenhum voto que nos seja para empecilho a que sirvamos a nossa vocação. Como se um pai de família, abandonados os filhos e a esposa, faça voto de que haverá de assumir outros misteres; ou *aquele* que é idôneo para exercer cargo público, quando é eleito, faça voto de que haverá de ser *cidadão* privado. O que, pois, signifique o que já dissemos quanto a que não se deve desprezar nossa liberdade, contém certa dificuldade, a menos que se explique. Exposto em termos breves, o significado é que, visto que o Senhor nos fez senhores de todas as coisas e as submeteu a nós, para que usemos delas para nossa comodidade, não temos de esperar que façamos um serviço a Deus, submetendo-nos as coisas exteriores que devem servir-nos de auxílio. Por isso estou dizendo que alguns procuram obter o louvor da humildade disto: se se enredilham em muitas observâncias, das quais Deus quis não em vão que fôssemos livres e isentos. Daí, se queremos evitar este perigo, lembremo-nos sempre que de modo algum devemos desgarrar-nos dessa economia que o Senhor instituiu na Igreja Cristã.

4. A terceira precaução a ser tomada quanto aos votos: que sejam aprovados por Deus os votos de ação de graças e os votos de compunção

Passo agora àquilo que coloquei em terceiro lugar, que de fato importa muito com que intenção o voto é feito, caso queiras que ele seja aprovado por Deus. Ora, visto que o Senhor olha o coração, não a aparência externa, acontece que a mesma coisa, mudado o propósito da mente, ora lhe agrada e é aceita, ora lhe desagrada intensamente. A abstinência de vinho, se fazes voto de modo como se nela subsistisse algo de santidade, estás sendo supersticioso; se visas a outro fim não pervertido, ninguém pode desaprovar.

Mas até onde posso julgar, há quatro fins aos quais nossos votos nos dirigirão corretamente, dos quais, por interesse pedagógico, dois aplico ao tempo pretérito; e os dois restantes, ao futuro. Ao tempo pretérito pertencem os votos com os quais ou atestamos nossa gratidão para com Deus pelos benefícios recebidos, ou, para demover-se sua ira, exigimos de nós mesmos punição por causa dos delitos cometidos. Aos primeiros chamemos, se quisermos, exercícios de ação de graças; aos segundos, *exercícios* de penitência. Do primeiro gênero temos exemplo nos dízimos que Jacó votava, se o Senhor o reconduzisse incólume, do exílio à terra natal [Gn 28.20-22]. Além disso, nos sacrifícios antigos das *ofertas* pacíficas, que reis e chefes piedosos, estando para empreender uma guerra justa, votavam haver de oferecer, caso alcançassem a vitória; ou, na verdade, quando eram premidos de alguma dificuldade maior, se o Senhor os livrasse. Assim se deve entender todos os lugares nos Salmos que falam de votos [Sl 22.25; 56.12; 61.8; 116.14-18]. Votos desta natureza podem nos ser de uso também hoje, sempre que o Senhor nos livrar ou de alguma calamidade, ou de uma enfermidade penosa, ou de qualquer outro perigo grave. Pois não prejudica o ofício do homem piedoso então consagrar a Deus uma oblação votiva, como símbolo solene de reconhecimento, para que não pareça ingrato para com sua benignidade.

De que natureza é o segundo gênero *de votos* bastará apenas um exemplo familiar para mostrá-lo. Se alguém, pelo vício da gula, haja caído em alguma ignomínia, nada impedirá que, a fim de castigar-se sua intemperança, renuncie por algum tempo a toda suntuosidade *de manjares*, fazendo voto disto para obrigar-se mais estritamente. Contudo, não estou estatuindo uma lei perpétua àqueles que hajam transgredido de modo semelhante; pelo contrário, estou mostrando o que é lícito fazer àqueles que julguem que tal voto lhes é útil. Portanto, assim considero lícito voto desta natureza, e ao mesmo tempo o deixo facultativo.

5. Natureza e função dos votos referentes ao futuro

Como dissemos, os votos que são dirigidos ao tempo futuro, em parte visam a que nos tornemos mais cautelosos; em parte visam a que, como que por meio de aguilhões, sejamos estimulados ao dever. Se alguém sente que é particularmente inclinado a certo vício que em si mesmo não é ruim, sem que caia em seguida em pecado, este fará bem se durante algum tempo fizer voto de não fazer uso daquilo. O mesmo se dá se alguém reconhecer que este ou aquele adereço do corpo lhe constitui um risco, e no entanto sentir-se seduzido pela cobiça, desejando-o com veemência, o melhor que pode fazer é refrear-se, impondo-se a necessidade de abster-se do mesmo, para cortar pela raiz o apetite. Semelhantemente, se alguém é distraído ou negligente no cumprimento de suas obrigações piedosas, por que não pode, obrigando-se por um voto, despertar a memória, mas também lançar fora sua indolência?

Em um e outro *desses dois gêneros de votos* confesso haver uma espécie de pedagogia elementar; mas por isso mesmo se revela como ajuda aos ignorantes e imperfeitos, da qual podem servir-se não sem proveito. Em conseqüência, os votos que tenham em mira a um destes fins, especialmente nas coisas externas, dissemos que só são legítimos se forem mantidos pela aprovação de Deus, sejam convenientes à nossa vocação e sejam limitados à capacidade da graça a nós dada por Deus.

6. O voto do batismo e seu significado; reiterado o aspecto opcional dos votos em geral

Agora já não será difícil concluir o que se deve sentir acerca dos votos em geral. Há um voto comum a todos os fiéis, o qual, expresso no batismo, confirmamos e como que sancionamos pelo catecismo e pela participação da Ceia; pois os sacramentos são como que contratos pelos quais o Senhor nos defere sua misericórdia, e com ela a vida eterna; e nós, de nossa parte, lhe prometemos obediência. Contudo, esta é a fórmula do voto; aliás, é *sua* súmula, *a saber*: que, renunciando a Satanás e à servidão, nos submetamos a Deus, para que lhe obedeçamos aos santos mandamentos, porém não sirvamos aos depravados desejos de nossa carne. Este voto, uma vez que tenha da Escritura atestação, e é igualmente requerido de todos os filhos de Deus, e sem a menor sombra de dúvida é santo e salutar. E nem se opõe a isto o fato de que nenhum de nós cumpre perfeitamente a obediência da lei. Pois, uma vez que esta estipulação foi incluída no pacto da graça, sob o qual se contém não apenas a remissão dos pecados, mas também o espírito de santificação, a promessa que aí fazemos foi associada não só com a súplica por perdão, mas também com súplica por ajuda.

Ao julgar-se os votos particulares, é necessário ter na memória as três regras supra, das quais se fará possível estimar com segurança de que natureza é cada voto.

Entretanto, que ninguém conclua que enalteço os votos, nem mesmo os que tenho por santos, de tal maneira que aconselhe a servir-se deles diariamente. Ora, ainda que eu não ouse preceituar no que respeita a número ou tempo, contudo, se alguém obedecer a meu conselho, só empreenderá votos moderados e temporários. Porque, se irrompas a pronunciar muitos votos a cada instante, toda a religião decairá pela própria repeticiosidade e facilmente propiciará a queda na superstição. Se te obrigas a um voto perpétuo, ou o cumprirás com profundo enfado e tédio, ou então, fatigado pela rotina diária, por fim o ousarás violar.

7. Inumeráveis votos e promessas triviais ou insensatos ou absurdos a que se entregam indivíduos dominados pela superstição e engano

Agora fica bem fácil de se ver quão grande superstição neste aspecto laborou o mundo ao longo de alguns séculos. Um fazia um voto de ser abstêmio, como se a abstinência de vinho fosse em si mesma um culto agradável a Deus; outro se prendia ao jejum; outro, à abstinência de carne em determinados dias, enganando-se miseravelmente crendo que nesses dias se encerrava maior santidade do que em outros. Fazia voto por coisas pueris, ainda que não fossem crianças. Pois tinha-se por grande sabedoria empreender peregrinações votivas aos lugares mais santos, e de vez em quando ou se realizava caminhada a pé, ou com o corpo seminu, para que mais mérito se adquirisse através da fadiga.

Estes e *votos* afins, com os quais o mundo por algum tempo ardia com incrível zelo, se forem examinados segundo essas regras que estabelecemos previamente, se verá que são não apenas vãos e pueris, mas saturados de manifesta impiedade. Ora, de qualquer maneira que a carne os julgar, não há nada que mais abomina a Deus do que os cultos fictícios. Acresçam-se a isso estas opiniões perniciosas e hipócritas: que quando levam a bom termo essas infantilidades, crêem que adquiriram para si uma justiça não vulgar; depositam a suma da piedade nas observâncias externas; desprezam a todos quantos se mostrem pouco preocupados com essas coisas.

8. O montanismo na Igreja antiga

Enumerar as formas *de votos*, uma a uma, nada há de proveitoso. Mas, visto que os votos monásticos se têm em maior veneração porque parecem aprovados pelo juízo público da Igreja, cabe-nos falar deles, embora de forma sumária. De princípio, para que alguém não defenda o monaticismo como é hoje pela atribuição de antigüidade, deve-se notar que o modo de viver nos mosteiros de outrora foi muito distinto. *Aqueles* que queriam exercitar-se a plena austeridade e paciência para aí se retiravam. Narra-se que a disciplina se assemelhava à que se usava nos dias de Licurgo ante os lacedemônios; inclusive era muitíssimo austera. Dormiam no chão,

bebiam somente água, o alimento era pão, ervas e raízes; os manjares mais importantes *estavam* no azeite e grãos-de-bico. Abstinham-se de todo meio de subsistência mais refinado e cuidado do corpo. Estas *coisas* poderiam parecer exageradas, não fossem transmitidas por testemunhas que as viram e experimentaram: Gregório Nazianzeno, Basílio e Crisóstomo. Com rudimentos tais, de fato os monges se preparavam para encargos maiores. À luz do fato de que os colégios monásticos eram então como que os seminários da ordem eclesiástica, são prova bastante clara os que há pouco mencionamos, visto que, educados todos em mosteiros, foram dali chamados ao ofício episcopal, o que ocorreu com outros muitos grandes varões e destacados em seu tempo.

E Agostinho mostra que era comum também em seu tempo que os monastérios proviam a Igreja de clérigos. Pois assim se dirige aos monges da ilha Caprária: "Mas, irmãos, exortamo-vos no Senhor que guardeis vosso propósito e persevereis até o fim; e se vossa mãe, a Igreja, tiver necessidade de vosso labor, não o empreendais com ávida ambição, nem o rejeiteis com complacente indolência; ao contrário, obedecei a Deus com um coração terno. Não coloqueis vosso ócio acima das necessidades da Igreja, à qual, se os bons não querem ministrar e assistir e servir a dar à luz a seus filhos, também os vossos haveríeis chegado a nascer nela."[159] Mas *ele* está falando a respeito do ministério por meio do qual os fiéis nascem espiritualmente. De igual modo, a Aurélio: "Dão não só ocasião de queda a si próprios, mas também se faz indigníssima injúria à ordem dos clérigos, se os desertores dos mosteiros se acolhem à milícia do clericato, quando, entretanto, não costumamos tomar para o clero dentre aqueles que permanecem no mosteiro, senão os mais provados e melhores. A não ser que, talvez, como diz o vulgo, o mau flaustista seja bom músico, assim também se caçoará de nós: o mau monge é o bom clérigo. É extremamente deplorável se elevamos os monges a tão ruinosa soberba e julgamos dignos de tão grave orgulho os clérigos, quando, por fim, até o bom monge dificilmente faça o bom clérigo, se lhe assiste suficiente continência e no entanto falta a doutrina necessária."[160]

Destas citações se faz evidente que se costumava preparar homens piedosos para o governo da Igreja mediante a disciplina monástica, de sorte que assumissem mais aptos e melhor formados tão grande ofício. Não que todos chegassem a este fim, ou mesmo o pretendessem, quando em sua maioria fossem homens letrados; mas, os que eram idôneos, esses eram escolhidos.

---

159. *Carta 48, 2, a Eudóxio.*
160. *Carta 60, a Aurélio.*

9. O MONASTICISMO COMO DESCRITO POR AGOSTINHO

O próprio Agostinho, em principalmente dois lugares, descreve a forma do monasticismo antigo; a saber, no livro intitulado ***De Moribus Ecclesiae Catholicae*** [Dos Costumes da Igreja Católica], onde opõe às calúnias dos maniqueus a santidade dos monges cristãos; e em outro *livro* ao qual intitulou ***De Opere Monachörum*** [Da Obra dos Monges], onde investe contra certos monges degenerados que haviam começado a corromper essa instituição. Aqui reunirei também a suma dessas *coisas* que ele ensina, empregando mínimo possível de palavras: "Desprezadas", diz *ele*, "as seduções deste mundo, congregados em uma vivenda comum, mui casta e mui santa, passam o tempo juntos, vivendo em orações, leituras, discussões, destituídos de toda e qualquer soberba, sem se deixar perturbar por nenhuma obstinação, nem dominados por nenhuma inveja. Ninguém possui alguma *coisa* pessoal; ninguém é oneroso a alguém. Com as *próprias* mãos fazem aquelas *coisas* com as quais não só o corpo possa ser sustentado, mas também para que sua mente não seja desviada de Deus. O produto de seu labor, porém, entregam àqueles a quem chamam ***decanos***. Mas esses decanos, dispondo tudo com grande solicitude, prestam conta a um a quem chamam ***pai***.[161] Estes pais, com efeito, são não só mui santos nos costumes, mas também mui excelentes na doutrina divina, excelsos em todas as musas, destituídos de toda soberba ocupam-se desses a quem chamam ***filhos***, com sua grande autoridade em ordenar e com grande vontade deles em obedecer. Reúnem-se, porém, no fim do dia, cada um deixando seus habitáculos, enquanto estão ainda em jejum, para ouvir a esse ***pai***. E reúnem-se com cada ***pai*** no mínimo três mil homens (está falando principalmente do Egito e do oriente). Em seguida, refaz-se o corpo, quanto é suficiente para a saúde e bem-estar, cada um refreando o apetite para que não se exceda mesmo nessas próprias *iguárias* que estão à disposição, parcas e mui sóbrias. Assim sendo, não só se abstêm de carnes e vinho em medida suficiente para que os desejos sejam domados, mas também daquelas *coisas* que tanto mais impulsivamente provocam o apetite do ventre e da garganta, quanto mais limpas parecem a alguns; com o quê costumam escusar-se o torpe desejo de alimentos requintados, porque não comem carne. E tudo o que sobra da manutenção necessária – e sobra muito, seja porque trabalham diligentemente, ou pela sobriedade que usam – o distribuem aos pobres com maior diligência com que se põem a ganhá-los para eles. Uma vez que não se preocupam absolutamente de ter abundância destas coisas, procuram por todos os meios possíveis que o que sobrou não demore entre eles."[162]

Então, rememorada a austeridade cujo exemplos *ele* próprio vira não só em Milão, mas também em outra parte: "Em meio a essas *condicões*", diz *ele*, "não se insta com a que faça *coisas* árduas que não pode agüentar; a nenhum deles se impõe

161. Deste título pai (abba) procede o de abade.

162. *Dos Costumes da Igreja Católica*, livro I, capítulo XXXI, 67.

o que recusa, nem é por isso condenado pelos demais, porque se confessa fraco na imitação deles. Pois se lembram em que termos se recomenda a caridade, lembram-se de que 'todas *as coisas* são limpas para os limpos' etc. [Tt 1.15]. Por isso põem todo cuidado em não rejeitar nenhuma classe de alimentos como impuros, mas em dominar sua concupiscência e em manter a caridade entre os irmãos. Lembram-se de que 'o alimento é para o estômago e o estômago para os alimentos' etc. [1Co 6.13]. Entretanto, muitos fortes se abstêm por causa dos fracos. Em muitos isso não é a causa de o fazer, mas porque se agradam em sustentar-se de alimento mais singelo e menos dispendioso. Conseqüentemente, as mesmas pessoas que na saúde se abstêm, se a saúde se declinar, o tomam sem temor algum. Muitos não bebem vinho, contudo não crêem que se contaminam com o vinho, porque eles mesmos ordenam, movidos por seus sentimentos humanitários, que se dê aos que não estão bem dispostos e aos que sem ele não poderiam conservar a saúde do corpo; e admoestam fraternalmente aos que neciamente o recusam, para que não se façam por uma insensata superstição, por serem mais débeis que santos. Assim, exercitam diligentemente a piedade; sabem, porém, que o exercício do corpo se estende a curto prazo. Observam antes de tudo a caridade: à caridade se conforma o alimento; à caridade *se conforma* a palavra; à caridade *se conforma* o vestuário; à caridade *se conforma* o semblante. Vão juntos e respiram a caridade; consideram uma abominação contra Deus; se alguém resiste com esta, é lançado fora e evitado; se alguém se ofende com esta, não lhe é permitido continuar por um só dia."[163]

Visto que este santo homem parece nestas palavras ter exibido como que num quadro a vida monástica dos tempos de outrora, entendi ser oportuno inseri-las aqui, ainda que um tanto mais longo, porque percebi que seria consideramente mais longo se as coletasse dos diferentes escritores, por mais que eu tentasse ser mais breve.

10. O monasticismo dos tempos de Calvino era diferente daquele que Agostinho pinta, na rigidez exagerada de suas regras, na ociosidade improdutiva dos monges, no distanciamento da vida da Igreja

Aqui, porém, meu propósito não é perseguir todo este argumento, mas, de passagem, apenas indicar não só que monges foram os da Igreja antiga, mas também de que natureza foi então a profissão monástica, de sorte que os leitores lúcidos julguem da comparação a que despudoramento chegaram *aqueles* que, para sustentar o monaquismo atual, alegam a antigüidade.

Agostinho, enquanto nos traça o monaquismo santo e legítimo, rejeita todo ri-

163. *Dos Costumes da Igreja Católica*, livro I, capítulo XXXIII, 70-73.

gor nas coisas que são livres, de acordo com a Palavra de Deus.[164] Com efeito, não há nada que se exija severamente hoje. Pois julgam ser crime imperdoável que alguém se aparte sequer um mínimo quanto à cor ou modo de vestir-se, ou do tipo de alimento e outras cerimônias frívolas pelo estilo.[165] Agostinho contende com veemência que não é lícito aos monges viverem ociosos dos bens alheios. Ele nega que em seu tempo haja tal exemplo de um mosteiro bem regulado. Nossos *monges* situam no ócio a parte principal de sua santidade. Ora, se lhes for eliminado o ócio, onde estará aquela vida contemplativa com que se gloriam de sobrepujar aos demais homens e equiparar-se quase no nível dos anjos? Enfim, Agostinho requer um monaquismo que outra *coisa* não seja senão um exercício e auxílio aos deveres da piedade que a todos os cristãos se recomendam.

E então? Quando ele faz a caridade ser sua suprema e inclusive quase única regra, porventura concluiremos que ele está louvando uma conjuração pela qual uns poucos homens ligados entre si estejam separados do corpo da Igreja? Antes, pelo contrário, ele quer que, por seu exemplo, eles excedam aos demais a fim de que a unidade da Igreja seja preservada. Em um e outro aspecto desses tão diversa é a expressão do atual monaquismo que dificilmente se acha algo mais dissonante, para que não se diga *mais* contrário. Com efeito, nossos monges, não contentes com essa piedade com cujo zelo Cristo ordena que os seus se preocupem única e perpetuamente, imaginam não sei que nova *piedade*, por cuja meditação são mais perfeitos que todos os outros.

11. A IMPROCEDENTE PRETENSÃO DE PERFEIÇÃO REIVINDICADA PELO MONAQUISMO

Caso neguem isto, gostaria de saber deles por que somente sua ordem merece o título de perfeição, e subtraem o mesmo *título* a todas as vocações de Deus? Tampouco me escapa aquela solução sofística de que *o monaquismo* não tem esse título em virtude de conter em si a perfeição, mas porque é o melhor sistema para se adquirir a perfeição. Quando querem enaltecer-se diante do povo, quando querem pôr um laço à juventude imprudente e ignorante, quando *querem* afirmar seus privilégios, quando em detrimento de outros querem enaltecer sua dignidade, se vangloriam de estar em estado de perfeição. Quando são premidos mais de perto a ponto de não poderem defender esta vã arrogância, refugiam-se neste subterfúgio: que ainda não conseguiram a perfeição, contudo estão nesse estado em que a aspiram acima dos demais *homens*.

---

164. Primeira edição: “Agostinho, enquanto nos traça o monaquismo santo e legítimo, quer distanciada esteja toda rígida exação dessas [cousas] que nos são deixadas livres pela Palavra do Senhor.”

165. Primeira edição: “Pois, crime inexpiável julgam ser, se alguém na cor ou espécie de vestimenta, se alguém no gênero de alimentação, se alguém em outras frívolas e frias cerimônias do prescrito se haja defletido sequer um mínimo.”

Equanto isso permanece essa admiração entre o povo, como se a vida monástica fosse a única angélica, *como se fosse* perfeita e expurgada de todo vício. Com este pretexto levam água a seu moinho, como costuma-se dizer, e vendem bem caro sua santidade, mas aquela *sua* moderação permanece sepultada em uns poucos livros. Quem não veria ser esta uma zombaria que não se deve tolerar? Mas, abramos mão do restante e consideremos só o que chamam sua profissão, um estado para se adquirir perfeição. Obviamente, ao deferir-lhe esta dignidade, o distinguem de outros gêneros de vida, como que de um sinal especial. E quem haveria de tolerar que tão grande honra seja transferida a uma instituição em parte alguma aprovada por sequer uma só sílaba, ao mesmo tempo que reputem como indignas as demais vocações de Deus, não somente preceituadas por sua sacra boca, mas também adornadas com insignes encômios? E quão grande injúria se faz a Deus, pergunto, ao preferir-se não sei que classe de invenção humana a todos os gêneros de vida que ele instituiu e aprovou com seu testemunho?

12. Cristo não deferiu condição superior de vivência a determinada classe ou ordem, senão que estabeleceu o mesmo padrão a todos os fiéis

Que provem, se o podem, que é uma mera calúnia o que eu disse: que não se contentam com a regra prescrita por Deus. Com efeito, ainda que me cale, *eles* próprios se acusam mais do que suficientemente, pois ensinam abertamente que assumem sobre si mais peso do que Cristo impôs aos seus, a saber, porquanto prometem observar os conselhos evangélicos sobre amar os inimigos, sobre não desejar vinganças, sobre não jurar etc., aos quais os cristãos não foram comumente obrigados. Acerca disso, que antigüidade nos alegarão? Nenhum entre os antigos ensinou tal coisa; todos à uma protestam que Cristo não pronunciou uma só palavra, à qual não devamos necessariamente obedecer, e expressamente mencionam as mesmas coisas que estes bons intérpretes falsamente dizem que Cristo só as aconselhou, e aqueles, sem a menor sombra de dúvida, ensinam que Cristo as ordenou.

Mas, visto que já ensinamos previamente ser este um erro pestilentíssimo, é suficiente aqui observar brevemente que o monaquismo que ora subsiste foi fundamentado nessa opinião que com razão todos os piedosos devem execrar, a saber, que se imagina existir alguma regra de viver mais perfeita que esta *regra* comum ensinada por Deus a toda a Igreja. Tudo quanto se constrói sobre este fundamento só pode ser abominável.

13. Improcedência do voto de pobreza como expressão cristã, à luz de Mateus 19.21

Com efeito, apresentam outro argumento de sua perfeição que acreditam ser-lhes bem sólido. Ora, disse o Senhor ao jovem que indagava a respeito da perfeição da justiça: "Se queres ser perfeito, vende tudo o que tens e dá aos pobres" [Mt 19.21]. Ainda não estou discutindo se porventura eles fazem isto; concedamos-lhes isto no presente. Portanto, vangloriam-se de que já se tornaram perfeitos abrindo mão de todas as suas *coisas*. Se nisto está situada a suma da perfeição, que significa o que Paulo ensina: que aquele que distribuiu todas as suas *coisas* aos pobres nada é, se não tiver amor? [1Co 13.3]. Que natureza de perfeição é esta que, se o amor estiver ausente, é reduzida a nada, juntamente com a pessoa *que a pratica*? Aqui se faz necessário que respondam que certamente esta é a perfeição suprema, contudo não a expressão única dela. Mas aqui Paulo também brada em contrário, o qual não hesita em fazer do amor, sem renúncia deste gênero, o vínculo da perfeição [Cl 3.14].

Se é certo que não há nenhuma discrepância entre o Mestre e o discípulo, mas um *deles* nega claramente que a perfeição do homem consiste em que renuncie a todas as suas *coisas*, e por outro lado afirma que ela subsiste sem isso, é precisdo ver como se haverá de receber esta declaração de Cristo: "Se queres ser perfeito, vende tudo o que tens" [Mt 19.21]. Com efeito, o sentido longe está de ser obscuro, se ponderarmos (o que em todos os discursos de Cristo convém sempre observar) a quem estas palavras são dirigidas. O jovem pergunta que tipo de obras ele precisa fazer para poder entrar na vida eterna [Mt 19.16; Mc 10.17; Lc 18.18]. Uma vez que era interrogado acerca de obras, Cristo o remete à lei [Mt 19.17-19; Mc 10.18, 19; Lc 18.19, 20]. E com razão, pois se for considerada em si mesma, *ela* é o caminho da vida eterna; e sua incapacidade de garantir-nos a salvacão a nada mais se deve senão à nossa depravação. Com esta resposta Cristo declarou que não estava ensinando outra forma de governar nossa vida senão *aquela* que havia sido antigamente ensinada outrora na lei do Senhor. Assim sendo, não só testificava que a lei divina é a doutrina da justiça perfeita, mas também prevenia ao mesmo tempo as calúnias, para que não parecesse estar, com alguma nova regra de viver, incitando o povo à apostasia da lei.

De fato o jovem, não movido por um espírito indisposto, mas inflado de vã confiança *pessoal*, responde que guardava todos os preceitos da lei desde menino [Mt 19.20 (sem o adjunto temporal); Mc 10.20; Lc 18.21]. De fato, mais que certo é que ele estava muitíssimo afastado daquilo de que se gabava haver atingido. E se sua vanglória fosse verdadeira, nada lhe teria faltado para a suma perfeição. Ora, foi já demonstrado previamente que a lei em si contém a perfeita justiça, e desse mesmo fato se faz patente que ele não chama a observância o caminho da eterna salvação. Para que fosse ensinado quão pouco avançara nessa justiça, que mui ousada-

mente respondera haver cumprido, era preciso que sua deficiência íntima fosse perscrutada com proveito. Como, porém, abundasse em riquezas, havia fixado nelas o coração. Portanto, visto que não sentia esta chaga secreta, é *ela* espicaçada por Cristo. “Vai”, diz *ele*, “vende tudo o que tens” [Mt 19.21]. Se fora tão bom observador da lei quanto pensava, não se retiraria triste ao som desta palavra [Mt 19.21; Mc 10.22]. Pois quem ama a Deus de todo o coração não só tem por esterco, mas até mesmo abomina como uma peste, a tudo quanto se põe em conflito com sua afeição. Portanto, o fato de que Cristo manda ao rico avarento abrir mão de tudo o que tem, é exatamente como se ao ambicioso ordenasse renunciar a todas as honras, ao voluptuoso a todos os prazeres, ao impudico a todos os instrumentos de lascívia. Daí, é preciso induzir as consciências ao senso particular de seu mal, quando não se deixam comover por nenhum senso de advertência geral.

Portanto, em vão tomam esta injunção num sentido geral, como se Cristo estatuísse que a perfeição do homem está na renúncia dos bens, quando com este dito ele não quis dizer outra coisa senão forçar o jovem, que alentava seu egoísmo além da medida, a sentir sua chaga, para que entendesse que havia ainda uma longa distância da perfeita obediência da lei, a qual, aliás falsamente, para si reivindicava. Confesso que esta passagem foi mal entendida por alguns dentre os pais; e daí nasceu a afetação de pobreza voluntária, pela qual, enfim, se reputavam bem-aventurados aqueles que, abdicando todos os bens terrenos, despidos de tudo se devotassem a Cristo. Confio, porém, que todos os bons *doutores*, que fogem de toda contenda, haverão de ficar satisfeitos com esta minha explicação, para que não ponham em dúvida a mente de Cristo.

14. O monasticismo dos dias de Calvino, ao alienar-se da convivência ordinária da Igreja, era realmente cismático ou sectário, quebrando sua unidade

Todavia, os pais de nada menos cogitaram que estabelecer perfeição desta natureza, a qual, mais tarde, foi elaborada com arte por sofistas encapuzados para com isso erigissem um duplo cristianismo. Pois ainda não nascera esse dogma sacrílego que compara a profissão monástica ao batismo, ainda mais, afirma abertamente ser *ela* uma forma de segundo batismo. Quem ignora que os pais abominaram de toda a alma esta blasfêmia?

Então, que necessidade há de demonstrar, com palavras, que a qualidade última que Agostinho menciona como pertencente aos monges antigos – isto é, que em todas as coisas se acomodaram à caridade – é muito estranha desta nova profissão? O fato em si fala que todos esses que se retiram para os cenóbios se alienam da Igreja. Por quê? Porventura não se separam da legítima sociedade dos fiéis, adotan-

do para si um ministério peculiar e administração particular dos sacramentos? Que outra coisa é isto senão desfazer a comunhão da Igreja?

E para terminar esta comparação que comecei a fazer e a encerre de uma vez, que semelhança, neste aspecto, têm com os monges antigos? Esses, embora habitassem separadamente dos outros, contudo não tinham uma igreja separada; compartilhavam os sacramentos com os outros, compareciam às reuniões solenes, e assim eram parte do povo. Estes, ao erigir para si um altar particular, que *outra coisa* fizeram senão que romperam o vínculo da unidade? Ora, não só se excomungaram de todo o corpo da Igreja, mas também desprezaram o ministério ordinário pelo qual o Senhor quis que se conservassem a paz e a caridade entre os seus. Portanto, quantos são os mosteiros hoje, digo que são todos eles grupinhos de cismáticos, os quais, perturbando a ordem eclesiástica, se eliminaram da legítima sociedade dos fiéis.

E para que esta distanciação não fosse obscura, deram a si variados nomes de facções. Tampouco se envergonharam daquilo que Paulo destesta acima de todas as coisas [1Co 1.12, 13; 3.4]. Salvo se, talvez, julgarmos que Cristo foi dividido pelos coríntios quando um se orgulhava de um mestre, outro de outro; e agora, sem qualquer injúria de Cristo, ocorre que em lugar de cristãos ouvimos uns se chamando beneditinos, outros franciscanos, outros dominicanos; e ao darem a si mesmos esses títulos fazem isso orgulhosamente como profissão de *sua* religiosidade, enquanto afetam distinguir-se dos cristãos em geral.

15. O MAL DO MONASTICISMO É DE SUA PRÓPRIA ESSÊNCIA E SE EXTERIORIZA EM NOTÓRIA DEGENERESCÊNCIA DOS COSTUMES, COM BEM POUCAS EXCEÇÕES

Estas diferenças que até aqui mencionei entre os monges antigos e os de nosso tempo não estão *propriamente* nos costumes, mas na própria profissão *monástica*. Além disso, os leitores podem lembrar-se de que em vez de me referir à instituição do monaquismo, falei de seus monges, e assinalei que aqueles vícios não se apegam à vida de apenas uns poucos, mas, pelo contrário, que não podem separar-se da própria forma do viver. Quão grande, porém, *lhes* é a discrepância nos costumes, que nenhum proveito haveria em expô-la pormenorizadamente. Isto é patente: nenhuma ordem de homens jamais houve mais propensa a toda torpeza de vícios. Em nenhuma parte mais fervem as faciosidades, os ódios, as rivalidades, a intriga. De fato em poucos mosteiros se vive honestamente, se é próprio chamar de honestidade a repressão dos apetites carnais o bastante para não ser recriminado publicamente de infâmia. No entanto, dificilmente um em dez se descobre que não seja antes um lupanar em vez de um sacrário de castidade. E quanto à alimentação? Que frugalidade se usa? Os porcos nas pocilgas não se engordam de outra maneira. Mas para que não se queixem de serem por mim tratados com excessiva inclemência, não

prossigo além; ainda que nestas poucas *coisas* que abordei, qualquer um que conhece a própria matéria confessará que nada foi dito acusatoriamente.

Agostinho, enquanto com seu testemunho enaltecem os monges com tão grande castidade, contudo se queixa do fato de que muitos eram vagabundos, que por meio de fraudes e impostoras limpavam o dinheiro aos mais simplórios, que levavam de um lado para outro, com torpes vendagens, as relíquias de mártires, aliás, comercializam ossos de qualquer morto como se fossem relíquias de mártires, os quais com muitas abominações semelhantes imprimiam ignomínia à ordem. Como proclama que não vira nenhum melhor que *aqueles* que fizeram progresso nos mosteiros, assim deplora não ver nenhum pior que *aqueles* que têm se deteriorado nos mosteiros. Que diria ele se hoje contemplasse tantos e tão deploráveis vícios a transbordarem e como que crepitando em quase todos os mosteiros? Não estou dizendo nada mais aquilo que é bem conhecido de todos.

Entretanto, nem a todos, absolutamente sem qualquer exceção, é pertinente esta censura. Ora, como nunca foi tão bem estabelecida nos mosteiros a regra e disciplina do santo viver que não subsistissem alguns zangões muito distintos dos outros, afirmo que os monges hoje não degeneraram a tal ponto daquela santa antigüidade, que não tenham ainda alguns bens em sua grei; mas, poucos *são* estes, e jazem ocultos e dispersos nessa ingente multidão de maus e réprobos; os quais são não só desprezados, mas até petulantemente agredidos, às vezes até mesmo cruelmente tratados pelos outros, os quais, como está no provérbio dos milesianos, crêem que não há entre eles lugar para ninguém que seja bom.

16. Mesmo em sua forma ideal, sem as mazelas apontadas, o monasticismo está longe de ser satisfatório

Com esta comparação do monaquismo antigo e hodierno confio haver eu efetuado o que pretendia: que se faça patente que esses nossos encapuzados pretextam falsamente o exemplo da Igreja primitiva na defesa de sua profissão, visto que não diferem menos deles que os símios dos homens. Entrementes, não dissimulo que mesmo naquela forma antiga que Agostinho recomenda há algo que a mim pouco agrada. Nos exercícios externos de uma disciplina mais rígida admito que não eram supersticiosos; mas firmo que não lhes faltava moderada afetação e κακοζηλίαν [*kakozēlíān – falso zelo*]. Era algo excelente renunciar a subsistência e livrar-se de todos os cuidados mundanos; porém Deus põe mais valor na administração piedosa de um lar, quando o chefe dele, descartando toda avareza, ambição e outras concupiscências da carne, nutre seu propósito de servir a Deus em alguma vocação particular.[166] Em retiro, longe do trato dos homens, é belo filosofar; mas não é *próprio* da

166. Primeira edição: “Foi lindo, abdicadas as posses, carecer de toda solicitude terrena, mas, de mais

mansuetude cristã, como se por aversão ao gênero humano, fugir para o deserto e a solidão, e ao mesmo tempo dar de mão a esses deveres que o Senhor acima de tudo ordenou. Mesmo admitindo que não havia outro mal naquela profissão, certamente este já foi um mal mediano: que induziu à Igreja um exemplo inútil e perigoso.

17. O aspecto abominável, temerário e diabólico dos votos monásticos, particularmente objetável o voto de castidade

Vejamos, pois, agora de que natureza são os votos com que são os monges iniciados nesta egrégia ordem. Primeiro, porque, no afã de granjear o favor de Deus, sua intenção é instituir um culto novo e fictício, à luz das *coisas* supramencionadas concluo ser para abominação diante de Deus tudo quanto votam. Então, visto que, com nenhuma consideração da vocação de Deus e com nenhuma aprovação sua, para si inventam qual estilo de viva lhes agrada; digo que isso é audácia temerária, e por isso ilícita, porquanto sua consciência não acha nada em que se sustenha diante de Deus, "e tudo quanto não procede de fé é pecado" [Rm 14.23]. Além disso, quando a si mesmos se prendem a muitos cultos, a um só tempo pervertidos e ímpios, o qual o monaquismo hodierno mantém sob si, discordo que eles se consagram a Deus, mas ao demônio. Ora, visto que foi lícito ao Profeta dizer que os israelitas haviam imolado seus filhos aos demônios e não a Deus [Dt 32.17; Sl 106.37], somente por haver corrompido o verdadeiro culto divino com cerimônias profanas, por que não se haverá de afirmar o mesmo dos monges, que juntamente com o capuz armam para si milhares de ímpias superstições?

E quais são os votos que fazem? Prometem a Deus perpétua virgindade, como se já antes fizessem um pacto com Deus para que os livrasse da necessidade do casamento. Não há razão por que aleguem que pronunciam este voto calcados somente na graça de Deus, pois quando ele mesmo declara *que o dom* não é dado a todos [Mt 19.11, 12], não temos como pretender a certeza de *possuir* um dom especial. *Aqueles* que o têm fazem uso dele; se a qualquer tempo sentem ser inquietados por sua carne, recorrem ao socorro daquele cujo poder singular podem resistir. Se não obtêm êxito, não desprezam o remédio que se lhes oferece, porque pela clara voz de Deus são citados ao casamento *aqueles* a quem é negada a faculdade de conter-se [1Co 7.9]. Chamo ***continência*** não *aquela* pela qual só o corpo é conservado puro de fornicação, mas *aquela* pela qual a mente conserva castidade impoluta. Ora, Paulo não preceitua guardar-se somente da lascívia externa, mas também do abrasamento da mente.

[relevância] se faz da parte de Deus o cuidado de governar-se a família piedosamente, quando um santo pai de família, desprendido e livre de toda avareza, ambição, e outras cobiças da carne, tem para si este propósito: que a Deus sirva em uma vocação definida."

Afirmam que isso foi observado desde o princípio mais remoto, desde que se permitiu que os que queriam dedicar-se ao Senhor se ligassem pelo voto de continência. Sem dúvida reconheço que também antigamente este costume foi recebido. Mas não admito que esse tempo tenha chegado a tal ponto, livre de todo vício, que se tivesse como regra tudo quanto se fez então. E paulatina e sorrateiramente essa inexorável severidade se insinuou que, depois de proferido o voto, já não existia lugar algum de arrependimento, o que se faz patente de Cipriano: "Se as virgens se dedicarem fielmente a Cristo, que perseverem, pudica e castamente, sem dar nenhuma ocasião que falar.[167] Assim, fortes e inabaláveis, aguardem o prêmio da virgindade. Mas se não querem, ou não podem, perseverar, melhor é que se casem do que, por seus delitos, caiam no fogo."[168] Com que vilanias não estigmatizariam agora aquele que, com tal eqüidade, quisesse moderar o voto de continência? Portanto, se afastaram muitíssimo daquele antigo costume os que não só não admitem nenhuma moderação ou perdão, se alguém for achado incapaz de cumprir o voto, mas também declaram sem nenhum pudor que peca mais gravemente se tomar esposa para remediar a intemperança da carne do que se, fornicando, contaminar o corpo e a alma.

18. O voto de celibato monástico não se ajusta ao que Paulo diz em 1 Timóteo 5.12 quanto às viúvas que se consagravam ao serviço da Igreja

Insistem, porém, ainda e tentam mostrar que sob os apóstolos esse voto era comum, porquanto Paulo diz que renegavam a primeira fé as viúvas que, uma vez recebidas ao ministério público, viessem a casar-se [1Tm 5.12]. Eu, porém, estou mui longe de negar-lhes que as viúvas que se consagrassem a si *mesmas* e suas obras à Igreja assumiriam, ao mesmo tempo, a lei de perpétuo celibato, não porque nisso estatuíssem alguma expressão religiosa, como começou a acontecer depois, mas porque, a não ser por seu direito e livres do jugo marital, não pudessem suster essa função. Porque, uma vez assumido o compromisso buscassem novas núpcias, que outra *coisa* era isto senão repudiar a vocação divina? Não é de admirar, pois, que *Paulo* diga que, com tais desejos, elas cedem à lascívia contra Cristo [1Tm 5.11]. Mas depois, à guisa de amplificação, acrescenta que elas a tal ponto não cumprem o que prometeram à Igreja, que até violam e fazem sem efeito a primeira promessa feita no batismo, na qual se compreende que cada um responda à sua vocação. A menos que, talvez, se prefira entender que, como que perdendo o pudor, em seguida renunciassem toda preocupação de recato, se prostituíssem a toda lascívia e des-

167. Primeira edição: "Se de fé virgens se hão dedicado a Cristo, perseverem, pudica e castamente, sem dar qualquer cousa que falar."

168. *Cartas*, IV, capítulo 2, 3.

caramento, em razão de uma vida licenciosa e dissoluta, que eram qualquer coisa menos cristãs; interpretação que me agrada muito.

Respondemos, pois, que as viúvas que eram então recebidas ao ministério público, essas impuseram a si próprias a condição de perpétuo celibato. Se depois disso se casassem, facilmente entendemos que vigorava aquilo que Paulo diz: lançado fora o pudor, agiram com insolência do que seria decente a mulheres cristãs [1Tm 5.13]. Assim sendo, não meramente pecaram, violando a promessa feita à Igreja, mas também se apartaram da lei comum das mulheres piedosas.

Em primeiro lugar, porém, nego que *elas* professassem o celibato por outra razão, senão porque o matrimônio estava bem longe de convir com essa função que exerciam, e de modo geral se obrigavam ao celibato, a não ser até onde o levasse a necessidade de sua vocação. Em segundo lugar, não concordo que fossem de tal modo obrigadas, que então também não lhes fosse melhor casar-se do que ou se deixassem abrasar pela lascívia da carne, ou se deixassem arrastar por alguma torpeza. Em terceiro lugar, afirma que Paulo prescreveu a idade que comumente está fora de perigo, especialmente quando ordena que fossem escolhidas somente aquelas que, contentes com um único matrimônio, já tenham comprovado sua continência. Não é por outra razão, porém, que reprovamos o voto de celibato, senão porque não só é indevidamente estimado como culto *a Deus*, mas também é temerariamente assumido por aqueles a quem não foi facultado o poder de conter-se.

19. É grande a diferença entre as freiras atuais, com seus votos, e as mulheres a serviço da Igreja primitiva

Além disso, com que fundamento se aplica às freiras o que aqui diz Paulo? Ora, *as viúvas* eram constituídas diaconisas não para que afagassem a Deus com cânticos ou com murmúrio não inteligível, e o resto do tempo vivessem ociosas; ao contrário, para que se desincumbissem do ministério público da Igreja em relação aos pobres, e para que, com todo zelo, constância, diligência, se devotassem inteiramente aos deveres da caridade. Não faziam voto de celibato para que daí exibissem algum culto a Deus, como que para abster-se das núpcias, mas apenas para que fossem mais expeditas em levar a bom termo seu ofício. Enfim, não faziam voto nem no começo da mocidade nem ainda em meio à flor da idade, de modo que mais tarde aprendessem, por experiência tardia, em quão profundo precipício se haviam lançado; então, e não antes, depois de haver superado todo perigo, faziam um voto não menos seguro que santo.

Mas, deixando de lado os dois pontos anteriores, afirmo que não era lícito receber uma viúva com menos de sessenta anos de idade [1Tm 5.9], visto que o Apóstolo o havia proibido, ordenando às mais jovens que se casem e tenham filhos [1Tm 5.14]. Portanto, de qualquer modo não se pode escusar a redução, primeiro de doze;

em seguida de vinte; finalmente de trinta anos, e muito menos tolerável é que míseras meninas, antes que possam em razão da idade conhecer, ou *por* qualquer experiência própria apreender, sejam induzidas não só por dolo, mas até por força e ameaças sejam compelidas a se emaranharem nesses malditos laços.

Não insistirei na impugnação dos dois votos restantes. Afirmo apenas que, afora o fato de achar-se rodeados de muitas superstições, como ocorre nos dias de hoje, parecem que foram engendrados para que os que os pronunciam zombem de Deus e dos homens. Mas, para que não pareçamos criticar com demasiada maldade a todas e quaisquer minúcias, nos contentaremos com aquela refutação geral que foi previamente proposta.

20. Todos os votos que por si sós são improcedentes ou rejeitados por Deus não são válidos, e por isso não se deve cumpri-los

Julgo ter sido suficientemente exposto de que natureza são os votos legítimos e aceitáveis a Deus. No entanto, visto que às vezes as consciências pouco atiladas e timoratas, mesmo quando algum voto desagrada e é desaprovado, não obstante hesitam quanto à obrigatoriedade e são gravemente atormentadas, uma vez que não só receiam violar a palavra dada a Deus, mas também temem que, por outro lado, pequem mais observando-a, aqui se há de socorrê-los, para que possam livrar-se desta dificuldade.

Mas, para que eu remova de uma vez toda dúvida, afirmo que todos os votos não são legítimos e vão contra a razão e o direito, diante de Deus nada valem e por isso mesmo temos que considerá-los de nenhum valor. Ora, se nos contratos humanos somente nos obrigam aquelas promessas nas quais aquele com quem fazemos o contrato nos quer obrigar, é absurdo sermos forçados a cumprir esses *votos* que Deus longe está de requerer de nós, especialmente quando as obras não nos são de outro modo retas, senão quando agradam a Deus e têm da consciência este testemunho de que *lhe* agradam. Pois permanece fixo isto: “tudo quanto não procede de fé é pecado” [Rm 14.23]; com o quê Paulo entende que a obra que foi efetuada com dúvida é portanto viciosa, porque a raiz de todas as boas obras é a fé, pela qual nos certificamos de que foram aceitas por Deus. Portanto, se os cristãos não podem empreender nada sem esta convicção, por que, se têm empreendido algo temerariamente e levados pelo vício da ignorância, não podem depois ser isentos e desistir de seu erro? Ora, como os votos feitos inconsideradamente são assim, não só não obrigam, mas inclusive devem ser necessariamente anulados e dados por não feitos. E ainda digo mais: Deus não só não os tem em nada, mas ao contrário os abomina, como já demonstramos.

Seria supérfluo discutir mais extensamente acerca de coisa desnecessária. Pare-

ce-me que seria suficiente para acalmar e livrar as consciências timoratas de todo escrúpulo esta única razão: toda e qualquer obra que não emana de fonte pura e com um propósito legítimo acaba sendo repudiada por Deus, e é tão repudiada que não menos nos proíbe seguir adiante com elas do que começá-las. Daqui se conclui que os votos feitos com ignorância e movidos por superstição, nem Deus os estima, nem os homens devem cumpri-los.

21. Argumentação em favor daqueles que têm quebrado o voto monástico, ou por compreenderem sua improcedência, ou porque não reúnem condições de cumpri-lo

Além disso, aquele que conhece esta solução também poderá defender contra as calúnias dos réprobos aqueles que do monaquismo passam a algum modo honesto de viver. São gravemente acusados de violar a fé e de cometer perjúrio, porque romperam um vínculo, como vulgarmente se crê, indissolúvel, pelo qual eram obrigados a Deus e à Igreja. Eu, porém, afirmo que nenhum vínculo há onde o que o homem firma Deus anula. Então, ainda supondo que eram obrigados enquanto fossem retidos enredilhados na ignorância de Deus e no erro, agora, depois que foram iluminados pelo conhecimento da verdade, digo que são ao mesmo tempo livres pela graça de Cristo. Ora, se a cruz de Cristo tem tão grande eficácia, que nos liberta da maldição da lei divina, pela qual éramos mantidos agrilhoados [Gl 3.13], quanto mais nos livrará de vínculos estranhos, que nada são senão capciosas redes de Satanás? Portanto, a todos quantos Cristo ilumina com a luz de seu evangelho, é indubitável que os livre de todos os laços nos quais, através da superstição, se enredilharam.

Contudo, ainda contam com outra defesa, se não eram aptos para o celibato. Ora, se um voto impossível é ruína certa para a alma, a qual Deus quer que seja preservada, não perdida, segue-se que de modo algum deve permanecer nele. Quão impossível, porém, é o voto de continência àqueles que não foram dotados de um dom singular, já ensinamos previamente; e se me calasse, a experiência falaria, porque não é desconhecido de quão grande impureza quase todos os mosteiros se acham saturados. E se alguns parecem ser mais decentes e mais pudicos do que os outros, contudo nem por isso são castos, porque reprimem e contêm interiormente o mal da impudicícia. Assim sendo, sem dúvida Deus pune a audácia dos homens com horrendos exemplos, quando, não fazendo caso de sua fraqueza, afetam contrariamente à sua natureza o que lhes foi negado; e menosprezando os remédios que Deus tem posto em suas mãos, pensam em vencer com sua obstinação e contumácia a enfermidade de sua incontinência. Ora, de que outra maneira o chamaremos, senão contumácia, quando alguém, avisado de que convém casar-se, e que este é o remédio dado pelo Senhor, não só o despreza, mas inclusive se obriga com juramento a menosprezá-lo?

CAPITULO XIV

DOS SACRAMENTOS

1. Natureza e definição de sacramento

Outro auxílio à nossa fé, irmanado à pregação do evangelho, está nos sacramentos, acerca dos quais se faz muito imprescindível a ministração de alguma doutrina definida, da qual aprendamos não só a que fim foram instituídos, mas também qual é seu uso agora. De princípio, convém atentar para o que significa um sacramento. Quanto a mim, porém, tudo indica que esta parece ser uma definição simples e própria, se dissermos que *ele* é o sinal externo mediante o qual o Senhor nos sela à consciência as promessas de sua benevolência para conosco, a fim de sustentar-nos a fraqueza da fé; e nós, de nossa parte, atestamos nossa piedade para com ele, tanto diante dele e dos anjos, quanto junto aos homens. É possível defini-lo, inclusive de forma mais sintética, de outra maneira: que ***sacramento*** é o testemunho da graça divina para conosco, confirmado por um sinal externo, com mútua testificação de nossa piedade para com ele.

Qualquer uma destas *duas* definições que se escolher, nada difere em sentido daquela de Agostinho que ensina ser o sacramento ***o sinal visível de uma coisa sagrada***; ou: ***a forma visível de uma graça invisível***;[169] porém não contém uma explicação melhor e mais segura. Entretanto, quando nessa brevidade se depara alguma obscuridade, na qual muitos mais indoutos cedem a erro, eu quis, com mais palavras, oferecer uma exposição mais completa, para que já não fique nenhuma dúvida.

2. O termo latino *sacramentum* é a forma comum de traduzir-se o termo grego ΜΥΣΤΗΡΙΟΝ [*misteriŏn*] e seu significado superior

A razão pela qual os antigos usaram este termo em tal sentido não é clara.[170] Ora, sempre que o intérprete antigo quis verter para o latim a palavra grega Μυστήριον [*mystériŏn – mistério*], especialmente quando se tratava de coisas divinas, ele a traduziu por ***sacramentum*** [*sacramento*]. Assim, *na Epístola* aos Efésios: “Para que nos fizesse conhecido o ***sacramento*** de sua vontade” [Ef 1.9]; igualmente: “Se

169. *A Catequese* XXVI 50; *Cartas*, 105, III, 12.
170. Primeira edição: “Obscuro não é por que razão hajam os antigos usado este vocábulo neste sentido.”

é que tendes ouvido a dispensação da graça de Deus que para convosco me foi dada; como me foi este ***sacramento*** manifestado pela revelação, como um pouco antes vos escrevi [Ef 3.2, 3]; *na Epístola* aos Colossenses: "O mistério que esteve escondido dos séculos e gerações, mas agora foi manifestado a seus santos, aos quais o Senhor quis fazer conhecidas as riquezas deste ***sacramento***" etc. [Cl 1.26, 27]; de igual modo, *na Primeira Epístola* a Timóteo: "Grande é o ***sacramento*** da piedade: Deus se manifestou em carne" [1Tm 3.16]. Não quis, porém, dizer ***arcánum*** [*o arcano*; *o segredo*], para que não parecesse dizer algo inferior à magnitude das coisas. Usou, pois, ***sacramentum*** [*sacramento*] em lugar de ***arcánum*** [*arcano*; *segredo*], porém de coisas sagradas.

Nesta acepção, *o termo* ocorre a cada passo em escritores eclesiásticos. E sabe-se suficientemente que os que entre os latinos são chamados ***sacramentos***, ***mistérios*** são para os gregos sinomínia que dirime toda discussão. E daqui resultou que *o termo* ***sacramento*** se aplicasse em relação àqueles sinais que teriam augusta representação de coisas sublimes e espirituais, o que também observa Agostinho, em algum lugar: "Seria longo", diz *ele*, "disputar acerca da variedade dos sinais, quando pertencem às coisas divinas, são chamados ***sacramentos***."

3. O sacramento é selo e penhor da promessa divina, sinal que objetiva sua graça à situação humana

Com efeito, à luz desta definição que estabelecemos, compreendemos que o sacramento nunca existe sem uma promessa; ao contrário, antes lhe é associado como que um apêndice, com o propósito de confirmar e selar a própria promessa e no-la fazer mais atestada, aliás, pode-se dizer ratificada, maneira pela qual Deus provê que ele nos seja necesário, antes de tudo, à nossa ignorância e lerdeza; então, à *nossa* fraqueza, contudo não, propriamente falando, tanto para firmar sua sacra palavra, quanto para nos estabelecer solidamente em sua fé. Porque, de fato, a verdade de Deus é por si só suficientemente sólida e definida; tampouco pode receber de outra parte melhor confirmação do que de si própria.

Mas como nossa fé é fraca e pequena, a menos que seja sustentada de todos os lados e seja mantida de todos os modos, é imediatamente sacudida, balança, vacila e mesmo cambaleia. E de fato, por sua imensa indulgência, o misericordioso Senhor aqui de tal modo se acomoda à nossa capacidade, que sendo nós como animais que sempre rastejam no solo, sempre fixos nas coisas carnais, sem pensar em nada que seja espiritual, aliás, nem podendo sequer concebê-lo, não desdenha atrair-nos a ele com estes elementos terrenos, e nos propõe na mesma carne um espelho dos bens espirituais. "Ora, se fôssemos incorpóreos", como diz Crisóstomo, "ele nos daria desnudas e incorpóreas essas mesmas coisas. Agora, porque temos as almas inseri-

das em corpos, *ele* nos dispensa as coisas espirituais sob formas visíveis.[171] Não que tais dotes que nos são oferecidos nos sacramentos foram infundidos à natureza das coisas; mas, antes, que a este significado foram por Deus assinaladas."

4. O sacramento de fato consta da palavra da promessa, claramente pronunciada e polarizada na fé, isto é, na doutrina explícita que exige crer, associada ao sinal representativo, devidamente compreendido

Isto é o que comumente dizem: que o sacramento consta da palavra e do sinal externo. Ora, devemos entender *por* palavra não a que é sussurrada sem sentido e fé, apenas o ruído como de um encantamento mágico, tendo o poder de consagrar o elemento; mas, ao contrário, a qual, quando pregada, nos faz compreender qual o significado do sinal visível. Portanto, o que foi repetidamente praticado sob a tirania do papa não deixa de ser uma grave profanação dos mistérios, pois pensaram ser suficiente que o sacerdote murmurasse, ou expressasse entre os dentes uma fórmula de consagração, enquanto o povo permanecia pasmo a contemplar sem entender o que se fazia. De fato cuidaram deliberadamente que daí não viesse ao povo nenhuma doutrina, porque, entre homens iletrados, tudo pronunciaram em latim. Depois prorrompeu a superstição ao ponto em que cressem realizar-se devidamente a consagração com apenas sussurro roufenho que fosse ouvido por poucos.

De modo bem diferente, porém, ensina Agostinho quanto á palavra sacramental: "Adiciona-se", diz *ele*, "a palavra ao elemento e se converterá em sacramento. Donde, pois, esta virtude tão grande da água que, ao tocar o corpo, lava o coração, senão pelo poder da palavra? Não se deve ao fato de ser expressa, mas por ser crida. Porque, na própria palavra, uma *coisa* é o som que passa; outra, o poder que permanece. 'Esta é a palavra da fé que pregamos', diz o Apóstolo [Rm 10.8]. Daí, em Atos dos Apóstolos [15.9]: 'Purificando-lhes os corações pela fé.' E o Apóstolo Pedro: 'Que também, como uma verdadeira figura, agora vos salva, o batismo, não do despojamento da imundícia da carne, mas da indagação de uma boa consciência para com Deus, pela ressurreição de Jesus Cristo' [1Pe 3.21]; 'esta é a palavra que pregamos' [Rm 10.8], pela qual, sem dúvida, é consagrado também o batismo, para que possa limpar."[172] Vemos, pois, como exige a pregação, da qual nascerá a fé.

Não há por que demoremos nesta prova, quando longe de ser obscuro o que Cristo fez, o que nos mandou fazer, o que os apóstolos seguiram, o que a Igreja primitiva observou. Com efeito, sempre que Deus ofereceu algum sinal aos santos

171. As edições antigas indicam como referência: *Homilia 60*, Ao Povo. Esta homilia impressa nas obras de Crisóstomo surgidas em Basiléia (t. IV, p. 581) é omitida nas edições modernas (extraído da versão espanhola).

172. *Tratados Sobre João,* LXXX, 3.

patriarcas, desde o início do mundo foi conhecido ser inseparável a ordem da doutrina, sem a qual nossos sentidos ficariam atônitos pela mera aparência *exterior*. Portanto, quando ouvimos fazer-se menção da palavra sacramental, devemos compreender a promessa que, proclamada em voz nítida pelo ministro, conduza o povo pela mão até ao ponto em que se estende e nos dirige o sinal.

5. Os sacramentos são como que selos das promessas divinas

Não temos que ouvir alguns que tentam lançar-nos um dilema que mais tem de sútil do que de sólido. Ou sabemos, dizem, que a palavra de Deus, que precede ao sacramento, é a verdadeira vontade de Deus, ou não o sabemos. Se sabemos, não aprendemos nada de novo com o sacramento, que vem depois. Se não o sabemos, tampouco o sacramento ensinará isto, cuja forca toda está situada na palavra. A estes respondo sucintamente que os selos que se imprimem em títulos e outros documentos públicos, tomados em si mesmos nada são, porque seria supérfluo imprimi-los, se no pergaminho não houvesse nada escrito. E contudo não deixam de confirmar e selar o conteúdo do documento.[173]

E não podem acusar-nos de que esta comparação foi recentemente inventada por nós, a qual o próprio Paulo usou, chamando à circuncisão σφραγίδᾶ – *sphragídă* – *selo* [Rm 4.11], onde afirma expressamente que a circuncisão de Abrão não foi para justiça, mas para a selagem desse pacto por cuja fé já havia sido antes justificado. E, pergunto, por que há de molestar alguém só porque ensinamos que a promessa é selada pelos sacramentos, quando é evidente pelas próprias promessas que uma é confirmada pela outra? Sem dúvida que, quanto mais explícita é cada uma, tanto mais apta é para dar-se suporte à fé. Ora, os sacramentos trazem em si promessas claríssimas, e quando comparados com a palavra, têm esta peculiaridade, que representam promessas para a vida, como que pintadas num quadro.

Tampouco deve preocupar-nos a distinção que se costuma objetar entre os sacramentos e os selos de documentos; os quais, embora constem ambos de elementos materiais deste mundo, aqueles não podem ser suficientes ou adequados para que as promessas de Deus sejam seladas, as quais são espirituais e eternas, como estes costumam ser impressos para a selagem dos editos dos príncipes acerca de coisas efêmeras e ultrapassadas. Porque, na verdade, o crente fiel, enquanto tem os sacramentos diante dos olhos, não percebe essa expressão sensória; ao contrário, por uma piedosa consideração se eleva a contemplar os sublimes mistérios encerrados nos sacramentos, segundo a conveniência da figura sensível com a realidade espiritual.

173. Primeira edição: “Aos quais, sucintamente, a resposta seja: os selos que se apendem em títulos e outros documentos públicos, tomados em si, nada são, pois que haveriam de ter sido apensos em vão, se o pergaminho nada tivesse escrito. Contudo, nem por isso, quando são aduzidos a escritos, deixam de confirmar e de que seja [o] que foi escrito.”

6. Os sacramentos são como que sinais ou penhores das promessas divinas, os quais são colunas de nossa fé, espelhos da riqueza da graça divina

E uma vez que o Senhor chama suas promessas ***pactos*** [Gn 6.18; 9.9; 17.2, 21], os sacramentos, ***sinais*** dos pactos, dos próprios pactos dos homens se pode derivar um símile. O que poderia a morte de um porco efetuar, a menos que se interpusesse com palavras, ou, melhor, a menos que estas o precedessem? Ora, porcos são freqüentemente imolados à parte de qualquer mistério mais profundo ou mais sublime. Que *adiantaria* oferecer a destra, quando não raro as mãos são travadas com hostilidade? Mas quando precedem as palavras do acordo, com tais sinais se confirmam os mesmos, ainda que já antes tenham sido feitos, estabelecidos e determinados. Portanto, os sacramentos são exercícios que nos tornam mais certa a fidedignidade da palavra de Deus; e visto que somos de carne, eles nos são exibidos sob *a forma de* coisas sensórias, para que, em razão do alcance de nossa obtusidade, assim nos instruam exatamente como fazem os pedagogos que conduzem pela mão as crianças. Agostinho chama ao sacramento ***uma palavra visível***,[174] por esta razão: porque representa as promessas de Deus como que pintadas em um quadro e expostas à visão a expressão gráfica e εἰκονικῶς [*eikŏnikôs – imagisticamente*; *pictoricamente*].

Podem-se adicionar ainda outras comparações, com as quais se designem mais claramente os sacramentos, como se os chamássemos ***colunas*** de nossa fé. Ora, como um edifício se assenta e descansa sobre seu fundamento, entretanto mais seguramente se firma com colunas sobrepostas, assim a fé repousa na palavra de Deus não de forma distinta de um fundamento; no entanto, quando os sacramentos são adicionados, firma-se neles ainda mais solidamente, como se fossem colunas. Ou, se quisermos podemos chamá-los ***espelhos*** nos quais seja possível contemplar as riquezas da graça de Deus que sua majestade nos distribui. Porque neles, como já foi dito, se nos manifesta quanto foi dado conhecer à nossa obtusidade, e se nos atesta muito mais claramente do que na palavra, sua benevolência e o amor que nos tem.

7. Tampouco diminui a importância, relevância e eficácia dos sacramentos o fato de serem recebidos pelos ímpios e profanos

Nem arrazoam de forma racional, quando contendem que *os sacramentos* não são testemunhos da graça de Deus, uma vez que também se estendem aos ímpios, os quais, entretanto, não sentem que Deus lhes seja mais propício; ao contrário, ao participarem deles, contraem antes condenação mais pesada. Ora, segundo esse mesmo argumento, nem o evangelho seria testemunho da graça de Deus, já que

174. *Tratados Sobre João*, LXXX, 3; *Contra Fausto*, livro XIX, capítulo XVI.

muitos o ouvem e o rejeitam; nem o próprio Cristo o seria, porquanto foi visto e conhecido de muitos, dentre os quais pouquíssimos o receberam. O mesmo se pode ver também nos documentos oficiais dos príncipes. Porque embora boa parte da multidão entenda que aquele selo autêntico foi posto pelo príncipe para selar sua vontade, contudo escarnecem daquele selo αὐθεντικόν [*authĕntikōn – autêntico*]. Alguns o passam por alto, como se não fosse com eles; outros, inclusive o abominam; de sorte que, visualizada esta condição de ambas, mais e mais deve agradar aquela comparação usada por mim previamente. Assim sendo, tanto em sua sagrada palavra, como em seus sacramentos, o Senhor nos oferece sua misericórdia e um penhor de sua graça. No entanto, isso não se apreende senão por aqueles que com fé sólida recebem a palavra e os sacramentos, da mesma forma que Cristo, oferecido pelo Pai e proposto a todos como salvação, contudo não foi reconhecido e recebido por todos.

Como Agostinho quisesse indicar isto, em alguma parte, disse que a eficácia da palavra é posta à mostra no sacramento, não porque é proclamada, mas porque é crida. Conseqüentemente, quando Paulo discorre entre os fiéis, assim disserta a respeito dos sacramentos, incluindo neles a comunhão de Cristo, como quando diz: "Todos quantos fostes batizados em Cristo, de Cristo vos revestistes" [Gl 3.27]. lgualmente: "Todos os que fomos batizados em Cristo, somos um só corpo e um só espírito" [1Co 12.13]. Ouando, porém, *o Apóstolo* fala do uso abusivo dos sacramentos, não lhes atribui nada mais senão figuras vãs e frívolas, com o que significa que, por mais que os ímpios e hipócritas, com sua perversidade, oprimam, ou obscureçam, ou impeçam a operação da graça divina nos sacramentos, no entanto isto longe está de impedir que, onde e sempre agrada a Deus, não só dão testemunho verdadeiro da comunhão de Cristo, mas também o Espírito do próprio Deus exibe e executa exatamente o que os sacramentos prometem.

Concluímos, pois, que os sacramentos são verdadeiramente chamados testemunhos da graça de Deus, e, por assim dizer, selos de sua benevolência para conosco, os quais, ao nos selar, assim nos sustentam, nutrem, firmam, aumentam a fé. As razões, porém, que alguns costumam objetar contra esta proposição, são demasiadamente frívolas e fracas. Dizem que nossa fé, se é boa, não se pode fazer melhor; porque, segundo eles, não é fé senão aquela que firmemente e sem temor e sem qualquer dúvida descansa na misericórdia de Deus,[175] aos quais melhor seria orar com os apóstolos para que o Senhor lhes aumentasse a fé [Lc 17.5], do que arrogantemente pretender tal perfeição de fé que ninguém dentre os filhos dos homens jamais conseguiu, nem conseguirá nesta vida. Respondam que sorte de fé pensam possuir aquele que dizia: "Creio, Senhor, ajuda minha incredulidade" [Mc 9.24]?

---

175. Primeira edição: "Dizem melhor se nos não podem tornar a fé, se é boa, pois, não é fé senão [aquela] que se arrima inconcussa, firme [e] indivisamente na misericórdia de Deus ..."

Essa fé, ainda que apenas iniciada, era boa, e podia, pela remoção da incredulidade, tornar-se melhor.[176] Não são, porém, refutados por nenhum argumento mais eficaz do que o de sua própria consciência. Ora, se se confessam pecadores – o que queiram ou não, não podem negar –, é necessário que imputem isso à imperfeição de sua fé.

8. Tampouco a objeção supra pode respaldar o que temos em Atos 8.37, já que os sacramentos confirmam a palavra e não excluem nem substituem a obra do Espírito Santo

Mas Filipe, insistem, respondeu ao eunuco que lhe era permitido batizar-se, se cresse de todo o coração [At 8.37]. Que lugar existe aqui para a confirmação do batismo, quando a fé enche todo o coração? Por outro lado, pergunto-lhes se porventura não sentem vazia de fé boa parte de seu próprio coração, e se porventura não reconhecem novos incrementos todos os dias? Gloriava-se um pagão por tornar-se velho, aprendendo. Nós, portanto, em quem a fé deve ir progredindo em todos os estágios das idades, até que amadureça e chegue ao homem perfeito [Ef 4.13], *seremos* cristãos três vezes miseráveis, se nos tornamos velhos sem fazer progresso algum.

Assim sendo, nesta passagem de *Atos*, crer de todo o coração não significa crer em Cristo de uma forma perfeita, mas simplesmente a abraçá-lo com firme intento e mente sincera; não estar saturado dele, mas ter fome, ter sede e suspirar por ele com ardente afeto. Este é o modo corrente de a Escritura expressar-se, quando diz que se faz algo de todo o coração, o que significa fazer sinceramente e de firme intento. Desta natureza são estas: "Eu te busquei de todo meu coração" [Sl 119.10]. "Confessar-te-ei de todo meu coração" [Sl 111.1; 138.1], e outras semelhantes. De igual modo, em contrário, quando repreende aos fraudulentos e enganadores, costuma censurar-lhes o coração fingido [Sl 12.2].

A seguir adiciona: Se a fé é incrementada pelos sacramentos, o Espírito Santo foi dado em vão, cuja virtude e obra é iniciar, suster e consumar a fé. De fato reconheço que a fé é obra própria e inteira do Espírito Santo, por quem iluminados conhecemos a Deus e aos tesouros de sua benignidade, e sem sua luz nossa mente é tão cega, que nada pode ver das coisas espirituais, a tal ponto obtusa que nada pode perceber. Mas, por um benefício divino que eles proclamam, nós consideramos três. Porque, primeiramente, com sua Palavra o Senhor nos ensina e instrui; então, com os sacramentos *no-la* confirma; finalmente, com a luz de seu Santo Espírito nos ilumina a mente e abre acesso em nosso coração à Palavra e aos sacramentos, os quais, de outra sorte, apenas feririam vidas e se apresentariam aos olhos, mas estariam longe de afetar-nos o íntimo.

176. Primeira edição: "Ora, mesmo essa, de qualquer modo uma fé [apenas] iniciada, era boa e, removida a incredulidade, melhor podia fazer-se."

9. Os sacramentos, em virtude da ação do Espírito Santo, servem para confirmar e incrementar a fé

Por isso, no que respeita à confirmação e aumento da fé, gostaria que o leitor ficasse de sobreaviso de que, ao atribuir aos sacramentos a função de confirmar e aumentar a fé, não é porque eu creia que eles tenham jungida a si não sei que virtude oculta, com a qual por si mesmos podem impulsionar e aumentar a fé; mas porque Deus os instituiu para este fim. Portanto, eles desempenham perfeitamente sua função quando aquele Mestre interior, que é o Espírito, acrescenta sua própria virtude, somente a qual penetra nosso coração, move nossos afetos e abre a porta aos sacramentos para que penetrem nossa alma. Caso ele nos falte, os sacramentos nada mais podem nos oferecer à mente do que faz a claridade do sol aos olhos cegos, ou o som de uma voz aos ouvidos moucos. Portanto, de tal modo divido entre o Espírito e os sacramentos, que o poder de agir resida na mão daquele; com estes, só se deixa o ministério; e este, sem a ação do Espírito, é vazio e frívolo; agindo, porém, aquele interiormente, e externando sua força, então se tornam plenos de eficácia.

Agora fica claro de que maneira o crente se confirma, segundo esta doutrina, na fé por meio dos sacramentos; a saber, do modo como os olhos contemplam o fulgor do sol, e os ouvidos ouvem o som da voz, nem os olhos poderiam ver coisa alguma por mais luz que tivessem diante de si, não estivessem dotados de uma faculdade visual para recebê-la, e em vão chegaria o som, por mais intenso seja ele, aos ouvidos, se estes não fossem por si mesmos aptos e tivessem a faculdade de ouvir. Com efeito, se isso é verdadeiro – como devemos tê-lo como indubitável –, o que em nossos olhos efetua a visão para enxergar-se a luz, o que nos ouvidos *efetua* a audição para perceber-se a voz, essa é a obra do Espírito Santo em nosso coração com o fim de conceber-se, suster-se, nutrir-se e firmar-se a fé, uma e outra *dessas duas coisas* deduz-se igualmente: os sacramentos de nada aproveitam sem o poder do Espírito Santo, e nada impede que nos corações, já previamente ensinados por aquele Preceptor, tornem a fé não apenas mais robusta, mas também mais encorajada. A única diferença é que o poder e a faculdade de ouvir e de ver é natural aos ouvidos e olhos; em contrapartida, Cristo opera o mesmo em nosso coração, além de toda a ordem da natureza, por uma graça especial.

10. O Espírito Santo nos ilumina e nos convence através da Plavra e dos sacramentos, quando persuadimos alguém com nosso raciocínio

Com isto ao mesmo tempo também são refutadas aquelas objeções que deixam alguns ansiosos. Se atribuímos às criaturas, quer a incrementação ou a confirmação da fé, faz-se injúria ao Espírito de Deus a quem se deve reconhecer como seu único

autor. Porque, com o que dissemos não o privamos do louvor que lhe é devido, de ser ele quem confirma e incrementa a fé; já que esta mesma confirmação e aumento da fé outra coisa não é senão preparar com sua luz interior nosso entendimento para receber a confirmação que nos sacramentos lhe é proporcionada.

Porque, se até aqui *a matéria* foi exposta de forma muito obscura, com esta comparação que adicionarei se fará perfeitamente clara. Se alguém decide persuadir a outrem com palavras a fazer determinada coisa, meditará em todas as razões possíveis de induzi-lo a isto e como obrigá-lo a que siga seu conselho. Mas todo seu esforço será inútil e vã se, de sua parte, o aconselhado não for dotado de um gênio sagaz e penetrante, para poder julgar o verdadeiro valor das razões; e, além disso, se não é por natureza dócil e inclinado a ouvir o que lhe é dito; e, por fim, se não tem tal opinião da prudência e fidelidade do que se aconselha, e mereça tal crédito, que isso lhe sirva de preparação para fazer o que se lhe aconselha. Ora, há não só muitas cabeças obstinadas que nunca se deixam dobrar a nenhuma razão; e quando não há muito crédito e autoridade, pouco se ganha mesmo com os dóceis. Por outro lado, que estejam presentes todos estes *elementos*: certamente se conseguirá que o conselho que se dá seja seguido, o qual de outra maneira seria menosprezado.

O Espírito também opera essa obra em nós. Para que a Palavra não fira em vão nossos ouvidos, para que os sacramentos não se apresentem em vão a nossos olhos, *ele* mostra ser Deus quem aí nos fala; abranda a pervicácia de nosso coração e o dispõe a essa obediência que se deve à Palavra do Senhor; finalmente, transmite dos ouvidos à alma tanto essas palavras quanto *esses* sacramentos exteriores. Portanto, tanto a Palavra quanto os sacramentos nos confirmam a fé, enquanto nos põem diante dos olhos a boa vontade do Pai celeste para conosco, mercê de cujo conhecimento não só se calca toda a firmeza de nossa fé, mas também cresce o vigor; o Espírito a confirma, enquanto, insculpindo em nossa alma essa confirmação, a torna eficaz. Entrementes, não pode o Pai das Luzes [Tg 1.17] ser impedido de que, como com os raios do sol *ilumina* os olhos do corpo, assim também, mediante os sacramentos, como se por um fulgor intermédio, ilumine nossa mente.

11. A Palavra, pela operação do Espírito Santo, como ocorre com a semente em relação ao fruto, a fé dá origem, crescimento e maturação

O Senhor ensinou que esta propriedade subsiste na palavra exterior, quando na parábola a chamou ***semente*** [Mt 13.3-23; Mc 4.3-20; Lc 8.5-15]. Ora, da mesma forma que uma semente, se cair em parte deserta e for negligenciada em um campo, outra *coisa* não lhe acontecerá senão a morte; se, porém, for lançada em uma terra adequadamente trabalhada e bem cultivada, seu fruto produzirá com ótimo rendi-

mento; assim, a Palavra de Deus, se cair em alguma mente dura ficará estéril, como se lançada na areia; se encontrar uma alma amainada pela mão do Espírito celeste, será plenamente frutífera. Com efeito, se a relação da semente e da Palavra for a mesma, como dizemos que a semente de trigo nasce, e cresce e chega à maturação, por que não podemos dizer também que a fé recebe da Palavra seu princípio, seu incremento e sua perfeição?

A uma e outra *dessas duas coisas*, Paulo explica excelentemente em diversas passagens. Ora, quando aos coríntios quer trazer à lembrança quão eficazmente Deus tem usado suas obras [1Co 2.4], se gloria de ter o ministério do Espírito exatamente como se, por um laço indissolúvel, com sua pregação fosse associado o poder do Espírito Santo para que a mente interior se ilumine e se mova. E também, quando em outro lugar quer advertir quanto ao valor da Palavra de Deus pregada pelo homem, compara os próprios ministros a lavradores que, quando despenderem seu labor e engenho em cultivar a terra, não resta nada mais a fazer [1Co 3.6-9]. De que valeriam, porém, a aração, a semeadura e a irrigação, a não ser que o que foi semeado fosse levado a desenvolver-se pela benevolência celestial? Portanto, ele conclui que nada são tanto aquele que planta como aquele que rega, senão que, ao contrário, todas as coisas devem ser atribuídas somente a Deus que dá o crescimento [1Co 3.7]. Daí, os apóstolos revelam o poder do Espírito em sua pregação, até onde Deus usa instrumentos por si ordenados para a manifestação de sua graça espiritual. Contudo, é preciso reter esta distinção: que tenhamos em lembrança o que o homem mesmo pode fazer e o que pertence propriamente a Deus.

12. O Espírito também, mediante os sacramentos, não em si mesmos, mas pelo poder dele, nos incrementa a fé

Mas os sacramentos nos são a tal ponto confirmação da fé que, por vezes, quando o Senhor quer, das próprias coisas que foram por ele prometidas nos sacramentos, remover a confiança, então retira os próprios sacramentos. Quando despoja a Adão do dom da imortalidade e o priva dele, diz: "ora, para que não estenda sua mão e tome da árvore da vida, e coma e viva eternamente" [Gn 3.22]. Que significa isto? Porventura podia aquele fruto restituir a Adão sua incorrupção que havia perdido? De modo nenhum; mas isto é exatamente como se ele dissesse: Para que não tenha uma vã confiança, se mantiver o símbolo de minha promessa, que se lhe tire o que poderia pronorcionar-lhe alguma esperança de imortalidade. Por esta razão, quando o Apóstolo exorta aos efésios a que se lembrassem de que viveram "estranhos às alianças da promessa, separados da comunidade de Israel, sem Deus e sem Cristo", disse que não eram participantes da circuncisão" [Ef 2.11, 12]; com o que significa metonimicamente que estavam excluídos da própria promessa os que não receberam o emblema da promessa.

Apresentam outra objeção: que quando tanto poder se atribui às criaturas, a glória de Deus lhes é concedida, e por isso ela é tirada de Deus, isso se soluciona facilmente dizendo que não pomos virtude alguma nas criaturas. Dizemos apenas isto: que Deus usa dos meios e instrumentos que ele mesmo vê ser conveniente a que todas as *coisas* sirvam à sua glória, quando de tudo ele é o Senhor e Árbitro. Portanto, como ele nutre nossos corpos com pão e outros alimentos, como ilumina o mundo pelo sol, como o aquece pelo fogo, contudo nem o pão, nem o sol, nem o fogo em si é alguma coisa, exceto na extensão em que sob estes instrumentos ele nos dispensa suas bênçãos, assim espiritualmente alimenta nossa fé mediante os sacramentos, cuja única função é expor suas promessas ante nossos olhos para sejam por eles contempladas; aliás, nos sejam como que penhores. E como é nosso dever não depositar confiança alguma nas demais criaturas, das quais o Senhor, em sua liberalidade e benevolência, quis que as estimemos e as louvemos como se fossem a causa de nosso bem, assim tampouco devemos depositar nossa confiança nos sacramentos, nem transferir-lhes a glória de Deus; senão que, deixando de lado todas as coisas, dirijamos e elevemos nossa fé e louvor Àquele que é o autor dos sacramentos e de todos os os demais bens.

13. O sentido real do termo sacramento: sinal e selo de realidades espirituais, penhor de nossa fé perante Deus, testemunho de nossa confissão diante dos homens

Mas o argumento que alguns apresentam, *extraído* do próprio termo ***sacramento***, afinal não tem solidez alguma. *A palavra* ***sacramento***, dizem *eles*, embora tenha muitas acepções em autores reconhecidos, não obstante somente uma convém aos ***sinais***, a saber, *aquela* que significa aquele juramento solene que o soldado presta ao comandante quando é iniciado à vida militar. Ora, como através desse sacramento militar os novos soldados penhoram sua fidelidade ao comandante e professam *seu* engajamento à carreira militar, assim, mediante nossos sinais, professamos a Cristo *como* comandante e testificamos que lutaremos sob suas insígnias.

Acrescem também ilustrações com o fim de tornar a idéia mais clara. Como a toga distinguia os romanos dos gregos vestidos do ***pallium***, como em Roma as próprias ordens se distinguiam entre si por seus símbolos – a senatorial da eqüestre pela púrpura e pelo calçado em forma de crescente; por outro lado, a eqüestre da plebéia, pelo anel –, assim portamos nossos símbolos para que nos distingam dos profanos. Mas, à luz das *coisas supramencionadas* é sobejamente claro que os antigos, que deram aos sinais o nome de ***sacramentos***, estiveram bem longe de levar em conta a que visava o uso desta palavra nos escritores latinos; ao contrário, segundo sua conveniência, atribuíram este novo significado, pelo qual simplesmente designassem os sinais sagrados. Ora, se quisermos ir mais fundo, parece que a razão de

aplicar esta palavra para significar isto é a mesma pela qual tomaram a palavra ***fé*** no sentido em que ora se emprega. Pois embora a fé seja a verdade que deve manter em cumprir o que se promete, entretanto disseram que a fé é a certeza, ou a persuasão correta, que se teria da própria verdade. Deste modo, embora ***o sacramento*** seja o juramento do soldado pelo qual se devota a seu comandante, fizeram dele o ato do comandante pelo qual recebe às fileiras seus soldados. Ora, mediante os sacramentos, o Senhor promete que nos será por Deus, e nós lhe seremos por povo [Ez 37.27; 2Co 6.16].

Deixamos, porém, de lado tais sutilezas, visto que me parece já haver provado com outras suficientemente claras que os antigos não tiveram em conta outra *coisa*, com o termo ***sacramentos***, senão que significam os sinais de coisas santas e espirituais. As ilustrações que trazem a lume acerca de insígnias exteriores, certamente as admitimos; mas não consentimos que o que é segundo nos sacramentos seja por eles constituído primeiro, e, especialmente, até mesmo único. Porque o primeiro é que sirvam para nossa fé diante de Deus; o segundo, que nossa confissão dê testemunho diante dos homens. Em referência a este segundo objetivo, essas ilustrações são aplicáveis. Entrementes, que antes permaneça aquele *propósito*, porquanto, de outra forma, como já se viu, para nada seriviriam os mistérios, a não ser que nos fossem auxílios à nossa fé e apêndices à doutrina, destinados ao mesmo uso e propósito.

14. Tampouco assiste aos sacramentos qualquer poder, secreto ou mágico, em virtude do qual por si sós confiram justificação e graça

Por outro lado, é preciso que sejamos advertidos de que, como esses quebrantam a força dos sacramentos e subvertem inteiramente seu uso, de modo que, em contraposição, outros se posicionam atribuindo aos sacramentos não sei que secretas virtudes que em parte alguma lemos que são infundidas por Deus, por cujo erro os mais simplórios e inexperientes são perigosamente enganados, enquanto são não só ensinados a buscar os dons de Deus onde de modo algum se podem achar, mas também são pouco a pouco afastados de Deus, para que em lugar de sua verdade abracem a pura vacuidade. Ora, com grande consenso as escolas sofistas ensinaram que os sacramentos da nova lei, isto é, os que estão agora em uso na Igreja Cristã, justificam e conferem graça, desde que não interponhamos o obstáculo do pecado mortal.

Não é possível ponderar quão danosa e pestilenta é esta noção, e tanto é que tem prevalecido já por muitos séculos em boa parte do orbe, com grande dano para a Igreja. Certa e evidentemente que ela é diabólica, visto que, enquanto promete justiça à parte da fé, lança as almas de ponta cabeça em precipícios; em segundo lugar,

ao pôr nos sacramentos a causa da justiça, com tal superstição ata as míseras mentes dos homens, que por si mesmas são tão inclinadas à terra, de sorte que descansem na visão de uma coisa corpórea e não no próprio Deus. Prouvera que não tivéssemos a experiência tão profunda de ambas estas coisas! Tampouco temos necessidade de mais prova!

Que, pois, é um sacramento recebido à parte da fé, senão certíssima ruína da Igreja? Ora, como não se deve esperar nada daí fora da promessa, e como esta não menos ameaça aos incrédulos com ira, e que oferece graça aos fiéis, engana-se *aquele* que pensa que algo mais lhe é conferido pelos sacramentos além daquilo que a fé verdadeira recebe pela Palavra de Deus. Disto segue-se também outro *ponto*: a segurança da salvação não depende da participação do sacramento, como se a justificação estivesse aí situada, a qual, posta somente em Cristo, sabemos que nos é comunicada não menos pela pregação do evangelho do que pela selagem do sacramento, e que pode subsistir inteiramente sem esta. Mui verdadeiro é o que também escreveu Agostinho: que a santificação invisível pode existir sem o sinal visível; e que o sinal visível, por outro lado, pode existir sem a verdadeira santificação.[177] "Pois", como *ele* mesmo escreve também em outro lugar, "os homens se revestem de Cristo, às vezes até à recepção do sacramento, às vezes até à santificação da vida." E essa primeira *condição* pode ser comum tanto aos bons quanto aos maus; mas esta segunda é própria dos bons e piedosos.[178]

15. COM AGOSTINHO, É PRECISO FAZER INDISPENSÁVEL DISTINÇÃO ENTRE O SACRAMENTO COMO SINAL E SUA REALIDADE

A isto se refere também aquela distinção entre o ***sacramento*** e a ***realidade*** do sacramento, a qual Agostinho também estabelece. Porque não significa apenas que aí se contêm a figura e a realidade, mas que de tal maneira estão unidas, que não podem separar-se, e também que na própria união convém distinguir-se sempre a realidade do sinal, para que não transfiramos a um o que é do outro. Agostinho fala da separação quando escreve que somente nos eleitos[179] os sacramentos efetuam o que figuram. De igual modo, quando escreve a respeito dos judeus: "Embora os sacramentos fossem comuns a todos, a graça não era comum, a qual é o poder dos sacramentos. Assim também a lavagem da regeneração [Tt 3.5] é agora comum a todos, mas a própria graça, pela qual os membros de Cristo são regenerados juntamente com seu Cabeça, não é comum a todos."[180] De novo, em outro lugar, a respeito da Ceia do Senhor: "Nós também recebemos hoje o alimento visível; mas uma

177. *Questões Sobre o Heptateuco*, livro III, 84.
178. *Do Batismo Contra os Donatistas*, livro V, XXIV, 34.
179. *Pena e Remissão dos Pecados*, livro I, XXI, 30.
180. *Sobre os Salmos*, Salmo 77.2.

coisa é o sacramento, outra o poder do sacramento. Por que é que muitos se aproximam do altar, e lhes serve de condenação o que ali recebem? Ora, inclusive o bocado do Senhor foi veneno para Judas, não porque recebeu o mal, mas porque, *sendo* mau, recebeu mal o bem."[181] Pouco depois: "O sacramento desta matéria, isto é, da unidade da corpo e do sangue de Cristo, é preparado na mesa do Senhor em alguma parte, diariamente; em outra parte, em intervalos, em certos dias; e alguns tomam dela para vida, e outros, para perdição. A matéria mesma, porém, de que é também o sacramento, não importa quem tenha sido seu participante, é a todos para vida, a nenhum para perdição."[182] E um pouco antes, dissera: "Não morrerá *aquele* que tiver comido, mas *aquele* que atingir o poder do sacramento, não o sacramento visível; *aquele* que comer interiormente, não exteriormente; *aquele* que comer com o coração, não *aquele* que comprimir com os dentes."[183] Em todas essas passagens vemos que o sacramento é separado de sua realidade pela indignidade de quem o toma de tal maneira que não fique senão uma vã e inútil figura. Mas para que não tenhas o sinal vazio de realidade, senão a coisa com o sinal, é indispensável que apreendas pela fé a palavra que foi aí incluída. Assim sendo, na medida em que progredires na comunhão de Cristo, mediante os sacramentos, tanto mais fruirás de sua utilidade.

16. Os sacramentos não são eficazes por sua própria virtude, mas a de Cristo, sua substância ou essência, apropriada pela fé

Em razão de ficar ainda alguma obscuridade sobre o assunto, pela natureza de sua brevidade, o exporei de forma mais extensa.[184] Digo que Cristo é a ***matéria***, ou, se preferes, a ***substância*** de todos os sacramentos, uma vez que nele *eles* têm toda sua solidez, e fora dele absolutamente nada prometem. Por isso é menos tolerável o erro de Pedro Lombardo, que os faz expressamente causas da justiça e da salvação, da qual são partes![185] Porque os sacramentos não tendem senão a excluir todas as demais causas de justiça que o entendimento humano forja para si, para reter-nos em Cristo. Logo, quanto somos ajudados por eles para conservar, confirmar e aumentar em nós o verdadeiro conhecimento de Cristo e para possuí-lo mais plenamente, tanta é a eficácia que surtem em nós. E isto tem lugar quando o que ali se oferece, recebemos com verdadeira fé.

Portanto, me dirás que os ímpios, com sua ingratidão, fazem com que a orde-

181. *Tratados Sobre João,* XXVI, 11.
182. *Tratados Sobre João,* XXVI, 15.
183. *Ibid*., 12.
184. Primeira edição: "Se em razão da brevidade [da consideração] é isto mais obscuro, com [ainda] mais palavras o exporei."
185. *Livro das Sentenças,* livro IV, dist. 1, seção 4.

nança de Deus seja inútil e redunde em nada? Respondo que não se deve entender o que eu disse como se da condição ou arbítrio daquele que o recebe dependam a força e a verdade do sacramento. Porque permanece firme o que Deus instituiu, e conserva sua natureza e propriedade, por mais que os homens mudem. Mas, quando uma coisa é oferecer, outra é receber, nada impede que o símbolo consagrado pela Palavra do Senhor seja, de fato, o que se diz e conserve sua força, contudo daí nenhum proveito promana ao homem celerado e ímpio.[186]

Agostinho, porém, resolve bem esta questão em poucas palavras: "Se", diz *ele*, "o recebes carnalmente, não deixa de ser espiritual, mas para ti não é."[187] Como, porém, mostrou Agostinho, nas passagens, que o sacramento não é causa de nada se for separado de sua verdade, assim em outro lugar adverte que também na própria junção se faz necessário sua distinção, para que não nos apeguemos demais ao sinal externo. "Como seguir a letra", diz *ele*, "e receber os sinais por sua realidade é próprio de uma fraqueza servil, assim interpretar inutilmente os sinais é um erro que vagueia sem rumo." Ele assinala dois vícios dos quais aqui se deve guardar. Um, quando recebemos os sinais como se fossem dados em vão,[188] e por nossa maligna propensão detraindo ou enfraquecendo-lhes os significados secretos, fazemos com que não nos fique nenhum fruto. O outro, quando não elevamos as mentes além do sinal visível, transferimos para o próprio *sinal* o louvor dos benefícios que nos são conferidos unicamente por Cristo, e isso pelo Espírito Santo que nos faz participantes do próprio Cristo assistido pelos sinais externos que, se a Cristo nos convidam, quando se torcem para outro *rumo*, indignamente se subverte toda sua utilidade.

17. A função real dos sacramentos é a mesma da Palavra, isto é, apresentar-nos Cristo e nele os tesouros da graça divina, por obra do Espírito Santo e mediante a fé genuína

Portanto, retenhamos como certo que a função dos sacramentos não é outra senão a da Palavra de Deus: apresentar-nos e pôr-nos diante dos olhos de Cristo e, nele, os tesouros da graça celestial. Entretanto, nada conferem nem aproveitam, a menos que sejam recebidos com fé, não de outra forma que o vinho, ou o óleo, ou outro líquido, não importa quão copiosamente o derrames, no entanto derramará e se perderá (a menos que seja aberto o tampa do vaso); mas, o próprio vaso, regado de todos os lados, não obstante permanecerá inútil e vazio. Além disso, é preciso que nos acautelemos para que não nos transviemos para erro semelhante a estas

186. Calvino se afasta de Lutero, que admite "a comunhão dos indignos"; isto é, ensina que o incrédulo não deixa de receber por isso o verdadeiro sacramento (extraído da edição espanhola).

187. Ignoramos a referência das palavras de Agostinho. Cf. Agostinho, *Evangelho de João*, XXVI, 11, 12, 15 (extraído da edição espanhola).

188. *Da Doutrina Cristã*, livro III, IX, 13.

coisas que, para aumentar a dignidade dos sacramentos, pouco mais magnificentemente foram escritas pelos antigos, isto é, que julgamos ter sido imposto e infundido aos sacramentos algum poder latente, para que *eles* próprios de si nos confiram as graças do Espírito Santo, como em uma taça se dá a beber vinho, quando somente este lhes foi a função divinamente imposta: atestar-nos e ratificar-nos a benevolência de Deus para conosco; nem mais nos aproveitam, a menos que o Espírito Santo sobrevenha, que nos abra a mente e o coração e nos faça capazes deste testemunho, onde também sobressaem suculentamente variadas e distintas graças de Deus. Pois os sacramentos, como acima abordamos, nos são da parte de Deus o que da parte dos homens *são* os mensageiros de causas alegres ou os compromissos na sanção dos pactos, como *coisas* que certamente por si mesmas não comunicam algo da graça, mas apenas o anunciam e revelam; e como são penhores e sinais, que façam ratificadas entre nós as *coisas* que nos foram dadas pela liberalidade divina. O Espírito Santo, a quem os sacramentos não comunicam a todos indistintamente, mas a quem o Senhor confere exclusivamente aos seus, é esse que traz consigo as graças de Deus, que dá lugar aos sacramentos em nós, que faz com que *em nós* frutifiquem. Mas ainda que não neguemos que pelo mui presente poder de seu Espírito junto à sua instituição esteja o próprio Deus, para que não seja infrutívera e inútil a administração dos sacramentos que ordenou, contudo asseveramos que deve ser considerada e ponderada separadamente a graça interior do Espírito, como é distinta do ministério exterior. Portanto, Deus leva verdadeiramente a bom termo tudo quanto promete e representa nos sinais; e estes não carecem de efeito, para que se confirme que o autor dos mesmos é veraz e fiel. Aqui apenas se indaga se, como dizem, Deus opere com seu poder pessoal e intrínseco ou se porventura resigna aos símbolos externos sua própria função. Nós, entretanto, contendemos que, sejam quais forem os instrumentos que aplique, nada lhe detraem à operação primária.

Quando se ensina isto acerca dos sacramentos, enaltece-se devidamente sua dignidade, expressamente se indica seu uso e sobejamente se proclama sua utilidade, e ótima moderação se retém em todas *essas* coisas, de sorte que não se lhes defira algo que não procede, nem por outro lado se *lhes* detraia o que lhes convém. Entrementes, uma vez removida essa ficção, mercê da qual, como se em recipientes e meios de condução, se inclui nos elementos *sacramentais* a causa da justificação e o poder do Espirito Santo, e eloqüentemente se explica esse poder principal que foi por aqueles deixado de parte. Aqui também deve-se notar que Deus realiza interiormente o que o ministro representa e atesta pela ação externa, para que não seja atribuído ao homem mortal o que Deus reivindica exclusivamente para si. Isto também sabiamente adverte Agostinho: "De que maneira", diz *ele*, "Moisés santifica, e como Deus o faz? Moisés não santifica no lugar de Deus, mas ele com os sacramentos visíveis por meio de seu ministério; Deus, porém, com a graça invisível por meio do Espírito Santo, em quem, além disso, está todo o fruto dos sacramentos

invisíveis. Porque, sem esta santificação da graça invisível, que proveito têm estes sacramentos visíveis?”

18. O CONCEITO AMPLO DE SACRAMENTO EXEMPLIFICADO EM FATOS E COISAS DO ANTIGO TESTAMENTO

O termo ***sacramento***, como já discorri até aqui acerca de sua natureza, abraça, de modo geral, a todos os sinais que Deus, em todos os tempos, outorgou aos homens, para que mais certos e seguros os tornasse quanto à veracidade de suas promessas. Esses *sinais*, com efeito, por vezes ele quis que subsistissem em coisas naturais, por vezes os exibiu em milagres.

Do primeiro gênero são exemplos, como quando a Adão e Eva ele deu a árvore da vida por penhor da imortalidade, para que confiadamente a propusessem a si, por quanto tempo comessem de seu fruto [Gn 2.9; 3.22]. E quando estabeleceu, a Noé e a sua posteridade, o arco celeste por testemunho de que depois disso não haveria de destruir a terra com um dilúvio [Gn 9.13-16]. Adão e Noé tiveram esses *elementos* por sacramentos. Não que a árvore lhes provesse a imortalidade, que por si só não podia dar, nem o arco-íris, que é apenas a reverberação da radiação solar nas nuvens opostas, seria eficaz em conter as águas, mas porque tinham a marca esculpida pela Palavra de Deus a fim de que fossem provas e selos de seus concertos. E antes disso a árvore era, na verdade, uma árvore; o arco-íris, apenas um arco-íris; quando foram assinalados pela Palavra de Deus, infundiu-se-lhes uma forma nova, de sorte que começassem a ser o que antes não eram. Para que alguém não conclua que essas *coisas* foram ditas em vão, o mesmo arco-íris nos é também hoje testemunha desse pacto que o Senhor firmou com Noé, o qual, sempre que contemplamos, nele lemos esta promessa de Deus de que a terra nunca haverá de ser destruída por um dilúvio.

Daí, se algum pretenso filósofo, para zombar da simplicidade de nossa fé, diga que tal variedade de cores provém naturalmente dos raios refletidos e da nuvem oposta, sem dúvida o admitimos, contudo rimos da obtusidade do mesmo por não reconhecer a Deus *como* Senhor e Soberano da natureza, o qual, de seu arbítrio, usa todos os elementos para o serviço de sua glória. Porque, se ao sol, às estrelas, à terra, às pedras, se imprimissem sinais desta natureza, todas essas *coisas* nos haveriam de ser sacramentos. Ora, por que a prata bruta e a cunhada não são do mesmo preço, quando são absolutamente o mesmo metal? Certamente porque aquela nada tem senão a natureza; impressa com o selo oficial, se faz moeda e recebe valorização nova. E não poderá Deus, com sua Palavra, marcar suas criaturas, de sorte que se tornem sacramentos *coisas* que antes eram elementos naturais?

Exemplos do segundo gênero foram: quando a Abraão mostrou uma luz em um braseiro a fumegar [Gn 15.17]; quando de orvalho humedeceu a lã, estando seca a

terra; por outro ato, humedeceu a terra, estando a lã intata, para prometer vitória a Gedeão [Jz 6.37, 38]; quando fez retroceder em dez linhas a sombra do relógio, para prometer restabelecimento a Ezequias [2Rs 20.9-11; Is 38.7]. Uma vez que estas *coisas* aconteciam para nutrir e solidificar a fraqueza da fé, eram também sacramentos.

19. NECESSIDADE, NATUREZA E ALVO DOS SACRAMENTOS DA IGREJA, CERIMÔNIAS QUE SERVEM PARA CONFIRMAR A FÉ EM DEUS E TESTEMUNHAR A PIEDADE DIANTE DOS HOMENS

Mas o que no momento nos interessa é discorrer especificamente acerca destes sacramentos que o Senhor quis que fossem ordinários em sua Igreja, a fim de nutrir a seus cultores e servos, em uma só fé e uma *única* confissão de fé. Ora, fazendo uso das palavras de Agostinho, "em nenhum nome de religião, quer verdadeiro, quer falso, podem os homens aderir, se não possui alguns sacramentos visíveis."[189] Portanto, como o Pai boníssimo sentisse esta necessidade de a seus servos instituir desde o princípio certos exercícios de piedade, os quais, transferindo-os depois a cultos ímpios e supersticiosos, Satanás depravou e corrompeu de muitos modos. Daí aquelas iniciações dos gentios a suas cerimônias sagradas e demais ritos degenerados, as quais, ainda que estivessem saturadas de erro e superstição, no entanto *eles* próprios eram ao mesmo tempo postos para evidência de que, na profissão de uma religião, os homens não podem prescindir de sinais externos desta ordem.

Mas, como todos esses sinais não se fundamentavam na Palavra de Deus, nem se referiam àquela verdade que é o fim dos sacramentos, não merecem ser tidos em conta ao fazer menção dos símbolos sagrados que Deus instituiu e que não se apartaram de seu fundamento, permanecendo em sua pureza para servir de auxílio à verdadeira piedade. Constam, porém, não de simples sinais, como o foram o arco-íris e a árvore, mas de cerimônias; ou, se preferes, os sinais que aqui são dados são cerimônias. Mas da mesma forma que previamente foi dito que da parte do Senhor *essas cerimônias ou sacramentos* são testemunhos de graça e salvação, assim, de nossa parte, por sua vez, são marcas de profissão *de nossa fé*, com as quais juramos publicamente *fidelidade* ao nome de Deus, por *nossa* vez penhorando-lhe nossa fé.

Por isso Crisóstomo os chama com razão pactos que Deus estabelece conosco, e pelos quais nos obrigamos a servi-lo pura e santamente.[190] Aqui se estipula um pacto mútuo e se faz uma promessa por ambas as partes entre Deus e nós. Pois, como aí o Senhor promete cancelar e apagar, se transgredirmos, alguma culpa e pena que porventura contraímos, e nos reconcilia consigo no Filho Unigênito, assim, de *nossa* parte, com esta profissão nos obrigamos a ele ao cultivo da piedade e da inocência,

189. *Contra Fausto*, livro XIX, XI.
190. Cf. edição de Erasmo, Basiléia, 1530, vol. II, p. 82.

de sorte que se pode dizer, com razão, que os sacramentos desta espécie são cerimônias pelas quais Deus quer exercitar seu povo: primeiro, a suscitar e despertar a fé interiormente; e, segundo, a viver nossa religião diante dos homens.

20. Os sacramentos apontam para Cristo: no Antigo Testamento, prefigurando-o como prometido; no Novo, atestando-o como revelado

Estes sacramentos, segundo as diversas épocas, têm sido diversos conforme à dispensação que o Senhor teve por bem mostrar aos homens de um ou outro modo. Ora, a Abraão e sua posteridade foi ordenada a circuncisão [Gn 17.10], à qual, mais tarde, foram pela lei mosaica acrescentados purificações, sacrifícios e outros ritos [Lv 1–15]. Estes foram os sacramentos dos judeus até a vinda de Cristo; uma vez anulados esses, *foram* instituídos dois sacramentos, dos quais agora se serve a Igreja Cristã: o Batismo e a Ceia do Senhor. Mas estou falando desses que foram instituídos para uso de toda a Igreja. Pois, a imposição de mãos, pela qual os ministros da Igreja são investidos para seu ofício, embora consinta que seja chamada sacramento, contudo não a incluo entre os sacramentos ordinários. Quanto aos demais que comumente se chamam sacramentos, logo veremos se devem ou não ser chamados com este título.

Os sacramentos mosaicos visavam ao mesmo propósito que os nossos; a saber, encaminhavam os homens a Cristo e os levavam a ele como que pela mão; ou, melhor, como imagens o representavam e projetavam para ser conhecido. Porque, segundo já ensinamos previamente que *eles* são como que selos com que são seladas as promessas de Deus; e é certo que nenhuma promessa de Deus se propôs aos homens senão em Cristo [2Co 1.20]. Portanto, para que os sacramentos nos proponham alguma promessa de Deus, é necessário que nos mostrem a Cristo. A isto se refere aquele modelo celeste do tabernáculo e do culto sob a lei que fora mostrado a Moisés no monte [Ex 25.9, 40; 26.30]. Só há uma diferença *entre esses sacramentos*: aqueles prefiguravam a Cristo prometido, como fosse ainda esperado; estes o apresentam já outorgado e manifesto.

21. Os sacramentos do Antigo Testamento (a circuncisão, as purificações, os sacrifícios) polarizam-se em Cristo e nele têm sua plena realização

Quando todas estas coisas forem expostas em particular, ficarão muito mais claras.[191] A ***circuncisão*** era para os judeus o sinal mediante o qual fossem adverti-

191. Primeira edição: “Estas [cousas], quando declaradas foram parcelada e singularmente, muito mais claras far-se-ão.”

dos de que tudo quanto procede da semente do homem, isto é, toda a natureza dos homens foi corrompida e tem necessidade de poda; além disso, a circuncisão era atestado e memorial em virtude do qual se confirmassem na promessa dada a Abraão a respeito da bendita semente na qual haveriam de ser abençoadas todas as nações da terra [Gn 22.18], da qual também se deveria esperar sua bênção. Com efeito, essa semente salutar, como somos ensinados por Paulo [Gl 3.16], era Cristo, em quem unicamente *eles* confiavam que haveriam de recobrar o que haviam perdido em Adão. Portanto, a circuncisão lhes era o que Paulo ensina que fora a Abraão, a saber, marca da justiça da fé [Rm 4.11], isto é, o selo pelo qual fossem mais seguramente confirmados de que sua fé, pela qual esperavam a própria semente, lhes fosse por Deus imputada por justiça. Nós, porém, em melhor ocasião, procederemos mais extensivamente em outro lugar a uma comparação de circuncisão e batismo.

Os batismos e purificações lhes punham diante dos olhos sua imundícia, conspurcação, poluição, pela qual haviam sido contaminados em sua natureza, porém prometiam outra lavagem pela qual lhes limparia e lavaria todas suas manchas [Hb 9.10, 14]. E esta lavagem era Cristo, por cujo sangue lavados [1Jo 1.7; Ap 1.5], sua pureza apresentamos à vista de Deus para que nos cubra todas as conspurcação. Os sacrifícios os acusavam de sua iniqüidade, e ao mesmo tempo ensinavam ser necessária alguma satisfação que fosse feita ao juízo de Deus; daí, tinha de haver algum Sumo Pontífice, mediador entre Deus e os homens, que satisfizesse a Deus pela efusão de sangue e a imolação de vítima sacrificial que bastasse para a remissão dos pecados. Este Sumo Sacerdote foi Cristo [Hb 4.14; 5.5; 9.11]: ele derramou seu próprio sangue; foi a vítima, pois ofereceu-se ao Pai obediente até à morte [Fp 2.8], por cuja obediência cancelou a desobediência do homem [Rm 5.19], a qual havia provocado a indignação de Deus.

22. O significado real do Batismo e da Ceia do Senhor, polarizados em Cristo, cuja obra espelham expressamente

No que tange aos nossos *sacramentos*, tanto mais claramente nos representam a Cristo quanto mais de perto ele se manifestou aos homens, desde quando foi, realmente, exibido pelo Pai, como fora prometido. Pois o Batismo nos atesta que fomos purgados e lavados; a Ceia da Eucaristia, que fomos redimidos. Na água é figurada a ablução; no sangue, a satisfação. Estas duas são encontradas em Cristo que, como diz João, “veio através da água e o sangue’’ [1Jo 5.6], isto é, para que purgasse e redimisse, coisa da qual é também testemunha o Espírito de Deus; aliás, “são três as testemunhas, em um *só todo*: a água, o sangue e o Espírito” [1Jo 5.8]. Na água e no sangue temos o testemunho da purgação e da redenção; o Espírito, porém, testemunha primacial, nos faz segura a confiança de testemunho desta natureza. Este sublimado mistério nos foi admiravelmente mostrado na cruz de Cristo, quando água e

sangue lhe fluíram do peito sagrado [1Jo 19.24], o que, por esta causa, com direito, Agostinho chamou a fonte de nossos sacramentos,[192] o que, entretanto, se deverá discorrer um pouco mais extensivamente.

Além disso, não há dúvida, se compararmos um tempo com outro, de que a graça do Espírito Santo nos é demonstrada em nossos sacramentos muito mais plenamente.[193] Ora, isto diz respeito à glória do reino de Cristo, como auferimos de muitas passagens, especialmente do sétimo capítulo de João. Neste sentido importa receber-se essa afirmação de Paulo de que as sombras estiveram sob a lei; em Cristo, o corpo [Cl 2.17]. Tampouco é sua intenção privar de seu efeito os testemunhos da graça nos quais Deus outrora quis provar aos patriarcas ser verdadeiro, não de outra forma do que hoje nos *faz* no Batismo e na Santa Ceia. Pelo contrário, sua intenção, comparativamente, é magnificar o que nos foi dado, para que não causasse estranheza a alguém que pela vinda de Cristo foram abolidas as cerimônias da lei.

23. Tampouco tiveram os sacramentos da antiga dispensação menos significado e expressão do que os do Novo Testamento, e sua função representativa

O dogma dos escolásticos, que estabelece tanta diferença entre os sacramentos da antiga e da nova lei, como se aqueles não servissem senão para representar e figurar a graça de Deus; e os da nova, a mostrassem e a expressassem, deve ser totalmente excluído. Com efeito, o Apóstolo não fala mais explendidamente daqueles do que destes, quando ensina que os pais comeram conosco o mesmo manjar espiritual, e interpreta que esse manjar é Cristo [1Co 10.3]. Quem ousou fazer sem efeito esse sinal que exibia aos judeus a verdadeira comunhão de Cristo? E a natureza do caso que o Apóstolo aí aborda não milita por nós obscuramente.

Ora, para que alguém não ouse, estribado em frio conhecimento de Cristo, em título fútil de cristianismo e em sinais exteriores, desprezar o juízo de Deus, *ele* exibe exemplos da severidade com que Deus castigou os judeus, para que saibamos que nos ameaçam as mesmas penas que aqueles receberam, se nos entregarmos aos mesmos vícios. Assim, pois, para que a comparação fosse adequada, ele teve que mostrar que não existe disparidade entre nós e eles nessas benesses das quais nos proibia gloriar-nos falsamente. Portanto, ele equipara primeiro os sacramentos, sem deixar-nos qualquer partícula de prerrogativa que possa mover os ânimos à esperança de impunidade. De fato não se deve atribuir mais ao nosso batismo do que *ele* próprio, em outro lugar, atribui à circuncisão, quando a chama selo da justiça da fé

192. *Tratados Sobre João*, CXX.

193. Primeira edição: "Que, também, mais abundante aqui se mostre aqui a graça do Espírito, se tempo com tempo compares, dúbio não é."

[Rm 4.11]. Daí, tudo quanto hoje se nos exibe nos sacramentos, isso os judeus outrora recebiam nos seus, a saber, Cristo com suas riquezas espirituais. A virtude que têm os nossos, essa também sentiam *eles* em seus *sacramentos*, isto é, que lhes fossem selos da divina benevolência para consigo, para a esperança da salvação eterna.

Se *nossos opositores* fossem destros intérpretes da Epístola aos Hebreus, não teriam se deixado enganar tanto; ao contrário, quando lessem ali que os pecados não foram expiados pelas cerimônias da lei, mais ainda, que as velhas sombras não tiveram nenhuma importância para a justiça [Hb 10.1], negligenciada a comparação de que ali se trata, enquanto a este único *ponto* se apegam, que a lei por si só nada de útil fora para seus cultores, julgaram-nas que simplesmente foram figuras vazias de veracidade. O intento do Apóstolo, porém, é reduzir a nada a lei cerimonial, até que Cristo viesse, de quem depende exclusivamente toda sua eficácia.

24. Tampouco a circuncisão é inferior ao Batismo, que na nova dispensação lhe corresponde em função e dignidade

Mas se basearão nas coisas que se lêem em Paulo acerca da circuncisão da letra [Rm 2.29], e objetarão que ela não desfruta de nenhum lugar junto a Deus; mas isso para mim não tem o menor valor. Pois, afirmações desta natureza parecem degradá-la muito abaixo de nosso batismo [Rm 2.25-29; 1Co 7.19; Gl 5.6; 6.15]. Certamente não é assim. Ora, isso mesmo se diria com razão acerca do batismo; senão que, de fato, isso é dito primeiro pelo próprio Paulo, onde mostra que Deus não leva em conta a ablução exterior pela qual somos iniciados à religião, a menos que o coração interiormente não só seja purificado, mas também persevere na pureza até o fim; a seguir, por Pedro, quando testifica que a verdade do batismo está posta não na ablução externa, mas no bom testemunho da consciência [1Pe 3.21].

Mas, *insistirão*, também em outro lugar *Paulo* parece desprezar inteiramente a circuncisão feita por mãos, quando a compara com a circuncisão de Cristo [Cl 2.11]. Minha resposta é que nesta passagem ele não subtrai algo de sua dignidade. Aí Paulo está discutindo contra aqueles que a requeriam como se necessária, quando ela já estava anulada. Portanto, ele admoesta os fiéis a que, deixando de lado as sombras antigas, se apeguem à verdade. Esses mestres, diz *ele*, insistem em que vossos corpos sejam circuncidados. Entretanto, espiritualmente, já fostes circuncidados no tocante à alma e ao corpo. Tendes, pois, a manifestação da realidade que é muito superior à sombra. No entanto, alguém poderia objetar em contrário, dizendo que não deviam desprezar a figura só porque possuíam a realidade, quando mesmo entre os patriarcas existisse aquele despojamento do velho homem de que *o Apóstolo* estava falando; aos quais, no entanto, não teria sido supérflua a circuncisão exterior. Ele antecipa essa objeção quando logo em seguida acrescenta que, por meio do

batismo, os colossenses foram sepultados juntamente com Cristo [Cl 2.12], com isso querendo dizer que hoje o batismo está para os cristãos o que a circuncisão era para os antigos; e que, portanto, a circuncisão não podia ser imposta aos cristãos sem prejudicar o batismo.

25. As cerimônias verterotestamentárias eram sombras da realidade; contudo não eram destituídas de significado e sentido, desde que estejam polarizadas em Cristo, em cuja vinda se cumprem e são anuladas

Não é tão difícil de resolver o que ele previamente citou: que todas as cerimônias judaicas foram sombras das coisas futuras, mas que o corpo é de Cristo [Cl 2.17]; e o mais difícil de tudo é o que se diz em muitas passagens da Epístola aos Hebreus: que o sangue de animais não alcançava a consciência [Hb 9.12-15]; que a lei era a sombra dos bens futuros, não a imagem das coisas[194] [Hb 8.4, 5; 10.1]; que os adoradores não atingiram a perfeição através das cerimônias mosaicas [Hb 7.19; 9.9; 10.1]; e assim por diante.

Repito o que já mencionei: Paulo não reduz as cerimônias a uma sombra por não ter em si mesmas consistência alguma, mas que o cumprimento de certa maneira estava em suspenso até a vinda de Cristo. Além disso, digo que se deve entender isto não no que se refere à *eficácia*, mas, antes, no que se refere à *significação*. Porque, até que Cristo se manifestasse na carne, todos os sinais o prefiguravam como ausente, ainda que interiormente manifestasse aos fiéis a presença de seu poder, e até mesmo de si próprio. Mas é preciso observar sobretudo o seguinte: em todas essas passagens, Paulo está falando não em termos naturais, mas à guisa de controvérsia. Uma vez que ele combatia os falsos apóstolos, os quais queriam fazer a piedade consistir nas meras cerimônias, para refutá-los bastava discutir que valor real tinham as cerimônias. O autor da Epístola aos Hebreus seguiu também este escopo.

Lembremo-nos, pois, que aqui se discute a respeito de cerimônias tomadas não em seu verdadeiro e natural significado, mas como distorcidas para uma interpretação falsa e corrompida; não de seu uso legítimo, mas do abuso da superstição. Portanto, surpreende se as cerimônias, separadas de Cristo, são despojadas de toda a virtude, pois tudo quanto é *propriedade* dos sinais se reduz a nada, quando se remove o que é representado? Assim, quando tratava com aqueles que julgavam o maná

194. Calvino segue aqui palavra por palavra, na citação de Hebreus 10.1, o grego τὴν εἰκόνα τῶν πραγμάτων, e o latim da Vulgata, "imaginem rerum", que os modernos traduzem "a forma real das coisas". Em seu comentário a esta passagem, ele explica: "O Apóstolo toma esta semelhança da arte da pintura ...; porque os pintores têm o costume de traçar com carbono o que se propõem representar, antes de ter as cores vivas do pincel" (extraído da versão espanhola).

não ser outra *coisa* senão alimento do ventre, Cristo acomoda sua linguagem à opinião absurda deles, e diz que ele ministra um alimento superior, o qual alimenta as almas à esperança da imortalidade [Jo 6.27].

Ora, se se requer uma solução mais clara, a suma de tudo tende a isto: primeiro, todo aquele aparato de cerimônias que houve na lei mosaica, a menos que se dirija a Cristo, é uma sombra passageira e sem valia; segundo, elas de tal modo visavam a Cristo que, *sendo* ele por fim manifestado na carne, foram seu cumprimento; terceiro, impôs-se que fossem canceladas por sua vinda, exatamente como a sombra se desvanece à clara luz do sol. Mas, uma vez que apresento discussão ainda mais extensa desta matéria, ao lugar em que determinei comparar o batismo com a circuncisão, agora a abordo mais sucintamente.

26. Os sacramentos veterotestamentários não diferem dos neotestamentários em sentido, ainda que sejam diferentes em grau de expressão, como Agostinho o atesta sobejamente

Pode ser que estes míseros sofistas foram também enganados por aqueles encômios exagerados dos sacramentos, que se lêem nos antigos acerca de nossos sinais, como este de Agostinho: "Os sacramentos da antiga lei apenas prometiam o Salvador; os nossos, porém, dão a salvação."[195] Como não levassem em conta que estas e figuras de expressão semelhantes são hiperbólicas, também *eles* próprios promulgaram seus dogmas hiperbólicos, mas em sentido inteiramente alheio aos escritos dos antigos. Ora, ali Agostinho não quis dizer outra *coisa* senão o mesmo que escreve em outro lugar: que os sacramentos da lei mosaica ***preanunciaram*** a Cristo; os nossos, porém, o ***anunciam***.[196] E, contra Fausto: "Aquelas foram promessas de coisas a serem cumpridas; estas são sinais de *coisas já* cumpridas",[197] como se estivesse dizendo que aqueles *sacramentos o* figuraram, quando ele era ainda esperado; os nossos exibem como presente *Aquele* que já foi dado. Além disso, *ele* está falando do modo de significar, como o indica também em outro lugar: "A lei e os profetas", diz *ele*, "tinham sacramentos que preanunciavam uma coisa futura; mas os sacramentos de nosso tempo atestam já ter vindo o que aqueles proclamavam haver de vir."[198]

Quanto ao sentido e eficácia, ele o expõe em diversos lugares. Assim quando diz: "Os sacramentos dos judeus foram diferentes *dos nossos* nos sinais; iguais na coisa que é significada, diferentes na expressão visível; iguais na virtude espiri-

195. *Sobre os Salmos*, Salmo 73.2.
196. *Questões Sobre o Heptateuco*, livro IV, XXXIII.
197. *Contra Fausto,* livro XIX, XIV.
198. *Contra as Cartas de Petiliano,* livro II, XXXVIII, 87.

tual."[199] Igualmente: "Nos diferentes sinais há a mesma fé; assim se dá em diferentes sinais como em palavras diferentes, porque as palavras mudam *seus* sons no decurso dos tempos; e de qualquer modo as palavras não são outra *coisa* senão sinais. Os pais bebiam a mesma bebida espiritual *que nós bebemos*; a *bebida* corporal, no entanto, não *era* a mesma *que a nossa*. Veja-se, pois, que, a fé permanecendo imutável, os sinais *foram* variados. Lá, a rocha era Cristo [1Co 10.4]; para nós, Cristo é o que se põe no altar. E aqueles, como grande sacramento, beberam a água que emanava da rocha; quanto a nós, os fiéis sabem o que bebemos. Se se considerar a forma visível, ele é outro; se se tiver em mira o significado inteligível, *aqueles* beberam a mesma bebida espiritual que nós." Em outro lugar: "No mistério, o mesmo alimento e bebida eram os daqueles que são os nossos; mas o mesmo em significado, não em forma; porque o próprio Cristo foi o mesmo àqueles figurado na rocha; a nós, manifestado na carne."[200]

Contudo, também nesta parte concedemos haver algo de diferença *entre aqueles sacramentos e os nossos*, porque uns e outros atestam que em Cristo nos são oferecidas a paterna benevolência de Deus e as graças do Espírito Santo; mas os nossos *o fazem* mais clara e luminosamente. Em uns e outros há uma exibição de Cristo; mas nestes, *uma exibição* mais rica e mais plena, isto é, até onde o limita essa diferença de Antigo e Novo Testamentos, acerca da qual já discorremos supra. E é isto que o próprio Agostinho queria que fosse entendido, a quem citamos mais freqüentemente como a melhor e a mais fiel testemunha de toda a antigüidade, quando ensina que, depois de Cristo *haver-se* revelado, foram instituídos sacramentos em menor número, porém mais augustos em significação e mais excelentes em virtude.[201]

É preciso que os leitores estejam atentos também sobre tudo quanto acerca do ***opus operátum*** expuseram erroneamente os sofistas, o que não só é falso, mas inclusive se põe em conflito com a natureza dos sacramentos que Deus *assim* instituiu, para que os fiéis, privados e carentes de todos os bens, nada tiveram consigo senão mendicidade. Do quê se segue que, ao recebê-los, estes nada fazem a que mereçam louvor; ou, nesta ação, que em referência a eles é puramente passiva, não se pode atribuir-lhes nenhuma obra.

199. *Tratados Sobre João*, XXVI, 12.
200. *Sobre os Salmos*, Salmo 77.2.

CAPÍTULO XV

DO BATISMO

1. Definição e natureza do batismo

O batismo é o sinal de iniciação pelo qual somos recebidos à sociedade da Igreja para que, enxertados em Cristo, sejamos contados entre os filhos de Deus. Com efeito, *o batismo* nos foi dado por Deus, primeiro – como ensinei ser comum a todos os mistérios –, para que *servisse* à nossa fé perante ele; segundo, para que servisse à *nossa* confissão perante os homens. De uma e outra *destas duas* funções, faremos uma exposição bem ordenada.

Ora, o batismo nos confere à fé três *coisas*, as quais, também *elas* próprias, devem ser devidamente tratadas, de per si. Este é o primeiro *elemento* que nos é proposto pelo Senhor: que *o batismo* é o símbolo e comprovante de nossa purificação; ou, para explicar melhor o que quero, *que ele é* um como que documento assinado, por meio do qual nos confirme que todos os nossos pecados foram de tal modo apagados, riscados, cancelados, que jamais chegam à sua presença, jamais são lembrados e jamais são imputados. Pois *ele* quer que todos os que creram sejam batizados para remissão dos pecados [Mt 28.19; At 2.38]. Conseqüentemente, *aqueles* a quem o batismo pareceu não ser outra *coisa* senão um emblema e distintivo pelo qual professamos nossa religião diante dos homens, como os soldados levam à frente as insígnias de seu comandante como marca de sua profissão, esses não ponderaram a fundo o que era primordial no batismo, isto é, que de fato ele deve ser recebido por nós com esta promessa: todos quantos creram, e foram batizados, também foram salvos [Mc 16.16].

2. O batismo, segundo a Escritura, é penhor e selo de nossa salvação, que resulta não da eficiência da água, que é mero símbolo do sangue de Cristo, que nos lava os pecados, em conformidade com a Palavra

Neste sentido é que se deve entender o que Paulo escreveu: "a Igreja foi santificada por Cristo, *seu* Esposo, e lavada com a lavagem da água pela Palavra da vida" [Ef 5.26]. E, em outro lugar: "Segundo sua misericórdia, fomos declarados salvos pela lavagem da regeneração e da renovação do Espírito Santo" [Tt 3.5]. E por Pedro: que "o batismo nos salva" [1Pe 3.21]. Mas aquele não quis dizer que nossa

lavagem e salvação sejam consumadas pela água, ou que a água contenha em si o poder de purificar, de regenerar, de renovar; tampouco este *quis dizer* que neste sacramento se percebe a causa da salvação, mas apenas o conhecimento e a certeza de tais dons, o que com as próprias palavras *dos textos citados* evidentemente se explica muito bem. Ora, Paulo a um tempo une a Palavra da vida e o batismo de água, como se estivesse a dizer: "Pelo evangelho nos é proclamada a notícia de nossa lavagem e santificação; pelo batismo, a própria notícia é selada." E Pedro, após dizer que "o batismo nos salva", imediatamente adiciona que esse batismo "não é a remoção das impurezas da carne, mas a boa consciência diante de Deus" [1Pe 3.21], que procede da fé. Com efeito, o batismo não nos promete outra purificação senão aquela que procede da aspersão do sangue de Cristo, o qual, em razão da semelhança do limpar e do lavar, é representado pela água.

Quem, pois, dirá que somos purificados por essa água que atesta, indubitavelmente, que o sangue de Cristo é nossa verdadeira e única lavagem, de sorte que não se deve buscar em outra parte razão mais exata para refutar-se o desvairamento daqueles que atribuem todas *as coisas* à virtude da água, do que da significação do próprio batismo, o qual nos afasta tanto daquele elemento visível, que nos é posto diante dos olhos, quanto de todos os outros meios, para que nos vincule as mentes somente a Cristo?

3. A PROJEÇÃO DO BATISMO COM ÁGUA NÃO SE LIMITA AOS PECADOS PASSADOS, MAS TAMBÉM AOS FUTUROS, O QUE NÃO CONSTITUI ATENUANTE NEM JUSTIFICA PECAR

Ora, não se deve pensar que o batismo foi conferido apenas para o tempo pretérito, de sorte que às novas quedas, nas quais recaímos após o batismo, se devam buscar outros e novos remédios de expiação em não sei que outros sacramentos, como se a força daquele se tornasse obsoleta. Com efeito, em função deste erro outrora aconteceu que alguns não quisessem ser iniciados pelo batismo, a menos que estivessem em extremo perigo de vida e sobretudo entre os últimos alentos, para que assim obtivessem perdão da vida inteira; precaução estranha contra a qual os bispos antigos investem tantas vezes em seus escritos.[202] Mas a este respeito temos de saber que em qualquer tempo em que formos batizados, somos lavados e purificados de uma vez para toda a vida.

Assim sendo, sempre que cairmos, deve recorrer-nos a lembrança do batismo, e nossa mente deve armar-se, para que esteja sempre certa e segura da remissão dos pecados. Ora, ainda que, uma vez ministrado, o batismo parecer como que ultrapas-

202. Gregório Nazianzeno, *Discurso XL,* 11; Gregório de Nissa, *Discurso Contra os que Diferem o Batismo*.

sado, entretanto *ele* não foi obliterado pelos pecados posteriores. Uma vez que a pureza de Cristo nos foi nele oferecida, esta pureza vigora para sempre, e não há manchas que possam empanar; antes, ela nos lava e nos limpa de todas as impurezas. Contudo, aqui não se deve tomar a liberdade de pecar para o futuro; uma vez que, na verdade, tal audácia está longe de ser parte de nossa instrução; antes, esta doutrina é conferida somente àqueles que, quando pecam, gemem, fatigados e oprimidos, sob seus pecados; para que tenham como erguer-se e ser consolados, de modo que a confusão e desespero não se precipitem. Assim, Paulo diz que "Cristo se nos fez propiciador, para remissão dos delitos precedentes" [Rm 3.25]; com que não nega que nele se obtém perpétua e permanente remissão dos pecados, mesmo até a morte; antes, significa que *ele* foi dado pelo Pai somente aos míseros pecadores que, feridos pelo cautério da consciência, suspirem pelo Médico. A estes é oferecida a misericórdia de Deus. *Aqueles* que, da impunidade, caçam motivo e licença de pecar, não provocam para si nada senão a ira e o juízo de Deus.

4. O BATISMO É SINAL DE NOSSA PURIFICAÇÃO UNICAMENTE PELO SANGUE DE CRISTO; DEVE-SE CONSIDERÁ-LO COMO O SACRAMENTO DO ARREPENDIMENTO E DA PENITÊNCIA

Certamente sei que comumente se tem recebido outra *opinião*: que pelo benefício da penitência e das chaves obtemos remissão após o batismo, a qual, em *nossa* primeira regeneração, nos é dada só pelo batismo. *Aqueles*, porém, que engendram isto, nisto erram, *ou*, *seja*, não cogitam que o poder das chaves, de que falam, de tal modo depende do batismo que de nenhum modo devem ser separados. O pecador recebe remissão pelo ministério da Igreja; com efeito, não sem a pregação do evangelho. Mas, que pregação é essa? Que somos lavados de *nossos* pecados pelo sangue de Cristo. Mas, qual é o sinal e testemunho dessa lavagem, senão o batismo? Vemos, pois, como essa absolvição se relaciona com o batismo.

E este erro nos gerou o fictício sacramento da penitência, a respeito do qual já fiz certa abordagem, e o que falta concluirei em seu lugar. Tampouco surpreende se homens que, em decorrência da obtusidade de sua mente, se apegaram imoderadamente às coisas externas. Também nesta parte manifestaram este vício: que, não contentes com a pura instituição de Deus, introduzissem novos subsídios engendrados por eles mesmos. Como se, na verdade, o próprio batismo não fosse o sacramento da penitência! Ora, se esta nos é recomendada por toda a vida, também a eficácia do batismo deve estender-se até os mesmos limites. Daí não haver dúvida de que todos os piedosos, em todo o decurso da vida, sempre que são molestados em sua consciência por suas próprias faltas, ousam recorrer à lembrança do batismo, para que daí se confirmem na confiança daquela única e perpétua lavagem que temos no sangue de Cristo.

5. O batismo é também sinal de nossa mortificação e renovação em Cristo

Ainda outro fruto depara *o batismo*, visto que nos mostra nossa mortificação em Cristo e *nossa* nova vida nele. “Com efeito”, como diz o Apóstolo, “fomos batizados em sua morte; *fomos* sepultados com ele pelo batismo na morte; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos, pela glória do Pai, assim andemos nós também em novidade de vida” [Rm 6.3, 4]; com cujas palavras não só nos exorta à sua imitação, como se estivesse a dizer que somos admoestados pelo batismo a que, como que pelo exemplo da morte de Cristo, morramos para nossas concupiscências; e, pelo exemplo de *sua* ressurreição, a que sejamos soerguidos à justiça [Rm 6.5]; mas ainda aborda a matéria muito mais profundamente, a saber, que pelo batismo Cristo nos fez participantes de sua morte, para que sejamos nela enxertados. E, da mesma forma em que da raiz à qual foi enxertado o rebento tira substância e alimento, assim *aqueles* que recebem o batismo com a fé com que deve nutrir-se, sentem verdadeiramente a eficiência da morte de Cristo na mortificação de sua carne, juntamente com *a eficiência* também da ressurreição na vivificação do espírito. Daí tomar *o Apóstolo* matéria de exortação, porque, se somos cristãos, devemos estar mortos para o pecado e vivos para a justiça [Rm 6.11]. Deste mesmo argumento *ele* faz uso em outro lugar: que fomos circuncidados, e despimos o velho homem, depois que fomos sepultados em Cristo pelo batismo [Cl 2.11, 12]. E, neste sentido, naquela passagem que já citamos previamente ele chamou *o batismo* a lavagem da regeneração e da renovação [Tt 3.5]. Assim sendo, *no batismo* nos é prometido, primeiro, o perdão gratuíto dos pecados e a imputação da justiça; segundo, a graça do Espírito Santo, que nos transforma para novidade de vida.

6. O batismo é, finalmente, o sinal e penhor de nossa união vital com Cristo, no concerto da Trindade

Finalmente, nossa fé recebe também do batismo este proveito: ele nos atesta a certeza de que fomos não só enxertados na morte e na vida de Cristo, mas ainda de tal modo unidos ao próprio Cristo, que somos participantes de todas as suas *coisas* boas. Porque, por isso mesmo Cristo dedicou e santificou o batismo em seu *próprio* corpo [Mt 3.13; Mc 1.9], a fim de nos ser comum como o mais sólido elo da união e comunhão que dignou estabelecer conosco; de sorte que Paulo prova com isso que somos filhos de Deus, visto que nos vestimos de Cristo no batismo [Gl 3.26, 27]. E assim vemos que o cumprimento do batismo está em Cristo, a quem, por esta razão, também chamamos o próprio objeto do batismo.

Conseqüentemente, não causa surpresa se está escrito que os apóstolos batizaram em seu nome [At 8.16; 9.5], quando eles, no entanto, receberam ordens de

batizar também em nome do Pai e do Espírito [Mt 28.19]. Pois somente em Cristo se acha tudo quanto de dons divinos se propõem no batismo. Entretanto, não pode acontecer que *aquele* que batiza em Cristo ao mesmo tempo não invoque o nome do Pai e do Espírito. Ora, é por isso que somos purificados por seu sangue, uma vez que o Pai misericordioso, querendo, por sua incomparável clemência, receber-nos à graça, interpôs este Mediador, o qual junto a *ele* mesmo nos reconcilia em seu favor. Mas, finalmente, por sua morte conseguimos assim regeneração, se santificados pelo Espírito nos tornamos imbuídos de uma natureza nova e espiritual. Portanto, alcançamos, e como que discernimos distintamente, no Pai a ***causa***; no Filho, a ***matéria***; no Espírito, ***o efeito***, tanto de nossa purificação quanto de *nossa* regeneração. Assim João batizou primeiro; assim, a seguir, os apóstolos *batizaram*, "com o batismo ***de arrependimento*** para ***remissão*** dos pecados [Mt 3.6,11; Lc 3.16; Jo 3.23; 4.1; At 2.38, 41]; entendendo com o termo ***arrependimento***, a regeneração; e pela expressão ***remissão dos pecados***, a lavagem.

7. Fundamentalmente, em função e sentido, o batismo de João e o batismo cristão são um e o mesmo: aquele, polarizado em Cristo que viria; este, em Cristo que já veio

Com isto se certifica também que o ministério de João foi exatamente o mesmo que mais tarde veio a ser aquele delegado aos apóstolos. Porque as diversas mãos com que se administra o batismo não o fazem diferente; pelo contrário, a mesma doutrina mostra que ele é o mesmo. João e os apóstolos concordaram em uma só doutrina: ambos batizaram para o arrependimento; ambos *batizaram* para a remissão dos pecados; ambos *batizaram* em nome de Cristo, de quem procederia o arrependimento e a remissão dos pecados. João disse que Cristo é o Cordeiro de Deus através de quem os pecados do mundo seriam removidos [Jo 1.29]; razão por que o fez sacrifício aceitável ao Pai, propiciador de justiça e autor da salvação. Que podiam os apóstolos acrescentar a esta confissão?

Portanto, que ninguém perturbe dizendo que os antigos porfiam por diferenciar um *batismo* do outro, cuja autoridade não deve ser tão ampla que abale a infalibilidade da Escritura. Ora, quem pode dar mais crédito a Crisóstomo,[203] quando nega que a remissão dos pecados estivera compreendida no batismo de João, quando Lucas afirma o contrário: que João pregou o batismo do arrependimento para ***remissão*** dos pecados [Lc 3.3]? Nem se pode aceitar a sutileza de Agostinho, de que no batismo de João os pecados foram perdoados ***em esperança***; no batismo de Cristo são perdoados em ***realidade***.[204] Pois quando o evangelista atesta claramente que

203. *Comentário a Mateus*, hom. X, 1.
204. *Do Batismo: Contra os Donatistas*, livro V, capítulo 12.

João prometeu em seu batismo a remissão dos pecados, que motivo há para atenuar essa disposição, quando nenhuma necessidade obriga a isso? Mas, se alguém buscar na Palavra de Deus alguma diferença, não achará outra senão que João batizava naquele que haveria de vir; os apóstolos *batizavam* naquele que já se manifestara [Lc 3.16; At 19.4].

8. Uma vez que Cristo, e somente Cristo, dispensa a graça implícita no batismo, o de João não difere em teor e conteúdo do cristão

Uma vez que mais plenamente as graças do Espírito foram derramadas desde a ressurreição de Cristo, não é relevante estatuir diversidade dos *dois* batismos. Aliás, ainda que o batismo que os apóstolos ministravam, enquanto o próprio *Cristo* ainda operava na terra, era chamado dele, contudo não tinha maior abundância do Espírito do que o batismo de João. De fato, nem mesmo depois da ascenção, embora fossem batizados em nome de Jesus, os samaritanos são brindados com o Espírito acima da medida comum dos fiéis precedentes, até que Pedro e João lhes são enviados para que impusessem as mãos *sobre eles* [At 8.14-17]. Em minha opinião, o que enganou aos antigos para fazê-los pensar que o batismo de João não era mais que uma preparação para o outro batismo, foi a leitura de que Paulo rebatizou aos que já haviam sido batizados com o batismo de João [At 19.3-6].[205] Ver-se-á depois mais claramente, no devido lugar, o quanto estavam equivocados.

O que, pois, João quis dizer ao afirmar que ele certamente batizava com água, mas que logo Cristo viria batizando com o Espírito Santo e com fogo[206] [Mt 3.11; Lc 3.16]? Em poucas *palavras* se pode explicar isto. Ora, *João* não pretendeu distinguir batismo de batismo; ao contrário, ele comparou sua pessoa com a pessoa de Cristo, *dizendo* ser *ele* ministro da água; Aquele é o doador do Espírito Santo; e este poder ele manifestaria com um milagre visível no dia em que enviasse o Espírito Santo aos apóstolos em forma de línguas de fogo [At 2.3]. Que mais os apóstolos poderiam atribuir-se? Que mais podem atribuir-se os que batizam hoje? Pois são apenas ministros do sinal exterior; Cristo é o autor da graça interior; como por toda parte ensinam esses mesmos antigos, sobretudo Agostinho, que é o principal sustentáculo contra os donatistas: seja qual for a natureza daquele que batiza, não obstante quem preside é Cristo somente.

---

205. Os anabatistas se apoiavam nesta diversidade, para ensinar a necessidade de um segundo batismo (extraído da versão espanhola).

206. Primeira edição: “Portanto, quê é [o] que João disse: batizar ele, de fato, com água, mas estar para vir o Cristo Que batizaria com o Espírito Santo e com fogo?”

9. A mortificação e a purificação simbolizados no batismo são no Antigo Testamento tipificados na passagem do Mar Vermelho e na nuvem no deserto

Estas *coisas* que dissemos, quer sobre a mortificação, quer sobre a ablução, foram prefiguradas no povo de Israel, do qual, por esta causa, o Apóstolo diz “ter sido batizado na nuvem e no mar” [1Co 10.2]. A mortificação foi figurada quando o Senhor, livrando-os da mão de faraó e da cruel servidão, abriu-lhes caminho através do Mar Vermelho [Ex 14.21] e afogou não só ao próprio faraó, mas também aos egípcios, *seus* inimigos, que os acossavam pela retaguarda e estavam na iminência de alcançá-los [Ex 14.26-28]. Ora, também, de modo semelhante, nos promete no batismo e, dando um sinal, mostra que, por seu poder, já fomos retirados e vindicados do cativeiro do Egito; isto é, da servidão do pecado, afogando nosso faraó, isto é, o Diabo; ainda que nem mesmo assim *ele* deixa de molestar-nos e extenuar-nos. Como, porém, aquele egípcio não fora precipitado ao fundo do mar, mas prostrado na praia, com *seu* terrível aspecto ainda assustava os israelitas, contudo não *lhes* podia fazer mal [Ex 14.30, 31]; assim este nosso *egípcio* de fato ainda nos ameaça, ostenta as armas, é *por nós* sentido, porém não *nos* pode vencer.

Na nuvem [Ex 13.21; Nm 9.15-22] jazia o símbolo da purificação. Ora, como então o Senhor os cobriu com a nuvem interposta, e *lhes* proveu refrigério para que não sucumbissem e perecessem pelo ardor do sol extremamente inclemente, assim no batismo reconhecemos que fomos cobertos e protegidos pelo sangue de Cristo, para que sobre nós não paire a severidade de Deus, que na verdade é uma chama insuportável. No entanto, ainda que fosse então um mistério obscuro e conhecido de poucos, mas visto que não é outra a forma de adquirir-se a salvação senão nessas duas graças – a mortificação e a purificação –, Deus não quis privar do sinal de uma e outra aos pais antigos, a quem adotara *por* herdeiros.

10. O batismo não nos lava do pecado original e da corrupção daí resultante, nem nos restaura ao estado de pureza e retidão anteriores à queda, sendo apenas símbolo da justificação, da remissão e da restauração operadas por Cristo

Já ficou evidente quão falso é o que outrora alguns ensinaram, o que em outros ainda persiste: que pelo batismo somos livrados e eximidos do pecado original e da corrupção que de Adão foi propagada a toda a posteridade, e restituídos à mesma retidão e pureza de natureza que Adão teria obtido, se houvesse permanecido naquela integridade em que fora primeiro criado. Pois tal gênero de doutores nunca entendeu o que seja o pecado original; o que seja a retidão original; o que seja a graça do batismo. Antes, porém, já se discutiu que o pecado original é a depravação

e corrupção de nossa natureza, a qual, antes de tudo, nos faz culpáveis à ira de Deus, então também em nós enseja as obras que a Escritura chama ***obras da carne*** [Gl 5.19].

Portanto, estas duas *coisas* devem ser distintamente observadas, a saber: *primeiro*, que, assim viciados e corrompidos em todas as partes de nossa natureza, e que só em virtude dessa corrupção com justiça já estamos condenados e tidos como réus diante de Deus, a quem nada é aceitável, senão a justiça, a inocência, a pureza. E até mesmo as crianças, também *elas* próprias, trazem consigo, desde o ventre da mãe, sua condenação, as quais, embora não hajam ainda manifestado os frutos de sua iniqüidade, contudo já trazem dentro de si encerrada sua semente. De fato, sua natureza toda é uma como que sementeira de pecado. Por isso, não pode senão ser odiosa e abominável a Deus.

Aos fiéis se lhes assegura que, pelo batismo, lhes é removida e lançada para longe deles esta condenação, uma vez que, como foi dito, com este sinal o Senhor nos promete ter sido feita plena e integral remissão, não só da culpa que se nos deveria imputar, mas também da pena que deveria ser paga em função da culpa. Apreendem também a justiça, mas tal como o povo de Deus pode obter nesta vida, isto é, apenas por imputação, porque, em sua misericórdia, o Senhor os tem por justos e inocentes.

11. A DESPEITO DO BATISMO, E DEPOIS DELE, O PECADO AINDA SUBSISTIRÁ EM NOSSA NATUREZA AO LONGO DE TODO NOSSA VIDA TERRENA, RAZÃO POR QUE CONTRA ELE DEVEMOS LUTAR ATÉ O FIM

A outra *coisa* é que esta depravação nunca cessa em nós; pelo contrário, gera continuamente novos frutos, a saber, essas obras da carne que já descrevemos previamente, exatamente como uma fornalha acesa expele continuamente chama e faíscas, ou uma fonte que mana água sem fim. Ora, a concupiscência nunca se finda e se extingue inteiramente nos homens, até que, pela morte liberados do corpo da morte, se despojem completamente de si mesmos. O batismo, na verdade, nos promete ter sido afogado nosso faraó [Ex 14.27, 28] e a mortificação de *nosso* pecado; entretanto, não a um tal grau que não mais exista, ou que não nos cause dificuldade, mas somente que não mais *nos* sobrepuje. Porque, por todo o tempo que passarmos enclausurados neste cárcere de nosso corpo, em nós residirão remanescentes do pecado; mas, se em fé mantivermos a promessa a nós dada por Deus no batismo, *sobre nós* não dominarão, nem reinarão.

Mas, ninguém se enqane; ninguém se lisonjeie em seu mal, quando ouve que em nós sempre habita o pecado. Apenas lhes é dito que não dormitem tranqüilamente em seus pecados *aqueles* que, de outra sorte, são demasiadamente propensos a pe-

car; mas, apenas para que não titubeiem e percam o ânimo os que são premidos e afligidos por sua carne. Antes, que reflitam se ainda estão no caminho e creiam que já alcançaram bastante progresso, quando tiverem sentido de sua concupiscência que um mínimo vai decrescendo dia após dia, até que tenham atingido esse *destino* a que tendem, isto é, ao término final de sua carne, que se consumará no findar desta vida mortal. Entrementes, não cessem não só de lutar arduamente e de animar-se a avanço, mas também de estimular-se à plena vitória. Com efeito, também deve animar-lhes ver que depois do esforço, ainda lhes restam grandes dificuldades. Devemos ter sempre em mente que somos batizados para mortificação de nossa carne, a qual em nós começa desde o batismo, e que continuamos diariamente, mas que se haverá de consumar quando migrarmos desta vida para o Senhor.

12. O testemunho da própria experiência de Paulo na luta contra o pecado, conforme a registra em Romanos capítulo 7

Aqui nada dizemos além do que o Apóstolo Paulo afirmou mui claramente nos capítulos sexto e sétimo *da Epístola* aos Romanos. Ora, depois que discorrera acerca da justiça graciosa, visto que alguns ímpios deduziam daí que cada um deve viver a seu bel-prazer, já que não seríamos aceitáveis a Deus pelos méritos das obras [Rm 6.1, 15], acrescenta que todos aqueles que são revestidos da justiça de Cristo, ao mesmo tempo são regenerados pelo Espírito, e que no batismo temos o penhor desta regeneração [Rm 6.3-7]. Daqui ele exorta aos fiéis a que não permitam o domínio do pecado em seus membros [Rm 6.12]. Agora, sabendo que sempre há algo de fraqueza nos fiéis, para que não fossem prostrados em decorrência disso, adiciona a consolação: eles não estão debaixo da lei [Rm 6.14].

Porque, por outro lado, é possível que os cristãos sejam arrogantes, já que não estão debaixo do jugo da lei; então *o Apóstolo* discute de que natureza é essa anulação [Rm 7.1-6]; e ao mesmo tempo qual é a utilidade da lei [Rm 7.7-13]; questão que já abordara no segundo capitulo *da Epístola* [Rm 2.12-24]. A suma *da matéria* é que fomos liberados do rigor da lei para que nos apeguemos a Cristo. Mas, a função da lei consiste em que, convencidos de nossa depravação, confessemos nossa carência de poder e nosso estado de miséria. Entretanto, visto que essa depravação da natureza não aparece tão facilmente no homem profano, que sem temor algum segue após suas paixões, se põe como exemplo ao homem regenerado; em outros termos, em si mesmo.

Portanto, diz *ele* que mantém uma luta perpétua com os remanescentes de sua carne, e é mantido agrilhoado em mísera servidão, de sorte que não se consagra plenamente à obediência da lei divina [Rm 7.18-23]. Por isso se vê compelido a exclamar com gemidos: “Miserável homem que eu sou! Quem me livrará deste corpo sujeito à morte?” [Rm 7.24]. Ora, se os filhos de Deus são mantidos cativos

em prisão enquanto vivem aqui, a menos que se vá de encontro a este temor, necessariamente devem estar mui profundamente ansiosos com o pensamento de seu perigo. Portanto, a este único *propósito Paulo* entrelaça a consolação de que "já não há mais condenação para aqueles que estão em Cristo Jesus" [Rm 8.1]; onde ensina que aqueles a quem o Senhor uma vez recebeu à graça, os inseriu à comunhão de seu Cristo, os adotou à sociedade da Igreja mediante o batismo, enquanto perseveram na fé em Cristo, ainda que sejam assediados pelo pecado e em si ainda levem o pecado por toda parte, contudo foram absolvidos da culpa e da condenação. Se esta é a simples, porém genuína interpretação de Paulo, não há por que aparentemente estejamos ensinando algo inusitado.

13. O batismo é sinal e penhor, ou atestado, de nossa fé perante os homens

Mas, de tal forma o batismo serve à nossa confissão diante dos homens que, de fato, *ele* é a marca em virtude da qual professamos abertamente que queremos ser contados no rol do povo de Deus; em virtude da qual testificamos concordar com todos os cristãos no culto de um *mesmo* Deus, a uma *e a mesma* religião; em virutude da qual, enfim, afirmamos publicamente nossa fé, de modo que nossos corações não só respirem o louvor de Deus, mas também *nossas* línguas e todos os membros de *nosso* corpo o ressoem com quantas formas de expressão possam. Desta maneira, tudo quanto fizermos o empreguemos como se deve em servir à glória de Deus, da qual tudo deve estar saturado; e os demais com seu exemplo se moverão a fazer o mesmo. A isto visava Paulo quando interrogava os coríntios se porventurea não haviam sido batizados no nome de Cristo [1Co 1.13]; dando a entender que, pelo fato de serem batizados no nome de Cristo, haviam se oferecido a ele; que haviam jurado em seu nome; e que haviam declarado sua fé diante dos homens; de tal maneira que já não podiam confessar a outro senão a ele só – se não queriam renegar sua confissão que haviam feito no batismo.

14. O sentido espiritual do batismo, sinal exterior de bênçãos interiores

Ora, depois de haver demonstrado qual foi a intenção do Senhor na instituição do batismo, é fácil julgar qual nos é a maneira de usá-lo e recebê-lo. Até onde *o batismo* é dado para suscitar, suster e confirmar-nos a fé, deve ser tomado como se fosse da mão de *seu* próprio autor, e convém ter *por* certo e decidido que é ele quem nos fala mediante o sinal; que é ele quem nos purga, lava, apaga a lembrança das faltas; é ele quem *nos* faz participantes de sua morte; quem de seu reino priva a Satanás; quem enfraquece as forças de nossa concupiscência; enfim, quem se faz

um conosco, de sorte que, dele revestidos, sejamos contados no número dos filhos de Deus.

E devemos estar tão plenamente convencidos de que faz isso interiormente em nossas almas, como vemos que o corpo é lavado, imerso e rodeado pela água. Pois esta analogia ou similitude é mui segura regra dos sacramentos: que nas coisas corpóreas divisemos as espirituais, exatamente como se diante de nossos olhos fossem projetadas, quando aprouve ao Senhor representá-las por figuras desta natureza, não porque tais graças sejam anexadas e inclusas no sacramento, para que de seu *próprio* poder nos sejam conferidas, mas apenas porque com este emblema o Senhor nos atesta sua vontade, isto é, que *ele* quer conceder-nos todas estas *coisas*. Tampouco entretém nossos olhos com apenas mera aparência; ao contrário, nos conduz à realidade presente, e eficazmente efetua o que figura.

15. O batismo não é um meio de se alcançar o perdão dos pecados, mas uma confirmação de nossa fé, polarizada no senso da divina misericórdia e promessa atualizadas em Cristo

Prova disto é o centurião Cornélio, que já previamente agraciado com a remissão dos pecados, que *já antes fora agraciado* com as graças visíveis do Espírito Santo, foi batizado [At 10.48], não buscando no batismo uma remissão mais ampla, antes uma exercitação mais segura da fé, aliás, do penhor, *buscando* o aumento da confiança. Talvez alguém objete: Por que, pois, Ananias dizia a Paulo que lavasse seus pecados pelo batismo [At 22.16], se pela virtude do próprio batismo os pecados não são lavados? Respondo: o que ele diz é que recebemos, obtemos e adquirimos o que, consoante o senso de nossa fé, nos é exibido pelo Senhor, seja quando primeiro atesta isto, seja *quando é* atestado, mais e mais seguramente o confirma. Daí, Ananias só quis dizer isto: “Para que estejas certo, ó Saulo, de que teus pecados já foram perdoados eu te batizo; como o Senhor, no batismo, promete a remissão dos pecados, recebe-a e fica tranqüilo.”

Entretanto, não tenho a intenção de minimizar a eficácia do batismo, dizendo que a coisa significada e a verdade não estão unidas no batismo, até onde Deus opera através de meios externos. Não obstante, afirmo que deste sacramento, como de todos os demais, nada obtemos senão até onde o recebemos em virtude da fé. Se não há fé, ela será uma evidência de nossa ingratidão, de sorte que seremos pronunciados culpados diante de Deus, porque fomos incrédulos para com a promessa ali dada. Mas, até onde *o batismo* é o símbolo de nossa *própria* confissão *de fé*, nele devemos testificar que nossa confiança está na misericórdia de Deus e nossa pureza na remissão dos pecados, a qual nos foi adquirida por intermédio de Jesus Cristo; e que nós ingressamos na Igreja de Deus para que vivamos unânimes com todos os fiéis em um consenso *único* de fé e amor. Paulo teve em vista este último *ponto*

quando diz que todos nós fomos batizados em um só Espírito, para que sejamos um só corpo [1Co 12.13].

16. Sinal da graça divina, cuja eficácia advém somente de Deus, como nos demais sacramentos, não importa quem seja o agente humano que administre o batismo, nada adiciona nem subtrai dele

Se é verdade o que afirmamos, que o sacramento não deve ser avaliado como se o recebêssemos da mão de quem o administra, mas como se o recebêssemos da própria mão de Deus, aquele que indubitavelmente no-lo dá, daqui se pode deduzir que dele nada se tira nem acrescenta em razão da indignidade de quem o administra. E exatamente como se dá entre os homens, se alguma carta foi enviada, desde que se reconheça suficientemente tanto a escrita quanto o selo, de modo algum importa quem ou de que natureza foi o portador, assim nos seja suficiente reconhecer em seus sacramentos a escrita e selo de nosso Senhor, sem importar, afinal, o portador por quem sejam transmitidos.

Com estas *considerações* refuta-se esplendidamente o erro dos donatistas, os quais medem a eficácia e o valor de um sacramento pela dignidade do ministro. Tais são hoje nossos anababatistas, os quais negam terminantemente que somos corretamente batizados, uma vez que fomos batizados por ímpios e idólatras no reino papal, e em conseqüência insistem furiosamente que sejamos batizados novamente; contra cujos despautérios nos serve de sólido argumento considerar que não somos batizados no nome de um mortal, mas no nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo [Mt 28.19]; e por isso o batismo não é de homem, mas de Deus, não importa por quem haja sido ministrado. Por mais ignorantes ou desprezadores de Deus e de toda piedade que sejam *aqueles* que nos batizavam, contudo não o fizeram na comunhão de sua ignorância ou sacrilégio, mas da fé em Jesus Cristo; porque não invocaram seu *próprio nome*, mas o nome de Deus; nem nos batizaram em qualquer outro nome. Ora, se era um batismo de Deus, sem dúvida *nele* teve inclusa a promessa quanto à remissão dos pecados, à mortificação da carne, à vivificação espiritual, à participação de Cristo. Assim, os judeus não tiveram nenhum prejuízo por haverem sido circuncidados por sacerdotes impuros e apóstatas; tampouco em decorrência disso o sinal se fez inútil, de modo que fosse necessário repetir-se, senão que lhes bastou volver à sua origem genuína.

O que objetam, que o batismo deve ser celebrado na assembléia dos piedosos, não prova que o parcialmente vicioso corrompa toda a virtude do batismo. Pois quando ensinamos o que se deve guardar para que o batismo seja puro e esteja limpo e isento de toda imundícia, não destruímos a instituição de Deus, ainda que os idólatras a corrompam. Com efeito, quando a circuncisão, em tempos passados,

estava viciada por muitas superstições, contudo não deixou de ser tida por símbolo da graça; tampouco Josias e Ezequias, quando congregaram de todo o Israel os que se haviam afastado de Deus, os fizeram circuncidar de novo [2Rs 23; 2Cr 29].

17. A VALIDADE DO BATISMO, PENHOR QUE É DA GRAÇA DIVINA, NÃO É PREJUDICADA PELA CARÊNCIA DE NOSSO ARREPENDIMENTO, AINDA QUE SUA EFICÁCIA SÓ PREVALEÇA QUANDO A FÉ LHE É ASSOCIADA

Quando se pergunta que tipo de fé se seguiu ao batismo por alguns anos, para daí comprovar que o batismo é nulo, o qual não nos é santificado senão pela palavra da promessa recebida em fé, a esta injunção respondemos que de fato nós, cegos e incrédulos, por muito tempo não sustentamos a promessa que nos fora dada no batismo, promessa que, entretanto, uma vez que procedeu de Deus, permaneceu sempre constante, firme e veraz. Ainda que todos os homens sejam mentirosos e pérfidos, no entanto Deus não deixa de ser veraz [Rm 3.3]; ainda que todos se corrompam, contudo Cristo permanece íntegro. Confessamos, pois, que o batismo em nada nos beneficiou durante esse tempo em que a promessa oferecida continuava negligenciada, sem a qual o batismo é sem efeito.

Mas agora, quando pela graça de Deus começamos a nos arrepender, condenamos nossa cegueira e dureza de coração pelo fato de que, por um tão longo tempo, nos portamos como ingratos para com sua tão grande bondade. Não cremos, porém, que a própria promessa tenha se evanescido; senão que, antes, consideramos que Deus, através do batismo, promete a remissão dos pecados, e indubitavelmente efetivará a promessa a todos os que crêem. Essa promessa nos foi oferecida no batismo; por isso a abracemos pela fé. Por longo tempo, aliás, ela esteve sepultada em nós em razão de *nossa* falta de fé; agora, pois, a recebamos através da fé. Por isso, quando o Senhor convida o povo judaico ao arrependimento, nada preceitua quanto a outra circuncisão àqueles que, como dissemos, sendo circuncidados por mão ímpia e sacrílega, viveram por algum tempo enredilhados na mesma impiedade; antes, insiste só na conversão do coração. Porque, por mais que o pacto fosse por eles violado, entretanto, em função da instituição do Senhor, o símbolo do pacto permanecia sempre firme e inviolável. Daí, eles só eram estabelecidos no pacto pela condição do arrependimento, o qual Deus uma vez firmara com eles na circuncisão, a qual, conquanto recebida através da mão de um sacerdote violador do pacto, quanto deles dependia, a haviam, por seu turno, poluído e extinguido sua eficácia.

18. TAMPOUCO ATOS 19.2-7 PROPICIA PROVA INCONTESTÁVEL DO REBATISMO

Mas lhes parecem vibrar um dardo inflamado quando alegam haver Paulo rebatizado aqueles que foram uma vez batizados com o batismo de João [At 19.2-7].

Porque, se conforme nossa confissão o batismo de João, outrora, era o mesmo que é o nosso agora, como então aqueles que antes foram mal instruídos, ao serem instruídos na fé genuína, nela foram rebatizados, então *insistem* que aquele batismo efetuado sem a verdadeira doutrina deve ser reputado como nulo, e que devemos ser batizados de novo na verdadeira religião, da qual somos agora imbuídos.

A alguns é como se houvesse algum imitador malvado de João, que no primeiro batismo os iniciara antes em vã superstição do que na pura verdade. E lhes parece uma boa razão para a conjetura de que os batizados confessam não haver jamais ouvido falar do Espírito Santo, acerca de quem João nunca deixara seus discípulos na ignorância. Além disso, não é verossímil que os judeus, inclusive os não-batizados, não tivessem alguma notícia do Espírito Santo, quando na Escritura se faz menção dele em tantas passagens e com tantos encômios. Portanto, sua resposta de que nada sabem da existência do Espírito precisa ser entendida como se dissessem que não ouviram dizer que as graças do Espírito, acerca das quais Paulo lhes inquiria, eram outorgadas aos discípulos de Cristo. Quanto a mim, porém, admito que foram batizados com o genuíno batismo de João, o qual era idêntico ao de Cristo; porém nego que fossem batizados de novo.

O que, pois, significam *estas* palavras: "Foram batizados em nome de Jesus"? Há quem as interprete no sentido em que eles só foram instruídos por Paulo na doutrina genuína. Prefiro, porém, entender mais simplesmente *como* o batismo do Espírito Santo, isto é, as graças visíveis do Espírito dadas pela imposição das mãos; não é nenhuma novidade que essas graças eram amiúde significadas pelo termo ***batismo***. Assim, no dia de Pentecostes se diz que os apóstolos se lembraram das palavras do Senhor acerca do batismo de fogo e do Espírito [At 1.5]. E Pedro relata que as mesmas coisas lhe vieram à memória quando vira aquelas graças derramadas sobre Cornélio, sua família e parentela [At 1.16]. Tampouco está em conflito o que depois [At 19.6] se acrescenta: "E, impondo-lhes as mãos, veio sobre eles o Espírito Santo." Ora, Lucas não está narrando duas *coisas* diversas; mas está seguindo a forma de narração familiar aos hebreus, que primeiro propõem a síntese da matéria, então a expõem mais amplamente. Qualquer um pode notar isto pela própria correlação das palavras. Pois *ele* diz: "Ouvidas estas *coisas*, foram batizados no nome de Jesus. E à medida que Paulo lhes impunha as mãos, o Espírito Santo descia sobre eles." Com esta última cláusula se descreve de que natureza foi esse batismo. Porque, se o primeiro batismo é viciado pela ignorância, de tal maneira que *ela* tenha de ser corrigida por outro batismo, antes de todos se teria que rebatizar os póstolos, os quais, por todo um triênio após seu batismo, mal haviam degustado reduzida parcela de doutrina mais pura. E entre nós, que rios bastariam para lavar tanta ignorância quanta pela misericórdia do Senhor se corrige cada dia?

19. Concepções que corrompem a celebração do batismo e qual o modo correto de celebrá-lo

A virtude, importância, utilidade e propósito deste mistério, se não me engano, já ficaram suficientemente claros. No que diz respeito ao símbolo externo, prouvera que houvesse prevalecido a genuína instituição de Cristo, quanto era conveniente para coibir a audácia dos homens. Pois, como se ser batizado com água, segundo o preceito de Cristo, fosse coisa desprezível, foi inventada uma bênção, ou, antes, uma encantação que viria a poluir a verdadeira consagração da água. Depois foi adicionado o círio com o crisma. Aliás, pareceu-lhes que o exorcismo[207] abriria a porta ao batismo. Mas, ainda que não me oculto o quanto seja antiga a origem desta miscelânia estranha, contudo me é lícito, a mim e a todos os piedosos, rejeitar tudo quanto os homens ousaram acrescentar à instituição de Cristo.

Como, porém, Satanás visse que, mercê da estulta credulidade do mundo, suas imposturas foram recebidas sem dificuldade, quase que nos próprios primórdios do evangelho, se atreveu a seguir adiante com coisas ainda mais graves. Daqui, o cuspo e outras imbecilidades semelhantes, para a ignomínia do batismo, foram introduzidos com desenfreada licenciosidade.

Aprendamos com estas experiências que não há nada mais santo, ou melhor, ou mais seguro do que nos contentarmos só com a autoridade de Cristo. Seria, pois, muito melhor se fossem omitidas as pompas teatrais, que ofuscam os olhos dos simplórios e *lhes* embotam a mente; e sempre que alguém esteja para ser batizado, que seja apresentado à congregação dos fiéis e a toda a Igreja, como testemunha, para presenciar e para orar por ele e ser oferecido a Deus; que se recite a confissão de fé, na qual presumivelmente os catecúmenos foram instruídos; explicar as promessas que foram dadas no batismo; então batizar o catecúmeno no nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo [Mt 28.19]; por fim, despedir com orações e ações de graças.

Assim sendo, nada se omitiria no que diz respeito à matéria, e aquela cerimônia que procedeu de *seu* divino Autor, refulgindo com grande luz, sem ser soterrada nem poluída por observâncias extravagantes.[208] Quer a pessoa que está sendo batizada seja totalmente imersa, e que seja uma só vez ou três, ou se ela é apenas aspergida com água, isso é de bem pouca importância; antes, as igrejas devem ter a liberdade de adotar um ou outro modo, em conformidade com a diversidade climática, ainda que seja evidente que o termo batizar significa imergir, e que esta forma foi observada na Igreja primitiva.

---

207. Latim, “Exsufflatio”; francês, “Le souffle pour conjurer le diable.”

208. Primeira edição: “Destarte, nada se omite que dissesse respeito à matéria e aquela uma cerimônia que procedeu de Deus, [seu] autor, de nenhumas sordícies exóticas soterrada, refulgiria mui claramente.”

20. Somente o ministro é devidamente qualificado para ministrar o batismo. Essa função não se estende aos leigos e às mulheres, mas a falta de batismo não afeta a salvação

Nesta matéria é também preciso saber que é impróprio a pessoas particulares assumirem a administração do batismo, visto que este é um ofício do ministério eclesiástico, seja a ministração deste *sacramento*, como também da Ceia. Pois Cristo não deu mandamento a nenhum homem ou mulher que ministrasse o batismo; antes, *àqueles* a quem ele constituíra apóstolos. E quando ordenou que os discípulos, na ministração da Ceia, fizessem o que haviam visto ser feito por ele, como *ele* próprio desempenhava o ofício de legítimo despenseiro, indubitavelmente quis que nisso imitassem seu exemplo.

A prática que tem estado em uso por muitos séculos, e inclusive quase desde o exato começo da Igreja, de os leigos batizarem, em perigo de morte, não podendo o ministro estar presente, não pode, segundo o vejo, ser defendida sobre bases sólidas. Mesmo os primeiros cristãos que observaram ou toleraram esta prática não foram explícitos se era corretamente feita. Ora, Agostinho manifesta esta dúvida quando diz: "Se um leigo for compelido pela necessidade a aplicar o batismo, não sei se porventura haja alguém que piedosamente diga que o mesmo deva ser repetido. Pois se é feito sem qualquer necessidade que o compila, é usurpação do ofício de outro; mas se a necessidade o requeira, ou não é errado, ou é venial."[209] No tocante às mulheres, de fato se decretou no Concílio de Cartago, sem exceção, que não tenham absolutamente a presunção de batizar.

Mas é possível que se diga ser arriscado que, estando alguém enfermo, se vier a falecer sem o batismo, seja privado da graça da regeneração. De forma alguma. Pois Deus mesmo diz que adota para si nossas criancinhas antes que nasçam, quando promete que nos será por Deus, tanto a nós quanto à nossa semente depois de nós [Gn 17.7]. Nesta palavra *de promessa* está contida nossa salvação. Tampouco ousará alguém ser tão injurioso para com Deus que negue ser sua promessa suficiente para seu efeito. Não poucos se dão conta do grave dano ocasionado pela má compreensão daquele dogma: o batismo é necessário à salvação. Porque, se se admite que ninguém, se não é batizado, pode salvar-se, nossa condição será muito pior que a do povo judeu, posto que a graça de Deus seria mais limitada agora do que o fora no período da lei; e assim se poderia concluir que Cristo viera não para cumprir as promessas, mas para destruí-las, já que a promessa da salvação tinha força e virtude plenas antes do oitavo dia, antes do qual a ninguém podia circuncidar-se; e agora não a teria sem o auxílio do sinal.

209. *Contra a Carta de Parmênio*, livro II, capítulo 13, 19.

21. Tertuliano e Epifânio sentenciam firmemente não ser permitido às mulheres batizar

Contudo, qual foi o costume antes que Agostinho nascesse, foi primeiro coligido de Tertuliano, o qual diz que não se permitia à mulher falar na Igreja; *não podia* ensinar, nem batizar, nem oferecer, a fim de não reivindicar para si o exercício de qualquer ofício masculino, muito menos o sacerdotal.[210] Temos também em Epifânio rica testemunha desta mesma matéria, quando censura a Marcião por permitir às mulheres batizar.[211] Aliás, tampouco me é desconhecida a resposta dos que pensam contrariamente, a saber, que há grande diferença entre o uso comum e ordinário e o que se faz pelo requerimento da necessidade. Mas como Epifânio diz ser vergonhoso permitir que as mulheres batizem, torna-se sobejamente evidente que ele condenava esta corrutela, pretexto que de forma alguma se pode justificar. E igualmente, no livro terceiro *desta sua obra*, quando ele declara que nem mesmo à santa mãe de Cristo foi permitido batizar, ele o faz sem qualquer reserva.

22. Tampouco é procedente o argumento em favor do direito de a mulher batizar, que toma o exemplo de Zípora que circuncida o filho

O exemplo de Zípora [Ex 4.25] é citado fora de propósito. Dizem que o Anjo de Deus foi aplacado depois que ela apanhou uma pedra e circuncidou o filho; erroneamente se extrai daí que seu ato foi aprovado por Deus. Por este raciocínio, então se pode dizer que agradou a Deus o culto que implantaram as pessoas trazidas da Assíria [2Rs 17.32, 33]. Mas existem muitas outras e sólidas razões para provar ser um grande desatino propor como exemplo a imitar o que fez uma mulher insensata. Se eu dissesse que isso foi algo singular, que não deve ser tomado como exemplo, especialmente quando em parte alguma se afirma que outrora não houve aos sacerdotes o mandato especial de circuncidar, que o caso da circuncisão e do batismo era diferente, isto seria uma matéria suficiente para pôr fim a qualquer refutação. Pois as palavras de Cristo são claras: “Ide, ensinai a todos os povos e batizai” [Mt 28.19]. E se ele não designa a outros como ministros para batizar senão aos que designou para pregar o evangelho; e se o Apóstolo testifica que ninguém deve usurpar esta honra senão aquele que foi chamado, como Arão [Hb 5.4], qualquer que sem vocação legítima batiza, age mal, assumindo o ofício de outro [1Pe 4.15]. Mesmo em coisas mínimas, como em comida e bebida, Paulo proclama francamente ser pecado tudo quanto encetamos com dúvida na consciência [Rm 14.23]. Portanto, peca muito mais gravemente uma mulher quando batiza, uma vez que manifestamente ultra-

210. *Do Batismo*, capítulo VIII, 4 e 5.
211. *Contra as Heresias*, capítulo 42.1.

passa a ordem que Cristo estabeleceu em sua Igreja; pois bem sabemos quão grande pecado é separar as coisas que Deus juntou [Mt 19.6; Mc 10.9].

Omito, porém, tudo isto. Gostaria apenas que os leitores atentem para o fato de que o propósito de Zípora não foi prestar um serviço a Deus. Vendo o filho a correr perigo, vocifera e murmura, com forte indignação lança por terra o prepúcio; e ao marido de tal forma censura, que também se exaspera contra Deus. Enfim, tudo isso põe em relevo que o fato de que sua exasperação de ânimo a levou a acusar a Deus e ao marido por se ver compelida a derramar o sangue do filho. Acresce que, embora ela se conduzisse convenientemente em todas as demais *coisas*, no entanto esta constitui inescusável temeridade: que circuncida ao filho, estando presente o marido, não um indivíduo qualquer, mas Moisés, o primeiro profeta de Deus, tão excelente que não houve nenhum outro maior que se levantasse em Israel. Isto não lhe era mais lícito do que hoje às mulheres *batizar* sob os olhos de um bispo!

Aliás, esta controvérsia se resolverá sem nenhuma dificuldade lançando mão deste princípio: se tirarmos do entendimento humano a fantasia de que as crianças que partem da presente vida sem antes serem imersas em água estão excluídas do reino do céu. Ora, já vimos que, a menos que admitamos esta posição, faz-se grande injúria à aliança de Deus, como se em si mesma fosse fraca, quando seu efeito não depende nem do batismo nem de quaisquer outros acessórios. Em seguida acrescenta-se o sacramento como uma espécie de selo, não porque confira eficácia á promessa de Deus, como se inerentemente fraca, mas simplesmente para no-la confirmar. Do quê se segue que os filhos dos fiéis não são batizados para que, embora anteriormente estranhos da Igreja, sejam então, pela primeira vez, filhos de Deus; mas, antes, são recebidos no seio da Igreja por meio de um sinal formal, porque, em virtude da promessa, previamente pertenciam ao corpo de Cristo. Daí, se o sinal for omitido, não sendo por indolência, nem por desprezo, nem por negligência, estamos a salvo de todo perigo.

Portanto, é muito mais santo atribuir esta reverência à ordenança de Deus, de sorte que não busquemos os sacramentos de outra parte senão onde o Senhor os depositou. Quando não é possível recebê-los da Igreja, a graça de Deus não está de tal modo ligada aos sacramentos, que não a podemos obter só pela fé em virtude da Palavra do Senhor.

CAPÍTULO XVI

O BATISMO INFANTIL SE HARMONIZA MUITO BEM COM A INSTITUIÇÃO DE CRISTO E A NATUREZA DO SINAL

1. Oposição ao batismo infantil como sendo antibíblico. Necessidade de examinar-se a matéria de forma profunda

Mas, uma vez que certos espíritos frenéticos excitaram graves perturbações na Igreja em nosso tempo por causa do pedobatismo, mesmo agora não deixam de produzir tumultos, nada posso fazer senão adicionar aqui um apêndice com o fim de coibir-lhes as fúrias, o qual, se porventura parecer a alguém demasiadamente prolixo, peço que o mesmo pondere que, em matéria da máxima importância, tanto em relação à paz quanto à pureza da doutrina, que nada haja de fastidiosamente excetuar-se que conduza à produção de ambas. Acrescento que diligenciarei de tal modo por esta discussão, que a comporei para explicar mais claramente o mistério do batismo, quanto está em mim poder fazê-lo.

Investem contra o pedobatismo com um argumento que aparenta plausibilidade absoluta, categorizando que em nenhuma instituição de Deus existe tal fundamentado, antes, que foi introduzido meramente pela ousadia e depravada curiosidade dos homens, e então temerariamente recebido em uso por estulta condescendência. Ora, a menos que um sacramento se apóie no seguro fundamento da Palavra de Deus, ele fica pendente por um fio.

Mas, o que dizer se a matéria for cuidadosamente considerada, e se tornar manifesto que se faz falsa e iníqua calúnia à santa ordenança do Senhor? Antes de tudo investiguemos sua origem. Porque, se isso foi invenção humana, confesso ser preciso abandoná-lo e seguir a verdadeira regra que o Senhor ordenou; pois os sacramentos estariam pendentes por um fio caso não se fundamentam na pura Palavra de Deus. Mas se, pelo contrário, ficar comprovado que de modo algum foi destituído de sua segura autoridade, guardemo-nos em não desconsiderar as sacras instituições de Deus, e assim nos acharmos insultando seu Autor.

2. A real natureza e sentido do batismo postos não na cerimônia exterior, mas na promessa representada; daí significar a purificação dos pecados, a mortificação da carne, a união com Cristo, o testemunho de nossa fé diante dos homens

Primeiramente, é dogma bastante conhecido e entre todos os piedosos confessado que a correta consideração dos sinais está posta não só nas cerimônias externas, mas sobretudo depende da promessa e dos mistérios espirituais em cuja figura o Senhor ordena as próprias cerimônias. Assim sendo, *aquele* que quiser aprender bem o valor do batismo, qual seu propósito, enfim, o que significa de modo geral, que não ponha sua atenção no elemento e na expressão material; antes, que a fixe nas promessas de Deus que aí nos são oferecidas, e nos mistérios interiores que aí se representam. *Aquele* que apreende essas *coisas* alcançou a sólida verdade do batismo e, por assim dizer, toda sua substância; e daí será também ensinado qual seja o sentido e qual o uso da aspersão externa. Por outro lado, *aquele* que descarta essas *coisas* com desprezo, mantendo sua mente totalmente fixa e jungida à cerimônia visível, *não* entenderá nem a eficácia, nem o caráter do batismo, aliás, nem mesmo o que significa a água ou qual o uso dela. Esta maneira de ver foi comprovada por testemunhos da Escritura muitíssimos numerosos e muitíssimos luminosos para que seja necessário persegui-la agora por mais tempo.

Resta, pois, agora buscarmos nas promessas dadas no batismo qual seja sua eficácia e natureza. A Escritura informa, em primeiro lugar, que aqui se mostra a purificação dos pecados, a qual obtemos pelo sangue de Cristo; então a mortificação da carne, que consta da participação de sua morte, pela qual os fiéis são regenerados para novidade de vida; e mais ainda, para a comunhão de Cristo. A esta síntese pode-se incluir tudo quanto foi ensinado nas Escrituras acerca do batismo, exceto que *ele* é também, além disso, um símbolo que atesta a religião diante dos homens.

3. Aspectos em que se configura a correlação do batismo com a circuncisão

Mas, uma vez que antes que o batismo fosse instituído o povo de Deus tinha em seu lugar a circuncisão, examinemos em que estes sinais diferem entre si e quais são suas semelhanças, do quê se faz patente qual é a analogia entre si. Quando o Senhor manda Abraão observar a circuncisão, ele prefacia que será o Deus dele e de sua semente, acrescentando que nele estavam a afluência e a suficiência de todas as coisas, para que Abraão tivesse consciência de que sua mão haveria de ser-lhe a fonte de todo bem [Gn 17.1-10]; palavras nas quais se contém a promessa da vida eterna, como as interpreta Cristo, daí formulando argumento para se comprovar a imortalidade e ressurreição dos fiéis. Ora, *Cristo* diz: “Ele não é Deus de mortos,

mas de vivos" [Mt 22.32; Mc 12.27; Lc 20.38]. Por isso também Paulo, demonstrando aos efésios de que gênero de condenação o Senhor os libertara, daqui se conclui que não tinham a circuncisão; que não haviam sido admitidos ao pacto da circuncisão; conclui que estiveram sem Deus, sem esperança; que eram estranhos aos testamentos da promessa [Ef 2.12], todas as *coisas* que o próprio pacto compreendia. Mas que o primeiro acesso a Deus, o primeiro ingresso à vida imortal é a remissão dos pecados. Do quê se conclui que esta *promessa da circuncisão* corresponde à promessa do batismo quanto à nossa purificação.

Depois o Senhor ordena a Abraão que andasse diante dele em sinceridade e inocência de coração [Gn 17.1], o que diz respeito à mortificação, ou regeneração. E para que ninguém nutre dúvida de que a circuncisão seja o sinal de mortificação, Moisés o expõe mais claramente em outro lugar [Dt 10.15, 16], quando exorta o povo de Israel a circuncidar ao Senhor o prepúcio do coração, uma vez que ele fora escolhido dentre todas as nações da terra para que fosse o povo de Deus. Visto que Deus, quando adota para si a posteridade de Abraão para seu povo, preceitua que ela fosse circuncidada, assim Moisés pronuncia ser necessário que seu coração fosse circuncidado, explicando assim qual é o verdadeiro sentido desta circuncisão carnal [Dt 30.6]. Então, para que ninguém porfiasse de suas próprias forças, *Moisés* ensina que essa é obra da graça de Deus. Todas estas *coisas* são tantas vezes inculcadas pelos profetas que não é necessário aqui acumular muitos testemunhos, os quais são por toda parte profusos.

Portanto, temos na circuncisão uma promessa espiritual outorgada aos patriarcas, como se dá em nosso batismo, uma vez que *ela* significa a remissão dos pecados e a mortificação da carne. Além disso, como já ensinamos ser Cristo, em quem reside uma e outra destas *duas coisas*, o fundamento do batismo, assim se faz evidente que ele o é também da circuncisão. Pois *ele* próprio é prometido a Abraão e nele a bênção de todas as nações [Gn 12.2, 3]. O sinal da circuncisão é adicionado para selar-se esta graça.

4. Batismo e circuncisão coincidem no que diz respeito à promessa básica. À coisa representada (regeneração) e ao fundamento em que se assentam, diferindo só no rito externo

Já se pode ver, sem nenhuma dificuldade, nestes dois sinais, *o batismo e a circuncisão*, o que é semelhante ou o que é diverso. A promessa em que afirmamos consistir a virtude dos sinais é uma *e a mesma* em ambos, isto é, *a promessa* do favor paterno de Deus, da remissão dos pecados, da vida eterna. Então, a coisa figurada é também uma e a mesma, a saber, a ***regeneração***. O fundamento em que se apóia o cumprimento destas coisas é um *e o mesmo* em ambos: ***Cristo***. Por isso, não existe nenhuma diferença no mistério interior, no que consiste toda a força e

propriedade dos sacramentos. A diferença que resta, essa consiste na cerimônia externa, que é porção mínima, quando a parte mais importante depende da promessa e da coisa significada.

Desse modo é lícito concluir que tudo quanto convém à circuncisão, excetuada a diferença da cerimônia visível, pertence igualmente ao batismo. A regra do Apóstolo nos conduz pela mão a esta dedução e comparação, mercê da qual se deve medir e pesar toda a interpretação da Escritura segundo a analogia da fé [Rm 12.3, 6]. E neste aspecto, seguramente, a verdade nos é oferecida quase que tangivelmente. Ora, exatamente como a circuncisão, visto que era para os judeus uma como que senha pela qual se se assegurava ainda mais que foram adotados por povo e família de Deus, e também *eles* próprios, por sua vez, professavam alistar-se com Deus, eralhes o ingresso inicial na lgreja, agora também, mediante o batismo, somos iniciados em relação a Deus para sermos contados em seu povo e nós, pessoal e reciprocamente, juremos a seu nome. Portanto, parece fora de dúvida que o batismo foi introduzido no lugar da circuncisão e tem em vista as mesmas funções.

5. O batismo, como outrora a circuncisão, sendo selo da aliança de Deus com seu povo, deve ser administrado às crianças

E se agora alguém pergunta se o batismo deve ser comunicado às crianças, como se lhes pertencesse por disposição divina, quem será tão desatinado e louco que, para resolvê-lo, se detenha a considerar somente a água visível e não tenha presente o mistério espiritual? Pois se o temos presente, não caberá dúvida alguma de que o batismo, com toda razão, deve ser administrado às crianças. O Senhor antigamente não lhes outorgou a circuncisão sem fazê-los participantes de todas as coisas significadas pela circuncisão. De outra sorte, ele teria imposto a seu povo meras imposturas, se os embalasse com símbolos falazes, coisa que só de ouvir causa horror. De fato ele declara expressamente que a circuncisão de uma criancinha será como que um selo para autenticar-se a promessa do pacto. Porque, se o pacto permanece firme e fixo, aos filhos dos cristãos ele vale não menos hoje que sob o Antigo Testamento valia às crianças dos judeus. Com efeito, se são participantes da coisa significada, por que serão privados do sinal? Se tomam posse da verdade, por que serão alijados da representação?

Entretanto, o sinal exterior permanece de tal modo associado à palavra no sacramento, que não se pode separar dela; no entanto, se é distinguido, qual *dos dois*, pergunto, consideraremos de mais *importância*? Obviamente, quando vemos o sinal sendo subserviente à palavra, diremos que lhe é subordinado e o relegaremos a lugar inferior. Portanto, uma vez que a palavra do batismo seja destinada às crianças, por que lhes haverá de ser proibido o sinal, isto é, o apêndice da palavra? Esta única razão, se nenhuma outra ocorresse, seria sobejamente suficiente para refutar

todos os que nutrem uma opinião contrária. A objeção de que havia um dia determinado para a circuncisão é claramente evasiva. Admitimos que já não estamos, à semelhança dos judeus, obrigados a determinados dias. Quando, porém, o Senhor, ainda que não prescreva nenhum dia, no entanto declara ser-lhe do agrado que as crianças sejam recebidas solenemente em sua aliança, que mais buscaremos?

6. O BATISMO É, NA PRESENTE DISPENSAÇÃO, O SINAL DO PACTO COM ABRAÃO, COMO A CIRCUNCISÃO O FOI NA ANTIGA DISPENSAÇÃO

A Escritura, contudo, nos leva a um conhecimento ainda mais seguro da verdade, porque de fato é bem evidente que o pacto que o Senhor uma vez firmou com Abraão [Gn 17.9-14] vigora não menos para os cristãos hoje do que outrota para o povo judeu; e além disso esta palavra visa não menos aos cristãos do que aos judeus visava outrora. Salvo se, talvez, julgarmos que Cristo, com sua vinda, tenha diminuído ou tenha truncado a graça do Pai, o que não está isento de execrável blasfêmia. Por isso, os filhos dos judeus, sendo também feitos herdeiros desse pacto, uma vez que se distinguiam dos filhos dos ímpios, eram chamados ***semente santa*** [Es 9.2; Is 6.13]; pela mesma razão, ainda agora, os filhos dos cristãos são considerados *santos*, ainda que nascidos só de um genitor fiel; e, segundo o testemunho do Apóstolo [1Co 1.14], eles diferem da semente imunda dos idólatras. Ora, quando o Senhor, imediatamente após ser firmado o pacto com Abraão, preceituou que nas crianças fosse assinalado um sacramento exterior [Gn 17.12], que justificativa, pois, podem os cristãos alegar para não atestarem e selarem hoje também em seus filhos? Tampouco alguém me conteste dizendo que nenhum outro sacramento foi instituído para testificar este pacto senão a circuncisão, o qual há muito já foi abolido. Ora, não é difícil responder que durante o tempo do Antigo Testamento ele instituiu a circuncisão para que seu pacto fosse confirmado; mas uma vez que esta é anulada, no entanto permanece sempre a mesma razão de confirmá-lo, o que temos em comum com os judeus.

Conseqüentemente, convém considerar sempre com diligência o que é comum a ambos, e o que aqueles são diferentes de nós. O pacto é comum; comum é a razão de confirmá-lo. Só o modo de confirmar é diverso, porque àqueles era a circuncisão, a qual foi substituída pelo batismo. De outra sorte, a vinda de Cristo haveria sido a causa de que a misericórdia de Deus não se manifestasse tanto a nós quanto aos judeus, se o testemunho que eles tinham para com seus filhos não foi suprimido de nós. Se isto não se pode dizer sem extrema ofensa a Cristo, através de quem foi derramada sobre as terras e declarada aos homens que a infinita bondade do Pai é mais luminosa e mais benignamente do que nunca, necessário se faz confessar que essa graça divina não deve permanecer oculta mais do que estava sob a lei, nem deve ser para nós menos certa do que o era para eles.

7. O ATO DE CRISTO ABENÇOAR AS CRIANCINHAS OFERECE PRESSUPOSTO LÓGICO E NATURAL EM FAVOR DO BATISMO INFANTIL

E por isso o Senhor Jesus, no afã de dar um exemplo pelo qual o mundo entenda que ele veio mais para dilatar do que para limitar a misericórdia do Pai, ele abraça ternamente as criancinhas que lhe eram trazidas, repreendendo os discípulos que tentavam impedi-las de acesso, quando de si, por meio de quem unicamente se patenteia a entrada no céu, estariam afastando aquelas de quem seria o reino dos céus [Mt 19.13-15; Mc 10.13-16; Lc 18.15-17]. Que semelhança, pois, alguém diria haver entre o batismo e este amplexo de Cristo? Pois não lemos que ele as tenha batizado; antes, que ele as recebeu, que as abraçou e as abençoou. Portanto, se queremos seguir o exemplo do Senhor, será melhor orar pelas crianças, mas não batizá-las, porquanto ele não o fez.

Nós, porém, examinemos mais detidamente os atos de Cristo antes que a tal gênero de homens. Pois não se deve passar adiante inconsideradamente o fato de Cristo ordenar que lhe fossem apresentadas as crianças com a razão anexa de que "dos tais é o reino dos céus" [Mt 19.14]. E a seguir atesta sua vontade com um ato, quando as abraça e as recomenda ao Pai com sua oração e bênção. Se é próprio levar as crianças a Cristo, por que também não sejam recebidas ao batismo, símbolo de nossa *própria* comunhão e associação com Cristo? Se delas é o reino dos céus, por que lhes neguemos o sinal por meio do qual é como se lhes fosse aberto o acesso à Igreja, de sorte que, nela adotadas, sejam arroladas por herdeiras do reino celeste? Quão iníquos seríamos se enxortássemos *aquelas* a quem Cristo convida a si; se espoliássemos *aquelas* a quem ele adorna com seus dons; se discriminássemos *aquelas* a quem *ele* próprio recebe graciosamente? Ora, pois, se insistirmos em discutir a diferença entre o ato de nosso Senhor e o batismo, em quanto mais elevado apreço teremos de ter o batismo, por meio do qual se nos atesta que as crianças estão incluídas no pacto divino, que a ação de recebê-las, o abraço, a imposição de mãos, a oração, com o quê o próprio Cristo presente declara não só que as crianças são suas, mas também que elas são por ele santificidas?

Por meio de outras cavilações, com as quais porfiam por baldar esta passagem, nada mais fazem senão pôr à mostra sua ignorância; pois tergiversam que, quando Cristo diz: "Deixai vir a mim os pequeninos", estes eram bem crescidos, pois eram aptos a ir sozinhos. Mas são chamados pelos evangelistas βρέφη καὶ παιδίᾰ [*brĕphē kaì paidíă – nenês e criancinhas*: Mt 19.14; Mc 10.13; Lc 18.15], termos com os quais os gregos significam ***criancinhas*** de *peito*. ***Vir***, pois, foi expresso simplesmente como ***ter acesso***.[212] Eis como os que se endurecem contra a verdade buscam em

212. Calvino traz a lume o texto de Lucas que de fato contém os termos "criancinhas de peito" (βρέφη) e levar (προσέφερον) [Lc 18.15] (extraído da versão espanhola).

cada palavra ocasião de tergiversar os fatos! Mais ainda, em nada é mais sólida a objeção de que o reino dos céus não foi designado às crianças, mas àqueles que se assemelham a elas; visto que a expressão "das tais", não "delas propriamente ditas". Pois, se isto for admitido, qual seria a razão de nosso Salvador querer mostrar que elas não lhe são estranhas em razão de sua idade? Quando *Cristo* manda que se permita que as crianças lhe tenham acesso, nada é mais claro do que estar se referindo à infância real, o que adiciona para que não parecesse absurdo: "Das tais é o reino dos céus." Ora, se é necessário que as crianças sejam abrangidas, se vê claramente que pela expressão *das tais* são designadas as próprias crianças e os que se assemelham a elas.

8. O batismo infantil é não só aprovado pela Escritura, mas também praticado na Igreja primitiva desde os dias dos apóstolos

Portanto, é evidente que o batismo infantil não foi inventado temerariamente pelos homens, porquanto é confirmado de modo irrefutável pela Escritura. Tampouco tem valor algum a objeção que alguns apresentam de que em parte alguma se acha sequer uma criança sendo batizada pelas mãos dos apóstolos. Pois embora isto não seja expressamente narrado pelos evangelistas, todavia, visto que elas não são, por outro lado, excluídas sempre se faz menção de alguma família batizada, quem, a não ser que seja demente, daí não concluiria que tais crianças foram de fato batizadas?

Caso argumentos desse gênero tivessem alguma força, as mulheres deveriam igualmente ser vedadas da Ceia do Senhor, das quais não lemos que fossem admitidas no tempo dos apóstolos. Mas também aqui nos contentamos com a regra da fé, pois quando ponderamos qual seja o propósito da instituição da Ceia, disso também é fácil concluir que o uso deve ser-lhe comunicado, o que também observamos no batismo. Com efeito, quando atentamos para o propósito de sua instituição, vemos claramente que *o batismo* também compete às crianças, não menos que aos mais avançados em idade. Conseqüentemente, *as crianças* não podem ser privadas dele sem que se faça manifesta perfídia ao desígnio de Deus, *seu* Autor. A afirmação que se divulga entre o povo comum, de que uma longa série de anos passou depois da ressurreição de Cristo, durante a qual o pedobatismo era desconhecido, é uma despudorada falsidade, visto que não há escritor, por mais antigo que seja, que não trace sua origem aos dias dos apóstolos.

9. Benefícios advindos do batismo infantil, não só às crianças, mas também aos próprios crentes

Resta indicarmos sucintamente que fruto provenha desta observância, tanto aos fiéis que apresentam seus filhos à Igreja para serem batizados, quanto às próprias

crianças que são batizadas com a água sagrada, para que alguém não a despreze como inútil e supérflua. Todavia, se a alguém vem à mente fazer, com este pretexto, pouco caso do batismo infantil, tem em motejo o preceito da circuncisão imposto pelo Senhor. Pois que trarão a lume para impugná-lo que não se volte contra si próprio? De tal forma o Senhor castiga a arrogância daqueles que sem detença condenam o que não compreendem com o senso de sua carne. Deus, porém, nos equipa com outras armas com as quais repreendamos sua estupidez. Ora, sua santa instituição, da qual sentimos que nossa fé deriva admirável conforto, não merece ser chamada supérflua, porque o sinal de Deus, comunicado à criança como um selo impresso, confirma a promessa dada ao pai piedoso e declara ter sido ratificado que o Senhor há de ser por Deus não só a ele, mas também à sua semente; nem quer que sua bondade e graça sejam acompanhadas não só por ele, mas ainda por sua posteridade até a milésima geração [Ex 20.6; Dt 5.19]. No qual primeiramente brilha a bondade de Deus para glorificar e enaltecer seu nome; e, segundo, para consolar ao homem fiel e dar-lhe maior ânimo para entregar-se totalmente a Deus, ao ver que não só se preocupa com ele, mas também com seus filhos e sua posteridade.

Tampouco faço caso se alguém objetar que a promessa bastará para assegurar a salvação de nossos filhos, quando diferentemente pareceu a Deus que, como tem bem presente nossa fraqueza, tanto quis ser-lhe indulgente nesta matéria. Logo, *aqueles* que abraçam a promessa de que a misericórdia de Deus se propagará a seus filhos, devem apresentá-los para que sejam marcados pelo símbolo da misericórdia; e com isso sua fé seja consolada e corroborada, ao ver com seus próprios olhos a aliança do Senhor selada no corpo de seus filhos.

Por outro lado, as crianças recebem algum tipo de benefício de seu *próprio* batismo, porquanto, enxertadas no corpo da Igreja, são tidas em maior estima pelos outros membros. Então, quando crescem, são por isso não pouco estimuladas ao sério zelo de cultuar a Deus, por quem foram recebidas por filhos pelo solene símbolo da adoção, antes que o pudessem reconhecer como Pai pela idade. Finalmente, deve aterrar-nos sobremaneira aquela sentença de que Deus haverá de ser vingador, caso alguém negligencie marcar o filho com o símbolo do pacto; porquanto, menosprezado este, a graça oferecida é rejeitada e como que retratada.

10. Refutação do primeiro da série de argumentos que os anabatistas evocam contra o batismo infantil, isto é, que circuncisão e batismo são coisas completamente distintas

Abordemos agora os argumentos com que certas bestas furiosas não cessam de atacar a esta santa instituição de Deus. Para começar, visto que se sentem molestados e constringidos além da medida pela similaridade de batismo e circuncisão, porfiam por diferenciar com longa distinção estes dois sinais, de sorte que pareça

não haver nada em comum entre um e outro. Ora, dizem que neles são não só representadas coisas diferentes, mas também um pacto absolutamente diverso, e que as pessoas inclusas sob o título ***crianças*** são distintas.

Com efeito, enquanto empreendem provar esse primeiro *ponto*, alegam que a circuncisão foi uma figura da mortificação, não do batismo; o que, certamente, de muito bom grado admito, pois nos respalda excelentemente. Nem fazemos uso de outra comprovação de nossa tese, senão que o batismo e a circuncisão são sinais de mortificação. Daqui concluímos que no lugar desta foi posto aquele, para que isso mesmo nos represente que *aquela* significava outrora os judeus.

Ao asseverarem a diferença do pacto, de quão bárbara audácia desmantelam e corrompem a Escritura, e isso não só em um lugar, mas de tal modo que nada deixam incólume ou intacto! Pois eles nos pintam os judeus de tal forma carnais, que se assemelham mais a animais do que a seres humanos, com os quais, evidentemente, firmou um pacto que não vai além da vida temporária; aos quais as promessas dadas se acomodam aos bens presentes e materiais, doutrina que, se prevalecer, que mais resta senão que o povo judaico foi por um tempo saciado pela benevolência de Deus, exatamente como se ceva a uma vara de porcos numa pocilga, para que, afinal, perecesse em eterna ruína? Ora, tão logo *lhes* citamos a circuncisão e as promessas a ela anexadas, respondem que a circuncisão foi um sinal literal, e que suas promessas foram carnais.

11. Refutação do segundo da série de argumentos que os anabatistas evocam contra o batismo infantil, isto é, que ao contrário do batismo infantil a circuncisão foi meramente literal e carnal, não espiritual

Obviamente, se a circuncisão era um sinal literal, nada menos se deve dizer quanto ao batismo, porque o Apóstolo, no segundo *capítulo da Epístola* aos Colossenses, nada mais espiritual faz a um que ao outro, porquanto diz *que* nós *fomos* circuncidados em Cristo com uma circuncisão não feita por mão, despojando o corpo de pecado que habitava em nossa carne, à qual chama “a circuncisão de Cristo” [Cl 2.11]. Depois, à guisa de explicação dessa afirmação, acrescenta que fomos sepultados juntamente com Cristo mediante o batismo [Cl 2.12]. Que quer dizer com estas palavras, senão que o cumprimento e a veracidade do batismo são, ao mesmo tempo, a veracidade e o cumprimento da circuncisão, visto que representam uma única coisa? Ora, ele aqui está porfiando por demonstrar que o batismo é para os cristãos aquilo que a circuncisão fora para os judeus. No entanto, uma vez que já expusemos além de toda dúvida que as promessas de ambos *esses* sinais, e os mistérios que são por eles representados, estão de pleno acordo entre si, não nos demo-

raremos por mais tempo neste assunto. Apenas advertirei os fiéis a que, ao calar-me, reflitam consigo mesmos se porventura se haja de ter *por* terreno e literal um sinal ao qual nada subjaz senão o espiritual e celeste. Contudo, para que suas fumaças não obscureçam aos símplices, uma só objeção, com a qual acobertam esta mentira tão impudente, diluiremos de passagem.

É mais do que certo que as promessas primárias, nas quais se continha o pacto que Deus estabeleceu com os israelitas sob o Antigo Testamento, foram espirituais e visavam à vida eterna; então, por sua vez, *foram* pelos pais recebidas espiritualmente, como era próprio, para que daí concebessem a confiança da vida futura, à qual aspirassem com todas as veras da alma. Entrementes, porém, de modo algum negamos que ele lhes haja atestado sua benevolência mercê de benefícios terrenos e carnais, com os quais também dizemos que foi confirmada aquela esperança das promessas espirituais, como, quando prometeu eterna bem-aventurança a seu servo Abraão, para que diante dos olhos exibisse manifesta evidência de seu favor, adiciona outra promessa acerca da posse da terra de Canaã [Gn 15.1-18]. Nesta maneira convém se entendam todas e quaisquer promessas terrenas que foram dadas ao povo judaico, de sorte que a promessa espiritual, como a cabeça à qual haverão de referir-se, tenha sempre a primazia. E visto que discuti estas *coisas* mais amplamente na *parte referente à* distinção de Novo e Velho Testamentos, agora as abordo mais brevemente.

12. Refutação do terceiro da série de argumentos que os anabatistas evocam contra o batismo infantil, isto é, que à linhagem de Abraão, no Antigo Testamento, foram outorgadas promessas materiais, não as espirituais da nova dispensação

Na acepção do termo ***crianças*** extraem esta diferença: lemos que são filhos de Abrão, sob o Antigo Testamento, *aqueles* que trazem na carne a origem de sua semente; com este título são agora chamados os que lhe imitam a fé. Por isso, aquela infância carnal, que era inserida na sociedade do pacto mediante a circuncisão, prefigurou as crianças espirituais do Novo Testamento, que à vida imortal foram regeneradas pela Palavra de Deus. Por certo que nessas palavras divisamos exígua centelha de verdade; mas estes espíritos levianos pecam gravemente, porque, enquanto agarram o que vier primeiro à mão, onde se faz necessário que se avance além e se comparem muitas *coisas* entre si, insistem pertinazmente apenas numa palavra. Do quê de outro modo não pode acontecer sem que cedam freqüentemente ao erro, porque não se aplicam ao sólido conhecimento de coisa alguma.

Admitimos, com efeito, que a semente carnal de Abraão manteve por certo tempo o lugar da semente espiritual, que é nele enxertada mediante a fé; pois nos cha-

mamos seus filhos, por mais que não nos medeie com ele nenhum parentesco natural [Rm 4.12; Gl 4.28]. Se, porém, entendem, o que demonstram não obscuramente, que à semente carnal de Abraão nunca foi prometida a bênção espiritual de Deus, aqui realmente se enganam muitíssimo. Conseqüentemente, é melhor que apontem para outra direção à qual somos conduzidos pela infalível direção da Escritura. Portanto, o Senhor promete a Abraão que ele haveria de ter semente, na qual fossem abençoados todos os povos da terra [Gn 12.3] e, ao mesmo tempo, lhe garante que lhe será por Deus, a ele e a sua semente [Gn 17.7]. Todos aqueles que em fé recebem a Cristo, o Autor da bênção, são herdeiros desta promessa, e por isso são chamados ***filhos*** de Abraão.

13. O reino de Deus abrange, igualmente, aos judeus no pacto antigo, e aos gentios na nova dispensação: o selo daquele, sendo a circuncisão; desta, o batismo, idênticos em função e sentido, donde serem todos filhos de Abraão

Mas ainda que, após a ressurreição de Cristo, as fronteiras do reino de Deus começassem a estender-se, ampla e dilatadamente, a toda e qualquer nação, sem qualquer distinção, para que, segundo a afirmação de Cristo, de toda e qualquer parte os fiéis fossem congregados, os quais se reclinassem com Abraão, Isaque e Jacó na glória celeste [Mt 8.11], contudo, por muitos séculos antes, ele havia com tão grande misericórdia abraçado aos judeus. E uma vez que todos os outros foram preteridos, escolhendo somente este povo, o manteve, por algum tempo e por sua graça, como sua possessão [Ex 19.5] e povo adquirido [Ex 15.16]. Para que benevolência desta natureza fosse atestada, foi dada a circuncisão, mercê de cujo símbolo os judeus fossem instruídos que Deus era Aquele que presidia sua salvação, de cujo conhecimento seu ânimo fosse alçado à esperança da vida eterna. Ora, que haverá de faltar àquele a quem Deus recebeu à fé de uma vez por todas? Por isso o Apóstolo, a fim de provar que os gentios, juntamente com os judeus, são filhos de Abraão, fala desta forma: "Abraão", diz *ele*, "foi justificado pela fé, quando ainda era incircunciso. Mais tarde recebeu o sinal da circuncisão, selo da justiça da fé, para que fosse pai de todos os fiéis, tanto da incircuncisão quanto da circuncisão; não só daqueles que se gloriam na circuncisão, mas *dos* que seguem a fé que nosso pai Abraão teve quando ainda incircunciso" [Rm 4.10-12].

Porventura não vemos que ambos se igualam em dignidade? Ora, pelo tempo constituído no decreto de Deus, *Abraão* foi o pai da circuncisão. Quando, segundo o Apóstolo escreve em outro lugar [Ef 2.14], o muro foi demolido pelo qual os gentios eram separados dos judeus, também a eles foi escancarado o ingresso no reino de Deus, *Abraão* veio a ser seu pai, e isso sem levar em conta o sinal da circuncisão, porque eles têm o batismo no lugar da circuncisão. Mas o fato de o

Apóstolo negar expressamente ser Abraão o pai só daqueles que são da circuncisão, isso foi dito a fim de repelir-se a soberba de alguns que, deixado de parte o zelo pela piedade, cortejavam somente cerimônias. Da mesma forma também hoje se pode refutar a vaidade daqueles que buscam no batismo nada mais além da água.

14. Tampouco é procedente o argumento calcado em Romanos 9.7, 8, de que a filiação abraâmica é destituída de relevância, não assistindo ao pacto antigo nenhuma validade

Mas, evoca-se em contrário outra passagem do Apóstolo onde *ele* ensina que os verdadeiros filhos de Abraão não são aqueles que procedem da carne, mas somente são contados na descendência aqueles que são filhos da promessa [Rm 9.7, 8]. Com efeito, *a passagem* parece acenar que o parentesco carnal de Abraão é destituído de valor, ao qual atribuímos certa relevância. Mas cabe-nos atentarmos mais diligentemente ao que o Apóstolo aí trata. Ora, a fim de mostrar aos judeus que a bondade de Deus não continuaria ligada à semente de Abraão, aliás, que ela de si mesma nada confere, à guisa de prova deste fato cita a Ismael e Esaú [9.6-13], os quais são rejeitados exatamente como se fossem estranhos; ainda que, segundo a carne, constituíam legítima progênie de Abraão, a bênção reside em Isaque e Jacó. Do quê se segue aquilo que depois afirma: que a salvação depende da misericórdia de Deus; que *ele* a estende a quem bem lhe apraz; mas que não existe motivo para que os judeus se gloriem no nome do pacto, salvo se observarem a lei do pacto, isto é, se obedecerem à Palavra.

Ademais, quando os demoveu da vã confiança de sua linhagem, porque, por outro lado, percebia que o pacto que fora uma vez firmado com a posteridade de Abraão de modo algum poderia ser por Deus feito inútil, *Paulo* argúi, no capítulo onze *da Epístola*, *dizendo* que sua dignidade não deve despojar a consangüinidade carnal de Abraão, por cujo benefício ensina que os judeus são os primeiros e herdeiros natos do evangelho, a não ser até onde, por sua ingratidão, são rejeitados como indignos; contudo, de forma tal que a bênção celestial não se haja afastado de sua descendência. Razão por que, por mais contumazes e violadores de pacto sejam, não obstante os chama ***santos*** [Rm 11.16], tanto de honra concede à geração santa a que Deus dignara de sua santa aliança! A nós, porém, se somos com eles comparados, *nos chama* de filhos póstumos de Abraão, ou até mesmo abortivos, e isto por adoção, não por inerência; ao modo como se um ramo quebrado de seu tronco fosse enxertado em um renovo estranho [Rm 11.17]. Portanto, para que não fossem defraudados de sua prerrogativa, foi necessário que o evangelho lhes fosse anunciado em primeiro lugar, porque são como que os primogênitos na família de Deus. Por isso, foi necessário conceder-lhes esta honra até que rejeitassem o que era oferecido e, por sua ingratidão, fizeram com que ela fosse transferida aos gentios. Contudo,

por maior que seja a contumácia com que persistam em mover guerra contra o evangelho, nem por isso devamos tê-los em desprezo, se considerarmos que, em função da graça da promessa, entre eles ainda agora reside a bênção de Deus, como de fato atesta o Apóstolo que ela daí jamais se apartará inteiramente, porquanto "os dons e a vocação de Deus são sem arrependimento" [Rm 11.29].

15. A promessa divina feita ao povo do Antigo Testamento, de que a circuncisão é o selo, não meramente figurativa, mas factual, plena e eficaz em sua aplicação e efeito

Tal é o valor da promessa dada à posteridade de Abraão – tal é a balança na qual deve ser pesada.[213] Por isso, ainda que, distinguindo-se os herdeiros do reino dos espúrios e estranhos, nenhuma dúvida temos de que somente a eleição domina de livre direito, no entanto percebemos, ao mesmo tempo, que lhe foi do agrado conceder sua misericórdia peculiarmente à semente de Abraão; e, para que a tivesse mais atestada, a sela com a circuncisão. Com efeito, a situação da Igreja Cristã é exatamente a mesma. Ora, assim como ali Paulo argúi que os judeus são santificados por seus pais, assim também em outro lugar [1Co 7.14] ensina que os filhos dos cristãos recebem dos pais a mesma santificação. Do quê se conclui com razão que são separados dos demais, os quais, ao contrário, são condenados por sua impureza [1Co 7.15].

Daí se pode facilmente julgar que é completamente falso o que esses pretendem concluir, a saber: as crianças que outrora eram circuncidadas apenas representavam a infância espiritual que emerge da regeneração da Palavra de Deus. Ora, o Apóstolo não filosofa com tanta sutileza, quando escreve ser Cristo ministro da circuncisão para o cumprimento das promessas que foram outorgadas aos pais [Rm 15.8], como se falasse desta maneira: Uma vez que o pacto firmado com Abraão visa à semente, Cristo, para que levasse a bom termo e saldasse o compromisso uma vez assumido pelo Pai, veio para a salvação do povo judeu. Porventura notas como, após a ressurreição de Cristo, ele também pensa que a semente carnal de Abraão deve cumprir a promessa do pacto, não apenas alegoricamente, mas segundo soam as palavras?

O que Pedro declara aos judeus tem o mesmo sentido: lhes anuncia que a promessa lhes pertencia, a eles e a seus descendentes [At 2.39]. E logo em seguida, no capítulo seguinte, os chama ***filhos do testamento***, isto é, ***herdeiros*** [At 3.25]. E assim o confirma o Apóstolo, de acordo com o que já citamos, onde considera e declara a circuncisão impressa nas crianças como testemunho desta comunhão que *elas* têm. Disto não difere muito a outra passagem do Apóstolo supracitada [Ef 2.11-13], onde considera e declara a circuncisão impressa às crianças como testemunho

213. Primeira edição: "Eis quê valha e por que balança se haja de pesar a promessa dada à posteridade de Abraão."

desta comunhão que têm com Cristo. E deveras, se as coisas fossem como esses dizem, que se fará com aquela promessa mercê da qual o Senhor, no segundo mandamento de sua lei, com seus servos se compromete de ser propício à sua semente até a milésima geração? [Ex 20.6; Dt 5.10]. Aqui, porventura, nos refugiaremos em alegorias? Mas se recorrem à alegoria, a resposta não passa de evasiva. Porventura diremos que isso foi abolido? Assim, pois, a lei seria destruída, a qual, antes, foi confirmada por Cristo que veio [Mt 5.17], até onde nos resulta para o bem da vida. Permaneçamos, pois, firmes em que o Senhor é tão bom e munificente para com os seus, que não só os tem por seu povo, mas também a seus descendentes por causa deles.

16. Refutação da quarta objeção (diferença de data do rito) e da quinta (as mulheres não deveriam ser batizadas), que os anabatistas suscitam contra o batismo infantil, em sua correlação com a circuncisão

As diferenças que, depois disto, se empenham por introduzir entre o batismo e a circuncisão são não apenas ridículas, e vazias de toda aparência de razão, mas até mesmo conflitantes entre si. Ora, pois, quando afirmam que o batismo visa ao primeiro dia do embate espiritual; mas que a circuncisão visa ao oitavo, depois que a mortificação já estiver efetuada; imediatamente, esquecidos disso, invertem a cantilena e afirmam que a circuncisão de fato é figura da carne a ser mortificada; o batismo, porém, *seu* sepultamento, ao qual ninguém deve ser trazido, senão os que já são mortos. Certamente um louco não cairia em contradição tão flagrante.[214] Ora, na primeira proposição, o batismo deveria preceder no tempo à circuncisão; e na segunda, o contrário, a saber, que deveria ser-lhe posterior. Contudo, não se deve estranhar tais contradições; pois o espírito do homem, quando se põe a inventar fábulas e imaginações semelhantes aos sonhos, necessariamente há de cair em tais desvarios.

Nós, portanto, dizemos que aquela primeira diferença *por eles apontada* é mero sonho. Caso queiram ao oitavo dia ἀλληγορεῖν [*allēgoreîn – alegorizar*], entretanto não convinha agir deste modo. Muito mais satisfatório foi, seguindo aos antigos, atribuir o número otonário à ressurreição operada no oitavo dia, do quê sabemos depender a novidade de vida, ou a todo o curso da presente vida,[215] no qual deve sempre proceder a mortificação, até que, findado ele, também *ela* própria foi consumada. Ainda que pareça haver alguma razão para crer que o Senhor, ao prorrogar a circuncisão até o oitavo dia, tenha levado em conta a tenra idade dos meninos; porquanto a ferida da *circuncisão* seria mais perigosa aos recém-nascidos. Quanto

214. Primeira edição: “Que delírios de frenéticos saltitem com tão grande leveza?”
215. Agostinho, *Carta CLVII*, III 14; *Contra Fausto*, livro XVI, XXIX.

mais vigoroso é isto: nós, já antes mortos, somos sepultados pelo batismo, quando a Escritura protesta eloqüentemente que somos sepultados para a morte com esta condição: que morremos, e a partir daí exercitamos esta mortificação? [Rm 6.4].

Finalmente, da mesma perícia é o que cavilam: se o batismo deve conformar-se à circuncisão, as meninas não devem ser batizadas. Ora, se porventura se tiver em mente que pelo sinal da circuncisão foi atestada a santificação da semente israelita, se verá sem sombra de dúvida que ela foi dada para que homens e mulheres fossem igualmente santificados. Mas somente os corpos dos homens recebiam o sinal, sendo neles também compreendido o sexo oposto que, não podendo receber a circuncisão em seu próprio corpo, participava, de certo modo, da circuncisão dos homens. Portanto, sendo tais absurdos afastados para bem longe, apeguemo-nos à similaridade de batismo e circuncisão, que vemos quadrar-se mui amplamente no que tange ao mistério interior, às promessas; ao uso, à eficácia.

17. Refutação da sexta objeção (as crianças não apreendem o mistério do rito) e da sétima (as crianças, já que não podem arrepender-se, não podem ser regeneradas) que os anabatistas suscitam contra o batismo infantil

Acreditam também que têm sobeja razão para que as crianças devam ser barradas do batismo, enquanto argúem que, em função da idade, não são ainda capazes de apreender o mistério aí representado, isto é, realmente a regeneração espiritual que não se pode ocorrer na primeira infância. E assim concluem que *elas* não devem ser tidas em outra posição senão a de filhos de Adão, até que hajam amadurecido a uma idade congruente com o segundo nascimento.

Mas tudo isso se opõe frontalmente à verdade de Deus. Pois se devem ser considerados filhos de Adão, então são abandonados à morte, em Adão, e por isso nada podemos fazer senão morrer [Rm 5.12-21]. Cristo, porém, em contrário, manda que *elas* sejam trazidas a si [Mt 19.14; Mc 10.14; Lc 18.16]. Por quê? Porque *ele* é a vida. Portanto, para que lhes dê vida, ele as faz participantes de sua pessoa; enquanto, entrementes, esses tais as condenam a que sejam afastadas para longe, trementes, permaneçam na morte. Porque, se tergiversam que as crianças não perecem por serem reputadas filhas de Adão, seu erro é mais do que suficientemente refutado pelo testemunho da Escritura. Ora, uma vez que *a Escritura* sentencia que em Adão todos morreram, segue-se não restar nenhuma esperança de vida, a não ser em Cristo [1Co 15.22]. Portanto, para que nos tornemos herdeiros da vida, é imprescindível que tenhamos participação nele.

Por outro lado, quando foi escrito em outro lugar que todos nós somos por natureza passíveis da ira de Deus [Ef 2.3], e concebidos em pecado [Sl 51.5], ao que se

apega condenação perpétua, é necessário que nos despojemos de nossa natureza antes que tenhamos acesso ao reino de Deus. E é possível dizer algo mais claramente, que carne e sangue não podem herdar o reino de Deus [1Co 15.50]? É necessário, pois, que tudo quanto haja em nós seja aniquilado, o que não se fará sem a regeneração, e então veremos claramente esta posse do reino. Finalmente, se Cristo fala verazmente quando proclama ser a vida [Jo 11.25; 14.6], é imprescindível que sejamos enxertados nele para que também sejamos libertados da servidão da morte.

Mas, de que maneira, argumentam eles, as crianças são regeneradas, se não conhecem o mal e o bem? Respondemos, porém, que a obra de Deus, ainda que não esteja ao alcance de nossa apreensão, entretanto não deixa de existir. Com efeito, não é de forma alguma obscuro que as crainças são antes regeneradas pelo Senhor a fim de serem salvas, uma vez que, certamente, algumas estão plenamente salvas desde essa idade. Ora, se levam consigo a corrupção que lhe é inerente desde o ventre materno, importa que sejam purificadas da mesma antes que possam ser admitidas ao reino de Deus, no qual nada entra poluído ou manchado [Ap 21.27]. Se nascem pecadoras, como Davi [Sl 51.5] e Paulo [Ef 2.3], respectivamente, afirmam, ou permanecem rejeitadas e odiosas a Deus, ou necessariamente são justificadas. E o que buscamos além, quando o próprio Juiz afirma abertamente que ninguém tem ingresso à vida celeste senão os renascidos [Jo 3.3, 5]? E para fechar a boca a todos os amigos de contradizentes, João Batista ofereceu prova, a quem santificou no ventre da mãe [Lc 1.15], o que poderia *fazer* nos demais.

Nem proveito algum desfrutam com a tergiversação com que aqui gracejam: que isto se deu apenas uma vez, do quê não se segue, imediatamente, que o Senhor assim costuma agir indiscriminadamente com as crianças. Nós, porém, não estamos arrazoando dessa maneira. *Nosso* intento é apenas mostrar que o poder de Deus é por esses iníqua e perversamente limitado dentro dessas estreitas fronteiras nas quais ele não permite deixar-se confinar. O outro subterfúgio a que se acolhem não é mais sólido: alegam que, segundo o costume usual da Escritura, a expressão ***desde o ventre*** vale precisamente como se estivesse dizendo ***desde a infância***. Mas é possível ver mui claramente que o anjo, quando anunciara isso a Zacarias, ele quis dizer outra *coisa*, isto é, que João Batista, mesmo antes de nascer já era cheio do Espírito Santo. Portanto, não tentemos impor lei a Deus, a ponto de não santificar *aqueles* a quem ele queira fazê-lo, como santificou a João, quando nada lhe foi subtraído de seu poder.

18. Cristo foi santificado desde a mais tenra idade para igualmente nos santificar, em cuja santificação também se incluem as crianças

E foi por isso que Cristo se santificou desde a primeira infância, para que a seus eleitos, de qualquer idade e sem distinção, também os santificasse em si mesmo. Ora, visto que, para destruir a culpa da desobediência que fora perpetrada em nossa

carne, a si mesmo revestiu-se dessa mesma carne, na qual, por nossa causa e de sua parte, prestasse perfeita obediência, assim foi concebido do Espírito Santo para que, embebido plenamente de sua santidade na carne que assumira, no-la transmitisse. Se temos em Cristo o mais perfeito exemplo de todas as graças com que Deus cumula a seus filhos, também nesta parte, evidentemente, *ele* nos será por prova de que a idade da infância não é até esse ponto incompatível com a santificação. Entretanto, seja como for, tenhamos por certo que o Senhor não leva desta vida a nenhum de seus eleitos sem que primeiro seja santificado e regenerado por seu Espírito.

À objeção de que a Escritura não conhece nenhuma outra regeneração senão a que ocorre da semente incorruptível pela Palavra de Deus [1Pe 1.23], respondemos que entendem muito mal o que Pedro aí diz; pois ele se dirige unicamente aos fiéis que haviam sido instruídos pela pregação do evangelho. A esses afirmamos que a Palavra do Senhor certamente é a única semente da regeneração espiritual, porém negamos que se deva concluir desse fato que as crianças não possam ser regeneradas pelo poder de Deus, a qual lhe é tão fácil e pronta quanto a nós incompreensível e admirável. Ademais, seria um tanto inseguro subtrair ao Senhor que ele não pode revelar-se de modo algum para que o conheçam.

19. Refutação da oitava objeção que os anabatistas suscitam contra o batismo infantil: as crianças, que não podem apreender a mensagem do evangelho, não têm a fé e o conhecimento requeridos para a regeneração

Mas, dizem *eles*, a fé vem do ouvir [Rm 10.17], cujo exercício as crianças ainda não adquiriram, nem podem estar em condições de conhecer a Deus *aqueles* a quem Moisés ensina que são destituídos do discernimento igualmente do bem e do mal [Dt 1.39]. Não atentam, porém, para *o fato de* que o Apóstolo, quando faz do ouvir o princípio da fé, *ele* está apenas descrevendo a economia e dispensação ordinárias de Deus, que costuma empregar em chamar seu povo, não, porém, a preceituar-lhe uma regra perpétua, de sorte que não possa usar de outro método, como de fato tem usado na vocação de muitos, aos quais dotou de verdadeiro conhecimento de sua pessoa, de modo interior, pela iluminação do Espírito, sem a intervenção de nenhuma pregação.

Mas, visto que acreditam ser um grande absurdo atribuir às crianças qualquer conhecimento de Deus, às quais Moisés priva de discernimento do bem e do mal, peço que me respondam que perigo há se agora lemos que recebem alguma parte de sua graça, da qual haverão de usufruir pouco depois em plena abundância? Ora, se a plenitude da vida consiste no perfeito conhecimento de Deus, quando alguns daqueles a quem a morte daqui arrebata logo na primeira infância se trasladam para a

vida eterna, a contemplar a mui presente face de Deus certamente são recebidos. Portanto, se assim lhe foi do agrado, por que de diminuta centelha não irradiaria também, no presente, àqueles a quem o Senhor haverá de iluminar do pleno fulgor de sua luz, principalmente se não os desvestiu do desconhecimento antes de arrancá-los do habitáculo da carne? Não que *eu* queira temerariamente afirmar que são dotados da mesma fé que experimentamos em nós, ou que têm conhecimento de fé absolutamente semelhante *ao nosso*, o que prefiro deixar em suspenso; mas, ao contrário, coibir um pouco a estúpida arrogância dos que, como se sua boca fosse inchada, ou negam ou afirmam confiadamente o que bem entendem.

20. Refutação da nona objeção que os anabatistas suscitavam contra o batismo infantil: as crianças não podem sentir o arrependimento e fé em que se assenta a regeneração (argumento que valeria contra a circuncisão)

Mas, querendo insistir ainda mais vigorosamente nesta parte, acrescentam que o batismo é o sacramento do arrependimento e da fé; por isso, como nenhum dos dois ocorre na infância mais tenra, é preciso tomar cuidado para que, se a criança for admitida à comunhão do batismo, seu significado não se torne vão e ridículo. Mas o fato é que estes dardos são dirigidos contra Deus mais do que contra nós. Ora, pois, haver sido também a circuncisão sinal de arrependimento conhecidíssimo provém de muitos testemunhos da Escritura. Ao depois, é ela chamada por Paulo "selo da justiça da fé" [Rm 4.11]. Logo, que se exija razão do próprio Deus por que a tenha ordenado imprimir-se nos corpos das crianças. Pois, uma vez que no mesmo caso estão o batismo e a circuncisão, a esta nada podem outorgar que, ao mesmo tempo, ao outro não concedam. Se voltam os olhos ao costumeiro subterfúgio: que pela idade da infância foram então prefiguradas as crianças espirituais, então o caminho já lhes foi obstruído.

Dizemos, pois, que, uma vez que Deus conferiu às crianças a circuncisão *como* sacramento de arrependimento e fé, não parece absurdo se *elas* se fazem agora participantes do batismo; a não ser que queiram investir-se, com prazer e abertamente, contra a instituição divina. Mas a verdade, sabedoria e justiça de Deus brilham em todas as suas obras para confundir a loucura, mentira e maldade. Ora, ainda que as crianças não compreendessem com inteligência, no momento em que eram circuncidadas, qual o significado daquele sinal, no entanto eram verdadeiramente circuncidadas para mortificação de sua natureza corrupta e contaminada, a qual, depois de adultas, exercitariam. Em suma, esta objeção pode ser solucionada sem qualquer dificuldade: as crianças são batizadas para futuro arrependimento e fé, os quais, embora ainda não formados nelas, no entanto, pela secreta operação do Espírito, a semente de um e de outra está nelas latente.

Com esta resposta, se reverte de uma vez tudo quanto torcem contra nós tirado do significado do batismo. Dessa natureza é o título com que *o batismo* é exaltado por Paulo, onde o chama "a lavagem da regeneração e da renovação" [Tt 3.5], do quê arrazoam que a ninguém é *ele* conferido, senão àquele que é apto para essas coisas. Mas, a nós cabe argüir em contrário que nem a circuncisão, que denotava a regeneração, deveria ter sido conferida a outros senão aos regenerados. E assim a ordenança divina seria por nós condenada. Conseqüentemente, todas as razões que adicionam contra a circuncisão em nada prejudica o batismo.

E não podem escapar-se dizendo que se deve considerar como fato o que o Senhor ordenou, e que se deve ter por firme, bom e santo sem investigar mais sobre isso; mas que esta reverência não se deve ao pedobatismo, nem a outras coisas semelhantes que não nos são recomendáveis pela expressa palavra de Deus, uma vez que estão sempre presos neste dilema: o preceito de Deus de circuncidar as crianças ou foi legítimo e não está sujeito a nenhuma cavilação, ou *foi* digno de censura. Se não existe nada de incongruente, nem de absurdo *no preceito*, tampouco há na observância do batismo infantil qualquer absurdo.

21. O batismo infantil, em sua correlação com a circuncisão, ao contrário do que sustentam os anabatistas, é futurista em perspectiva, como se evidencia à luz de textos de Paulo e de Pedro

E assim removemos o estigma de absurdo que tentam imprimir neste lugar: *aqueles* a quem o Senhor dignou de sua eleição, se receberem o sinal da regeneração e partirem da presente vida antes que cresçam, a esses ele renova pelo poder de seu Espírito, oculto e incompreensível a nós, como somente ele antevê ser conveniente. Se ocorrer que cresçam até a idade em que possam ser instruídos na verdade do batismo, disso mais se inflamarão ao zelo de renovação, de cujo penhor aprenderão que foram dotados já desde a primeira infância, para que a exercitassem em todo o decurso da vida.

A isso mesmo remonta o que Paulo ensina em duas passagens: que somos sepultados juntamente com Cristo mercê do batismo [Rm 6.4; Cl 2.12]. Ora, com isso *ele* não entende que importa já ter sido antes sepultado com Cristo aquele que haja de ser iniciado no batismo; ao contrário, está simplesmente declarando qual doutrina subjaz ao batismo, e isso aos já batizados, de modo que nem os ignorantes desta passagem poderão de fato discordar que *o sepultamento* precede ao batismo. É assim que Moisés e os profetas traziam à lembrança ao povo qual o significado da circuncisão, ainda que fossem circuncidados na pessoa de suas crianças. Outro tanto vale o que tambem escreve aos gálatas: que Cristo os revestira quando foram batizados [Gl 3.27]. Com que propósito? Indubitavelmente, a fim de que vivessem

para Cristo para o futuro, já que não haviam vivido *para ele* anteriormente. E ainda que os mais avançados em idade não devam receber o sinal sem que compreendam o mistério, contudo o mesmo não se dá com os pequeninos, em cujo número exporemos mais adiante.

Na mesma direção está a passagem de Pedro na qual buscam para si grande apoio, quando ele diz que *o batismo* não é a ablução para a limpeza das imundícias do corpo, mas o testemunho de uma boa consciência diante de Deus, através da ressurreição de Cristo [1Pe 3.21]. Se a verdade do batismo, dizem eles, é o testemunho da consciência diante de Deus, quando nele isso não ocorre, que será senão uma coisa vã e destituída de importância? Com esta noção errônea, porém, pecam repetidamente, porquanto pretendem que a coisa significada preceda sempre, na ordem do tempo, ao sinal. Ora, a verdade da circuncisão também constava do mesmo testemunho de uma boa consciência. Porque, se ela devesse preceder necessariamente, as crianças nunca teriam sido circuncidadas por mandado de Deus. Mas quando o mesmo Senhor nos ensina que esta é a substância da circuncisão, e contudo ordena que as crianças sejam circuncidadas, nos demonstra claramente com isso que ela era conferida com vistas a tempo futuro. Por isso, a verdade presente que queremos considerar no batismo das crianças é que ele é o testemunho de sua salvação, que sela e confirma o pacto que Deus estabeleceu com elas. Os demais significados deste sacramento elas o compreenderão mais tarde, quando for do agrado do Senhor.

22. Refutação da décima objeção que os anabatistas suscitavam contra o batismo infantil: o batismo foi dado para o perdão dos pecados

Creio que hoje já não existe ninguém que não veja claramente que todos os arrazoados deste gênero são puras inversões da Escritura. *Outras considerações* afins a estas, que sobejam, as abordaremos de forma breve. Objetam que o batismo é dado para remissão dos pecados. Quando isso é concedido, nosso ponto de vista é fortemente corroborado. Pois uma vez que nascemos pecadores, temos a necessidade de remissão e perdão já desde o ventre materno. Ora, como o Senhor afirma que quer ser misericordioso para com esta idade, por que vamos privá-los do sinal da mesma, que é muito menos importante que a realidade que significa? Por isso, o que se empenham em arremessar contra nós, precisamente isso fazemos voltar contra eles mesmos: os pequeninos são agraciados com a remissão dos pecados; por isso não devem ser privados do sinal.

Alegam, ao mesmo tempo, o que consta da Epístola aos Efésios: que a Igreja foi purificada pelo Senhor com a lavagem da água pela palavra da vida [Ef 5.26], o que é uma prova contra eles; porque do que diz o Apóstolo deduzimos o seguinte argumento: se o Senhor quer que a purificação que ele opera em sua Igreja seja testifica-

da e confirmada com o sinal do batismo, e as crianças pertencem à Igreja, uma vez que são contados no povo de Deus, e pertencem ao reino dos céus, segue-se que devem receber o testemunho de sua purificação como os demais membros da Igreja [Mt 19.14], porque Paulo abraça a Igreja toda como que purificada pela lavagem da água. O mesmo podemos concluir do que alegam que, pelo batismo, somos incorporados a Cristo [1Co 12.12, 13]. Pois se as crianças fazem parte do corpo de Cristo, como é evidente à luz do que já dissemos, segue-se ser razoável que sejam batizadas, para que não vivam separadas de seu corpo. Eis como com tanto ímpeto e com tantas máquinas *de guerra* fazem carga contra os baluartes de nossa fé!

23. Refutação da décima primeira objeção que os anabatistas suscitavam contra o batismo infantil: que o batismo requer arrependimento e fé, só possíveis aos adultos

Agora recorrem à prática e costume da era apostólica, na qual não há nenhum registro de admissão ao batismo, a menos que se professasse antes sua fé e arrependimento. Pois quando Pedro é interrogado por aqueles que tinham a disposição de arrepender-se, o que era indispensável fazer-se, pondera que primeiro se arrependam; então, que sejam batizados para remissão dos pecados [At 2.37, 38]. De modo semelhante, Filipe, quando o eunuco solicitou ser batizado, responde ser isso possível, desde que cresse de todo coração [At 8.37]. Se esta razão é válida, se vê pelo primeiro texto evocado que só bastaria o arrependimento, pois não se faz menção alguma da fé; e, por sua vez, pelo segundo só bastaria a fé, pois não se exige o arrependimento. Ora, pois, se damos lugar a este raciocínio, a primeira passagem, onde não se ouve nenhuma menção de fé, convencerá ser suficiente só o arrependimento; a segunda, em que mui longe está de requerer-se o arrependimento. Imagino que replicarão: uma passagem corrobora a outra, e por isso devem ser mutuamente correlacionadas. Eu também, por minha vez, digo que se devem cotejar outras passagens que valem para a solução desta questão, visto que se têm na Escritura muitas passagens cuja interpretação depende da circunstância do lugar.

Exemplo desta natureza ocorre presentemente, pois *aqueles* a quem são ditas estas *coisas* por Pedro e Filipe estão em idade idônea para exercer-se o arrependimento e conceber-se a fé. Destes dizemos que não devem ser batizados sem que primeiramente dêem testemunho de sua fé e arrependimento, pelo menos até onde o juízo humano pode averiguar. Mas é perfeitamente claro que as crianças devem ser contadas numa outra classe. Pois quando alguém se unia à comunhão religiosa de Israel, impunha-se não só fosse informado *quanto* ao pacto do Senhor, mas também fosse instruído na lei, antes de ser marcado com a circuncisão, porquanto em nacionalidade era ἀλλόφυλος [*allŏphylŏs*], isto é, *estrangeiro* ao povo de Israel, com quem havia sido firmado o pacto que a circuncisão ratificava.

24. O batismo, à maneira da circuncisão exemplificada em Abraão e Isaque, é aplicável ao adulto após a confissão de fé; à criança, antes ou sem ela

Assim como tampouco o Senhor, quando adota para si a Abraão, começa dizendo que se circuncidasse sem saber por que teria que fazê-lo, porém lhe explica antes o pacto que pretende celebrar com ele, então a seguir, depois que ele creu na promessa, o faz participante do sacramento [Gn 15.1; 17.11]. Por que em Abraão o sacramento segue à fé, em *seu* filho Isaque ele vem antes de qualquer compreensão? Porque é justo que aquele que à comunhão do pacto fora até então estranho, por fim é recebido na idade adulta, antes disso aprenda bem suas condições; o filho dele gerado, porém, recebendo um procedimento diferenciado, o qual, por direito hereditário, segundo a fórmula da promessa, está inserido no pacto já desde o ventre materno.

Ou, para expressá-lo mais clara e sucintamente, como o filho do crente participa do pacto divino sem entendê-lo, não se deve negar-lhe o sinal, pois é capaz de recebê-lo sem necessidade de compreendê-lo. Esta é a razão pela qual Deus diz que os filhos dos israelitas são seus filhos, como se ele mesmo os gerasse [Ez 16.20; 23.37], pois sem dúvida alguma ele se considera Pai de todos aqueles a quem prometeu ser o Deus dos mesmos e de sua descendência. Em troca, o que nasce de pais infiéis não são contados no pacto até que, pela fé, se una com Deus. Portanto, não se deve estranhar que não compartilhe do sinal, cujo significado seria nele falaz e sem proveito! Nesta linha, Paulo também escreve que as pessoas, sempre que estiveram imersas em sua idolatria, estavam do lado de fora do testamento [Ef 2.12].

Parece-me que toda esta matéria ficará bem elucidada com esta síntese: *Aqueles* que abraçam a fé em Cristo em idade adulta, não devem ser aceitas para receber o batismo antes de ter fé e mostrar-se arrependidas, pois estes *dois elementos* são os únicos que podem abrir a porta para ingresso no pacto. As crianças, porém, se são filhas de cristãos, aos quais pertence o pacto por herança em virtude da promessa, por esta razão são aptas para a admissão ao batismo. A isso se deve inserir o que narra o evangelista: que os que confessavam seus pecados foram batizados por João [Mt 3.6], exemplo que julgamos deva ser observado também hoje. Ora, se um turco se apresenta para o batismo, o mesmo não deve ser batizado por nós inconsideradamente, senão por meio de confissão explicitamente proferida, através da qual satisfaça a Igreja.

25. Refutação da décima segunda objeção suscitada pelos anabatistas contra o batismo infantil calcada em João 3.5 (regeneração pela água e pelo Espírito)

Ademais, trazem a lume as palavras de Cristo mencionadas no terceiro capítulo de João, pelas quais julgam requerer-se no batismo regeneração acompanhante: "Aquele que não nascer da água e do Espírito não pode entrar no reino de Deus" [Jo 3.5]. Dizem que o batismo é pela boca do Senhor chamado ***regeneração***. Portanto, com que pretexto iniciamos pelo batismo, que sem a regeneração não pode subsistir, *aqueles* que é mais do que notório estarem longe de ser aptos para ela?

Primeiro, enganam-se pelo fato de que, por lerem a palavra ***água***, pensam que nesta passagem se faz menção do batismo. Ora, depois que Cristo expôs a Nicodemos a corrupção de *nossa* natureza, e ensinou que se requer um novo nascimento, uma vez que ele sonhava com um *novo nascimento* corporal, aqui indica o modo pelo qual Deus nos regenera, isto é, pela água e *pelo* Espírito, como se estivesse dizendo: pelo Espírito que, purgando e irrigando as almas fiéis, desempenha a função da água. Tomo, pois, ***água*** e ***Espírito*** simplesmente como ***Espírito que é água***. Tampouco é esta uma expressão nova, pois está inteiramente de acordo com aquela *afirmação* que se lê no terceiro capítulo de Mateus: "Aquele que vem após mim, ele é o que batiza no Espírito Santo e *em* fogo" [Mt 3.11]. Logo, como batizar pelo Espírito Santo e pelo fogo equivale a conferir o Espírito Santo, o qual na regeneração tem a propriedade e a natureza do fogo, assim ser nascido de novo pela água e pelo Espírito outra coisa não é senão receber aquela virtude do Espírito que faz na alma aquilo que a água *faz* no corpo.

Sei que outros interpretam *este texto* de modo diferente, mas não tenho dúvida de ser este o legítimo sentido, porque outro não é o desígnio de Cristo senão ensinar que todos os que aspiram ao reino celeste devem despir-se da própria natureza. Ainda que, caso queira cavilar sutilmente à maneira desses, pronto seria responder-lhes, quando tivermos concedido o que querem, que o batismo é anterior à fé e ao arrependimento, porque nas palavras de Cristo *água* precede a Espírito. O certo é entender isto em referência aos dons espirituais; e se estes seguem ao batismo, então terei alcançado o que tenho em mira. Mas, deixadas de parte as sutilezas, é preciso sustentar a interpretação singela que apresentei, *a saber*, ninguém pode entrar no reino de Deus até que seja renovado pela água viva, isto é, pelo Espírito.

26. As crianças que falecem sem ter sido batizadas, nem por isso incorrem na condenação, como se não fossem regeneradas

Com isso também se convence de erro aos que condenam à morte eterna todos quantos não são batizados. Suponhamos, pois, que, segundo o postulado desses,

que somente aos adultos se deva ministrar o batismo: que dirão suceder à criança que é correta e adequadamente imbuída dos rudimentos da piedade, se, enquanto chega o dia do batismo, contra a expectativa de todos, se vê arrebatada por morte súbita? Clara é a promessa do Senhor: "quem ouve minha palavra, e crê naquele que me enviou, tem a vida eterna; e não entrará em condenação, mas passou da morte para a vida" [Jo 5.24]. Em lugar algum se achará haver *ele* condenado o ainda não-batizado. Não gostaria que isso fosse entendido de minha parte como se eu concordasse que o batismo possa ser impunemente desprezado, desprezo que equivale violar o pacto do Senhor, o que para mim longe é de se tolerar. Só quero demonstrar que ele não é de tal maneira necessário que não seja justificável quem não o pôde receber, se tinha um impedimento legítimo.

Em contrapartida, segundo a opinião destes, todos eles sem exceção alguma seriam condenados, ainda que tivessem fé, com a qual possuímos Cristo. E além do mais pronunciam culpadas de morte eterna a todas as crianças, às quais negam o batismo, o qual, por sua própria confissão, é necessário para a salvação. Vejam agora quão maravilhosamente se harmonizam com as palavras de Cristo, mediante as quais destina o reino dos céus a essa idade [Mt 19.14; Mc 10.14; Lc 18.16]. E ainda que nada *haja que* não lhes concedamos quanto respeita ao entendimento desta passagem, no entanto nada daí conseguirão, a não ser que, antes, subvertam o dogma que já foi por nós estabelecido acerca da regeneração das crianças.

27. Refutação da décima terceira objeção contra o batismo infantil: que, à luz de Mateus 28.19, o ensino precede ao batismo; e Marcos 16.16, o crer

Mas, gloriam-se de possuir, de todos os baluartes o mais fortificado, na própria instituição do batismo, o qual encontram no último capítulo de Mateus, onde, enviando Cristo os apóstolos ao mundo inteiro, lhes ordena que antes de tudo os ensinassem, e então que os batizassem [Mt 28.19]. Então, também anexam isto do último *capítulo* de Marcos: "Quem crer e for batizado será salvo" [Mc 16.16]. Dizem eles: Que buscamos mais, quando as palavras do Senhor proclamam claramente que se deve ensinar antes de batizar, e ao batismo destinam o segundo lugar depois da fé? Desta ordem, o Senhor Jesus ofereceu exemplo em si mesmo, o qual quis ser batizado não antes da idade de trinta anos [Lc 3.22].

De quantas maneiras aqui se enredilham e traem sua ignorância! Nisto erram mais que infantilmente quando derivam desta passagem a primeira instituição do batismo, quando Cristo ordenara aos apóstolos que o ministrassem desde o começo de sua pregação. Não há, pois, por que contender que se busque nestas duas passagens a lei e regra do batismo, como se elas contivessem sua primeira instituição.

Ainda que lhes condescendamos a este erro, sua argumentação é de fato vigorosa? Com efeito, se me dispusesse a tergiversar, teria não só uma válvula de escape, mas um campo vastíssimo. Pois quando insistem tão obstinadamente na ordem das palavras, pretendendo que foi dito: "Ide, pregai e batizai", e também: "Quem crer e for batizado", raciocinam que se deve pregar antes que se deva batizar, e que é preciso crer antes que se busque o batismo, por que também não objetemos, de nossa parte, que se deve batizar antes que se ensine a observância dessas *coisas* que Cristo mandou, isto é, quando diz: "Batizai, ensinando a guardar tudo quanto vos preceituei" [Mt 28.19, 20]? Assinalamos exatamente isso naquela afirmação de Cristo que foi citada há pouco a respeito da regeneração da água e do Espírito [Jo 3.5]; porque, se de fato for entendido como postulam, ali certamente é preciso que o batismo venha antes que a regeneração espiritual, uma vez que é mencionado em primeiro lugar, pois Cristo aí ensina que devemos ser regenerados não do "Espírito e da água", mas da "água e do Espírito".

28. Improcedência de se evocar Marcos 16.16 contra o batismo infantil, passagem que não trata dessa matéria, não havendo nela nenhuma referência às crianças

Assim, pois, o argumento ao qual dão tanta importância acaba sendo bem frágil.[216] Mas como temos suficiente proteção na simplicidade da verdasde, não estou disposto a evadir-me fazendo uso de ligeiras sutilezas desse gênero. Portanto, que tenham uma sólida resposta. Acima de tudo, aqui Cristo emite a ordem quanto à proclamação do evangelho, à qual anexa, à guisa de apêndice, o ministério de batizar. Ademais, não se tem consideração de outra sorte acerca do batismo, senão até onde sua ministração seja subserviente à função de ensinar. Pois Cristo envia os apóstolos a proclamarem o evangelho a todas as nações do mundo, para que, pelo ensino da salvação, de toda parte se recolham homens a seu reino, outrora perdidos. Mas, quem, ou quais, são esses? Certamente não se faz nenhuma outra menção senão daqueles que são aptos a receber o ensino. Acrescenta, depois, que esses, quando forem instruídos, devem ser batizados, acrescentada a promessa de que *aqueles* que crerem e forem batizados serão salvos [Mc 16.16].

A respeito de crianças, em todo esse discurso, porventura há uma só sílaba? Que forma de argumentação será, pois, esta com que investem contra nós? *Aqueles* que estão em idade adulta devem ser instruídos para que creiam antes que possam ser batizados. Logo, não é lícito fazer comum às crianças o batismo. Por mais que se atormentem não poderão deduzir desta passagem senão que se deve pregar o evange-

216. Primeira edição: "Já algum tanto abalada parece esta razão inexpugnável em que confiam tão grandemente."

lho a quem é capaz de ouvi-lo, antes que possa ser batizado, posto que se trata unicamente deles. Portanto, não se pode ver em tais palavras impedimento algum para que as crianças não sejam batizadas!

29. Refutação da décima quarta objeção contra o batismo infantil: Jesus só foi batizado aos trinta anos

Mas para que o mundo inteiro possa ver claramente suas falácias, as indicarei mediante comparação sobremodo clara. Quando o Apóstolo diz "Se alguém não trabalha, também não coma" [2Ts 3.10], alguém concluiria que as crianças devam ser privadas de alimentos, já que não podem trabalhar? Porventura tal pessoa não seria digna de ser cuspida por todos? Por quê? Porque o que se disse de uma parte, isso o aplica em geral a todos indiferentemente. A habilidade destes em nada é mais vantajosa no presente caso. Aquilo que cada um vê destinar-se meramente à idade adulta, aplicam às crianças, sujeitando-as a uma regra que foi estabelecida só para os mais idosos.

Quanto ao exemplo de Cristo, nada prova em favor deles, *ou, seja*, que *ele* não foi batizado antes dos trinta anos [Lc 3.23]. Aliás, isso de fato é verídico, mas a razão é muito clara, *a saber*, que ele, então, determinou lançar sólido fundamento do batismo por meio de sua pregação, ou, melhor, para confirmar o fundamento que João previamente lançara. Portanto, como quisesse, por meio de seu ensino, estabelecer o batismo, para que maior autoridade granjeasse para sua instituição, o santificou e o tipificou com seu próprio corpo; e isso quando sabia que era mais oportuno e mais conveniente, a saber, ao pôr em ação o ofício que lhe fora dado.

Em suma, nada mais conseguirão *daí*, a não ser que o batismo teve *sua* origem e começo na pregação do evangelho. Porque, se lhes apraz prefixar o ano trigésimo, por que não o observem? Ao contrário, quando cada um, a seu juízo, haja avançado em idade suficiente, o recebem pelo batismo? Inclusive Serveto, um de seus mestres, que tão pertinazmente insistia nos trintas anos, já havia começado aos vinte e um anos de idade a gabar-se de ser profeta! Como se fosse admissível que um homem possa gabar-se de ser doutor da Igreja antes mesmo de ser membro dela!

30. Refutação da décima quinta objeção contra o batismo infantil: se às crianças é facultado o batismo, não menos deveria admiti-los à Santa Ceia

Finalmente objetam que, segundo esta razão, deveria administrar-se a Ceia do Senhor às crianças, as quais, no entanto, de modo algum são admitidas. Como se a Escritura não assinalasse de todas as formas haver *entre eles* larga diferença! De fato foi isto freqüentemente praticado na Igreja antiga, como se constata de Cipria-

no e Agostinho; mas esse costume, com razão, se fez obsoleto. Ora, se ponderarmos a natureza e o caráter específico do batismo, na realidade ele é um como que ingresso e uma, pode-se dizer, iniciação à Igreja, mercê da qual somos contados no povo de Deus: sinal de nossa regeneração espiritual, através da qual somos nascidos de novo para ser filhos de Deus; quando, em contrapartida, a Ceia foi atribuída aos mais adultos que, ultrapassada a infância mais tenra, já estejam *em condições* de suportar alimento sólido, distinção que se demonstra mui evidentemente na Escritura; porque aí, quanto concerne ao batismo, o Senhor não faz nenhuma seleção de idades. A Ceia, porém, não a exibe à participação de todos igualmente; pelo contrário, somente àqueles que sejam idôneos para discernir-se o corpo e o sangue do Senhor, para examinar-se a própria consciência, a anunciar-se a morte do Senhor, a ponderar-se sua eficácia. Queremos algo mais evidente do que o que o Apóstolo ensina, quando exorta que "cada um se prove e examine a si mesmo, e então coma do pão e beba do cálice" [1Co 11.28]? Impõe-se, pois, examinar-se primeiro, o que em vão se espera de crianças. De igual modo: "Quem come indignamente, come e bebe para si condenação, não discernindo o corpo do Senhor" [1Co 11.29]. Se não podem participar dignamente, senão *aqueles* que saibam distinguir corretamente a santidade do corpo de Cristo, por que a nossos filhos ainda tenros ofereçamos veneno em vez de alimento vivificante? Que *significa* este preceito do Senhor: "Fazei-o em memória de mim" [Lc 22.19; 1Co 11.25]? Que *significa este* outro *preceito* que o Apóstolo deduz daí: "Sempre que comerdes este pão, anunciais a morte do Senhor até que ele venha" [1Co 11.26]? Que memória deste fato, pergunto, exigiremos de crianças, *memória* que nunca apreenderam pelo senso? Que pregação da cruz de Cristo, cuja virtude e benefício ainda não compreendem com a mente?

Nada dessas *coisas* se prescreve no batismo, porquanto mui grande é a diferença entre estes dois sinais, os quais também já notamos em sinais similares sob o Antigo Testamento. A circuncisão, com efeito, que se observou ser correspondente ao nosso batismo, fora destinada às crianças [Gn 17.12]. A páscoa, porém, cujo lugar assume agora a Ceia, não admitia a todos e quaisquer convivas indiscriminadamente; antes, era corretamente comida por aqueles que, pela idade, pudessem indagar-lhe a respeito do significado [Ex 12.26]. Se uma *simples* migalha de cérebro sadio restasse a esses, porventura se fariam cegos para uma causa tão clara e óbvia?

31. Refutação das vinte objeções reiteradas por Miguel Serveto contra o batismo infantil

Ainda que não *me* agrade onerar os leitores com um catálogo de tantos desvarios, valerá a pena refutar em poucas palavras as principais razões que, cingindo-se para a luta, no entanto houve por bem adicionar Serveto, não o mínimo entre os anabatistas, aliás, a grande honra desta caterva.

Primeira objeção: *ele* objeta que os símbolos de Cristo, visto que são perfeitos, exigem também *pessoas* perfeitas, ou capazes de perfeição. Mas, a solução é fácil: erroneamente se restringe a perfeição do batismo a um ponto de tempo, que se estende até a morte. Acrescento ainda que estultamente se busca no homem, no primeiro dia *de seu batismo*, a perfeição a que o batismo nos convida, mediante passos contínuos, por toda a vida.

Segunda objeção: *ele* objeta que os símbolos de Cristo foram instituídos para memorial, para que cada um recorde de que foi sepultado com Cristo. Respondo que não necessita de refutação o que *Serveto* cogitou de sua *própria* cabeça. Com efeito, pelas palavras de Paulo se revela que, o que *Serveto* aplica ao batismo, é próprio da Santa Ceia: "que se examine cada um" [1Co 11.28]. Do batismo em parte alguma se diz algo desse gênero. Do quê concluímos serem corretamente batizados *aqueles* que em razão da pouca idade ainda não são capazes de exame.

Terceira objeção: o que *ele* adiciona em terceiro lugar – que permanecem na morte todos quantos não crêem no Filho de Deus e que sobre eles permanece a ira de Deus [Jo 3.36], e por isso as crianças, que não podem crer, jazem em sua condenação. Respondo que Cristo não está aí falando da culpabilidade geral em que foi enredilhada toda a posteridade de Adão, mas apenas ameaça aos desprezadores do evangelho que, soberba e contumazmente, rejeitam a graça que lhes é oferecida. Isto, no entanto, nada *tem a ver* com as crianças. Ao mesmo tempo, apresento razão contrária: todo aquele a quem Cristo abençoa, esse está eximido da maldição de Adão e da ira de Deus. Logo, quando se faz notório que as crianças foram por ele abençoadas [Mt 19.13-15; Mc 10.13-16], segue-se que foram isentadas da morte. A seguir, *ele* cita falsamente o que em parte alguma *da Escritura* se lê: "Todo aquele que é nascido do Espírito ouve a voz do Espírito." Ainda que concedamos que isso foi escrito, contudo nada mais obterá que, segundo neles opera o Espírito, serem os fiéis preparados à obediência. Com efeito, é vicioso aplicar a todos igualmente *aquilo* que foi dito de certo número.

Quarta objeção: *Serveto* objeta ainda: visto que o que é animal vem antes [1Co 15.46], há de esperar-se o tempo maduro para o batismo, o qual é espiritual. Eu, porém, ainda que admita que desde o próprio ventre toda a posteridade de Adão, que é gerada da carne, traz sua condenação, no entanto nego que isso impeça que Deus proveja remédio imediatamente. Ora, tampouco mostrará Serveto que muitos anos foram divinamente prescritos para que se comece a novidade de vida espiritual. Aliás, segundo Paulo testifica, mesmo que por natureza estejam perdidos os que são nascidos de fiéis, contudo eles são santos por graça sobrenatural [1Co 7.14].

Quinta objeção: a seguir, *Serveto* traz a lume uma alegoria: que Davi, ao tomar a cidadela de Sião [2Sm 5.6-8], não levou consigo nem a cegos, nem a coxos, mas a soldados aguerridos. Mas, e se eu opuser a parábola na qual Deus convida aos cegos

e coxos para o banquete celestial? [Lc 14.21]. Como Serveto se desvencilharia de tal dificuldade? Pergunto ainda: e se porventura os coxos e mutilados não tivessem previamente servido com Davi? Contudo, é supérfluo insistir por mais tempo neste argumento, o qual os leitores aprenderão da história sacra que é extraído à revelia.

Sexta objeção: segue-se outra alegoria: que os apóstolos foram pescadores de homens, não de pequeninos [Mt 4.19; Mc 1.17; Lc 5.10]. Eu, porém, pergunto: que significa esta afirmação de Cristo: na rede do evangelho é apanhado todo gênero de peixes [Mt 13.47]? Mas, uma vez que não me disponho a divertir-me com alegorias, respondo que, enquanto aos apóstolos foi delegado o ofício de ensinar, entretanto não foram proibidos de batizar crianças. Se bem que gostaria ainda de saber: quando o evangelista os designa pelo termo ἀνθρώπους [*anthrōpous – homens*], palavra com a qual, sem exceção, se compreende o gênero humano, por que *Serveto* nega que as crianças sejam ***homens***?

Sétima objeção: Serveto objeta ainda: como as *coisas* espirituais se enquadram com as espirituais [1Co 2.13], as crianças, que não são espirituais, não são aptas para o batismo. Mas, *antes de tudo*, quão perversamente ele torce a passagem de Paulo, salta à vista. Ali se trata da doutrina; como os coríntios se deleitavam com sutilezas e engenhosidade, Paulo repreende sua negligência por terem ainda a necessidade de aprender os primeiros rudimentos da doutrina celeste. Quem se atreverá a concluir daqui que as crianças não devam ser batizadas; às quais, embora geradas segundo a carne, Deus as consagra e dedica a si mesmo por uma adoção gratuita?

Oitava objeção: se são homens novos, então as crianças devem ser nutridas com o alimento espiritual. A solução é fácil: pelo batismo elas são admitidas ao rebanho de Cristo, e lhes é suficiente o símbolo da adoção, até que, vindo a ser adultas, estejam em condições de suportar alimento sólido. Deve-se, pois, esperar o tempo de exame que Deus solicita expressamente na Santa Ceia.

Nona objeção: a seguir ele objeta que Cristo chama a todos os seus para a Sagrada Ceia. Mas, se constata suficientemente que *ele* a ninguém admite senão *aqueles* que já se prepararam para celebrar a memória de sua morte. Do quê se segue que as crianças, a quem dignou de seu abraço, subsistem em uma posição distinta e própria até que cresçam; contudo não estão de fora. Ao que alegam ser monstruosidade se o homem, após ter nascido, não coma, respondo que as almas são alimentadas de outra forma diferente da ingestão externa da Ceia, e por isso ser Cristo, não obstante, alimento às crianças, ainda que se abstenham do símbolo. Distinto é o sentido do batismo, pelo qual apenas se lhes abre a porta para a Igreja.

Décima objeção: de novo objeta *Serveto* que um bom mordomo distribui a seu tempo o alimento à família [Mt 24.45]; o que, ainda que o admita de bom grado, entretanto, com direito nos definirá o tempo do batismo, para provar não ser *ele* dado às crianças na devida época? Acrescenta ainda aquela ordem de Cristo aos

apóstolos a que se apressem à ceifa enquanto os campos amadurecem [Jo 4.35]. Com efeito, Cristo aí significa apenas que os apóstolos, vendo o presente fruto de *seu* labor, mais animosamente se cinjam para ensinar. Quem daí concluirá unicamente que o tempo da ceifa está maduro para o batismo?

Undécima objeção: seu argumento agora é que na Igreja primitiva ***cristãos*** e ***discípulos*** eram os mesmos. Contudo já vimos que ele raciocina tolamente, partindo da parte para o todo. Os discípulos são aí chamados homens de idade suficiente, que já haviam sido instruídos e engajados com Cristo, assim como sob a lei discípulos de Moisés eram os judeus *adultos*. Ninguém, contudo, daí inferirá corretamente que as crianças eram estranhas, às quais Deus provou que lhe eram familiares.

Duodécima objeção: *Serveto* objeta ainda que todos os cristãos eram irmãos, de cujo número não se incluem as crianças por quanto tempo as mantemos afastadas da Ceia. Eu, porém, volto àquele princípio de que ninguém é herdeiro do reino dos céus senão *aqueles* que são membros de Cristo; então, que o abraço de Cristo foi verdadeiro penhor da adoção pela qual as crianças são unidas em comum com os adultos; nem a abstenção temporária da Ceia impede que pertençam ao corpo da Igreja. Com efeito, nem mesmo o ladrão convertido na cruz [Lc 23.40-43] deixou de ser irmão dos piedosos, inda que nunca tenha se chegado à Ceia.

Décima terceira objeção: acrescenta, em seguida, que ninguém se faz nosso irmão senão pelo Espírito de adoção [Rm 8.15] que é conferido somente pelo ouvir da fé [Rm 10.17; Gl 3.2]. Respondo que ele recai sempre no mesmo paralogismo, porquanto contrariamente aplica às crianças o que foi dito somente dos adultos. Paulo aí ensina que este é o modo ordinário da vocação divina: que conduz à fé seus eleitos, enquanto lhes suscita mestres fiéis através de cujo ministério e obra ele estende a mão. Quem aí ouse impor-lhe uma lei para que em Cristo não insira as crianças por outra forma secreta?

Décima quarta objeção: objeta que Cornélio foi batizado depois de haver recebido o Espírito Santo [At 10.44-48]. Quão erroneamente extrai de um só exemplo uma regra geral, é evidente do eunuco [At 8.27-38] e dos samaritanos [At 8.12], nos quais Deus susteve uma ordem diferente, de modo que o batismo precedesse aos dons do Espírito.

A décima quinta razão é mais do que insípida: diz *Serveto* que pela regeneração nos fazemos deuses; mas deuses são *aqueles* a quem veio a Palavra de Deus [Sl 82.6; Jo 10.34, 35], o que não compete às crianças pequeninas. O fato de atribuir deidade aos fiéis demonstra um de seus desvarios, o qual não nos compete perscrutar neste lugar, senão ser uma tremenda impudência torcer a passagem do Salmo a um sentido tão alheio. Cristo diz que reis e magistrados são chamados *deuses* pelo Profeta por exercerem um ofício divinamente imposto a si. Este perito intérprete,

porém, aplica à doutrina do evangelho o que é dirigido a certos homens quanto a um mandado especial de governar, para desse modo desterrar as crianças da Igreja.

Décima sexta objeção: por outro lado, *Serveto* objeta que as crianças não podem ser consideradas novas criaturas porque não são geradas pela Palavra. Eu, porém, repito novamente aqui o que já disse tantas vezes: que a doutrina para nos regenerar é de semente incorruptível [1Pe 1.23], se de fato somos aptos para percebê-la. Onde, porém, em razão da idade, ainda não subsiste em nós a capacidade de sermos ensinados, Deus tem seus meios de regenerar.

Décima sétima objeção: a seguir, ele volta às suas alegorias, dizendo que na lei uma ovelha e uma cabra não podiam ser oferecidas em sacrifício imediatamente após nascidas. Se aqui realmente ele quer aplicar figuras, me prontifico a replicar que todos os primogênitos, tão logo abriam a madre, eram sagrados a Deus [Ex 13.2]; daí ser necessário que fosse morto um cordeiro de um ano [Ex 12.5]. Do quê se segue estar mui longe de que se deva esperar o vigor viril, mas que, antes, são por Deus escolhidos para os sacrifícios até mesmo os recém-nascidos e os ainda tenros.

Décima oitava objeção: ainda afirma que não podem vir a Cristo senão *aqueles* que já hajam sido preparados por João. Como se o ofício de João não fosse temporário! Mas para não deixar isso em branco, certamente não houve essa preparação nas crianças a quem Cristo abraçou e abençoou [Mt 19.13-15; Mc 10.13-16; Lc 18.15-17]. Então, que *ele* passe bem com seu falso princípio.

Décima nona objeção: finalmente, *Serveto* evoca em seu socorro a Trismegistos e as Sibilas, para provar que abluções sacras não convêm senão a adultos. Vê-se quão honorificamente ele sente respeito pelo batismo de Cristo, a ponto de conformá-lo aos ritos profanos dos gentios, e não aceita que seja ministrado senão do modo que agrada a Trismegistos! De nossa parte, porém, de muito mais peso é a autoridade de Deus, a quem pareceu bem consagrar a si as crianças e iniciá-las pelo sacro símbolo, do qual, em razão da idade, ainda não apreendem o sentido. Tampouco consideramos ser lícito tomar de empréstimo às expiações dos gentios, a fim de mudar, em nosso batismo, a eterna e inviolável lei de Deus, a qual *ele* sancionou a respeito da circuncisão.

Vigésima objeção: por fim *Serveto* arrazoa que, se é lícito batizar as crianças sem discernimento, *então* o batismo pode ser *validamente* ministrado, simuladamente e por brincadeira, pelas crianças a se divertirem. E acerca desta matéria *ele* litiga com Deus, de cujo preceito foi a circuncisão comum às crianças antes que houvessem chegado à idade do discernimento. Porventura foi ela instituída para brincadeira ou para estar sujeita às infantilidades das crianças, para que pudessem subverter a santa instituição de Deus?

Não surpreende, contudo, que esses espíritos réprobos, como se fossem agitados por um frenesi, introduzem em defesa de seus erros os mais crassos absurdos,

porque com tal vertigem Deus justamente vinga seu orgulho e obstinação. Confio que consegui tornar evidente de quão débeis apoios Serveto lançou mão para assistir a seus amigos anabatistas.

32. Ao contrário dos anabatistas, devemos ver no batismo infantil bendita provisão divina a demandar nossa profunda gratidão

Julgo que nenhum homem sóbrio terá por ambíguo quão temerariamente conturbam a Igreja de Cristo os que movem rixas e contenções por causa do pedobatismo. Ora, pois, é indispensável observar o que Satanás esteja urdindo com tão sorrateira sutileza, isto é, ele nos arrebata o singular fruto da confiança e do deleite espiritual que daí se deve extrair, e também detrai outro tanto da glória da divina bondade. Pois, quão suave é às almas piedosas o serem asseguradas, não apenas por palavra, mas também por visão ocular, que obtêm tanto de graça junto ao Pai celeste que tanto cuidado tem por sua posteridade? Ora, aqui se vê como *Deus* assume para conosco o papel de pai de família mui providente, o qual de fato não cessa de cuidar de nós nem mesmo após nossa morte, senão que vela e provê recursos para nossos filhos.

Porventura não devemos nós, a exemplo de Davi [Sl 48.11], exultar aqui, de todo o coração, em ação de graças, de sorte que seu nome seja santificado por uma demonstração tão imensa de *sua* bondade? De fato Satanás maquina com que tropas tão numerosas possa investir contra o batismo infantil, isto é, subtraída à vista essa comprovação da graça de Deus, faz evanescer pouco a pouco a promessa que por meio dela se nos apresenta aos olhos. Donde, não só nasceria ímpia ingratidão para com a misericórdia de Deus, mas também certa negligência em instruir os filhos à piedade. Pois não nos é frágil estímulo educá-los no sério temor de Deus e na observância da lei, quando refletimos que já desde o nascimento são por ele tidos e reconhecidos no lugar de filhos. Portanto, salvo se apraz obscurecer perversamente a benevolência de Deus, ofereçamos-lhe nossos filhos, aos quais *ele* atribui lugar entre seus familiares e domésticos, isto é, os membros da Igreja.

CAPÍTULO XVII

DA SACRA CEIA DE CRISTO E O QUE ELA NOS CONFERE

1. A Santa Ceia é o sacramento da comunhão mística e vital com Cristo, provisão divina em virtude da qual somos espiritualmente nutridos

Depois que Deus uma vez nos recebe em sua família, não meramente para que nos tenha na função de servos, mas no lugar de filhos, para que cumpra o papel de ótimo e solícito pai de sua progênie, assume também a função de nutrir-nos continuamente no curso da vida. Tampouco quis com isso contentar-se em nos dar um penhor para tornar-nos mais certos desta *sua* contínua liberalidade. Portanto, foi para este fim que ele deu à sua Igreja, pela mão do Filho Unigênito, outro sacramento, a saber, um banquete espiritual, no qual Cristo se comprova ser o pão que gera vida [Jo 6.51], pelo qual nossas almas são alimentadas para a verdadeira e bem-aventurada imortalidade.

Mas visto ser sobremaneira necessário o conhecimento de tão grande mistério, e em razão de sua magnitude apresenta acurada explicação, e Satanás, para que privasse a Igreja deste inestimável tesouro, para que sua luz fosse obscurecida, induziu primeiramente névoas, e depois trevas, então promoveu controvérsias e embates, os quais alienassem as mentes dos símplices do gosto deste sacro alimento, e o mesmo artifício tentou até mesmo em nosso tempo; quando *eu* houver obtido uma suma ao alcance dos menos letrados, resolverei essas dificuldades com as quais Satanás tem urdido enredar o mundo.

Primeiro, os sinais são pão e vinho, os quais nos representam o alimento invisível que recebemos da carne e do sangue de Cristo. Pois, assim como no batismo, pelo qual Deus nos regenera e nos insere na sociedade de sua Igreja e nos faz seus por adoção, assim também dissemos que ele desempenha o ofício de providente pai de família, que ministra o alimento assiduamente com que nos sustenha e conserve nessa vida à qual nos gerou por sua Palavra. Com efeito, Cristo é o único alimento de nossa alma, e por isso a ele nos convida o Pai celeste, para que, refeitos por sua participação, extraiamos incessante vigor, até que tenhamos alcançado a imortalidade celestial. No entanto, visto que este mistério da secreta união de Cristo com os piedosos é por sua natureza imcompreensivel, o Senhor exibe sua figura e imagem em sinais visíveis mui apropriados a nossa diminuta capacidade; aliás, como se nos

desse certos penhores e senhas para que o contemplássemos com nossos olhos, porque esta contemplação tão familiar penetra até mesmo as mentes mais obtusas: que as almas são alimentadas por Cristo não de outra forma senão como o pão e o vinho sustentam a vida corpórea.

Portanto, já temos a que fim visa esta bênção mística: para que realmente nos confirme que o corpo do Senhor foi de tal modo uma vez em nosso favor imolado, que agora nos alimentamos dele e, nos alimentando, sentimos em nós a eficácia daquele sacrifício único, e que seu sangue foi de tal modo uma vez derramado em nosso favor, que se tornou nossa bebida perpétua. E assim soam as palavras da promessa ali acrescentadas: "Tomai, este é meu corpo que é dado por vós" [Lc 22.19: 1Co 11.24]. Portanto, aqui se nos ordena tomar e comer o corpo que foi de uma vez por todas oferecido para nossa salvação; de modo que, enquanto vemos que nos fazemos dele participantes, concluamos que certamente o poder dessa morte vivificante se tornará eficaz em nós. Donde também chama ao cálice a aliança em seu sangue [Lc 22.20; 1Co 11.25]; pois a aliança que uma vez sancionou com seu sangue, de certo modo aí renova, ou, melhor, continua no que respeita à confirmação de nossa fé, sempre que nos propicia beber aquele sangue sagrado.

2. O profundo significado do qual a Santa Ceia se reveste, o sacramento de nossa vital comunhão com Cristo

No entanto, grande fruto de confiança e satisfação podem as almas piedosas extrair deste sacramento, porque *nele* têm o testemunho de nos havermos unido com Cristo em um só corpo, de tal sorte que tudo quanto é dele, é lícido dizer que é nosso. Daqui se segue que ousamos assegurar-nos com plena certeza ser nossa a vida eterna da qual ele é o herdeiro; nem se pode eximir mais a nós o reino do céu do que ele, no qual ele já entrou; por outro lado, não podermos ser condenados por nossos pecados, de cuja culpa nos absolveu, quando ele os quis imputar a si como se fossem seus.

Esta é a mirífica transformação que, por sua imensa benignidade, ele já usou para conosco: ao tornar-se Filho do Homem conosco, nos fez consigo filhos de Deus; por sua descida à terra, a ascensão ao céu nos aplanou, de modo que, tomanda nossa mortalidade, nos conferiu sua imortalidade; assuminda nossa fraqueza, nos confirmou seu poder; recebenda em si nossa pobreza, nos transferiu sua opulência; dirigindo para si toda nossa injustiça, pela qual éramos oprimidos, nos revestiu de sua justiça.

3. O sentido espiritual da Santa Ceia em função do pão e do vinho

Temos neste sacramento uma comprovação tão sólida de todas estas *coisas*, que devemos estar certos e seguros de que realmente nos são exibidas não diferentemente do que se o próprio Cristo presente se nos deparasse ante nossa visão e fosse tocado por nossas mãos. Ora, esta palavra *não* nos pode mentir nem enganar: “Tomai, comei, bebei: este é meu corpo, que é entregue por vós; este é meu sangue que é derramado para remissão dos pecados” [Mt 26.26-28]. Ao ordenar tomar, significa que é nosso; ao mandar comer, significa que se faz uma só substância conosco; ao declarar que em relação ao corpo foi entregue por nós, em relação ao sangue foi derramado por nós, nisso ensina que ambos eram não tanto seus quanto nossos, porque a um e outro não só tomou, mas também entregou, não para seu *próprio* proveito, mas para nossa salvação.

E de fato deve-se observar, diligentemente, que a principal e quase total energia do sacramento se situou nestas palavras: “que é entregue por vós”, e “que é derramado por vós”. Doutra sorte, não nos seria grandemente de proveito que o corpo e o sangue do Senhor sejam agora distribuídos, a menos que fossem uma vez oferecidos para nossa redenção e salvação. Assim sendo, são representados sob *a forma de* pão e vinho, para que aprendamos não só que são nossos, mas também que nos foram destinados para alimento da vida espiritual.

De antemão já chamamos a atenção para o seguinte: que somos conduzidos das coisas corpóreas que se apresentam no sacramento, por meio de certa analogia, às coisas espirituais. Assim, quando o pão nos é dado como símbolo do corpo de Cristo, imediatamente se deve imaginar esta similitude: como o pão nutre, sustenta, conserva a vida de nosso corpo, assim o corpo de Cristo é o alimento único para revigorar e vivificar a alma. Quando vemos o vinho proposto como símbolo do sangue, deve-se ter em mente quais benefícios o vinho traz ao corpo, para que reflitamos que os mesmos nos são espiritualmente conferidos pelo sangue de Cristo, a saber, alimentar, restaurar, fortalecer, alegrar. Ora, se ponderarmos bem qual o proveito que nos conferiu a entrega deste corpo sacrossanto, qual a efusão do sangue, certamente haveremos de perceber não obscuramente que, segundo analogia desse gênero, estes atributos do pão e do vinho se harmonizam perfeitamente com o que temos afirmado.

4. A Santa Ceia é selo da promessa de que Cristo nos é o pão da vida

Portanto, a função principal do sacramento não é simplesmente, e sem a mais elevada consideração, apresentar-nos o corpo de Cristo, mas, antes, selar e confirmar aquela promessa, promessa essa, repito, pela qual atesta ser sua carne verdadeiramente alimento; e seu sangue, *verdadeiramente* bebida [Jo 6.55, 56]; com os quais

somos nutridos para a vida eterna [Jo 6.54]; pela qual se afirma o pão da vida; do qual quem houver comido viverá para sempre [Jo 6.48, 50]; e para que isso se faça, o sacramento nos retrocede à cruz de Cristo, onde essa promessa foi verdadeiramente realizada e em todos os aspectos, cumprida. Ora, não nos alimentamos correta e salvificamente de Cristo a não ser crucificado, quando apreendemos em vivo senso a eficácia de sua morte. Porque ele se proclamou o pão da vida, não em virtude do sacramento, como muitos viciosamente o interpretam, mas, ao contrário, porque ele nos foi dado como tal pelo Pai, e como tal se nos mostrou quando se fez participante de nossa mortalidade humana, e nos fez participantes de sua imortalidade divina; quando, oferecendo-se em sacrifício, em si levou nossa maldição, para que nos inundasse de sua bênção: quando, por sua morte, tragou e aniquilou a morte; quando, em sua ressurreição, alcançou glória e incorrupção para esta nossa carne corruptível da qual se revestira.

5. Do evangelho e da Santa Ceia, mediante a fé, nos apropriamos de Cristo como o pão da vida, não em mera crença, mas em comunhão real

Resta que tudo isso nos seja aplicado efetivamente. Isso se faz tanto pelo evangelho quanto, mais concretamente, pela Ceia Sagrada, na qual ele não só nos é oferecido com todos os seus benefícios, mas também o recebemos pela fé. Portanto, o sacramento não faz com que Cristo comece primeiro a ser o pão da vida; antes, enquanto evoca à memória que *ele* se tornou o pão da vida, do qual nos alimentemos continuamente, e desse pão nos oferece o gosto e o sabor, faz com que sintamos o poder daquele pão. Pois nos assegura que tudo quanto Cristo fez ou sofreu, isso ele fez para nos vivificar; então, que esta vivificação é eterna, pela qual sejamos eternamente alimentados, sejamos sustentados e sejamos conservados na vida. Ora, pois, assim como Cristo não nos teria sido o pão da vida, a menos que para nós nascesse e morresse, a menos que para nós ressuscitasse, assim também de modo nenhum o seria agora, a menos que a eficácia e o fruto de seu nascimento, morte e ressurreição se tornassem algo eterno e imortal, tudo o que Cristo expressou maravilhosamente com estas palavras: “O pão que eu darei é minha carne, a qual eu darei pela vida do mundo” [Jo 6.51]; com cujas *palavras* acena não dubiamente que seu corpo nos haveria de ser por pão para a vida espiritual da alma, visto que haveria de ser exposto à morte para nossa salvação; mais ainda, que ele nos seria oferecido para que dele nos alimentemos, quando pela fé nos faz participantes dele. Portanto, ele o deu *uma vez* para que se fizesse pão, quando, para ser crucificado, aí se entregou para a redenção da mundo; ele o dá *diariamente*, quando, pela palavra do evangelho, no-lo oferece para nossa participação, até onde foi crucificado, quando sela essa entrega pelo sagrado mistério da Ceia, quando realiza interiormente o mesmo que representa exteriormente.

Mas aqui se nos impõe de fato guardar-nos de dois vícios, a saber, ou minimizamos excessivamente, de seus mistérios, os sinais, aos quais foram como que anexados, não os desgarremos, ou não nos mostremos moderados em sua exaltação, obscurecendo também, entrementes, os próprios mistérios. Não há ninguém que não confesse ser Cristo o pão da vida, com o qual os fiéis são nutridos para a salvação eterna, a não ser que seja absolutamente irreligioso. Não há, porém, unanimidade entre todos quanto à maneira de se participar dele. Pois há quem o defina numa palavra que comer a carne de Cristo e berber seu sangue outra coisa não é senão ***crer*** no próprio Cristo. A mim, porém, me parece que Cristo quis ensinar algo mais definido e sublime naquele preclaro discurso no qual nos recomenda comer sua carne [Jo 6.26-35], isto é, que somos vivificados por sua verdadeira participação, a qual designou com os termos ***comer*** e também ***beber***, para que alguém não pensasse que a vida que dele recebemos é recebida em virtude de mero conhecimento. Pois como o que propicia o alimento do corpo não é a ***visão***, mas a ***ingestão*** do pão, assim importa que a alma se faça verdadeira e intimamente participante de Cristo, para que, por seu poder, seja alentada à vida espiritual.

Contudo, entrementes confessamos que esta não é outra senão a mastigação da fé, uma vez que nenhuma outra se pode imaginar. No entanto, existe diferença entre as minhas e as palavras desses tais: para eles, comer é apenas crer; e eu digo que, ao crermos, comemos a carne de Cristo, porque pela fé ele se faz nosso, e essa mastigação é fruto e efeito da fé. Ou, se o queiras mais claramente, para eles a mastigação é a fé; para mim, tudo indica que ela resulta antes da fé. Não há dúvida de que há pouca diferença nas palavras, entretanto ela não é diminuída na matéria. Ora, uma vez que o Apóstolo ensina habitar Cristo em nosso coração pela fé [Ef 3.17], contudo ninguém interpretará essa habitação *como sendo* a fé; ao contrário, todos sentirão que ela deve ser explicada como o efeito sublimado da fé, porquanto através dela os fiéis conseguem ter a Cristo que neles permanece. Desse modo o Senhor quis, ao dizer que é "o pão da vida" [Jo 6.35, 48], não apenas ensinar que a salvação nos foi posta na fé em sua morte e ressurreição, mas também, mercê de sua verdadeira comunicação, acontece que sua vida nos é transferida e se faz nossa, não de outra forma que sucede ao pão, quando é tomado como alimento, ministra vigor ao corpo.

6. Agostinho e Crisóstomo, igualmente, embora realçando a relação da fé com o sacramento, não o fazem mera matéria de crença, mas de real comunhão com Cristo

Tampouco Agostinho escreveu em outro sentido, a quem esses tais evocam como seu patrono, que o comemos crendo nele,[217] o único que dizia que essa mastigação

217. *Tratados Sobre João,* XXVI 1.

provém da fé, não da boca; o que tampouco eu mesmo nego, mas ao mesmo tempo acrescento que, no entanto, pela fé abraçamos a Cristo que não se mostra ao longe, senão que se une a nós, de tal modo que nos é a Cabeça, e nós, seus membros. Contudo, não reprovo simplesmente essa expressão, mas apenas nego que *ela* seja a interpretação completa, caso queiram definir o que significa comer a carne de Cristo. De outra sorte, vejo que Agostinho usou freqüentemente desta forma de falar, como quando diz no livro III da *obra* ***De Doctrina Christiana*** [Da Doutrina Cristã]: "*a cláusula*: a menos que comais a carne do Filho do Homem [Jo 6.53], é uma figura a preceituar que se deve participar da paixão do Senhor e suave e utilmente guardar na memória que sua carne foi por nós crucificada e ferida." Igualmente, quando diz que aqueles três mil homens que se converteram com a pregação de Pedro [At 2.41], ao crerem beberam[218] o sangue de Cristo que, agindo cruelmente, haviam derramado. Em muitos outros lugares, também recomenda egregiamente esse benefício da fé, porquanto, mediante ela, pela comunhão da carne de Cristo nossas almas se refazem não menos que *nossos* corpos pelo pão com que se alimentam.[219] E isso mesmo é o que escreve Crisóstomo em outro lugar: Cristo não só nos faz seu corpo pela fé, mas também de fato.[220] Pois ele não entende que um bem tão grande provém unicamente da fé, mas que só quer excluir isto: quando diz pela fé, que ninguém o conceba como mera imaginação.

Aqueles, porém, que querem que a Ceia seja apenas a marca de uma profissão *de fé*, agora os deixo fora de consideração, porquanto me parece haver-lhes refutado suficientemente o erro quando tratei dos sacramentos em geral. Que os leitores observem apenas isto: quando o cálice é chamado "a aliança em meu sangue" [Lc 22.20], aí se exprime uma promessa, a qual vale para se confirmar a fé. Do quê se segue que, salvo se contemplarmos a Deus e abraçarmos o que ele oferece, não usaremos corretamente da Sacra Ceia.

7. Visto que a Santa Ceia é corpórea e espiritual, conceitos e palavras falham em expressá-la adequadamente

Além disso, não me satisfazem aqueles que, reconhecendo que temos certa comunhão com Cristo, quando a querem pôr à vista, nos fazem participantes apenas do Espírito, omitinda menção da carne e do sangue. Como se fosse dito em vão que sua carne é verdadeiramente comida, que seu sangue é verdadeiramente bebida [Jo 6.55], que não tem vida senão *aquele* que comer essa carne e beber *esse* sangue [Jo 6.53]; e *as demais coisas* no mesmo sentido. Daí, se é evidente que a plena comunhão de Cristo avança além da descrição desses tais, visto ser excessivamente res-

218. *Ibid.*, XXXI, XL, 2.
219. Agostinho, *Sermão 131*, 1.
220. *Homília 60, ao Povo*.

trita, procederei a condensar em poucas *palavras* até onde *ela* se patenteie e se ponha à mostra, antes de discutir acerca do vício contrário do excesso. Pois haverei de ter mais longa disputa com os doutores hiperbólicos que, enquanto em razão de sua obtusidade engendram um modo absurdo de comer *o corpo de Cristo* e de beber *seu sangue,* também transfiguram a Cristo desvestido de sua carne em um fantasma, se entretanto seja possível abarcar em algumas palavras tão grande mistério, o qual, na verdade, não vejo como possa ser suficientemente compreendido com a mente, e de bom grado o confesso, para que ninguém meça sua sublimidade pela mesquinha medida de minha pobreza de expressão. Senão que, antes, exorto aos leitores a que não contenham o sentido de sua mente dentro destes limites demasiadamente estreitos; ao contrário, que porfiem por subir bem mais do que o possam sob minha direção, porque eu próprio, sempre que se trata desta matéria, quando tento dizer tudo, em razão de sua dignidade, ainda sinto que disse pouco demais. Mas, ainda que a mente possa pensar mais do que a língua em exprimir, contudo também aquela é vencida e posta por terra pela magnitude do assunto. Portanto, enfim nada me resta senão prorromper em admiração desse mistério ao qual o intelecto não pode estar em condições de ponderá-lo com clareza, nem de a língua explicá-lo. Contudo, seja como for, exporei a suma de minha opinião, a qual, como tenho certeza de ser verdadeira, assim confio que não serei reprovado pelos corações piedosos.

8. Cristo, fonte da vida, ao assumir nossa natureza, se fez presente em nós através de seu corpo e de seu sangue, dados por nós, os quais comunicam vida

Antes de tudo, somos ensinados pelas Escrituras que Cristo no princípio foi aquela Palavra viva do Pai [Jo 1.1], fonte e origem da vida, donde todas *as coisas* sempre a receberam para que vivessem. Por isso João ora o chama palavra da vida [Jo 1.1], ora escreve que a vida estava nele [1Jo 1.4], significando que, estando ainda todas as criaturas usufluindo dele, lhes instilara o poder de respirar e de viver. O mesmo João ainda acrescenta, em seguida, que então finalmente a vida se manifestou, quando, assumindo nossa carne, o Filho de Deus se ofereceu aos olhos para ser contemplado e às mãos para ser apalpado [1Jo 1.1]. Pois ainda que também antes difundia seu poder sobre as criaturas, no entanto, visto que o homem, alienado de Deus pelo pecado, perdendo a comunhão de vida, via de todos os lados a morte a si iminente, para que recebesse a esperança da imortalidade, foi preciso que recebesse a comunhão de sua Palavra. Ora, pois, quão reduzida confiança daí concebas, se realmente a Palavra de Deus, da qual estejas mui distanciado, ouças que nela se contém a plenitude de vida, mas em ti mesmo, e por toda parte em derredor, nada ocorra e diante dos olhos nada se revolva senão morte? Mas deveras, quando essa fonte de vida começou a habitar em nossa carne, já não permanece oculta longe de

nós; pelo contrário, diante se exibe à nossa participação. Mas também a própria carne em que reside no-la torna vivificada, para que por sua participação sejamos alimentados para a imortalidade. “Eu sou”, diz *ele*, “o pão da vida que desceu do céu. E o pão que darei é minha carne que eu darei para a vida do mundo” [Jo 6.51], com cujas palavras ele ensina que ele é não só a vida, já que é a eterna Palavra de Deus que desceu do céu a nós; mas também que, ao descer, derramou essa força sobre a carne de que se revestiu, para que daí nos promanasse a comunicação da vida.

Daqui também as seguintes afirmações: que sua carne é verdadeiramente comida; que seu sangue é verdadeiramente bebida; por cujos alimentos os fiéis são nutridos para a vida eterna. Portanto, nisto subjaz profunda consolação para os piedosos: que agora acham vida na própria carne. Porque de tal maneira não só penetram com grande facilidade a esta vida, mas que ela mesma espontaneamente sai a seu encontro e os saúda. Abram-lhe simplesmente o recesso do coração para que a abracem presente, e assim a obterão.

9. Perspectiva e extensão em que na própria humanidade de Cristo reside a plenitude da vida

E ainda que a carne de Cristo não tenha inerentemente tão grande virtude para nos vivificar, a qual mesmo em sua primeira condição foi sujeita à mortalidade, e agora, dotada de imortalidade, não tem vida em si mesma, no entanto se diz que com todo direito se chama vivificante, que foi inundada de plenitude de vida para que no-la pudesse transmitir. Neste sentido interpreto, com Cirilo, aquele dito de Cristo: “Assim como o Pai tem vida em si mesmo, assim também deu ao Filho ter vida em si mesmo” [Jo 5.26]. Pois ele está aí a discorrer propriamente acerca de seus dotes; não *aqueles* que possuía desde o início junto ao Pai, mas daqueles com os quais foi adornado nessa mesma carne na qual apareceu. De igual modo mostra habitar também em sua humanidade a plenitude de vida, de sorte que todo aquele com quem compartilhar de sua carne e sangue usufrua ao mesmo tempo de participação da vida. De que natureza seja isso, pode-se explicar com um exemplo familiar. Pois da mesma forma que se bebe de uma fonte, ora a água é tirada, ora é conduzida através de canais a irrigar os campos, a qual, entretanto, sobeja a tantos usos não de si própria, mais do próprio manancial, o qual, em fluxo perene, lhe fornece e subministra constantemente nova caudal, assim a carne de Cristo é semelhante a uma fonte rica e inexaurível que nos comunica a vida, a qual jorra da divindade.

Quem não vê agora que se faz necessária a participação da carne e do sangue de Cristo a todos que aspiram à vida celeste? A isso visam estas afirmações do Apóstolo: “a Igreja é o corpo de Cristo e sua plenificação” [Ef 1.23]; “mas ele é a cabeça, da qual todo o corpo ajustado e ligado mediante junturas faz o crescimento do cor-

po" [Ef 4.15, 16]; "nossos corpos são membros de Cristo" [1Co 6.15], coisas essas que compreendemos que não podem efetuar-se de outra maneira, a não ser que tudo nos esteja ligado em espírito e corpo. Mas essa associação tão estreita, mercê da qual somos ligados à sua carne, de título ainda mais esplêndido a adornou *o Apóstolo* quando disse que somos "membros de seu corpo, participantes de seus ossos e de sua carne" [Ef 5.30]. Finalmente, para que atestasse coisa maior que todas as palavras, termina o discurso com a exclamação: "Grande é este mistério!" [Ef 5.32].

Portanto, seria uma grande loucura não reconhecer nenhuma comunhão dos fiéis com a carne e o sangue do Senhor, a qual o Apóstolo declara ser tão profunda que se esquivava de explicá-la!

10. A participação real do corpo e do sangue de Cristo operada pela ação do Espírito Santo na Ceia do Senhor

Eis a síntese: nossas almas não são nutridas de outra maneira, pela carne e pelo sangue de Cristo, do que o pão e o vinho mantêm e sustentam a vida corpórea. Pois de outra sorte não se enquadraria a analogia do sinal, a não ser que em Cristo as almas achassem seu alimento, o que não pode acontecer, a menos que Cristo se una verdadeiramente conosco em um só e nos refaça pela ingestão de sua carne e a bebida de *seu* sangue. Mas, ainda que pareça incrível que a carne de Cristo nos penetre de tão grande distância, de sorte que nos seja para alimento, lembremo-nos de quanto acima de todos os nossos sentidos se sobreleve a arcana virtude do Santo Espírito e quão estulto seja querer medir sua imensidade por nossa medida. Portanto, o que nossa mente não compreende, a fé o concebe: que o Espírito verdadeiramente une as coisas que permanecem afastadas.

Agora, essa sacra comunhão de sua carne e sangue, pela qual Cristo transfere a nós sua vida, não de outra forma senão que penetra nossa medula, a atesta e a sela também na Ceia; e certamente não nos oferece um sinal inútil ou vazio; antes, exibe aí a eficácia de seu Espírito, mercê da qual leva a bom termo o que promete. E, seguramente, a coisa aí representada ele a oferece e a exibe a todos os que se reclinam nesse banquete espiritual, ainda que somente dos fiéis é percebida com fruto, os quais recebem tão grande benignidade com verdadeira fé e gratitude de coração. Razão por que disse o Apóstolo: "O pão que partimos é a comunhão do corpo de Cristo; o cálice que consagramos por palavra e ações de graças é a comunhão de seu sangue" [1Co 10.16, invertida a ordem das cláusulas].

Não há razão por que alguém objetaria ser *essa* uma expressão figurada, pela qual se transfere ao sinal o nome da coisa representada. Naturalmente admito que a fração do pão é um símbolo, não a própria coisa. Mas, isto posto, concluiremos corretamente que, no entanto, pela exibição do símbolo a própria coisa é exibida.

Pois, a menos que alguém queira acusar a Deus de ser enganador, nunca ouse dizer que ele propôs um símbolo sem valor. Portanto, se pela fração do pão o Senhor representa verdadeiramente a participação de seu corpo, está mui longe de qualquer dúvida que aí se depare e exiba o que é verdadeiro. E esta regra deve ser absolutamente mantida pelos piedosos: sempre que vêem os símbolos instituídos pelo Senhor, que aí meditem e se persuadam de que certamente está presente a veracidade da coisa representada. Pois, com que propósito o Senhor te depositaria à mão o símbolo de seu corpo, senão para que mais te convença de sua verdadeira participação? Ora, pois, se um verdadeiro sinal visível nos é oferecido para selar a dádiva de uma coisa invisível, uma vez recebido o símbolo do corpo, não tenhamos menos confiança de que certamente ele também nos dará seu próprio corpo.

11. A Santa Ceia conta de dois elementos: o material simbolizante, e o espiritual simbolizado, a conferir-nos real participação de Cristo

Digo, pois, o que não só foi sempre recebido na Igreja, mas também hoje o ensinam todos quantos sentem corretamente que o sacro mistério da Ceia consta de duas coisas: ***sinais corpóreos***, os quais, postos diante dos olhos, nos representam coisas invisíveis, segundo o alcance de nossa fraqueza; e ***a verdade espiritual***, que pelos próprios símbolos é, a um tempo, figurada e exibida. De que natureza é essa *verdade*, quando a quero expor de forma familiar, costumo propor três coisas: ***o significado***, ***a matéria***, que dele depende, e ***a virtude*** ou ***efeito***, que de um e da outra se segue. O significado está sitado nas promessas, as quais, por assim dizer, estão implícitas no sinal. Chamo Cristo a matéria ou substância, com sua morte e ressurreição. Entendo por efeito, porém, a redenção, a justiça, a santificação e a vida eterna, e todos e quaisquer outros benefícios que Cristo nos confere.

Todavia, ainda que todas estas *coisas* dizem respeito à fé, no entanto não deixo nenhum lugar a esta cavilação: como se, ao dizer que Cristo é percebido pela fé, quero que ele seja concebido apenas pela inteligência e pela imaginação. Pois as promessas no-lo oferecem não como se a ele nos apegássenos apenas em visualização e destituído conhecimento, mas, ao contrário, de tal modo que usufruímos dele verdadeira participação. E, com efeito, não vejo como alguém que confia na cruz de Cristo tenha redenção e justiça, em sua morte tenha vida, a não ser calcado, acima de tudo, na verdadeira comunhão do próprio Cristo. Pois esses benefícios não nos adviriam, a menos que antes Cristo se fizesse nosso.

Digo, pois, que no mistério da Ceia, mediante os símbolos do pão e do vinho, Cristo se nos exibe verdadeiramente, e deveras seu corpo e sangue, nos quais cumpriu toda obediência no interesse de conseguir nossa justiça, para que, com efeito,

primeiro com ele nos unamos em um só corpo; então, feitos participantes de sua substância, em *plena* participação de todos os seus benefícios, também sintamos seu poder.

12. A apropriação de Cristo na Santa Ceia não resulta de conter-se ele no pão, como querem os romanistas, mas da direta operação do Espírito

Desço agora às misturas hiperbólicas que a superstição introduziu, porque com mirabolesca astúcia aqui se recreou Satanás, de sorte que as mentes dos homens, afastadas do céu, as imbuísse de perverso erro, como se Cristo fosse encerrado no elemento do pão. E, primeiro, a presença de Cristo no sacramento de modo nenhum deve ser sonhado como o configuraram os artífices da cúria romana, como se o corpo de Cristo fosse contido em uma presença local, para ser tocado pelas mãos, triturado pelos dentes, tragado pela boca! Ora, o papa Nicolau ditou a Berengário[221] esta fórmula de retração que lhe houvesse de ser prova de arrependimento, contudo em termos a tal ponto monstruosos que o autor da glosa exclama que, a menos que os leitores se precavenham prudentemente, há perigo de que daí concluam heresia pior do que foi a de Berengário. Pedro Lombardo, porém, ainda que se esforce muito em escusar-se o absurdo, contudo mais se inclina a opinião diferente.

Ora, pois, como estamos longe de disputar que, de conformidade com a perpétua consistência do corpo humano, o corpo de Cristo seja finito e se mantém no céu, onde foi uma vez recebido, até que retorne para o Juízo [At 3.20, 21], assim julgamos ser absolutamente absurdo trazê-lo de volta sob esses elementos corruptíveis ou imaginá-lo por toda parte presente. Evidentemente, tampouco isso se faz necessário para que dele usufruamos de participação, quando o Senhor nos prodigaliza este benefício através de seu Espírito: que nos tornamos com ele um só corpo, espírito e alma. Portanto, o vínculo desta conjugação é o Espírito de Cristo, de cujo nexo somos ligados e é como, por assim dizer, o canal pelo qual nos advém tudo quanto o próprio Cristo não só é, mas inclusive tem. Ora, se vemos o sol, brilhando sobre a terra com *seus* raios, sobre ela projetar, de certo modo, sua substância para gerar, nutrir, dar crescimento a seus produtos, por que a radiação do Espírito de Cristo seria inferior para nos trasladar à comunhão de sua carne e de *seu* sangue?

Por isso, quando fala de nossa participação com Cristo, a Escritura atribui ao Espírito todo seu poder. Contudo, por muitas bastará só uma passagem. Pois Paulo, no capítulo oitavo *da Epístola* aos Romanos, declara que Cristo habita em nós não de outro modo, senão através de seu Espírito, com o quê, no entanto, não detrai

221. Berengário de Tours, morto em 1088, combateu a transubstanciação e foi obrigado pelo Concílio de Latrão, em 1059, a subscrever a fórmula citada.

aquela comunhão de carne e sangue da qual está agora a tratar-se, pelo contrário ensina que somente pela operação do Espírito possuímos a Cristo inteiro e o temos permanentemente em nós.

13. A concepção sutil, porém viciosa, dos escolásticos e seu deletério efeito nas mentes menos avisadas

Mais discretamente se pronunciaram os Escolásticos, a quem aterrou o horror de tão bárbara impiedade, contudo nada *fazem* também eles próprios senão jogar com artimanhas mais sutis. Concedem que não circunscritivamente, nem de modo corporal, Cristo aí se contém, mas, a seguir, inventam uma fórmula que nem *eles* próprios entendem, nem podem explicar a outros, *fórmula* que, no entanto, a isto recebe: que se busque Cristo no que chamam ***a espécie do pão***. E então? Quando dizem que a susbtância do pão se converte em Cristo, porventura não a afixam à brancura que aí fazem permanecer? Mas, de tal modo ele se contém no sacramento, que permanece no céu, dizem *eles*, e chamam isto uma ***presença habitual***.

Quaisquer que sejam, porém, os termos que tragam a lume para disfarçá-lo, este é o fim de todos: mediante a consagração, o que antes era pão faz-se Cristo, de sorte que a seguir, sob essa aparência do pão Cristo está oculto. Eles não se envergonham de expressá-lo até explicitamente, pois são palavras de Lombardo: "O corpo de Cristo, que em si é visível, feita a consagração, jaz invisível e escondido sob a espécie do pão."[222] Assim sendo, a figura desse pão outra coisa não é senão *mera* máscara que aos olhos nos engana a visão da carne.

Contudo, não há necessidade de muitas conjeturas para depreendermos que eles quiseram armar armadilhas com estas palavras, quando a própria coisa fala claramente. Pois é preciso ver em quão grande superstição já por alguns séculos se deixaram deter, e detidos são hoje nas igrejas papistas, não apenas o comum dos homens, mas até mesmo os próprios corifeus. Ora, pouco solícitos acerca da verdadeira fé, só pela qual não apenas chegamos à união de Cristo, mas também nos mantemos unidos com ele, julgam tê-lo bastante presente desde que tenham sua presença carnal que fabricaram à parte da Palavra. Portanto, em suma vemos com esta engenhosa sutileza resultar em que o pão fosse tido por Deus!

14. Falácia da pretensa transubstanciação, isto é, que a matéria do pão se converte no corpo de Cristo, elemento não ensinado pelos autores dos primeiros séculos

Daqui se originou aquela transubstanciação fictícia pela qual os papistas com-

222. *Livro das Sentenças*, livro IV, dist. 10, capítulo 2.

batem hoje mais acerbamente do que por todos os demais artigos de sua fé. Pois os primeiros arquitetos da presença local não podiam explicar como o corpo de Cristo se haveria de misturar à substância do pão sem que imediatamente acorressem muitas coisas absurdas. Portanto, foi-lhes necessário refugiar-se nesta ficção: que o pão se converte no corpo *de Cristo*; não que, propriamente falando, o pão se converta no corpo de Cristo, mas porque este, para que se oculte sob a figura, sua substância se reduz a nada. É assombroso como puderam cair em tão classa ignorância; mais ainda, cedessem a tal estultície, que não só a Escritura refugou trazer a público tal monstro, mas também o consenso da Igreja antiga. De fato admito que alguns dos antigos às vezes faziam uso do termo ***conversão***, não que quisessem abolir a substância nos sinais exteriores, mas para ensinar que o pão dedicado ao mistério se afasta muitíssimo do pão vulgar, e por isso é outro.[223] Mas, por toda parte, todos proclamam claramente que a Sacra Ceia consta de duas partes: a terrena e a celeste; e a terrena, sem controvérsia, interpretam *como sendo* o pão e o vinho.

Aliás, não importa o que digam, manifesta-se que na confirmação deste dogma são destituídos do patrocínio da antigüidade, quando amiúde ousam opor o mesmo à evidente Palavra de Deus. Pois não faz muito tempo que ele foi cogitado; aliás, foi ignorado não só naqueles séculos melhores, nos quais ainda mais pura florescia a doutrina da religião, mas até mesmo quando aquela pureza já havia se corrompido sobremaneira. Ninguém há dos antigos que, com palavras claras, não confesse que o pão e o vinho são os sagrados símbolos da Ceia, ainda que, como foi dito, para realçar-se a dignidade do mistério, freqüentemente os adornavam de variados títulos.

Ora, o fato de dizerem que na consagração se opera conversão secreta, de sorte que o pão e o vinho são outra *coisa*, há pouco adverti que não significa que sejam com isto reduzidos a nada, mas que devem agora ser tidos em categoria distinta das iguarias comuns, que apenas se destinam a nutrir o ventre, quando naqueles nos são exibidos o alimento e a bebida espirituais da alma. Tampouco negamos tal coisa. Se é conversão, dizem eles, é necessário que uma coisa se transforme noutra. Se entendem que algo vem a ser o que não era antes, estou de acordo. Mas se o querem aplicar a suas fantasias e desvarios, respondam-me: que mudança crêem que se opera no batismo? Ora, também aqui os pais *da Igreja* declaram que ocorrem uma conversão mirífica, enquanto dizem que do elemento corruptível se opera a lavagem espiritual da alma; no entanto, ninguém nega que a água permanece *água*.

Mas, replicam: No batismo não ocorre aquele testemunho que sucede na Ceia: "Este é o meu corpo." Mas não se trata agora dessas palavras, as quais têm seu sentido bastante óbvio, mas do termo ***conversão***, o qual não significa nada mais amplo na Ceia do que no batismo. Portanto, descartamos as questões de palavras, nas quais só trazem a lume sua própria estultície. Entretanto, nem outra coisa pode-

223. Cf. Cirilo de Jerusalém, *Catequese*, XXII, 2; Gregório de Nissa, *Discursos Catequéticos*, XXXVII; etc.

ria enquadrar-se ao significado, a não ser que a verdade que aí se figura tivesse viva representação no sinal exterior. Cristo quis testificar pelo símbolo exterior que sua carne é alimento. Se propusesse apenas um espectro vazio de pão, não verdadeiro pão, onde estaria a analogia ou similitude que deve conduzir-nos da coisa visível à invisível? Ora, para que todas *as coisas* se harmonizem entre si, não podemos concluir que somos alimentados com uma vã aparência da carne de Cristo. Como se no batismo não houvesse mais que uma figura de água que enganasse nossos olhos, isto não serviria de testemunho e penhor de nossa purificação; e, o que é pior, com tão fútil espetáculo se nos propiciaria ocasião de vacilar. Em suma, a natureza do sacramento seria subvertida, a menos que no modo de significar o sinal terreno correspondesse à coisa celeste. Com isso a verdade desse mistério ficaria destruída, sem que houvesse verdadeiro pão que representasse o verdadeiro corpo de Cristo.

Uma vez mais repeti que, já que a Ceia outra *coisa* não é senão clara atestação daquela promessa que se tem no capítulo seis de João, isto é, que Cristo é o pão da vida que desceu do céu [Jo 6.51], requer-se que se interponha o pão visível com o qual se representa aquele *pão* espiritual, a não ser que pretendamos que o meio que Deus nos deu para suportar nossa fraqueza se perde sem que nos aproveitemos dele. Ora, com que razão concluiria Paulo que somos todos um pão e um corpo, que todos participamos de um mesmo pão [1Co 10.17], se permanecesse apenas o espectro do pão, e não antes *sua* realidade material?

15. A TRANSUBSTANCIAÇÃO ROMANISTA NÃO PASSA DE NOÇÃO DE NATUREZA MÁGICA, SENDO IMPROCEDENTES OS ARGUMENTOS BASEADOS NA ESCRITURA EVOCADOS PARA ABONÁ-LA

Tampouco jamais teriam sido tão ignobilmente enganados pelas artimanhas de Satanás, se não se deixassem fascinar por este erro: que o corpo de Cristo é encerrado sob o pão; e que pela boca física é transmitido ao ventre. A causa de tão grosseira imaginação foi que entre eles a consagração equivalia a mágica encantação. Mas lhes era oculto o princípio de que o pão é sacramento somente para os homens a quem a Palavra se dirige; assim como a água do batismo em si não se muda, mas começa a ser o que não era antes assim que a promessa lhe foi anexada.

Isto transparecerá com mais clareza mediante o exemplo de um sacramento semelhante. A água a jorrar da rocha no deserto [Ex 17.6] era, para os pais, emblema e sinal da mesma coisa que a nós nos figura o vinho na Ceia; porque Paulo ensina que eles beberam a mesma bebida espiritual [1Co 10.4]. Mas a fonte era comum aos jumentos do povo e a *seu* gado. Do quê facilmente se deduz que nos elementos terrenos, quando são aplicados ao uso espiritual, outra conversão não ocorre senão somente no tocante aos homens, na extensão em que lhes são selos das promessas.

Além disso, como tenho insistido com tanta freqüência, visto que o desígnio de Deus é elevar-nos até ele pelos meios que vê serem convenientes, atentam contra a intenção divina os que, ao chamar-nos a Cristo, querem que o busquemos estando ele invisivelmente encerrado no pão. Para eles não se trata de subir a Cristo, por estar separado de nós por uma tão infinita distância. O que lhes negava a natureza tentaram corrigir com um remédio ainda mais pernicioso, o qual a natureza nos havia negado; a saber, que permanecendo na terra não temos necessidade alguma de aproximar-nos celestialmente de Cristo. Aqui está a necessidade que os compeliu a transmutar o corpo de Cristo! É verdade que na época de Bernardo se empregava uma linguagem mais rude e abrupta; no entanto, a transubstanciação ainda não era conhecida. E em todos os tempos antes dele, essa similitude volitava na boca de todos: que o corpo e sangue de Cristo estão unidos ao pão e ao vinho.

Em relação aos termos *sacramentais*, replicam agudamente, segundo a si parecem, contudo não apresentam nada condizente com a presente causa. A vara de Moisés, dizem *eles*, convertida em serpente [Êx 4.2-4; 7.10], embora receba o nome de serpente, contudo retém o antigo e se diz ser vara. Assim, segundo eles, é igualmente provável que, embora o pão se transforme em nova substância, καταχρηστι κῶς [*katachrēstikōs – catacreticamente; impropriamente*], ainda que, no entanto, não improcedentemente, se chame o que aos olhos se mostra. Mas que semelhança acham entre um manifesto milagre e sua fictícia ilusão, da qual nenhum olho na terra é testemunha? Com *suas* artimanhas, os magos enganaram de tal sorte aos egípcios, que se persuadiram de que, por virtude divina, tinham poder para mudar as criaturas acima da ordem da natureza. Moisés os defronta e, desbaratadas suas falácias, revela que o poder insuperável de Deus estava de seu lado, porque sua vara, uma só, devora a todas as demais [Ex 7.12]. Mas, uma vez que essa foi uma conversão visível, como já dissemos, nada *tem de relevante* à presente causa, e pouco tempo depois a vara voltou visivelmente à sua forma [Ex 7.15]. Além disso, não se sabe se tal conversão foi realmente da substância. Deve-se ter em vista também que Moisés opôs sua vara à dos magos; e por isso o Profeta não quis chamá-las cobras, para que não parecesse admitir a conversão, a qual de fato não houve, porquanto esses embusteiros nada mais espalharam aos olhos dos espectadores senão trevas.

Ora, que tem a ver com isso as sentenças que dizem que "o pão que partimos é a comunhão do corpo de Cristo" [1Co 10.16]; e "Sempre que comerdes este pão" [1Co 11.26]; "E perseveravam no partir do pão" [At 2.42]; e outras dessa natureza? De fato é que os magos só enganaram os olhos com sua encantação. Maior ambigüidade existe em relação a Moisés, por cuja mão nada foi demasiadamente difícil para Deus fazer de uma vara uma serpente, e de novo da serpente, uma vara, do que aos anjos vestir de corpos corpóreos e pouco depois devesti-los. Se o mistério da Ceia tivesse algo a ver com isso, ou se tivesse alguma aparência com ele, essas pessoas

teriam algum pretexto para justificar sua solução. Portanto, que isto permaneça estabelecido: estejamos certos de que não havia razão nem fundamento algum para figurar-nos na Ceia que a carne de Cristo nos é verdadeiramente alimento, se a verdadeira substância do sinal inteiro não correspondesse ao próprio sinal.

E, como de um erro nasce outro, para provar a transubstanciação foi torcida tão desesperadamente uma passagem de Jeremias, que me causa enfado referi-lo. O Profeta está se queixando de que fora posto pau em seu pão, significando que, pela crueldade dos inimigos, seu pão fora infectado de amargor [Jr 11.19]. De igual modo, com figura semelhante, Davi deplora que seu alimento fora corrompido em fel, e sua bebida em vinagre [Sl 69.21]. Estes querem que o corpo de Cristo esteja alegoricamente no lenho da cruz. E assim sentiram alguns dos antigos, *insistem eles*. Ao que respondo que é melhor perdoar sua ignorância e sepultar sua ignomínia em vez de acrescentar a isso a impudência de tomá-los como defensores contra o sentido próprio e natural do Profeta.

16. Nem mais procedente é a posição de que o pão está invisivelmente junto ao corpo de Cristo, a chamada consubstanciação esposada pelo luteranismo

Outros, ao notarem que não se pode obliterar a analogia do sinal e da coisa significada sem que caia juntamente a veracidade do mistério, confessam que o pão da Ceia é realmente a substância do elemento terreno e corruptível, embora não concordem que haja qualquer mudança que seja, mas mantém o corpo de Cristo encerrado sob si. Se seu sentido fosse explicado nesses termos, enquanto é o pão apresentado no mistério, lhe é conexa a manifestação de seu corpo, visto a verdade ser inseparável de seu sinal, eu terçaria armas com vontade. Mas, visto que no pão se aloja o próprio corpo *de Cristo*, atribuem-lhe ubiqüidade contrária à sua natureza; adicionando, porém, “sob o pão”, pretendem que aí ele subsista oculto, por isso faz-se necessário que por um pouco de tempo arranque tais sutilezas de seus covis. Ora, tampouco tenho em mente, neste ponto, resolver explicitamente toda esta questão, mas tão-somente lançar os fundamentos da discussão que logo, em seu lugar, se haverá de seguir.

Querem, pois, que o corpo de Cristo seja invisível e imensurável, de sorte que jaza latente sob o pão, pois acreditam que de modo algum podem recebê-lo, se não descer ao pão. Mas não compreendem o modo de descer com ele que nos eleva a si. Evocam todos e quantos pretextos possam; mas depois de haver dito tudo, se percebe sobejamente que insistem na presença local de Cristo. Do quê procede isso? Evidentemente, em razão de não suportarem conceber outra participação da carne e do sangue, senão a que consista em ou conjunção e contato de lugar, ou de alguma crassa inclusão.

17. Improcedência da noção evocada da ubiqüidade do corpo de Cristo, a cancelar, afinal, sua real característica de corporeidade

E para que obstinadamente defendam o erro uma vez temerariamente concebido, alguns dentre eles não hesitam em afirmar que a carne de Cristo jamais teve outras dimensões, senão a extensão em que se estendem o céu e a terra em sua totalidade. Quanto ao fato de haver nascido do ventre materno como criança, que haja crescido, que foi distendido na cruz, que foi encerrado no sepulcro, isto se fez por uma certa dispensação, para que pudesse desincumbir-se *das funções* de nascer, de morrer e das demais funções humanas; que após a ressurreição foi visto na aparência costumeira do corpo [At 1.3; 1Co 15.5-8]; que foi assunto ao céu [Mc 16.19; Lc 24.51; At 1.9]; que também, finalmente, após a ascensão apareceu a Estêvão [At 7.55] e a Paulo [At 9.3; 22.8, 9; 26.13-15]. *Insistem* que isto se fez pela mesma dispensação, para que à visão dos homens se patenteasse rei constituído no céu. Que é isto senão suscitar dos infernos a Marcião? Ora, ninguém duvida que, se esteve nessa condição, o corpo de Cristo foi um fantasma ou fantasmagórico.

Outros evadem-se um pouco mais sutilmente: este corpo que é dado no sacramento é glorioso e imortal; logo, nada há de absurdo, se em muitos lugares, se em nenhum lugar, se em nenhuma forma é *ele* contido sob o sacramento. Mas, pergunto: *corpo* de que natureza Cristo ofereceu aos discípulos no dia anterior ao seu padecimento? Porventura suas palavras não atestam haver-lhes dado aquele *corpo* mortal que havia de ser entregue pouco depois? Já antes, replicam *eles*, no monte exibira sua glória a três discípulos para ser *deles* contemplada [Mt 17.2, 3; Mc 9.2, 3; Lc 9.28, 29]. Isso realmente procede; contudo, com essa efulgência quis facultar-lhes momentânea prelibação da imortalidade. Entrementes, não descobrirão aí um corpo duplo, mas aquele único que Cristo portava, adornado de nova glória. Quando, porém, distribuiria seu corpo na primeira Ceia, já estava iminente a hora em que, ferido e humilhado por Deus, sem honorificência prostrado fosse como um leproso [Is 53.4], tão longe está de que então quisesse manifestar a glória de *sua* ressurreição.

E aqui quão ampla janela se abre a Marcião, se o corpo de Cristo fosse visto em um lugar mortal e abjeto; em outro, era mantido imortal e glorioso! Bem que, se tal opinião for válida, o mesmo acontece todas os dias, porque são obrigados a confessar que o corpo de Cristo, em si visível, jaz invisivelmente oculto sob o símbolo do pão. E, no entanto, *aqueles* que regurgitam a monstruosidade desse gênero, sua ignomínia não os envergonha até esse *ponto* em que invistam com atrozes impropérios contra nós, gratuitamente, porque não os subscrevemos.

18. A presença consubstancial de Cristo na Ceia contraditada pela dualidade material dos elementos, o que, porém, não se contrapõe sua subsistência espiritual

Ora, se alguém quiser unir o corpo e o sangue de Cristo com o pão e o vinho, necessariamente haverá de separar um do outro. Pois, como o pão é apresentado separadamente do cálice, assim o corpo unido ao pão terá que ser dividido do sangue encerrado no cálice. Ora, como afirmam que o corpo está no pão, o sangue no cálice, o pão e o vinho, contudo, entre si distem pelos espaços de *seus* lugares, não podem evadir-se com nenhuma tergiversação dizendo que o sangue deva distinguir-se do corpo. O que, porém, costumam alegar, dizendo que, mediante concomitância, como imaginam, o sangue está no corpo, e por sua vez o corpo está no sangue, obviamente é por demais frívolo, quando os símbolos, nos quais estão inclusos, são distinguidos dessa forma.

Com efeito, se com os olhos e a mente somos alçados ao céu, para que ali busquemos a Cristo na glória de seu reino, assim como todos os simbolos nos convidam a ele, assim também, sob o símbolo do pão, seremos alimentados de seu corpo, sob o símbolo do vinho nos será distintamente dado a beber de seu sangue, para que, enfim, usufruamos de todo ele integralmente. Ora, posto que detraiu de nós sua carne e, no corpo, ascendeu ao céu, todavia ele está assentado à destra do Pai, isto é, reina no poder, na majestade e na glória do Pai. Este reino não se limita a qualquer espaço de lugares, nem é circunscrito por qualquer dimensão. De modo que Cristo não manifesta seu poder onde quer que bem o queira, no céu e na terra, que presente não se exiba em poder e força, que não esteja sempre presente aos seus, neles soprando sua vida, neles vivendo, sustentando-os, firmando-os, revigorando-os, conservando-os incólumes, não de outra forma senão como presente em corpo; em suma, os apascenta com seu corpo, cuja comunhão lhes comunica pelo poder de seu Espírito. É assim que o corpo e o sangue de Cristo se exibem no sacramento.

19. A presença de Cristo na Ceia, não transubstancial, nem consubstancial, todavia real, eficaz, ainda que não irracional

Devemos, pois, estabelecer uma presença tal de Cristo na Ceia, *primeiro*, que não o confunda com o elemento do pão, nem o encerre no pão, nem de qualquer modo o circunscreva – o que não convém à sua glória –, nem tampouco o prive de sua extensão, fazendo seu corpo infinito, para pô-lo em diversos lugares, ou para convencer de que ele está em todo lugar, no céu e na terra, pois isso claramente repugna à veracidade de sua natureza humana. Declaro que jamais suportamos que nos arrebatem estas duas restrições: [1] que não se subtraia nada à glória celeste de Cristo, o que ocorre quando a elementos corruptíveis deste mundo se reduz ou se

liga a alguma criatura terrena; [2] que a seu corpo não se atribua algo menos condizente à natureza humana, o que ocorre quando se diz ou ser infinito, ou que se situa a muitos lugares a um mesmo tempo. Com efeito, desfeitos esses absurdos, de bom grado recebo tudo quanto pode contribuir para expressar-se verdadeira e substancial comunicação do corpo e do sangue do Senhor, que aos fiéis se exibe sob os sacros símbolos da Ceia, de modo que sejam percebidos não só pela imaginação ou compreensão da mente, mas também que sejam entendidos como a fruir da própria coisa para alimento da vida eterna.

Uma vez que esta opinião seja aos olhos do mundo tão odiosa, e sua defesa seja por muitos tão prejudicada por tão iníquos juízos, exceto que Satanás ensandeceu suas mentes com tão horrível fascínio. Por certo que tudo o que ensinamos concorda excelentemente com as Escrituras; nada contém de absurdo, nem de obscuro, nem de ambíguo; em nada discrepa da verdadeira piedade e sólida edificação; enfim, nada tem em si que ofenda, a não ser que em certos períodos, quando na Igreja reinava aquela bárbara ignorância dos sofistas, foi indignamente oprimida tão clara luz e patente verdade. No entanto, visto que através de espíritos turbulentos, também hoje Satanás se esforça por aviltá-la com quantas e variadas calúnias e infâmias, não se aplica a qualquer outra coisa com maior empenho, faz-se necessário e acuradamente defendê-la e divulgá-la.

20. O verdadeiro sentido dos termos da instituição da Santa Ceia

Mas, antes de avançarmos além, é preciso tratar da própria instituição de Cristo, especialmente porque aos *nossos* adversários esta é a objeção mais plausível: que nós *nos* afastamos das palavras de Cristo. Portanto, para que nos desvencilhemos do falso labéu com que nos rotulam, o ponto de partida mui procedente será da interpretação das palavras. Três evangelistas e Paulo narram que Cristo tomou o pão e, dando graças, o partiu, deu a seus discípulos e disse: "Tomai, comei; este é meu corpo que é entregue [ou é partido] por vós" [Mt 26.26; Mc 14.22; Lc 22.19; 1Co 11.24].

Em relação ao cálice, assim *registram* Mateus e Marcos: "Este cálice é o sangue do novo testamento que será derramado por muitos para remissão dos pecados"; Paulo e Lucas, porém, *preferem*: "Este cálice é o novo testamento em meu sangue."

Os patronos da transubstanciação querem que, pelo pronome *este*, se designe a espécie do pão, visto que a consagração é efetuada pelo teor inteiro da oração, e nenhuma substância há que *aí* se possa apontar. Entretanto, se a reverência das palavras os domina até esse ponto, visto que Cristo atestou ser seu corpo aquele que ele estendia aos discípulos com a mão, de sua propriedade *de sentido* é obviamente mui alheia esta *sua* ficção de que o que foi pão é agora o corpo *de Cristo*. O que,

tomado nas mãos, Cristo apresenta aos apóstolos, assevera *ser* seu corpo; de fato ele havia tomado o pão; quem, pois, não percebe que é o mesmo pão que ele mostrava? Por isso não há nada mais absurdo do que transferir à espécie o que se atribui ao pão *integralmente*.

Outros, enquanto interpretam a partícula como sendo empregada na acepção de ***ser transubstanciado***, se servem de glosa mais forçada e violentamente distorcida. E, por isso, não há por que aleguem ser movidos de reverência das palavras. Pois isto é inaudito às nações e a tidas a línguas: que o termo *é* se usa no sentido de ser ***convertido em outra coisa***.

Quanto aos que confessam[224] que o pão permanece, porém entendem que ele é o corpo de Cristo, evidentemente se contradizem a si mesmos. Os que falam mais moderadamente, embora insistam absolutamente na letra – *Este é o meu corpo* –, no entanto depois recuam de *seu* rigor e dizem que outro tanto vale estar o corpo de Cristo ***com*** o pão, ***no*** pão, e ***sob*** o pão. Quanto àquilo que propriamente afirmam, já abordei em parte, e direi ainda muitas *coisas* logo adiante. Agora só estou discutindo a respeito dos termos pelos quais dizem que se vêem forçados a não admitir que se chame ao pão corpo, já que ele é um sinal do corpo. Mas, se fogem a todo tropo, por que saltam da simples apresentação de Cristo para suas formulações amplamente divergentes, uma vez que diferem muito ***o pão é o corpo*** e ***o corpo está com o pão***? Porque viam, no entanto, que não pode ocorrer que se mantenha esta proposição simples: ***o pão é o corpo*** *de Cristo*, tentaram safar-se através dessas formas de expressão, como se por rodeios oblíquos.

Outros, mais ousados, não hesitam em afirmar que, propriamente falando, o pão é o corpo; e deste modo provam ser realmente literalistas. Se alguém objeta dizendo que dessa forma o pão é Cristo e Deus, certamente o negam, porque *isso* não foi expresso nas palavras de Cristo. Não tiram nada de proveito negando, quando todos estão de comum acordo em que na Ceia Cristo se nos oferece inteiro. No entanto é intolerável blasfêmia dizer-se que, sem figura alguma, um elemento efêmero e corruptível seja Cristo. Então indago deles se porventura o mesmo valham estas duas proposições: “Cristo é o Filho de Deus” e “o pão é o corpo de Cristo”. Se concordam que são diferentes, o que a contragosto se *lhes* arrancará, respondam onde está a diferença. Não creio que terão outra, senão que o pão é chamado ***corpo*** em um sentido sacramental. Do quê se segue que as palavras de Cristo não se sujeitam à regra comum, nem se devem examinar segundo a gramática. Indago ainda de todos os rabujentos e exigentes exatores da letra: quando Lucas e Paulo dizem ser o cálice ***o testamento no sangue*** [Lc 22.20; 1Co 11.25], porventura não exprimem o mesmo que no primeiro membro, onde ao pão chamam corpo? Por certo que houve numa parte do mistério a mesma reverência que na outra; e porque a brevidade se torna

224. Os teólogos luteranos.

obscura, uma expressão mais longa elucida melhor o sentido. Portanto, sempre que se defendem, usando um só termo, que o pão é seu corpo, eu lhes apresentarei a interpretação de Paulo e Lucas à guisa de elucidação, de que o corpo de Cristo nos é dado. Onde encontrar interpretação melhor que esta?

Contudo, eu não pretendo diminuir em nada a participação que já admiti termos no corpo de Cristo. Meu propósito é refutar apenas a estulta obstinação com que tão hostilmente litigam acerca de palavras. Com Paulo e Lucas *por* patronos, entendo que o pão é o corpo de Cristo porque é o pacto em *seu* corpo. Ora, se o impugnam, sua contenda não é comigo; pelo contrário, é com o Espírito de Deus. Por mais que bradem que são tangidos pela reverência às palavras de Cristo, por isso não ousam entender figuradamente *coisas* que foram ditas claramente, este, entretanto, não é pretexto bastante justo para reprovarem todas as razões que alegamos em contrário. Entrementes, como já ponderei, convém reter de que natureza é isto: "o testamento no corpo e sangue de Cristo", porquanto o pacto ratificado pelo sacrifício de sua morte nos seria de proveito não de outra maneira, a não ser que lhe fosse acrescentado aquela secreta comunicação mercê da qual nos tornamos um só com Cristo.

21. Os termos da instituição da Ceia têm expressões figuradas, contudo em função de analogia precisa

Resta, pois, que em razão da afinidade que as coisas representadas têm com seus simbolos, confessamos que ao símbolo foi atribuído o próprio nome da coisa; isto, de fato, figuradamente, mas não sem a mais apropriada analogia. Deixo fora de consideraçao alegorias e parábolas, para que ninguém pretexte que estou buscando subterfúgios e modo de escapar-me da presente causa. Afirmo que esta é uma expressão metonímica, figura de linguaqem que foi a cada passo usada na Escritura quando se trata dos mistérios. Pois não se pode receber de outra forma a afirmação de que a circuncisão é um pacto [Gn 37.13]; o cordeiro é a páscoa [Ex 12.11]; os sacrifícios da lei são expiações [Lv 17.11 Hb 9.22]; enfim, a rocha da qual fluía água no deserto [Ex 17.6] era Cristo [1Co 10.4], a não ser que sejam tomados como expressões metafóricas. Não só se transfere o nome do superior ao inferior, como também, em contraposição, se atribui à coisa representada o nome do sinal visível, como quando se diz haver Deus aparecido a Moisés na sarça [Ex 3.2]; que a arca da aliança é denominada Deus e a face de Deus [Sl 42.2; 84.7]; e a pomba, o Espírito Santo [Mt 3.16; Mc 1.10; Lc 3.22]. Ora, ainda que em essência o símbolo difira da coisa representada, visto que esta é espiritual e celeste, aquele corpóreo e visível, e o figurado, espiritual e invisível, no entanto, como não só figura a coisa a que está dedicada, como se fosse uma simples e mera representação, senão que verdadeira e realmente a representa, como o nome não lhe conviria por direito? Porque, se símbolos humanamente cogitados, que são imagens de coisas ausentes antes que mar-

cas de *coisas* presentes, as quais mui freqüentemente até as ofuscam em moldes falaciosos, no entanto lhes são às vezes ornados dos títulos, os quais foram instituídos por Deus, com muito maior razão tomam os nomes das coisas das quais sempre portam não só significação precisa e mui longe de ser falaz, mas até têm consigo adjunta sua realidade. Tão grande, pois, é a semelhança e proximidade de um para com a outra que se torna fácil sua mútua transposição.

Cessem, pois, *nossos* adversários de amontoar contra nós apelidos fúteis, chamando-nos "tropistas", quando estamos expondo o modo sacramental de falar segundo o uso comum da Escritura. Ora, como os sacramentos à uma concordam em muitas *coisas*, também nesta metonímia todos eles têm certa relação comum entre si. Como, pois, o Apóstolo ensina que Cristo era a rocha da qual jorrava aos israelitas a bebida espiritual [1Co 10.4], porque ela era percebida sob um símbolo visível, de fato verdadeiramente, mas aquela bebida espiritual não era vista aos olhos, assim o corpo de Cristo hoje se diz ser o pão, uma vez que é *ele* o símbolo pelo qual o Senhor nos oferece verdadeira mastigação de seu corpo.

Tampouco Agostinho o sentiu ou falou de outra maneira, para que ninguém desdenhe disto como se fosse invenção nova. "Se os sacramentos", diz *ele*, "não tivessem certa semelhança daquelas coisas das quais são sacramentos, não seriam absolutamente sacramentos. Mas, desta semelhança o mais das vezes também os nomes recebem das próprias coisas. Portanto, assim como, em certo sentido, o sacramento do corpo de Cristo é o corpo de Cristo, o sacramento do sangue de Cristo é o sangue de Cristo, assim também o sacramento da fé é a fé."[225] Encontramos nele muitas passagens semelhantes, as quais seria supérfluo coligi-las, quando só esta é suficiente, exceto que os leitores devem ser avisados de que o mesmo ensina o santo varão na Epístola a Evódio. Mas é frívola tergiversação dizer que onde Agostinho ensina ser freqüente e corriqueira a metonímia nos mistérios, não se faz menção da Ceia, porque, se isso for aceito, não seria passível arrazoar do gênero para a espécie, tampouco seria válido o argumento: Todo animal é dotado de movimento; logo, o boi e o cavalo são dotados de movimento. Ainda que o mesmo doutor soluciona claramente a questão em outro lugar, dizendo que Cristo não teve dificuldade em denominá-lo seu corpo quando dava o sinal do mesmo.[226] E em outro lugar: "É de admirar-se", diz *ele*, "a paciência de Cristo, porque admitiu a Judas ao banquete no qual instituiu a figura de seu corpo e sangue e deu aos discípulos."[227]

225. *Carta 98*, 9.
226. *Contra Adimanto*, capítulo XII, 3.
227. *Conversações Sobre os Salmos*, Salmo 3.1.

22. Improcedência da hermeneuse daqueles que insistem no sentido literal do verbo copulativo *É* na fórmula institucional

Contudo, se algum obstinado, fechando os olhos a todas as demais *coisas*, insista tanto nesta expressão: ***este é***, como se este mistério se separasse de todos os outros, a solução é fácil. Dizem que do verbo substantivo é tão grande a ênfase, que não se admite nenhuma acepção figurada, o fato é que, se lhes concedermos, se lê o verbo substantivo nas palavras de Paulo onde ao pão chama κοινωνίαν [*koinōníān* – *comunhão*; *participação*] do corpo de Cristo [1Co 10.16]. A comunhão, porém, é outra *coisa* que o próprio corpo. De fato, onde se trata dos sacramentos *na Escritura*, ocorre quase *sempre este* mesmo verbo: "Este vos *será* o pacto comigo" [Gn 17.13]; "Este cordeiro vos *será* a páscoa" [Ex 12.43]. Para não mencionar mais *passagens*, quando Paulo diz que a rocha era Cristo [1Co 10.4], por que o verbo substantivo é menos enfático neste lugar do que na alocução de Cristo *na Ceia*? Respondam ainda, que força tem o verbo substantivo onde João diz: "O Espírito Santo ainda não *fora dado*, porque Jesus ainda não havia sido glorificado" [Jo 7.39]? Ora, se permanecem apegados à sua regra, a essência eterna do Espírito será suprimida, como se ela tivesse início a partir da ascensão de Cristo. Respondam-me, afinal, que significa esta *declaração* de Paulo, que o batismo é a lavagem da regeneração e da renovação" [Tt 3.5], a qual para muitos evidencia-se ser inútil? Nada, porém, é mais poderoso para refutá-los do que a afirmação de Paulo de que a Igreja é Cristo [1Co 12.12]. Ora, após fazer uma comparação do corpo humano, ele adiciona: "Assim é Cristo", onde não entende o unigênito Filho de Deus em sua própria pessoa, mas em seus membros.

Com estas considerações julgo ser suficiente aos homens conscientes e isentos que sentem horror às calúnias de nossos inimigos, enquanto espalham que não damos o menor crédito às palavras de Cristo, às quais não menos obedientemente abraçamos do que eles próprios, e nas quais ponderamos com reverência ainda maior. Com efeito, a mesma despreocupação deles mostra muito bem o pouco que lhes preocupa o que Cristo quis dar a entender, desde que lhes forneça um escudo para que sua obstinação seja encoberta, assim como nossa perquirição deve ser testemunha de quanto estimamos a autoridade de Cristo. Blasonam odiosamente de que o senso humano nos impede de crermos no que Cristo proferiu com seus sacros lábios; entretanto, já demonstramos, e o demonstraremos ainda mais extensamente, a grave injúria que nos fazem ao nos imputar tal calúnia. Portanto, nada nos impede de crermos em Cristo; e assim que ele fala, prontamente aquiescemos, acenando isto ou aquilo. Só está em jogo isto: porventura é ilícito indagar do genuíno sentido *de suas palavras*?

23. A IMPROCEDÊNCIA DE UMA INTERPRETAÇÃO PURAMENTE LITERAL DOS TERMOS DA INSTITUIÇÃO DA CEIA

Para que pareçam letrados, esses bons mestres proíbem afastar-se um mínimo sequer da letra. Eu, em contrário, onde a Escritura chama a Deus “um homem de guerra” [Ex 15.3], ao perceber ser a expressão, sem nuança *metáforica*, demasiadamente áspera, não nutro dúvida de que é uma comparação tomada dos homens. E, obviamente, os hereges que antigamente se chamavam antropomorfitas, a única razão que tinham para molestar e perturbar aos pais ortodoxos é que se agarravam obstinadamente a estas expressões: “Os olhos de Deus vêem” [Dt 11.12] “Subiu-lhe aos ouvidos” [Nm 11.18]; “Sua mão estendida” [Is 5.25]; “A terra é o estrado de seus pés” [Is 66.1]. Bradavam contra os santos doutores que privavam a Deus de seu corpo, o qual a Escritura lhe atribui. Caso fosse admitido este princípio *de interpretação*, inominável barbárie levaria de roldão toda a luz da fé. Porque não há monstruosidade, por absurda que seja, que os hereges não podem derivar da Escritura, caso lhes seja permitido objetar todas e quaisquer sutilezas para que dêem sustentação a suas preferências.

Quanto ao que alegam, isto é, não ser provável que Cristo haja falado enigmática ou obscuramente, quando preparava singular consolação para os apóstolos nas coisas adversas, isso mesmo milita a nosso favor. Ora, a menos que aos apóstolos viesse à mente que o pão se chama o corpo figuradamente, uma vez que era o símbolo do corpo, certamente teriam sentido profundamente ante coisa tão monstruosa. Quase no mesmo instante, João narra que eles ficaram perplexos, cheios de dúvida e dificuldade em cada palavra. *Aqueles* que discutiam entre si como Cristo iria para Pai, e encontram dificuldade sobre como ele haveria de sair do mundo, *aqueles* que nada entendem daquelas *coisas* que são ditas a respeito do Pai celeste até que o hajam visto [Jo 14.5-8; 16.17], como lhes seria tão fácil crer no que toda a razão repudia: estar Cristo reclinado à mesa diante de seus olhos e encerrado invisível sob o pão? Portanto, se ao comer o pão sem hesitação atestam seu assentimento, daqui transparece que receberam as palavras de Cristo no mesmo sentido em que *o fazemos* nós, porque ocorre-lhes que não deve parecer insólito nos mistérios transferir-se ao sinal o nome da coisa representada. Logo, foi aos discípulos consolação segura e duradoura, como *nos* é hoje. E a única razão de que nossa interpretação não lhes parece bem é que o Diabo os cegou com sua encantação, isto é, que para si engendram trevas de enigmas onde é óbvia a interpretação de uma figura bem clara.

Ademais, se insistem precisamente nas palavras, Cristo inconsistentemente atribui ao pão outra *coisa* separadamente do que atribui do cálice. Ao pão chama corpo, ao vinho chama sangue: será ou confusa repetição, ou será uma partição que divide o sangue do corpo. Com efeito, do cálice tão verdadeiramente se dirá: “Este é meu corpo”, no tocante ao próprio pão; e, reciprocamente, se poderá declarar que o pão

é *seu* sangue. Se respondem, dizendo que é preciso atentar a que fim ou uso os símbolos foram instituídos, certamente que o admito; mas, entrementes, mui longe estarão de se desvencilhar de que seu erro arrasta consigo este absurdo: que o pão é sangue e o vinho é corpo.

Ora, não sei como entendem que, admitindo que coisas diversas sejam o pão e o corpo, contudo afirmam que um se relaciona ao outro com propriedade e sem figura, exatamente como se alguém dissesse que a veste é, de fato, diferente do homem; e, no entanto, com propriedade se chama homem. Entrementes, como se sua vitória consistisse em sua obstinação e insultos, dizem que Cristo é acusado de mentira, se buscarmos a verdadeira interpretação de *suas* palavras. Aos leitores se tornará fácil julgar quão injusta injúria nos fazem estes paroleiros, enquanto imbuem aos simplórios desta opinião de que não damos crédito às palavras de Cristo, o que já demonstramos que elas são por eles insanamente pervertidas e confundidas; enquanto por nós, elas são fiel e sabiamente explicadas.

24. Tampouco procede a acusação de que a interpretação inculcada contra os literalistas é mera injunção da razão

Mas, não se pode compreender inteiramente a infâmia desta falsidade, a não ser que se dilua outra acusação, pois inculcam que estamos a tal ponto condiciondos à razão humana, que nada mais atribuímos ao poder de Deus senão o que esteja conforme a ordem da natureza e o que dita o senso comum. Frente a tão ímpias calúnias, apelo para a própria doutrina que tenho ensinado, a qual mostra bastante lucidamente que de modo algum meço este mistério com a medida da razão humana, nem o sujeito às leis da natureza. Pergunto: porventura aprendemos das *coisas* físicas que Cristo, do céu, nos alimenta com sua carne a alma da mesma forma como nossos corpos são nutridos do pão e do vinho? Donde lhe vem à carne esta virtude que vivifica as almas? Ninguém dirá que isso se faz naturalmente. Nem tampouco alcançará a razão humana que a carne de Cristo penetre de tal maneira em nós, que se torna nosso alimento. Finalmente, quem quer que tome o gosto de nossa doutrina se deixará arrebatar de admiração pelo arcano poder de Deus.

Estes bons zelotes, porém, disso fabricam para si um milagre, sem o qual Deus nada pode fazer. De novo peço que os leitores se deixem advertir com toda diligência e ponderem muito bem nossa doutrina, e vejam se porventura ela depende do senso comum, ou se com as asas da fé não transcende a todo o mundo, saindo da névoa e penetrando o próprio céu. Sustentamos que Cristo desce até nós, tanto pelo símbolo exterior, quanto por seu Espírito, para vivificar verdadeiramente nossas almas com a substância de sua carne e de seu sangue. Nestas poucas palavras, quem não sente que subjazem muitos milagres é mais do que bronco, já que nada está mais além da natureza do que tomarem as almas vida espiritual e celeste de uma

carne que recebeu da terra sua origem, e que foi sujeita à morte. Não existe nada mais incrível do que afirmar que coisas esparsas e separadas por todo o espaço de céu e terra sejam não só reunidas, mas até mesmo sejam unidas, em tão grande distância de lugares, para que as almas recebam alimento da carne de Cristo.

Deixem, pois, esses amigos de fantasias que suscitem ódio contra nós mercê de nauseabunda calúnia, como se restringíssemos malignamente algo do imenso poder de Deus. Pois eles mesmos, ou erram demasiado estultamente, ou mentem impiamente, porquanto aqui não se busca o que Deus haja ***podido***; mas, ao contrário, o que ele haja ***querido***. Afirmamos, porém, que ele o fez porque esse era seu beneplácito. Mas aprouve-lhe que Cristo em tudo se fizesse semelhante a seus irmãos, excetuado o pecado [Hb 2.17; 4.15]. De que natureza é nossa carne? Porventura ela não é uma carne que consta de sua dimensão definida, que se restringe a um lugar, que é tocada, que é contemplada? E por que, dizem *eles*, Deus não faz com que a mesma carne ocupe muitos e diversos lugares, que em nenhum lugar se restrinja, que careça de medida e forma?

Insensato! Por que questionas sobre o poder de Deus, o qual faz com que a carne, a um tempo, seja e não seja carne? Exatamente como se instasses a que a luz se fizesse, ao mesmo tempo, luz e trevas. Mas *ele* quer que luz seja luz, trevas *sejam* trevas, carne *seja* carne. É verdade que ele converterá, quando bem o queira, as trevas em luz e a luz em trevas; quando, porém, preferes que luz e trevas não difiram, que outra coisa fazes senão que pervertes a ordem da sabedoria de Deus? Logo, importa que carne seja carne; espírito seja espírito; cada *coisa* na lei e condição em que foi criada por Deus. Esta, entretanto, é a condição da carne: que subsiste em um só e definido lugar; que subsiste em sua dimensão; que *subsiste* em sua forma. Nesta condição, Cristo vestiu a carne, à qual, atesta-o Agostinho, de fato conferiu incorrupção e glória, porém não lhe privou a natureza e a verdade.

25. A interpretação esposada contra os literalistas não fere o real sentido da Escritura, nem diminui o poder e a majestade de Deus

Alegam que sustêm a palavra pela qual se fez manifesta a vontade de Deus, isto é, se lhes for concedido destruir da Igreja o dom de interpretação [1Co 12.10] que traz luz à palavra. Confesso que eles sustêm a palavra, mas como a *sustiveram* outrora os antropomorfitas quando fizeram a Deus corpóreo; como a *sustiveram* Marcião e os maniqueus, quando imaginaram o corpo de Cristo como ou celeste ou fantasmagórico. Pois citavam estes testemunhos *da Escritura*: "O primeiro Adão, da terra, era terreno; o segundo Adão, do céu, era celestial" [1Co 15.47]; igualmente: "Cristo a si mesmo se esvaziou, tomando a forma de servo, e feito semelhante a um homem" [Fp 2.7]. Mas esses crassos comilões pensam que não existe nenhum poder de Deus a não ser que toda a ordem natural seja subvertida por um monstro

fabricado em seus cérebros, visto que engendram a Deus segundo nossas ficções quando pretendemos pôr à prova o que ele realmente pode fazer. Ora, de que palavra tiraram eles que o corpo de Cristo está visível no céu, mas que se oculta invisível na terra sob inumeráveis pedacinhos de pão? Dirão que a necessidade o exige, para que o corpo de Cristo seja dado na Ceia. Isso é, porque das palavras de Cristo *lhes* foi do agrado evocar mastigação sensória, arrebatados de seu próprio preconceito, tiveram necessariamente de forjar esta sutileza, contra a qual brada toda a Escritura.

Tão longe estamos de diminuir o poder de Deus, que não há nada que mais o enalteça e sublima do que a doutrina que propomos.[228] Mas, visto que sempre nos acusam falsamente de a Deus defraudarmos de sua honra, enquanto rejeitamos o que, segundo o consenso comum, é difícil de se crer, embora tenha sido prometido pela boca de Cristo, de novo respondo o que *reiterei* há pouco: que nos mistérios da fé não consultamos ao consenso comum; pelo contrário, com a plácida docilidade e o espírito de mansidão que Tiago [1.21] recomenda, recebemos a doutrina procedente do céu. No que, porém, erram eles perniciosamente não nego que ouvimos a útil moderação das palavras de Cristo: "Este é meu corpo", imaginam um milagre muito contrário do que Cristo tinha em mente. Entretanto, quando emergem desta ficção repelentes absurdos, nos quais caíram por sua louca temeridade, para escapar dos quais, recorrem ao abismo da onipotência de Deus para extinguir deste modo a luz da verdade.

Daqui lhes vem este desdenhoso fastídio: "Não queremos saber como esteja Cristo latente sob o pão; estamos contentes com esta sua palavra: 'Este é meu corpo'." Nós, todavia, como em toda a Escritura, diligenciamos, com não menor obediência do que cuidado, por alcançar sã compreensão desta passagem; e não tomamos temerariamente e sem consideração o primeiro que se apresente ao nosso entendimento, senão que depois de haver meditado bem e de haver considerado tudo, admitimos o sentido que o Espírito Santo nos dita e ensina; descansando sobre tão excelente fundamento, não fazemos caso de quanto a sabedoria mundanda pode opornos em contrário. Aliás, mantemos nossas mentes cativas, de modo que não protestem com uma palavrinha sequer; e as humilhamos, para que não ousem insurgir-se. Daqui procedeu a explicação das palavras de Cristo que, do perpétuo uso da Escritura, sabem todos os que nela são medianamente versados ser comum aos sacramentos. Dessa forma, a exemplo da santa virgem, julgamos ser-nos ilícito em coisa difícil inquirir como se possa fazer isso [Lc 1.34].

228. Primeira edição: "Algo, porém, ser de nós diminuído do poder de Deus é em tal medida falso quanto nossa doutrina Lhe seja louvor sobremodo magnífico."

26. Cristo opera entre nós pelo Espírito, em majestade, providência e graça inefável, mas seu corpo se localiza no céu

Mas como não pode haver coisa mais válida para confirmar a fé dos filhos de Deus do que demonstrar-lhes que a doutrina que temos exposto está plenamente em harmonia com a Escritura, e se funda em sua autoridade, analisarei brevemente esta matéria. Não é Aristóteles, mas o Espírito Santo, que ensina que o corpo de Cristo, desde quando ressuscitou, é finito e está circunscrito ao céu até o último dia. Tampouco me escapa que certamente são por eles evadidas as passagens que citam em prol desta matéria. Sempre que Cristo diz que, deixando o mundo, haveria de partir [Jo 14.12, 28; 16.7, 28], contestam dizendo que essa partida outra coisa não é senão a mudança de *seu* estado mortal. Mas, se assim fosse, Cristo não enviaria a substituí-lo o Espírito Santo, suprindo, como dizem, a falta de sua ausência, quando em seu lugar *o Espírito* não o sucede; nem, por outro lado, o próprio Cristo desceu da glória celeste, para reassumir a condição da vida mortal. Por certo que a vinda do Espírito e a ascensão de Cristo são *coisas* antitéticas, e por isso não pode acontecer que Cristo habite conosco segundo a carne da mesma forma em que envia seu Espírito.

Acresce que *Cristo* afirma expressamente que não haverá de estar sempre com *seus* discípulos no mundo [Mt 26.11; Mc 14.7; Jo 12.8]. Descartam também esta afirmação, como se *nela* Cristo esteja *apenas* negando que estaria sempre *na condição de* pobre e miserando, ou sujeito às necessidades desta vida transitória. Mas o contexto da passagem brada abertamente *contra essa interpretação*, uma vez que não se trata de pobreza e penúria, ou de miserável condição da vida terrena, mas de culto e honra. A unção *referida* não agradava aos discípulos, porque pensavam ser dispêndio supérfluo e inútil e vizinho da pompa, e por isso preferissem que aquele dinheiro *fosse* gasto com os pobres, que pensavam haver sido mal gasto. Cristo responde que não haverá de estar sempre presente para ser cultuado por tal honra. Tampouco Agostinho expôs de outra maneira *a passagem*, a quem estas palavras são de modo algum ambíguas: “Quando dizia Cristo: ‘A mim nem sempre me tereis convosco’, estava falando da presença do corpo. Ora, segundo sua majestade, segundo *sua* providência, segundo *sua* inefável e invisível graça, cumpre-se o que foi por ele dito: ‘Eis que estou convosco até a consumação do mundo’ [Mt 28.20]; segundo a carne, porém, que o Verbo assumiu, segundo seu nascimento da Virgem, segundo que foi agarrado pelos judeus, que *foi* pregado no madeiro, que *foi* retirado da cruz, que *foi* envolvido em panos de linho, que *foi* encerrado no sepulcro, que foi manifestado na ressurreição, *isto se cumpre*: ‘Não me havereis de ter sempre convosco.’ Por que razão? Porque, por quarenta dias que conviveu com seus discípulos foi segundo a presença do corpo; e, acompanhando-o, vendo-o, não o seguindo, subiu ao céu [At 1.3, 9]. ‘Não está aqui’ [Mc 16.9], pois está ali assentado à destra do Pai [Mc 16.19]. E, todavia, está aqui, porquanto não se retirou para a presença da

majestade. Doutra maneira, sempre temos a Cristo segundo a presença de sua majestade, segundo a presença da carne, corretamente se disse: 'Mas a mim nem sempre me tereis.' Teve-o, pois, a Igreja segundo a presença da carne, por uns poucos dias; o teme agora pela fé, não o vê com os olhos",[229] onde (para que também se note isto brevemente) *Agostinho* no-lo faz presente de três maneiras: em *sua* majestade, em *sua* providência e em *sua* graça inefável, *graça* sob a qual compreendo esta comunhão mirífica de seu corpo e sangue, desde que entendamos fazer-se *ela* pelo poder do Espírito Santo, não por aquela fictícia inclusão de seu corpo sob o elemento, porque, na verdade, nosso Senhor atestou que ele tinha carne e ossos que pudessem ser apalpados e vistos, e que ***partir*** e ***subir*** não significam dar a aparência de quem sobe e se vai, mas, realmente, fazer o que dizem as palavras [Jo 20.27]. Portanto, dirá alguém, delimitaremos a Cristo uma determinada região do céu? Eu, porém, respondo com Agostinho que esta é uma questão por demais curiosa e supérflua, desde que, no entanto, creiamos estar *ele* no céu.[230]

27. A ascensão também implica necessariamente na ausência corpórea de Cristo, corroborando a doutrina só de sua presença espiritual entre nós agora

E então? O termo ***ascensão*** tantas vezes repetido, porventura não significa a migração de um lugar para outro? Mas eles o negam porque, mediante *essa* exaltação, segundo eles, apenas se denota a majestade de *seu* império. Mas, *pergunto*, qual *foi* o próprio modo de sua ascensão? Porventura ele não é elevado às alturas, estando seus discípulos a contemplá-lo? Porventura os evangelistas não narram claramente ter *ele* sido recebido nos céus [Mc 16.19; Lc 24.51; At 1.9]? Estes sofistas estridentes replicam que ele *lhes* foi detraído à visão, interposta uma nuvem, para que os fiéis aprendessem que depois disso ele não seria visível no mundo. Como se não devesse desaparecer num momento, se quisesse fazer-nos crer em sua presença invisível, ou a nuvem não devesse encobri-lo, antes que movesse um pé! No entanto, quando é elevado ao alto e coberto por uma nuvem, ensina que não mais deve ser buscado na terra, concluímos seguramente que seu domicílio é agora nos céus, assim como também Paulo declara e manda que ele nos é daí aguardado [Fp 3.20]. Por esta razão, os anjos advertem aos discípulos que eles estão em vão a olhar para o céu, porque Jesus, que foi assunto ao céu, assim virá como o haviam visto subir [At 1.10, 11].

Aqui também, querendo nossos adversários evadir-se à sã doutrina, recorrem à tergiversação dizendo que então ele voltará visível, porque não se foi deste mundo

229. *Tratado Sobre João*, L, 13.
230. *Sobre a Fé e o Símbolo*, VI, 13.

de tal maneira que nãopermaneça invisível aos olhos nus. Como se, de fato, insinuassem a dupla presença de seus anjos e não simplesmente fazem os discípulos testemunhas oculares da ascensão, para que não reste alguma dúvida, exatamente como se dissessem: Vendo-o recebido ao céu, aí reivindicou *seu* império celeste; resta que espereis pacientemente até que venha de novo *como* juiz do mundo, porquanto agora não adentrou o céu para que sozinho o ocupe, mas para que ajunte consigo a vós e a todos os piedosos.

28. AFINAL, AS CITAÇÕES E REFERÊNCIAS EVOCADAS DE AGOSTINHO NÃO VALIDAM A POSIÇÃO TRANSUBSTANCIONISTA

Mas como os patronos do dogma adulterino não sentem nenhum pejo de o adornarem com os sufrágios dos antigos, e especialmente de Agostinho, até que ponto tentem isso pervertidamente, o explicarei em poucas palavras. Ora, visto que os testemunhos desses foram coligidos por varões doutos e pios, não quero fazer algo já feito, quem quiser então que examine suas lucubrações. Tampouco compilarei de Agostinho tudo quanto diz respeito à matéria, mas me haverei de contentar em mostrar em poucas *palavras* que, sem controvérsia, *ele* está inteiramente conosco. O que pretextam nossos adversários com o intuito de nos prejudicar, que a cada passo em seus livros ocorre que na Ceia são administrados a carne e o sangue de Cristo, isto é, a vítima uma vez oferecida na cruz, é frívolo, visto que ao mesmo tempo a chame ou a ***eucaristia***, ação de graças, ou o ***sacramento do corpo***. Ademais, em que sentido ele emprega os termos ***carne*** e ***sangue***,[231] não há por que o busquemos em longo circuito, quando *por si* mesmo se explica, dizendo que, da semelhança das coisas que representam, os sacramentos recebem os nomes; e por isso, de certo modo, o sacramento do corpo é o corpo,[232] a que se afina outra passagem bastante familiar: "O Senhor, quando *lhe* dava o sinal, não hesitou em dizer: 'Este é meu corpo'."[233]

De novo, *eles* objetam que Agostinho escreve expressamente que o corpo de Cristo cai ao solo e entra na boca,[234] evidentemente, no mesmo sentido em que afirma ser consumido, porque a ambas *as coisas* se unem a um mesmo tempo.[235] Tampouco de nada lhes vale o que diz que, consumado o mistério, é consumido o pão, porquanto dissera pouco antes: "Uma vez que este mistério é patente e manifesto, e é administrado por homens, pode ser estimado e honrado como coisa santa, mas não como milagre."[236] Tampouco visa a outro fim o que os adversários evocam

231. *Da Trindade*, livro III, capítulo 4.
232. *Carta 98*.
233. *Contra adimanto*, 12.
234. Pseudo-Agostinho, *Sermão 265*, 4.
235. *Da Trindade*, livro III, capítulo X, 19.
236. *Ibid.*, capítulo X, 20.

a si demasiado inconsideradamente, que Cristo, de certo modo, foi levado em suas *próprias* mãos, quando oferecia o pão místico aos discípulos.[237] Ora, interposto o advérbio de similitude, ***de certo modo***, suficientemente declara Agostinho que o corpo de Cristo não esteve verdadeira nem realmente incluído sob o pão. Nem é de admirar, uma vez que *ele* contende abertamente em outro lugar que os corpos, se lhes é detraída a locação no espaço, em parte alguma haverão de estar; e porque não estarão em parte alguma, não haverão absolutamente de existir.[238] Sua cavilação é por demais frágil, ao dizer que não trata da Ceia, na qual Deus exerce especial virtude, pois que fora suscitada questão a respeito da carne de Cristo, e o santo varão, respondendo deliberadamente, diz: “Cristo conferiu imortalidade à sua carne, porém não removeu sua natureza. Não se deve pensar que *ele* está difuso por toda parte segundo esta forma, pois impõe-se guardar que não afirmemos de tal forma a divindade do homem que detraiamos a realidade do corpo. Não se segue, porém, que o que está em Deus esteja em toda parte, como Deus está.” Logo a seguir acrescenta-se a razão: “Ora, uma só pessoa é Deus e homem, e ambos um só Cristo, enquanto é Deus, está em todo lugar; enquanto é homem, está no céu.”[239] Teria sido um grave descuido não excetuar o mistério da Ceia, que é algo de tanta importância, se fora algo que contraditasse a matéria que tratava. E contudo, se alguém ler atentamente o que pouco depois segue, achará estar compreendida sob essa doutrina geral também a Ceia que Cristo, o Unigênito Filho de Deus e o mesmo Filho do Homem, está todo presente por toda parte como Deus, no templo de Deus, isto é, na lgreja, como Deus que habita nela; e está em algum lugar do céu, segundo o modo de um corpo genuíno.[240] Vemos que, para Cristo unir-se com sua Igreja, não tira seu corpo do céu, o que, certamente, haveria de fazer, se o corpo de Cristo não nos fosse verdadeiramente alimento, a não ser encerrado sob o pão.

Em outro lugar, definindo como os fiéis possuem agora a Cristo, diz *Agostinho*: “Tens *a Cristo* pelo sinal da cruz, pelo sacramento do batismo, pela comida e bebida do altar.”[241] Não estou discutindo aqui quão corretamente *ele* inclua entre os simbolos da presença de Cristo um rito supersticioso, mas *aquele* que compara ao sinal da cruz a presença da carne, mostra suficientemente que não imagina a Cristo bicorporal, de modo que, oculto sob o pão, se situa aquele que se assenta visível no céu. Porque, se carece de explicação, imediatamente depois dali se acrescenta: “Segundo a presença da majestade temos nós sempre a Cristo; segundo a presença da carne, foi dito corretamente: ‘A mim nem sempre me tereis’” [Mt 26.11].[242] Replicam

237. *Conversações Sobre os Salmos*, Salmo 33.
238. *Carta CLXXXVII*, VI.
239. *Ibid.*, III, 10.
240. *Ibid.*, II-VI.
241. *Tratados Sobre João*, L, 12.
242. *Ibid.*, 13.

que, ao mesmo tempo, também isto é adicionado: "Segundo a graça inefável e invisível, cumpre-se o que foi dito por ele: 'Eu estou convosco até a consumação do mundo'" [Mt 28.20]. Nada, porém, terão daí para sua vantagem, porque isto, afinal, se restringe à majestade, que é sempre contraposta ao corpo, e a carne *lhe* é expressamente distinguida da graça e do poder, assim como, em outro lugar, se lê nele a mesma antítese, que "Cristo deixou aos discípulos sua presença corporal, para que estivesse com eles em presença espiritual", onde é claro que a essência da carne é distinguida do poder do Espírito, que a Cristo nos une, de qualquer modo extensamente dele separados pela distância dos lugares.

Do mesmo gênero de expressão usa *Agostinho* freqüentemente, como quando diz: "Ele haverá de vir aos vivos e aos mortos em presença igualmente corporal, segundo a regra da fé e a sã doutrina, porquanto em presença espiritual haveria, sobretudo, de vir a eles, e com toda a lgreja haveria de estar no mundo, até a consumação do tempo" [Mt 28.20].[243] Portanto, esta afirmação é dirigida a crentes, a quem *Cristo* já havia começado a assegurar a salvação em presença corporal, e a quem haveria de deixar em ausência corporal, para que os tivesse salvos com o Pai em presença espiritual. Tomar ***corporal*** como ***visível*** é errôneo, quando *Agostinho* não só opõe o corpo ao poder divino, mas também, acrescentando, "tê-los salvos com o Pai", exprime claramente que ele, do céu, derrama sobre nós sua graça pelo Espírito.

29. IMPROCEDÊNCIA DA TESE DE QUE CRISTO ESTÁ CORPORALMENTE PRESENTE NA CEIA, EMBORA INVISIVELMENTE

E porque põem tanta confiança neste subterfúgio da presença invisível, vejamos se estão bem ocultos nele. Primeiro, não exibirão sequer uma sílaba das Escrituras pela qual provem ser Cristo invisível, mas assumem como confesso o que ninguém de espírito sóbrio lhes concederá, a saber, que o corpo de Cristo dado na Ceia não pode ser de outra forma, senão encoberto na máscara do pão. E é sobre isto mesmo que litigam conosco, tão longe estamos de tê-lo como um princípio infalível. E enquanto assim tagarelam, são obrigados a duplicar o corpo de Cristo, porque, segundo eles, no céu ele é visível; na Ceia, porém, por modo especial de dispensação, ele é invisível.

Mas se isso é concebível, é fácil o juízo, tanto à luz de outros lugares da Escritura, quanto do testemunho de Pedro. Diz Pedro que era necessário que Cristo fosse recebido ou compreendido no céu até que venha de novo [At 3.21]. Esses tais ensinam que *ele* está em toda parte dos espaços, mas sem forma *visível*. Objetam ser iníquo às leis da natureza comum sujeitar a natureza do corpo glorioso. Mas, esta

243. *Ibid.*, CVI, 2.

resposta arrasta consigo esse delírio de Serveto, que a todos os piedosos é, com razão, detestável: que seu corpo foi absorvido por *sua* divindade. Não estou dizendo que eles sejam desta opinião, mas se entre os dotes de um corpo glorificado se conta enchê-lo todo de um modo invisível, é evidente que ele é privado da substância corpórea, nem se deixa qualquer distinção entre a deidade e a natureza humana. Ademais, se tão multiforme e vário é o corpo de Cristo que se mostre visível em um lugar, em outro seja invisível, onde fica a própria natureza de corpo, que consta de suas dimensões, e onde a unidade? Muito mais procedente é *o que pronuncia* Tertuliano, o qual afirma que o corpo de Cristo foi verdadeiro e natural, porque no mistério da Ceia sua figura nos é proposta como penhor e garantia da vida espiritual. Porque a figura seria falsa se o que nela se representa não fosse verdade.[244] Certamente, Cristo dizia de seu corpo glorioso: “Vede e apalpai, porque um espírito não tem carne e ossos [Lc 24.39]. Eis como a realidade da carne é provada pela boca do próprio Cristo, visto que *ela* pode ser apalpada e *pode* ser vista; se isto for removido, então deixará de ser carne.

Sempre correm para o esconderijo de sua dispensação que para si fabricaram. Mas nossa obrigação é aceitar de tal maneira o que Cristo expressou absolutamente, que sem exceção valha entre nós o que *ele* quer asseverar. Ele prova que não é um espectro, já que é visível em sua carne. Subtraia-se o que *ele* vindica como próprio da natureza de seu corpo: porventura não se fará necessário forjar-se nova definição de ***corpo***? Ora, por mais voltas que dêem em sua fictícia dispensação, não tem lugar naquela passagem de Paulo [Fp 3.20, 21] onde diz que aguardamos do céu o Salvador, o qual conformará a seu corpo glorioso nosso corpo desprezível. Pois tampouco devemos esperar conformidade naquelas qualidades que imaginam em Cristo, de sorte que tenha cada um *de nós* um corpo invisível e infinito. Contudo, tampouco se achará alguém tão bronco a quem persuadam de tão grande absurdo. Portanto, não atribuem ao glorioso corpo de Cristo esta propriedade: que está em muitos lugares a um mesmo tempo e não é contido em nenhum espaço. Enfim, ou neguem abertamente a ressurreição da carne, ou concedam que Cristo, vestido da glória celeste, não se despojou da carne, o qual, uma vez que nos fará ressurreição comum com ele, nos haverá de fazer, em nossa carne, coparticipantes e companheiros dessa mesma glória. Ora, que mais claro ensina toda a Escritura que Cristo, como vestiu nossa verdadeira carne quando nasceu da Virgem, em nossa verdadeira carne sofreu quando fez satisfação por nós, assim também recebeu a mesma verdadeira carne quando ressurgiu e ao céu subiu? Pois, esta nos é a esperança de nossa ressurreição e de *nossa* ascensão ao céu: que Cristo ressuscitou e ascendeu; e como diz Tertuliano: “levou consigo aos céus o penhor de nossa ressurreição.”[245] Com efeito, quão fraca

244. *Contra Marcião*, livro IV, XL.
245. *Da Ressurreição da Carne*, LI.

e frágil haveria de ser essa esperança, a menos que esta nossa própria carne em Cristo verdadeiramente fosse ressuscitada e tivesse ingresso no reino dos céus! Mas, esta é a verdade própria de um corpo: que seja contido no espaço, que conste de suas dimensões, que tenha sua forma. Fora, pois, com essa estulta ficção que fixa ao pão tanto as mentes dos homens quanto a Cristo!

Ora, de que serve aquela oculta presença sob o pão, senão para *os* que desejam ter a Cristo consigo se detenham nesse símbolo externo? Mas o próprio Senhor quis que da terra não só fossem afastados os olhos, mas até todos os nossos sentidos; vedando ser tocado pelas mulheres até que subisse ao Pai [Jo 20.17]. Quando viu Maria cheia de pio impulso de reverência correr para oscular seus pés, por que reprova e proíbe esse contato até que fosse recebido ao céu, nenhuma outra razão existe senão porque em nenhuma outra parte quer ser buscado? Quanto à objeção de haver *Cristo* aparecido depois *corporalmente* a Estêvão [At 7.55, 56], a solução é fácil, pois nem foi preciso Cristo, por isso, mudar de lugar, o qual, aos olhos de seu servo, uma visão supernatural que penetrasse os céus. O mesmo pode-se dizer também de Paulo [At 9.4; 22.7; 26.14]. Quanto à objeção de haver Cristo saído do sepulcro fechado [Mt 28.6], e *estando* fechadas as portas, haver entrado até *onde estavam* os discípulos [Jo 20.19], não serve de nada em defesa de seu erro. Porque, assim como a água, não diferentemente de um pavimento sólido, proveu caminho a Cristo para andar sobre o lago [Mt 14.25; Mc 6.48; Jo 6.19], assim também não surpreende se à sua passagem cedeu a dureza da pedra, visto que é mais provável que a seu mando a pedra houvesse se afastado; e logo a seguir, dada a passagem, retornasse a seu lugar. Tampouco entrar, *estando* fechadas as portas, equivale a penetrar através da matéria sólida, mas abrir para si acesso por *seu* divino poder, de sorte que se pusesse repentinamente entre seus discípulos de maneira absolutamente extraordinária, quando as entradas estivessem cerradas. O que citam de Lucas [24.31], de haver Cristo subitamente evanescido aos olhos dos discípulos com quem viajava até Emaús, não lhes serve de nenhma utilidade, e corrobora nossa posição. Ora, para privá-los de sua presença, não se fez invisível, mas apenas desapareceu. De igual forma, o atesta o próprio Lucas [Lc 24.16], quando viajava juntamente *com eles*, não se revestiu de nova aparência, para que não fosse reconhecido; pelo contrário, impediu que seus olhos o reconhecessem. Estes, porém, não só transformam a Cristo, para que permaneça na terra, mas até o imaginam diferente de si mesmo, e de modo distinto no céu e na terra. Em suma, em conformidade com seus desatinos, ainda que não digam verbalmente que a carne de Cristo é espírito, contudo o ensinam indiretamente. Do quê se segue, necessáriamente, que *o corpo de Cristo* é dúplice.

30. Improcedência da tese da ubiqüidade do corpo de Cristo

Ora, ainda que lhes concedamos o que tagarelam acerca da presença invisível,

no entanto ainda não estará provada a mensurabilidade sem a qual em vão tentarão incluir a Cristo sob o pão. A menos que o corpo de Cristo possa estar em toda parte a um mesmo tempo, sem qualquer limitação de lugar, não será crível estar *ele* escondido sob o pão na Ceia. Por esta necessidade foi por eles introduzida a monstruosa *noção de* ubiqüidade. Mas, à luz de sólidos e claros testemunhos da Escritura, demonstrou-se que o corpo de Cristo está circunscrito pela medida de um corpo humano; além disso, por sua ascensão ao céu, ficou claramente manifesto que ele não está em todos os lugares; ao contrário disso, quando ele passa a um lugar, deixa o anterior.

Aliás, tampouco se há de aplicar ao corpo a promessa que adicionam: "Eu estou convosco até a consumação do mundo" [Mt 28.20]. Primeiro, a conjunção perpétua *conosco* não se efetivará, a menos que Cristo habite em nós corporalmente além do uso da Ceia, e por isso não há razão justa para polemizarem tão acerbamente acerca das palavras de Cristo, a ponto de incluírem a Cristo sob o pão na Ceia. Em segundo lugar, o contexto evidencia que Cristo nada menos fala *nesta passagem* que de sua carne; pelo contrário, ele está prometendo aos discípulos ajuda invencível, pela qual os proteja e sustente contra todos os assaltos de Satanás e do mundo. Pois, quando os incumbe de missão difícil, e para encetá-la não devem hesitar; e para que não a enfrentem medrosamente, ele os firma com a confiança de sua presença, como se dissesse que não lhes faltaria sua assistência, a qual seria insuperável.

A menos que quisesse confundi-los em tudo, porventura não *lhes* impôs distinguir o modo dessa presença? E de fato alguns preferem, com grande ignomínia, dar vazão à sua insipiência, não cedendo um mínimo sequer de seu erro. Não estou falando dos papistas, cuja doutrina é mais tolerável, ou, pelo menos, mais recatada. A alguns, porém, a tal ponto os arrebata a contenção, que dizem que, em decorrência das naturezas unidas em Cristo, onde quer que está sua divindade, aí está também sua carne; que daquela não se pode separar. Como se, com efeito, essa união haja produzido das duas naturezas não sei que *ente* intermédio, que não seria Deus nem homem! Assim Êutiques, e depois dele Serveto. Mas da Escritura claramente se conclui que a pessoa única de Cristo de tal maneira consta de duas naturezas, que a cada uma, no entanto, permanece preservada sua propriedade. Nossos adversários não dirão que Êutiques foi condenado injustamente. Surpreende que não atentem para a causa de *sua* condenação: que, eliminada a distinção entre as *duas* naturezas, insistindo na unidade da pessoa, de Deus fizeram homem, e do homem fizeram Deus. Portanto, que desvairamento é este de revolver o céu e a terra antes que renunciar tal fantasia de querer tirar o corpo de Cristo do santuário celestial!

Efetivamente, adicionam a seu favor estes testemunhos: "Ninguém subiu ao céu, senão aquele que desceu, o Filho do homem, que está no céu" [Jo 3.13]; de igual modo: "O Filho, que está no seio do Pai, ele o revelou" [Jo 1.18], é da mesma

obtusidade *que* desprezar a κοινωνίᾱν [*koinōníān – comunicação*] de idiomas,[246] que outrora foi inventada não em vão pelos santos pais. Por certo que, quando se diz que o Senhor da glória foi crucificado [1Co 2.8], Paulo não entende haver *Cristo* sofrido algo de sua divindade; pelo contrário, visto que Cristo, que rejeitado e desprezado sofria na carne, era o mesmo Deus e Senhor da glória. Desta maneira, o Filho do Homem estava também no céu, porque o mesmo Cristo que, sequndo a carne, *como* Filho do Homem habitava na terra, *como* Deus estava no céu. Razão por que nessa própria passagem se diz que ele desceu segundo a divindade, não que a divindade deixasse o céu para esconder-se no cárcere do corpo, mas porque, embora a tudo enchesse, contudo na própria humanidade de Cristo habitava ***corporalmente*** [Cl 2.9], isto é, segundo a natureza, e de certo modo inefável.

Existe uma distinção muito comum nas escolas, que não me envergonha referir: ainda que Cristo esteja ***todo***, por toda parte, entretanto nem ***tudo*** que nele há está em toda parte. E prouvera que os próprios escolásticos houvessem ponderado honestamente a força desta afirmação, porque assim se teria ido de encontro à tola ficção da presença carnal de Cristo *na Ceia*. Portanto, uma vez que esteja todo, por toda parte, nosso Mediador está sempre junto aos seus e presente se exibe na Ceia de modo especial, contudo de modo que não traz consigo tudo o que há nele; porque, como dissemos, quanto à carne necessariamente tem de estar no céu, até que se manifeste para o Juízo.

31. Na Santa Ceia, Cristo não desce até nós corporalmente sob o pão; antes, nos eleva a si por meio de seu Espírito

Muito se enganam, porém, os que não concebem na Ceia nenhuma presença da carne de Cristo, a menos que *ela* esteja vinculada ao pão. Assim, pois, nada deixam à operação secreta do Espírito além da união do próprio Cristo conosco. A esses Cristo não parece presente, a menos que *ele* desça até nós. Como se ao nos elevarmos até ele, não nos fizesse igualmente desfrutar de sua presença! Logo, a questão é apenas quanto ao modo dessa presença, porquanto vinculam a Cristo no pão; *nós*, porém, julgamos não nos ser lícito removê-lo do céu. Qual das duas *posições* seja a mais correta, que os leitores julguem. Contanto que se evite a calúnia de tirar a Cristo de sua Ceia, caso o encerrem debaixo do pão. Ora, uma vez que este seja um mistério celeste, não é necessário que Cristo seja trazido para baixo a fim de estar unido a nós.

---

246. Em teologia se denomina “comunicação de propriedades” (κοινωνία, *idiomatum*) a teoria segundo a qual os caracteres da divindade se encontram às vezes na humanidade de Cristo, por exemplo, quando faz um milagre ou tem um conhecimento supernatual, sem que por isso haja confusão de naturezas (extraído da edição espanhola).

32. MISTÉRIO ALÉM DE EXPLICAÇÃO HUMANA, DEVEM-SE REJEITAR TODAS AS OPINIÕES, QUANTO À CEIA, OU QUE SÃO INDIGNAS DA MAJESTADE CELESTE DE CRISTO, OU SÃO INCOMPATÍVEIS COM A REALIDADE DE SUA NATUREZA HUMANA

Com efeito, se alguém me interrogar quanto ao modo *como isso se processa*, não *me* envergonhará confessar que é um segredo por demais sublime para que possa ou ser compreendido por meu entendimento, ou ser explicado por *minhas* palavras; e, para dizê-lo mais abertamente, experimento mais do que possa entender. Portanto, sem controvérsia aqui abraço a verdade de Deus na qual é possível descansar seguro. Ele proclama que sua carne é o alimento de minha alma; que seu sangue é a bebida desta [Jo 6.52-57]. Para ser nutrida por tais alimentos, lhe ofereço minha alma. Manda-me tomar sua Sacra Ceia sob os símbolos do pão e do vinho; comer e beber seu corpo e seu sangue: não duvido de que também ele verdadeiramente os propicie e eu os receba. Apenas rejeito as *coisas* absurdas que é evidente ou serem indignas da celeste majestade de Cristo, ou alheias à verdade de sua natureza humana, quando também, inevitavelmente, conflitam com a Palavra de Deus, porquanto *ela* também assim ensina que Cristo foi recebido à glória do reino celeste que o elevou acima de toda condição do mundo [Lc 24.26]; nem menos diligentemente em sua natureza humana recomenda *as coisas* que são próprias da verdadeira humanidade.

Tampouco isto deve parecer incrível ou discrepante da razão; porquanto, como todo o reino de Cristo é espiritual, assim tudo quanto *ele* opera com sua Igreja mui longe está dever-se sujeitar à razão deste mundo. Ou, para usar da palavra de Agostinho: "Este mistério, como os demais, é efetuado pelo homem, contudo divinamente; na terra, contudo celestialmente."[247] Declaro que essa é a presença do corpo que a natureza do sacramento postula; a qual dizemos que aqui se mostra de tão grande poder e de tão grande eficácia, que não só nos confere inabalável confiança da vida eterna à alma, mas também da imortalidade de nossa carne nos faz seguros, visto que, na verdade, já é vivificada por sua carne imortal, e de certo modo de sua imortalidade compartilham *aqueles* que são arrastados acima disto por suas hipérboles, outra coisa não fazem senão obscurecer com tais envoltórios a verdade simples e clara. Se alguém ainda não se sente satisfeito, gostaria que pondere aqui comigo por um pouco, que agora está se tratando de um sacramento, do qual se há de atribuir tudo à fé. Nós, porém, não alimentamos menos a fé com a participação do corpo, como já defendemos, do que os que crêem ser necessário que Cristo desça do céu.

Entrementes, confesso francamente que repudio a mistura ou transfusão da carne de Cristo com nossa alma, como é por eles ensinada, visto que a nós nos basta

247. *A Cidade de Deus*, XVI, 37.

que, da substância de sua carne, Cristo instile vida em nossas almas; aliás, derrame em nós *sua* própria vida, ainda que a própria carne de Cristo não entre em nós. Acresce-se que não há dúvida alguma de que a analogia da fé, a que Paulo ordena conformar toda interpretação da Escritura [Rm 12.3], concorda comigo plenamente nesta parte. *Aqueles* que bradam contra verdade tão evidente, vejam e considerem a que regra de fé estão a amoldar. “Quem não confessa que Jesus Cristo veio na carne, não procede de Deus” [1Jo 4.3]. Esses, ainda que o dissimulem, ou não o percebam, o despojam de sua carne.

33. Na Santa Ceia se participa do corp e do sangue de Cristo, não pela mera ingestão dos elementos sacramentais, mas em virtude da operação do Espírito Santo; daí, espiritualmente, não fisicamente, razão por que os ímpios e os incrédulos não se apropriam dele

O mesmo se há de entender com respeito à *nossa* participação *de Cristo*, a qual crêem ser nula, a menos que a carne de Cristo seja ingerida sob o pão. Entretanto, não se faz leve injúria ao Espírito Santo, a não ser se crermos que por seu incompreensível poder comunguemos com a carne e o sangue de Cristo. Com efeito, se a força deste mistério, como nos é ensinada e foi conhecida pela Igreja antiga, fosse nestes últimos quatrocentos anos cuidadosamente pesada segundo *seu* merecimento, mais do que suficiente era para nos satisfazer. Fechada teria sido a porta a muitos erros grosseiros dos quais se acenderam horrendas dissensões, das quais, tanto outrora, quanto também em nosso tempo, foi a Igreja deploravelmente sacudida, enquanto homens curiosos exigem um modo hiperbólico da presença, o que a Escritura nunca exibe. E acerca de coisa estulta e imponderadamente concebida provocam tumulto exatamente como se a inclusão de Cristo sob o pão fosse, como dizem, a proa e a popa da piedade.

Mais que tudo importava saber como o corpo de Cristo se faz nosso, segundo foi uma vez por nós entregue, e como nos tornamos participantes do sangue derramado, porquanto isso equivale possuir todo o Cristo crucificado, para que usufruamos de todos os seus benefícios. Agora, deixadas de lado, mais ainda, negligenciadas e quase sepultas, estas *coisas* nas quais residia tanto de importância, esta única e espinhosa questão lhes apraz: como sob o pão, ou sob a espécie do pão, esteja latente o corpo de Cristo. Blasonam falsamente que tudo quanto ensinamos em referência à mastigação espiritual se opõe, segundo falam, à verdadeira e real mastigação, uma vez que atentamos apenas para o modo, que entre eles é ***carnal***, enquanto encerram a Cristo no pão; a nós ***espiritual***, porque o vínculo de nossa conjunção com Cristo é o secreto poder do Espírito.

Em nada mais procedente é *sua* outra objeção: que nós abordamos apenas o fruto ou efeito que os fiéis extraem do comer a carne de Cristo. Ora, já dissemos anteriomente que o próprio Cristo é ***a matéria*** da Ceia; mas daí se deduz ***o efeito***, que pelo sacrifício de sua morte somos expiados dos pecados; por *seu* sangue somos lavados; por *sua* ressurreição somos alçados à esperança da vida celeste. Mas, a estulta imaginação, cujo autor foi Lombardo, lhes perverteu as mentes, enquanto pensam que o sacramento é o comer a carne de Cristo. Pois assim *se expressa* ele: "As espécies do pão e do vinho são o sacramento e não a coisa; a carne e o sangue de Cristo *são* o sacramento e a coisa; a coisa, e não o sacramento, é sua carne mística."[248] Igualmente, pouco depois: "A coisa significada e contida é a própria carne de Cristo; significada e não contida é seu corpo místico."[249] Que faz distinção entre a carne de Cristo e *sua* eficácia de alimentar, com que foi *ela* provida, nisso concordo; que, porém, imagina ser *ela* o sacramento, e na verdade contido *este* sob o pão, é um erro que não se pode aturar.

Daqui nasceu a falsa interpretação da mastigação espiritual, porquanto chegaram à conclusão de que também os ímpios e celerados comem o corpo de Cristo, por mais que dele estejam alienados. E a própria carne de Cristo é no mistério da Ceia coisa não menos espiritual que a salvação eterna. Do quê deduzimos que todos quantos estão vazios do Espírito de Cristo não podem comer a carne de Cristo; como não podem beber do vinho que não tem gosto nem sabor algum. Por certo que mui indignamente é Cristo dilacerado, quando, morto e sem qualquer vigor, aos incrédulos seu corpo é prostituído, e suas palavras expressas o repugnam: "Quem comer minha carne e beber meu sangue permanece em mim e eu nele" [Jo 6.56]. Objetam que aí *nesta passagem joanina* não está a tratar-se do comer sacramental, o que eu admito, desde que não tropecem repetidamente contra o mesmo escolho: que a própria carne é comida sem qualquer benefício. Gostaria, porém, de saber deles por quanto tempo a conservam no estômago, depois de havê-la comido. Creio que a duras penas poderão responder a esta pergunta.

Objetam, no entanto, que pela ingratidão dos homens não se pode detrair ou arrancar *coisa* alguma da fidedignidade das promessas de Deus. Naturalmente o admito, e digo que a força do mistério permanece íntegra, por mais que os ímpios, quanto em si está, se empenhem em esvaziá-la. Uma coisa, contudo, é ser oferecida; outra, ser recebida. Cristo a todos oferece esta comida espiritual e propicia a bebida espiritual: uns os tomam avidamente; outros os rejeitam fastidiosamente. Porventura a rejeição destes fará que a comida e a bebida percam sua natureza? Dirão que sua opinião é coadjuvada por esta comparação, visto que, de fato, a carne de Cristo, ainda que seja insípida, não obstante é carne. Eu, porém, nego que *ela* possa ser

248. *Livro das Sentenças*, livro IV, dist. VIII, capítulo IV.
249. *Idem*.

comida sem o gosto da fé; ou, se mais agrada falar com Agostinho, nego que os homens usufruem do sacramento mais do que ajuntam com o vaso da fé. Assim sendo, nada se detrai ao sacramento; pelo contrário, sua verdade e eficácia permanecem intocáveis, embora, de sua mera participação externa, os ímpios se retirem vazios.

Caso objetem de novo dizendo que se desvalorizam estas palavras, "Este é meu corpo", se os ímpios recebem o pão corruptível e nada além disso, a solução está à mão: Deus não quer ser reconhecido veraz na própria recepção; mas, ao contrário, na constância de sua bondade, em que está pronto a propiciar aos indignos o que rejeitam; mais ainda, o oferece liberalmente. E esta é a integridade do sacramento que o mundo todo não pode violar: que a carne e o sangue de Cristo são dados aos indignos não menos verdadeiramente do que aos fiéis eleitos de Deus. Contudo, ao mesmo tempo é verdadeiro não diferentemente de como a chuva, caindo sobre uma rocha dura, se escoa porque não acha na pedra nenhuma entrada; assim, por sua dureza, os ímpios repelem a graça de Deus para que neles não penetre. Acresce que ser Cristo recebido à parte da fé em nada é mais consistente que a uma semente germinar no fogo.

Quanto à indagação como Cristo veio para condenação de muitos, senão porque eles o receberam indignamente, é irrelevante, quando em parte alguma lemos que os homens, ao receberem a Cristo indignamente, adquirem sua perdição, mas, antes, por o rejeitarem. Nem os socorre a parábola de Cristo onde diz que a semente nasce entre espinheiros, a qual depois é sufocada e morre [Mt 13.7; Mc 4.7; Lc 8.7], porquanto aí está discorrendo sobre o valor que a fé temporária tem, a qual nossos adversários julgam não ser necessária para se comer a carne de Cristo e beber seu sangue, já que a esse respeito põem Judas como igual colega de Pedro; senão que, antes, seu erro é refutado pela mesma parábola, onde Cristo diz que uma semente cai sobre o caminho; outra, sobre as pedras; e nenhuma *das duas* produz raiz [Mt 13.4, 5; Mc 4.4-6; Lc 8.5, 6]. Do quê se segue que sua *própria* dureza constitui obstáculo aos incrédulos, para que não venham a Cristo.

Todo aquele que deseja que nossa salvação tenha progresso com este mistério, não achará coisa mais própria para guiar e encaminhar os fiéis à fonte de vida, que é o Filho de Deus para dele tirar água. A dignidade *da Santa Ceia*, porém, mui magnificentemente se recomenda, quando sustentamos que ela é um auxílio mercê do qual somos enxertados no corpo de Cristo; ou, que já enxertados, somos mais e mais fortalecidos com ele, até que consigo nos una solidamente na vida celestial. Objetam que *os indignos* não deveriam ter sido por Paulo feitos culpados do corpo e do sangue de Cristo [1Co 11.27], a menos que fossem participantes deles. Eu, porém, respondo que eles são condenados não porque comiam, mas somente porque profanavam o mistério, calcando *aos pés* o penhor da sacra união com Deus que deviam receber reverentemente.

34. Copiosa argumentação de Agostinho quanto à apropriação espiritual, não material, de Cristo na Santa Ceia, em virtude da fé, não da ingestão, de modo que os incrédulos, ao receberem o sacramento, não recebem a Cristo

Com efeito, visto que entre os escritores antigos principalmente Agostinho afirmou este artigo da doutrina: pela infidelidade ou malignidade dos homens nada se detrai aos sacramentos, nem a graça que figuram é esvaziada, à luz de suas palavras será útil provar claramente quão insipiente e indevidamente aplicam isso à presente causa *aqueles* que lançam aos cães [Mt 7.6] o corpo de Cristo para ser *por eles* comido. A ingestão sacramental, segundo esses, é *aquela* pela qual os ímpios recebem o corpo e o sangue de Cristo, sem o poder do Espírito ou qualquer efeito da graça. Agostinho, por outro lado, pesando prudentemente estas palavras: "Quem comer minha carne e beber meu sangue, jamais morrerá" [Jo 6.50, 51, 54], diz: "Evidentemente, *aquele que recebe* a virtude do sacramento, não apenas o sacramento visível, e na verdade interiormente, não exteriormente; *aquele* que come de coração, não *aquele* que tritura com o dente." Do quê conclui, afinal, que o sacramento desta coisa, isto é, da unidade do corpo e do sangue de Cristo na Ceia do Senhor, se propõe a alguns para vida, a outros para ruína; a própria coisa, porém, de que é o sacramento, a todos para vida, a nenhum para morte, quem quer que *dela* participe.[250] Para que aqui alguém não cavile que ***a coisa*** não se chama ***o corpo***, pelo contrário, a graça ***do Espírito***, que pode dele separar-se, a antítese entre os epítetos ***visível*** e ***invisível*** dissipa tais subterfúgios, porque sob o primeiro *desses* não se pode compreender o corpo de Cristo. Do quê se segue que os incrédulos partilham apenas do símbolo visível.

E para que melhor se remova a dúvida, depois de haver dito que este pão requer a fome do homem interior, *Agostinho* acrescenta: "Moisés, Arão, Finéas e muitos outros que comeram o maná agradaram a Deus. Por quê? Porque entendiam o alimento visível espiritualmente, apeteciam espiritualmente, degustavam espiritualmente, de sorte que fossem saciados espiritualmente. Ora, também nós hoje temos recebido o alimento visível, mas uma coisa é o *sacramento*; outra, a *virtude* do sacramento."[251] Pouco depois: "E mediante isto, *aquele* que não permanece em Cristo, e em quem Cristo não permanece, indubitavelmente nem ingere espiritualmente sua carne, nem *espiritualmente* bebe seu sangue, ainda que triture carnal e visivelmente com os dentes o sinal do corpo e do sangue."[252] Ouvimos de novo que o sinal visível se contrapõe à ingestão espiritual, com que se refuta este erro: que o corpo invisível de Cristo seja deveras comido sacramentalmente, se bem que não espiritualmente.

250. *Tratados Sobre João*, XXVI, 12, 15.
251. *Ibid*., 11.
252. *Ibid*., 18.

Ouvimos também que nada se concede dele aos profanos e impuros, senão o recebimento visível do sinal. Daqui seu célebre dito de que os demais discípulos ingeriram ***o Pão Senhor***; Judas, porém, ***o Pão do Senhor***,[253] com que claramente exclui aos incrédulos da participação de *seu* corpo e sangue. Tampouco a outro *propósito* visa ao que diz em outra parte: "Por que te maravilhas se a Judas foi dado o pão de Cristo, mediante o qual se fizesse servo do Diabo, quando vês, em contrário, que a Paulo foi dado um mensageiro do Diabo, através do qual fosse aperfeiçoado em Cristo" [2Co 12.7]?[254] Com efeito, diz *ele* em outro lugar que o pão da Ceia era o corpo de Cristo àqueles a quem Paulo dizia: "Quem comer indignamente, come e bebe juízo para si" [1Co 11.29], nem por isso nada receberam, porque receberam mal.'' Em que sentido, porém, ele o explica mais plenamente em outro lugar. Ora, empreendendo definir expressamente como os réprobos e celerados, que professam a fé cristã com a boca, mas a negam pelas ações, comem o corpo de Cristo; e na verdade, contra a opinião de alguns. Dos que pensavam comer não só do sacramento, mas também da própria coisa, diz: "Mas, tampouco poderão dizer que ingeriram o corpo de Cristo, porquanto não devem ser computados no número dos membros de Cristo. Pois, para calar sobre outras *coisas*, não podem ser, ao mesmo tempo, membros de Cristo e membros de uma prostituta [1Co 6.15]. Enfim, dizendo ele: 'Quem come minha carne e bebe meu sangue permanece em mim e eu nele' [Jo 6.56], mostra o que significa comer o corpo de Cristo, não apenas em sacramento, mas também na substância real, pois isto equivale a permanecer em Cristo, para que Cristo permaneça nele. Ora, ele disse isto, como se significasse: 'Quem não permanece em mim e em quem eu não permanecer, não diga ou pense que come meu corpo ou bebe meu sangue'."[255]

Ponderem os leitores a antítese: comer em sacramento e comer em substância real, e já não restará dúvida alguma. O mesmo *ele* confirma não menos claramente nestas palavras: "Não prepareis a garganta, mas o coração: por esse motivo foi recomendada esta Ceia. Eis que cremos em Cristo quando o recebemos pela fé; em recebendo-o, sabemos o que pensamos; recebemos um pequeno naco *de pão* e somos saciados no coração; logo, não é o que se vê que nos farta, mas o que se crê."[256] Aqui também *ele* restringe ao sinal visível o que os ímpios tomam, nem de outra sorte Cristo ensina ser *ele* recebido senão pela fé. Assim, também em outro lugar, declarando expressamente que bons e maus partilham dos sinais, a estes *Agostinho* exclui da verdadeira ingestão da carne de Cristo. Porque, se recebessem a própria coisa, não haveria absolutamente calado o que lhe era mais apropriado à coisa. Também em outro lugar, discorrendo acerca da ingestão e seu fruto, assim conclui:

253. *Ibid.*, LIX, 1.
254. *Ibid.*, LXII, 1.
255. *A Cidade de Deus*, livro XXI, XXV.
256. *Sermão 112*, 5.

"Então, a cada um serão vida o corpo e sangue de Cristo, se o que se recebe visivelmente no sacramento se come na própria realidade espiritualmente, se bebe espiritualmente."[257] Portanto, *aqueles* que aos incrédulos fazem participantes da carne e do sangue de Cristo, para que estejam de acordo com Agostinho, nos representam visível o corpo de Cristo, quando, segundo ele, toda a realidade *do sacramento* é espiritual. E de suas palavras se junta ao certo que a ingestão sacramental, quando a incredulidade fecha a entrada à realidade *espiritual*, outro tanto vale quanto *a mera ingestão* visível ou externa. Porque, se verdadeiramente, contudo não espiritualmente, o corpo de Cristo pudesse ser comido, que significaria o que ensina em outro lugar: "Não haveis de comer esse corpo que vedes, nem haveis de beber o sangue que derramarão os que hão de me crucificar? Eu vos confiei um sacramento: espiritualmente entendido, ele vos haverá de dar vida."[258] Por certo que *Agostinho* não quis negar que o mesmo corpo que Cristo ofereceu em sacrifício é proporcionado na Ceia; salientou, porém, o modo da ingestão, isto é, que, recebido à glória celeste, *ele* nos instila vida pela virtude secreta do Espírito. Certamente reconheço que freqüentemente ocorre nele esse modo de falar: que o corpo de Cristo é comido pelos infiéis; mas para si mesmo explica, acrescentando: "no sacramento." E em outro lugar a ingestão espiritual é descrita por ele: quando consumimos *materialmente* a graça com nossos bocados.[259]

E para que os adversários não digam que estou a pugnar com um amontoado *de citações*, gostaria de saber como se livram de uma *só* sentença sua, onde diz que somente nos eleitos os sacramentos efetuam o que figuram.[260] Por certo que não ousarão negar que na Ceia o pão simboliza o corpo de Cristo. Do quê se segue que os réprobos são barrados de sua participação. Que Cirilo *de Alexandria* também não sentiu de outro modo, estas suas palavras o declaram: "Exatamente como, se alguém à cera liquefeita derrame outra cera, uma com a outra misture inteiramente, assim se alguém recebe a carne e o sangue do Senhor, com ele, necessariamente, se une, de tal modo que Cristo se acha nele e ele em Cristo."[261]

Com estas palavras, julgo estar claro que são privados do verdadeiro e real comer *aqueles* que apenas sacramentalmente comem o corpo de Cristo, que de seu poder não pode separar-se, nem por isso se abala a fidedignidade das promessas de Deus, que não cessa de fazer chover do céu, ainda que as pedras e as rochas não sorvam o fluído da chuva.

257. *Sermão 131*, 1.
258. *Conversações Sobre os Salmos*, Salmo 98.9.
259. *Tratados Sobre João*, XXVII, 3.
260. *Da Pena e Remissão dos Pecados*, livro I, XXI, 30.
261. *Comentário Sobre João*, VI, 5.

35. TAMPOUCO É ADMISSÍVEL A ADORAÇÃO DOS ELEMENTOS NA CEIA, SENDO IMPROCEDENTE A PREMISSA DE QUE NELES SUBSISTEM A ALMA E DIVINDADE DE CRISTO

Este conhecimento nos recuará também facilmente da adoração material que, *movidos* de pervertida temeridade, alguns erigiram no sacramento. A causa disto foi que eles chegaram à seguinte conclusão: Se este é o corpo, necessariamente se segue que também a alma e a divindade estão juntas com o corpo, as quais já não podem separar-se dele; portanto, aí se faz necessário que Cristo seja adorado. Primeiro, se essa sua concomitância que evocam lhes for negada, que haverão de fazer? Ora, por mais que reiterem tal absurdo, se o corpo for separado da alma e divindade, quem, pois, são e sóbrio, se deixará persuadir de que o corpo de Cristo seja Cristo? Isto, com efeito, a si parecem comprovar esplendidamente com seus silogismos. Mas, visto que Cristo fala claramente de se corpo e de seu sangue, sem especificar o modo de sua presença, que podem concluir de uma coisa duvidosa?

E então? Se sua consciência se visse inquietada por algum sentimento mais grave, porventura imediatamente não se dissolverão e derreterão, juntamente com seus silogismos, isto é, quando virem que carecem da segura Palavra de Deus, à qual, tão-somente, se arrimam nossas almas quando são chamadas à razão e sem a qual cambaleiam já no primeiro momento, quando refletirem que a doutrina e os exemplos dos apóstolos lhes são adversos, na verdade que seus únicos autores são eles mesmos? A tais impulsos se acrescentarão também outros aguilhões não leves. Quais? Porventura era algo de nenhuma importância adorar a Deus desta forma, quando nada desse gênero nos fosse prescrito? Em se tratando do culto genuinamente de Deus, porventura há de tentar-se com tanta leviandade acerca daquilo que em parte alguma se lê sequer uma palavra *na Escritura*? Mas, se com a humildade que convém, se conservassem todas suas cogitações sob a Palavra de Deus, certamente teriam dado ouvidos ao que *ele* mesmo disse: "Tomai, comei, bebei" [Mt 26.26, 27], e teriam obedecido a esta injunção na qual ordena que o sacramento seja não adorado, mas recebido.

Aqueles, porém, que o recebem em conformidade com o mandado de Deus, sem adoração, estão certos de que não se desviam da injunção de Deus; essa certeza é o melhor conforto que podemos ter quando empreendemos alguma coisa. Têm o exemplo dos apóstolos, dos quais não lemos que se prostrassem e adorassem; pelo contrário, que o tomaram e o comeram, reclinados como estavam; têm o uso da Igreja Apostólica, onde é por Lucas narrado que os fiéis partilharam não de adoração, mas do ***partir*** do pão [At 2.42]; têm a doutrina apostólica, com a qual Paulo instruiu a Igreja dos coríntios, professando ter recebido do Senhor o que *lhes* estava ensinando [1Co 11.23].

36. Sem base na Escritura, e a seu arrepio, a adoração dos elementos da Ceia é abominável superstição e idolatria

E de fato estas *coisas* se destinam a que os leitores piedosos ponderem quão inseguro é que em coisas tão elevadas vagar da simples Palavra de Deus aos sonhos de nosso cérebro. Mas as coisas que foram supramencionadas devem livrar-nos de toda dificuldade nesta matéria. Ora, para que aí as almas piedosas apreendam corretamente a Cristo, é indispensável que se elevem ao céu. Porque, se a função do sacramento é socorrer a mente do homem, que em si é fraca, a que se eleve ao alto para receber a grandeza desses mistérios espirituais, os que se detêm no sinal externo se afastam muitíssimo do verdadeiro caminho para achar a Cristo.

E então? Negaremos ser um culto supersticioso quando diante do pão os homens se prostram para aí adorar a Cristo? Com certeza o Concílio de Nicéia quis corrigir este mal quando proibiu fixarmos a atenção humildemente nos símbolos postos diante *de nós*.[262] Tampouco foi por outro motivo que outrora foi instituído que antes da consagração fosse o povo admoestado em alta voz a ter o ***sursum corda*** [= corações para o alto].[263] Também a própria Escritura, além de nos narrar diligentemente a ascensão de Cristo, pela qual ele afastou sua presença de nossa vista e trato de seu corpo, para que nos afastasse toda cogitação carnal a seu respeito, sempre que o rememora, ordena às mentes que se ergam ao alto e no céu o busquem assentado à destra do Pai [Cl 3.1, 2]. Segundo esta regra, deve-se antes adorá-lo espiritualmente na glória celestial do que cogitar-se esse gênero tão perigoso de adoração, saturada de conceito carnal e crasso a respeito de Deus.

Por isso, *aqueles* que cogitaram a adoração do sacramento não só a sonharam para si próprios, à parte da Escritura, onde não se pode mostrar nenhuma menção, a qual, contudo, não teria sido omitida caso essa adoração fosse aceitável a Deus; mas também, bradando a Escritura em contrário, uma vez deixado de lado o Deus vivo, fabricam para si um Deus ao arbítrio de seu desejo. Ora, Porventura não é idolatria adorar os dons em vez do próprio Doador? Onde se pecará duplamente, porque não só arrebata a honra destinada a Deus, tranferindo-a à criatura, como também *ele* próprio *foi* aviltado e seu benefício poluído e profanado, enquanto de seu santo sacramento foi feito um ídolo execrável. Nós, por outro lado, para que não caiamos no mesmo fosso, fixemos inteiramente os ouvidos, os olhos, os corações, as mentes, as línguas na sacra doutrina de Deus. Pois é essa a escola do Espírito Santo, o melhor Mestre, na qual de tal modo se avança que nada se deve adquirir de outra parte; senão que se deve ignorar de bom grado tudo quanto não é nela ensinado.

---

262. Cânon 20.
263. *Sursum corda*! Cipriano, *Oração Dominical*, XXXI.

37. Cerimônias e ritos supersticiosos associados à adoração do sacramento eucarístico, a destoarem de seu propósito de elevar-nos ao louvor de Cristo e à proclamação de sua morte vicária

Mas como a superstição, depois de haver ultrapassado os retos limites, não sabe pôr nenhum fim à sua maldade, a muito mais longe resvalaram, pois cogitaram ritos absolutamente estranhos à instituição da Ceia, somente para envolver o sinal externo com honras divinas. “A Cristo”, dizem *eles*, “devotamos esta veneração.” Primeiro, se na Ceia se fizesse isto, eu diria que essa adoração que não reside no sinal seria, afinal, legítima; ao contrário, se dirige a Cristo assentado no céu. Mas agora, com que pretexto se gabam de honrar a Cristo nesse pão, quando nenhuma promessa têm de tal coisa? Consagram a hóstia, como a chamam, a qual levam processionalmente em derredor com pompa, que exibem em espetáculo solene para ser vista, adorada, invocada. Pergunto: em virtude do quê pensam ser *a hóstia* corretamente consagrada? Sem dúvida trarão a lume estas palavras: “Este é meu corpo.” Eu, porém, objetarei em contrário que ao mesmo tempo foi dito: “Tomai e comei.” E tenho boa razão para fazê-lo; pois quando uma promessa foi anexada ao preceito, afirmo que esta está de tal modo incluída sob aquele que, se forem separados, a promessa se dissolve em nada.

Isso se fará mais claro com um exemplo semelhante. Deus deu um mandamento, quando disse: “Invoca-me”; e adicionou uma promessa: “Ouvir-te-ei” [Sl 50.15]. Se alguém, invocando Pedro ou Paulo, *não o Senhor*, se gloria desta promessa, porventura não clamarão todos que ele o faz indevidamente? Indago ainda: que outra *coisa* fazem *aqueles* que, posto de lado o mandamento referente à ingestão, lançam mão de uma promessa mutilada, “Este é meu corpo”, para que dela abusem para ritos alheios à instituição de Cristo? Lembremo-nos, pois, de que esta promessa foi dada àqueles que observam o mandamento com ela associado, mas estão destituídos de toda palavra *de Deus os* que a outro *uso* transferem o sacramento.

Até agora discorremos no que diz respeito a como o mistério da Sacra Ceia serve à nossa fé perante Deus. Mas, posto que nosso Senhor, não só nos lembra de tão grande liberalidade de sua bondade, senão que no-la aparesenta como de mão em mão, e nos adverte que a reconheçamos, ao mesmo tempo nos adverte a que não sejamos ingratos a tão efusa benevolência, senão que, antes, a louvemos com os louvores a que faz jus, e a celebremos com ação de graças. Portanto, quando confiaria aos apóstolos a instituição do próprio sacramento, ensinou que o fizessem para memória sua [Lc 22.19]; o que Paulo interpreta *como* “anunciar a morte do Senhor” [1Co 11.26], isto é, que todos confessem publicamente, e ao mesmo tempo com uma só boca, abertamente, que toda a certeza de vida e salvação nos foi posta na morte do Senhor, para que o glorifiquemos com nossa confissão e, com nosso exemplo, exortemos a outros a que lhe dêem glória. Aqui, conseqüentemente, transparece

a que visa o propósito do sacramento, isto é, que nos exercite na lembrança da morte de Cristo. Porque nos é ordenado que anunciemos a morte do Senhor até que ele venha, não para julgar outra *coisa*, senão proclamarmos pela confissão da boca o que nossa fé reconhece no sacramento, a saber, que a morte de Cristo é nossa vida. Este é o segundo uso do sacramento, que diz respeito à confissão externa.

38. A Santa Ceia é o sacramento do amor recíproco e solidário no corpo de Cristo

Em terceiro lugar, o Senhor também quis que *a Santa Ceia* nos seja à guisa de exortação; e é tal que nenhuma outra pode inflamar-nos com mais intensa veemência, e incitar-nos à pureza e santidade de vida, à clareza, à paz e à concórdia. Ora, assim o Senhor nos comunica aí seu corpo para que se faça, inteiramente, e nós com ele. De fato, quando ele só tenha um corpo, do qual a todos nós faz participantes, necessariamente, mercê de participação desta natureza, também todos nos tornamos um só corpo. O pão exibido no sacramento representa esta unidade, o qual, como se fosse confeccionado de muitos grãos, de tal modo entre si misturados que não se pode distinguir-se um do outro, nesta maneira convém também nós sejamos unidos e ligados de tão grande concordância de espíritos, que nada se interponha de dissentimento ou divisão. Prefiro explicar isso nas palavras de Paulo: “O cálice”, diz *ele*, “de bênção que abençoamos é a comunhão do sangue de Cristo, e o pão de bênção que partimos é a participação do corpo de Cristo. Logo, todos que participamos de um pão somos um só corpo” [1Co 10.16, 17].

Com efeito, haveremos de usufruir de muito proveito no sacramento, se este pensamento for impresso e esculpido em nossa mente: que não pode ser por nós ferido, desprezado, rejeitado, injuriado, ou de qualquer modo ofendido, algum dentre os irmãos, sem que, ao mesmo tempo, a Cristo nisso firamos, desdenhemos, injuriemos com nossos agravos; tampouco podemos nós dissentir dos irmãos sem que, ao mesmo tempo, dissintamos de Cristo; este não pode ser por nós amado sem que seja amado em *nossos* irmãos; de tanto cuidado tomemos de nosso corpo, tal é o que devemos tomar também dos irmãos, que são membros de nosso corpo; como nenhuma parte de nosso corpo é tangida de alguma sensação de dor, que a todas as demais não se difunda, assim não se pode permitir que um irmão seja afetado de algum mal, de quem não sejamos também nós próprios tocados de compaixão. Por esse motivo, não sem causa, tantas vezes Agostiho chama a este sacramento “o vínculo do amor cristão”.[264] Pois, que aguilhão mais agudo podia ser aplicado para excitar mútuo amor entre nós do que enquanto Cristo, dando-se a si mesmo a nós, não só por seu exemplo nos convida a que nos devotemos e nos dediquemos um ao

264. *Tratados Sobre João*, XXVI, 13.

outro mutuamente, como também, até onde se faz comum de todos, a todos nós também nos faz sermos um nele próprio?

39. A verdadeira celebração da Santa Ceia não se pode separar da proclamação da Palavra

Mas, daqui se confirma muito bem o que eu disse em outro lugar, que não subsiste correta ministração do sacramento à parte da Palavra. Pois qualquer benefício que seja, que da Ceia nos provém, requer a Palavra: quer devamos ser firmados na fé, quer exercitados na confissão, quer estimulados ao dever, requer que se faça a pregação. Nada, pois, mais contrário pode suceder na Ceia do que se for convertida em ação muda, o que se fez sob a tirania do papa, visto que, de fato, quiseram que da intenção do sacerdote dependa toda a eficácia da consagração, como se isso nada dissesse respeito ao povo, a quem se impusera, sobretudo, explicar-se o mistério. Daí, porém, nasceu este erro: que não observavam que aquelas promessas pelas quais se efetua a consagração não se destinam aos elementos propriamente ditos, mas aos que os recebem. Com efeito, Cristo não fala ao pão que se faça seu corpo; pelo contrário, manda aos discípulos comê-lo e lhes promete a comunicação de seu corpo e sangue. Tampouco Paulo ensina outra ordem, senão que juntamente com o pão e o cálice sejam oferecidas aos fiéis as promessas. Obviamente, assim é. Não convém aqui imaginarmos alguma encantação mágica, de modo que baste que se murmure as palavras, como se fossem ouvidas pelos elementos; ao contrário, compreendemos que essas palavras constituem a viva pregação que edifica os ouvintes, que lhes penetra interiormente o entendimento, que no coração se imprime e fica gravada, que revela sua eficácia no cumprimento daquilo que promete.

Com estas considerações patenteia-se claramente ser inútil a reserva do sacramento sobre a qual alguns insistem, para que se distribua aos enfermos fora da ordem. Pois, ou o receberão sem a recitação da instituição de Cristo, ou o ministro, juntamente com o sinal, representará a verdadeira explicação do mistério. No silêncio está o abuso e vício. Se as promessas são referidas e o mistério é exposto, para que com fruto o recebam os que o haverão de receber, não há por que duvidemos ser esta a verdadeira consagração. Para onde se evadirá, pois, a outra *consagração*, cuja eficácia chega até aos enfermos? Mas, se insistirá, os que assim fazem têm o exemplo da Igreja antiga. Eu o reconheço, mas, em coisa tão grande, e em que se erra não sem grande perigo, nada é mais seguro do que seguir a própria verdade.

40. A participação imprópria e indigna da Ceia do Senhor e os requisitos para participação abençoada

Com efeito, como vemos este pão sagrado da Ceia do Senhor ser suave e delica-

do alimento espiritual aos piedosos adoradores de Deus, não menos que saudável, de cuja degustação sentem ser Cristo sua vida, aos quais induz a ação de graças, e aos quais serve de exortação ao amor mútuo, assim, por outro lado, em veneno mui nocivo se converte para todos cuja fé não alimenta e firma e aos quais não incita a confissão de louvor e caridade. Pois, não de outra forma que o alimento corporal, quando encontra um estômago ocupado de humores viciosos, também *ele* próprio viciado e corrupto, mais prejudica do que nutre, assim também este alimento espiritual, uma vez introduzido numa alma poluída de maldade e iniqüidade, a precipita em maior ruína, e de fato não por defeito seu, mas porque aos impuros e ínfiéis nada é puro [Tt 1.15], ainda que de outra sorte santificado pela bênção do Senhor. Ora, como diz Paulo: "*aqueles* que comem e bebem indignamente são réus do corpo e do sangue do Senhor e para si comem e bebem juizo, não discernindo o corpo do Senhor" [1Co 11.27, 29]. Pois, tal gênero de homens que, sem qualquer centelha de fé, sem qualquer sentimento de caridade, ao tomar a Ceia do Senhor se atropela à maneira de porcos, mui longe está de discernir o corpo do Senhor. Pois, até onde não crêem ser esse corpo sua vida, com a obstinação com que podem o aviltam, despojando-o de toda sua dignidade; e, por fim, ao recebê-lo assim o profanam e contaminam. Na extensão, porém, em que, alienados dos irmãos e em desacordo com eles, ousam misturar o sagrado símbolo do corpo de Cristo com suas dissensões, não se deve a eles que o corpo do Senhor não seja rasgado e dilacerado, membro a membro.

Assim sendo, são merecidamente réus do corpo e do sangue do Senhor, os quais, com sacrílega impiedade, tão ignominiosamente maculam. Portanto, com esta indigna ingestão trazem para si sua própria condenacão. Ora, ainda que nenhuma fé tenham depositada em Cristo, contudo, quando o sacramento é recebido por eles, estão confessando que de nenhuma outra parte têm a salvação senão unicamente nele, e renunciam toda outra confiança. Por isso eles próprios são seus acusadores; *eles* próprios pronunciam testemunho contra si; *eles* próprios selam sua condenação. Ademais, embora divididos e separados dos irmãos, isto é, dos membros de Cristo, pelo ódio e pela malevolência, não têm nenhuma parte em Cristo; no entanto testificam que esta é a única salvação: participar de Cristo e estar unido a ele. Por esta razão Paulo preceitua que o homem examine a si mesmo antes de comer o pão ou de beber o cálice [1Co 11.28]; querendo dizer com isso que, segundo o interpreto, quis que cada um se conscientize e pondere em seu íntimo se porventura nutre confiança íntima em seu coração na salvação adquirida por Cristo; se porventura a reconheça com a confissão dos lábios; então, se porventura com o zelo da inocência e da santidade aspire à imitação de Cristo; se porventura, por seu exemplo, esteja preparado a dar-se aos irmãos e a comunicar-se àqueles com os quais tem a Cristo em comum; se porventura, como ele, os tem por membros de seu próprio corpo; se porventura os deseje assistir, proteger, ajudar, como seus *próprios* membros; não que estes deveres, seja da fé, seja do amor, possam vir a ser perfeitos em nós agora,

mas porque aqui se nos impõe disputar e com todos os votos aspirar a que aumentemos a fé iniciada, mais e mais, dias após dia.

41. A condigna participação da Ceia não implica no chamado estado de graça, por ninguém atingido, a despeito da contrição, confissão e satisfação inculcadas nesse exercício

Comumente, querendo preparar os homens para essa dignidade de ingerir, as míseras consciências atormentaram e torturaram de modos cruéis; contudo, não exibiram algo daquelas *coisas* que fossem *relevantes* à matéria. Disseram que comer dignamente é para aqueles que estejam em estado de graça. Interpretaram estar em estado de graça como estar puro e limpo de todo pecado, dogma pelo qual estavam barrados do uso deste sacramento todos os homens que já existiram na terra e existem. Ora, se está em jogo que por nós busquemos nossa dignidade, ai de nós! Só nos resta desespero e ruína mortal! Ainda que nos empenhemos com todas as nossas forças, jamais teremos qualquer outro proveito, senão ser ainda mais indignos, quanto mais nos preocupamos por conserguir tal dignidade. Para dar remédio a esta ferida, cogitaram um modo de adquirir essa dignidade, *ou, seja*, quanto em nós está, devemos fazer um detido exame de nossa consciência e exigir a razão de todos os *nossos* atos, expiando nossa indignidade pela ***contrição***, ***confissão*** e ***satisfação***. Já expusemos que classe de purificação é essa em seu lugar correspondente.

No que tange ao presente desígnio, afirmo que esses lenitivos são por demais frios e destituídos de qualquer importância para poder acalmar as consciências consternadas e abatidas, abaladas pelo horror de seu pecado. Ora, se, com seu interdito, o Senhor a ninguém admite à participação de sua Ceia, senão o justo e inocente, faz-se necessário por não leve precaução que alguém se faça seguro de sua justiça, a qual foi requerida por Deus. Donde, porém, se nos confirma esta certeza de que junto a Deus se desincumbiram plenamente os que fizeram o que estava em si fazê-lo? Porque, mesmo se assim fosse, entretanto, quando será que alguém ouse se garantir que fez o que estava em si fazê-lo? Assim sendo, como não ocorre nenhuma segurança certa de nossa dignidade, a entrada permanecerá sempre fechada por esse horrível interdito, pelo qual se declara juízo para si caso comam e bebam os que comem e bebem indignamente [1Co 11.29].

42. O condicionamento imposto pela doutrina romanista impede que os fiéis desfrutem das bênçãos e da alegria da Ceia, cuja real participação só requer de nós fé e amor, não perfeição absoluta

Agora se pode julgar facilmente de que natureza é esta doutrina que reina no papado e de que autor ela proveio, a qual, por sua desumana severidade, priva e

despoja da consolação deste sacramento aos míseros pecadores e afligidos pelo tremor e tristeza, no qual, entretanto, lhes está proposta todas as delícias do evangelho. Por certo que o Diabo não podia encontrar atalho mais curto para destruir os homens do que enfatuando-os de tal maneira que não percebessem o gosto e sabor de tal alimento, com o qual o boníssimo Pai celeste os quisera alimentar. Portanto, para que não nos arrojemos a precipício desta natureza, lembremo-nos de que este sacro banquete é remédio para os doentes, consolação para os pecadores, liberalidade para os pobres, o qual nenhum benefício traria aos sãos, aos justos e aos ricos, se tais fosse possível achar. Porque, como nele Cristo nos é dado para alimento, entendemos que sem ele nos definhamos e nos consumimos, como quando se extingue o vigor do corpo. Então, como ele nos é dado para vida, compreendemos que sem ele em nós mesmos estamos inteiramente mortos. Por isso, esta é a dignidade, única e a mais sublimada, que a Deus podemos apresentar: se lhe oferecermos nossa vileza e, por assim dizer, indignidade para que por sua misericórdia nos faça dignos dele; se em nós perdermos o ânimo, para que nele nos consolemos; se nos humilharmos, para que sejamos por ele soerguidos; se nos acusarmos, para que sejamos por ele justificados; ademais, se aspirarmos a essa unidade que nos recomenda em sua Ceia e, como a todos nos faz ser um só nele mesmo, assim desejemos que todos sejamos absolutamente uma só alma, um só coração, uma só língua.

Se tivermos estas *coisas* profundamente ponderadas e meditadas, essas cogitações nunca nos haverão de prostrar, ainda que *nos* sacudam: como comeremos dignamente o corpo do Senhor, nós, carentes e desnudos de todo bem; nós, sempre inclinados às imundícias dos pecados; nós, semi-mortos? Antes, haveremos de pensar que nós, pobres, vimos a um doador benigno; doentes, a um médico; pecadores, ao autor da justiça; enfim, mortos, Àquele que dá vida; que essa dignidade que é ordenada por Deus consiste principalmente na ***fé***, que tudo depõe em Cristo, nada em nós; em segundo lugar, no ***amor***, e este próprio amor, na verdade, o qual, imperfeito, é bastante para oferecer a Deus, para que o faça crescer e seja melhor, uma vez que não pode ser apresentado perfeito.

Outros concordam conosco em que a dignidade propriamente dita foi posta na fé e no amor; entretanto, na própria medida dessa dignidade, exigindo tal perfeição de fé que nada se lhe pode acrescentar; e um amor igual àquele que Cristo manifestou para conosco. Mas, por isso mesmo apartam os homens do acesso desta sacrossanta Ceia, exatamente como faziam aqueles de quem fizemos menção. Ora, se prevalecesse o parecer destes, ninguém a receberia senão indignamente, quando todos à uma deveriam ter-se *como* réus e condenados por sua *própria* imperfeição. E certamente foi uma grave ignorância, para não chamá-la bestialidade, exigir tal perfeição para receber este sacramento que o fazem fútil e supérfluo, porque ele não foi instituído para os perfeitos; ao contrário, para os fracos e débeis, a fim de desper-

tar-se, incitar-se, estimular-se, exercitar-se o sentimento de fé e amor; na verdade, para corrigir-se de ambos a deficiência.

43. A maneira de se celebrar a Santa Ceia é indiferente, contudo deve seguir uma liturgia conveniente

Mas, no que diz respeito ao rito externo da ação *sacramental*, que os fiéis o recebam à mão, ou não, ou o dividam entre si ou comam, um a um, o que lhes for dado; devolvam o cálice à mão do diácono, ou porventura o passem ao próximo; seja o pão fermentado ou ázimo; o vinho vermelho ou branco; nada importa. Essas *coisas* são indiferentes e deixadas à livre decisão da Igreja. Não obstante, certo é que o rito da Igreja antiga era que todos o recebessem à mão. E Cristo disse: "Distribuí-o entre vós" [Lc 22.17]. As histórias narram que o pão era fermentado e comum antes do tempo de Alexandre, bispo de Roma, que foi o primeiro a deleitar-se em pão ázimo, cuja razão para fezer isso não vejo outra, senão que, com um espetáculo novo, atraísse à admiração os olhos da plebe, mais do que para instruir as mentes na religião pura. Interpelo solenemente a todos os que se deixam tocar de pelo menos algum leve zelo de piedade, se porventura não vêem mui claramente não apenas quão mais luminosamente aqui resplenda a glória de Deus, mas também quão mais copiosa doçura de consolação espiritual provenha aos fiéis, do que nessas frias e fúteis loucuras que nenhum outro uso deparam, senão que enganem aos sentidos do povo abasbacado. A isto chamam ser o povo sustentado na religião: quando é *ele* arrastado para onde quer que queiras, apalermado e enfatuado de superstição. Se porventura alguém quiser defender invenções deste gênero à base de *sua* antigüidade, nem eu tampouco ignoro quão antigo é o uso do crisma e do esconjuro no batismo, como não longe da era dos apóstolos foi a Ceia do Senhor tangida de ferrugem; mas de fato está na petulância da cofiança humana que não se pode conter sem que sempre se recreie e folgue nos mistérios de Deus! Nós, porém, nos lembramos de que muito melhor é para Deus a obediência de sua Palavra, preferindo que nela julguemos não somente seus anjos, mas até o orbe inteiro [1Co 6.2, 3].

Deixando, pois, de lado todo este sem fim de cerimônias e de pompas, a Santa Ceia bem que podia ser administrada santamente, se com freqüência, ou pelo menos uma vez por semana, se propusesse à Igreja como segue: no início se faria orações públicas; a seguir viria o sermão; então, postos na mesa pão e vinho, o ministro repetiria as palavras da instituição da Ceia; depois, reiteraria as promessas que nos foram nela anexadas; ao mesmo tempo, vedaria à comunhão todos aqueles que são dela barrados pelo interdito do Senhor; após isto, se oraria para que o Senhor, pela benignidade com que nos prodigalizou este alimento sagrado, também nos receba em fé e gratidão de alma, nos instruindo e preparando; e, uma vez que por nós *mesmos* não somos dignos, por sua misericórdia aprouve nos dignificar para tal repasto.

Aqui, porém, ou se cantariam salmos ou se leria parte *da Escritura*, e, na ordem que convém, os fiéis participariam do sacrossanto banquete, os ministros partindo o pão e oferecendo-o ao povo. Terminada a Ceia, se faria uma exortação à fé sincera e à *sincera* confissão dessa fé, ao amor *cristão* e ao comportamento digno de cristãos. Por fim, se daria ação de graças e se entoariam louvores a Deus; findos os quais, a congregação seria despedida em paz.

44. FREQÜÊNCIA, DISPOSIÇÃO E PROPÓSITO COM QUE SE IMPÕE A PARTICIPAÇÃO DA CEIA DO SENHOR

As coisas que discutimos até aqui a respeito deste sacramento mostram sobejamente que ele não foi instituído para que fosse recebido uma vez ao ano, e isso superficialmente, como é agora, geralmente de costume; ao contrário, para que estivesse em uso freqüente a todos os cristãos, de sorte que pela freqüente lembrança recordassem a paixão de Cristo, por tal recordação não só sua fé sustivessem e fortalecessem, mas também *mutuamente* se exortassem a cantar-se uma confissão de louvor a Deus e a pregar-se sua bondade, e pela qual, enfim, nutrissem mútuo amor e até a si *mesmos* entre si o atestassem, *um amor* cujo vínculo fosse visto na unidade do corpo de Cristo. Ora, sempre que participamos do símbolo do corpo do Senhor, como um penhor dado e recebido, reciprocamente nos ligamos um ao outro para todos os deveres do afeto, para que nenhum de nós admita algo com que prejudique um irmão e nem omita algo com que possa ajudá-lo, onde a necessidade postula e a capacidade existe.

Lucas celebra em Atos que tal foi a prática da Igreja Apostólica, quando diz que os fiéis "perseveravam na doutrina dos apóstolos, na comunhão, no partir do pão e nas orações" [At 2.42]. Assim, de modo geral, se haveria de agir que não se fazia nenhuma reunião da Igreja, sem a Palavra, as orações, a participação da Ceia e as esmolas. Que esta foi a ordem instituída também entre os coríntios, é sobejamente lícito conjeturar de Paulo, e é manifesto que esteve em uso por muitos séculos depois. Daí, pois, aqueles cânones antigos que atribuem a Anacleto e a Calixto, de que, feita a consagração, comungam todos quantos não quiseram ficar privados dos limites eclesiásticos. E naqueles cânones antigos que chamam dos apóstolos se tem: "Os que não perseveram até o fim e não recebem a sacra comunhão devem ser corrigidos, como se a promoverem inquietação na Igreja."[265] Também no Concílio Antioqueno foi decretado que *aqueles* que adentram a Igreja, ouvem as Escrituras, porém se abstêm da comunhão, sejam removidos da Igreja até que hajam corrigido essa falha, o que, embora no Primeiro Concílio de Toledo ou foi mitigado, ou, pelo menos, proposto em termos mais brandos, contudo também aí se estatui que os que,

265. *Cânones Apostólicos*, IX.

ouvindo o sermão, são apanhados nunca se comungando, sejam admoestados; se após a admoestação continuam se abstendo, sejam excluídos.

45. O imperativo da participação da Ceia, na opinião de Agostinho e de Crisóstomo

Com estas ordenanças, obviamente, os santos queriam que os varões retivessem e protegessem o uso freqüente da comunhão instituído desde os próprios apóstolos, que viam ser extremamente salutar aos fiéis; todavia, isso se faz, a pouco a pouco, obsoleto pela negligência da plebe. E de seu tempo, testifica Agostinho: "O sacramento desta coisa", diz *ele*, "*isto é*, da unidade do corpo do Senhor, é disposto na mesa do Senhor, em algumas partes diariamente, em outras partes em determinados intervalos de dias, e dessa mesa se toma, a alguns para vida, a outros para perdição." E na primeira epístola a Januário: "Uns comungam do corpo e do sangue do Senhor diariamente, outros o recebem em determinados dias; em um lugar não se falha nenhum dia sem que se ofereça; em outro, apenas no sábado e no Domingo; em outro, somente no domingo."[266]

Entretanto, uma vez que, como já dissemos, o povo era por vezes mais remisso, os homens santos instavam com severas advertências, para que não parecessem ser coniventes com essa negligência. Exemplo desse gênero se encontra em Crisóstomo, na *Epístola aos Efésios*: "Não foi dito àquele que desonrava o banquete: 'Por que te reclinaste *à mesa*?', mas: 'Por que entraste *sem a veste nupcial*?' [Mt 22.12]. É ímpio e impudente, porque está presente aqui quem não é participante dos mistérios. Pergunto: se algum convidado vier a um banquete, lave as mãos, se recline à mesa, pareça preparar-se para comer, então nada prove, porventura não agirá com afronta não somente para com o banquete, mas também para com o anfitrião? Assim tu, postando-te entre aqueles que em oração se preparam para tomar o sacrossanto alimento, por isso mesmo não te retiraste, confessaste ser um de seu número, finalmente não participas! Porventura não teria sido melhor que não houvesses comparecido? Sou indigno, dizes. Portanto, tampouco eras digno da comunhão da oração, que é a preparação para se receber o sacro mistério."[267]

46. A inconveniência e malefício da comunhão anual, contra a qual se pronuncia Crisóstomo

E, sem dúvida, este costume que manda comungar uma vez ao ano é certamente um invento do Diabo, cujo ministério não importa quem o tenha introduzido. Dizem ter sido Zeferino o autor desse decreto, que de modo nenhum é crível que tal fosse

266. *Carta 54,* II, 2.
267. *Homília III,* 5.

como o temos agora. Pois, por sua ordenança, talvez ele não consultava muito o interesse da Igreja, segundo eram então os tempos. Ora, com muita probabilidade é que a Sacra Ceia então se propusesse aos fiéis sempre que se reunissem em assembléia; nem há dúvida, ademais, que boa parte deles comungasse. Como, porém, dificilmente jamais aconteceria que todos comungassem ao mesmo tempo, era necessário, porém, fosse que mediante algum símbolo externo atestassem sua fé aqueles que estavam misturados a profanos e idólatras, por uma questão de ordem e disciplina, o santo varão estatuíra aquele dia em que todo o povo dos cristãos fizesse uma confissão de fé pela participação da Ceia do Senhor.

A posteridade distorceu gravemente a ordenança de Zeferino, de outra sorte boa, quando uma lei definida foi estabelecida quanto a uma comunhão anual *única*,[268] mercê da qual resultou que quase todos, quando comungavam uma vez, como se satisfatoriamente desincumbidos *de dever na matéria*, pelo tempo restante do ano durmam seguros em ambos os ouvidos. De modo muito diferente conviria fazer-se: ao mínimo cada semana se deveria pôr diante da reunião dos cristãos a mesa do Senhor, declarar as promessas que nela nos alimentam espiritualmente; por certo que ninguém deve ser obrigado por necessidade, mas, devendo ser todos exortados e estimulados, repreendendo também o torpor dos indolentes, todos em massa, como famintos, se congreguem para tão requintado banquete.

Portanto, não sem razão queixei-me no princípio de que por arte do Diabo *foi* imposto este costume, que enquanto prescreve um *único* dia do ano os faz displicentes para todo o restante do ano. Já vimos, pois, que este abuso pervertido já havia se infiltrado no tempo de Crisóstomo. Entretanto, pode-se ver, ao mesmo tempo, quão profundamente isso o desagradara. Pois, com graves palavras ele se queixa, naquela passagem que há pouco citei, ser tão grande a desigualdade desta matéria, que freqüentemente, em outras épocas do ano, não quando estivessem purificados, não se achegariam ao sacramento, contudo o fariam imundos na Páscoa. A seguir, exclama: "Ó costume! á presunção! Portanto, em vão se tem a oblação diária; em vão nos postamos junto ao altar. Ninguém há que, ao mesmo tempo, participe *conosco*!" Tão longe está de ser comprovado pela interposição de sua autoridade!

47. A INCONSISTÊNCIA DA CEIA REDUZIDA A UM DOS ELEMENTOS, O PÃO, SUPRIMIDO O CÁLICE

Do mesmo escritório procedeu também outra ordenança, que à maior porção do povo de Deus ou furtou ou arrebatou meia parte da Ceia, a saber, o símbolo do sangue, o qual, interditado a leigos e profanos (com efeito, com estes títulos marcam a herança de Deus!), coube em pecúlio a uns poucos tonsurados e ungidos. O edito do Deus

268. Concílio IV de Latrão (1215), Cânon XXI.

eterno é que todos o bebam [Mt 26.27], o que o homem, por efeito de uma lei nova e contrária, ousa antiquar e invalidar, decretando que nem todos o bebam. E para que tais legisladores pugnem não sem razão contra seu Deus, invocam os perigos que poderiam sobrevir, se a todos, a cada passo, se oferecesse este cálice sagrado, como se pela eterna sabedoria de Deus não fossem eles previstos e considerados!

Então, de fato sutilmente arrazoam que é bastante um *só elemento* pelos dois. "Ora", dizem *eles*, "se o pão é o corpo, nele está Cristo inteiro, o qual de seu corpo já não pode separar-se. Logo, pelo *princípio de* concomitância, o corpo contém também o sangue." Eis aí o acordo que existe entre nossos sentidos com Deus, quando, soltas as rédeas sequer um mínimo, começou *ele* a relinchar e a despear-se. O Senhor, mostrando o pão, diz ser ele seu corpo; a seguir mostra o cálice *e o* chama *meu* sangue. A audácia da razão humana brada em contrário, dizendo que o pão é *seu* sangue, o vinho é *seu* corpo, como se o Senhor por nenhuma causa, tanto por palavras quanto por sinais, houvesse distinguido de *seu* sangue seu corpo, e jamais se ouvisse falar que o corpo de Cristo ou *seu* sangue são chamados Deus e homem. Obviamente, se ele quisesse referir-se a toda sua pessoa, podia dizer ***isto sou eu***, como costumava falar nas Escrituras [Mt 14.27; Lc 24.39; Jo 18.5]; não, porém: "Este é meu corpo, este é meu sangue." Querendo, porém, socorrer à fraqueza de nossa fé, instituiu o cálice separadamente do pão, para que ensinasse que basta ele para bebida, não menos que *para* comida. Afaste-se, agora, uma parte, só acharemos nele metade. Portanto, *admitindo-se* que seja verdadeiro o que alegam, em virtude de concomitância o sangue está no pão e, por outro lado, o corpo está no sangue, contudo defraudam as almas piedosas da confirmação da fé, que Cristo ensina como sendo necessária.

Conseqüentemente, descartando tais sutilezas, é preciso que retenhamos o proveito que, no duplo penhor, se percebe da ordenança de Cristo.

48. Evasivas evocadas para se justificar a supressão do cálice na Ceia, e sua improcedência, à luz de duas de cinco perguntas à matéria

Bem sei que os ministros de Satanás, como lhes é costumeiro ter as Escrituras em zombaria, aqui cavilam. Alegam, primeiro, que de um simples ato não se pode estabelecer uma regra pela qual a Igreja seja obrigada a perpétua observância. Mas, estão mentindo quando dizem ser um simples ato, pois tampouco Cristo deu apenas o cálice; pelo contrário, determinou que os apóstolos assim fizessem para o futuro. Pois estas são palavras de quem está estabelecendo um preceito: "Bebei todos deste cálice" [Mt 26.27]. E Paulo rememora que foi feito de tal forma que o recomenda como ordenança fixa [1Co 11.25]. Outra evasiva consiste em que só os apóstolos foram admitidos por Cristo à participação desta Ceia, a quem já havia designado e incorporado à ordem dos sacerdotes. Gostaria, no entanto, que me respondessem a

cinco questões, às quais não poderão evadir sem que sejam facilmente refutados juntamente com suas mentiras.

Primeiro, por qual oráculo *eles* têm revelada esta solução tão alheia à Palavra de Deus? A Escritura enumera doze que se reclinaram *à mesa* com Jesus, mas a dignidade de Cristo não é tão obscura que os denomine ***sacrificantes***, termo acerca do qual trataremos depois, em seu devido lugar. E ainda que então desse *a Ceia* aos doze, contudo preceitua que assim fizessem, isto é, que de igual modo a distribuíssem entre si.

Segundo, por que no tempo em que mais floresceu a Igreja desde os apóstolos até mil anos depois, todos sem exceção participavam do sacramento em suas duas partes? Porventura a Igreja antiga ignorava a quem Cristo admitira à sua Ceia? Grande impudência seria andar aqui à caça de escusa e tergiversações para evadir-se à pergunta. As histórias eclesiásticas e os livros dos antigos dão evidentíssimo testemunho disto. "A carne", diz Tertuliano, "é nutrida pelo corpo e pelo sangue de Cristo, para que a alma seja saciada de Deus."[269] "Como", dizia Ambrósio a Teodósio, "com mãos desta natureza tomarás o sagrado corpo do Senhor? Com que audácia o cálice de *seu* precioso sangue compartilharás com tua boca?"[270] Jerônimo: "Os sacerdotes que celebram a Eucaristia e distribuem o sangue do Senhor ao povo."[271] Crisóstomo: "Não assim como na lei antiga: na verdade, o sacerdote comia parte; o povo, ademais, parte; *na Ceia*, de fato a todos se oferece um corpo e um cálice. Aquelas *coisas* que são da Eucaristia são todas comuns entre o sacerdote e o povo."[272] Precisamente isso atesta Agostinho em muitos lugares.

49. Testemunho do uso do cálice na Eucaristia em Gregório, o Grande, em Gelásio I, em Cipriano

Por que, pois, estou a disputar acerca de coisa tão notória? Leiam-se todos os escritores gregos e latinos: a cada passo ocorrerão testemunhos deste molde. Tampouco caiu em desuso este costume enquanto restou na Igreja alguma gota de integridade. Gregório, a quem se pode dizer com justiça ter sido o último bispo de Roma, ensina que em seu tempo o costume foi conservado. "O que é o sangue do Cordeiro", *diz ele*, "aprendestes, já não pelo ouvir, mas pelo beber";[273] e: "Seu sangue é derramado profusamente na boca dos fiéis." Com efeito, perdurou ainda quatrocentos anos após sua morte, quando todas *as coisas* já haviam sido degeneradas. Ora, tampouco se tinha isso apenas por *mero* costume, mas por lei inviolável; pois então vigorava reverência pela instituição divina, nem duvidavam ser sacrilégio

269. *Da Ressurreição da Carne*, VIII.
270. Teodoreto de Ciro, *História Eclesiástica*, livro V, XVIII.
271. *Comentário a Sofonias*, III; *a Malaquias*, II.
272. *Comentário a 2 Coríntios*; *Homília XVIII*, 3.
273. *Homília Sobre os Evangelhos*, livro II, XXII, 7.

separar aquilo que fora ajuntado pelo Senhor. Ora, assim fala Gelásio: "Fomos informados de que alguns, tomando apenas a porção do corpo sagrado, se abstêm do cálice, os quais, longe de toda dúvida, porquanto parecem adstritos de não sei que superstição, ou recebem os sacramentos integrais ou são barrados *deles* integralmente."[274] Porque não se admite divisão deste mistério sem grande sacrilégio.

Eram ouvidas também aquelas razões de Cipriano, as quais, obviamente, devem mover a mente cristã: "Como", diz ele, "os ensinamos ou convocamos a derramar o sangue em confissão de Cristo, se negamos o sangue aos que estão para engajar-se na peleja? Ou, como os fazemos idôneos ao cálice do martírio, se antes na Igreja não os admitimos, pelo direito de comunhão, a beber o cálice do Senhor?"[275] Quanto à glosa dos canonistas, que o que diz Gelásio se entende dos sacerdotes, é demasiadamente pueril para que se deva refutar.

50. A improcedência da supressão do cálice da Santa Ceia à luz das outras três perguntas pertinentes à matéria

Terceiro, por que do pão *Cristo* disse simplesmente que comessem; do cálice, que *todos* o bebessem? [Mt 26.26, 27; Mc 14.22, 23]. Como se quisesse deliberadamente correr de encontro à astúcia de Satanás!

Quarto, que se nosso Senhor, como eles pretendem, teve por dignos de sua Ceia unicamente aos sacrificadores, quem dentre os homens jamais teria ousado chamar estranhos à sua participação, que fossem excluídos pelo Senhor, e participação, na verdade, dessa munificência de que o poder não estaria em sua posse, sem nenhum mandado daquele único que o podia dar? Portanto, com que confiança hoje isso usurpam, que ao povo comum distribuem o símbolo do corpo de Cristo, se não têm nenhum mandado ou exemplo do Senhor?

Quinto, porventura Paulo mentia quando dizia aos coríntios ter recebido do Senhor o que lhes havia transmitido [1Co 11.23]? Ora, depois ele enuncia a matéria transmitida que todos sem distinção participassem de ambos os símbolos [1Co 11.26]. Porque, se Paulo havia recebido do Senhor que todos fossem admitidos *à Ceia* sem discriminação, de quem o têm recebido *aqueles* que privam a quase todo o povo de Deus, uma vez que já não podem pretender que Deus seja seu autor, em quem não há sim e não [2Co 1.19]? E, todavia, ousam disfarçar tais abominações com o nome da Igreja e, com este pretexto, defendê-las como se de fato ou estes anticristos, que tão desenvoltamente calcam aos pés, destroçam, anulam a doutrina e as instituições de Cristo, sejam a Igreja, ou a Igreja não era a Igreja Apostólica, na qual eclodiu toda a força da religião.

274. Gelásio, *Carta 37*; cf. Graciano, *Decretos*, p. III, De Consecratione, dist. II, XXII.
275. *De Lapsis*, XXV.

CAPÍTULO XVIII

DA MISSA PAPAL, POR CUJO SACRILÉGIO NÃO SÓ FOI PROFANADA A CEIA DE CRISTO, MAS INCLUSIVE REDUZIDA A NADA

1. O supino erro de que a missa é um sacrifício e oferenda em virtude da qual se obtém o perdão dos pecados

Com estas e invenções semelhantes Satanás tentou, como se trevas fossem derramadas, ofuscar e destruir a Sacra Ceia de Cristo, a fim de que pelo menos sua pureza não se retivesse na Igreja. Mas, a culminância da horrenda abominação foi quando *Satanás* engendrou um sinal, pelo qual não só fosse *a Ceia Sagrada* obscurecida e pervertida, mas inteiramente obliterada e abolida, até que se desvanecesse e fosse apagada da memória dos homens, a saber, quando de erro pestilentíssimo cegou quase todo o orbe, para que se cresse ser a missa um sacrifício e oblação com o fim de se obter a remissão dos pecados.

Pouco importa em que sentido entenderam isto no princípio, e como o ensinaram os doutores escolásticos; refiro-me aos que falaram disto mais aceitavelmente que seus sucessores. Portanto, deixo todas as soluções que deram, já que não passam de frívolas sutilezas, que não servem senão para encobrir o fulgor da Ceia. Portanto, que os leitores compreendam que estou aqui a combater essa opinião da qual o anticristo romano e seus profetas impregnaram todo o orbe, fazendo crer que a missa é uma obra pela qual o sacerdote, que oferece a Cristo, e os outros, que tomam parte na oblação, granjeiam o favor de Deus; ou, que é *ela* um sacrifício expiatório, mercê do qual reconciliam a Deus consigo.

Nem foi isso recebido apenas pela comum opinião do vulgo, mas também o próprio ato foi de tal modo disposto que é uma forma de aplacamento pela qual, por expiação de vivos e mortos, satisfaça a Deus. Isto expressam também as palavras de que fazem uso, nem outra *coisa* se pode coligir do uso diário. Sei quão fundas raízes esta peste tem fincado, sob quão grande aparência de bem se escondeu, como árvore, o nome de Cristo, como crêem que somente no nome da missa é que muitos abrangem toda a suma da fé. Quando, porém, foi clarissimamente comprovado pela Palavra de Deus que esta, por mais ornada e esplêndida que seja, inflige assinalada afronta a Cristo, sepulta e esmaga sua cruz, relega ao olvido sua morte, denigre o fruto que dela nos advinha, desfibra e dissipa o sacramento pelo qual fora deixada a memória de *sua* morte, porventura serão tão profundas quaisquer raízes que este

machado poderosíssimo, quero dizer, a Palavra de Deus, não despedace e subverta? Porventura haverá algum pretexto sob o qual se oculte, por formoso que seja, que não fique a descoberto por meio desta luz?

2. A missa, em primeiro plano, afronta e blasfema contra Cristo, o Sacerdote perpétuo, sem sucessores ou vigários

Mostremos, pois, o que foi proposto em primeiro lugar, que aí se inflige intolerável blasfêmia e afronta a Cristo. Ora, Cristo foi consagrado pelo Pai sacerdote e pontífice não por um tempo, como se lêem sobre aqueles constituídos no Antigo Testamento, dos quais, como a vida fosse mortal, o sacerdócio não podia ser imortal, porque também era preciso que houvesse sucessores, os quais, de tempos em tempos, assumissem o lugar dos finados. Cristo, porém, que é imortal, mui longe está de ser necessário que um vigário o substitua. Assim sendo, *ele* foi designado pelo Pai sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque, para que desempenhasse um sacerdócio que durasse e permanecesse para sempre [Gn 14.18; Sl 110.4; Hb 5.6, 10; 7.17, 21; 8.11; 10.21].

Este mistério fora muito antes prefigurado em Melquisedeque, o qual, quando a Escritura uma vez o introduziu *como* sacerdote do Deus vivo, nunca depois o rememorou, como se nenhum fim de vida tivesse. Em função desta similaridade, Cristo foi feito sacerdote segundo sua ordem. Ora todos aqueles que todos os dias oferecem sacrifícios têm necessidade de sacerdotes para fazer suas abluções, que são postos no lugar de Cristo, como seus vigários e sucessores; com isso não só despojam a Cristo de sua honra, e lhe arrebatam a prerrogativa do eterno sacerdócio, mas também tentam arrancá-lo da destra do Pai, à qual não se pode assentar-se nenhum imortal sem que, ao mesmo tempo, permaneça sacerdote eterno. Tampouco aleguem que seus sacerdotecos não substituem a Cristo como já morto, mas, pelo contrário, são apenas substitutos de seu eterno sacerdócio, o qual, por essa razão, não deixa de subsistir, pois são constrangidos pelas palavras do Apóstolo demasiadamente forte para que possam assim escapar-se, isto é, muitos outros foram feitos sacerdotes porque pela morte eram impedidos de permanecer [Hb 7.23]. Logo, Cristo, que não é impedido pela morte, é único, nem tem necessidade de comparsas.

Mas, como nossos adversários são tão impudentes, eles se atrevem a lançar mão, para sua defesa, do exemplo de Melquisedeque, e assim manter sua impiedade. No entanto, visto que se diz haver *Melquisedeque* oferecido pão e vinho [Gn 14.18], concluem que isso foi uma prefiguração de sua missa, como se entre ele e Cristo estivesse a semelhança no oferecimento do pão e do vinho, o que é infundado e frívolo demais para que necessite de refutação. Melquisedeque deu pão e vinho a Abraão e a seus companheiros, para que, cansados do caminho e da peleja, se refizessem: que tem isto a ver com um sacrifício? A humanidade do santo rei é louvada

por Moisés; estes *daí* forjam improcedentemente um mistério do qual não se faz nenhuma menção *na passagem*.

Pintam, contudo, seu erro com outra cor, porque vem logo a seguir: "E era *ele* sacerdote do Deus Altíssimo" [Gn 14.18]. Respondo que atribuem impropriamente ao pão e ao vinho o que o Apóstolo refere à bênção: Como, pois, fosse *Melquisedeque* sacerdote de Deus, abençoou a Abraão [Gn 14.19; Hb 7.1]. Donde o mesmo Apóstolo, que é o melhor intérprete que temos,[276] demonsta sua excelência: "porque o menor é abençoado pelo maior" [Hb 7.7]. Porque, se a oferenda de Melquisedeque fosse figura do sacrifício missal, pergunto, o Apóstolo, que perscruta cada mínimo *detalhe*, porventura teria esquecido coisa tão séria e grave? Ora, o que quer que arenguem, em vão tentarão invalidar a razão que é adicionada pelo próprio Apóstolo: que o direito e a honra do sacerdócio entre os homens mortais cessaram, porque Cristo, que é imortal, é o Sacerdote único e perpétuo [Hb 7.17-19].

3. A missa, em segundo plano, revoga a cruz e a paixão de Cristo, visto que se pretende reiteração do sacrifício do Calvário

Dissemos que a segunda virtude da missa é que ela sufoca e soterra a cruz e a paixão de Cristo. Isto, com efeito, é mui certo: assim que se erige um altar, a cruz de Cristo é subvertida. Ora, se na cruz ele se ofereceu em sacrifício, para nos santificar para sempre e nos adquirir eterna redenção [Hb 9.12], indubitavelmente a força e eficácia deste sacrifício persiste sem fim. De outra sorte, não sentiríamos por Cristo maior reverência do que por bois e novilhos que eram imolados sob a lei, cujas oblações se diz que eram ineficazes e fracas, porque eram freqüentemente repetidas. Por isso, ou se haverá de confessar que faltou ao sacrifício de Cristo, que efetuou na cruz, o poder de eterna purgação, ou Cristo se desincumbiu, de uma vez por todas, com um *só* sacrifício, para todos os séculos. Isto é o que diz o Apóstolo: este Sumo Pontífice, Cristo, "aparecerá, de uma vez para sempre, na consumação do tempo, para a abolição da pecado, mercê da imolação de si mesmo" [Hb 9.26]. Igualmente: "Na qual vontade temos sido santificados pela oblação do corpo de Jesus Cristo, feita uma vez para sempre" [Hb 10.10]. Também: "com uma *só* oblação, aperfeiçoou para sempre os que são santificados" [Hb 10.14], *palavras* às quais anexa a insigne postulação: Uma vez adquirida a remissão dos pecados, *não* mais resta nenhuma oblação [Hb 10.18].

Isto mesmo ele deu a entender em suas últimas palavras que pronunciou ao entregar o espírito: "Está consumado" [Jo 19.30]. Costumamos observar como oráculos as últimas palavras dos moribundos. Cristo, estando à morte, testifica ter sido consumado e cumprido com seu único sacrifício tudo quanto era para nossa salvação. Porventura nos será permitido acrescentar continuamente outros infindos sa-

276. Primeira edição: "De onde o mesmo Apóstolo, do que quem não há buscar-se melhor intérprete..."

crifícios, como se o de Cristo fosse imperfeito, a despeito de demonstrar tão claramente a perfeição do mesmo? Quando a sacrossanta Palavra de Deus não apenas afirma, antes, até mesmo clama e também contende, que este sacrifício foi efetuado de uma vez por todas e sua eficácia permanece eterna, os que apresentam outro, porventura não o estão a acusar falsamente de imperfeição e fraqueza? Ora, a missa que foi implantada com esta norma, que cem mil vezes cada dia se realizam sacrifícios, a que visa, senão que a paixão de Cristo, mercê da qual se ofereceu ao Pai *como* vítima sacrificial única, jaz sepultada e submersa?

Quem, senão um cego, não percebe que nisso se encerra audácia de Satanás, para poder resistir e combater contra a verdade de Deus, tão manifesta e tão clara? Nem me escapa de que imposturas costuma aquele pai da mentira dissimular esta sua fraude, querendo persuadir-nos de que não se trata de muitos e variados sacrifícios; antes, que um e o mesmo se repete amiudadamente. Tais *cortinas de* fumaça, porém, se dissipam sem dificuldade alguma, pois em toda a discussão o Apóstolo afirma que não se pode repetir nenhum outro sacrifício, senão aquele único que foi oferecido uma só vez. Outros, mais sutis, evadem-se com brecha ainda mais disfarçada: que não é repetição, e, sim, aplicação. Também este sofisma se refuta sem a menor dificuldade, pois Cristo não se oferece uma vez *em sacrifício*, com esta condição: que se fizesse diariamente novas oblações ratificando assim seu sacrifício, mas, de fato, que seu fruto nos fosse comunicado mediante a pregação do evangelho e a ministração da Sacra Ceia. Assim diz Paulo que “Cristo, nosso cordeiro pascal, foi imolado” [1Co 5.7]; e nos manda banquetear-nos *dele* [1Co 5.8]. Afirma que esta é a maneira pela qual se nos aplica corretamente o sacrifício da cruz: quando ele nos é comunicado, e nós o recebemos com verdadeira fé.

4. Tampouco Malaquias 1.11 serve de embasamento à missa

Mas vale a pena ouvir em que fundamento, além disso, sustenham o sacrifício da missa. Ora, aqui evocam o vaticínio de Malaquias [1.11] no qual o Senhor promete que por todo o mundo se oferecerá incenso a seu nome, aliás, uma oblação pura. Como se fosse coisa nova e inaudita nos profetas, quando se referem à vocação dos gentios, designar o serviço espiritual de Deus, ao qual os exortam, pelas cerimônias da lei, para demonstrar mais facilmente aos homens de seu tempo que os gentios haviam de ser introduzidos na verdadeira participação da aliança divina. De fato, tinham por costume descrever as coisas que se cumpriam no evangelho sob figuras de seu tempo. Assim sendo, em lugar de dizer que todos os povos se converterão a Deus, dizem que subirão para Jerusalém [Is 2.2, 3; Ml 4.1, 2]. Em lugar da adoracão de Deus, dizem que oferecerão oblação de todo gênero de oferendas [Sl 68.29; 72.10,11; Is 60.6-9]; em lugar de mais amplo conhecimento dele, do qual os fiéis no reino de Cristo haveriam de ser dotados, dizem que terão sonhos e visões [Jl 2.28].

Portanto, o que citam *de Malaquias* é semelhante a outro vaticínio de Isaías, onde o Profeta prediz que três altares haveriam de ser erigidos: na Assíria, no Egito e na Judéia [Is 19.21, 23, 24]. Ora, antes de tudo pergunto se porventura não admitem que o cumprimento desta profecia está no reino de Cristo; segundo, onde estão esses altares ou quando já foram erigidos; terceiro, sei que, afinal, acreditam que a cada um desses reinos foi destinado um templo próprio, como foi aquele hierosolimitano. Se ponderassem bem essas *coisas,* creio que confessariam que o Proteta está vaticinando sobre a propagação do culto espiritual de Deus a todo o orbe sob figuras apropriadas à sua época; esta é a solução que lhes damos. No entanto, visto que a cada passo ocorrem deste fato exemplos óbvios, não me preocuparei em enumeração mais alongada, ainda que também nisto desvairam miseravelmente, *a saber*, que não reconhecem nenhum sacrifício, senão o da missa, enquanto agora os fiéis deveras sacrificam ao Senhor e lhe oferecem uma oblação pura, da qual logo adiante se falará.

5. A missa, em terceiro plano, obscurece e relega ao olvido a morte de Cristo, estabelecendo um novo testamento e, conseqüentemente, um novo sacrifício

Desço agora à terceira função da missa, onde se explicará como ela anula a verdadeira e única morte de Cristo e aí a apaga da memória dos homens. Ora, visto que entre os homens a confirmação de um testamento depende da morte do testador, assim também por sua morte nosso Senhor *nos* confirmou o testamento pelo qual nos muniu da remissão dos pecados e da justiça [Hb 9.15-17]. *Aqueles* que neste testamento ousam variar ou inovar algo, negam sua morte e a têm como destituída de qualquer relevância. Que é, porém, a missa, senão um testamento novo e inteiramente diferente? Por quê? Porventura cada missa não promete nova remissão de pecados, nova aquisição de justiça, de sorte que agora tantos são os testamentos quantas são as missas? Que venha, pois, outra vez Cristo, e ratifique com outra morte este novo testamento, ou, antes, que com infindas mortes sejam ratificados os inumeráveis testamentos das missas. Logo, porventura eu não disse a verdade desde o princípio, que a morte única e verdadeira de Cristo é anulada pelas missas? Além disso, a missa não pretende diretamente que, se possível, Cristo fosse outra vez crucificado e morto? ‘‘Ora”, diz o Apóstolo, “onde há um testamento, necessário é que aí intervenha a morte do testador” [Hb 9.16]. A missa exibe um novo testamento de Cristo; portanto, exige sua morte. Além disso, a vítima que é oferecida tem de ser morta e imolada. Se Cristo é sacrificado em cada missa, impõe-se que cruelmente seja morto em mil lugares a todo e a qualquer momento. Este não é argumento meu, mas do Apóstolo: Se houvesse necessidade de que ele se oferecesse freqüentemente, era preciso que sofresse repetidamente desde o princípio do mundo [Hb 9.25, 26].

Sei muito bem o que costumam responder a isto, acusando-nos com isso de caluniadores, pois dizem que os acusamos de algo que jamais passou por sua mente, e nem sequer poderiam cogitar. Nós, porém, sabemos que a morte e a vida de Cristo de modo algum está em suas mãos. Se porventura tenham por desígnio matá-lo, não estamos atentando *para isso*; *nosso* intento é apenas mostrar a natureza do absurdo provindo de seu dogma ímpio e celerado, o que o demonstro pelos lábios do Apóstolo. Ainda que cem vezes bradem ser este sacrifício *da missa* ἀναίματον [*anaímatŏn – sem sangue*; *incruento*]; eu negarei que os sacrifícios mudem de condição e natureza segundo o capricho dos homens, porque, deste modo, *por terra* cairia a sacra e inviolável instituição de Deus. Do quê se segue ser sólido este princípio do Apóstolo: "e sem derramamento de sangue não há remissão" [Hb 9.22].

6. A missa, em quarto plano, torna irrelevante a morte expiatória de Cristo e nos priva de seu fruto remissivo

Tratemos agora da quarta função da missa, a saber: ela nos arrebata o fruto que nos advém da morte de Cristo, fazendo com que não o reconheçamos e o consideremos. Pois quem cogitaria haver sido redimido pela morte de Cristo, quando se vê na missa nova redenção? Quem confiaria que seus pecados são perdoados, quando se depara com nova remissão? Nem se evadirá quem disser que obtemos na missa, não por outra causa, a remissão dos pecados, senão porque ela já foi para nós pela morte de Cristo. Porque isso é como se disséssemos que fomos resgatados com a condição de nós mesmos nos resgatarmos; pois doutrina desta natureza foi disseminada pelos ministros de Satanás, os quais a defendem hoje com brados, ferro e fogo, dizendo que nós, quando na missa oferecemos Cristo ao Pai, por este ato de oblação obtemos a remissão dos pecados e somos feitos participantes da paixão de Cristo. O que ainda resta à paixão de Cristo, senão que continua sendo um exemplo de redenção, pelo qual aprendemos que somos nossos *próprios* redentores?

O próprio Cristo, quando sela na Ceia a certeza do perdão, não ordena que os discípulos atentem para aquele ato; antes, os remete ao sacrifício de *sua* morte, significando que a Ceia é um penhor ou, como costumam falar, um memorial do qual aprendam que a vítima expiatória, pela qual Deus haveria de ser aplacado, deveria ser oferecida uma única vez. Pois nem é suficiente sustentar que Cristo é a única vítima *sacrificial,* a menos que também se acrescente a imolação única, de sorte que nossa fé se fixe em sua cruz.

7. A missa, em quinto plano, é a plena negação da Santa Ceia, em sentido e propósito

Passo agora ao fecho, isto é, que a Sacra Ceia, na qual o Senhor deixara gravada

e representada a memória de sua paixão, com a implantação da missa, *foi* afastada, abolida e cancelada, visto que, se a Ceia em si é uma dádiva de Deus, que devia ser recebida com ação de graças, o sacrifício da missa é engendrado para pagar a Deus um preço que ele receba como satisfação. Quanta é a diferença entre dar e receber, tanta é a que existe entre o sacramento da Ceia e um sacrifício. E esta é, na verdade, a misérrima ingratidão do homem, que onde se devia reconhecer a munificência da divina bondade e render graças por ela, nisso fizeram Deus seu devedor! O sacramento nos prometia que, pela morte de Cristo, não só nos foi para sempre restituída a vida, mas somos continuamente vivificados, porquanto então se cumpriram todos os requisitos de nossa salvação. O sacrifício da missa entoa outra cantilena bem diferente: Cristo tem de ser sacrificado diariamente, para que algo de proveito nos advenha.

A Ceia devia ser distribuída em reunião pública da Igreja, para nos ensinar sobre a comunhão em virtude da qual nos unimos todos em Jesus Cristo. O sacrifício da missa rompe e desfaz esta comunhão. Ora, depois que prevaleceu o erro da necessidade de existir sacerdotes que sacrificassem em favor do povo, como se a estes fosse relegada a Ceia, esta deixou de ser comunicada à Igreja dos fiéis segundo o mandado do Senhor. Escancarou-se a entrada a missas privadas, que antes representam uma certa excomunhão, e não aquela comunhão instituída pelo Senhor; já que o sacerdoteco, visando a devorar sua vítima separadamente, a segregou de todo o povo dos fiéis. E para que ninguém se engane, chamo missa privada aquela que priva os fiéis de toda e qualquer participação da Ceia, anda que, de outro modo, esteja presente grande multidão de homens.

8. As missas privadas não só se contrapõem à instituição de Cristo, como também são, por isso, ímpia profanação da santa Ceia, além de atentar contra a comunhão do povo do Senhor

E a própria palavra ***missa***, de fato, donde se originou nunca pude descobrir ao certo, se bem que me parece provável haver sido tomada das oblações que *nela* se ofereciam. Donde também os antigos a usam quase sempre no número plural. Mas, para que nos abstenhamos de controvérsia acerca do termo, afirmo que as missas privadas contradizem diametralmente a instituição de Cristo, e por isso são ímpia profanação da Sacra Ceia. Ora, o que nosso Senhor nos ordenou? Porventura não foi que a tomemos e distribuamos entre nós [Lc 22.17]? Que observância do mandado *de Cristo* Paulo ensina? Porventura não é que se parta o pão, o qual é a comunhão do corpo e do sangue [1Co 10.16]? Quando, pois, um só toma sem distribuição *aos demais*, que semelhança há *com o mandado de Cristo*?

Mas, *alegam eles*, um só o faz em nome de toda a Igreja. Com que mandado? Porventura não é isso zombar abertamente de Deus, quando um só arrebata para si, isoladamente, o que se deveria fazer somente entre muitos? Uma vez que, porém,

são bastante claras as palavras de Cristo e de Paulo, pode-se concluir sumariamente: onde quer que não há o partir do pão para comunhão dos fiéis, aí não está a Ceia do Senhor, mas uma falsa e contrária imitação da Ceia. Uma falsa imitação, no entanto, é uma depravação. E não se pratica depravação de tão grande mistério sem terrível impiedade. Logo, há nas missas privadas ímpio abuso. E como em religião um vício freqüentemente engendra outro, depois que, uma vez, se insinuou sorrateiro esse costume de oferecer *os elementos eucarísticos* sem a comunhão *dos fiéis*, aos poucos começaram a celebrar inumeráveis missas a cada canto dos templos e a dividir o povo por aqui e por ali, o qual tem de congregar-se em uma *só* assembléia para reconhecer o mistério de sua unidade. Vão-se agora e neguem ser idolatria que em suas missas mostram que se deve adorar o pão adorar em lugar de Cristo, pois que debalde blasonam daquelas promessas relativas à presença de Cristo, as quais, não importa de que maneira são entendidas, de fato não foram dadas para que os homens impuros e profanos, sempre que queiram e a todo e qualquer abuso lhes apraza, criem o corpo de Cristo, mas, para que os fiéis, enquanto seguem com religiosa observância o mandado de Cristo, usufruem da verdadeira participação na celebração da Ceia.

9. Tampouco a Igreja primitiva e a Escritura respaldam à missa, nem o sacerdócio que engendraram com esse propósito

Acresce que esta perversidade foi desconhecida à Igreja mais pura. Ora, por mais que aqui tentem enganar os que entre *nossos* adversários são mais impudentes, contudo é certíssimo que toda a antigüidade lhes é contrária, como em outras *coisas* já demonstramos previamente, e de forma mais sólida se poderia julgar por uma atenta leitura dos antigos. Antes, porém, de concluir estas palavras, indago de nossos doutores misseiros, como sabem que é mais aprazível a Deus a obediência do que vítimas *sacrificiais*, e que ele requer que se ouça sua voz do que se ofereçam sacrifícios [1Sm 15.22], como crêem ser esta forma de sacrificar aceitável a Deus, de quem nenhum mandado receberam, e que na verdade não se vê na Escritura sequer uma sílaba que o comprove? Além disso, quando se ouve o Apóstolo dizendo que ninguém apropria para si o nome e a honra do sacerdócio, senão *aquele* que foi chamado, como Arão, do qual nem mesmo Cristo se apropriou, antes obedeceu ao chamado do Pai [Hb 5.4-6], impõe-se que, ou invoquem a Deus *por* autor e instituidor de seu sacerdócio, ou confessem que a honra não provém de Deus, à qual se arrojaram com ímpia temeridade. Mas, de fato nem o ápice de uma letra podem buscar que patrocine a seu sacerdócio. Por que, pois, *seus* sacrifícios não se evanescerão, os quais não podem ser oferecidos sem sacerdote?

10. Tampouco os patrísticos respaldam ao sacrifício da missa, senão que vêem a Ceia como um sacrifício de louvor, o que Agostinho atesta sobejamente, e bem assim Crisóstomo o confirma

Se alguém citar daqui e dali afirmações isoladas *do contexto* atribuídas aos antigos, e com sua autoridade defenda que o sacrifício que se realiza na Ceia deva ser entendido de modo diferente daquele que expomos, a isso apresentamos uma resposta concisa: se se trata de aprovar-se a invenção de um sacrifício, como se dá na missa engendrado pelos papistas, os antigos jamais patrocinaram um sacrilégio desta natureza. De fato eles usam o termo ***sacrifício***, mas, ao mesmo tempo, afirmam que não tinham em mente outra coisa senão a rememoração daquele sacrifício verdadeiro e único que Cristo, como *eles* próprios a cada passo proclamam, nosso único sacerdote, realizou na cruz. "Os hebreus", diz Agostinho, "nas vítimas de animais que ofereciam a Deus, celebravam a profecia da vítima futura que Cristo ofereceu; os cristãos, mercê da sacrossanta oblação e participação do corpo de Cristo, celebram a lembrança do sacrifício já efetuado."[277] Aqui, de fato, ele ensina exatamente o mesmo que, de forma mais extensa se acha no livro ***Da Fé, a Pedro, o Diácono***, sem importar quem, afinal, foi seu autor. *Suas* palavras são: "Mantém mui firmemente, e de forma alguma duvides, que o próprio Unigênito, feito carne por nós, *a si mesmo se ofereceu* por sacrifício e vítima a Deus, em aroma suave, em nosso favor, a quem, com o Pai e o Espírito Santo no tempo do Antigo Testamento, animais eram sacrificados; e a quem agora, com o Pai e o Espírito Santo, com os quais uma é sua divindade, a Santa Igreja não cessa de oferecer o sacrifício do pão e do vinho pelo orbe inteiro. Pois naquelas vítimas carnais houve a prefiguração da carne de Cristo, que ele haveria de oferecer por nossos pecados, e de *seu* sangue, que haveria de derramar para a remissão dos pecados. Mas, neste sacrifício há ação de graças e memoração da carne de Cristo, a qual ele ofereceu por nós, e de seu sangue, que o mesmo derramou por nós."[278] Donde o próprio Agostinho, em muitos lugares, interpreta *a Ceia* como não sendo outra coisa senão meu sacrifício de louvor.[279] Finalmente, a cada passo nele acharás que a Ceia do Senhor não por outra razão é chamada um sacrifício, senão porque é um memorial, uma imagem, um testemunho daquele sacrifício singular, verdadeiro e único, pelo qual Cristo fez expiação por nós.[280]

Memorável é também uma passagem no livro IV ***Da Trindade***, onde, depois de discorrer a respeito do sacrifício único, assim conclui: "Porque em um sacrifício se

---

277. *Contra Fausto*, livro XX, XVIII.

278. Como pressentia Calvino, o livro *Sobre a Fé, a Pedro*, não é de Agostinho. Os historiadores modernos o atribuem a Fulgêncio de Ruspe (468-533), discípulo imediato de Agostinho. A passagem citada se encontra no capítulo 19 (extraído da versão espanhola).

279. *Contra um Adversário da Lei e dos Profetas*, livro I, XVIII, 37; XX, 19.

280. *Carta 140*, XVIII, 46 e 55.

consideram quatro *pontos*: a quem é oferecido, e por quem, o que se oferece e em favor de quem: ele mesmo, o Mediador único e verdadeiro, pelo sacrifício de paz nos reconciliou com Deus, permanece um com Aquele a quem ofereceu; àqueles por quem oferecia fez um com ele; o mesmo é quem ofereceu e o que ofereceu."[281] No mesmo sentido também fala Crisóstomo. A honra do sacerdócio, porém, de tal modo reivindicam a Cristo que Agostinho declara haverá de ser a voz do Anticristo se alguém fizer de um bispo intercessor entre Deus e os homens.[282]

11. A deformação da Ceia do Senhor já se manifesta nos patrísticos, afeiçoada a moldes sacrificiais da lei antiga

Contudo, tampouco negamos que aí se nos mostra de tal modo a imolação de Cristo, que quase se coloca o espectáculo da cruz diante dos olhos, tal como diz o Apóstolo que Cristo foi crucificado ante os olhos dos gálatas, quando a pregação da cruz foi posta diante deles [Gl 3.1]. Mas, uma vez que vejo também esses antigos torcendo este memorial para tomar outro rumo que não foi o que teve a instituição do Senhor, visto que sua Ceia exibia não sei que aparência de imolação repetida, ou, pelo menos, renovada, nada mais seguro haverá para os corações piedosos do que descansarem na pura e simples ordenança de Deus, de quem também por isso se chama a Ceia, porquanto aqui só deve vigorar sua autoridade.

É verdade que, como vejo que seus sentimentos são piedosos e ortodoxos acerca deste mistério, e que sua intenção jamais foi rebaixar ao nível mínimo o único sacrifício de Cristo, não posso condená-los de impiedade; contudo, creio que não podem ser escusados de que pecaram no modo da ação. Pois imitaram a maneira judaica de sacrificar mais de perto do que Cristo ordenara ou o permitia a natureza do evangelho. Portanto, essa é a única anagoge contrária, na qual, com razão, alguém os acusará de que, não contentes com a simples e genuína instituição de Cristo, refugiaram-se demais às sombras da lei.

12. A profunda diferença da Ceia do Senhor em relação aos sacrifícios levíticos, não mais o altar de oblação, mas a mesa de comunhão

Se alguém ponderar diligentemente, observará que pela Palavra do Senhor se estatui esta diferença entre os sacrifícios mosaicos e nossa eucaristia, porque, embora aqueles representassem ao povo hebreu a mesma eficácia da morte de Cristo que hoje se nos exibe na Ceia, no entanto é diferente a forma da representação; visto

281. *Da Trindade*, livro IV, XIV, 19.
282. Cf., por exemplo, *Comentário à Carta aos Hebreus*, hom. XVII, 3.

que ali se ordenava aos sacerdotes levíticos prefigurar o sacrifício que Cristo haveria de consumar, apresentava-se uma vítima que fizesse a vez do próprio Cristo; havia um altar no qual fosse imolada, assim, finalmente, todas as coisas eram de tal modo geridas, que diante dos olhos se pusesse o emblema do sacrifício que se haveria de oferecer a Deus para expiação. Mas, uma vez efetuado o sacrifício *de Cristo*, o Senhor nos instituiu outra forma, isto é, que ao povo fiel se transmita o fruto do sacrifício a ele oferecido pelo Filho.

Portanto, o Senhor nos deu uma mesa, à qual nos banqueteemos, não um altar, sobre o qual seja oferecida uma vítima; não consagrou a sacerdotes para imolar, mas a ministros para distribuir o sacro banquete. Quanto mais sublime e mais santo é o mistério, tanto mais religiosamente e mais intensa reverência convém seja tratado. Portanto, nada é mais seguro do que afastar toda audácia do senso humano, nos apegando somente ao que ensina a Escritura. E, indubitavelmente, se ponderarmos bem que a Ceia é do Senhor, não dos homens, não há razão por que, de qualquer autoridade de homens ou prescrição de anos, permitamos que dela sejamos demovidos sequer a largura de uma unha. Assim sendo, o Apóstolo, querendo assim purgá-la de todos os vícios que já se haviam sorrateiramente infiltrado na Igreja dos coríntios (o caminho que para isso era o mais expedito), os remete àquela instituição única, donde mostra que se deve buscar a regra perpétua [1Co 11.20-34].

13. Natureza e modalidade de sacrifícios levíticos, expiatórios ou adorativos, aqueles prefigurativos do sacrifício único e irrepetível de Cristo

Com efeito, para que algum amante de disputa não nos faça guerra quanto aos termos ***sacrifício*** e ***sacerdote***, explicarei também isso, porém concisamente: o que por ***sacrifício*** e o que por ***sacerdote*** queremos dizer em toda *esta* discussão. *Aqueles* que estendem o termo ***sacrifício*** a todas as cerimônias sacras e atos religiosos, não consigo atinar para a razão por que assim agem. Sabemos que, segundo o perpétuo uso da Escritura, é chamado ***sacrifício*** o que os gregos dizem ora θυσίᾶν [*thysíān*], ora προσφοράν [*prŏsphŏrān*], ora τελετήν [*tĕlĕtēn*], o que, aceito de modo geral, abarca absolutamente tudo quanto se oferece a Deus. Por isso é preciso, contudo, os distinguirmos de tal modo que tenha esta distinção uma anagoge dos sacrifícios da lei mosaica, sob cujas sombras o Senhor quis representar a seu povo toda a verdade dos sacrifícios.

Mas, ainda que houvesse muitas formas de sacrifícios, todos eles podem ser reduzidos a dois. Porque, ou se fazia a oferta pelo pecado, a modo de satisfação pela qual a culpa era remida diante de Deus, ou *ela* era o símbolo do culto divino e testificação da religião, ora à guisa de súplica para pedir-se o favor de Deus, ora de ação de graças para atestar-se gratidão de alma por benefícios recebidos, ora como

simples exercício de piedade para renovar-se a sanção do pacto, cuja última modalidade, à qual pertenciam os holocaustos e as libações, as oblações, as primícias, as ofertas pacíficas. Daí os distribuirmos também em doi gêneros. A um, para fins didáticos, chamamos λατρευτικόν [*Iatreutikŏn – veneracional*] e σεβαστικόν [*sĕbastikŏn – adoracional*], porquanto consta da veneração e do culto de Deus, que os fiéis tanto lhe devem como rendem; ou, se preferes, εὐχαριστικόν [*eucharistikŏn – eucarístico*, isto é, *de ação de graças*], uma vez que a Deus não se exibe nenhum, senão *por aqueles* que, cônscios de seus imensos benefícios, se dão a ele por inteiro em compensação, juntamente com todos seus atos; chamamos ao outro ***propiciatório ou expiacional***.

O sacrifício de expiação, porém, é *aquele* que tem o propósito de aplacar a ira de Deus, satisfazer-lhe ao juízo e assim lavar e purificar os pecados, para que o pecador, uma vez mais expurgardo de suas imundícias e restituído à pureza da justiça, retorne ao favor com o próprio Deus. Assim na lei se chamavam os sacrifícios que eram oferecidos para se expiarem os pecados [Ex 29.36]; não que por si sós fossem aptos para conciliar-se o favor de Deus ou apagar-se a iniqüidade, mas porque prefiguravam o verdadeiro sacrifício desta natureza, que deveras foi, finalmente, consumado por Cristo, e por ele somente, porque por nenhum outro podia, e uma vez só; porque desse *sacrifício* único realizado por Cristo eterna é a eficácia e a força, como ele mesmo o atesta com sua voz, quando disse que foi consumado e cumprido [Jo 19.30]; isto é, tudo quanto era necessário para conciliar-se o favor do Pai, para obter-se a remissão dos pecados, a justiça, a salvação; tudo isso foi realizado e consumado mediante aquela sua oblação única, de modo a nada faltar e nenhum lugar fosse depois deixado a outra vítima sacrificial e expiatória.

14. O absurdo da missa, pretensa reiteração do sacrifício único de Cristo, aliás, comercializada, e do sacerdócio romanista, quando Cristo é o único e eterno sacerdote do Novo Testamento

Daí, concluo ser gravíssima afronta e blasfêmia que não se pode tolerar, tanto contra Cristo, quanto contra o sacrifício que, por sua morte, por nós consumou na cruz, se alguém, repetindo a oblação, cogite de adquirir o perdão dos pecados, de propiciar a Deus e obter sua justiça. Que outra coisa, pois, se faz ao celebrar missas, senão que nos fazemos participantes da paixão de Cristo pelo mérito de uma oferenda? E para não pôr freio aos seus desvarios, julgaram ser pouco se dissessem que se tornava comum o sacrifício por toda a Igreja igualmente, exceto que acrescentariam ser de seu arbítrio aplicá-lo particularmente a este ou aquele, a quem bem quisessem; ou, antes, a qualquer um que quisesse comprar pelo melhor preço que pudesse pagar.

E como não podia chegar ao preço estipulado por Judas, não obstante, para de alguma maneira reproduzir o exemplo de seu originador, retiveram e guardaram,

pelo menos em algum aspecto, a semelhança do número. Aquele o vendera por trinta moedas de prata [Mt 26.15]; estes, segundo o sistema francês de computar *valores*, na verdade o vendem por trinta moedinhas de cobre; aquele, porém, uma vez só; estes, quantas vezes surja um comprador!

Neste sentido também negamos sejam *eles* sacerdotes, isto é, que com tal oblação intercedam pelo povo junto a Deus, os quais, uma vez seja Deus propiciado, efetuem expiação de pecados. Ora, Cristo é o único Pontífice e Sacerdote do Novo Testamento, a quem foram transferidos todos os sacerdócios e em quem *foram* eles concluídos e encerrados. Ainda que a Escritura nada lembrasse acerca do eterno sacerdócio de Cristo, uma vez que, no entanto, Deus cancelara aqueles *sacerdócios* antigos, nenhum *outro* instituiu em seu lugar, o argumento do Apóstolo permanece invencível: "Ninguém toma para si *essa* honra, senão *aquele* que foi chamado por Deus [Hb 5.4]. Com que ousadia, pois, esses sacrílegos, que se gabam de ser carrascos de Cristo, ousam chamar-se sacerdotes do Deus vivo?

15. A missa, em sua aplicação comercializada, assemelha-se às oferendas pagãs que Platão ridicularizava no segundo livro de A República

Há em Platão, no segundo livro de ***A República***, uma passagem admirável, onde, quando disserta acerca dos antigos pagãos e ridiculariza a estulta confiança dos homens ímpios e celerados que pensavam com estes como que véus se cobriam suas ignominiosas ações, para que não fossem vistas pelos deuses, e, como que fazendo um acordo com os deuses, a si indulgissem mais confiadamente, parece inteiramente estar mencionando prática da expiação missal, tal como existe hoje no mundo. Todos sabem que não é lícito defraudar a outrem e lográ-lo. Todos confessam que são crimes enormes atormentar as viúvas, roubar aos órfãos, afligir aos pobres, apoderar-se dos bens alheios por meios ilícitos, investir com perjúrios e fraudes sobre as riquezas de quem quer que seja, oprimir a alguém pela força e com terror tirânico. Como, pois, são tantos os que se atrevem a fazer isso reiteradamente, como ousariam tanto impunemente? Com efeito, se ponderarmos corretamente, não provém de outro motivo que sua sanha seja tão ferrenha, senão porque, pelo sacrifício missal, como se por um preço estipulado, confiam que satisfazem a Deus, ou, pelo menos, esta lhes é uma fácil via de transação com ele.

Em seguida Platão prossegue escarnecendo da crassa obtusidade daqueles que julgam redimir-se, com tais atos, das penas que, de outra sorte, teriam de sofrer nas regiões inferiores. E a que propósito, pergunto, hoje visam os aniversários e a maior parte das missas, senão que quantos durante o curso de toda sua vida foram os tiranos mais cruéis, ladrões, salteadores e dados a todo gênero de vícios e abominações, são resgatados com este preço para que escapem ao fogo purgatarial?

16. Natureza e propósito dos sacrifícios de ação de graças ou de louvor que os fiéis, redimidos, oferecem ao Senhor

Sob o outro gênero de sacrifício, que dissemos ser εὐχαριστικόν [*eucharistikŏn – de ação de graças*], se contêm todos os deveres de caridade com os quais, enquanto abraçamos a nossos irmãos, honramos ao próprio Senhor em seus membros; então, todas nossas preces, *todos* os louvores, *todas* as ações de graças e tudo quanto é feito por nós para o culto de Deus, todas *as coisas* que, afinal, dependem do sacrifício maior pelo qual somos, em alma e corpo, consagrados para templo santo ao Senhor. Pois não é bastante que nossas ações externas se apliquem a seu serviço, senão que, além disso, devemos primeiramente dedicar a ele a nós mesmos com todas nossas obras, para que tudo quanto há em nós sirva para sua glória e aspire ao empenho de ampliá-la. Esta espécie de sacrifício não tem nada a ver com aplacar-se a ira de Deus, nada a a ver com conseguir-se a remissão dos pecados, nada a ver com granjear-se a justiça; ao contrário, visa apenas à magnificação e exaltação de Deus, porque nada pode ser agradável e aceitável a Deus, senão o que vem da mão daqueles a quem, uma vez recebida a remissão dos pecados, já estão reconciliados com ele e justificados por outro caminho.

Tão necessária, porém, é à Igreja *esta espécie de sacrifício*, que não pode estar-lhe ausente. Assim sendo, ela haverá de ser eterna, por quanto tempo subsistir o povo de Deus, como já se viu previamente do Profeta, porque neste sentido é bom tomar este vaticínio: “Porquanto, desde o pôr-do-sol até seu ocaso, grande é meu nome entre os gentios, e em todo lugar se oferecerá a meu nome oblação pura; porquanto terrível é meu nome entre os povos, diz o Senhor” [Ml 1.11]. Longe de nós está que a removamos! Assim Paulo nos ordena “oferecer nossos corpos *como* um sacrifício vivo, santo, aceitável a Deus, que é nosso culto racional” [Rm 12.1], onde falou de modo tão significativo, ao adicionar ser este nosso culto racional, pois teve em mente a maneira espiritual de adorar-se a Deus, que opôs tacitamente aos sacrifícios carnais da lei mosaica. Assim, a beneficência e o compartilhamento são tidos como sacrifícios, com os quais Deus se agrada [Hb 13.16]. Assim, a benignidade dos filipenses, com que haviam aliviado a penúria de Paulo, *foi* um sacrifício de boa fragrância [Fp 4.18]; assim, todas as boas obras dos fiéis *são* sacrifícios espirituais [1Pe 2.5].

17. A linguagem da Escritura é rica em expressões que reiteram este sacrifício de louvor a Deus, na mediação de Cristo

E por que eu continuaria após tantas confirmações? Pois a cada passo, nas Escrituras, se depara com esta forma de falar. E, além do mais, enquanto o povo de Deus era ainda mantido sob a disciplina externa da lei, os profetas exprimiam sobejamente que subjazia àqueles sacrifícios carnais *da dispensação mosaica* uma verdade que é comum à Igreja Cristã com o povo hebreu. Razão por que Davi apresen-

tava sua oração como incenso que subia à presença de Deus [Sl 141.2]; e Oséias, às ações de graças, dizia: "os novilhos dos lábios" [Os 141.2], os quais, em outro lugar, Davi chama "sacrifícios de louvor" [Sl 50.23]. A quem, imitando-o o Apóstolo, também os chama sacrifícios de louvor e os interpreta *como* "o fruto de lábios que confessam seu nome" [Hb 13.15].

A Ceia do Senhor não pode carecer de sacrifício deste gênero, na qual, enquanto anunciamos sua morte [1Co 11.26] e rendemos ação de graças, outra coisa não oferecemos senão um sacrifício de louvor. É por causa deste ofício de oferecer sacrifícios que todos os cristãos são chamados "um sacerdócio real" [1Pe 2.9], visto que, pela intermediação de Cristo, oferecemos esse sacrifício de louvor a Deus de que fala o Apóstolo, "o fruto de lábios que confessam seu nome" [Hb 13.15]. Pois não comparecemos na presença de Deus sem um intercessor, com nossas oferendas. É a esse Cristo, que intercede como nosso Mediador, que nos oferecemos ao Pai, a nós e a nossas coisas; Ele é nosso Pontífice que, entrando no santuário do céu [Hb 9.24], nos abriu acesso [Hb 10.10]; ele é o altar [Hb 13.10] sobre o qual depomos nossas oferendas; nele ousamos tudo quanto; ainda digo que ele é *Aquele* que nos fez reino e sacerdotes para o Pai [Ap 1.6].

18. A MISSA, ALÉM DE DAR LUGAR A TANTAS PRÁTICAS ABOMINÁVEIS, MESMO EM SUA ESSÊNCIA É INOMINÁVEL IMPIEDADE, BLASFÊMIA, IDOLATRIA E SACRILÉGIO

Que resta, senão que os cegos vejam, os surdos ouçam, as próprias crianças entendam esta abominação da missa, a qual, exibida em cálice de ouro, tanto inebriou a todos os reis e povos da terra, do maior até o ínfimo, tanto os golpeou de torpor e tonteira, que, mais bestializados que os próprios brutos, puseram nesta voragem mortal a proa e a popa de sua salvação? Por certo que em nenhuma possante máquina *de guerra* jamais Satanás tanto se arrimou para assediar e tomar de assalto o reino de Cristo, do que a missa. Esta é outra Helena, por meio de quem hoje, com tão grande fúria, com tão grande furor, com tão grande atrocidade, digladiam os inimigos da verdade; realmente é outra Helena, com a qual tanto se conspurcam em fornicação espiritual, que é de todas a mais execrável.

Aqui sequer toco com o dedo mínimo aqueles crassos abusos com que poderiam denunciar a pureza profanada de sua sacra missa, *isto é*, quão torpe comércio exercem, quão sórdidos ganhos obtêm com suas missações, com quão grande rapacidade satisfazem sua avareza. Apenas indico, e isso em poucas e simples palavras, qual seja a própria santíssima santidade da missa, em função da qual mereceu ser tão admirada e em tão grande veneração ser tida por alguns séculos. Porque seria preciso um livro muito mais volumoso que o presente para enaltecer e enobrecer tão grandes mistérios conforme sua dignidade, mas também não quero misturar-lhe aque-

las imundícias obscenas que se revolvem diante dos olhos e das faces de todos, para que todos compreendam que a missa, *mesmo* tomada em sua pureza mais refinada, e com que se pode apregoar o máximo possível, sem seus apêndices, desde a raiz até o ápice borbulha de todo gênero de impiedade, de blasfêmia, de idolatria, de sacrilégio.

19. Natureza e função do batismo e da Santa Ceia, os dois únicos e reais sacramentos, visto que, como tais, se relacionam com a promessa da salvação

Os leitores podem ver aqui em breve resumo tudo quanto creio ser necessário saber acerca destes sacramentos, cujo uso foi confiado à Igreja Cristã desde os primórdios do Novo Testamento até a consumação do mundo, para que o batismo fosse realmente um como que ingresso e a iniciação da fé; a Ceia, porém, como que um alimento contínuo, com o qual Cristo nutre espiritualmente a família de seus fiéis. Portanto, como há somente um Deus, uma só fé, um só Cristo, uma só Igreja, seu corpo, assim só há um batismo [Ef 4.4-6], o qual não repete muitas vezes; a Ceia, porém, é freqüentemente distribuída, para que, aqueles que foram uma vez admitidos à Igreja, compreendam que em Cristo se nutrem continuamente.

Além destes dois, como nenhum outro *sacramento* foi por Deus instituído, assim tampouco nenhum *outro* deve a Igreja dos fiéis reconhecer, pois não é da alçada do arbítrio humano erigir e estatuir novos sacramentos; isso facilmente entende quem lembrar-se do que já explicamos prévia e claramente, que os sacramentos foram instituídos por Deus para que nos ensinem acerca de alguma promessa sua e nos atestem sua boa vontade para conosco; quem, além disso, tem em mente que ninguém jamais foi o conselheiro de Deus [Is 40.13; Rm 11.34], que nos promete algo certo acerca de sua vontade, ou nos faz mais convictos e seguros de qual é sua disposição para conosco, do que ele nos quer negar ou nos quer dar. Ao mesmo tempo, de fato se estabelece que ninguém pode propor um sinal que haja de ser testemunho de sua vontade e de alguma promessa *sua*; somente ele é quem, ao dar um sinal, pode testificar de si junto a nós. Para dizê-lo de forma mais breve e talvez mais rude, porém mais expressamente: jamais poderá existir um sacramento sem promessa de salvação. Todos os homens juntos, nenhum pode de si mesmo prometer-nos absolutamente nada em referência à nossa salvação; daí, tampouco podem por sua própria iniciativa decretar ou estabelecer um sacramento.

20. A Igreja não pode receber outros sacramentos além do batismo e da Santa Ceia; tampouco podem admitir as múltiplas invenções que corrompem sua prístina pureza

Portanto, que a Igreja Cristã esteja contente com estes dois *sacramentos*, sequer

admita ou reconheça um terceiro no presente, mas também não o deseje; aliás, nem mesmo o espere, até a consumação do mundo. Ora, o fato de que aos judeus foram dados outros diversos além desses seus *sacramentos* ordinários, segundo as várias inclinações dos tempos, como o maná [Ex 16.13, 14; 1 Co 10.3], a água a fluir da rocha [Ex 17.6; 1Co 10.4], a serpente de bronze [Nm 21.8; Jo 3.14], e afins, eram por esta variação admoestados a que não se detivessem em tais figuras, cuja condição seria pouco firme; antes, pelo contrário, deviam esperar de Deus algo melhor, *algo* que persistisse imutável e infindável.

Nós, a quem Cristo se revelou e se manifestou, temos uma situação muito diferente; pois nele "estão escondidos todos os tesouros do conhecimento e da sabedoria" [CI 2.3]. Por isso, esperar ou exigir um novo aumento desses tesouros seria verdadeiramente tentar a Deus, irritá-lo e provocá-lo contra nós. A nós cabe apetecer, buscar, contemplar, aprender, decorar unicamente a Cristo, até que reluza aquele grande dia em que o Senhor manifestará em *sua* plenitude a glória de seu reino e se mostrará para ser por nós contemplado tal como é [1Jo 3.2]. E por esta razão esta nossa era é designada nas Escrituras como "a última hora" [1Jo 2.18], "os últimos dias" [Hb 1.2], "os últimos tempos" [1Pe 1.20], para que ninguém se engane com a vã expectação de alguma doutrina ou revelação nova. "Havendo Deus antigamente falado muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais pelos profetas, a nós falou-nos nestes últimos dias pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de tudo, por quem fez também o mundo" [Hb 1.1, 2], o qual é o único que pode manifestar o Pai [Lc 10.22], e deveras o manifestou plenamente, quanto é de nosso interesse, embora agora o vemos como por um espelho [1Co 13.12].

Agora, porém, como se vedou aos homens a possibilidade de instituir na Igreja de Deus novos sacramentos, igualmente deveríamos desejar que naqueles que Deus instituiu os homens não introduzissem sequer um mínimo de suas invenções humanas. Pois assim como se mistura água, o vinho se dilui, e quando se introduz o fermento, se leveda toda a massa, também a pureza dos mistérios de Deus é conspurcada, sempre que o homem lhes faz sua própria adição. E contudo vemos o quanto os sacramentos usados hoje se degeneraram de sua genuína pureza. Há por toda parte mais do que suficiente de pompas, de cerimônias, de gesticulações, enquanto não se faz da Palavra de Deus nenhuma menção, sem a qual até mesmo os sacramentos deixam de ser sacramentos. Mais ainda, as próprias cerimônias que Deus instituiu já não podem ser reconhecidas, em virtude da multidão delas que os homens inventaram, as quais jazem como que sufocadas. Como já lamentamos, o que se pode ver no batismo daquilo que só deveria fulgurar e ser nítido ali, isto é, o próprio batismo? A Ceia foi inteiramente sepultada quando em missa se converteu, exceto que uma vez ao ano se visualiza, porém em forma rasgada, rompida ao meio e mutilada!

CAPÍTULO XIX

DOS CINCO SACRAMENTOS ASSIM FALSAMENTE CHAMADOS, NOS QUAIS SE DECLARA QUE NÃO SÃO SACRAMENTOS, MAS QUE GERALMENTE ATÉ ENTÃO FORAM TIDOS POR SACRAMENTOS; A SEGUIR SE MOSTRA DE QUE NATUREZA SÃO ELES

1. IMPROPRIEDADE DO USO DO TERMO *SACRAMENTO* QUANDO APLICADO A OUTRAS ORDENANÇAS E SÍMBOLOS DE NATUREZA DIFERENTE, AINDA QUE DE ORIGEM DIVINA, MUITO MAIS, LOGICAMENTE, QUANDO DE ORIGEM MERAMENTE HUMANA

A discussão precedente acerca dos sacramentos poderia satisfazer todas as pessoas sóbrias e dóceis para não levarem adiante sua curiosidade nem admitirem sem a Palavra de Deus outros sacramentos, com a exceção daqueles dois que já se sabe muito bem que foram instituídos pelo Senhor. Porquanto, essa opinião acerca de sete sacramentos, habitual na linguagem de quase todos e a permear a todas as escolas e assembléias, por *sua* própria antigüidade fincou raízes e ainda agora está fixada nas mentes dos homens, me pareceu valer a pena examinar individualmente e mais de perto os cinco restantes que geralmente são acrescentados aos verdadeiros e genuínos sacramentos do Senhor, e depois de descobrir sua falsidade e engano, dar a conhecer às pessoas simples o que realmente são, e como sem motivo foram tidos por sacramentos até então.

De início, aqui eu quero comprovar a todos os piedosos que enfrento esta contenda acerca do termo ***sacramento*** sem de modo algum pretender polemizar, senão que me sinto induzido por motivos graves a atacar seu abuso. Não ignoro que os cristãos são senhores tanto das palavras quanto de todas as coisas; por isso podem, segundo seu arbítrio, acomodar os termos às coisas, desde que se retenha o sentido piedoso, ainda que haja no falar alguma impropriedade. Admito tudo isso, embora fosse melhor que as palavras se sujeitem às coisas do que as coisas se sujeitem às palavras. Quanto ao termo ***sacramento***, porém, outra é a situação. Ora, *aqueles* que instituem sete *sacramentos*, ao mesmo tempo atribuem a todos aquela definição de que são formas visíveis de graça invisível, considerando ao mesmo tempo todos como vasos do Espírito Santo, instrumentos de conferição de justiça, causas para a obtenção da graça. E, contudo, o próprio mestre das sentenças nega que os sacramentos da lei

mosaica sejam designados propriamente por este termo, visto que não exibiram o que figuravam.[283]

Indago: porventura se pode tolerar que os símbolos que o Senhor consagrou por sua *própria* boca, os quais selou com insignes promessas, a esses não se tenham por sacramentos, enquanto se transfere esta honra aos ritos que homens cogitaram para si, ou, ao menos, observam sem expresso mandado de Deus? Portanto, ou mudem a definição ou se abstenham desse uso da palavra, o qual, em seqüela, gera opiniões falsas ou absurdas. A extrema unção, dizem *eles*, é figura e causa de graça invisível, porque é um sacramento. Se de modo algum se deve admitir o que postulam, é preciso sair-lhes no encalço com uma análise do próprio termo, para que não o recebamos com o preço que dê ocasião a erro desta natureza. Por outro lado, quando querem provar que este é um sacramento, evocam a causa: porque ele consta do sinal exterior e da palavra. Se não é mandado divino, nem encontramos promessa, que outra *coisa* podemos *fazer* que clamar em contrário?

2. O sacramento tem de ser instituído por Deus, e somente por ele, e não deve ser confundido com outras cerimônias e ritos que, embora de teor bíblico, não são sacramentos

Já transparece que não estamos discutindo acerca do vocábulo ***sacramento***, e, sim, movendo controvérsia não supérflua a respeito da própria realidade. Portanto, é preciso reter tenazmente o que já confirmamos antes com razão invencível: que o arbítrio de instituir um sacramento é unicamente da alçada de Deus, já que um sacramento deve elevar e consolar as consciências dos fiéis com a segura promessa de Deus, cuja certeza jamais receberiam do homem. O sacramento nos deve ser um testemunho da boa vontade de Deus para conosco, da qual nenhum dos homens ou dos anjos pode ser testemunha, uma vez que ninguém jamais foi conselheiro de Deus [Is 40.13; Rm 13.34]. Logo, somente ele é quem, com legítima autoridade, nos testifica a respeito de si próprio, através de sua Palavra. O sacramento é um selo com o qual se sela um testamento ou promessa de Deus. Ele, porém, não poderia ser selado com coisas corpóreas e elementos deste mundo, a menos que estes sejam para isso afirmados e destinados pelo poder de Deus. Portanto, o homem não pode instituir um sacramento; porque, fazer com que tão grandes mistérios de Deus se ocultem sob coisas tão modestas não pertence ao domínio humano. É necessário que preceda a Palavra de Deus para fazer com que o sacramento seja sacramento, como o expressou muito bem Agostinho.[284]

---

283. Pedro Lombardo, *Livro das Sentenças*, livro IV, dist. 1, II, 5; Boaventura, *Comentário às Sentenças*, livro IV, dist. 1, art. 1, 3; Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, part. III, 62, arts. 1, 3, 4.

284. *Tratados Sobre João*, LXXX, 3.

Além disso, é útil reter-se alguma distinção entre os sacramentos e outras cerimônias, salvo se quisermos incorrer em muitos absurdos. Os apóstolos oraram dobrando os joelhos [At 7.60; 9.40; 20.36; 21.5]; logo, não se dobram os joelhos sem sacramento. Lemos que os discípulos oraram *voltados* para o oriente; assim sendo, a contemplação do oriente nos constitui um sacramento! Paulo quer que todos os homens levantem mãos puras em todo lugar [1Tm 2.8]; e freqüentemente se menciona oração feita pelos santos com mãos levantadas [Sl 63.4; 88.9; 141.2; 143.6]; e, *conseqüentemente*, estender as mãos viria a ser também sacramento; afinal, por esse procedimento, todos os gestos dos santos se converteriam em sacramentos. De tudo isso não faria nenhum caso, se não fosse, como já indiquei, pelos grandes absurdos que daqui se originam.[285]

3. Nem, a rigor, a despeito da lassidão da linguagem, a Igreja primitiva admitiu outros sacramentos além do batismo e a Ceia do Senhor

Se nos querem convencer com a autoridade da Igreja antiga, lhes respondo que estão fazendo uso de um pretexto fraudulento, pois em parte alguma nos escritores eclesiásticos se acha este número sete, nem sequer se pode saber em que tempo foi ele pela primeira vez sorrateiramente infiltrado. De fato reconheço que no termo ***sacramento*** às vezes eles são mais livres. Entretanto, o que querem dizer com esse número? Na verdade, todas as cerimônias e ritos externos e todos os exercícios da piedade. Quando, porém, falam daqueles sinais que devem ser testemunhos da divina graça para conosco, estão contentes com estes dois: o batismo e a eucaristia.

Para que ninguém pense que isso é falsamente alegado por mim, aqui evocarei uns poucos testemunhos de Agostinho. Diz *ele* a Januário: "Primeiro, quero que apreendas qual é o ponto capital desta disputa: que nosso Senhor Jesus Cristo, como *ele* mesmo fala no evangelho, nos sujeitou a um jugo suave e a um fardo leve [Mt 11.29, 30]. Donde, por sacramentos pouquíssimos em número, facílimos em observância, excelentíssimos em significado, *ele* interligou a sociedade do novo povo. Assim é com o batismo, consagrado em nome da Trindade; *assim* é com a comunhão do corpo e do sangue do Senhor, e se algo mais é recomendado nas Escrituras canônicas."[286] Igualmente, em ***De Doctrina Christiana*** [Da Doutrina Cristã]: "Desde a ressurreição do Senhor certos sinais, poucos em vez de muitos, e os mesmos facílimos de celebrar-se, excelsíssimos em significado, puríssimos de observância,

285. Primeira edição: "... e [conseqüentemente,] o estender de mãos também sacramento se faça; todos os gestos dos santos, afinal, a sacramentos se transladem, se bem que nestas [cousas] me não deteria, na verdade, sobremodo, desde que se não houvessem associado com aqueles inconvenientes maiores."

286. *Carta 54,* I, 1; a Jenário.

nos outorgou o próprio Senhor, e o ensino apostólico, tal como é o batismo e a celebração do corpo e do sangue do Senhor."[287]

Por que aqui não se faz qualquer menção do número sagrado, isto é, *do número* sete? Porventura seria porque ele quisesse omiti-lo, quando já fora instituído na Igreja, especialmente quando, em outras circunstâncias, é mais diligente em observar números do que fora necessário? Com efeito, quando evoca o batismo e a Ceia, e omite os demais, porventura não indica com isso que estes dois mistérios sobressaem em singular dignidade, que as demais cerimônias são relegadas a lugar inferior? Portanto, digo que esses doutores sacramentários estão destituídos não só da Palavra do Senhor, mas ainda do comum consenso da Igreja antiga, por mais que ao máximo se ensoberbeçam com este pretexto. Passemos agora, porém, às próprias espécies *dessas cerimônias impropriamente havidas por sacramentos.*

Da Confirmação

4. O rito confirmacional, seu propósito e natureza, na Igreja antiga

Antigamente existiu na Igreja o costume de os filhos dos cristãos, depois que haviam crescido, fossem apresentados diante do bispo, para que cumprissem aquele dever que era exigido dos adultos que se ofereciam ao batismo. Pois estes se assentavam entre os catecúmenos até que, devidamente instruídos nos mistérios da fé, podiam fazer confissão de *sua* fé perante bispo e povo. Portanto, *aqueles* que haviam sido iniciados pelo batismo *quando* crianças, já que não haviam então se desincumbido diante da Igreja em confissão de fé, ao final da infância, ou na entrada de sua adolescência, eram de novo apresentados pelos pais e examinados pelo bispo segundo a fórmula de catecismo que tinham então por certa e comum. Mas, para que este ato, que além do mais devia ser merecidamente grave e santo, tivesse mais de reverência e de dignidade, era acrescentada também a cerimônia de imposição de mãos.Daí, aquele rapaz, uma vez comprovada sua fé, era despedido com bênção solene. Os antigos fazem constante menção deste costume. O papa Leão I *diz*: "Se algum dentre os hereges retorna, não é batizado de novo, mas o que ali lhe faltou, o poder do Espírito lhe confere pela imposição episcopal das mãos.[288]

Nossos adversários gritam aqui dizendo que se deve chamar sacramento a esta cerimônia, uma vez que nela se confere o Espírito Santo. O próprio Leão, porém, em outro lugar explica o que se queria dizer com estas palavras. "*Aquele* que entre os hereges foi batizado", diz *ele*, "não é rebatizado; pelo contrário, é confirmado pela invocação do Espírito Santo mediante imposição de mãos, porquanto recebeu

287. *Da Doutrina Cristã*, livro III, IX, 13.
288. Leão Magno, *Cartas*, CLXVI, II.

apenas a forma do batismo, sem a santificação."[289] Jerônimo também lembra esse fato, contra os luciferianos.[290] Mas, ainda que eu não negue que Jerônimo exagerou nisto, porquanto diz ser essa uma observância apostólica, entretanto ele está a uma longa distância das parvoíces desses. E ele mesmo o mitiga quando acrescenta que esta bênção foi dada somente aos bispos, mais em honra do sacerdócio do que por necessidade de lei.[291] Louvo, pois, tal imposição de mãos que se faz simplesmente como uma forma de bênção e hoje seria saudável se fosse restaurada a uso puro.

5. Alteração posterior da confirmação, em forma e sentido, sem base nas Escrituras ou a seu arrepio

Uma era posterior, porém, quase obliterou a realidade, estabelecendo não sei que estranha confirmação como sacramento de Deus. Inventaram que o poder da confirmação é conferir o Espírito Santo para aumento de graça, o qual no batismo foi conferido para inocência, e firmar para a luta aqueles que no batismo foram regenerados para a vida. Esta confirmação é levada a efeito com unção e esta fórmula de palavras: "Eu te marco com o sinal da santa cruz e te confirmo com o crisma da salvação, em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo." Tudo isso é belo e agradável! Mas, onde está a Palavra de Deus que aqui prometa a presença do Espírito Santo? De fato, nem mesmo um til podem mostrar. Como, pois, podem provar que seu crisma é instrumento do Espírito Santo? Vemos o óleo, isto é, um líquido espesso e viscoso, nada além disso. Diz Agostinho: "Acrecente-se a palavra ao elemento e *ele* se fará um sacramento."[292] Que nos mostrem, pois, esta palavra, se querem que contemplemos no óleo outra coisa além de óleo. Porque, se se reconhecem, como dizem, ministros dos sacramentos, não haveria grande diferença entre nós.

Esta é a primeira lei do ministro: que nada empreenda sem mandado *divino*. Então que apresentem algum mandado deste ministério e me calarei. Se carecem de mandado, não podem escusar *sua* sacrílega ousadia. Neste sentido, o Senhor interrogava aos fariseus, se porventura o batismo e João seria do céu ou dos homens. Se respondessem: "Dos homens", *Cristo* obtinha *a confissão* de que era frívolo e sem proveito; se "do céu", eram obrigados a reconhecer o ensino de João. Portanto, para que não fossem demasiado insultuosos para com João, não ousaram confessar que ele procedia dos homens [Mt 21.25-27]. Logo, se a confirmação procede dos homens, então se convence de ser fútil e leviana; se querem persuadir de que ela procede do céu, então que o provem.

---

289. *Ibid.*, CLIX, VII.
290. *Contra os luciferianos,* IX.
291. *Ibid.*,
292. *Tratados Sobre João,* LXXX, 3.

6. Improcedente o pretexto de que com sua confirmação estão seguindo aos apóstolos, principalmente quando não retêm no mesmo teor a primitiva imposição de mãos

Defendem-se, com efeito, com o exemplo dos apóstolos, a quem consideram como nada tendo feito às cegas. Nisso, sem dúvida, *procedem* corretamente, nem seriam por nós repreendidos, se de fato se mostrassem ser imitadores dos apóstolos. Mas, o que fizeram os apóstolos? Lucas, em Atos [8.14-17], narra que os apóstolos que estavam em Jerusalém, como ouvissem que Samaria havia recebido a Palavra de Deus, para lá enviaram Pedro e João; estes oraram pelos samaritanos, para que recebessem o Espírito Santo, o qual ainda não havia vindo a qualquer deles, senão que foram apenas batizados no nome de Jesus; após feita a oração, impuseram-lhes as mãos, em virtude da qual os samaritanos receberam o Espírito Santo. E ele lembra desta imposição de mãos algumas vezes [At 6.6; 8.17; 13.3; 19.6].

Ouço o que os apóstolos fizeram, isto é, cumpriram fielmente seu ministério. Aquelas graças visíveis e admiráveis do Espírito Santo que então foram derramadas sobre seu povo, o Senhor quis que fossem ministradas e distribuídas por seus apóstolos mediante imposição de mãos. Contudo não creio que a esta imposição de mãos subjaz um mistério mais profundo; pelo contrário, interpreto a cerimônia desta natureza aplicada por aqueles como significando, pelo próprio gesto, que a Deus recomendavam e como que ofereciam aquele sobre quem impunham as mãos. Se permanecesse ainda na Igreja este ministério que os apóstolos então desempenhavam, também era preciso que a imposição de mãos fosse conservada. Quando, porém, aquela graça deixou de ser conferida, a que propósito serve a imposição de mãos? Indubitavelmente, o Espírito Santo ainda está presente com o povo de Deus, o qual, a não ser que seja seu guia e diretor, a Igreja de Deus não pode subsistir. Pois temos uma promessa eterna e que haverá de subsistir perpetuamente, pela qual Cristo chama a si os sedentos para que bebam águas vivas [Jo 7.37].

Mas já cessaram aqueles milagres de poderes e *aquelas* operações manifestas que eram distribuídos por imposição de mãos, os quais não subsistiram por muito tempo. Porque era indispensável que a nova pregação do evangelho, o novo reino de Cristo fossem iluminados e magnificados por milagres inauditos e inusitados; mas quando o Senhor os fez cessar, com isso não abandonou inteiramente sua Igreja, mas declarou que seria mui excelentemente manifestada a magnificência de seu reino e a dignidade de sua Palavra. Logo, em que aspecto esses farsantes dirão que são imitadores dos apóstolos? Isto se deveria fazer pela imposição de mãos, para que o poder evidente do Espírito Santo se revelasse imediatamente. Isso não fazem. Logo, por que blasonam a seu favor da imposição de mãos, da qual lemos que de fato esteve em uso pelos apóstolos, mas absolutamente para outro fim?

7. SE A IMPOSIÇÃO DE MÃOS É IMPROCEDENTE NA CONFIRMAÇÃO, A UNÇÃO COM ÓLEO, ALIÁS, CHAMADO O ÓLEO DA SALVAÇÃO, É ABSOLUTAMENTE DESCABIDA

Pela mesma razão, isso é como se alguém ensinasse que aquele soprar com que o Senhor soprou sobre seus discípulos [Jo 20.22] é um sacramento no qual se outorga o Espírito Santo. Mas, como o Senhor fez isso uma vez, não quis que fosse feito também por nós. De igual modo, os apóstolos também impunham as mãos durante o período em que agradava ao Senhor, mediante as orações, dispensar as graças visíveis do Espírito Santo, não para que os pósteros, apenas por imitação e sem a realidade *correspondente*, reproduzissem um sinal vazio e inútil, o que fazem e bem estes símios. Porque, caso se convençam de que estão imitando os apóstolos com *sua* imposição de mãos, na qual nada têm de semelhança com os apóstolos, exceto não sei que oposto κακοζηλίαν [*kakŏzēlían – zelo mau*], donde, pois, o óleo, ao qual chamam *óleo* da salvação? Quem lhes ensinou a buscar salvação no óleo? Quem *lhes ensinou* a atribuir-lhe poder de fortalecer? Porventura Paulo, que de tal maneira nos afasta dos elementos deste mundo [Gl 4.9], que nada mais condena do que apegar-se a essas tacanhas observações [Cl 2.20]? Muito ao contrário; eu me atrevo a declarar, e não por mim mesmo, mas em nome do Senhor, que *aqueles* que chamam ao óleo, óleo da salvação,[293] abjuram a salvação que está em Cristo, negam a Cristo, não têm parte no reino de Deus. Pois o óleo é para o ventre e o ventre para o óleo: a um e outro o Senhor os destruirá [1Co 6.13]. Ora, todos estes elementos instáveis, que perecem com o próprio uso, nada têm a ver com o reino de Deus, o qual é espiritual e nunca haverá de perecer.

E então? Dirá alguém: Medes com o mesmo cordel a água com que somos batizados e o pão e vinho sob os quais se exibe a Ceia do Senhor?" Respondo: nos sacramentos divinamente instituídos devem-se considerar duas *coisas*: ***a substância*** da coisa corpórea, que se nos propõe, e ***a forma***[294] que lhe foi impressa pela Palavra de Deus, em que jaz toda *sua* força. Portanto, até onde sua substância retém o pão, o vinho, a água, que se nos oferecem à vista nos sacramentos, vale sempre esta declaração de Paulo: "Os manjares são para o ventre e o ventre para os manjares: Deus destruirá a ambos" [1Co 6.13]. Passam-se, pois, e se evanescem com a figura deste mundo [1Co 7.13]. Mas, até onde são santificados pela Palavra de Deus para que sejam sacramentos, não nos detêm na carne; pelo contrário, nos ensinam verdadeira e espiritualmente.

293. Cf. Eugênio IV, Bula *Exultate Deo*.

294. *A forma*. Em teologia se chama forma de um sacramento, por oposição da matéria, à Palavra que lhe dá significado. Cf. supra (parag. 5) a definição de Agostinho: Que a Palavra (forma) se acrescenta ao elemento (matéria) e teremos o sacramento (extraído da versão espanhola).

8. A confirmação, como necessária seqüela ou complementação efetiva ao batismo, o relativiza e o desvirtua

Entretanto, vejamos ainda mais de perto quantos monstros fomenta e nutre esse óleo *do crisma*. Esses untadores afirmam que no batismo se outorga o Espírito Santo para inocência; na confirmação, para aumento de graça. Que no batismo somos regenerados para a vida; na confirmação somos armados para a luta. E a tal ponto perderam a vergonha, que negam ser possível efetuar corretamente o batismo sem a confirmação.

Oh, maldita perversidade! Porventura no batismo não fomos sepultados juntamente com Cristo, feitos participantes de sua morte, para que também sejamos participantes de *sua* ressurreição [Rm 6.4, 5]? Mas Paulo interpreta esta comunhão com a morte e a vida de Cristo *como* a mortificação de nossa carne e a vivificação do Espírito, porque nosso velho homem já foi crucificado, para que andemos em novidade de vida. Que é ser armado para a luta, senão isto? Pois se se atrevem a menosprezar e pisotear a Palavra de Deus, por que não reverenciavam ao menos a Igreja, à qual querem em todo sentido parecer tão obedientes?

Mas, o que de mais grave se pode proferir contra esta sua doutrina do que aquele decreto do Concílio Milevitano:[295] "Quem diz que o batismo foi dado apenas para remissão dos pecados e não para auxílio da graça futura, seja anátema"? Mas, o que diz Lucas naquela passagem que já citamos [At 8.16], que foram batizados no nome de Jesus Cristo *aqueles* que não houvessem recebido o Espírito Santo, não nega simplesmente que receberam algum dom do Espírito, posto que criam de coração em Cristo e o confessavam com seus lábios [Rm 10.10]; ao contrário, entende aquele recebimento do Espírito mercê do qual percebiam suas virtudes manifestas e as graças visíveis. Assim sendo, lemos que os apóstolos receberam o Espírito no dia do Pentecostes [At 2.4], quando muito tempo antes Cristo lhes dissera: "Não sois vós os que falais, mas o Espírito de nosso Pai é quem fala em vós" [Mt 10.20].

Com isso todos podem ver a maliciosa e pestífera astúcia de Satanás: o que verdadeiramente havia se dado no batismo, ele mente dizendo que se deu em sua confirmação, para que furtivamente afaste os incautos do batismo. Quem agora duvide ser de Satanás esta doutrina que para outra *parte* deriva e transfere as próprias promessas do batismo, afastando-as assim do batismo? Daí se vê qual é o fundamento em que se baseia sua famosa unção *do crisma*. A palavra de Deus é que todos os que foram batizados em Cristo, de Cristo se revestiram com seus dons [Gl 3.27]; a palavra dos untadores é que nenhuma promessa se percebe no batismo pela qual sejam assistidos nos embates. Aquela é a voz da verdade; esta é inevitavelmente a voz da mentira. Portanto, posso definir esta confirmação mais verdadeiramente do

295. Segundo Concílio Milevitano (416), cânon III.

que até aqui eles mesmos a definiram, isto é, que *ela* constitui um infame ultraje do batismo, que lhe obscurece, mais ainda, que *lhe* abala o uso; que é uma falsa promessa do Diabo, que nos priva da verdade de Deus; ou, se preferes, óleo poluído da mentira do Diabo, que, como se derramassem trevas, engana as mentes dos simplórios.

9. A incoerência, por um lado, de ter a confirmação como o sacramento necessário para se receber o dom do Espírito; do outro, cercar de tanta displicência sua aplicação

Acrescentam, ademais, que todos os fiéis, após o batismo, devem receber o Espírito Santo mediante imposição de mãos, para que se tornem cristãos plenos, porquanto nunca será um cristão senão *aquele* que foi crismado pela confirmação episcopal. Eles afirmam estas *coisas*, palavra por palavra. Com efeito, eu pensava que todas e quantas *coisas* concernem ao Cristianismo foram todas prescritas e compreendidas nas Escrituras. Agora, como vejo, de outra fonte além das Escrituras se deve buscar e aprender a verdadeira forma da religião. Logo, a sabedoria de Deus, a verdade celeste, toda a doutrina de Cristo, apenas ***inicia*** os cristãos; o óleo os ***completa***. Por esta maneira de ver estão condenando todos os apóstolos e todos os mártires, os quais mais certo do que é certo nunca foram crismados, uma vez que, ainda que não se houvera feito o óleo, cuja unção preenchessem todas as perquirições do Cristianismo, ou, antes, se fizessem cristãos *aqueles* que ainda não o eram.

Mas, ainda que eu me calasse, *eles* próprios sobejamente se refutam. Porque, quantos são os que eles ungem depois do batismo? Em cem, um. Por que então suportam em sua grei tais semicristãos, cuja imperfeição era fácil remediar-se? Por que permitam tão negligentemente que seus súditos deixem o que não se pode omitir sem grave ofensa a Deus? Por que não exigem mais severamente algo tão necessário e sem o qual não se pode obter a salvação, a menos que, talvez, alguém seja impedido por morte súbita? Certamente, ao consentir tão facilmente em que a deixem, tacitamente confessam que não é de tanta importância como pretendem.

10. Refutação do postulado romanista da superioridade do crisma sobre o batismo com base na maior dignidade do ministrante: bispo versus padre

Finalmente, *eles* estabelecem que esta sacra unção deve ser tida em maior veneração que o batismo, porque aquela é exclusivamente ministrada pelas mãos dos pontífices supremos; o batismo é conferido ordinariamente por todos os sacerdotes. Que se pode dizer aqui, senão que, evidentemente, estão loucos *aqueles* que, com suas invenções, de tal modo se empolgam que, à vista delas, desprezam resolutamente as sacrossantas instituições de Deus? Língua maldita e sacrílega, como ousas

opor ao sacramento de Cristo uma gordura infectada com o odor de teu hálito e encantada pelo sussurro de *tuas* palavras e compará-la com a água santificada pela Palavra de Deus? Mas isso ainda era pouco para teu atrevimento; posto que foste ainda mais além, preferindo-te a ela. Estes são os decretos da santa sé apostólica! Estes são seus oráculos!

Não obstante, alguns entre eles começaram a moderar um pouco esta desenfreada insânia, uma vez que lhes parecia excessivo. E assim afirmam que o óleo da confirmação deve ser tido em muito maior reverência do que o batismo, não pela maior virtude ou proveito que porventura confira, mas porque é administrado por pessoas constituídas numa dignidade muito mais elevada, e porque se administra na parte mais excelente do corpo, que é a frente; ou, enfim, porque causa maior aumento de virtudes, embora o batismo valha mais para a remissão dos pecados.[296] Pela primeira razão, porém, porventura não se revelam donatistas, os quais estimam, pela dignidade do ministro, a eficácia do sacramento? Admitamos, porém, que se chame a confirmação mais digna em função da dignidade da mão episcopal. Entretanto, caso alguém indague deles qual a base para se conferir aos bispos tão grande prerrogativa, que razão apresentarão, exceto seu *próprio* alvitre? Dirão que somente os apóstolos fizeram uso deste direito, os quais foram os únicos que distribuíram o Espírito Santo. Porventura somente os bispos são apóstolos? Mais ainda, porventura eles são de fato apóstolos? Contudo, vamos admitir também isto. Por que com esta mesma razão não pretendem provar que somente aos bispos deve tocar o sacramento do sangue na Ceia do Senhor, o qual não dão aos seculares porque afirmam que nosso Senhor o distribuiu somente aos apóstolos? Se somente aos apóstolos, por que não concluem daí que isso se deve somente aos bispos? Mas nesse ponto fazem dos apóstolos meros ***presbíteros***; em contrapartida, noutro lugar, os constituem bispos.

Finalmente, Apóstolo não era Ananias, a quem no entanto Paulo foi enviado, para que recobrasse a visão, fosse batizado e ficasse cheio do Espírito Santo [At 9.17]. A isto adicionarei também uma pergunta: se este ofício fosse por direito divino próprio dos bispos, por que ousaram transferi-lo a meros presbíteros, como se lê em certa epístola de Gregório?[297]

11. Refutação do postulado romanista da superioridade do crisma sobre o batismo em função da maior dignidade da parte a que se aplica e das virtudes comunicadas

A segunda razão tão frívola, insensata e sem propósito é: sua confirmação tem mais dignidade que o batismo de Deus, porque nela a fronte é besuntada de óleo; no

296. Pedro Lombardo, *Libro das Sentenças*, livro IV, dist. 7, II.
297. Gregório Magno, *Cartas*, livro IV, XXVI; *a Jenário*.

batismo, o alto da cabeça, como se, na verdade, o batismo fosse celebrado com óleo e não com água! Tomo, porém, a todos os piedosos por testemunhas, se porventura não basta a estes embusteiros engendrar que, com seu fermento, viciem a pureza dos sacramentos. Eu já disse em outro lugar que por entre a massa de invenções humanas, em *seus* sacramentos mal se vislumbra, através de pequeninas gretas, o que é de Deus. Se alguém então não me deu crédito desta matéria, então que agora o dê ao menos a seus mestres. Eis que a água é preterida e tida em nenhuma conta, no batismo só dão grande *importância* ao óleo. Portanto, dizemos em contrário que também no batismo a fronte é banhada com água. Em comparação com esta, vosso óleo, quer no batismo, quer na confirmação, não o temos na conta de um *só fragmento de* esterco. Ora, pois, se alguém alegue que o óleo é vendido por mais, com este acréscimo do preço, se algo de bom de outra sorte nele existisse, está viciado, tão longe está de ser lícito com furto mercadejar *sua* repelentíssima impostura!

Em *sua* terceira razão, põem à mostra sua impiedade, quando palram ser conferido maior aumento de virtudes na confirmação do que no batismo. Pela imposição de mãos os apóstolos ministraram as graças visíveis do Espírito. Em que aspecto se mostra fecunda a gordura desses? Não façamos caso, porém, desses moderadores que cobrem um sacrilégio com muitos sacrilégios. E este é um nó górdio que é muito melhor romper do que perder tempo em desatá-lo.

12. AINDA QUE SE COMPROVASSE A ALEGADA ANTIGÜIDADE DO CRISMA, ISSO NÃO COMPROVARIA SEU CARÁTER SACRAMENTAL, JÁ QUE NÃO HÁ COMO PROVAR SUA ORIGEM DIVINA, NEM ERA A EVOCADA IMPOSIÇÃO DE MÃOS MAIS DO QUE APANÁGIO DE ORAÇÃO

Ao ver-se, pois, desprovidos de toda Palavra de Deus e de toda probabilidade, pretendem, segundo seu costume de fazê-lo, que esta observância é muito antiga, e que está confirmada e aprovada pelo consentimento de muitos séculos. Ainda que isso fosse verdadeiro, entretanto nada provam que este é um sacramento que não provém da terra, mas do céu; não dos homens, mas unicamente de Deus. Que então provem *ser* Deus o autor de sua confirmação, se querem que *ela* seja sacramento. Mas, por que sua alegação de antigüidade, uma vez que os antigos, quando querem falar apropriadamente, em parte alguma enumeram mais que dois sacramentos?

Se houvesse de buscar nos homens a certeza de nossa fé, teríamos uma fortaleza inexpugnável no fato de que nunca foram reconhecidos pelos antigos como sacramentos os que esses falsamente chamam sacramentos. Os antigos falam da imposição de mãos. Mas, porventura a chamam de sacramento? Agostinho afirma abertamente não ser ela outra coisa senão oração.[298] E não me venham aqui, com suas

298. *Do Batismo Contra os Donatistas*, livro III, XVI, 21.

frívolas distinções, dizendo que Agostinho se referiu a isso não com vistas *à imposição de mãos* confirmatória, mas à curatória ou reconciliatória. O livro *de Agostinho* está aí e circula nas mão dos homens; se porventura torço a outro sentido o que o próprio Agostinho escreveu, permito que invistam contra mim não apenas com ruidosas invectivas, conforme seu habitual costume, mas até mesmo com *seus* escarros. Pois *ele* está falando daqueles que regressaram do cisma à unidade da Igreja. Nega que eles tenham necessidade de repetição do batismo, pois era suficiente a imposição de mãos para que, pelo vínculo da paz, o Senhor lhes concedesse o Espírito Santo.

Mas, visto que podia parecer absurdo repetir-se a imposição de mãos no lugar do batismo, *lhes* mostra a diferença. “Ora”, diz *ele*, “que outra *coisa* é a imposição de mãos senão oração em favor do homem?” E faz-se evidente ser esse o sentido de outra passagem onde diz: “Em função da vinculação do amor, que é o dom máximo do Espírito Santo, sem o qual para salvação não valem todas e quantas outras *coisas* santas que porventura existam no homem, impõem-se as mãos sobre os hereges corrigidos.”[299]

13. A CONFIRMAÇÃO REAL QUE MERECE SER CULTIVADA E QUE DAÍ DECORRERÃO BENEFÍCIOS

Prouvera que, de fato, retivéssemos o costume que evoquei como existindo entre os antigos, antes que nascesse este abortivo espectro de sacramento, porque não seria confirmação tal como esses imaginam, que nem mesmo se pode enunciar sem detrimento do batismo; pelo contrário, é catequese mediante a qual as crianças ou os *que estão* próximos à adolescência expusessem perante a Igreja a razão de sua fé. Mas, a melhor maneira de catequizar seria se fosse elaborado um formulário para este uso, contendo e explicando familiarmente a suma de quase todos os artigos de nossa religião, aos quais toda a massa dos fiéis deveria consentir sem controvérsia; a criança de dez anos se apresenta à Igreja para fazer *sua* confissão de fé; seja interrogada acerca dos artigos, um a um, e cada um responde; se algo ignora, ou entende menos, seja ensinada. E assim, *sendo* a Igreja testemunha e estando a presenciá-lo, ela professa a fé única, verdadeira e sincera, com que o povo dos fiéis unanimemente adora ao Deus único.

Se esta disciplina prevalecesse hoje, certamente que seria espicaçada a indolência de alguns pais que negligenciam tranqüilamente a instrução dos filhos, como se não fosse coisa a ele pertinente, a qual não poderiam então omitir sem pública desonra; maior seria o consenso da fé entre o povo cristão; a ignorância e obtusidade de muitos não seriam tão alarmantes; alguns não seriam tão inconsideradamente arre-

299. *Ibid.*, livro V, XXIII, 33.

batados por dogmas novos; todos, finalmente, teriam como que curso preciso e sistemático de doutrina cristã.

DA PENITÊNCIA

14. A PRÁTICA DA IGREJA ANTIGA EM RELAÇÃO AOS PENITENTES E O PRETENSO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA INCULCADO HOJE

Imediatamente a seguir eles estabelecem a ***penitência***, da qual discorrem tão confusa e desordenadamente, que as consciências nada concluem de certo, nem de sólido desta sua doutrina. Já nos referimos prolixamente em outro lugar o que havíamos aprendido das Escrituras acerca do arrependimento; e então a seguir o que eles também ensinam; agora somos levados a abordar apenas isto: que razão tiveram *aqueles* que suscitaram a opinião quanto a *ser ela* um sacramento, *opinião* que, por longo tempo, até agora reinou nos templos e escolas. Não obstante, direi antes, concisamente, algo a respeito do rito da Igreja antiga, sob cujo pretexto os papistas abusaram no afã de estabelecer sua invenção.

Observaram a seguinte ordem no arrependimento público: *aqueles* que haviam se desincumbido das satisfações a si impostas, fossem reconciliados com solene imposição da mão. Esse era um símbolo de absolvição, mercê do qual não só o próprio pecador era restaurado diante de Deus com a confiança do perdão, mas também a Igreja era exortada a que, abolida a lembrança da ofensa, o recebesse benignamente ao favor. Cipriano freqüentemente chama isso de ***dar a paz***.[300] Mas, para que essa ação fosse não só de mais peso, mas ainda tivesse mais de recomendação junto ao povo, foi constituído que aqui sempre interviesse a autoridade do bispo. Daqui aquele decreto do Segundo Concílio de Cartago: “Não é permitido ao presbítero reconciliar publicamente a um penitente na missa.”[301] E outro *decreto*, agora do Concílio de Orange: “*Aqueles* que partem desta vida durante o tempo de penitência, sejam admitidos à comunhão *da Igreja* sem a imposição de mão reconciliatória; se forem recobrados da enfermidade, que se postem na ordem dos penitentes; e, completado o tempo *da penitência*, recebam do bispo a imposição de mão reconciliatória.”[302] De qual modo, o *decreto* do Terceiro *Concílio* de Cartago: ”O presbítero não pode reconciliar um penitente sem a autoridade do bispo.”[303]

O objetivo de todas essas *estipulações* era para que não houvesse excessiva laxidão na observação que queriam dessa matéria. Por isso, como poderia haver bastante sacerdotes disponíveis, ordenou-se que o bispo examinasse a causa. Não

---

300. *Cartas*, LVII, 1, 3.
301. Segundo Concílio de Cartago (390), cânon IV.
302. Segundo Concílio de Orange (441), cânon III.
303. Terceiro Concílio de Cartago (397), cânon XXXII.

obstante, Cipriano ensina, em algum lugar, que não apenas o bispo impunha a mão *sobre o penitente*, mas também todo o clero.[304] Ora, ele fala nestes termos: "Fazem penitência pelo tempo justo; então, vêm à comunhão, e mediante a imposição de mãos do bispo e do clero recebem o direito de comunhão." Depois disso, no decurso do tempo, a tal ponto decaiu a situação que, à parte da penitência pública, usavam desta cerimônia nas absolvições até mesmo particulares.[305] Daqui aquela distinção em Graciano entre reconciliação pública e privada.

Eu julgo aquela antiga observância, a respeito da qual Cipriano rememora, haver sido santa e salutar à Igreja e desejaria que *ela* hoje fosse restabelecida; esta *observância* mais recente, ainda que não ouso desaprová-la, ou, pelo menos, atacar mais acremente, contudo a reputo menos necessária. Entretanto, seja como for, vemos que a imposição de mãos na penitência é uma cerimônia instituída pelos homens, não por Deus; a qual deve ser posta entre as coisas indiferentes e os exercícios externos; certamente não aquelas *coisas* que se deva desprezar, mas *aquelas* que devem estar em um lugar inferior *às coisas* que nos foram recomendadas pela Palavra do Senhor.

15. A CONFUSA E IMPROCEDENTE INTERPRETAÇÃO ROMANISTA DA PENITÊNCIA COMO SACRAMENTO REAL

Mas os romanistas e os escolásticos, aos quais é costumeiro corromper a tudo com sua interpretação incorreta, ansiosamente se esforçam por descobrir aqui um sacramento. Isso não deve parecer motivo de admiração, pois estão buscando nó em junco. Contudo, o melhor que podem fazer é deixar a coisa embaraçada, suspensa, incerta, confundida e perturbada pela variedade das opiniões. Portanto, dizem que ou a penitência exterior é um sacramento, e se assim é deve ser julgada um sinal da penitência interior, isto é, da contrição de coração, que será ***a matéria*** do sacramento, ou ambas, a um tempo, formam o sacramento; não dois, mas um completo; a *penitência* exterior, porém, *dizem eles*, é apenas ***sacramento***; o *arrependimento* interior, ***matéria*** e ***sacramento***; mas a remissão dos pecados, somente ***matéria***, não ***sacramento***.[306]

Aqueles que têm na memória a definição de sacramento dada por nós acima, comparem com ela o que dizem *os romanistas* ser sacramento e descobrirão que *ela* não é uma cerimônia externa instituída pelo Senhor para confirmação de nossa fé. Pois se alegarem que minha definição não é uma lei a que tenham de necessariamente obedecer, então que ouçam Agostinho, a quem aparentam ter *por* sacrossan-

304. *Carta 16*, II, 3.
305. Parte II, causa 26, VI.
306. Pedro Lombardo, *Livro das Sentenças*, IV, dist. 22, III.

to. “Os sacramentos”, diz *ele*, “foram instituídos visíveis, por causa dos carnais, para que pelos degraus dos sacramentos sejam transferidos daquelas *coisas* que são vistas pelos olhos para aquelas que são inteligidas pela mente.” O que eles próprios vêem, ou querem mostrar a outros, nesse sacramento ao qual chamam ***da penitência***? O mesmo *Agostinho* declara em outro lugar: “Chama-se sacramento, porque nele se vê uma *coisa* e se entende outra. O que se vê tem expressão material; o que se entende tem fruto espiritual.”[307] Essas coisas de modo algum convencem ao sacramento da penitência, como *eles* mesmos o imaginam, posto que nele não há nenhuma figura corporal que represente o fruto espiritual.

16. Para admitir a existência nele de teor sacramental, seria mais justo tomar a absolvição, e não a penitência

E, para dar cabo dessas feras em sua *própria* arena, se se busca aqui algum sacramento, porventura não podia valer-se muito mais plausivelmente, como sacramento, a absolvição do sacerdote do que da penitência, quer interior, quer exterior? Pois seria simples dizer que a absolvição é uma cerimônia estabelecida para confirmar nossa fé quanto à remissão dos pecados, e que tem as promessas das chaves: “Tudo quanto ligares ou desligares sobre a terra, terá sido desligado e ligado nos céus” [Mt 18.18]. A isto alguém poderia objetar dizendo que muitos são absolvidos pelos sacerdotes, mas de nada lhes serve tal absolvição, quando, segundo seu dogma, os sacramentos da nova lei devem efetuar o que figuram! Que ridículo! Assim como há na Eucaristia duas maneiras de comer, uma ***sacramental***, que é comum igualmente a bons e maus; outra ***espiritual***, que é própria só aos bons, por que não se deva imaginar a recepção também de uma absolvição bifária? Não obstante, nunca consegui entender o que se quer dizer ao afirmar que os sacramentos da nova lei têm semelhante eficácia; o que já demonstramos quando expressamente tratamos desta matéria, o quanto ela é contrária à Palavra de Deus. Aqui quero apenas mostrar que esta dificuldade não impede que chamem sacramento à absolvição do sacerdote. Ora, lhes era possível responder, pela boca de Agostinho, que a santificação às vezes se dá sem sacramento visível, e que o sacramento visível às vezes existe sem a santificação interior;[308] igualmente, que os sacramentos operam o que figuram somente nos eleitos;[309] de igual modo, que alguns se revestem de Cristo até o recebimento do sacramento, outros até a santificação; que aquilo é feito por bons e maus igualmente; isto, somente pelos bons. Certamente que agiram desvairadamente e se revelaram pueris e cegos à plena luz, pois permaneceram com tanta perplexidade e tantas dificuldades, quando a coisa é tão clara e fácil de se entender.

---

307. *Sermões*, CLXXI.
308. *Questões Sobre o Heptateuco*, livro III, 84.
309. *Do Batismo Contra os Donatistas*, livro V, XXIV, 34.

17. A penitência em natureza e função não é sacramento; aliás, o sacramento do arrependimento é o batismo

Contudo, para que não se exaltem, em qualquer parte em que ponham *seu* sacramento, nego que tenha o direito de ser sacramento; primeiro, porque não existe nele nenhuma promessa singular de Deus como a base única de um sacramento; segundo, porque toda e qualquer cerimônia que aqui se exiba, é mera invenção de homens, quando já ficou estabelecido que as cerimônias dos sacramentos só podem ser instituídas por Deus. Portanto, mentira e impostura foi o que inventaram acerca do sacramento da penitência.

Além disso, adornaram este suposto sacramento falsificando-o com títulos admiráveis, assegurando que ele é a segunda tábua *de salvação* após o naufrágio, porque, se pecando alguém haja corrompido a veste de inocência recebida no batismo, pode restaurá-la mediante a penitência. E para confirmá-lo declaram que tal é a opinião de Jerônimo.[310] De quem quer que seja, não se pode escusar de que não seja claramente ímpio, se for interpretado em conformidade com o senso desses, como se de fato o batismo fosse cancelado pelo pecado e não antes que a memória do pecador é que tem de ser despertada, sempre que cogita da remissão do pecado, para que daí se recomponha, e recobre o ânimo e confirme a fé de que haverá de alcançar a remissão dos pecados que lhe fora prometida no batismo. O que, porém, rude e impropriamente disse Jerônimo: que o batismo do qual decaem os que merecem ser excomungados da Igreja é restaurado pela penitência, esses bons intérpretes o torcem para confirma sua impiedade. Assim sendo, mui apropriadamente teria falado, se chamassem ao batismo ***o sacramento da penitência***, uma vez que ele foi dado para confirmação da graça e selo da confiança àqueles que se exercitam ao arrependimento.

Para que ninguém conclua que isto é invenção nossa, além de estar conforme as palavras da Escritura, é patente que na Igreja antiga foi amplamente divulgado como axioma certíssimo. Ora, no livreto ***De Fide ad Petrum*** [Da Fé, a Pedro], que é atribuído a Agostinho, diz-se que o batismo é ***o sacramento da fé e do arrependimento***. E por que recorremos a *escritos* duvidosos? Como se se fosse requerido algo mais evidente do que aquilo que o evangelista declara: que o batismo do arrependimento que João proclamou era para a remissão dos pecados! [Mc 1.4; Lc 3.3].

---

310. *Cartas*, LXXXIV, 6.

DA EXTREMA-UNÇÃO, COMO A CHAMAM

18. NATUREZA E PROPÓSITO DA EXTREMA-UNÇÃO, COM BASE EM TIAGO 5.14 E NA PRESSUPOSTA PRÁTICA DOS APÓSTOLOS

O terceiro sacramento fictício é a extrema-unção, que é ministrada somente pelo sacerdote, e isso dizem ser ***in extremis***, com óleo consagrado pelo bispo e com esta forma de palavras: "Mediante esta santa unção e sua misericórdia piedosíssima, que Deus te perdoe tudo quanto pecaste pela vista, pelo ouvido, olfato, tacto, gosto." Eles imaginam que as virtudes são duas: a remissão dos pecados e alívio de enfermidade corporal, se assim seja oportuno, quando não a salvação da alma. Dizem, porém, que a instituição *da extrema-unção* foi estabelecida por Tiago, cujas palavras são: "Está alguém doente entre vós? Chame os presbíteros da Igreja e orem sobre ele, ungindo-o com óleo no nome do Senhor, e a oração da fé salvará o enfermo, e o Senhor o levantará; e se estiver em pecados, estes lhe serão perdoados" [Tg 5.14, 15].

Esta unção é da mesma natureza daquela que demonstramos supra, isto é, a imposição de mãos: não passa de espalhafatosa pantomima, com a qual pretendem hipocritamente, contra toda razão e sem proveito algum, estar imitando os apóstolos. Marcos diz que, em sua primeira missão, de conformidade com o mandado que haviam recebido do Senhor, os apóstolos ressuscitaram mortos, expulsaram demônios, purificaram leprosos, curaram enfermos; na cura dos doentes, porém, aplicaram óleo. "Ungiam com óleo", diz *ele*, "a muitos enfermos, e eram curados" [Mc 6.13]. Isto pretendeu Tiago ao ordenar que chamassem os presbíteros para que ungissem o enfermo. Tais cerimônias não continham nenhum mistério mais profundo; isso poderão julgar facilmente os que observarem com quão grande liberdade não só o Senhor, mas também seus apóstolos, procediam nessas coisas externas. Quando o Senhor estava para restaurar a vista ao cego, fez lodo de pó e de saliva [Jo 9.6]; a uns curava pelo toque [Mt 9.29]; a outros, pela palavra [Lc 18.42]. Dsta maneira os apóstolos, a umas enfermidades curaram só pela palavra; a outras, pelo toque; a outras, mediante unção.

Mas, *insistirão*, é provável que esta unção, assim como nem todas as outras *práticas*, não tenha sido usada por eles inconsideradamente. De fato o admito, contudo não que a *unção* fosse um instrumento de cura; pelo contrário, apenas um símbolo pelo qual a obtusidade dos ignorantes fosse advertida sobre a fonte de poder tão imenso, para que, naturalmente, não atribuíssem aos apóstolos o louvor. É notório e comezinho, porém, que óleo *na Escritura* significa o Espírito Santo e seus dons. Além disso, desvaneceu-se aquela graça de curas, assim como também os restantes milagres por meio dos quais o Senhor quis que se manifestassem por um tempo, para que a nova proclamação do evangelho viesse a ser admirada para sem-

pre. Portanto, o máximo que lhes concedemos é que a unção foi o sacramento desses poderes que eram então administrados pelas mãos dos apóstolos. *Isso* agora já não nos é pertinente, a nós a quem não foi confiada a ministração de tais poderes.

19. Como outros sinais e símbolos neotestamentários, a extrema-unção não é sacramento, nem persiste o dom de cura com ela associado

E que maior razão existe para que façam desta unção um sacramento em preferência a todos os demais sinais e símbolos dos quais se faz menção na Escritura? Por que não destinam algum tanque de Siloé [Jo 9.7] no qual mergulhem em determinadas ocasiões os que tenham enfermidade? Isso se faria inutilmente, dizem *eles*. Com certeza não mais inutilmente que a unção. Por que não se reclinam sobre os mortos, já que Paulo ressuscitou a um menino morto, simplesmente se estendo sobre ele [At 20.10]? Por que não fazer sacramento de todo lodo e de toda saliva e pó?

Mas os outros, *insistirão eles*, foram exemplos isolados; este, porém, é preceituado por Tiago. Com efeito, Tiago estava falando com referência ao tempo em que a Igreja ainda usufruía de bênção de Deus dessa natureza. Contudo afirmam que a mesma eficácia ainda agora persiste à sua unção; nós, entretanto, temos experiência diferente. Ninguém ainda admira de como, com audácia tão grande, zombem das almas que, despojadas da Palavra de Deus, isto é, de sua vida e luz, saibam muito bem serem broncas e cegas, uma vez que não se envergonham de querer enganar os vivos e sensitivos sentidos do corpo. Portanto, se fazem ridículos enquanto se gabam de ser dotados da graça de curas. Seguramente o Senhor está presente com os seus em todos os tempos e em seus achaques; sempre que se faz necessário, ele os cura, não menos *hoje* que outrora. Entretanto, aqueles poderes manifestados já não se manifestam da mesma forma hoje, nem milagres dispensa pelas mãos de *seus* apóstolos, porque esse dom não só foi temporário, como também, em certa medida, logo se extinguiu pela ingratidão dos homens.

20. Não instituída por Deus, nem possuída de promessa divina que nos diz respeito, a extrema-unção não se credencia como sacramento

Por isso, assim como os apóstolos não sem motivo representavam com o óleo a graça que lhes fora outorgada para dar a conhecer que isso procedia da virtude do Espírito Santo e não propriamente da sua, assim também, por outro lado, injuriam ao Espírito Santo os que afirmam que um óleo pútrido, hediondo e de nenhum efeito, é sua virtude. É extatamente como se alguém dissesse que todo óleo é o poder do Espírito Santo, porque na Escritura ele aparece nessa forma [Mt 3.16; Mc 1.9; Lc 3.22; Jo 1.32].

Pelo que nos toca, basta-nos no momento averiguar que sua unção não é sacramento, já que não é uma cerimônia instituída por Deus, nem tem em si promessa alguma. Ora, pois, quando em um sacramento requeremos essas duas coisas – que seja uma cerimônia instituída por Deus e que tenha uma promessa de Deus –, ao mesmo tempo declaramos que essa cerimônia não foi outorgada para nós nem contém promessa alguma. Porque ninguém afirma que a circuncisão é agora um sacramento da Igreja Cristã, visto que não só era uma instituição de Deus, mas também tinha uma promessa anexa, porquanto ela não nos foi ordenada, nem a promessa que lhe fora anexada nos foi dada na mesma condição. Já demonstramos que a promessa que ferozmente blasonam em *sua* unção evidentemente não nos foi dada, e eles mesmos o declaram pela experiência. A cerimônia *da unção* não deve ser usada senão por aqueles que foram dotados da graça das curas; não por esses carniceiros, que mais valem para matar e trucidar do que para curar.

21. Tampouco a extrema-unção se afina com a evocada passagem de Tiago 5.14 como é hoje ministrada

Mas ainda que se lhes admitisse que o que Tiago afirma da unção convém à nossa época, o que está muito longe de ser verdade, contudo não conseguiriam demonstrar e confirmar sua unção, com a qual nos dão náuseas. Tiago quer que todos os enfermos sejam ungidos; estes impregnam de sua gordura não propriamente os enfermos, mas, ao contrário, cadáveres semimortos, quando já agora a alma labora em *seus* derradeiros alentos, ou, como *eles* próprios falam, ***in extremis***. Se em seu sacramento *eles* têm presente remédio com que ou aliviem a agrura das enfermidades, ou tragam ao menos alguma consolação à alma, eles são cruéis porque nunca curam a tempo.

Tiago quer que o enfermo seja ungido pelos anciãos da Igreja; estes não admitem ungidor senão um mero sacerdote. Que em Tiago interpretam o termo ***presbíteros*** como sacerdotes[311] e galhofam que o número plural foi posto para dignificação, é demasiadamente fútil, como se de fato as igrejas nesse tempo se enxameassem de sacrificadores, de sorte que em longa procissão pudessem marchar a fim de carregar seu estojo de óleo sagrado.

Tiago, quando simplesmente manda que os enfermos sejam ungidos, para mim significa não outra unção senão de óleo comum; tampouco a narrativa de Marcos tem em vista outro *óleo* [6.13]. Esses não julgam digno outro óleo, senão aquele consagrado pelo bispo, isto é, aquecido de muito bafejo *seu*, encantado de muito sussurro e *assim* saudado nove vezes de joelho dobrado; três vezes, salve, ó santo óleo; três vezes, ó santo crisma; três vezes, salve, ó santo bálsamo! De quem receberam tais exorcismos?

311. Tomás de Aquino, *Suma*, supl. 31, art. 3.

Tiago diz que, quando um enfermo estiver para ser ungido com óleo, e for proferida oração sobre ele, se tem vivido em pecados, estes serão perdoados, de sorte que, com efeito, abolida a culpa, obtenha alívio da pena; entendendo *Tiago* não que os pecados sejam apagados pela gordura, mas, pelo contrário, que as orações dos fiéis, pelas quais o irmão aflito seja recomendado a Deus, não será sem efeito. Esses impiamente mentem que, mercê de sua sacra, isto é, abominável unção, os pecados são perdoados.

Veja-se quão pouco lucram, mesmo quando lhes é permitido abusar da passagem de Tiago como fazem! E para não perdermos mais tempo em refutar suas mentiras, consideremos somente o que indicam suas histórias, as quais relatam que Inocêncio, papa de Roma contemporâneo de Agostinho, determinou que não só os sacerdotes, mas também todos os cristãos, usassem a unção com seus enfermos. O autor que faz referência a isso é Sigeberto, em suas Crônicas.

Das Ordens Eclesiásticas

22. O caótico mistifório do sacramento da ordem com seus múltiplos graus, diversos em natureza e variáveis em número

O quarto lugar em seu catálogo ocupa o sacramento da ordem, mas a tal ponto fecundo que de si engendre sete sacramentículos. Isto, porém, é extremamente ridículo, pois enquanto afirmam que os sacramentos são sete, quando os querem recensear, enumeram treze. Ora, tampouco podem alegar que são um só sacramento, visto que todos tendem a um só sacerdócio e são como que degraus para ele. Pois, como é evidente que, em cada um, as cerimônias são diversas, e eles mesmos falam que neles são diversas as graças, ninguém duvide de que, se seus pareceres forem aceitos, deve-se dizer que os sacramentos são sete na ordem. E por que argüiríamos como se fossse coisa ambígua, quando eles mesmos, clara e a bom som, declaram que são sete?

Mas, antes de tudo, abordaremos de passagem quantos e quão estúpidos absurdos lançam contra nós, enquanto pretendem nos recomendar como sacramentos suas ordens; então veremos se porventura se deva chamar absolutamente sacramento a cerimônia de que as igrejas usam ao ordenar seus ministros. Fazem, pois, sete ordens ou graus eclesiásticos, que rotulam com o título de ***sacramento***. Portanto, elas são: ostiários, leitores, exorcistas, acólitos, subdiáconos, diáconos, sacerdotes. E na verdade dizem ser sete, de acordo com a septiforme graça do Espírito Santo de que devem ter sido dotados *aqueles* que a essas *ordens* são promovidos.[312] Mas *essa graça* lhes é aumentada e se lhes cumula mais largamente, à medida que são promovidos.

312. Em francês, “proporção”.

Ora, o próprio número *sete* foi consagrado mediante pervertida interpretação da Escritura, porquanto acreditam que lêem em Isaías [11.2] sete poderes do Espírito Santo, quando de fato Isaías realmente não menciona mais que seis; tampouco o profeta pretendia encerrá-los todos nessa passagem, pois em outro lugar tanto se denomina o Espírito de vida [Ez 1.20], de santificação [Rm 1.4], de adoção de filhos [Rm 8.15]; quanto ali, *Espírito* de sabedoria, de entendimento, de conselho, de fortaleza, de conhecimento e de temor do Senhor. Todavia, outros, mais agudos, fazem as ordens não sete, mas nove, à semelhança, como dizem, da Igreja Triunfante. E entre eles há também luta, porque uns querem que a tonsura clerical seja a primeira ordem de todas; e o episcopado, a última.[313] Outros, excluída a tonsura, acrescentam ao número das ordens o arcebispado.[314] Isidoro distingue de outro modo, pois faz distinção entre salmistas e leitores. Àqueles ele põe à testa dos cânticos; estes, a lerem as Escrituras, com as quais o povo seja instruído. E esta distinção é observada nos Cânones.[315] Em tão grande diversidade, a quem seguiremos e a quem rejeitaremos? Diremos, de fato, que as ordens são sete? Assim o ensina seu Mestre das Sentenças;[316] mas os doutores iluminadíssimos determinam de outro modo.[317] Por outro lado, eles próprios discrepam entre si. Além disso, os sacratíssimos cânones nos encaminham a outra direção. Assim, com efeito, os homens concordam, quando, à parte da Palavra de Deus, debatem a respeito de coisas divinas!

23. A ridícula tese de que o próprio Cristo teria exercido esses sete graus da ordem

Mas isto supera a toda estultície: que em cada *grau* fazem para si Cristo como colega. Primeiro, dizem *eles*, *Cristo* desempenhou o ofício de ***ostiário***, quando, com um azorrague feito de cordéis, lançou fora do templo aos vendilhões e fregueses [Mt 21.12; Mc 11;25; Lc 19.45; Jo 2.15]. Indica ainda ser ***ostiário*** quando diz: "Eu sou a porta" [Jo 10.7]. Ele assumiu o ofício de ***leitor*** quando, na sinagoga, lê Isaías [Lc 4.17]. Desempenhou o ofício de ***exorcista*** quando, com saliva, tocou a língua e os ouvidos de um surdo-mudo, e restaurou a audição [Mc 7.32-33]. Atestou-se ser ***acólito*** com estas palavras: "Quem me segue não anda em trevas" [Jo 8.12]. Desempenhou o ofício de ***subdiácono*** quando, cingido de um pano de linho, lavou os pés dos discípulos [Jo 13.4-5]. Representou o papel de ***diácono*** quando distribuiu *seu* corpo e *seu* sangue na Ceia [Mt 26.26-28; Mc 14.22-24; Lc 22.19-20; 1Co 11.23-

313. Hugo de São Vítor, *Sobre os Sacramentos*, livro II, parte III, V.
314. Guilherme de Paris menciona esta opinião em *De Septem sacramentis*, Paris, 1516, t. II, fol. 60.
315. *Etimologias*, livro VII, XII; cf. Graciano, *Decretos*, parte I, dist. XXII, I.
316. Livro IV, dist. XXIV, III.
317. Graciano, parte I, dist. XXIII, capítulos XVIII e XIX.

25]. Ele executou a parte de ***sacerdote*** quando na cruz se ofereceu ao Pai *como* vítima *sacrificial* [Mt 27.50; Ef 5.2].[318]

Não se pode ouvir tais coisas sem riso, pois me estarrece que tenham sido escritas sem riso, caso tenham sido homens quem as escreveu. Mas, sobremodo notória é sua argúcia, com que filosofam no termo acólito, chamando-o ***ceroferário***,[319] palavra, segundo julgo, ***mágica***, certamente inaudita a todos os povos e línguas, quando ἀκόλουθος [*akōlouthŏs*] aos gregos significa simplesmente ***pajem***. Contudo, se me enrascasse a refutar seriamente a essas coisas, com razão até eu próprio também mereceria ser escarnecido, de tão frívolas e risíveis são elas.

24. A INOPERÂNCIA E VACUIDADE DOS GRAUS INFERIORES DA ORDEM, EMPREGOS IMPROCEDENTES OU EXERCIDAS POR PESSOAS NÃO QUALIFICADAS

No entanto, para que ainda não enganem a mais ninguém, impõe-se abordar de passagem sua vacuidade. Com exímia pompa e solenidade ordenam seus leitores, salmistas, ostiários, acólitos, para o desempenho desses ministérios, sobre os quais põem ou meninos, ou *aqueles* a quem chamam ***leigos***. Pois, quem na maioria das vezes acende os círios, quem derrama vinho e água da pátera, senão um menino, ou algum *indivíduo* abjeto dentre os leigos, que faz desse mister um meio de vida? Porventura esses mesmos não cantam? Porventura esses mesmos não fecham e abrem as porta dos templos? Ora, quem em seus templos já viu ou um acólito ou um ostiário desempenhando sua função?

Antes, pelo contrário, o menino que desempenhou o ofício de acólito, quando é admitido à ordem dos acólitos, deixa de ser aquilo para o qual começara a ser, de tal modo que é como se deliberadamente rejeitassem o próprio ofício, quando assumem seu título. Eis por que necessariamente têm de ser consagrados com sacramentos e receber o Espírito Santo, isto é, para fazer nada.

Se pretextam dizendo que esta é a perversão dos tempos, que desertam e negligenciam seus ministérios, ao mesmo tempo confessam que hoje não há na Igreja nenhum uso, nem fruto, de suas ordens sagradas, que exaltam mirificamente, e que toda sua Igreja está cheia de anátema, visto que ela permite que seus círios e pátenas sejam manuseados por meninos e profanos, os quais ninguém deveria ser digno tocar senão os consagrados para acólitos; quando relegam os cânticos a meninos que, a não ser quem de antemão tenha sua boca consagrada, não deviam ser ouvidos.

Afinal, a que propósito consagram os exorcistas? Ouço que os judeus tiveram seus exorcistas, porém vejo que se chamavam assim em função dos exorcismos que

318. Pedro Lombardo, *Livro das Sentenças*, livro IV, dist. XXIV, capítulos III e IX.
319. Pedro Lombardo, *Livro das Sentenças*, livro IV, dist. XXIV, capítulo VI.

efetuavam [At 19.13]. Quem já ouviu alguma vez que tais desvirtuados exorcistas dessem prova de sua profissão? Supõe-se que lhes foi dado o poder de impor as mãos sobre os energúmenos, os catecúmenos e os possessos de demônios, porém não podem persuadir aos demônios de que foram dotados de tal poder, não só porque os demônios não atendem às ordens, até porque sobre eles imperam, pois mal se acha um em dez que não seja atuado por um espírito mau. Logo, todas e quantas *coisas* balbuciam a respeito de suas diminutas ordens foram compostas de mentiras e ignorância.

Quanto aos acólitos, ostiários e leitores antigos, falou-se em outro lugar, quando expusemos a ordem da Igreja. Aqui nosso propósito é apenas pugnar contra essa noviça invenção de um sétuplo sacramento nas ordens eclesiásticas, acerca do qual em parte alguma se lê em outro lugar, mas somente nesses ineptos teólogos sorbonistas e canonistas.

25. A TONSURA, PRIMEIRO ELEMENTO DO RITUAL DA ORDEM COM SEUS MÚLTIPLOS, PORÉM IMPROCEDENTES, SENTIDOS

Vejamos agora quanto às cerimônias de que fazem uso. De princípio, a todos quantos alistam em sua milícia ao clericato os iniciam com um símbolo comum, pois os raspam no topo *da cabeça*, para que a coroa signifique dignidade real, porque os clérigos devem ser reis para regerem a si *mesmos* e aos outros. Ora, *sustentam*, Pedro assim fala deles: “Vós sois a raça eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo de sua aquisição” [1Pe 2.9]. Mas, foi um sacrilégio arrogar só para si o que se atribui à Igreja toda, e soberbamente gloriar-se de um título que haviam arrebatado aos fiéis. Pedro fala em relação a toda a Igreja; esses o aplicam a uns bem poucos tonsurados, como se somente a eles fosse dito: “Sede santos” [1Pe 1.15, 16; assim Lv 19.2; 20.7], como se somente eles fossem adquiridos pelo sangue de Cristo [1Pe 1.18, 19], como se somente eles fossem feitos, através de Cristo, reino e sacerdócio para Deus [1Pe 2.5, 9]!

A seguir assinalam também outras razões: o cimo da cabeça é desnudado para que sua mente se mostre livre para com o Senhor, a qual, “de face descoberta” [2Co 3.18], contemple a glória de Deus; ou, seja, para que sejam ensinados; para que renunciem os vícios da boca e dos olhos; ou a rasura da cabeça é a renúncia das *coisas* temporais; os *cabelos* circundantes da coroa, porém, são os remanescentes dos bens que são retidos para o sustento. Tudo em figuras, porque deveras “o véu do templo ainda não lhes *foi* rasgado” [Mt 27.51]. E assim, persuadidos de que preclaramente se desincumbiram de seu papel em virtude de que figuram tais *coisas* por sua coroa, de fato nada executam. Até quando zombarão de nós com tais artifícios e ardis? Os clérigos, raspados alguns fios de cabelo, querem dizer que renunciaram a abundância de bens temporais, contemplam a glória de Deus, mortificaram a

concupiscência dos ouvidos e dos olhos, porém não há nenhum gênero de homens mais voraz, mais parvo, mais libidinoso. Por que não exibem verdadeiramente a santidade em vez de simularem a aparência com sinais falsos e mentirosos?

26. Improcedência da tese de que a tonsura se respalda na prática dos nazireus e no exemplo de Paulo, Áquila e Priscila

Além disso, quando dizem que ela tem dos nazireus [Nm 6.5, 18] *sua* origem e razão na coroa clerical, que outra *coisa* estão alegando senão que seus mistérios provieram de cerimônias judaicas, ou, antes, que eles não passam de mero judaísmo? Mas no que adicionam quanto a Priscila, Áquila e o próprio Paulo, os quais tomaram voto fazendo-se raspar a cabeça [At 18.18], para que fossem purificados, nisso revelam sua crassa ignorância. Ora, em parte alguma se lê *de tonsura* no que respeita a Priscila; e de Áquila isso também é incerto, se bem que essa tonsura *de Atos 18.18* tanto pode referir-se a Paulo quanto a Áquila. Mas para que não lhes deixemos ao que visam, que tomam o exemplo de Paulo, os mais simples podem observar que Paulo nunca fez raspar-se a cabeça para alguma santificação, mas apenas para acomodar-se à fraqueza dos irmãos. Costumo chamar a votos desta espécie votos de caridade, não de piedade, isto é, *votos* não assumidos para algum culto a Deus, mas para tolerar-se a ignorância dos fracos, como *ele* próprio diz que para com os judeus ele se fez judeu etc. [1Co 9.20]. Portanto, isso o Apóstolo fez uma vez e por pouco tempo, para acomodar-se temporariamente aos judeus. Esses, porém, quando, com nenhum proveito, querem imitar as purificações dos nazireus, enquanto em vão afetam imitar o *judaísmo* antigo, que outra *coisa* estão a suscitar senão outro judaísmo?

Com a mesma religiosidade foi composta aquela Epístola Decretal que proíbe aos clérigos, de par com o Apóstolo, que deixem crescer a cabeleira, mas, antes, que a raspem à semelhança de um círculo, como se o Apóstolo, ensinando o que é decoroso a todos os varões [1Co 11.14], vivia preocupado com a rasura circular dos clérigos! Que daqui os leitores reflitam bem de que força e dignidade são os outros mistérios que seguem, aos quais tal é o gênero de ingresso.

27. A origem, uso e sentido da tonsura, bem como a marca sacramental das outras ordens inferiores

Pelo que Agostinho escreve, se vê claramente qual foi a origem e princípio da tonsura clerical. Como naquela época não se deixava crescer o cabelo senão os efeminados e *aqueles* que afetavam lustre e elegância não bastante viril, parecia ser não de bom exemplo, se isso fosse permitido aos clérigos. Ordenava-se, pois, aos clérigos ou tosar ou raspar a cabeça, para que não exibissem alguma aparência de

aparato efeminado. Tão comum, porém, era isso que alguns monges, para ostentar ser mais santos que os demais, e ter algum sinal com que se diferenciasse dos outros, deixavam crescer a cabeleira. Como, porém, mais tarde a moda voltasse aos cabelos longos, e no Cristianismo ingressassem certas pessoas que sempre foram cabeludas, como a França, a Alemanha, a Inglaterra, é provável que os clérigos, por toda parte, fizessem raspar a cabeça para que não parecessem afetar o ornamento da cabeleira. Finalmente, numa época mais corrompida, quando todas as instituições antigas ou fossem pervertidas, ou se degenerassem à superstição, visto que na rasura clerical nada percebiam de razão, pois não passava de uma louca imitação, refugiaram-se no mistério, que agora supersticiosamente nos alegam como prova de seu sacramento.

Os ostiários, em *sua* consagração, recebem as chaves do templo, para que saibam que elas lhes foram confiadas à guarda; os leitores recebem os livros sacros; os exorcistas, as fórmulas dos exorcismos, das quais usam sobre energúmenos e catecúmenos; os acólitos, círios e pátera. Eis as cerimônias, nas quais, se a Deus apraz, tanto reside de poder secreto que passam a ser não apenas sinais e penhores, mas ainda mesmo causas de graça invisível. Pois defendem isso quando, segundo sua definição, querem que elas sejam tidas entre os sacramentos. Mas, para concluir em poucas *palavras*, afirmo ser absurdo que nas escolas e cânones se façam sacramentos a estas ordens menores, quando pela confissão até daqueles que ensinam que isso foi desconhecido à Igreja primitiva e cogitado muitos anos depois. Mas, os sacramentos, uma vez que contenham promessa de Deus, não devem ser instituídos nem pelos anjos, nem pelos homens, mas tão-somente por Deus, de quem unicamente é *a prerrogativa de* conceder a promessa.

28. A IMPROPRIEDADE EM NATUREZA E PROPÓSITO DO SACERDÓCIO OU PRESBITERATO ROMANISTA

Restam as três ordens a que chamam *ordens* ***maiores***, das quais o *subdiaconato*, como o chamam, foi transferido a este número, desde quando aquela turba de *ordens* menores começou a pulular. Mas, visto que parecem ter o testemunho da Palavra de Deus em favor destas, para conferir-lhes maior honra as denominam, de modo especial, ***ordens sacras***. Quão obliquamente, no entanto, para seu pretexto abusam das ordenanças do Senhor, se verá depois. Começaremos, contudo, pela ordem do ***presbiterato*** ou do ***sacerdócio***. Ora, com estes dois termos significam uma *e a mesma* coisa, e assim chamam *presbíteros ou sacerdotes* aqueles a quem dizem caber o oferecimento, no altar, do sacrifício do corpo e do sangue de Cristo; formular as orações e abençoar as dádivas de Deus. E assim, na ordenação recebem a pátena com as hóstias, como símbolos do poder a si conferido de oferecerem sacrifícios aplacáveis a Deus, e suas mãos são ungidas, símbolo com que são ensi-

nados que lhes foi dado o poder de consagrar. Em relação às cerimônias, porém, *discorreremos* depois. Eu, porém, afirmo que estão tão longe de ter o testemunho da Palavra de Deus no tocante a nenhuma dessas coisas, que não puderam mais impiamente depravar a ordem estabelecida por Deus!

De princípio, deve-se ter por certo o que eu já afirmei no capítulo precedente, ao tratar da missa papista: que são contraventores para com Cristo todos os que se chamam sacerdotes para oferecerem sacrifício de apaziguação. Ele foi constituído e consagrado sacerdote, pelo Pai, com juramento, segundo a ordem de Melquisedeque [Sl 110.4; Hb 5.6], sem fim, sem sucessor [Hb 7.3]. Ofereceu sacrifício de eterna expiação e reconciliação de uma vez por todas; agora, havendo entrado no santuário do céu, também está a interceder por nós. Nele somos todos sacerdotes [Ap 1.6; 1Pe 2.9], mas para oferecer louvores e ações de graças; afinal, para oferecer a Deus, *a nós mesmos* e a nossas *coisas*. Aplacar a Deus e expiar os pecados foi ofício exclusivamente dele, mercê de sua oblação. Quando esses usurpam isso para si, que resta senão que seu sacerdócio seja ímpio e sacrílego? Por certo que se revelam demasiadamente réprobos quando ousam com o título de sacramento adornar esse ofício.

No tocante ao verdadeiro ofício do presbiterato, que nos foi recomendado pelos lábios de Cristo, de bom grado o tenho nesta conta. Pois aí há uma cerimônia, em primeiro lugar tomada das Escrituras; em segundo lugar, Paulo [1Tm 4.14] atesta que não é vã, nem supérflua; antes, é fiel símbolo da graça espiritual. E o fato de não o haver assinalado como terceiro no número dos sacramentos, é porque não é ordinário nem comum a todos os fiéis, senão ofício particular de alguns. Com efeito, quando se atribui esta honra ao ministério cristão, não há por que, em razão disso, os sacerdotes papistas se ensoberbeçam. Ora, Cristo mandou que se ordenassem despenseiros de seu evangelho e de *seus* mistérios, não que se instalem oferecedores de vítimas; deu mandamento de pregar o evangelho [Mt 28.20; Mc 16.15] e apascentar o rebanho [Jo 21.15-17], não que se imolem vítimas *sacrificiais*; prometeu a graça do Espírito Santo, não para se fazer expiação de pecados, mas para que se dirija e se sustenha retamente o governo da Igreja.

29. Tampouco procede seu rito insuflatório pelo qual pretendem comunicar o Espírito Santo

As cerimônias correspondem admiravelmente à própria realidade. Nosso Senhor, quando estava enviando apóstolos à pregação do evangelho, soprou sobre eles [Jo 20.22], símbolo com que representou o poder do Espírito Santo com o qual os dotava. Estes bons homens retiveram este sopro, e como se de sua garganta emitissem o Espírito Santo sobre seus mesquinhos sacerdotes a quem ordenam, murmuram: “Recebei o Espírito Santo.” Até esse ponto se empenham por nada omitir sem

desfigurá-lo perversamente; não digo como palhaços ou farsantes que possuem alguma arte em suas imitações e gestos, mas como símios que, sem reflexo algum, burlescamente imitam sem qualquer discriminação.

Estamos, dizem *eles*, imitando o exemplo do Senhor. Mas, o Senhor fez muitas *coisas* que não quis que nos fossem exemplos. Disse o Senhor aos discípulos: "Recebei o Espírito Santo" [Jo 20.22]. Disse também a Lázaro: "Lázaro, vem para fora" [Jo 11.43]. Disse ao paralítico: "Levanta-te e anda" [Mt 9.5; Mc 2.9; Lc 5.23; Jo 5.8]. Por que eles não dizem isso a todos os mortos e paralíticos? Jesus deu prova de seu divino poder quando, soprando sobre os apóstolos, os encheu da graça do Espírito Santo. Se isso mesmo tentam fazer, se fazem rivais de Deus e pouco falta a que o provoquem à luta; pelo contrário, estão mui longe do resultado, nem com este gesto fútil efetuam outra *coisa* senão zombar de Cristo. No entanto, são tão impudentes, que ousam asseverar que o Espírito Santo é conferido por eles. Mas quanta verdade há no que dizem o demonstra a experiência, pela qual conhecemos com toda evidência que quantos deles são consagrados sacerdotes, de cavalos se convertem em asnos; e de idiotas, em loucos. Não obstante, não os combato por isso. Apenas condeno a cerimônia em si, a qual não devia arrastar ninguém a seu exemplo; visto que foi usada por Cristo como símbolo especial de milagre, tão longe está o pretexto da imitação lhes servir de cobertura.

30. A pretensão de serem sacerdotes segundo a ordem de Arão é confrontada pelo sacerdócio único de Cristo e lhes destrói o caráter de pastores que deveriam reter na nova dispensação

Afinal, de quem mesmo eles receberam essa unção? Respondem que a receberam dos filhos de Arão, de quem sua ordem também teve início. Preferem, pois, defender-se perpetuamente com exemplos pervertidos do que confessar que eles mesmos cogitaram temerariamente seu uso. Entrementes, não atentam, todavia, para o fato de que, enquanto se confessam sucessores dos filhos de Arão, estão lesando a Cristo em seu sacerdócio, o qual foi o único a ser a concretização de todos os sacerdócios antigos. Conseqüentemente, nele foram contidos e cumpridos todos *os sacerdócios*; nele *todos* cessaram, como já dissemos previamente e o testifica a Epístola aos Hebreus sem o auxílio de qualquer glosa [Hb 10.2]. Ora, se tão profundamente se deleitam em cerimônias mosaicas, por que não arrastam bois, novilhos, cordeiros ao sacrifício? Ainda conservam boa parte do tabernáculo e de toda a religião judaica; só lhes falta imolar novilhos e bois.

Quem não percebe que esta observância de unção *sacerdotal* é muito mais perniciosa do que a circuncisão, especialmente quando se acrescenta superstição e opinião farisaica quanto à dignidade da obra? Os judeus depositavam na circuncisão a

confiança da justiça; estes depositam na unção as graças espirituais. Portanto, enquanto almejam ser imitadores dos levitas, se fazem apóstatas de Cristo e abdicam do ofício de pastores.

31. Improcedência da unção romanista, que imprime o chamado caráter indelével, resquício de ordananças ultrapassadas

Aqui está como seu santo óleo, como o chamam, imprime caráter indelével. Como se o óleo não pudesse ser tirado com pó e sal; ou, se aderiu mais tenazmente, com sabão! Mas, *insistem eles*, esse caráter é espiritual. O que tem a ver óleo com alma? Porventura terão se esquecido do que se gabam de Agostinho: "Se se separa da água a Palavra, nada mais será *ela*, senão água; porque, pela da Palavra, isso se converte em sacramento"?[320] Que palavra *da Escritura* mostrarão em sua gordura? Porventura, que se deu mandamento a Moisés acerca da unção dos filhos de Arão [Ex 28.41; 29.7; 30.30]?

Mas aí ele recebe também mandado a respeito da túnica, do efode, do barrete, da coroa de santidade, com os quais se deveria adornar a Arão [Lv 8.7, 9]; das túnicas, cintos, mitras com os quais se deveria vestir seus filhos [Lv 8.13]. Ele recebe mandado concernente a imolar-se o novilho, quanto a queimar-se sua gordura [Lv 8.14-16], quanto a que os carneiros fossem cortados e consumidos pelo fogo [Lv 8.18-21], quanto a que as pontas de suas orelhas e as vestimentas fossem santificadas com o sangue de outro carneiro [Lv 8.22-24], e inúmeras outras observâncias, as quais, postas de parte, espanta-me que se deleitem apenas na unção com óleo. E se tanto lhes agrada ser aspergidos, por que em vez de óleo o façam com sangue? Certamente inventaram algo bem engenhoso, formando uma religião em parte composta de cristianismo, de judaísmo e paganismo, à moda de muitos remendos. Assim sendo, sua unção é hedionda, porque não lhe deixam sal, ou, seja, é destituída da Palavra de Deus.

Resta a imposição de mãos, a qual, como admito ser um sacramento nas verdadeiras e legítimas ordenações, se for usada como se deve, fará uma verdadeira promoção de ministros legítimos; porém nego que tenha lugar nesta farsa que representam ao ordenar seus sacerdotes. Porquanto não têm nenhum mandamento para isso, e não consideram o propósito ao qual vai encaminhada a promessa. Se querem, pois, que lhes conceda o sinal, é necessário que o adaptem à verdade para a qual foi instituído e ordenado.

320. *Tratados Sobre João*, LXXX, 3. Primeira edição: "Se da água seja detraída a Palavra, nada haverá [ela] de ser, senão água, mas, da Palavra ter que seja sacramento."

32. Tampouco corresponde o diaconato romanista, em função e investidura, ao ofício instituído pelos apóstolos

Quanto também à ordem do diaconato, nada diria se fosse restituída a integridade daquele ministério que, sob os apóstolos, houve quando a Igreja era ainda mais pura. Mas os diáconos que essa boa gente forja, que tem a ver com os outros? Não estou falando dos homens, para que não se estime iniquamente sua doutrina pelos vícios dos homens; ao contrário, estou sustentando que agem contra toda razão ao tomar por diáconos a quem em sua doutrina proclamam que contam com o testemunho da Escritura e que exercem o ofício dos que foram estabelecidos pela Igreja primitiva.

Dizem que o ofício de seus diáconos é assistir aos sacerdotes, ministrar em todas *as coisas* que se fazem nos sacramentos, a saber, no batismo, no crisma, na pátena, no cálice, trazer as oblações e dispô-las sobre o altar, preparar a mesa do Senhor e cobri-la, carregar a cruz, entoar e decantar o evangelho e a epístola ao povo. Porventura há aqui *sequer* uma palavra acerca do verdadeiro ministério dos diáconos? Ouçamos agora como *se lhes processa* a investidura. Ao diácono que está sendo ordenado, somente o bispo impõe a mão, coloca o lenço e a estola sobre seu ombro esquerdo, para que entenda haver tomado o leve jugo do Senhor [Mt 11.30], de modo que se sujeite ao divino temor nas coisas pertinentes à *mão* esquerda; oferece-lhe o texto do evangelho para que seja reconhecido seu pregoeiro. E *coisas* como estas, que têm elas a ver com os *verdadeiros* diáconos? Fazem, porém, exatamente como se quisessem constituir apóstolo a alguém, a quem fosse incumbido apenas a queimar os incensos, a polir as imagens, a varrer os templos, a apanhar ratos, a enxotar cães. Quem suportaria a esse gênero de homens a quem chamam apóstolos e os compare com os próprios apóstolos de Cristo? Portanto, que daqui para diante não aleguem falsamente que são diáconos esses a quem apenas constituem para suas representações teatrais; senão que, até pelo próprio nome declaram suficientemente de que natureza é o ofício. Porque os chamam levitas, e a razão e origem querem que se alinhem com os filhos de Levi, o que lhes concederia se juntamente com isso confessassem também o que é verdade: que, renunciando a Cristo, retomem as cerimônias levíticas e se ocultem às sombras da lei mosasica.

33. A absoluta improcedência do subdiaconato, em natureza e função, totalmente alheio à ordenança bíblica

Quanto aos subdiáconos, que seria pertinente dizer? Pois embora outrora deveras estivessem à frente do cuidado dos pobres, *agora* lhes atribuem não sei que ridícula função: que tragam ao altar o cálice e a pátena, a pátera com água, o guardanapo, entornem a água para lavagem das mãos etc. Mas, o que dizem agora quanto

ao recebimento e oferecimento das oblações, entendem as coisas que devoram como se *oferendas* destinadas a anátema. A este ofício corresponde muito bem o rito de iniciação: que *o subdiácono* receba do bispo a pátena e o cálice; do arcediago, a pátera com água, o manual e trastes dessa natureza. E pretendem que creiamos que o Espírito Santo está encerrado nesses desvarios; mas, a quem esperam convencer disso?

Mas para que encerremos de uma vez, é lícito esclarecer a respeito o mesmo que *esclarecemos* a respeito dos demais, pois nem é necessário repetir mais longamente o que acima foi exposto. Isto poderá ser suficiente aos modestos e que se deixam instruir, aos quais empreendi que fossem instruídos: que não há nenhum sacramento de Deus, senão onde a cerimônia se mostra anexa a uma promessa; ou, melhor, onde a promessa se exibe na cerimônia. Aqui não vemos sequer uma sílaba; aliás, se tem alguma promessa definida, em vão, pois, se busca a cerimônia para confirmar-se a promessa. Por outro lado, nenhuma de todas as cerimônias que usam aqui se lê que foi instituída por Deus; portanto, não existe sacramento algum.

Do Matrimônio

34. O matrimônio, embora seja instituição divina, ordenança estabelecida por Deus, já que não lhe prescreveu cerimônia, não é sacramento

O último sacramento que enumeram é o matrimônio. Embora todos admitam que foi instituído por Deus, ninguém jamais viu que fosse ele um sacramento até os tempos de Gregório *o Grande*. E a quem com sobriedade jamais teria *isso* vindo à mente? *O matrimônio* é uma boa e santa ordenança de Deus. Também o cultivo da terra, a construção de moradias, o fabrico de calçados, o ofício de barbeiro são legítimas ordenanças de Deus, contudo, os mesmos não são sacramentos. Pois no sacramento não se busca apenas que o mesmo seja um ato de Deus, mas também que seja uma cerimônia exterior posta por Deus para confirmar-se uma promessa. Que nada disso existe no matrimônio, até crianças julgarão.

Mas, *o matrimônio*, dizem *eles*, é um sinal de uma coisa sagrada, isto é, da conjunção espiritual de Cristo com a Igreja [Ef 5.23, 32]. Se pelo termo ***sinal*** entendem um símbolo que Deus propôs nos dar, a fim de que a certeza da fé se consolide, estão muito longe do alvo; se o tomam simplesmente como ***sinal*** que foi adicionado para comparação, provarei como raciocinam com sutileza. Paulo diz: “Como uma estrela difere de outra em brilho, assim será a ressurreição dos mortos” [1Co 15.41, 42]. Eis aí um sacramento! Cristo diz: “O reino dos céus é semelhante a um grão de mostarda” [Mt 13.31; Mc 4.31; Lc 13.19]. Eis aí outro *sacramento*! De novo: “O reino dos céus é semelhante ao fermento” Mt 13.33; Lc 13.21]. Eis um terceiro

sacramento! Diz Isaías: "Eis que como um pastor o Senhor apascentará seu rebanho" [Is 40.11]. Eis um quarto *sacramento*! Em outro lugar: "O Senhor sairá como um gigante" [Is 42.13]. Eis um quinto *sacramento*! E quando se terminariam os sacramentos? Nesta base, não haveria coisa alguma que não fosse sacramento: quantas são as parábolas e comparações na Escritura, tantos serão os sacramentos. Até mesmo o furto seria um sacramento, uma vez que foi escrito: "O dia do Senhor vem como um ladrão" [Is 5.2]. Quem poderá aturar esses sofistas que tagarelam tão levianamente? Certamente confesso que quando vemos uma vide, é muito saudável trazer à memória o que Cristo diz: "Eu sou a videira, vós os ramos" [Jo 15.5]; "meu Pai é o viticultor" [Jo 15.1]; sempre que surge um pastor com seu rebanho, é bom que também isso venha à mente: "Eu sou o bom pastor" [Jo 10.14]; "minhas ovelhas ouvem minha voz" [Jo 10.27]. Com efeito, se alguém inclua no número dos sacramentos tais similitudes, seria preciso enviá-lo ao médico para se cure da loucura.

35. Tampouco Paulo, em Efésios 5.28, está fazendo do matrimônio um sacramento, como pretendem os romanistas

Não obstante, evocam as palavras de Paulo, nas quais dizem que o matrimônio é chamado sacramento: "Aquele que ama a esposa a si mesmo se ama. Ninguém jamais odiou sua própria carne; antes, a nutre e a sustenta, assim como também Cristo ama a Igreja, porque somos membros de seu corpo, de sua carne e de seus ossos. Em razão disso, deixará o homem pai e mãe e se unirá a sua esposa, e serão os dois uma só carne. Este é um grande sacramento. Mas eu falo de Cristo e da Igreja" [Ef 5.28-32]. Tratar, porém, as Escrituras dessa forma é misturar o céu com a terra. Para mostrar aos maridos como devem cercar suas esposas com tão singular amor, Paulo lhes propõe Cristo como modelo. Pois, como ele derramou entranhas de piedade por sua Igreja, à qual desposara para si, assim quer que cada um seja possuído de afeto para com a própria esposa.

Segue-se, pois: "Quem ama a esposa, ama a si próprio, como Cristo amou a Igreja" [Ef 5.28]. Com efeito, para ensinar como Cristo amou a Igreja tanto quanto a si próprio, mais ainda, como se tornasse um com sua esposa, a Igreja, recorre ao que Moisés narra o que Adão disse de si mesmo. Pois, como Eva fosse trazida à sua presença, sabendo que ela fora formada de sua costela, diz: "Esta é osso de meus ossos e carne de minha carne" [Gn 2.23]. Paulo atesta que tudo isso se cumpriria espiritualmente em Cristo e em nós quando diz que somos membros de seu corpo, de sua carne e de seus ossos, e assim uma só carne com ele.

Finalmente adiciona o epifonema: "Grande é este mistério!" E para que ninguém fosse enganado de anfibologia, ele declara que não está falando da conjunção carnal de homem e mulher, mas da união espiritual de Cristo e Igreja. E, sem dúvida, é verdadeiramente um grande mistério que Cristo se permitiu que lhe fosse reti-

rada uma costela, da qual fôssemos formados, isto é, quando era forte, quis ser fraco, para que fôssemns fortalecidos por sua fortaleza, de sorte que nós mesmos já não vivamos, mas ele viva em nós [Gl 2.20].

36. A falácia de pretender que o matrimônio seja um sacramento, à base do uso desse próprio termo, aliás, prejudicado pela noção de que o ato conjugal é carnal ou impuro, daí não sacramental

Deixaram-se enganar pelo termo ***sacramento***. Porventura era justo que as penas de sua ignorância fossem pagas por toda a Igreja? Paulo usou o termo ***mistério***, o qual, embora raro aos ouvidos latinos, para que o tradutor o ignorasse ou o vertesse por ***segredo***, preferiu empregar ***sacramento***, contudo não no sentido distinto do empregado por Paulo em grego ao dizer ***mistério***. Ergam agora, pois, sua voz contra o conhecimento das línguas, por cuja ignorância se enganam tão vergonhosamente em coisa fácil e óbvia a qualquer um. Mas, por que só nesta passagem insistem tanto com a palavra ***sacramento***, negligenciando-a algumas outras vezes, a passam em silêncio? Ora, o tradutor por toda parte a pôs vulgarmente em lugar de ***mistério***, tanto na Primeira Epístola a Timóteo, quanto nesta mesma Epístola aos Efésios. Todavia, ainda que lhes seja perdoado este lapso, ao menos deveriam recordá-lo em sua mentira, para não contradizer-se depois.

Mas, depois de haver eles adornado o matrimônio com o título de ***sacramento***, chamá-lo em seguida de imundícia, poluição, sujeira carnal, que inconstância e pressa é esta? Que absurdo é que os sacerdotes se privem de um sacramento! Se negam que sejam privados do sacramento, mas apenas da volúpia do coito, nem assim se escapam. Ora, eles ensinam também que o próprio ato sexual é parte do sacramento, e que afinal temos nele a união que temos com Cristo na conformidade da natureza, já que homem e mulher se fazem uma só carne somente pelo ato sexual. Não obstante, alguns deles descobriram aqui dois sacramentos, um de Deus e da alma no noivo e a noiva, outro de Cristo e da Igreja no marido e esposa.

Seja como for, o ato sexual é, no entanto, um sacramento, do qual não era justo privar qualquer cristão, a menos que, talvez, queiram sustentar que os sacramentos dos cristãos estão tão pouco de acordo entre sí que possam avançar juntos. Há ainda outro absurdo em seus dogmas: afirmam que no sacramento se confere a graça do Espírito Santo, e ensinam que o ato sexual é um sacramento; contudo negam que no ato o Espírito Santo esteja presente.

37. Absurdos e arbitrariedades nas prescrições romanistas quanto ao matrimônio

E para que simplesmente não escarnecessem da Igreja, quão longa série de erros, mentiras, falsidade, iniqüidades acrescentaram a um erro só, de sorte que não se pode dizer que não buscaram outra coisa senão um antro de abominações, quando fizeram do matrimônio um sacramento? Pois quando uma vez obtiveram isso, arrogaram para si o conhecimento das causas conjugais. Como era coisa espiritual, não podia ser tratada por juízes profanos. Então sancionaram leis com que firmaram sua tirania; entretanto, em parte manifestamente ímpias em relação a Deus, em parte muitíssimo iníquas em relação aos homens.

São da seguinte natureza: que os matrimônios entre pessoas demasiadamente jovens, contraídos sem a anuência dos pais, permaneçam sólidos e válidos; que não são legítimos os matrimônios entre parentes até o sétimo grau; e *os matrimônios* que forem contraídos sejam dissolvidos. Além do mais, inventaram a seu arbítrio, contra as leis de todas as nações e contra as disposições do próprio Moisés [Lv 18.6]. Que ao homem que repudiasse a *esposa* adúltera não se permitisse tomar outra *consorte*; que padrinhos não se unam em matrimônio; que não se celebrem núpcias desde a septuagésima até as oitavas da Páscoa, nas três semanas antes da data do nascimento de João e desde o Advento até a Epifania; e inúmeras parecido com essas, as quais seria longo demais recensear. E finalmente impõe-se sair de seu lodaçal, no qual nossa consideração já ficou emperrada mais tempo do que o ânimo suportava. Contudo, a mim me parece haver colhido um pouquinho de proveito *à Igreja*, removendo em parte e em certa medida, a estes asnos, a pele de leão.

CAPÍTULO XX

DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

1. Da necessidade e importância de focalizar-se o poder civil e sua relação com o poder espiritual

Com efeito, uma vez que já previamente declaramos o duplo governo no homem e dentre esses um que foi posto na alma, ou no homem interior, e que visa à vida eterna, o que discorremos em outro lugar com suficiente amplitude, é chegado aqui o lugar onde dissertaremos um pouco acerca também do outro, a saber, o que diz respeito apenas ao estabelecimento da *justiça* civil e a justiça exterior dos costumes. Ora, ainda que o teor desta consideração pareça ser em natureza distinto da doutrina espiritual da fé, o qual me propuz haver de tratar, contudo o andamento *da matéria* mostrará que com razão tenho que enfrentá-la, mais ainda, sou impelido pela necessidade a fazer isso, especialmente porque, de uma parte, homens dementes e bárbaros tentam furiosamente subverter esta ordem divinamente estabelecida; *de outra*, porém, os aduladores dos príncipes, exaltando-lhes desmedidamente o poder, não duvidam opô-la ao domínio do próprio Deus. A menos que se resista a um e outro desses dois males, a integridade da fé perecerá. Acrescenta-se a isto que nos é coisa muito útil para permanecer no temor de Deus saber quão imensa é sua benignidade nesta parte ao prover tão bem o gênero humano, a fim de que com isso nos sintamos mais estimulados a servi-lo para dar testemunho de que não lhe somos ingrato.

De princípio, antes que entremos na própria matéria, deve-se levar em conta aquela distinção por nós anteriormente estabelecida, de sorte que, a um tempo, não misturemos imprudentemente, o que comumente sucede a muitos, estas duas *coisas* que têm natureza inteiramente diversa. Porque, quando ouvem que no evangelho se promete uma liberdade que, segundo se diz, não reconhece a nenhum rei e a nenhum magistrado, antes, pelo contrário, visa somente a Cristo, não podem compreender qual é o fruto de sua liberdade enquanto vêem alguma autoridade sobre eles. Por isso, julgam que nada pode estar a salvo, a menos que o mundo inteiro adote uma nova forma, na qual não existam juízes, nem leis, nem magistrados, nem outras coisas semelhantes com que estimam que sua liberdade é cortada.

Mas quem sabe discernir entre o corpo e a alma, entre esta vida presente e transitória, e aquela *vida* futura e eterna, não terá dificuldade em entender que o

reino espiritual de Cristo e a ordem civil são coisas muitíssimo distintas entre si. E visto ser uma loucura judaica buscar e incluir o reino de Cristo sob os elementos deste mundo, nós, refletindo melhor ser um fruto espiritual o que a Escritura claramente ensina, *fruto* que se colhe do benefício de Cristo, nos lembramos ainda mais de conter dentro de seus limites toda esta liberdade que nele nos é prometida e oferecida. Ora, por que é que o próprio Apóstolo, que ordena que nos postemos firmes, não nos sujeitando ao jugo da servidão [Gl 5.1], em outro lugar veda que os servos estejam anciosos quanto a seu estado [1Co 7.21], senão porque a liberdade espiritual pode persistir muito bem lado a lado com a sujeição política? Além disso, neste sentido devem ser tomadas estas afirmações suas: "No reino de Deus não há judeu nem grego, nem macho nem fêmea, nem servo nem livre" [Gl 3.28]; de igual modo: "Não há judeu nem grego, nem incircuncisão nem circuncisão, bárbaro, cita, servo, livre; pelo contrário, Cristo é tudo em todos" [Cl 3.11]. Afirmações com as quais significa que não importa em que condição estejas entre os homens, sob as leis de que país vivas, uma vez que o reino de Cristo está mui longe de se situar nessas coisas.

2. O reino de Deus e o governo civil, embora distintos em natureza e função, não se excluem mutuamente, nem são incompatíveis entre si

Apesar disso, esta distinção não serve para que tenhamos a ordem social como uma coisa imunda e que não é pertinente aos cristãos. É verdade que os espíritos utópicos e fanáticos, que não buscam senão uma licença desenfreada, falam dessa maneira atualmente e afirmam que, posto que já morremos em Cristo para os elementos deste mundo e já fomos trasladados ao reino de Deus entre os habitantes do céu, é coisa ignóbil e vil para nós e indigna de nossa excelência nos ocuparmos dessas preocupações imundas e profanas concernentes aos negócios deste mundo, dos quais os cristãos devem afastar-se o máximo possível. A que propósito, dizem *eles*, *servem* leis sem juízos e tribunais? Todavia, que o homem cristão tem a ver com os próprios juízos? Com efeito, se não é lícito matar, a que nos servem leis e juízos?

Mas, como há pouco chamamos a atenção dizendo que este gênero de governo é distinto daquele reino espiritual e interior de Cristo, devemos também saber que de forma alguma é contrário a ele. Ora, este *reino espiritual* começa justamente aqui na terra em nós uma certa prelibação do reino celeste, e de certo modo auspicia nesta vida mortal e passageira a bem-aventurança imortal e incorruptível. Mas o objetivo do governo temporal é manter e conservar o culto divino externo, a doutrina e religião em sua pureza, o estado da Igreja em sua integridade, levar-nos a viver com toda justiça, segundo o exige a convivência dos homens durante todo o tempo que vivermos entre eles, instruir-nos numa justiça social, fomentar a harmonia mú-

tua, manter e conservar a paz e tranqüilidade comuns, coisas essas que reconheço serem supérfluas, se o reino de Deus, como ora se acha entre nós, extingue a presente vida.

Se, pelo contrário, for a vontade de Deus que, enquanto aspiramos à verdadeira piedade, peregrinemos sobre a terra, enquanto suspiramos por nossa verdadeira pátria; e se, além do mais, tais auxílios nos forem necessários para nossa jornada, aqueles que querem privar aos homens delas, os querem impedir que sejam homens. Ora, a respeito do que alegam, que deve haver na Igreja de Deus tal perfeição que façam as vezes de quantas leis demandem, tal imaginação é uma insensatez, pois jamais poderá existir tal perfeição em qualquer sociedade humana. Pois, como tão grande é a insolência dos réprobos, tão contumaz sua impiedade, que mal se deixa coibir pela extrema severidade das leis, que esperamos que eles façam, se vêem sua improbidade patentear-se em impune desbragamento, os quais nem pela força se deixam compelir para que não procedam mal?

3. Natureza e função do governo civil, mesmo em referência à religião, e sua tríplice ordem de elementos a considerar-se: magistrados, leis e povo

Mas, quando for mais oportuno falaremos da operação do governo civil em seu devido lugar. Agora queremos que seja entendido apenas isto: é desumana barbárie cogitar que esta *ordem* seja exterminada, cuja necessidade não é menor entre os homens do que a do pão, da água, do sol e do ar; e sua dignidade, certamente, é até muito mais eminente. Pois atenta não apenas para aquilo que todos os homens respiram, comem, bebem e sejam mantidos confortáveis, ainda que certamente abranja a todas estas coisas, enquanto provê que vivam juntos; insisto, contudo, que se deve atentar não só para isso, mas também que a idolatria, os sacrilégios contra o nome de Deus, as blasfêmias contra sua verdade e outras ofensas da religião não emerjam publicamente e se espalhem entre o povo, para que não se perturbe o sossego público; que cada um possua o que é propriamente seu; que os homens mantenham entre si transações justas; que se cultive honestidade e modéstia entre eles; enfim, que entre os cristãos subsista a expressão pública da religião, seja a humanidade firmemente estabelecida entre os homens.

Ninguém se perturbe crendo que estou agora a atribuir ao governo dos homens o cuidado de corretamente estabelecer-se a religião, que acima pareço haver posto além do arbítrio de homens, visto que, aqui em nada diferente do que disse antes, estou permitindo ao homens que elaborem a seu arbítrio leis quanto à religião e ao culto de Deus, quando aprovo uma ordem civil que faça com que a verdadeira religião, que está contida na lei de Deus, não seja abertamente e por sacrilégios públi-

cos impunemente violada e conspurcada. Mas, ajudados pela própria perspicuidade da disposição, os leitores compreenderão melhor qual é o consenso de toda a matéria da administração política, se examinarmos suas partes, separada e minuciosamente. De fato suas partes são três: ***o magistrado***, que é o defensor e guardião das leis; ***as leis***, segundo as quais ele governa; ***o povo***, que é regido pelas leis e obedece ao magistrado. Vejamos, pois, em primeiro lugar, quanto à própria função do magistrado, se porventura seja vocação legítima e aprovada por Deus, de que natureza é o ofício, quão grande é o poder; em seguida, de que leis um governo cristão deva ser constituído; então, finalmente, que benefício resulte das leis ao povo, que se deva obediência ao magistrado.

4. O ofício do magistrado civil, a quem incumbe o governo do povo, é de vocação divina

No que respeita à função dos magistrados, não só é aprovada e aceitável ao Senhor, mas também ele a honrou com títulos mui eminentes, além de no-la recomendar com cumulada dignidade. Para lembrar apenas uns poucos *títulos*: o fato de que são chamados ***deuses*** todos quantos exercem *a função de* magistrados, não deve levar ninguém a pensar que nessa designação reside leve importância, pois com ela significa que possuem um mandato de Deus, que foram providos de divina autoridade e representam inteiramente a pessoa de Deus, cujas vezes de certo modo desempenham. Isso não contém nenhuma cavilação de minha parte, mas é interpretação de Cristo. "Se a Escritura", diz *ele*, "chamou deuses àqueles a quem sobreveio a Palavra de Deus [1Jo 10.35]; que é isso, senão que por Deus lhes foi conferida a incumbência de o servirem em seu ofício, e que a seus juízes, a quem constituíam em cada cidade de Judá, como diziam Moisés e Josafá, para que exercessem o juízo, não segundo o homem, mas segundo Deus [Dt 1.16, 17; 2Cr 19.6]? Com o mesmo propósito é o que a Sabedoria de Deus afirma pela boca de Salomão: que é obra sua "que reinam os reis e os conselheiros decretam coisas justas, que os príncipes exercem o principado e todos os juízes da terra" [Pv 8.15, 16]. Ora, isto vale exatamente como se fosse dito que não provém de humana perversidade que nas mãos de reis e outras autoridades esteja, na terra, o arbítrio de todas as coisas, mas pela divina providência e santa ordenacão *de Deus*, a quem assim pareceu bem regular as atividades dos homens, uma vez que ele está presente com eles e também preside em sua formulação das leis e no exercício da eqüidade dos juízos.

Também ensina isso abertamente quando enumera ***governos*** entre os dons de Deus, os quais, variadamente distribuídos segundo a diversidade da graça, devem ser aplicados pelos servos de Cristo à edificação da Igreja [Rm 12.8]. Pois, ainda que o Apóstolo esteja aí falando propriamente de um senado de homens sérios que na Igreja primitiva foram constituídos para presidir à disciplina pública a ser con-

formada, ofício que na Epístola aos Coríntios [1Co 12.28] *Paulo* chama κυβερνήσεις [*kybĕrnēseis – governos*], visto que, no entanto, vemos recair ao mesmo fim o alvo do poder civil, sem dúvida ele está nos recomendando todo gênero de governo justo. Muito mais claramente, porém, *Paulo o assevera* onde elabora discussão justa desta matéria. Ora, ensina também que a potestade é uma ordenação de Deus, e que não há qualquer poder que não seja ordenado por Deus [Rm 13.1, 2]; pelo contrário, os próprios príncipes são ministros de Deus, para louvor aos que agem bem e como vingadores com ira aos maus [Rm 13.3, 4]. Além do mais, acrescentam-se aqui os exemplos de santos dos quais uns exerceram reinados, como Davi, Josias, Ezequias; outros satrapias, como José e Daniel; outros governos civis, em um povo livre, como Moisés, Josué e os Juízes, cujas funções o Senhor declarou que foram por ele aprovadas.

Portanto, a ninguém mais deve ser duvidoso que a potestade civil seja vocação não só santa e legítima diante de Deus, mas até a mais sagrada e a mais honrosa de todas em toda a vida dos mortais.

5. Improcedente a tese anabatista de que as potestades humanas não vigoram para os cristãos. Ao contrário, vigoram sim, porém submissas à soberania de Cristo

Aqueles que desejariam induzir a anarquia objetam que, ainda que outrora reis e juízes governaram ao povo rude, no entanto hoje de modo algum, com a perfeição que Cristo trouxe com seu evangelho, se enquadra esse gênero servil de governar. Nisto manifestam não só sua ignorância, mas também seu orgulho diabólico, ao arrogar para si uma perfeição da qual não poderiam mostrar sequer uma centésima parte. Mas, ainda que fossem os mais perfeitos que se pudesse imaginar, ainda seria possível refutá-los facilmente, porque, onde Davi exorta a todos os reis e governantes a beijarem o Filho de Deus [Sl 2.12], não ordena que rejeitem *sua* autoridade e se recolham à vida privada; pelo contrário, o poder de que foram investidos o sujeitam a Cristo, para que tão-somente ele tenha sobre todos a preeminência. Semelhantemente, Isaías, quando promete que reis haverão de ser aios à Igreja e rainhas *suas* nutrizes [Is 49.23], não os priva de sua honra, senão que, antes, os constitui patronos com título dos piedosos cultores de Deus, uma vez que esse vaticínio diz respeito à vinda de Cristo.

Omito intencionalmente a muitos testemunhos que, a cada passo, ocorrem especialmente nos Salmos, nos quais se afirma o direito de todas as autoridades. Dentre todas, porém, sumamente luminosa é a passagem de Paulo, onde, exortando a Timóteo a que na reunião pública se oferecessem orações pelos reis, logo a seguir adiciona a razão: “Para que sob eles levemos vida tranqüila, com toda piedade e honorabilidade” [1Tm 2.2], com cujas palavras recomenda a seu patrocínio e tutela o estado da Igreja.

6. MINISTROS DE DEUS NO EXERCÍCIO DO OFÍCIO DE GOVERNAR, OS MAGISTRADOS CIVIS DEVEM ESMERAR-SE NO FIEL DESEMPENHO DE SUA OCUPAÇÃO

Esta consideração deve exercitar continuamente aos próprios magistrados; uma vez que pode servir-lhes de forte estímulo, pelo qual sejam animados para sua atividade e trazer-lhes singular consolação, pela qual sejam aliviadas as dificuldades de seu ofício; as quais certamente são muitas e pesadas. Pois, quão grande zelo de integridade, de prudência, de mansuetude, de domínio próprio, de inocência devem aplicar a si próprios *aqueles* que forem constituídos ministros da divina justiça? Com que ousadia haverão de admitir a iniqüidade diante de seu tribunal, do qual aprendem ser o trono do Deus vivo? Com que audácia haverão de pronunciar uma sentença injusta com essa boca que entendem ser um instrumento destinado à divina verdade? Com que consciência haverão de assinar ímpios decretos com essa mão que sabem ser ordenada para registrarem-se os atos de Deus? Em suma, caso se lembrassem de que são vigários de Deus, impõe-se que vigiem com todo cuidado, zelo, diligência, para que representem em si, aos homens, uma como que imagem da divina providência, proteção, bondade, benevolência e justiça.

E devem ter isto perpetuamente diante de si: "Maldito aquele que fizer a obra do Senhor fraudulentamente; e maldito aquele que retém sua espada do sangue" [Jr 48.10]. Muito mais gravemente malditos aqueles que, em uma vocação justa, se conduzem fraudulentamente. Assim sendo, como quisessem Moisés e Josafá exortar a seus juízes para, com seu ofício, nada mais eficaz tiveram com que incitar seu ânimo do que o que referimos antes: "Ouvi a causa entre vossos irmãos, e julgai justamente entre o homem e seu irmão, e entre o estrangeiro que está com ele" [Dt 1.16]. "Vede o que fazeis; porque não julgais da parte do homem, mas da parte do Senhor, e ele está convosco quando julgardes. Agora, pois, seja o temor do Senhor convosco; guardai-o, e fazei-o; porque não há no Senhor nosso Deus iniqüidade nem acepção de pessoas, nem aceitação de suborno" [2Cr 6, 7]. E noutro lugar se diz que "Deus está na congregação dos poderosos; julga no meio dos deuses" [Sl 82.1], para que sejam animados ao dever, enquanto ouvem que são legados de Deus, a quem importa um dia prestar contas do cargo administrado. E entre eles, merecidamente, deve valer muito esta exortação, pois, se cometem alguma falta, não só estão lesando aos homens, a quem celeradamente molestam, mas também estão sendo injustos para com o próprio Deus, cujos sacrossantos juízos poluem [Is 3.14, 15]. Por outro lado, têm também donde claramente se consolem, enquanto refletem consigo que não estão engajados em ocupações profanas, nem alheias a um servo de Deus; pelo contrário, em um ofício santíssimo, visto que, de fato, a desempenham por delegação de Deus.

7. A NATUREZA E FUNÇÃO DO MAGISTRADO CIVIL, POR MAIS COERCITIVAS E AUTORITÁRIAS QUE PAREÇAM, NÃO SÃO CONTRÁRIAS À VOCAÇÃO E À FÉ CRISTÃS

Aqueles, porém, que não se sentem movidos por tantos testemunhos da Escritura a que não ousem invectivar este sagrado ministério, como sendo algo que não se coaduna com a religião e piedade cristã, que *outra coisa fazem* senão ultrajar ao próprio Deus, cuja ignomínia não pode deixar de ser associada com o opróbrio de seu ministério? E não rejeitam simplesmente aos magistrados, mas também alijam a Deus para que sobre eles não reine. Ora, se isso foi realmente dito pelo Senhor a respeito do povo de Israel, visto que recusara o mando de Samuel [1Sm 8.7], por que menos verdadeiramente se dirá hoje daqueles que persistem na liberdade de ferozmente falar contra todos os governos instituídos por Deus? Uma vez que, porém, aos discípulos foi dito pelo Senhor que os reis das nações dominam sobre eles, mas que entre eles não é assim, onde para ser o primeiro então se faça o menor [Mt 20.24-27; Mc 10.42-44; Lc 22.25, 26], *argumentam* que com esta palavra foi proibido a todos os cristãos que assumam reinos ou soberanias. Oh, destros intérpretes! Surgira entre os discípulos a contenda sobre quem seria superior ao outro. Para reprimir esta vã ambição, o Senhor ensinou que seu ministério não é semelhante aos reinos deste mundo, nos quais entre os demais um só tem a preeminência. Em que, pergunto eu, esta comparação denigre a dignidade régia? Mais ainda, o que simplesmente convence, senão que o ofício régio não é o ministério apostólico?

Além disso, ainda que entre os próprios magistrados as formas são variadas, entretanto não há neste aspecto nenhuma diferença para que não devam ser tomados por todos nós como ordens de Deus. Ora, Paulo inclusive abrange a todas em conjunto quando diz que não existe potestade, senão da parte de Deus [Rm 13.1]; e *aquela* que de todas é menos aprazível, isto é, o senhorio de um só, foi recomendada por exímio testemunho acima das outras, a qual, porque consigo leva a servidão pública de todos, excetuado aquele único a cujo talante sujeitou todas as coisas, aos engenhos heróicos e mais excelentes pôde ser outrora menos aprovado. Mas a Escritura, para remediar os juízos humanos iníquos, afirma expressamente que os reis reinam pela providência da divina sabedoria [Pv 8.15], e preceitua particularmente que o rei seja honrado [Pv 24.21; 1Pe 2.17].

8. SÃO MÚLTIPLAS E VARIADAS AS FORMAS DE GOVERNO, TODAVIA LEGÍTIMAS E ACEITÁVEIS; O GOVERNO CONVENIENTE É O QUE PRESERVA A LIBERDADE DO POVO, EM MODERAÇÃO E ESTABILIDADE

E obviamente seria uma ocupação muitíssimo ociosa privar os homens de discutir qual seria a melhor forma política no lugar onde vivem, uma vez que essas

deliberações não podem ter qualquer influência em determinar qualquer assunto público.[321] De mais a mais, também não se poderia definir isso simplesmente, senão às cegas, quando o grande fator desta discussão esteja posto nas circunstâncias. E se se comparar entre si também as próprias formas de governo, à parte das circunstâncias, a tal ponto se confrontam em iguais condições, que não é fácil discernir qual delas seria de mais utilidade. A monarquia se inclina à tirania. Numa aristocracia, por sua vez, a tendência é não menos à facção de uns poucos, enquanto na ascendência popular há a mais forte tendência para a sedição.[322]

Quando essas três formas de governo, das quais tratam os filósofos, são consideradas em si mesmas, de minha parte longe estou de negar que a forma que se sobressai muitíssimo às demais é a aristocracia, quer pura ou modificada pelo governo popular, não deveras em si mesma, mas porque mui raramente sucede que os reis não governem a si mesmos de tal modo que nunca discordem do que é justo e direito, ou se deixem possuir de tanta intensidade que não conseguem ver corretamente. Portanto, em virtude dos vícios ou defeitos dos homens, é mais seguro e mais tolerável quando diversos exerçam o governo, de sorte que, assim se assistam mutuamente, ensinem e exortem uns aos outros; e, se alguém se exalta mais do que lhe é justo, muitos sejam censores e mestres para coibir-se seu desregramento. Isso sempre foi comprovado tanto pela própria experiência quanto o confirmou também o Senhor por sua autoridade quando, querendo mantê-los em melhor condição, instituiu entre os israelitas uma aristocracia semelhante a *essa* organização governamental [Ex 18.13-26; Dt 1.9-17], até que se exibisse em Davi a imagem de Cristo. E como de bom grado admito não haver nenhum gênero de governo mais ditoso do que aquele em que a liberdade é combinada a uma conveniente moderação, e devidamente constituída de modo a ser durável, assim também considero mui ditosos *aqueles* a quem é possível usufruir desta condição, e se para conservá-la e retê-la laboram árdua e constantemente, concordo que não fazendo de seu ofício algo alheio. Mais ainda, mesmo os magistrados devem fazer o máximo empenho para prevenir a liberdade, da qual foram designados guardiães, para que não permitam seja ela diminuída, e muito menos violada. Se nisto forem omissos ou pouco solícitos, são pérfidos traidores de seu ofício e de sua pátria.

Mas se aqueles a quem o Senhor designou uma forma de governo, assumem para si outra forma de governo, de sorte que se vêem seduzidos a reivindicar mudanças, tal cogitação será não só estulta e supérflua, mas até mesmo completamente

321. Primeira edição: "E, obviamente, assaz ocioso seria discutido ser de homens privados, aos quais não cabe deliberar quanto a constituir-se alguma organização governamental, qual haverá de ser a mais, também se não poderia isso definir se lugar em que vivem."

322. Primeira edição: "Proclive é a queda do reino à tirania, mas, não muito mais difícil [a queda] do mando dos aristocratas à facção de uns poucos; em muito, porém, o mais fácil [é a queda] do domínio popular à sedição."

perniciosa. Além disso, se em vez de fixar nossos olhos numa só cidade, volvamos nossa vista ao mundo inteiro ou a diversos países, certamente veremos que não sucede sem a permissão divina que nos diversos países existam diversas formas de goveno: para que as regiões variadas sejam administradas por organizações governamentais diferentes. Pois, da mesma forma que os elementos *naturais* entre si se ligam somente em proporção desigual, assim estas melhor se sustêm em sua devida desigualdade. Contudo, diz-se também que todas estas *coisas* são desnecessárias àqueles a quem será bastante a vontade do Senhor. Portanto, se bem lhe pareceu constituir reis sobre os reinos, senados ou decuriões sobre as cidades livres, nosso dever é submeter-nos e obedecer aos superiores que dominam no lugar onde vivemos.

9. OS DEVERES DOS MAGISTRADOS DIGNOS DE SEU OFÍCIO SE CONFORMAM ÀS DUAS TÁBUAS DA LEI, POLARIZANDO-SE, POIS, NO ACATAMENTO DA VERDADEIRA RELIGIÃO E NA PROMOÇÃO DO BEM GERAL, BUSCANDO A SEGURANÇA E A PAZ DE TODOS E COIBINDO OS ABUSOS E VIOLAÇÕES DO DIREITO

Agora é preciso expor brevemente qual é o ofício dos governantes, tal como a Palavra de Deus o descreve, e em que consiste. Se a Escritura não nos ensinasse que a autoridade dos governantes se refere e se estende a ambas as tábuas da lei, poderíamos aprendê-lo de autores profanos; porque não há nenhum entre eles que, ao tratar deste ofício de legislar e ordenar a sociedade não comece pela religião e o culto divino. E assim todos confessaram que nenhuma organização governamental pode ser constituída ditosamente, a menos que primeiro esteja o cuidado da piedade, que contrárias são as leis que, negligenciado o direito de Deus, só buscam o bem dos homens. Portanto, uma vez que entre todos os filósofos a religião ocupe a primeira posição, e no consenso universal de todos os povos sempre se observou isso, que os príncipes e magistrados cristãos se envergonhem de sua negligência, a menos que se apliquem a este cuidado. E já demonstramos que esses deveres lhes são especialmente impostos por Deus, assim como é justo que se empenhem em defender e assertar a honra daquele de quem são vigários e por cuja benevolência governam.

Também por este motivo os santos reis são na Escritura louvados ao máximo: que restauram o culto de Deus, corrompido ou subvertido, ou promovem o cuidado da religião, de sorte que sob eles *ela* sempre floresceu pura e incólume. Ao contrário disso, porém, a História Sagrada põe entre os vícios da anarquia o não haver rei em Israel, e por isso cada um fazia o que bem lhe agradava [Jz 21.25]. Do quê se demonstra a estultície daqueles que queriam, negligenciado o culto de Deus, ocupar-se de apenas em ditar o direito entre os homens. Como se Deus os constituísse governantes em seu nome só para decidir controvérsias terrenas, mas que deixaram de parte o que era de muito maior importância: que ele mesmo fosse cultuado de forma pura, conforme a determinação de sua lei. Mas, o afã e a paixão de a tudo

inovar impunemente a tal *ponto* impele aos homens turbulentos, que tudo fazem para que sejam alijados a todos os vindicadores da piedade violada.

No que respeita à segunda tábua, Jeremias adverte aos reis que façam juízo e justiça, livrem da mão do caluniador ao oprimido pela força, ao peregrino, não maltratem à viúva e ao órfão, não façam injustiça e não derramem sangue inocente [Jr 22.3]. Ao mesmo visa a exortação que se lê no Salmo 82: que se dê o direito ao pobre e necessitado, que livrem ao carente e necessitado, que arrebatem da mão do opressor ao pobre e necessitado [Sl 82.3, 4]. Além disso, Moisés ordena aos príncipes aos quais pusera para fazer-lhe as vezes: "Ouvi a causa de vossos irmãos e julgai entre um homem e seu irmão, e o peregrino; não façais acepção de pessoas no juízo; ouvi tanto ao pequeno quanto ao grande; não vos arreceeis de homem algum, porque o juízo pertence a Deus [Dt 1.16, 17]. Deixo, porém, fora de consideração estas *injunções*: "Que os reis não multipliquem cavalos para si; não inclinem a mente à avareza; não se exaltem sobre seus irmãos; que sejam assíduos em meditar a lei do Senhor todos os dias de sua vida [Dt 1.16-19]; que os juízes não declinem, quem quer que sejam, para uma parte; não recebam subornos" [Dt 16.19], e *coisas* semelhantes que se lêem nas Escrituras a cada passo, porque, ao expor aqui o ofício dos magistrados, minha intenção não é tanto instruir os próprios magistrados, mas ensinar aos outros o que sejam os magistrados e a que fim *foram* instituídos por Deus.

Vemos, pois, que são constituídos protetores e vindicadores da inocência, decência, honestidade e tranqüilidade públicas, aos quais só cabe um empenho: prover a comum segurança e paz de todos, cujas *virtudes* Davi declara que virá a ser modelo quando fosse alçado ao sólio real, isto é, que não consintiria qualquer crime, pelo contrário, que detestaria os ímpios, aos caluniadores e aos soberbos; de toda parte, porém, mandaria vir conselheiros probos e fiéis [S1 101.3-7]. Isso, porém, não podereriam executar, a menos que livrassem os homens bons das iniqüidades dos réprobos; e também foram armados para dar assistência com ajuda e proteção aos oprimidos, mercê do qual coíbem severamente aos fascínoras publicamente maléficos, por cuja impiedade é perturbado ou agitado o sossego público. Porque de experiência confirmamos inteiramente o que dizia Sólon: todos os estados subsistem de recompensa e punição; detraídos estes, entra em colapso e se desfaz toda a disciplina das comunidades. Ora, na mente de muitos o amor pela eqüidade e a justiça se esfriaria, a menos que se pague à virtude sua devia honra, nem se pode conter o desbragamento dos homens celerados senão pela severidade e aplicação dos castigos. E estas duas partes foram compreendidas pelo Profeta quando ordena aos reis e outras autoridades que fizessem juízo e justiça [Jr 22.3]. Justiça é, na verdade, assegurar proteção, abraçar, defender, vindicar, livrar aos inocentes; juízo, porém, significa resistir à audácia dos ímpios, reprimir-lhes a violência, punir-lhes os delitos.

10. Tampouco, à luz das Escrituras, é proibido ao magistrado o uso da espada na punição dos ímpios e desregrados, se bem que, até onde seja viável, a clemência deva prevalecer sobre a severidade

Aqui, porém, surge uma questão, como parece, árdua e difícil: se pela lei de Deus todos os cristãos são proibidos de matar [Ex 20.13; Dt 5.17; Mt 5.21], e do santo monte de Deus, isto é, da Igreja, o Profeta vaticina que nela não afligirão, nem farão mal [Is 11.9; 65.25], como é lícito aos magistrados serem a um mesmo tempo não só piedosos, mas também sanguinários? Entretanto, se compreendermos que, ao aplicarem-se os suplícios, o magistrado por si mesmo coisa alguma faz aí, ao contrário, executa os mui apropriados juízos de Deus, não seremos embaraçados por esta dificuldade. A lei do Senhor proíbe matar; mas, para que os homicídios não sejam impunes, o próprio Legislador entrega o gládio à mão de seus ministros, para que o estendam contra todos os homicidas. Aos piedosos não cabe afligir e fazer mal; contudo, não significa fazer mal, nem afligir, vingar as aflições dos piedosos por mandado do Senhor. Prouvera que nos viesse sempre à mente isto: aqui nada se faz pela temeridade do homem; tudo, porém, é feito pela autoridade de Deus, que o ordena, a qual, indo à frente, nunca se desviará do reto caminho. A menos que, talvez, se ponha freio à justiça divina, para que, no que respeita a crimes, não se apliquem penas. Ora, se não é permissível ditar-lhe lei, por que intentaremos calúnia contra seus ministros? "Não é em vão que carregam a espada", diz Paulo, "porque são ministros de Deus para a ira, vingadores aos que fazem o mal" [Rm 13.4]. Portanto, se os príncipes e demais governantes sabem que nada é mais aceitável ao Senhor do que sua obediência, se querem agradar a Deus em piedade, justiça e integridade, então que se preocupem com o castigo dos maus.

Certamente Moisés se sentia movido por este impulso quando, ao ver que a virtude de Deus lhe ordenava libertar seu povo, matou o egípcio [Ex 2.12; At 7.24]; mais tarde, quando num só dia matou a três mil homens, exerceu vingança sobre o sacrilégio do povo [Ex 32.27, 28]. Também Davi, quando, já no limiar de sua vida, deu ordem ao filho Salomão quanto a que fizesse morrer a Joabe e Simei [1Rs 2.5, 6, 8, 9]. Além disso, daí entre as virtudes régias rememora esta: aniquilar os ímpios da terra, para que todos os que praticam a iniqüidade sejam exterminados da cidade de Deus [Sl 101.8]. A isso pertence também o louvor que se atribui a Salomão: "Amaste a justiça e odiaste a iniqüidade" [Sl 45.7]. Como aquele gênio brando e plácido de Moisés se abrasa a tão grande truculência que, borrifado e molhado do sangue de seus irmãos, se arroja a novas carnificinas através do acampamento. Como é possível que Davi, homem de tão grande mansidão em toda a vida, por entre seus últimos alentos tenha proferido esse testamento cruento: que seu filho não faça descer em paz ao sepulcro as cãs de Joabe e Simei? Ambos, porém, Moisés e Davi, enquanto executaram a vingança que Deus lhes havia incumbido, ao agirem de for-

ma tão cruel, santificaram suas mãos, as quais, se fossem complacentes, teriam manchado.

"Abominação é aos reis", diz Salomão, "praticarem impiedade, porque com justiça é que se estabelece o trono" [Pv 16.12]. De novo: "Assentando-se o rei no trono do juízo, com seus olhos dissipa todo o mal" [Pv 20.8]. Igualmente: "O rei sábio dispersa os ímpios e faz passar sobre eles a roda" [Pv 20.26]. Também: ''Tira da prata as escórias, e sairá vaso para o fundidor; tira o ímpio da presença do rei, e seu trono se firmará na justiça" [Pv 25.4, 5]. Assim: "O que justifica o ímpio, e o que condena o justo, tanto um como o outro são abomináveis ao Senhor" [Pv 17.15]. Ainda: "Na verdade, o rebelde não busca senão o mal; afinal, um mensageiro cruel será enviado contra ele" [Pv 17.11]. Ainda: "O que disser ao ímpio: Justo és, os povos o amaldiçoarão, as nações o detestarão" [Pv 24.24]. De modo que, se sua verdadeira justiça é perseguir os ímpios com a espada desenbainhada, querer abster-se de toda severidade e conservar as mãos limpas de sangue enquanto os ímpios se entregam a matar e a exercer violência é fazer-se culpáveis de grave injustiça; tão longe estão, ao agir assim, de merecer o louvor de justiceiros e defensores do direito.

Pois eu não sou um dos que ou favorecem uma severidade irracional, ou pensam que qualquer tribunal posssa ser considerado justo que não seja presidido pela misericórdia, a qual é a melhor e mais segura conselheira dos reis, como declara Salomão [Pv 20.28]; por isso foi dito com verdade outrora por alguém: que a clemência é a principal virtude dos príncipes.[323] Mas é preciso que o magistrado tenha presentes ambas estas coisas: que com sua excessiva severidade não faça mais dano do que proveito, e que com sua louca temeridade e supersticiosa afetação de clemência não seja cruel, não tendo nada em conta e deixando que cada um um faça o que bem queira com a ruína de muitos. Porque não sem causa se disse nos dias do imperador Nerva: é ruim viver sob um príncipe sob quem nada se permita; muito pior, entretanto, é viver sob quem tudo seja permitido.

11. NA PRESSÃO DA INJUSTIÇA E DA ESPOLIAÇÃO JUSTA E NECESSÁRIA SERÁ A PRÓPRIA GUERRA

Dado que algumas vezes é necessário aos reis e aos príncipes fazer a guerra para pôr em execução esta vingança, poderemos por esta razão concluir que as guerras feitas com este fim são lícitas. Porque se ao rei se dá poder para conservar seu reino em paz e quietude, para reprimir aos sediciosos, prejudiciais à paz e inimigos dela, para socorrer aos que são vítimas da violência e para castigar aos malfeitores, podem empregar melhor seu poder do que destruindo os intentos de quem perturba tanto o repouso dos particulares como a paz e a tranqüilidade comum, promovendo

323. Sêneca, *Clemência*, I, III, 3.

sedisiosamente tumultos, violências, opressões e outros danos? Se eles devem ser os guardiães e defensores das leis, sua obrigação e seu dever é destruir os intentos de todos os que, com sua injustiça, corrompem a disciplina das leis.

De fato, se com direito castigam aqueles ladrões cujas violações da justiça hajam acometido apenas a uns poucos, porventura permitirão que todo o país seja impunemente afligido e devastado por latrocínios? Pois, porventura não se faz diferença alguma se um rei ou *alguém* da mais baixa ralé invade a uma região alheia, em relação à qual nada tem de direito, e a oprime hostilmente, todos devem igualmente ser tidos por ladrões e ser punidos. Portanto, isto dita não apenas a eqüidade natural, mas também a natureza do corpo, que os príncipes são armados não apenas para que, com penas judiciárias, os malfeitos particulares sejam coibidos, mas também para que, pela guerra, os domínios confiados à sua proteção sejam defendidos, caso sejam a qualquer tempo hostilmente atacados. O Espírito Santo, igualmente, nos declara na Escritura que tais guerras são lícitas e justas.

12. Improcedência da objeção de que o Novo Testamento não sanciona a guerra, a qual, todavia, é um recurso extremo, a que se deve recorrer somente quando não haja outra solução viável

Se porventura alguém me objetar dizendo que no Novo Testamento não existe nenhum testemunho ou exemplo que ensine ser a guerra coisa lícita a cristãos, primeiramente respondo que a razão de mover-se guerra que houve outrora permanece também hoje; nem existe causa em contrário que barre aos magistrados da defesa de seus súditos; em seguida, que não se deve buscar nos escritos apostólicos exposição expressa destas coisas, onde o propósito não é elaborar uma forma de administração civil, mas, pelo contrário, estabelecer o reino espiritual de Cristo; finalmente, que aí também se indica de passagem que Cristo, com sua vinda, nada mudou nesta parte. “Pois se a disciplina cristã”, para usar as palavras de Agostinho, “condenasse a todas as guerras, João Batista teria aconselhado aos soldados que foram a ele para informar-se acerca do que deviam fazer para sua salvação, que lançassem fora suas armas, que renunciassem o ofício de soldados e empreendessem outra vocação. Ele, porém, lhes disse: ‘A ninguém trateis com violência, a ninguém façais injustica, baste-vos vosso salário’ [Lc 3.14]. *Aqueles* aos quais preceitua que lhes é bastante seu próprio salário, não proibiu absolutamente o exercício da carreira das armas.”[324]

Mas o dever de todos os magistrados deve ser, com sumo empenho, guardar-se aqui para que não obedeçam um mínimo sequer a suas paixões, ao contrário, devem impor-se algumas penas, abster-se da ira, do ódio, ou da excessiva severidade; e sobretudo, como disse Agostinho, em nome da humanidade exercer compaixão da-

324. *Cartas*, 138, II, 15.

quele a quem castigam pelos danos cometidos;[325] ou, melhor, quando tiverem que tomar as armas contra qualquer inimigo, isto é, contra ladrões armados, não devem fazê-lo sem grave motivo; mais ainda, quando tal ocasião se apresentar, devem prorrogá-la até que a necessidade propriamente os obrigue. Porque é mister que atuem muito melhor do que o ensino dos pagãos, um dos quais afirma que a guerra não deve ser movida com outro fim senão para se alcançar a paz. Certamente convém buscar todos os meios possíveis antes de se decidir. Enfim, em uma e outra dessas duas situações não devem permitir que se deixem arrebatar por nenhum sentimento particular, mas tão-somente se deixem conduzir pelo senso público. Do contrário, estarão abusando pessimamente de seu poder, o qual não lhes foi dado para sua vantagem pessoal, mas para o bem e serviço dos outros.

Da existência das guerras lícitas, segue-se que as guarnições, as alianças e munições do estado visam ao mesmo fim. Chamo, porém, ***guarnições*** às tropas que são dispostas pelas cidades a fim de se protegerem as fronteiras da região; chamo ***ligas***, *as alianças* que são celebradas por príncipes vizinhos com o propósito de, caso haja ocorrido perturbações em seus territórios, levem a si mútua ajuda e ajuntem em comum as forças para que os inimigos comuns do gênero humano sejam reprimidos; chamo ***defesas civis*** as provisões de que faz uso na arte militar.

13. A LEGITIMIDADE DOS IMPOSTOS, TAXAS E TRIBUTOS PARA A MANUTENÇÃO DO GOVERNO, QUE SE DEVE PAUTAR PELA PARCIMÔNIA E MODERAÇÃO, NUNCA CEDENDO AO LUXO E À POMPA ÀS EXPENSAS DO POVO

Finalmente, me parece conveniente acrescentar que os tributos e impostos que os príncipes impõem lhes são devidos por direito, embora devam empregá-los em sustentar e manter seus estados; ainda que também possam fazer uso deles licitamente para manter sua autoridade e majestade de sua casa, a qual de certo modo está vinculada à majestade de seu ofício. Assim vemos que o fizeram Davi, Ezequias, Josias, Josafá e os demais santos reis; igualmente José e Daniel viveram esplendidamente do erário público, conforme o requeria o estado a que foram elevados, sem experimentar por isso escrúpulos de consciência. Também lemos em Ezequiel que, por disposição de Deus, foram designadas aos reis grandes possessões [Ez 48.21]. E ainda que nesta passagem se descreva o reino espiritual de Cristo, contudo toma o padrã ou modelo de um reino terreno, justo e legítimo. Não obstante, os príncipes devem ter na memória que seus domínios são não propriamente suas arcas pessoais, mas os erários de todo o povo, como Paulo mesmo o declara [Rm 13.6]; os quais não podem esbanjar ou dilapidar sem manifesta violação de direito, ou, antes, são quase o próprio sangue do povo, ao qual não poupar constitui duríssima desumani-

325. *Cartas*, 153, III, 8.

dade. Além disso, devem lembrar que os impostos e todos os demais tributos não passam de subsídios da necessidade pública, e que agravar com eles, sem causa, ao povo outra não é senão uma tirania e um latrocínio.

Estas *ponderações* não acoroçoam os príncipes à profusão e ao excesso de gastos, já que por certo é necessário não acrescentar-lhes incitamento aos cúpidos apetites por si mesmos inflamados mais do que o justo; pelo contrário, quando se faz necessário que nada empreendam senão com boa consciência diante de Deus, devem saber o que é lícito, a fim de que não tenham que prestar contas a Deus por gastar mais que o devido. Tampouco é esta doutrina supérflua aos cidadãos comuns, para que não se permitam, temerária e insolentemente, criticar quaisquer gastos dos príncipes, ainda que excedam a medida comum e ordinária.

14. Procedência, relevância e necessidade das leis e sua variedade em natureza

Em seguida ao magistrado estão as leis nos governos civis, que são os potentíssimos nervos, ou, como segundo Platão são chamadas por Cícero, as almas das coisas públicas,[326] sem as quais o magistrado não pode subsistir, assim como nem *elas* próprias, por outro lado, têm vigor algum sem o magistrado. Daí, nada se podia dizer mais verdadeiro do que ser a lei um magistrado mudo, e que o magistrado é uma lei viva.[327] Minha promessa de expor as leis pelas quais se há de reger um estado não pretende ser um longo tratado sobre quais são as melhores leis; tal disputa seria interminável e não está de acordo com minha intenção; apenas notarei de passagem de que leis pode servir-se santamente diante de Deus, e por sua vez se conduzir justamente os homens. E inclusive preferiria não tratar deste assunto, se não fosse porque vejo que muitos erram perigosamente nisto. Ora, há alguns que negam que um Estado possa ser retamente constituído caso sejam negligenciadas as *disposições* políticas de Moisés, se rege pelas leis comuns dos povos; opinião que, quão perigosa e turbulenta, que outros o discutam; a mim será bastante mostrar que é falsa e fora de rumo.

Mas, deve-se observar essa divisão generalizada que distribui toda a lei de Deus promulgada por Moisés em costumes, cerimônias, juízos, bem como devem ser examinadas as partes, uma a uma, para que tenhamos o que dizer e o que não dizer sobre elas. Entrementes, ninguém deve preocupar-se com esta dificuldade, a saber, que também pertencem aos costumes os juízos e cerimônias. Pois os antigos, que transmitiram esta divisão, ainda que não ignorassem que estas últimas duas partes volviam em torno dos costumes, no entanto, uma vez excetuados os costumes, podi-

326. Cícero, *Sobre as Leis*, II, 4 e seguintes.
327. *Ibid.*, III, 2.

am ser mudadas e anuladas, não diziam ser morais. Com esse termo designaram especificadamente aquela primeira parte, fora da qual a verdadeira santidade dos costumes e a imutável norma de viver retamente não subsistem.

15. NATUREZA E DISTINÇÃO DESSA TRÍADE DE LEIS: MORAL, CERIMONIAL E JUDICIAL

Comecemos, pois, pela lei moral. Dita lei contém dois pontos principais, dos quais se ordena honrar simplesmente a Deus com fé pura e com piedade. O outro se ordena abraçar aos homens com sincera afeição; esta é a verdadeira e eterna regra da justiça, prescrita aos homens de todas as nações e tempos que queiram conformar sua vida à vontade de Deus. Porque esta é sua eterna e imutável vontade: que ele seja realmente cultuado por todos nós; e nós, deveras, nos amemos mutuamente. A lei cerimonial foi o meio de educação dos judeus, pelo qual pareceu bem ao Senhor exercitar, por assim dizer, a infância desse povo, até que viesse aquele tempo de plenitude [Gl 4.3, 4], no qual manifestasse plenamente às terras sua sabedoria e exibisse a veracidade daquelas coisas que eram então prefiguradas em sombras. A lei judicial, a eles dada à guisa de uma ordem governamental, transmitia fórmulas seguras de eqüidade e justiça, mercê das quais entre si agissem sem culpa e pacificamente.

E como essa observância de cerimônias, de fato, pertencia apropriadamente à doutrina da piedade, visto que retinha a Igreja dos judeus no culto e religião de Deus, contudo se podia distinguir da piedade propriamente dita, assim esta forma de juízos, embora não visasse a outro propósito, senão que fosse conservada o máximo possível essa própria caridade que é preceituada pela eterna lei de Deus, contudo, do preceito do amor propriamente dito, tinha algo distinto. Portanto, da mesma forma que, preservada e incólume a piedade, as cerimônias pudessem ser anuladas, assim também, detraídas essas ordenanças judiciárias, os deveres e preceitos perpétuos da caridade podem permanecer. Se isso é verdadeiro, certamente que às nações, uma a uma, foi deixada a liberdade de instituir as leis que previssem ser vantajosas a si; leis que, todavia, se conformem àquela perpétua regra da caridade, embora variem na forma, contudo tenham o mesmo propósito. Ora, aquelas leis bárbaras e selvagens, as quais existiram, que cumulavam de honra aos ladrões, permitiam uniões promíscuas e outras *coisas*, ora muito mais repugnantes, ora muito mais absurdas, de modo algum julgo que se devam ter por leis, uma vez que se apartam não só de toda justiça, como também de *toda* humanidade e urbanidade.

16. O princípio fundamental das leis é a eqüidade, as quais admitem ampla variedade de formas e natureza das penas infligidas, e inteira independência da lei mosaica

O que acabo de afirmar se fará evidente, se em todas as leis contemplarmos, como convém, estas duas *coisas*: ***a ordenança*** da lei e ***a eqüidade***, em cuja razão se acha fundada e se apóia a própria ordenança. A eqüidade, uma vez que o é por natureza, não pode senão ser uma só de todos *os povos*, portanto também todas as leis, consoante o gênero da matéria, podem ser aplicadas a todas as nações. As ordenanças, uma vez que têm algumas circunstâncias às quais em parte dependam, nada se contrapõe a que sejam diversas, desde que todas visem igualmente ao mesmo escopo de eqüidade. Ora, uma vez que seja manifesto que a lei de Deus a que chamamos lei moral outra *coisa* não é senão o testemunho da lei natural, e dessa consciência que foi por Deus esculpida na mente dos homens, nela própria foi prescrita toda a essência desta eqüidade de que ora estamos falando. Daí, importa também que só ela seja a meta, a regra e o limite de todas as leis. Assim, pois, todas e quantas leis estivessem de conformidade com esta regra, que serão dirigidas a este escopo, que serão limitadas por este termo, não há por que sejam por nós reprovadas, por mais que sejam distintas da lei judaica, ou entre si.

A lei de Deus proíbe furtar. A pena que foi estabelecida aos furtos, no governo dos judeus, pode ser lida em Êxodo [22.1-4]. As leis antiqüíssimas de outros povos puniam o furto em dobro; as leis que depois se seguiram fizeram distinção entre furto manifesto e *furto* não manifesto. Umas procederam ao banimento; outras, ao chicoteamento; outras, enfim, à pena capital. Entre os judeus, o falso testemunho era castigado pela pena de talião [Dt 19.18-21]; em outra parte, apenas de grave ignomínia; em outra, pelo enforcamento; em outra, pela crucificação. Todas as leis, igualmente, vingam o homicídio com sangue, contudo com gêneros diversos de morte. Contra os adúlteros foram decretadas, em uma parte, penas mais severas; em outra, penas mais leves.

Vemos, entretanto, que em diversidade de tal molde, todas tendem ao mesmo fim. Ora, com uma só voz, a um tempo, pronunciam penalidade contra aqueles delitos que foram condenados pela eterna lei de Deus, a saber, homicídios, furtos, adultérios, falsos testemunhos; mas, não houve concordância quanto ao modo da pena. Aliás, isso não é necessário e nem mesmo conveniente. Há região que, a menos que proceda severamente com horrendos exemplos para com os homicidas, logo a seguir ele se perderá em matanças e latrocínios. Há época que demanda aumento no rigor das penas. Se algo foi conturbado na ordem pública, os males que daí costumam nascer devem ser corrigidos por novos editos. Em tempo de guerra, no estrépito das armas, todo *senso de* humanidade sucumbiria, a menos que seja introduzido insólito medo de castigos. Em tempo de improdutividade e na epidemia, a não ser

que se aplique maior severidade, tudo irá abaixo. Gente há mais propensa a certo vício, salvo se for reprimida de forma austera. O que se desse por ofendido por tal diversidade, mui própria para manter a observância da lei de Deus, não seria um malvado e subversivo do bem público?

Ora, o que alguns costumam objetar, que se faz injúria à lei de Deus dada por mediação de Moisés, quando ao aboli-la preferem em seu lugar outras novas leis, é coisa absolutamente fútil, porque não lhe são preferidas como simplesmente melhores, mas em razão da condição e circunstâncias de tempo, de lugar e país Além disso, ao agir assim não fica abolida, já que nunca foi promulgada para nós, que procedemos dos gentios. Porque nosso Senhor não a deu por ministério de Moisés para que fosse promulgada a todas as nações e povos, nem para que fosse guardada por todo o mundo; mas que, havendo ele recebido de modo especial ao povo judeu sob sua proteção, amparo e defesa, quis também ser seu particular Legislador; e como convinha a um bom e sábio legislador, teve presente em todas as leis que lhes deu a utilidade e proveito do povo.

17. DEFERÊNCIA E RESPEITO DEVIDOS PELOS CRISTÃOS ÀS LEIS, AOS TRIBUNAIS, AOS MAGISTRADOS, AOS QUAIS APELAR, SEM ODIOSIDADE NEM ESPÍRITO DE VINGANÇA

Resta agora vermos o que fora proposto em último lugar: que uso das leis, dos juízos, dos magistrados, caiba à sociedade comum dos cristãos; ao que foi anexada também outra questão: quanto as pessoas, como indivíduos, devem deferir aos magistrados, e até onde sua obediência deva ir? Na opinião de muitos, o ofício do magistrado parece supérfluo entre os cristãos porque, evidentemente, não podem piamente pleitear *na justiça*, já que lhes foi vedado tomar vingança, questionar em juízo e litigar. Mas quando, em contrário, Paulo atesta claramente que *o magistrado* nos é ministro de Deus para o bem [Rm 13.4], disso entendemos que ele foi divinamente ordenado para que, por sua mão e meios de proteção, sejamos defendidos contra a improbidade e as violações de direito dos homens facciosos e levemos vida quieta e segura [1Tm 2.2]. Porque, se ele nos foi dado pelo Senhor em vão, para proteção, exceto se nos é lícito usar de tal benefício, faz-se bastante claro que ele também não pode ser impiamente invocado e recorrido.

Aqui, porém, me convém tratar com um duplo gênero de homens. Visto que são muitos os que sentem excessivo prazer em pleitear, que jamais estão tranqüilos se não andam enredados em contendas com outros. Não só promovem as próprias demandas com a máxima acerbidade de ódios e com insana paixão de vingar e de prejudicar, como também, com implacável pertinácia, prosseguem até mesmo à ruína de seu adversário. Entrementes, para não serem julgados que estão fazendo algo

senão de direito, defendem tal perversidade com o pretexto de ações judiciais. Mas, se é permitido entrar em juízo com um irmão, nem por isso é lícito odiá-lo; nem por isso é lícito ser contra ele impulsionado por furioso empenho de prejudicá-lo; nem por isso é lícito persegui-lo pertinazmente.

18. O ESPÍRITO DE BRANDURA, DE MODERAÇÃO, DE CORDIALIDADE QUE DEVE REINAR NAS DEMANDAS, JAMAIS DEVEM SER EIVADAS DE RANCOR, DE AMARGOR, DE FUROR

Tais pessoas, pois, crêem que os tribunais são legítimos e lícitos àqueles que fazem bom uso deles; e que ambas as partes podem servir-se legitimamente dos mesmos, tanto o que acusa quanto o acusado. Primeiramente é lícito ao que pede justiça, caso tenha sido injustamente tratado ou oprimido, seja em seu corpo ou em seus bens, se põe sob a proteção do magistrado, apresentando-lhe sua queixa, formulando sua petição justa e verdadeira, sem nutrir qualquer desejo de vingança nem de prejudicar, sem ódio e sem rancor nem desejo algum de litigar; estando, ao contrário, disposto a perder algo seu e sofrer a injúria, em vez de nutrir ira e ódio contra seu adversário. Em segundo lugar, é lícito que se defenda se, sendo citado, comparece no dia que lhe foi ordenado, e defende sua causa com os melhores procedimentos e razões que pode, sem nenhum rancor, mas com o simples desejo de conservar o que é seu por justiça. Ao contrário, se os corações estão cheios de ódio, corrompidos de inveja, inflamados de ira, movidos pela vingança, ou de qualquer outra maneira de tal forma irritados que a caridade sofre detrimento, todos os procedimentos, mesmo nas causas mais justas do mundo, no mínimo outra coisa não podem ser senão iníquas e injustas. Ora, a todos os cristãos convém que se fixe bem este axioma: que ninguém pode formar processo contra outro, por boa e justa seja sua causa, se não tem para com a parte contrária o mesmo afeto e benevolência que lhe teria se o assunto que têm em mãos seja amistosamente transacionado e resolvido.

É provável que alguém objete dizendo que tal moderacão nunca se aplica a uma demanda de uma forma milagrosa, se é que exista alguma dessa natureza. De fato admito que, como são os costumes destes tempos, raro se depara um exemplo de litigante probo; mas, a coisa não deixa de ser boa e pura, a ponto de não ser contaminada com alguma coisa estranha. Além disso, quando ouvimos dizer que o auxílio e assistência do magistrado é um santo dom de Deus, devemos tanto mais guardar-nos diligentemente de manchá-la com algum vício de nossa parte.

19. Improcedência da tese de que, uma vez que só se espera justiça da parte de Deus, ao cristão fiel não é legítimo apelar à justiça humana

Aqueles, porém, que condenam estritamente a todas as contestações judiciárias devem compreender que estão, a um só tempo, repudiando uma santa ordenança de Deus e um dom do gênero daqueles que para os limpos tudo é limpo [Tt 1.15], a menos que, talvez, de uma ação abominável queiram acusar falsamente a Paulo, que não só repeliu de si as calúnias dos acusadores, expondo-lhes também a sutileza e a malícia [At 24.12-21], como ainda nos tribunais fez valer a si a prerrogativa da cidadania romana [At 16.37; 22.1, 25]; e de um governador iníquo, quando surgiu a necessidade, apelou para o tribunal de César [At 25.10, 11]. Tampouco se contrapõe a isso que a todos os cristãos foi proibido o desejo de vingança, que também afastamos para muito longe de nós os tribunais cristãos [Lv 19.18; Dt 32.15; Mt 5.39; Rm 12.19]. Porque, se é uma causa civil pela qual pleiteia, não segue bom caminho senão o que com retidão e simplicidade encomenda seu negócio ao juiz, como a um tutor e protetor público; o qual em nada pensa menos que devolver mal por mal [Rm 12.17], o que é apetite de vingança. E se é uma causa criminal a de que se trata, não aprovo a nenhum acusador senão aqueles que comparecem em juízo sem ser movidos pelo ardor da vingança, e sem dar-se por ofendidos por seu agravo particular; senão apenas com desejo de impedir a maldade de quem o acusa e destruir seus enredos, a fim de que não se prejudique a ordem pública. Se não há apetite de vingança, não se age contra o mandamento que proíbe aos cristãos a vingança.

Se alguém objetar dizendo que não só se proíbe ao cristão nutrir desejo de vingança, mas que também lhe é ordenado que espere o auxílio do Senhor, o qual promete socorrer aos afligidos e oprimidos; e, portanto, que quem pede o auxílio do magistrado para si ou para os outros antecipa esta vingança de Deus, a isto respondo que não é assim. Pois deve-se pensar que a vingança do magistrado não é do homem, mas de Deus, a qual, como diz Paulo, ele a aplica pelo ministério dos homens para seu bem [Rm 13.4].

20. Ao cristão, segundo o ensino de Cristo, não cabe senão sofrer afrontas e injúrias sem buscar vingança ou revide, contudo isso não impede que se apele para o magistrado na defesa de seu direito ou na promoção do bem público

Tampouco nos opomos às palavras de Cristo nas quais proíbe resistir ao mau, e preceitua que se vire a face direita àquele que der uma bofetada na esquerda, e deixar que se leve a toga àquele que tomar a túnica [Mt 5.39, 40]. Na verdade, aí *ele* quer retrair o ânimo dos seus a tal ponto, do desejo de retaliar, que mais depressa

tolerem que se dupliquem contra si a injúria do que queiram retribuir; tolerância essa que, de fato, da qual não os estamos afastando. Pois de fato importa que os cristãos sejam um gênero de pessoas nascidas para suportarem-se as afrontas e injúrias, expostas à perversidade, às imposturas, às zombarias de homens da pior espécie. Não só isso, mas também importa que suportem pacientemente a todos esses males, isto é, de um ânimo de tal modo disposto que, sofrida uma ofensa, se preparam para outra, sem prometer nada a si mesmos, por toda a vida, do que a constância de suportar uma cruz perpétua. Enquanto isso, que façam o bem aos que lhes fazem o mal, bendigam aos que os maldizem [Lc 6.28] e tudo façam para vencer o mal com o bem, que é sua única vitória [Rm 12.21]. Possuídos de tal sentimento, não buscarão agir olho por olho, dente por dente, como os fariseus instruíam a seus discípulos, em busca de vingança; ao contrário, como somos ensinados por Cristo, assim suportarão não só que lhes seja mutilado o corpo, como também maldosamente lhes sejam arrebatadas as posses, que logo em seguida lhes são desferidas essas violações, já se acham preparados a de bom grado perdoá-las.

Todavia, tampouco essa eqüidade e moderação de ânimo impedirá que, dedicando íntegra a amizade para com seus inimigos, usem da ajuda do magistrado para a conservação de suas coisas ou, pelo zelo do bem público, solicitem o castigo de um homem culposo e pestilento, que se saiba não poder emendar-se senão pela morte. Pois Agostinho interpreta que realmente para isto tendem todos estes preceitos: "que primeiro o homem justo e piedoso esteja preparado a pacientemente suportar a maldade daqueles a quem busca tornar bons, para que antes cresça o número dos bons, não para que, com igual maldade, também se inclua no número dos maus; segundo, que *esses preceitos* dizem mais respeito à preparação do coração, que é interior, do que à obra que se faz exteriormente, de sorte que em secreto se mantenha a paciência de espírito, juntamente com a benevolência; entrementes, que façamos externamente o que sabemos ser útil para a salvação daqueles a quem devemos amar.[328]

21. TAMPOUCO, EM REFERÊNCIA AOS CORÍNTIOS, PAULO CONDENA TODO LITÍGIO, MAS APENAS O ESPÍRITO CONTENCIOSO

A objeção que comumente apresentam, de que Paulo em geral condena toda sorte de litígio [1Co 6.5-8], isso é também falso. De suas palavras pode-se facilmente entender que havia na igreja dos coríntios imoderada fúria de litigar, a ponto de recorrerem às cavilações e atraindo assim toda sorte maledicência dos ímpios contra o evangelho de Cristo e toda a religião que professavam. O que primeiramente Paulo repreende neles é isto: que pelo destempero de suas dissensões expunham o

328. *Cartas*, 138, II, 12 e 13.

evangelho ao descrédito entre os infiéis; segundo, os repreende também porque de tal modo disputavam entre si, irmãos com irmãos, e estavam tão longe de suportar qualquer injúria, que avidamente ansiavam por abocanhar os bens uns dos outros, que atacavam, sem causa, e infligiam dano. Portanto, o que temos aí é um ataque contra essa insânia de litigar, e não simplesmente contra toda e qualquer controvérsia. Mas ele está denunciando aí o mal de não tolerar o dano e a perda dos bens; em vez de esforçar-se por preservá-los, se valem de disputas e debates; inclusive chegavam ao ponto de brigarem pela mínima perda ou dano que lhes era ocasionado, para logo em seguida meter-se novamente em mais um processo. Ele afirma que esse é um sinal de que se irritam com muita facilidade, e por isso é que são tão impacientes.

Certamente os cristãos devem preferir perder seu próprio direito do que recorrer à justiça, donde dificilmente poderão sair senão com o coração cheio de indignação e inflamado em ira contra seu irmão. Quando, pois, alguém perceber que, sem prejuízo da caridade possa proteger *em juízo* seus bens, cuja perda lhe redundará em grave prejuízo, se fizer isso, não estará violentando esta sentença de Paulo. Enfim, o que de início ensinamos, que a cada um o melhor conselho deve vir da caridade, sem a qual todas as coisas que se empreendem e as demandas que além da qual avançam, fora de controvérsia, consideramos que são injustas e ímpias.

22. Aos magistrados, em função do ofício que exercem, o qual lhes é divinamente conferido, o súdito cristão deve elevada deferência e respeito

O primeiro dever dos súditos para com seus magistrados é nutrir por sua função o mais profundo respeito que puder; aliás, que reconheçam que sua jurisdição foi delegada por Deus, e por isso os contemplem e os reverenciem como ministros e legados de Deus. Porque descubrireis que alguns se mostram mui obedientes a seus magistrados, e que de fato não querem que exista autoridade a quem obedeçam, porque sabem assim convir ao bem público; todavia, não pensam diferentemente dos próprios magistrados senão como sendo um dos males necessários. Entretanto, Pedro requer de nós algo mais que isso, quando preceitua que se honre o rei [1Pe 2.17]; e Salomão, quando *prescreve* que se tema a Deus e ao rei [Pv 24.21]. Ora, aquele sob o termo ***honrar*** abrange uma estimativa sincera e cândida; este, com o rei submisso a Deus, mostra que ele se reveste de uma como que santa veneração e dignidade.

Há também aquela notável recomendação em Paulo “de que devemos obedecer não só em função da ira, mas também em função da consciência” [Rm 13.5]; entendendo com isso que os súditos devem ser induzidos não apenas pelo terror dos príncipes e governantes, para que em sua sujeição se contenham, como se dá na

sujeição a um inimigo armado, ainda que se vêem à mercê de represália que têm de enfrentar, mas porque a Deus mesmo se presta a obediência que a esses se presta, uma vez que seu poder provém de Deus. Não estou discutindo a respeito dos homens *como tais*, como se a máscara da dignidade *lhes* encobrisse a estultície, ou o desvario, ou a crueldade e os costumes ímpios e saturados de abominação, e assim adquirisse aos vícios o louvor das virtudes; ao contrário, estou dizendo que digna de honra e reverência é a ordem propriamente dita, de modo que todos quantos exerçam autoridade entre nós mereçam o apreço e veneração pelo respeito de sua posição de eminência.

23. A obediência a ser prestada aos magistrados ou às autoridades legitimamente constituídas

Desse se segue também um outro *dever*: que ao tê-los em honra e estima, é preciso que se lhes sujeite com toda obediência, seja porque se deva obedecer a suas ordens e constituições, ou porque se deva pagar os impostos, ou porque se deva suportar alguma carga pública que se refira à defesa comum, ou porque seja preciso obedecer a certos mandados. "Toda alma", diz Paulo, "esteja sujeita às potestades superiores, pois aquele que resiste à potestade, resiste à ordenança de Deus" [Rm 13.1, 2]; "Adverte-os", escreve o mesmo *Paulo* a Tito, "que estejam sujeitos aos principados e potestades, que obedeçam aos magistrados, que estejam preparados para toda boa obra" [Tt 3.1]. E Pedro: "Sede sujeitos", diz *ele*, "a toda e qualquer criatura (ou, antes, como eu, de fato, traduzo: ordenança) humana, em consideração ao Senhor, seja ao rei como supereminente, seja aos governandores, que são por ele enviados para a punição, realmente, dos malfeitores, mas *para* louvor aos que agem retamente" [1Pe 2.13, 14].

Além disso, para os súditos demonstrem que obedecem não fingidamente, mas de boa vontade, Paulo acrescenta que em suas orações devem recomendar a Deus a conservação e propriedade daqueles sob os quais vivem. "Exorto", diz *ele*, "que se façam deprecações, súplicas, intercessões, ações de graças por todos os homens, pelos reis e todos quantos são constituídos em eminência, para que vivamos uma vida tranqüila e sossegada, com toda piedade e honestidade" [1Tm 2.1, 2].

Que aqui ninguém se engane. Pois, uma vez que se pode resistir ao magistrado sem que, ao mesmo tempo, se resista a Deus, ainda que pareça poder-se desprezar impunemente um magistrado inerme, no entanto Deus se acha armado para vingar severamente o desprezo de sua disposição. Além disso, debaixo desta obediência compreendo a moderação que em *matéria* pública se devem impor os homens como indivíduos, para que não se envolvam demais nos negócios públicos, ou inconsideradamente invadam as funções do magistrado, e para que simplesmente não porfiem por fazer algo de natureza pública. Se na administração pública há algo a se

corrigir, que pessoalmente não façam alvoroço, nem movam as mãos à obra, as quais têm de permanecer atadas ao respeito; o dever é dar notícia disso ao magistrado, o qual tem as mãos livres para isso. Entendo, porém, que nada ousem sem que sejam mandados, porquanto, quando ocorreu injunção do governante, já também foram *eles* próprios dotados de autoridade pública. Porque, assim como se costuma comumente chamar a seus conselheiros do príncipe seus ouvidos e olhos,[329] também podemos chamar mãos do príncipe àqueles que ele tem constituído para executar o que se lhes manda.

24. Esses magistrados, porém, que deslustram ou desvirtuam seu ofício, cedendo a múltiplos desvios, deixam de merecer o respeito e acatamento de muitos que a posição lhes confere

E como até aqui temos descrito o magistrado tal como deve ser, que verdadeiramente corresponda a seu título, isto é, um pai da pátria e, como diz o poeta, pastor do povo, guardião da paz, defensor da justiça, vindicador da inocência, com toda razão será tido por *aquele* a quem não se aprove tal governo. Mas, como de ordinário acontece que a maioria dos príncipes anda bem longe do verdadeiro caminho; e, como este é o exemplo de quase todas as eras, que uns dentre os príncipes, sem preocupar-se por nada de seu dever, se espojam em seus prazeres e deleites, outros, dominados pela avareza, põem à venda todas as leis, privilégios, direitos, juízos; outros saqueiam ao povo pobre, que, depois, esbanjam em insanas liberalidades; Outros, pilhando os lares, "violando matronas e, matando inocentes, cometem meros assaltos; esses, porém, não é fácil ser reconhecidos por príncipes, a cujo mando, até onde é possível, se lhes deve obedecer sem questionar. Porque, quando em meio de tantos vícios, tão enormes e alheios, não só ao ofício de governante, mas inclusive a todo senso de humanidade, não se vê nos superiores prova alguma da imagem de Deus que deve resplandecer em todo governante, nem qualquer rastro de um ministro do Senhor, que foi posto para louvor dos bons e castigo dos maus, não reconhecem nele àquele superior cuja autoridade e dignidade a Escritura nos recomenda. E certamente, sempre esteve não menos arraigado no coração dos homens o sentimento de aborrecimento e ódio aos tiranos, que o de amor aos reis justos, que cumprem com seu dever.

25. Os magistrados indignos de seu ofício, malfeitores ou injustos, são instrumentos de Deus para punir-se a impiedade do povo

Se, porém, atentarmos para a Palavra de Deus, *ela* nos conduzirá mais longe:

329. Xenofonte, *Ciropédia*, VIII, 2 e 10.

que sejamos sujeitos não apenas ao mando desses príncipes que desempenham seu ofício para conosco probamente e com a fidelidade com que devem, mas ainda de todos que, de qualquer modo, das coisas se assenhorearam, ainda que nada menos realizem que o que era próprio do ofício de príncipes. Pois, ainda que o Senhor ateste ser o magistrado o ofício supremo de sua benevolência para conservar-se a segurança dos homens, e prescreve aos próprios magistrados seus limites, no entanto ao mesmo tempo declara que, sejam quem forem, eles têm seu senhorio tão-somente como provindo dele; aliás, aqueles que governam para o bem público são verdadeiros exemplares e espécimens desta sua benevolência; os que, porém, dominam injusta e imoderadamente, esses foram suscitados por ele para punir-se a iniqüidade do povo; todos, igualmente, foram providos daquela santa majestade com que investiu ao poder legítimo.

Não avançarei mais até que tenha submetido alguns testemunhos seguros desta matéria. Contudo, não carece estender mais para confirmar-se que um rei ímpio é a ira do Senhor sobre a terra [Jó 34.30; Os 13.11; Is 3.4; 10.5], quando julgo não existir ninguém que sentencie em contrário, nem há quem o contradiga. Ao fazê-lo assim, não dizemos mais de um rei que de um ladrão que rouba nossa fazenda, de um adúltero que toma a mulher alheia, ou de um homicida que procura tirar a vida; visto que a Escritura enumera a todas as calamidades desta natureza entre as maldições de Deus [Dt 28.29]. No entanto, insistimos ainda mais em provar que isto não cai na mente dos homens tão facilmente: que um homem da pior espécie e o mais indigno de toda honra, em quem, no entanto, esteja o poder público, reside aquele poder eminente e divino que o Senhor, por sua Palavra, deferiu aos ministros de sua justiça e juízo; porque, quanto respeita à obediência pública, deva ser tido pelos súditos na mesma reverência e dignidade em que se deve ter ao melhor rei, se lhes fosse dado.

26. Os próprios desregrados ou brutais, no testemunho de Daniel, Ezequiel e Samuel, instrumentos da providência divina, portanto devem ser acatados

De princípio, admoesto aos leitores a que tenham em mente e observem cuidadosamente aquela providência e singular ação de Deus que, não sem causa, tantas vezes se nos rememora nas Escrituras, em distribuirem-se reinos e constituírem-se reis *àqueles* a quem *bem* lhe apraz. Em Daniel: “O Senhor muda os tempos e as sucessões dos tempos; remove reis e os constitui” [Dn 2.21]; igualmente: “Para que os viventes conheçam que poderoso é o Altíssimo no reino dos homens, e a quem ele o queira o dará” [Dn 4.17]. Embora por toda parte a Escritura seja rica em sentenças deste molde, essa profecia *de Daniel*, contudo, flui delas particularmente. Ora, sabe-se muito bem rei de que natureza foi Nabucodonosor, o mesmo que se

apoderou de Jerusalém, incansável invasor e devastador de outros. O Senhor, entretanto, em Ezequiel [29.19, 20], afirma que lhe dera a terra do Egito pelo serviço que lhe havia prestado em devastar-se aquela. E Daniel lhe dizia: “Tu, ó rei, és rei de reis, a quem o Deus dos céus deu um reino poderoso, e forte, e glorioso; digo que ele também te deu todas as terras onde habitam os filhos dos homens, os animais selváticos e as aves do céu; entregou-as em tua mão e te fez dominar sobre elas” [Dn 2.37, 38]. De novo, a seu filho Belsasar: “O Deus Altíssimo deu a Nabucodonosor, teu pai, reino e magnificência, honra e glória; e em razão da magnificência que lhe deu, todos os povos, tribos e línguas se puseram diante dele a tremer e temer” [Dn 5.18, 19]. Quando ouvimos que ele foi imposto por Deus *como* rei, relembremos, ao mesmo tempo, aqueles editos celestiais quanto a honrar-se e temer-se ao rei, e não duvidaremos que o mais celerado tirano ocupa aquele lugar para o qual o Senhor lhe designara.

Samuel, como avisasse ao povo de Israel *sobre* a natureza daquilo que haveria de sofrer de seus reis, dizia: “Este será o direito do rei que houver de reinar sobre vós; ele tomará a vossos filhos e os empregará em seus carros, para que os ponha por seus cavaleiros, e para que arem seus campos, e seguem sua messe, e fabriquem *suas* armas; tomará vossas filhas para que sejam perfumistas, cozinheiras e padeiras; por fim tomará vossos campos vossas vinhas e melhores olivais e os dará a seus servos; dizimará vossas sementes e vossas vinhas e dará a seus eunucos e a seus servos; tomará servas e jumentos e os aplicará a seu trabalho; dizimará também vossos rebanhos, e vós sereis servos seus” [1Sm 8.11-17]. Por certo que os reis não fariam isso por direito, pois a lei lhes ensinava a guardar toda temperança e sobriedade [Dt 17.16-20]; mas Samuel a chama autoridade sobre o povo, poquanto era necessário obedecê-lo, e ao qual não era lícito resistir. Como se dissesse: A cobiça dos reis se estenderá a todos essas desordens, os quais vós não tereis autoridade de reprimir, senão que vosso dever será ouvir suas ordens e os obedecer.

27. Deferência e acatamento que fazia juz o próprio Nabucodonosor à luz do capítulo 27 de Jeremias

Mas, sobremodo insigne e memorável é uma passagem em Jeremias, a qual, embora mais prolixa, nem por isso aborrecerá defrontá-la, a qual define toda esta questão clarissimamente: “Eu fiz a terra e os homens, diz o Senhor, e os animais que estão na superfície da terra, com minha grande força e braço estendido, e a dou àquele que a meus olhos me agradar. E agora, pois, eu dei todas estas terras na mão de Nabucodonosor, meu servo, e a ele servirão todas as nações e grandes reis, até vir o tempo de sua terra. E será que os povos e reinos que ao rei de Babilônia não tiver servido, os visitarei com espada, fome e peste; portanto, servi ao rei de Babilônia e viveis” [Jr 27.5-8, 17].

Vemos com quão grande obediência o Senhor quis que fosse reverenciado aquele tirano abominável e feroz; não por outra razão, senão porque *ele* possuía o reino. Cuja possessão por si só mostrava que ele fora colocado em seu trono por disposição de Deus, e por ela era elevado à majestade real que não era lícito violar. Se estamos bem convencidos desta sentença e a temos bem fixa em nossos corações, a saber, que pela mesma disposição de Deus pela qual é estabelecida a autoridade dos reis também os reis iníquos ocupam sua autoridade, jamais nos virá à imaginação esses loucos e sediciosos pensamentos de que um rei deve ser tratado como se merece, e que não é razoável que tenhamos de viver submissos a quem por sua vez não governa como rei em referência a nós.

28. Evidências bíblicas adicionais que corroboram a deferência e respeito devidos ao rei em função de seu ofício sancionado por Deus

Em vão objetará alguém que esse mandado foi peculiar aos israelitas. Pois deve-se observar com que razão o Senhor o solidifique: "E agora eu entreguei todas estas terras na mão de Nabucodonosor, rei de Babilônia, meu servo; e ainda até os animais do campo lhe dei, para que o sirva" [Jr 27.6]. Portanto, a quem quer que se faça evidente haver o reino sido deferido, a esse não tenhamos dúvida de que os deve servir. E tão logo eleve o Senhor ao régio fastígio a alguém, nos faz atestada sua vontade de que quer que ele reine. Ora, a este respeito sobressaem testemunhos gerais da Escritura. Salomão: "Em decorrência da iniqüidade da terra, são muitos os príncipes" [Pv 28.2]. Igualmente, Jó: "Aos reis tira a sujeição e de novo os cinge com um cinto" [Jó 12.18]. Isso, porém, admitido, nada resta senão que sirvamos e vivamos.

Há no profeta Jeremias ainda um outro mandamento do Senhor, no qual ordena a seu povo que busque a paz de Babilônia, para a qual haveriam sido levados cativos, e a orar a ele em favor dela, porquanto em sua paz estaria a paz deles [Jr 29.7]. Vemos, pois, como manda aos israelitas que se despojem de todos *seus* haveres, arrancados à força de seus lares, forçados ao exílio, lançados na mísera servidão, se ordena que orem pela prosperidade de *seu* vencedor, não como se nos ordena em outras *passagens* a suplicarmos em favor de nossos perseguidores; mas, a fim de que seu reino se conserve seguro e tranqüilo, para que sob ele também *eles* mesmos vivam prosperamente.

Assim Davi, já rei designado pela ordenação de Deus e ungido por seu santo óleo, como por nenhuma culpa sua fosse indignamente acossado por Saul, todavia tinha *por* sacrossanta a cabeça de seu emboscador, porquanto o Senhor o santificara com a honra do reino. "Longe esteja de mim", dizia *ele*, "que diante do Senhor eu

faça isto a meu senhor, o ungido do Senhor: que minha mão arremeta contra ele, visto que é o ungido do Senhor” [1Sm 24.6]. Igualmente: “Poupou-te minha alma e eu disse: Não arremeterei minha mão contra meu senhor, porquanto é o ungido do Senhor” [1Sm 24.10]. Ainda: “Quem arremeterá sua mão contra o ungido do Senhor e será inocente? Vive o Senhor; a menos que o tenha ferido, ou seu dia tenha chegado para que morra, ou desça ele à batalha, longe de mim esteja que arremeta eu minha mão contra o ungido do Senhor” [1Sm 26.9-11].

29. Aos súditos não cabe tomar revide contra os maus governantes, instrumentos de Deus para punir o povo em seus desvios. Ao contrário, Deus deixa a defesa de sua justiça sobre eles

Este senso de reverência, e até de piedade, o devemos, em *grau* extremo, a todos nossos governantes, sem importar de que natureza seja; por isso com muita freqüência repito, que devemos aprender a esquadrinhar não os homens propriamente ditos; ao contrário, tenhamos *por* suficiente que pela vontade do Senhor desempenhem essa função à qual ele mesmo imprimiu e esculpiu inviolável majestade.

Mas, dirás que os governantes devem mútuas obrigações a seus súditos. Isto já o declarei. Mas se à luz desse fato determinares que somente aos governos justos se deve render obediência, então és um argumentador insípido. Porque os maridos e os pais têm determinados deveres em relação a suas esposas e seus filhos. E se acontece que não cumpram esses deveres como convêm, uma vez que os pais tratam rudemente aos filhos, injuriando-os em cada palavra, contra o que Paulo ordena, a saber, que não os provoquem à ira [Ef 6.4], e que os maridos menosprezam e atormentam suas esposas, às quais por mandamento divino devem amar e guardar como a vasos frágeis [Ef 5.25; 1Pe 3.7], por isso os filhos poderiam deixar de obedecer a seus pais e as esposas a seus maridos? Pelo contrário, no dever estão sujeitos até mesmo aos ímpios e remissos. Portanto, ninguém deve considerar como cumpre o outro seu dever para com ele, mas apenas deve ter sempre em mente e diante de seus olhos que ele deve fazer para cumprir com seu próprio dever. Esta consideração deve ter lugar principalmente naqueles que estão submissos a outros. Por isso, se formos cruelmente atormentados por um príncipe feroz; se formos vorazmente esbulhado por *um príncipe* avarento ou voluptuoso; se formos negligenciados por *um príncipe* mau e ignorante; finalmente, se formos oprimidos por *um príncipe* ímpio e sacrílego por causa da piedade, que primeiro venha à mente a lembrança de nossos delitos, os quais por tais flagelos do Senhor são não dubiamente castigados. Daí a humildade deve frear-nos a impaciência.

Em seguida, que nos venha também esta cogitação: que não nos cabe sanar a males desta natureza; apenas nos foi deixada esta lei: que imploremos a ajuda do

Senhor, em cuja mão estão os corações dos reis e as inclinações dos reinos [Pv 21.1]. “Deus está na congregação dos poderosos; julga no meio dos deuses” [Sl 82.1], diante de cuja face cairão e serão esmagados todos os reis e juízes da terra, todos quantos não beijarem seu ungido [Sl 2.10-12], e tenham feito leis iníquas para que oprimissem aos pobres em juízo e fizessem violência à causa dos que são de condição humilde, para que tivessem as viúvas por presa e despojassem aos órfãos [Is 10.1, 2].

30. Deus executa seu beneplácito sobre os governos abusivos, ora suscitando dentre seus servos quem lhes quebrante o poder, ora dirigindo os próprios fiéis, que executam sua vontade sem o pretenderem

E aqui sua admirável bondade se manifesta, seja o poder, seja a providência, porque ora suscita dentre seus servos manifestos vingadores, e os arma de seu mandado, a que imponham castigos da celerada dominação e livrem seu povo oprimido de mísera calamidade e de injustas medidas, ora a isso destina o furor de homens que cogitam uma coisa e executam outra. Assim foi que ele libertou o povo de Israel da tirania de faraó por meio de Moisés [Ex 3.7-10]; da violência de Cusã, rei da Síria, através de Otoniel [Jz 3.9]; de outras servidões mediante outros ou reis ou juízes. Assim foi que através dos egípcios domou a soberba de Tiro; assim foi que pelos assírios domou a insolência dos egípcios; pelos caldeus, a ferocidade dos assírios; pelos medos e persas, a arrogância de Babilônia, quando Ciro já havia subjugado aos medos; dos reis de Judá e de Israel, porém, a ingratidão e a ímpia contumácia para com tantos benefícios seus, esmagou e afligiu, ora através dos assírios, ora através dos babilônios. É verdade que não fez tudo da mesma forma.

Ora, aqueles primeiros, uma vez que ao se executarem tais feitos haviam sido comissionados por legítimo chamamento de Deus, ao tomarem armas contra os reis, longe estavam de violar essa majestade que por divina ordenação foi aos reis conferida; pelo contrário, armados do céu, ao poder menor reprimiam com o maior, exatamente como aos reis é lícito punir a seus sátrapas. Estes, ainda que fossem pela mão de Deus dirigidos para onde bem queria e sua obra, sem o saber, levavam a cabo, entretanto outra *coisa* não revolviam na mente senão a maldade.

31. AO CIDADÃO COMUM NÃO ASSISTE O DIREITO DE ATENTAR CONTRA A MAJESTADE DOS REIS. OS MAGISTRADOS, PORÉM, QUE SÃO CONSTITUÍDOS PARA A DEFESA DOS DIREITOS DO POVO, PODEM E DEVEM RESISTIR AOS ABUSOS DOS SOBERANOS

Mas, de qualquer modo que sejam julgados os próprios feitos dos homens, no entanto o Senhor executava igualmente sua obra através deles, quebrantando e subvertendo os cetros sanguinários de reis insolentes cujos governos não se pode tolerar. Ouçam os príncipes e tremam. Entrementes, porém, cabe-nos com o máximo empenho precaver-nos que não desprezemos nem violemos aquela plena autoridade da veneranda majestade dos magistrados, a qual Deus sancionou com os mais poderosos editos, ainda que *ela* resida em *soberanos* os mais indignos, e que, quanto está em si, a poluem por sua iniqüidade. Porque ainda que a correção e o castigo do mando desordenado seja vingança que Deus para si toma, nem por isso devemos julgar pessoalmente que nos foi conferida, a quem nenhum outro mandamento foi dado que o de obedecer e de suportar. Estou sempre falando de pessoas individualmente.

Mas, se agora alguns são constituídos magistrados do povo para moderar-se a prepotência dos reis, como eram outrora os éforos que foram contrapostos aos reis lacedemônios; ou os tribunos da plebe aos cônsules romanos; ou os demarcas ao senado dos atenienses; e, como estão as coisas agora, talvez também de qualquer poder que em cada reino exercem as três ordens *representativas* quando realizam suas assembléias gerais; a tal ponto não os proíbo de, em função de *seu* ofício, resistir ao estuante desbragamento dos reis que, se se façam coniventes aos reis a oprimirem e assolarem violentamente ao populacho humilde. Eu afirmaria que tão nefária perfídia não carece de sua dissimulação, visto que estão a trair fraudulentamente a liberdade do povo, da qual devem saber que foram postos *por* guardiães pela ordenação de Deus.

32. A DEFERÊNCIA PARA COM O MAGISTRADO CIVIL, ENTRETANTO, VAI APENAS ATÉ ONDE NÃO IMPLIQUE EM DESOBEDIÊNCIA A DEUS, O SUPREMO SOBERANO A QUEM IMPORTA SEMPRE E EM TUDO OBEDECER

Mas, na obediência que já ensinamos se deve a homens, haverá sempre uma exceção; ou, melhor dizendo, uma regra que antes de tudo se deve guardar; ou, seja, que tal obediência não nos aparte da obediência daquele sob cuja vontade é razoável que se contenham todas as disposições dos reis; e que todos seus mandatos e constituições cedam diante das ordens de Deus, a cuja majestade requer-se que estejam submissas suas faces. E com efeito quão contrário haverá de ter sido que, para que aos homens satisfaças, incorres em ofensa daquele em cuja atenção aos

próprios homens obedeças! O Senhor, pois, é o Rei dos reis que, quando abre sua sacra boca, a um tempo, antes de todos e acima de todos, somente deve ser ouvido; em segundo lugar, fomos sujeitos a esses homens que sobre nós presidem, mas somente nele. Se ordenam algo contra ele, não seja de nenhuma relevância e valia; tampouco aqui tenhamos em qualquer consideração toda aquela dignidade em que os magistrados sobressaem, à qual não se faz nenhuma violação de direito quando se tem por inferior ante aquele singular e verdadeiramente supremo poder de Deus.

Em conformidade com este princípio, Daniel nega haver cometido qualquer ofensa contra o rei, quando não lhe obedeceu ao ímpio edito [Dn 6.22], uma vez que ele excedera seus limites; tampouco apenas fora iníquo para com os homens, como também, ao erguer a fronte contra Deus, pessoalmente anulara seu *próprio* poder. Em contrário, condenados são os israelitas porque haviam sido demasiado complacentes para com o ímpio edito do rei. Pois, como Jeroboão houvesse fundido os bezerros de ouro, deixando de parte o templo de Deus, para agrado seu, se desgarrara abraçando novas superstições [1Rs 12.25-30]. Com a mesma prontidão seus filhos se dobraram aos decretos de seus reis. O Profeta *Oséias* censura severamente por haverem abraçado os editos do rei. Tão longe está de que mereça louvor o pretexto de submissão com que cortesãos aduladores se cobrem e enganam aos simplórios, enquanto negam ser-lhes lícito recusar qualquer *coisa* imposta por seus reis, como se, na verdade, Deus resignasse aos mortais o seu direito, pondo-os à frente do gênero humano, ou seja diminuído o poder terreno quando sujeito é a seu autor, diante de quem até os principados celestes, súplices e apavorados se mostram.

Sei quão grande e quão presente perigo ameaça a esta firmeza, porque mui impacientemente os reis se deixam desprezar, cuja indignação é “o mensageiro da morte”, diz Salomão [Pv 16.14]. No entanto, uma vez que um edito foi proclamado pelo celeste pregoeiro Pedro, que mais importa “antes obedecer a Deus do que aos homens” [At 5.29], consolemo-nos com o pensamento de que então estamos nós a prestar aquela obediência que Deus exige, quando, não importa o que soframos, antes que renunciemos a piedade. E para que não se nos arrefeça o ânimo, Paulo aplica ainda outro aguilhão: visto que nós fomos redimidos por Cristo por tão grande *preço*, quão grande *preço* lhe custou nossa redenção [lCo 7.23], para que não sejamos servis em obediência aos maus desejos dos homens, muito menos ainda nos deixemos entregar-lhes *como escravos* da impiedade.

LOUVADO SEJA O SENHOR

ÍNDICE DE REFERÊNCIAS BÍBLICAS

ANTIGO TESTAMENTO

Marcos

2 Coríntios

Filipenses

Colossenses

ÍNDICE DE AUTORES

OBRAS E PESSOAS CITADAS

Í N D I C E   D E   A S S U N T O S